Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em
Estudos Comparados de Literaturas de Línguas Portuguesas

**DE ARMAS NA MÃO:
PERSONAGENS-GUERRILHEIROS
EM ROMANCES DE
ANTONIO CALLADO, PEPETELA
E LUANDINO VIEIRA.**

Luiz Maria Veiga

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: prof^a. dr^a. Rita de Cássia Natal Chaves

São Paulo

2015

VEIGA, Luiz Maria.

De armas na mão: personagens-guerrilheiros em romances de Antonio

Callado, Pepetela e Luandino Vieira.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para Cristina, Pilar e Ana Leopoldina, sempre

Para Cristina Carletti

Em memória de Nicolau Sevchenko (1952-2014)

Agradecimentos

Para a professora Rita Chaves, pela capacidade de me converter às literaturas africanas, abandonando (mas não completamente) Camilo Castelo Branco, pelas aulas sempre argutas e divertidas, pelas aulas especialíssimas em que nos recebeu generosa e calorosamente em sua casa, aulas seguidas por jantares tipicamente angolanos (ou moçambicanos) para que pudéssemos sentir ainda melhor o sabor da literatura. E também ao professor José Luís Cabaço, um igualmente gentil intelectual e anfitrião.

Para Regina Lopes Martins, sem sua boa vontade e disposição para vasculhar o arquivo morto da documentação dos antigos alunos do Américo de Moura e conseguir uma cópia do meu histórico escolar do segundo grau, não teria havido nem matrícula na graduação, que dirá mestrado ou doutorado.

À CAPES, pela bolsa, sem a qual este trabalho não teria sido realizado.

Ao amigo, o professor Martin Cezar Feijó, responsável involuntário por boa parte deste trabalho ao me apresentar, há mais de quarenta anos, *Quarup* e *Bar Don Juan*.

À professora Tania Celestino de Macedo em sua condição de orientadora informal, pela convivência na graduação, nos cursos da pós, como estagiário, pelos livros generosamente oferecidos, pela presença constante nesta trajetória acadêmica, participando da qualificação e defesa do mestrado, da qualificação e defesa do doutorado.

À professora Anita Martins Rodrigues de Moraes, também presente nesta trajetória desde a qualificação de mestrado, até pelas ladeiras de Ouro Preto. Será uma honra poder contar com sua leitura minuciosa e atenta do trabalho.

À professora Leila Hernandez, pelas úteis observações sobre a abordagem do contexto histórico na qualificação deste trabalho.

À amiga, e agora professora doutora, Andrea Cristina Muraro, camarada do mato e do Monte e agora do Ceará, deste camarada Lâmpada *siempre a sus órdenes*.

Aos colegas da pós-graduação, agora já todos doutores ou a caminho disso, com quem ainda compartilhei a condição de estudante pela instigante convivência intelectual e pela divertida convivência da amizade. Ponho aqui os nomes de Debora Leite David, a generosa compradora e portadora de vários pacotes de livros em Portugal, o de Nazir Can, com as saudações do tuga ao monhé, e também o de Luzia Carvalho de Barros, com quem compartilho o amor pela literatura já há muito tempo.

À amiga e professora Maria Sílvia Betti, pela sempre generosa boa vontade.

Para Enid Yatsuda Frederico e Celso Frederico, pelos muitos anos de generosa amizade.

Para Virginia Ishibe e Jiro Takahashi, pela amizade, pela educação na cozinha japonesa, pelo amor aos livros.

Para Vera Lúcia Simão de Melo, sempre, desde aquela já distante primeira série do ginásio (era assim que chamava na época) a nossa inesquecível professora de História.

Para Jorge Carlovich Filho, mais que um médico, um verdadeiro quimbanda, no melhor sentido da palavra.

E no capítulo dos médicos, ao doutor Marcelo Hisano e à toda equipe da Urologia do Hospital das Clínicas com quem tive contato em maio de 2011, e a quem devo estar completando este doutorado em boa saúde.

Para Daína e Raul, uma nova amiga e um amigo velho com quem compartilho o amor aos livros e à sátira do mundo à nossa volta.

Para Luiza e Fabinho, amiga nova e amigo velho, anfitriões generosos, e também para Vicente de Oliveira Luiz, na esperança de que ainda nos juntemos todos em Cunha.

À memória de minha mãe e de meu pai, e a todos os ancestrais que lá estão à nossa espera.

Para dona Anna, dona Carmem e Marília, família de adoção.

Às minhas irmãs e à minha sobrinha, por fazerem parte da minha história de vida.

Para Carmen Lúcia Rossini (que manteve a bolsa-uísque durante todo este doutorado) e para o David.

Para Sandra Carletti, no mínimo pelas sobremesas tão especialmente preparadas.

Para Vera Gertel e Jânio de Freitas, os sócios-correspondentes do Clube dos Ursos no Rio de Janeiro.

Para Tieta e Frederico Dentello, os observadores de pássaros, a quem espero ver com mais regularidade.

Para Antonio Luís Gatti, velho e bom amigo.

Ao poeta e amigo José Mateus Pereira Neto, no mínimo pela Confraria da Mesóclise.

Para José Geraldo Couto e Mustafa Yazbek, nem é preciso dizer por quê.

E para os gatos que acompanharam todo o desenvolvimento deste doutorado, Cachorro de Souza Aranha, aliás Cachorrinho; Josefa Ludovina de Souza Aranha, aliás Lulu; a mãe deles dois, Clementina de Souza Aranha, aliás Mãezinha; e a caçula, que chegou aqui com uma fita no pescoço que dizia Rebeca, ganhou o nome de Pãozinha, e é também chamada Pequena, Flor e, muitas vezes, Peste! E também precisa ser lembrada a memória daqueles que não chegaram ao fim deste doutorado, foram embora antes, José Edgar Alan Preto, aliás Zé, dos olhos verdes; e Wendy Maria d'Alencastro Figueiroa, ou apenas Wendy, dos olhos azuis.

RESUMO

Veiga, L. M. (2015). *De armas na mão: personagens-guerrilheiros em romances de Antônio Callado, Pepetela e Luandino Vieira*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo — FFLCH, p. 541.

Estudo sobre a representação literária da figura do guerrilheiro em romances do brasileiro Antonio Callado (1917-1997) e dos angolanos Pepetela (1941-) e José Luandino Vieira (1935-). Considerando que os autores recriam ficcionalmente realidades muito diferenciadas, em países e continentes distintos, num momento histórico que só as aproxima pelo contexto da Guerra Fria, mas compartilham personagens envolvidos na contestação armada do poder, queremos examinar como essas figuras são construídas, como se aproximam ou se distanciam, e de que maneira se transformam à medida que os textos produzidos se afastam do momento histórico que lhes serve de tema.

Um capítulo inicial descreve o panorama geral das lutas políticas no século XX, o fim dos grandes impérios coloniais, o contexto da Guerra Fria, e traça um paralelo minucioso entre a resistência armada à ditadura brasileira e a luta guerrilheira contra o colonialismo português, situando os autores nesse contexto. Depois há uma discussão sobre a figura do guerrilheiro como motivo literário, exemplificado em Che Guevara, um levantamento de questões teóricas sobre o personagem literário e a apresentação e discussão do *corpus*: *Quarup* (1967), *Bar Don Juan* (1971), *Reflexos do baile* (1977), *Sempre viva* (1981), de Callado; *As aventuras de Ngunga* (1973), *Mayombe* (1980), *A geração da utopia* (1992), *O planalto e a estepe* (2009), de Pepetela; *O livro dos rios* (2006), *O livro dos guerrilheiros* (2009), de Luandino Vieira.

Seguem-se perfis analíticos-interpretativos, feitos a partir da leitura cerrada, de 28 personagens de Callado, 18 personagens de Pepetela e oito personagens de Luandino Vieira, e as conclusões que essas cinquenta figuras nos sugeriram.

Palavras-chave: Angola: guerra de independência; Antônio Callado; Brasil: ditadura militar; estudo de personagens; Guerra Fria; Luandino Vieira; Pepetela; personagens-guerrilheiros.

ABSTRACT

Veiga, L. M. (2015). *Weapons in hand: guerrillas as characters in Antonio Callado's, Pepetela's and Luandino Vieira's novels*. Doctoral dissertation. São Paulo: Universidade de São Paulo — FFLCH, p. 541.

This dissertation presents a study of the literary representation of guerrillas in novels by the Brazilian Antonio Callado (1917-1997) and the Angolans Pepetela (1941-) and José Luandino Vieira (1935-). In their fictional recreations of distinct realities, historically contextualized in different countries and continents in the Cold War, these authors created characters who are directly involved in the armed contestation of power. Our purpose is to examine how these characters are constructed, how they converge or diverge in their characteristics, and the transformations they undergo as the focuses in the texts move away from the historical moment associated to their themes.

The first chapter draws an overview of the political struggles in the twentieth century, of the end of the great colonial empires, and of the context of the Cold War, and makes a detailed comparison between the armed resistance to the Brazilian dictatorship, which is the context of Antonio Callado's novels, and the guerrilla warfare against Portuguese colonialism, where Pepetela's and José Luandino Vieira's novels are contextualized. Guerrilla warfare and the figure of guerrillas as literary motifs is the subject of the following chapter. The discussion is illustrated through the analysis of literary approaches of the figure of Che Guevara. This chapter also surveys theoretical questions about literary characters and analyzes the following novels : *Quarup* (1967), *Bar Don Juan* (1971), *Reflexos do baile* (1977), and *Sempre viva* (1981), by Callado; *As aventuras de Ngunga* (1973), *Mayombe* (1980), *A geração da utopia* (1992), *O planalto e a estepe* (2009), by Pepetela; *O livro dos rios* (2006), and *O livro dos guerrilheiros* (2009), by Luandino Vieira.

The last chapters outlines analytical and interpretative profiles extracted from the close reading of twenty-eight characters by Callado, eighteen characters by Pepetela and eight characters by Luandino Vieira, and presents the conclusions we drew from the analyses of these fifty four characters.

Keywords - Angola: war of independence; Antonio Callado; Brazil: military dictatorship; character analysis; Cold War; Luandino Vieira; Pepetela; guerrilla fighters as characters

SUMÁRIO

banca	2
dedicatória	3
agradecimentos	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
SUMÁRIO	8
Epígrafes	11
 ABERTURA ou DISCURSO PRELIMINAR	 12
 PRIMEIRO CAPÍTULO ou TRÊS ROMANCISTAS COMO HOMENS DE SEU TEMPO	 29
ANTES DA GUERRA FRIA	32
EM PLENA GUERRA FRIA	50
 SEGUNDO CAPÍTULO ou CONSTRUÇÃO ESTRUTURAL E OUTROS ASPECTOS DO <i>CORPUS</i>	 140
 TERCEIRO CAPÍTULO ou PERSONAGENS-GUERRILHEIROS EM ANTÔNIO CALLADO	 221
<i>Quarup</i> : Levindo, o protoguerrilheiro	222
<i>Quarup</i> . Nando, aliás, Levindo	230
<i>Quarup</i> . Manuel Tropeiro, aliás, Adolfo	243
<i>Bar Don Juan</i> . João, poetas místicos e revolução continental	247
<i>Bar Don Juan</i> . Mansinho, jornalista, mulherengo, expropriador	255
<i>Bar Don Juan</i> . Geraldino, padre iconoclasta fugindo de Deus	261
<i>Bar Don Juan</i> . Joelmir, ex-sargento, carnaúba, não carandá	266
<i>Bar Don Juan</i> . Che Guevara e seus guerrilheiros	270
<i>Bar Don Juan</i> . Jacinto, mais-novo, pintura e coquetéis molotov	279
<i>Bar Don Juan</i> . Juvenal Murta encarna Murta-Martinez	284
<i>Bar Don Juan</i> . Mariana, perdição, salvação, palavra honrada	292
<i>Bar Don Juan</i> . Gil Setúbal, amador, romancista, trânsfuga	298

<i>Bar Don Juan</i> . Aniceto, catimbó, tabu, coragem alegre	303
<i>Bar Don Juan</i> . Laurinha bela e triste retorna à luta	310
<i>Reflexos do baile</i> . Capitão Roberto, aliás Beto, aliás Pompílio, aliás Das Águas	317
<i>Reflexos do baile</i> . Juliana Mascarenhas, filha pródiga, guerreira apaixonada	324
<i>Reflexos do baile</i> . Florinda Guimarães, aliás Amália	331
<i>Reflexos do baile</i> . Armando Azcárate, aliás Vítor, sangue basco, tara poética	336
<i>Reflexos do baile</i> . Miguel Mejía, argentino, devoto de Evita	341
<i>Reflexos do baile</i> . Bernardo contra Gobineau e pró pratarías	343
<i>Reflexos do baile</i> . Válter, jardineiro; Valdelise, bela cabocla	345
<i>Reflexos do baile</i> . Mário Vilarinho, aliás Marcondes, aliás Filipe	349
<i>Reflexos do baile</i> . Braz Taborda, aliás Dirceu, da Coluna Invicta	351
<i>Sempre viva</i> . Vasco Soares Lanceiro, Quinho, herói diminutivo	355
<i>Sempre viva</i> . Herinha Iriarte, miúda heroína com nome de deusa	368
O último guerrilheiro	375

QUARTO CAPÍTULO ou

PERSONAGENS-GUERRILHEIROS EM PEPETELA	378
<i>Mayombe</i> . Esfinge, Sem Medo, veterano da guerra e dos homens	380
<i>Mayombe</i> . Lutamos, guerrilheiro cabinda, leal até o fim	394
<i>Mayombe</i> . Teoria, o professor, nem branco, nem negro	399
<i>Mayombe</i> . Mundo Novo, certezas e convicções dogmáticas	403
<i>Mayombe</i> . Chefe de Operações, ascensão do filho de camponês	409
<i>Mayombe</i> . Ingratidão do Tuga, guerrilheiro punido	414
<i>Mayombe</i> . Milagre, o bazuqueiro tribalista	417
<i>Mayombe</i> . Muatiânvua, anarquista das palavras, antitribalista	419
<i>Mayombe</i> . Ekuikui, o caçador do Bié	423
<i>Mayombe</i> . Vewê, o cágado, a nova geração	425
<i>Mayombe</i> . Verdade, Pangu-Akitina, Alvorada, Kiluanje e outros	428
<i>Mayombe</i> . João, aliás Comissário Político, sua aprendizagem	431
<i>As aventuras de Ngunga</i> . Os guerrilheiros no caminho	441
<i>As aventuras de Ngunga</i> . Ngunga, órfão, pioneiro e guerrilheiro	446
<i>A geração da utopia</i> . Vítor Ramos aliás Mundial recua para cima	451
<i>A geração da utopia</i> . Aníbal aliás Sábio não recua	458
<i>O planalto e a estepe</i> . Julio Pereira aliás Alicate, branco	466

QUINTO CAPÍTULO ou

PERSONAGENS-GUERRILHEIROS EM LUANDINO VIEIRA 473

Kibiaka, o guerrilheiro encantado que veio do Makulusu 475

Batuloza, Amba-Tuloza, Domingos João, *dura lex sed lex* 481

Makongo, o mau-dos-maus, guerrilheiro filho de pássaro 489

Ferrujado e Kadisu, a santíssima dualidade chamada Zapata 493

Celestino Mbaxi, Kakinda Bastião, o herói dos cinco combates 497

Ndiki Dia, Andiki, Henrique Dias, idolatrado comandante 501

Job João Gaspar, Kizuua Kiezabu, Kimbalanganza general do iate 504

Diamantino Kinhôka, Kapapa, Kene Vua, Mukilango, memória viva 508

CONCLUSÃO ou DISCURSO FINAL 520

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 524

Ouvi todas essas minúcias e ainda outras com interesse. Sempre me sucedeu apreciar a maneira por que os caracteres se exprimem e se compõem, e muita vez não me desgosta o arranjo dos próprios fatos.

Machado de Assis — *Memorial de Aires*

O grande personagem é o único e o mais óbvio sinal da grande literatura.

William H. Gass — “O conceito de personagem na ficção”

ABERTURA OU DISCURSO PRELIMINAR

Uma forma de luta política que ganhou destaque num determinado momento do século passado, melhor ainda, os homens (e mulheres) que se empenharam nesta forma de luta, mais exatamente, como um romancista brasileiro e dois angolanos, em diálogo com os acontecimentos históricos e através de narrativas ficcionais representaram e reconstruíram essas figuras, é este o núcleo temático que permitirá desenvolver nossa proposta de trabalho. Queremos examinar e comparar a construção desses personagens, tentar perceber de que maneira eles agem e mais tarde reagem às mudanças históricas que, digamos, tiraram o destaque de sua forma de luta e abriram novas perspectivas políticas, e também as alterações e as visões particulares que os autores, mais próximos ou mais distantes do momento destacado, deram ao tema comum. Acreditamos que dessa maneira também será possível elaborar visão comparativa das especificidades da criação literária e estética dos três autores.

Este discurso preliminar pretende oferecer uma visão ampliada de como organizamos esta pesquisa.

Deixemos que o grande historiador britânico Eric Hobsbawm nos diga qual é essa forma de luta e em qual momento do século ela prevaleceu: “O que impressionava tanto os adversários da revolução quanto os revolucionários era que, após 1945, a forma básica de luta revolucionária no Terceiro Mundo, ou seja, em qualquer parte do mundo, parecia ser a guerra de guerrilha.” Assim começa a segunda parte do capítulo quinze de *Era dos extremos: o breve século XX*, intitulado justamente “Terceiro Mundo e revolução”. Mais adiante, no mesmo parágrafo, depois do autor advertir para a existência de outras formas insurrecionais como “golpes militares esquerdistas” e “o potencial revolucionário de ações de massa urbana”, reafirma: “no terceiro quartel do século todos os olhos estavam na guerrilha” (Hobsbawm, 1995, p. 425, para todas).

Se os olhos estavam voltados para as múltiplas guerrilhas que proliferaram entre 1950 e 1975, o tal “terceiro quartel do século”, nosso olhar neste trabalho vai reduzir o foco para duas situações específicas da geografia política do Terceiro Mundo, também pontualmente destacadas pelo historiador britânico no mesmo capítulo. A primeira delas:

As Forças Armadas tomaram o poder no Brasil em 1964 contra [...] os herdeiros do grande líder populista Getúlio Vargas [...] que se

deslocavam para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana. *As pequenas tentativas de guerrilha de fins da década, que proporcionaram uma desculpa para a implacável repressão do regime, jamais representaram um verdadeiro desafio a ele [...]*. (Hobsbawm, 1995, p. 429, itálico nosso.)

A outra, em Angola (então ainda uma das colônias portuguesas).

O golpe de oficiais radicais que revolucionou Portugal foi engendrado nas longas e frustrantes guerras contra *guerrilhas de libertação colonial na África*, que o exército português vinha travando desde inícios da década de 1960 [...]. *Os movimentos de guerrilha africanos haviam se multiplicado na década de 60, [...] mas sem sucesso significativo, além de enfraquecidos por rivalidades intertribais e sino-soviéticas. Com crescente ajuda soviética [...] esses movimentos renasceram na década de 1970 [...]*. (Hobsbawm, 1995, p. 436-7, itálicos nossos.)

Temos duas situações de guerrilha muito diferenciadas, e com todo o Atlântico sul entre elas. Eram diferentes em proporções: uma reuniu algumas centenas de combatentes e foi dizimada em três ou quatro anos; na outra, milhares pegaram em armas e ainda resistiam depois de treze anos de hostilidades. Eram diferentes em práticas e características: num caso predominou a guerrilha urbana; no outro a luta deu-se na mata. Eram diferentes nos objetivos: uma enfrentava militares que haviam pela força apeado o governo eleito e constitucional de um país soberano; a outra lutava contra o colonialismo e pela independência nacional.

Apesar de tudo isso havia alguma coisa em comum entre as duas situações, o que nos permitirá articulá-las. Elementos lembrados por Hobsbawm nos trechos selecionados permitem situá-las no quadro geral da Guerra Fria em que Leste e Oeste, comunismo e capitalismo se confrontavam num conflito ideológico, político e potencialmente militar que opôs antigos aliados e dividiu o mundo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Se a guerrilha brasileira lutava contra o regime de força alinhado “à política americana” que se instalara no país e a guerrilha de Angola contava com “crescente ajuda soviética”, fica evidente que ambas aproximavam-se do mesmo lado entre os dois blocos da disputa. O que não significava apoio incondicional à política da União Soviética. O mito da esquerda monolítica há muito havia sido pulverizado em consequência da oposição ao stalinismo, até mesmo o governo soviético pós-Stálin sabia disso, como teremos oportunidade de ver. O que havia nos dois lados do Atlântico sul era repúdio comum às posições dos governos dos Estados Unidos da América, luta aberta contra o que os revolucionários brasileiros e pelo menos parte dos

lutadores anticoloniais angolanos chamavam, em discursos, palavras de ordem escritas nos muros e nas justificativas para atentados, imperialismo ianque.

Essas duas situações de grupos em luta contra Estados não constituem o objeto deste trabalho. São o pano de fundo histórico sobre o qual três escritores trabalharam, recriando-o em obras narrativas ficcionais. Esses autores estabeleceram, em suas obras, um diálogo entre Literatura e História. Este é, portanto, um trabalho de análise e crítica literária que também pretende estabelecer um diálogo com a História. Nele, os estudos históricos sobre os já mencionados movimentos de resistência e luta nacionalista terão importância fundamental para apoiar, esclarecer, elucidar e auxiliar nosso percurso crítico. Os guerrilheiros que focalizaremos neste trabalho não são personagens históricos como os brasileiros Lamarca, Marighella, Câmara Ferreira, ou como os angolanos José Mendes de Carvalho “Hoji ia Henda”, Jacob João Caetano “Monstro Imortal”, Joaquim Domingos Augusto “Valódia”. Os guerrilheiros deste estudo são de papel e tinta (ou, modernamente, de impulsos digitais) e continuam vivendo (e morrendo) a cada vez que um leitor, em qualquer lugar, em qualquer tempo, abra o livro ou outra mídia e faça com que as diferentes trajetórias ali inscritas possam ser de novo percorridas no imaginário, espaço sem limites e sem fronteiras.

Quarenta anos nos separam de 1975, do fim daquele “terceiro quartel do século” XX de que nos fala Hobsbawm. A historiografia, reconstituindo, desvendando detalhes e sugerindo interpretações sobre aqueles tempos e acontecimentos é capaz de nos informar e de nos fazer refletir. O distanciamento temporal permite que conheçamos os acontecimentos posteriores e em que medida as expectativas daquele momento cumpriram-se ou foram frustradas. Permite também que conheçamos situações sobre as quais nunca houve expectativa porque não eram sequer imaginadas. Quem estava, para lembrar um exemplo, em 1975, contando com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética? Portanto podemos dizer que a narrativa historiográfica mantém seus leitores a pelo menos alguma distância temporal do seu objeto. As narrativas ficcionais, ao contrário, desprezam a distância temporal. Podem ser escritas no calor da hora. Transportam o leitor para o cenário histórico em que acontecem. Ou talvez seja melhor dizer que se deslocam até o leitor, colocando-o entre personagens e situações que estão acontecendo de novo no momento da leitura. Isso talvez permita entender (e imaginar de forma muito viva) situações e concepções da esquerda armada brasileira, como escreveu Jacob Gorender em apresentação a estudo de Marcelo Ridenti, que eram “então dotadas de fascínio *hoje inimaginável*” (Ridenti, 2010, p. 14, *itálico nosso*). Ora,

o que fazem os romancistas, através de sua arte, dos personagens que constroem e do diálogo que estabelecem com a História através da sua criação é exatamente negar essa condição de *inimaginável* de que nos fala Gorender e abrir passagens, criar roteiros para que os leitores possam, através da própria imaginação, conseguir pelo menos algum entendimento sensível do fascínio desse tempo, fascínio que lhes seria inalcançável. O “aqui e agora” do teatro se constrói materialmente, através de cenários, luzes, sons, colorido, e da presença física dos personagens através dos atores. Um “aqui e agora” da narrativa literária precisa ser construído com a ferramenta da imaginação. Dependerá do repertório de conhecimentos, sensibilidade e do talento dos romancistas em sua codificação (ou redação) e igualmente dos conhecimentos, sensibilidade e amplitude de repertório dos leitores para um bom ou não tão bom resultado em sua decodificação, isto é, numa leitura mais ou menos proveitosa.

Trabalharemos com três romancistas, um brasileiro e dois angolanos. Antônio Carlos Callado, ou apenas Antônio Callado, nascido em Niterói, em 1917, falecido no Rio de Janeiro, em 1997. Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, que adotou o nome de guerra, depois nome literário Pepetela¹, nasceu na cidade de Benguela no ano de 1941, é cidadão angolano por nascimento e por sua participação na luta de libertação nacional. José Mateus Vieira da Graça, que assina sua obra como José Luandino Vieira, nasceu no lugarejo conhecido como Lagoa do Furadouro, em Portugal, no ano de 1935, migrou para Luanda ainda muito criança, ali se criou e é cidadão angolano por adoção e por ter igualmente participado do movimento de libertação de seu país.

Vejamos quais de suas obras constituirão o *corpus* deste trabalho, os romances em que guerrilheiros figuram como personagens. De Antônio Callado trabalharemos com o que Gisele Larizzatti Agazzi considerou uma “tetralogia”², constituída por *Quarup* (mencionado nas referências pela inicial *Q* seguida do número da página), *Bar Don Juan* (*BDJ*, página), *Reflexos do baile* (*RB*, p.) e *Sempreviva* (*S*, p.). De Pepetela trabalharemos com os romances *Mayombe* (*M*, p.), *As aventuras de Ngunga* (*AN*, p.), uma parte de *A geração da utopia* (*GU*, p.) e pelo menos um episódio de *O planalto e a*

¹ “É na guerrilha que ele recebe o nome de guerra Pepetela, o qual, em umbundo, significa ‘pestana’.” (Chaves; Macedo, 2009, p. 16)

² “As narrativas compõem [...] uma tetralogia, já que as obras dedicam-se à compreensão e à análise crítica da luta das esquerdas contra o período ditatorial, o que se revela tanto no conteúdo como na estruturação [...]” (Agazzi, 1998, p. 4)

estepe (PE, p.). De Luandino Vieira: *O livro dos rios* (LR, p.) e *O livro dos guerrilheiros* (LG, p.).

Talvez cause estranheza a ordem em que os autores figuram acima. Que Antônio Callado, como mais velho, seja mencionado em primeiro lugar, parece sugerir um critério cronológico: dos mais velhos para os mais novos. Nesse caso, Luandino deveria preceder Pepetela. Mas o critério para definir a ordem dos autores não foi o ano de nascimento ou a idade dos escritores. Foi a data de redação dos romances, ou de sua conclusão, e quando tal dado não está explícito, passa a valer a data da primeira publicação. Assim, Antônio Callado figura em primeiro lugar porque consta na última página de *Quarup* (publicado em 1967): “Rio — Petrópolis — Fazenda de Santa Luísa / Março de 1965 — Setembro de 1966” (Q, 496), o que faz dele a mais antiga das obras estudadas. No final de *Bar Don Juan* (publicado em 1971) a data de conclusão: “Rio, 20 de maio de 1970” (BDJ, 218). Em *Reflexos do baile* (publicado em 1977) está anotado: “Petrópolis 1974-1976” (RB, 194). Por fim, em *Sempre viva* (publicado em 1981): “Petrópolis, 1980” (S, 289). A sequência de obras de Pepetela se inicia com *Mayombe* (publicado em 1980) em cujo final o autor também informa local e data: “Dolisie³, 1971” (M, 268). Depois vem a pequena obra de caráter didático-ficcional *As aventuras de Ngunga*, escrita na Frente Leste, datada como sendo de “Hongue, novembro de 1972” (AN, 59), publicada numa edição artesanal no ano seguinte e em 1976 na primeira edição comercial. Em *A geração da utopia* (publicado em 1992) está: “Berlim, fevereiro de 1992” (GU, 314). Veremos adiante que a data de publicação é muito posterior ao tempo em que foi escrita a parte da obra que vai nos interessar diretamente. *O planalto e a estepe* (publicado em 2009) não diz o local, que deve ser Luanda, mas dá a data de conclusão: “Dezembro de 2008” (PE, 188). Para os dois romances de Luandino, sem nota indicativa da conclusão do texto, vale a data de publicação, 2006 para *O livro dos rios*, 2009 para *O livro dos guerrilheiros*.

A disposição cronológica (dos mais antigos para o mais recentes, considerados em blocos, ou seja, não intercalados, os trabalhos de cada um dos três escritores) foi pensada para permitir que acompanhássemos as modificações de abordagem do tema e da construção dos personagens. Propostos (tema e personagens) de uma determinada forma ou em determinado ângulo numa primeira vez, são retomados com mudanças nas obras seguintes. “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” (Camões, 1963, p. 284)

³ República do Congo (capital Brazzaville).

já nos lembrava o autor d'*Os Lusíadas* em soneto famoso e as marcas dessas mudanças nos tempos, nas vontades e no entendimento dos escritores são uma das coisas que queremos investigar nesta pesquisa. O entusiasmo e a esperança com que o ex-padre Nando, de *Quarup*, abraça a luta armada contra a ditadura brasileira indicam uma visão do momento que difere em muito da desilusão e do desalento diante da inegável derrota figurada em *Bar Don Juan* e *Reflexos do baile*. Num debate público sobre sua obra, ouvimos Callado associar o primeiro momento a um porre, o segundo, à ressaca. *Sempre viva* tenta responder à derrota com justiça vingadora, entretanto o resultado não é muito diferente do alcançado nos dois romances anteriores. Aqui há mais ou menos um empate, com a morte dos inimigos e a morte do guerrilheiro quase franco-atirador. Ficcionalizar uma vitória da esquerda armada brasileira seria falsear a narrativa e a realidade histórica, isso está fora da construção ética e estética da literatura de Callado.

Pepetela também vai voltar mais de uma vez ao tema da guerrilha em seus romances. Os guerrilheiros presentes em *Mayombe* estão na floresta em Cabinda ou na retaguarda, na República do Congo, e estão ainda distantes de alcançar seu objetivo, a ansiada independência nacional. A obra foi redigida em 1971, quando a guerra de libertação ainda não estava definida. Mais de vinte anos depois o autor retorna ao tema em *A geração da utopia*. Para isso vai aproveitar um texto escrito logo depois de *Mayombe* (corresponde à segunda parte do romance) e que ficou incompleto na ocasião. Ele declara isso numa entrevista, que veremos adiante, como poderíamos desmenti-lo? Os guerrilheiros Vítor “Mundial” e Aníbal “Sábio” aparecem atuando na Frente Leste sob uma dura realidade de fuga, fome, desentendimento e morte, mas também de teimosa determinação e persistência. Em passagens posteriores da obra esses mesmos personagens vão discutir e avaliar a luta depois de alcançada a independência.

Nas obras de Luandino Vieira aqui estudadas parece não haver retomada do tema por parte do autor, já que, se ele tratou muito da luta anticolonial em suas obras anteriores, urbanas por excelência, não se voltou em nenhuma delas à luta armada como cenário específico. Só pensará assim quem não atentar em Kibiaka, membro do quarteto de amigos que protagoniza *Nós, os do Makulusu* retomado n'*O livro dos rios* e n'*O livro dos guerrilheiros*. Kibiaka, no romance escrito em 1967, publicado em 1975, sai da cena urbana de Luanda e vai para a mata. Nos dois romances recentes ele é “Kibiaka, o parabelo, pássaro traquino” (LR, 39) e figura como companheiro do narrador “no grupo do Comandante Ndiki Ndia, ou Andiki” (LG, 9). O narrador, Kene Vua, ex-guerrilheiro, distanciado temporalmente do ofício das armas, não só evoca os episódios

da luta, sejam lembranças do por ele vivido ou recordações que dizem respeito aos companheiros, também analisa, avalia, pesa e remói o passado, numa já previamente inútil tentativa de talvez corrigi-lo no presente e assim alterar, mais improvável ainda, esse mesmo presente. Ou de, como fazem os historiadores, apenas (como se fosse fácil) procurar entender o resultado do processo.

Definido o *corpus* e estabelecidas algumas preliminares articulações entre as obras que o compõem, é tempo de registrar os motivos de nossa escolha. Enquanto desenvolvíamos pesquisa de mestrado (Veiga, 2010), em que estudamos a representação da minoria branca em algumas narrativas angolanas, principalmente em *Nós, os do Makulusu*, e estávamos completamente fascinados por esse romance, Luandino Vieira, depois de um longo período de silêncio, superior a vinte anos, publicou *O livro dos rios*, primeira parte do que foi anunciado como uma trilogia inscrita sob o título geral *De rios velhos e guerrilheiros*. Ainda trabalhávamos na dissertação quando veio a público a segunda parte da trilogia: *O livro dos guerrilheiros*. Como queríamos continuar estudando a obra de Luandino, e como percebemos uma visível articulação entre o romance com que trabalhávamos e as duas novas obras do autor, articulação na forma e na linguagem e complementaridade no conteúdo, avançando, as novas obras, sobre o que ficara à distância em *Nós, os do Makulusu*, ou seja, o cotidiano, a vivência da guerra de libertação, decidimos tomar como assunto a figura (melhor, as figuras) do guerrilheiro, central nos dois romances da, até esta data, ainda incompleta trilogia.

Outra das narrativas estudadas em nosso mestrado foi *A geração da utopia*, da qual destacamos a médica angolana Sara, já que nosso foco eram os personagens brancos. Lembramos que há nesta obra duas figuras de guerrilheiros, “Mundial” e “Sábio” que, pareceu-nos, bem poderiam ser estudadas ao lado dos guerrilheiros construídos por Luandino. E nesse caso seria indispensável estudar também *Mayombe*, romance sobre a guerrilha escrito por um guerrilheiro na retaguarda (em Dolisie), mas muito próximo da frente de luta (em Cabinda), o mesmo valendo para *As aventuras de Ngunga*, desta vez na Frente Leste, e incluímos os dois romances no *corpus*. Quando Pepetela publicou, em 2009, *O planalto e a estepe*, vimos que o romance também deveria ser incluído. Apesar do tema guerrilha não ser central na obra, o protagonista viveu uma temporada como guerrilheiro, é um ex-guerrilheiro narrando sua vida. O personagem, camarada e depois comandante “Alicate”, possui a originalidade de ser, até este momento, o único guerrilheiro branco na obra de Pepetela. Em *Mayombe* os

guerrilheiros são negros e há um mestiço. Ngunga nunca tinha visto um branco até ser preso. Mundial e Sábio, d'*A geração da utopia*, são negros. Assim foi selecionada a parte angolana do *corpus*.

Resta dizer como entrou Antônio Callado nesta escolha, considerando a quantidade de romances ou testemunhos (o que não lhes tira pelo menos algum caráter ficcional) sobre a resistência armada à ditadura brasileira surgidos nos anos 1970 e 1980 que também poderiam ser utilizados. Podemos adiantar que se trata de escolha muito subjetiva. Para explicá-la melhor precisamos pedir licença para um pequeno relato pessoal. E como fica muito estranho o uso do *nós* num relato pessoal pedimos também licença para, na próxima seção, fazer uso da primeira pessoa do singular.

Li, a primeira de muitas vezes, os romances *Quarup* e *Bar Don Juan* no ano de 1972, com dezesseis anos. Embora já fosse um voraz viciado em literatura, rascunhando as primeiras tentativas de alguma produção própria, minha consciência social e política ainda era muito incipiente. Já havia lido, por exemplo, *Ratos e homens* e *As vinhas da ira*, de John Steinbeck. Embora tocado pela denúncia de injustiça social presente nos dois romances, acreditava que aquelas situações eram consequência de um capitalismo mal administrado. Se houvesse boa vontade, acreditava também, no meu idealismo fortemente cristão, tudo poderia ser resolvido. Corria o governo Médici, a Seleção Brasileira havia se sagrado tricampeã mundial de futebol, era o tempo do “Brasil Grande”, da construção de Itaipu, da Transamazônica, adesivos colados nos vidros dos carros advertiam os descontentes: *Brasil: ame-o ou deixe-o*. As notícias, nas rádios, nas televisões, nos jornais, falavam nos terroristas inimigos do país, assaltantes de bancos, sequestradores de aviões e diplomatas estrangeiros, responsáveis pela explosão de bombas, pela morte de vítimas inocentes. Como a grande maioria da população brasileira, submetida a toda essa propaganda, com a censura garantindo que nenhuma outra versão daqueles fatos fosse veiculada, eu também achava que os ditos terroristas eram terríveis facínoras, inimigos públicos numerados de acordo com seu grau de periculosidade, e que o governo fazia muito bem em combatê-los por todos os meios, frustrando-lhes os planos, salvando a todos nós, impedindo que nos entregassem ao comunismo internacional que de imediato nos importaria uma ditadura vermelha, ameaça permanente, pendendo sempre sobre o destino da nação. Foi quando conheci, no Colégio Estadual Professor Américo de Moura, um grupo que não pensava exatamente dessa maneira. Um desses novos amigos, Martin César Feijó, alguns anos mais velho,

pôs-me nas mãos os dois romances de Callado. Aqueles dois livros fizeram o prodígio de inverter completamente os sentidos e as direções da visão de mundo que eu tinha até então. Os terroristas e inimigos públicos que eu conhecia dos jornais passaram a heróis da resistência e os militares do “Brasil Grande” passaram a torturadores e assassinos, responsáveis não por uma ditadura presumida que imaginariamente nos ameaçava, eram agentes de fato de um governo ilegítimo e autoritário, que nos submetia ao medo e ao silêncio.

Este episódio pessoal serve também para demonstrar como as ditaduras têm razão (na lógica que as orienta) em censurar as artes e em perseguir e encarcerar os artistas. Eles podem, de fato, cometer o crime de furar o bloqueio da história única que as autoridades gostariam que circulasse sempre, moldando em definitivo o máximo de mentes e corações. Na leitura de *Bar Don Juan* tive o primeiro contato com a figura então já mitificada de Ernesto Che Guevara, combatente internacionalista, mártir da revolução. Em seguida li *Meu amigo Che*, de Ricardo Rojo. Ainda estávamos bem longe das caudalosas biografias que viriam a ser escritas sobre essa figura histórica, que ganharia o epíteto de guerrilheiro heroico, espécie de paradigma dessa figura tão presente naquele terceiro quartel do século XX, multirrepresentada das mais diversas maneiras, em prosa e verso, em áudio e vídeo, em fotos, pinturas e estampas, presente no imaginário coletivo desde então. Quando Jacob Gorender se refere, no já mencionado prefácio ao estudo de Ridenti, ao *fascínio* daquelas concepções revolucionárias armadas (e romanticamente heroicas), *hoje quase inimaginável*, posso dizer que entendo muito bem a que ele se refere, pois o adolescente que eu era também foi tocado pelo tal fascínio. Fiz vestibular para o curso de História e não fui estudar Literatura porque estava mais interessado em lutar contra a ditadura e fazer revolução do que nos estudos propriamente ditos. Lembrando tais tempos hoje em dia posso evocar as palavras de Paul Nizan na abertura de *Aden, Arábia*: “Eu tinha vinte anos. Não me venham dizer que é a mais bela idade da vida.” (Nizan, p. 59). É claro que, sem me dedicar devidamente aos textos e seminários, às provas e aos trabalhos, nem fiz revolução nem me tornei um historiador. Apenas continuei um leitor voraz e também um escritor. A nova visão de mundo, iniciada com a leitura de Callado, permaneceu em seus pontos fundamentais, mesmo submetida, com o decorrer do tempo e as transformações do mundo, a renovadas críticas e autocríticas.

Continuei, ao longo da vida, a ler Antônio Callado, acompanhando atento cada nova obra publicada. Quando li *Reflexos do baile* pela primeira vez tive a sensação que

teria de novo muitos anos depois, ao ler *Nós, os do Makulusu*: que não tinha entendido nada do começo até o fim do romance e que nem era mesmo possível entender nada em livro como aquele, tão desorganizadamente escrito. Repetidas leituras desfizeram (nos dois casos) a impressão enganosa. Basta não desanimar e ela será vencida. Quando li *Sempreviva*, reconciliei-me com Callado, pois achei que ali ele retomava temas e cenários que já haviam surgido em *Bar Don Juan*. Desse modo, ao pensar no projeto de doutorado sobre os guerrilheiros personagens figurados na obra de Luandino e Pepetela, foi inevitável recordar o fascínio daqueles primeiros personagens-guerrilheiros conhecidos na obra de Callado, e quis inclui-los no trabalho estabelecendo uma perspectiva comparatista e uma ponte entre essas figuras presentes nas duas margens do Atlântico sul.

Voltemos à primeira pessoa do plural. Propomo-nos, assim, a tentar perceber as diferenças e semelhanças que possam ser estabelecidas entre tais figuras, e se isso propicia que aprofundemos o entendimento do trabalho dos três escritores. Justifiquemos brevemente este formato, de estudo de personagens, que elegemos para a pesquisa. Uma das objeções que lhe poderia ser feita diz respeito à escolha de um único elemento estrutural da narrativa, o que traria embutido o risco de levar a uma visão parcial, reducionista, do objeto. Sustentados por nossa dissertação de mestrado, em que já nos servimos desta estratégia crítica, podemos afirmar que não é isso que ocorre. Ao falar nos personagens, sempre será necessário situá-los no espaço e no tempo, perceber a linguagem em que foram moldados, e examinar ainda as possíveis diferenças entre essa linguagem e o registro particular em que cada um deles se expressa. Ao estudar como os personagens são apresentados, como se referem a si mesmos e como se referem aos outros, e ainda, como os outros se referem a eles, lidaremos com o foco narrativo, que não precisa ser único, e geralmente não é, consideradas as diferentes visões, ativas e passivas, que vamos encontrando no desenrolar da trama.

O professor Antonio Candido nos diz algo sobre as ligações muito estreitas entre os personagens e os outros elementos que compõem a narrativa, sobretudo na percepção do leitor:

Geralmente, da leitura de um romance fica a impressão duma série de fatos, organizados em enredo, e de personagens que vivem estes fatos. É uma impressão praticamente indissolúvel: quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente na vida que vivem, nos

problemas em que se enredam, na linha do seu destino — traçada conforme uma certa duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente. O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuítos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam. (Candido; Rosenfeld; Prado; Gomes, 1976, p. 53-54)

O uso do esquadriñar a narrativa personagem por personagem, em nosso estudo sobre a representação literária dos personagens brancos num romance como *Nós, os do Makulusu* — e seus leitores sabem como ele não se abre nem um pouco à compreensão num primeiro contato, exige esforço continuado, o que leva muito candidato a desistir da leitura — permitiu, julgamos, não só uma leitura menos rasa de cada um dos personagens, mas uma compreensão verticalizada, mais profunda, da totalidade do romance. (Sem com isso esgotá-lo, é evidente.) Ao isolar e reunir os traços característicos de cada personagem, as opiniões deles sobre si mesmos, as opiniões (em geral diversas) que os outros personagens têm sobre eles, seus comportamentos particulares e suas interações com os outros nos diferentes episódios que compõem a ação romanesca, tudo isso que está disperso no texto do romance ganha outra dimensão quando reunido e pensado da maneira proposta. Poderíamos dizer que é como se víssemos os personagens muito aumentados num laboratório, senão sob as lentes de um microscópio, pelo menos examinados, se nos permitirem a metáfora, com uma lupa poderosa, capaz de apreender detalhes que de outro modo talvez passassem despercebidos.

Também a escolha não de todos os personagens, mas de um grupo específico (e parcial) deles para estudo em cada um dos romances do *corpus*, poderia fazer levantar nova objeção, a de que isso possa levar a uma leitura igualmente específica (e parcial) das narrativas. Em alguns casos será mesmo assim, mas isso não nos preocupa, trabalharemos então com uma leitura menos abrangente. Será o caso de *O planalto e a estepe*, d'*A geração da utopia*. Também o caso de *Quarup*, que não é um romance sobre guerrilha, apenas nos permite acompanhar a formação de um guerrilheiro. Ou *Sempreviva*, com um guerrilheiro quase involuntário, casual, em sua ação mais violenta, mas que nos dá oportunidade de conhecê-lo por contraste ao esmiuçar a figura de seu inimigo, o antagonista do guerrilheiro, mais ou menos inspirada no sinistro delegado Sérgio Paranhos Fleury.⁴ Já nos dois livros de Luandino, em *Mayombe*, em *Bar Don*

⁴ De uma entrevista dada por Callado a Lígia Chiappini M. Leite em 1981: “*LÍGIA — Agora umas questões finais sobre Sempreviva. O romance e a realidade que está por trás dele. Esses anos todos de*

Juan e Reflexos do baile focalizar os guerrilheiros é suficiente para cobrir os romances de maneira quase integral.

Antes de chegarmos à galeria de personagens-guerrilheiros, precisamos passar por dois capítulos preparatórios. No primeiro pretendemos traçar uma sinopse histórica do que foram a resistência armada à ditadura brasileira e o confronto militar contra o colonialismo em Angola. Destacar fatos e situações que estejam, em alguma medida, recriados ou referidos na trama dos romances estudados. Restringir, porém, essa exposição contextual aos episódios evocados nos romances ou às específicas conjunturas brasileira e angolana não será suficiente. Teremos de ampliar o registro para incluir a revolução cubana e seus efeitos, de que maneira os barbudos que entraram em Havana depois de alguns anos de luta na Sierra Maestra inflamaram a imaginação e fizeram crescer com vigor as esperanças de muitos na transformação completa da América Latina. O caso de Che Guevara, parceiro de Fidel Castro, um dos comandantes da revolução em Cuba, e sua tentativa de repetir essa vitória pelo resto do continente a partir da Bolívia, é apenas um, com certeza o mais famoso, entre muitas outras tentativas de estabelecer focos guerrilheiros em diversos outros países latino-americanos. Também será preciso lembrar que essas tentativas, no caso de Che Guevara, ultrapassaram as fronteiras do nosso continente. Houve uma passagem pela África no ano de 1965, que permaneceu sigilosa por muito tempo, e a que ele mesmo se referiu como *o ano em que não estivemos em lugar nenhum*. Ali, entre outros contatos, aconteceu o encontro com a direção da guerrilha angolana do MPLA. Che fez uma tentativa de lutar ao lado dos rebeldes contra o governo do Congo e sofreu uma inesperada experiência de choque cultural. Para situar a proposta guevarista da criação de dois, três, muitos vietnãs, precisaremos incluir o que estava acontecendo na península da Indochina, a luta dos guerrilheiros vietcongues contra a intervenção americana. A série de reportagens publicadas no *Jornal do Brasil* em 1968 e depois reunidas em livro (*Vietnã do Norte: uma advertência aos agressores*) por seu autor, Antônio Callado, único jornalista brasileiro a visitar Hanói durante a guerra, terá grande utilidade neste ponto. Por se refletir na divisão de apoios a diferentes movimentos de

obscurantismo. A figura do torturador... até que ponto você se inspirou em pessoas como Fleury para criar personagens como Claudemiro Marques, por exemplo? [...] // CALLADO — [...] O Claudemiro, eu baseei no Fleury, do ponto de vista de uma interpretação que eu dou do que deva ser a cabeça de um policial torturador... É um esforço de imaginação que eu faço. [...] E acho que saiu um monstro razoável... Realmente, o Claudemiro é baseado no Fleury, que me irritou profundamente durante toda a vida dele.” (Leite, 1982, p. 264)

libertação em Angola, e mesmo nas reduzidas organizações da esquerda armada brasileira, a divisão no mundo comunista, os atritos entre o mais-novo China e o mais-velho União Soviética (que iam muito além de um mero conflito de gerações) constarão deste panorama, bem como o papel pontual que os três escritores em tela tiveram nele.

Callado, Pepetela, Luandino Vieira não foram somente testemunhas casuais e nem escolheram sem motivação específica, apenas por gosto, digamos, os assuntos que trataram em seus romances. Participaram ativamente, em menor ou maior grau, tanto da resistência à ditadura brasileira como na luta de libertação angolana. Pagaram, no mínimo, com prisão, ou com as misérias da guerra, por essa participação. Dois ou três episódios curtos de cadeia, para Callado, mais a ameaça de ser proibido de exercer sua profissão; uma longa temporada (mais de dez anos, entre Luanda e o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde) para Luandino. E Pepetela, além de exilado na França e na Argélia, foi guerrilheiro, como já mencionamos, participou diretamente da luta armada contra o regime colonial.

Uma ordenação mais ou menos cronológica dos acontecimentos numa única linha do tempo permitirá exposição paralela de acontecimentos que guardem alguma simultaneidade. Talvez assim possamos melhor comparar e encontrar relações entre o que estava acontecendo em Angola e no Brasil, nos diferentes momentos da luta, e também o que estava acontecendo em outros lugares e estava relacionado de alguma forma com os nossos dois focos de atenção.

No segundo capítulo nosso apoio interdisciplinar será dado pela Crítica e a Teoria Literária. E este capítulo será necessário para que não incorramos, como adverte Antonio Candido, no

[...] erro, frequentemente repetido em crítica, de pensar que o essencial do romance é a personagem, — como se esta pudesse existir separada das outras realidades que encarna, que ela vive, que lhe dão vida. (Candido; Rosenfeld; Prado; Gomes, 1976, p. 54)

Evitado esse engano, o crítico, em seguida, endossa a centralidade do elemento personagem:

[...] pode-se dizer que é o elemento mais atuante, mais comunicativo da arte novelística moderna, como se configurou nos séculos XVIII, XIX e começo do XX; mas que só adquire pleno significado no contexto, e que, portanto, no fim de contas a construção estrutural é o

maior responsável pela força e eficácia de um romance. (Candido; Rosenfeld; Prado; Gomes, 1976, p. 54-55)

Apresentaremos então, sumariamente — através de uma sinopse que inclua a atuação dos personagens que nos interessam, inclusive os secundários —, a matéria tratada em cada um dos dez romances e procuraremos definir de que modos eles estão arquitetados e construídos, e como permitem a movimentação com “força e eficácia” dos personagens no interior destas construções. Retomaremos algo já presente no trabalho de mestrado, uma espécie de “teoria do personagem”, revendo o tratamento que alguns críticos (Anatol Rosenfeld, Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, E. M. Forster, Edwin Muir, Mikhail Bakhtin, Paulo Emílio Salles Gomes, William Gass) dão a esse elemento e acrescentando outros estudos, como, por exemplo, o trabalho de grande fôlego empreendido por Michel Zérafra em seu *Pessoa e personagem*. Veremos que sugestões esses críticos, entre outros, podem dar a nosso trabalho.

Só depois disso estaremos prontos para os três capítulos que de fato constituirão o cerne de nosso estudo, cada capítulo reunindo a galeria de retratos de guerrilheiros esboçada e desenvolvida por cada um dos escritores examinados. Apesar de didaticamente divididos em capítulos próprios e separados, o diálogo entre as diferentes figuras traçadas, os recursos expressivos e as abordagens adotadas estarão presentes e serão destacadas quando for conveniente à interpretação que pudermos fazer dos retratados.

Completada a galeria, só restará fechar o trabalho com o último discurso, que procurará reunir e recolher as sugestões mais relevantes que os diversos textos e perfis de personagens permitiram registrar. Será também o momento de sumariar os pontos em que as diversas figuras mais se aproximaram e se puseram em acordo e aqueles em que elas mais radicalmente divergiram e que sentido particular podemos perceber em tais similaridades e discrepâncias.

Um último ponto deve ser discutido antes que encerremos este discurso preliminar: por que estudar as questões históricas e estéticas que estas obras e estes personagens-guerrilheiros podem nos sugerir? Não seria este, por acaso, um assunto datado, pouco contemporâneo? “Que sentido e/ou sentidos encontrar para essa retomada da guerrilha quando a ideia de nação em Angola parece tão consolidada?” A essa pergunta, feita por Rita Chaves em texto para a quarta capa d’*O livro dos guerrilheiros*, poderíamos acrescentar outra: por que retomar o tema da resistência armada à ditadura

brasileira em tempos de democracia bastante consolidada, de repúdio à violência política e a outras formas de violência, e em que o fascínio dessa resistência, lembremos de novo Gorender, é “quase inimaginável”?

Talvez este trabalho possa recuperar algo desse fascínio, algo que terá ficado nas obras literárias escritas ainda sob seu calor e que a arte da literatura preservou como emoção e conhecimento. A movimentação em torno dos trabalhos da Comissão da Verdade, encarregada de investigar as questões ainda obscuras sobre a violação dos direitos humanos durante a ditadura brasileira, talvez seja índice de que o fascínio pode estar esquecido, incapaz de despertar a imaginação, mas ainda há muito interesse sobre o assunto, ainda que em parcelas restritas da sociedade. Temos claro não ser possível sustentar que haja um interesse generalizado sobre o assunto. Mas também não podemos negar que essa é uma questão que hoje, mais de cinquenta anos depois do golpe militar, ainda interessa e divide setores da sociedade brasileira.

Também a ponte estabelecida entre dois momentos da História, um do Brasil, outro de Angola, pode ser justificativa desta pesquisa. Todos havemos de concordar que o conhecimento da História e da Literatura de Angola pelos brasileiros, ainda que possa estar aumentando, é de alcance bastante restrito. Apesar da presença em Angola de empresários brasileiros, de interesses brasileiros e da televisão brasileira, com toda sua gama de celebridades e subcelebridades, acreditamos que um conhecimento mais aprofundado (que inclua história política, história literária) do Brasil pelos angolanos também não seja coisa de se fazer notar. Podemos tomar como indicativo disso passagem do livro *Desmedida*, em que o escritor, cineasta e antropólogo angolano Ruy Duarte de Carvalho comenta suas relações com e conhecimentos sobre o Brasil anteriores à viagem descrita na obra.

Saberei ainda assim que a Ipiranga cruza a avenida São João onde sangue de um crime, segundo Vanzolini, domador de serpentes no Butantã, pode sempre estar escorrendo de algum bar onde haja malandro jogando bilhar, *mas que sei eu de resistências brasileiras a ditaduras para mim alheias?* [...] Mas que sei eu da São Paulo e do Brasil de agora *e daquele que entretanto decorreu enquanto as nossas guerras nos mantinham entretidos?* (Carvalho, p. 70, itálicos nossos)

Se o próprio Ruy Duarte confessa desconhecer “resistências brasileiras a ditaduras” para ele “alheias” e desconhecer o tempo “que entretanto decorreu enquanto as nossas guerras nos mantinham entretidos”, podemos entender que mesmo entre os intelectuais angolanos, no mínimo porque ocupados com outras questões, afastados pela distância, o

desconhecimento desse aspecto particular da História brasileira seja grande. Mas há pelo menos um fato da ditadura brasileira relacionado com a independência angolana que é bastante conhecido na margem oriental do Atlântico. Ruy Duarte faz referência a ele em momento anterior ao texto citado, evocando ironias da História:

[...] depois de 1975 até ficava mal revelar apego ao Brasil, fazia parte do “passado” colonial [...], embora o Brasil dos generais tenha sido o primeiro governo do mundo a reconhecer a Angola independente e o seu governo, que se mantém até hoje no poder, ironias, às vezes duplas e até triplas, que a história tece. (Carvalho, p. 68-69)

Uma das ironias a que se refere Ruy Duarte é com certeza a convergência entre as posições da ditadura brasileira sob Geisel e as de seu arqui-inimigo Fidel Castro, cujas tropas ajudaram a sustentar o poder do MPLA sobre o governo de Angola recém-independente.⁵

Como dizíamos, a apresentação paralela dos dois assuntos (“as nossas guerras”) pode despertar interesse nos pesquisadores e leitores brasileiros para retomada (ou mesmo tomada) de contato com um período da História que permanece ainda um tanto obscuro e, poderíamos acrescentar, não cicatrizado, enquanto simultaneamente toma contato com aquela guerra acontecida do outro lado do Atlântico, para eles, em sua maioria, muito mais desconhecida. Também os pesquisadores e leitores angolanos podem se interessar pela parte do estudo que se refere ao Brasil e apontar as falhas e lacunas na outra parte, que se refere a Angola, visto que o pesquisador, brasileiro, tem muito menos conhecimento sobre ela e não pretende ensinar a eles a História de seu próprio país.

Por outro lado, para aqueles que porventura acharem este trabalho um tanto excessivo em sua quantidade de informação contextual, gostaria de dizer que reunimos nele tudo que gostaríamos que nos tivessem dito (sobre a guerra de independência, por exemplo) ao iniciar os estudos de literatura angolana. Acreditamos que o roteiro possa ser útil aos futuros estudantes, que não precisarão repetir este percurso, podendo avançar para outras e renovadas pesquisas.

Por fim, e não menos importante, este doutoramento se propõe a discutir, analisar e interpretar aspectos da criação estética de três importantes escritores da língua

⁵ Para uma descrição detalhada desse processo da primazia brasileira no reconhecimento diplomático da República Popular de Angola, da convergência com a política cubana e o choque com os interesses norte-americanos, ver a segunda parte do capítulo “Com as tropas de Fidel” (p. 136-157) em *A ditadura encurralada*, de Elio Gaspari.

portuguesa em suas variedades brasileira e angolana. Antônio Callado, falecido já há mais de quinze anos, deve sempre ser apresentado e reapresentado às novas gerações, que não viveram os tempos por ele vividos, que não passaram pelas esperanças e decepções presentes naqueles tempos, mas que, através de sua arte, terão oportunidade de compartilhar e conhecer sensível e sensorialmente algo daquelas experiências e um tempo específico da História do Brasil. Pepetela, aproveitando sua própria experiência de luta, transfigurada e recriada pela arte narrativa, também pode transportar o imaginário de seus leitores aos tempos ainda próximos e já tão distantes em que aconteceu a guerra colonial ou de libertação, dando-nos um relato muito vivo, quase palpável, sobre aquela experiência única, além de refletir intelectualmente, discuti-la no calor da hora e examiná-la de modo crítico. Luandino Vieira, o criador de linguagens, o logoteta (Trigo, 1981), o escritor capaz de construir sua prosa com os elementos e a reverberação da mais elevada poesia, depois de muitos anos de silêncio, reaparece e nos brinda com dois textos que, além de tudo que deles e dele já se poderia esperar, acrescenta a capacidade e a imaginação de se colocar na experiência alheia, na pele do outro, recriando com grande originalidade e força expressiva a vivência e a consciência dos guerrilheiros em sua luta, abrigados nas matas, fluindo pela terra angolana numa imitação dos seus rios. Se este trabalho for capaz de despertar o interesse de leitores por algum destes escritores (melhor seria para os três) e se puder sugerir algumas possibilidades novas de leitura para eles, já estará mais que justificado.

PRIMEIRO CAPÍTULO

OU

TRÊS ROMANCISTAS COMO HOMENS DE SEU TEMPO

Moíses Naím, escritor venezuelano e estudioso das relações internacionais, ex-editor da revista *Foreign Policy*, publicou em 19 de agosto de 2011 coluna intitulada “Quando os fracos vencem”, no Caderno Mundo da *Folha de S. Paulo*. Nela comenta estudo⁶ sobre guerras de guerrilhas ao longo dos séculos XIX e XX, guerras também chamadas, pelos especialistas militares que as combatem, irregulares e assimétricas. “Uma das quase constantes na história militar é que forças militares maiores e mais bem equipadas tendem a derrotar forças menores e menos bem armadas.” Nesta primeira frase do seu texto o colunista poderia estar se referindo ao caso da resistência armada à ditadura brasileira. “Igualmente constantes na história, contudo, são os casos de forças armadas pequenas que conseguiram assediar essas máquinas militares grandes, sustar seu avanço e até mesmo derrotá-las.” Já esta segunda afirmação do texto, que poderia ser exemplificada com a vitória dos vietnamitas sobre os americanos, também pode abranger o sucedido na guerra de libertação de Angola. Mais adiante, no mesmo texto, Naím vai retirar do estudo comentado na coluna alguns dados numéricos que podem nos interessar.

O estudioso de Harvard Ivan Arreguín-Toft analisou as 197 guerras desse tipo travadas em todo o mundo entre 1800 e 1997 e que também foram assimétricas — ou seja, em que havia uma grande disparidade inicial entre os antagonistas, conforme o que se mede em termos tradicionais, pela combinação das dimensões de suas forças militares e sua população. Arreguín-Toft constatou que, em quase 30% dos casos, o ator supostamente “fraco” venceu o conflito. Isso é notável por si só, mas mais notável ainda foi a tendência ao longo do tempo. Nos últimos dois séculos o antagonista supostamente “fraco” viu suas chances de prevalecer aumentarem constantemente. / Entre 1800 e 1949, o ator fraco venceu apenas 11,8% do tempo. Mas, entre 1959 e 1998, o ator fraco venceu em 55% dos casos. Isso significa que um axioma fundamental da guerra foi colocado de ponta-cabeça. (Naím, 2011, vale para as três citações.)

Notemos que o ano que indica o início da virada estatística a favor dos mais fracos é o de 1959. Não há de ser por acaso que é este também o ano da vitória da revolução cubana, caso de guerra assimétrica em que o ator a princípio mais fraco

⁶ Ivan Arreguin-Toft. *How the weak win wars: a theory of asymmetric conflict*. New York: Cambridge University Press, 2005.

acabou por derrotar um exército nacional, mais numeroso e melhor armado que o bando de irregulares seu adversário.

Mas a quantificação numérica não basta para que possamos entender minimamente como se deu essa virada. Eric Hobsbawm, num texto denominado “O Vietnã e a dinâmica da guerra de guerrilhas”, datado de 1965, talvez seja capaz de indicar porque essa balança de conflitos pendeu em favor dos fracos. Eis o que nos diz o historiador britânico:

A principal diferença entre a forma antiga e, na maioria das sociedades camponesas, a forma endêmica de banditismo e a guerrilha moderna consiste em que o bandido social do tipo “Robin Hood” tem objetivos militares extremamente modestos e limitados (é geralmente apenas uma força muito pequena e localizada). [...] / A novidade da moderna guerra de guerrilhas [...] não é tanto de natureza militar. [...] / A novidade é política e é de duas espécies. Primeiro, são mais comuns hoje as situações em que as forças guerrilheiras podem contar com o apoio de massas em áreas amplamente diferentes de seu país. Assim o faz, em parte apelando para o interesse comum dos pobres contra os ricos, dos oprimidos contra o governo e, em parte, explorando o nacionalismo ou o ódio aos invasores estrangeiros (freqüentemente ⁷ de outra cor). (Hobsbawm, 1985, p. 166-167)

Na citação do professor Hobsbawm podemos, outra vez, identificar os dois casos que vão nos interessar aqui. Os guerrilheiros do Brasil bem tentaram apelar “para o interesse comum dos pobres contra os ricos, dos oprimidos contra o governo”, mas não conseguiram despertar tal interesse e nem, tampouco, puderam “contar com o apoio de massas em áreas amplamente diferentes de seu país”. Na verdade puderam contar com o mínimo, ou mesmo quase nenhum apoio de massas e, isolados, militarmente débeis diante de forças muito superiores, desproporcionais, a derrota da insurreição armada foi inevitável. No entanto, a luta política continuou. Já no caso angolano “o nacionalismo”, “o ódio aos invasores estrangeiros” brancos e “o interesse comum dos pobres contra os ricos, dos oprimidos contra o governo” colonial, tudo isso levou as massas a apoiarem como puderam, contra forte repressão, seus combatentes irregulares.

O texto prossegue, detalhando a ligação entre a guerrilha e a política.

A segunda inovação política é a ampliação, não apenas do apoio aos guerrilheiros, mas da própria força guerrilheira, através de partidos e movimentos de âmbito nacional e, às vezes, internacional. A unidade guerrilheira não é mais um produto puramente local; é um corpo de quadros

⁷ Adotamos o critério de manter em todas as citações a ortografia original, vigente ao tempo em que a obra foi publicada, se o corretor automático do programa editor de texto *Word* não nos atraiçoar. A atualização ortográfica das citações para o critério vigente na atualidade parece-nos um desrespeito documental. Além disso, a convivência dos diversos sistemas ortográficos no trabalho pode ser vista como ilustração das constantes transformações históricas, do dinamismo presente até em seu registro documental.

permanentes e móveis em torno do qual se articula a força local. Estes quadros a unem a outras unidades até formar um “exército guerrilheiro” capaz de desenvolver uma estratégia de âmbito nacional e de ser transformado em um autêntico “exército”. Também a vinculam geralmente com o movimento nacional não envolvido de maneira direta na luta armada, e particularmente com as cidades politicamente decisivas.
(Hobsbawm, 1985, p. 168)

E mais adiante acrescenta: “[a] verdadeira força dos exércitos guerrilheiros não reside em uma habilidade de se transformarem em exércitos regulares, capazes de derrotar outras forças convencionais, mas em sua força política” (Hobsbawm, 1985, p. 171-172). Se Carl von Clausewitz, general prussiano e teórico da atividade bélica, autor do clássico tratado *Da guerra*, nos legou a famosa proposição em que declara *ser a guerra a continuação da política por outros meios*, o historiador britânico parece acrescentar que também para a guerrilha isso é verdade, e que, nesta espécie de ação armada, a consciência de sua natureza política mostra-se ainda mais importante.

É a partir desta sugestão que vamos empreender em seguida uma retomada dos fatos e conflitos políticos do século XX, em especial os que formam o contexto mais diretamente ligado aos dois casos que nos importam neste trabalho. E há outra sugestão, também de Hobsbawm, presente em passagem do texto (“O século: vista aérea”) com que ele abre seu *Era dos extremos* e que reproduzimos abaixo.

Para qualquer pessoa da minha idade que tenha vivido todo o Breve Século XX ou a maior parte dele, isso é também, inevitavelmente, uma empresa autobiográfica. Trata-se de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas — por mais insignificantes que sejam nossos papéis —, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. Somos parte deste século. Ele é parte de nós.
(Hobsbawm, 1995, p. 13)

O trecho citado justifica, em alguma medida, nossa intenção de juntar ao resumo histórico-cronológico que vamos esboçar alguns fatos biográficos relativos aos escritores de que nos ocupamos. Não se trata, de nenhum modo, de explicar a obra pela biografia, mesmo porque, neste ponto do trabalho, ainda não nos dedicaremos à leitura cerrada, à análise e à interpretação dos textos literários escolhidos. Por enquanto queremos apenas mostrar os três escritores “como homens [...] de determinado tempo e lugar, envolvidos em sua história como atores de seus dramas [...], como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais”. Também podemos dizer, com Hobsbawm, que Callado, Pepetela, Luandino Vieira são parte do século XX

e o século é parte deles. E, sendo assim, como eles, não através do rigor científico, mas através de subjetividade e sensibilidade únicas e pessoais, através do rigor artístico capaz de alcançar e tocar a subjetividade e a sensibilidade dos leitores, transformaram essas vivências e recriaram essas participações e esses tempos em narrativas literárias que talvez nos indiquem alguns dos acontecimentos do século que moldaram suas opiniões e que eles consideraram cruciais. Dividiremos esta exposição em duas partes. Na primeira delas trataremos dos antecedentes daquilo que Hobsbawm chamou o terceiro quartel do século, em que as guerrilhas revolucionárias proliferaram. Em qualquer estudo histórico não é possível partir de um determinado ponto escolhido e seguir em frente. Sempre será preciso falar um pouco sobre como se chegou à situação que principia no tal ponto escolhido. Lembremos, para exemplo, o estudo de Kenneth Maxwell sobre a revolução dos cravos, o fim do império e a redemocratização de Portugal. Para chegar a seu assunto, o historiador inglês teve de se referir a Dom “Afonso Henriques, fundador da primeira monarquia portuguesa, a Casa de Borgonha” (Maxwell, 2006, p. 25) e à retomada de Lisboa aos mouros, no ano de 1147. Não voltaremos tão atrás. Começaremos 770 anos depois, em 1917. A segunda parte da exposição abarcará o período compreendido entre 1950 e 1975.

ANTES DA GUERRA FRIA

Antônio Carlos Callado nasceu em janeiro de 1917, na cidade de Niterói, filho de uma professora e de um médico. A Primeira Guerra Mundial conflagrava a Europa já por dois anos e meio. No mês seguinte, fevereiro (pelo antigo calendário juliano, pelo gregoriano já era março), um motim popular em Petrogrado, capital do Império Russo, que as autoridades não conseguiram reprimir, levou à abdicação de Nicolau II, último soberano Romanov, família que havia ocupado aquele trono por centenas de anos.

A revolução surge nas ruas, descendo das fábricas com milhares de operários grevistas, aos gritos de Queremos pão! Queremos pão! Impotentes, as autoridades os viram chegar. Evitar a crise não estava ao seu alcance. A confraternização das tropas com as manifestações operárias nas ruas de Petrogrado levou a cabo a queda da autocracia (25-27 de fevereiro de 1917). A rapidez dos acontecimentos surpreende as organizações revolucionárias, embora tenham estado trabalhando em sua preparação. (Serge, p. 52)

Instalou-se uma dualidade de poder: o Governo Provisório da Duma, espécie de parlamento, que concentrava os representantes da burguesia, e o Soviete de Operários e Soldados, que pretendia muito mais que o simples reestabelecimento da ordem e a retomada do esforço de guerra, agora sem o czar. Em outubro, ainda pelo calendário

juliano, os bolcheviques conseguem tomar o poder. Começa o Governo dos Comissários do Povo, dirigido por Lênin. Havia entre eles a esperança da revolução socialista se espalhar pela Europa, mas a tentativa mais séria, feita na Alemanha, foi logo derrotada e a Rússia Soviética viu-se isolada e em guerra civil, além de atacada por forças estrangeiras. Finalmente vitoriosos, os bolcheviques criaram, em 1922, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Estabelecia-se assim um dos polos, Hobsbawm talvez dissesse um dos extremos, em torno dos quais o breve século XX se organizou. O outro, que defendia a permanência e a primazia do capitalismo, reunia as potências da Europa, Inglaterra, França, e a potência imperial emergente, os Estados Unidos da América, que iniciava a expansão de uma nova espécie de império (e de imperialismo), diferente dos antigos impérios coloniais.⁸ Portugal, embora se considerasse império, não é aqui incluído porque não era potência. Basta lembrar o passa-moleque às suas pretensões territoriais em África (o tal “mapa cor-de-rosa” unindo Angola e Moçambique) que levou da Inglaterra, com o Ultimato de 1890. A Alemanha via seu projeto de império africano ser desfeito em virtude da derrota na Primeira Guerra dita Mundial.

João Paulo Borges Coelho, historiador e romancista moçambicano, em seu premiado livro *O olho de Hertzog*, recuperou e trouxe à baila o assunto, recriando ficcionalmente a campanha do general alemão Von Lettow-Vorbeck. Nele vemos como, na Primeira Guerra Mundial, apesar de vencidas na Europa, forças alemãs foram vitoriosas em África usando a guerrilha como estratégia e africanos como soldados. Num artigo para a revista *Esquire*, publicado em novembro de 1935, Ernest Hemingway, veterano do fronte italiano na mesma guerra, pertencente, portanto, a uma geração que ainda devia ter bem vivas na memória as histórias e as façanhas do general alemão (mesmo equivocando-se ao dar-lhe o posto de coronel), assim as resumiu:

Um coronel alemão chamado Von Lettow-Vorbeck, com uma força inicial de 5.000 homens, dos quais apenas 250 eram soldados brancos, lutou contra 130.000 soldados aliados, durante quatro anos, em Tanganica e na África Portuguesa, causando uma despesa de 72 milhões de libras esterlinas. No final da guerra, ele ainda andava à solta, levando a cabo uma guerra de guerrilha.

Cabe-nos notar que o artigo (“Notas sobre a próxima guerra: uma carta séria sobre um tópico atual”) analisava a perspectiva de uma nova guerra europeia que, como

⁸ Diferente na forma mas semelhante nos propósitos, pelo que nos diz Edward Said. “Os Estados Unidos começaram como império no século XIX, mas foi na segunda metade do século XX, após a descolonização dos impérios britânicos e francês, que eles seguiram diretamente seus dois grandes predecessores.” (Said, p. 24)

sabemos, de fato veio a acontecer. E mais, ao comentar a possível resistência da Abissínia (ou Etiópia) à invasão promovida por Mussolini, o jornalista e escritor americano antecipa em linhas gerais o que viria a acontecer aos portugueses quase quarenta anos depois, em suas colônias. Acompanhemos a sequência da citação anterior:

Se os abissínios decidirem enveredar pela guerrilha, em vez de negociarem a paz, a Itália poderá acabar descobrindo que a Etiópia é uma ferida aberta em seu flanco, drenando o seu dinheiro, a sua juventude e os seus suprimentos alimentares, e devolvendo-lhe homens alquebrados, sem saúde e impregnados de sofrimento, enojados com o govêrno que os mandou sofrer com promessas vãs de glória. São os soldados decepcionados que costumam derrubar um regime. (Hemingway, 1969, p. 251, vale para as duas citações.)

Os capitães do 25 de abril assinariam embaixo da última sentença.

Em fevereiro de 1927, pouco depois do décimo aniversário de Antônio Callado, terminava outra experiência de guerra assimétrica: a marcha iniciada em abril de 1925 pela força militar rebelde que ficou conhecida como Coluna Prestes e que percorreu grande parte do território brasileiro, quase incógnito até então. Os militares rebeldes, remanescentes de levantes acontecidos em São Paulo e no Rio Grande do Sul, juntaram-se na região de Foz do Iguaçu, no Paraná, e fizeram — através das regiões centro-oeste e nordeste, mantendo-se longe da faixa litorânea, conhecida, povoada e bem guardada pelas forças legalistas — propaganda armada contra o poder oligárquico na República, sem nunca permanecer no mesmo lugar por mais de dois dias. Eles queriam voto secreto, o fim da corrupção e outras reformas políticas, chegaram a reunir 1 500 homens e, se não venceram, também não foram derrotados. Os sobreviventes da marcha exilaram-se na Bolívia. Figuras que vão participar ativamente do próximo meio século da história brasileira como o próprio Prestes, e futuros participantes do golpe de 1964 como Juarez Távora e Cordeiro de Farias ganharam notoriedade neste momento. Os chamados *tenentes*, que inauguraram sua rebeldia no levante do Forte de Copacabana, em 1922, depois de passar pelas marchas e combates da chamada Primeira Divisão Revolucionária (que nunca teve Segunda), vão ter papel decisivo no fim da República Velha, derrubada em 1930 e que pôs Getúlio Vargas no poder pelos quinze anos seguintes. (Veiga, 1997) Apenas Prestes, entre os chefes da marcha, não esteve com seus antigos companheiros nessa empreitada porque já se havia engajado em outro projeto: inspirado no exemplo da União Soviética, queria uma revolução socialista para o Brasil, não uma reforma e modernização das mesmas instituições políticas de sempre.

Encontraremos pelo menos dois personagens de Callado explicitamente declarados como antigos membros da Coluna Prestes (ou, apenas, da Coluna). Em *Quarup*, Ramiro Castanho fala ao ainda padre Nando sobre um deles: “Otávio Cisneiros também. Êsse [...] é ex-comunista, ou falso ex-comunista, criptocomunista, uma coisa assim. É comuna nas entranhas. Foi da Coluna Prestes. Andou até metido na Intentona de 1935” (*Q*, 82). Em *Reflexos do baile*, muito sumariamente, Beto recorda confidência de Dirceu em mensagem dirigida ao próprio Dirceu:

[...] o dia já distante em que extraí de você uma história pessoal que começa com a Coluna, desaparece na terra do teu primeiro exílio, irrompe de novo numa segunda coluna, na terceira, em muitas outras que tentaram completar-se e que aí estão decepadas e sem nada a sustentar, como se o país fosse uma antiga Grécia, só que sem passado nenhum. (*RB*, 22)

Também em *Bar Don Juan*, se não há um antigo combatente da Coluna, há referências a Prestes e à sua trajetória, no discurso que Gil faz aos candidatos a guerrilheiros que surgem em seu sítio, em Corumbá, dispostos a reunir-se a Che Guevara na Bolívia. “Para João há de tudo, [...] até a história do Partido Comunista, que vai do brilhante Prestes dos inícios ao morigerado pai de família em que êle se transformou, e até a rebelião de Marighela [*sic*], contra Prestes” (*BDJ*, 122). E mais adiante:

— Está tudo pormenorizado aí — disse Gil. — Há exatamente quarenta anos, em fins de 1927, Astrojildo Pereira, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, tomava um carro em Corumbá e ia a Puerto Suarez, ao encontro de Luiz Carlos Prestes, que se exilara na Bolívia depois de vagar três anos pelos sertões do Brasil à frente da Coluna. Ia de missionário, catequizar Prestes para o comunismo, e passou a fronteira meio apreensivo, pois levava tôda uma bagagem de livros de Marx, Engels e Lênin, em francês [...]. Astrojildo já morreu, sem ver os frutos da sua plantação, e Prestes deve estar ensinando francês aos meninos nos livros que recebeu em Puerto Suarez. Eis o trabalho revolucionário de quatro decênios. (*BDJ*, 124-125)

Isso dá pelo menos uma medida de como a Coluna e seu líder marcaram o imaginário não só de Callado, de toda uma geração de brasileiros desejosos e comprometidos com mudanças para o país. Prestes foi o cavaleiro da esperança para muitos e depois foi, pelo menos para alguns, após muitos discursos e nenhum enfrentamento aos golpistas de 1964, agente de equívocos e frustrações.

Mas não adiantemos. Ainda estamos no período entre guerras, as décadas de 1920 e 1930. Já mencionamos Mussolini, criador do Partido Fascista, que em 1922 havia assumido o cargo de primeiro-ministro da Itália e em 1926 já estava governando com poderes ditatoriais. Também em 1926 um golpe põe fim à instável República portuguesa, que ainda não havia completado dezesseis anos de vigência, e implanta uma

ditadura militar. Dois dias depois do golpe, acontecido em 28 de maio, o novo governo nomeia como ministro das Finanças um jovem e obscuro professor de economia na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, chamado António de Oliveira Salazar. Cinco dias depois de nomeado, diante do caos governativo que encontrou em Lisboa, o professor renuncia ao ministério e retorna a Coimbra. (Almada, p. 84-93) Será chamado de novo em 1928 para o mesmo cargo e, a partir daí, acabará por assumir controle total do governo, imprimindo nova política para as possessões africanas, acentuando a exploração colonial. Só abrirá mão do poder, involuntariamente, quarenta anos depois, em 1968, após uma queda que resultou num coágulo no cérebro e o incapacitou definitivamente para qualquer coisa.

Salazar, um austero celibatário de 39 anos nascido em 1889 na região central de Portugal, assumiu o controle absoluto a partir de 1930, governando inicialmente como ministro das Finanças e em seguida como presidente do Conselho de Ministros. A Constituição do “Estado Novo” que ele redigiu em 1932 criou um regime “corporativo” nos moldes do que Benito Mussolini acabara de instituir na Itália. (Maxwell, p. 35)

Também na Alemanha, ainda afetada pela derrota na guerra, um político adventício, um cabo austríaco chamado Adolf Hitler, inspirou-se no movimento criado por Mussolini e tratou de aperfeiçoá-lo para pior. (Acreditamos não ser possível dizer que o nazismo tenha sido um aperfeiçoamento do fascismo para melhor.) Depois de seu partido vencer eleições parlamentares e ele ser nomeado chanceler, providenciou o incêndio do *Reichstag*, onde se reuniam os deputados, atribuiu a culpa aos comunistas e passou a governar sem legislativo, assumindo poderes ditatoriais. “Sem o triunfo de Hitler na Alemanha no início de 1933, o fascismo não teria se tornado um movimento geral. Na verdade, todos os movimentos fascistas com algum peso fora da Itália foram fundados após sua chegada ao poder [...]” (Hobsbawm, 1995, p. 120) As chamadas democracias ocidentais, receosas de suas próprias classes trabalhadoras, pouco fizeram para obstar este processo. Tinham alguma esperança que a Alemanha se voltasse contra a União Soviética e assim eles se livrariam do comunismo sem sujar as mãos.

Em 1935, no mês de maio, nasceu José Mateus Vieira da Graça, num lugarejo de Portugal chamado Lagoa do Furadouro, próximo à vila de Ourém e não distante de Fátima, conhecido centro de devoção católica. A criança que depois viria a ser o escritor Luandino Vieira, não guardou lembranças do seu lugar de nascimento pois mudou-se com os pais para Angola quando tinha pouco mais de um ano. Ele próprio

contou, em entrevista a Michel Laban, como veio a visitar (e conhecer) seu local de nascimento:

A primeira vez que fui a Portugal, em 1959, fim de 1959, começos de 60 — eu nasci em 1935 —, recordo-me que me deu vontade de rir quando, para procurar minha avó, cheguei ao sítio chamado Lagoa do Furadouro, deu-me vontade de rir porque era estranho estar ali, olhar para aquilo tudo, acreditar numa coisa que ainda hoje me custa a acreditar: nasci ali. Quero dizer, tenho isso como se tivesse nascido a bordo de um navio, em escala num porto, em trânsito de minha mãe para a vida, num dos portos... Foi aquele. Minha mãe era natural dali. (Laban, 1980, p. 12-13)

A viagem dos pais de Luandino para Angola, onde se tornariam colonos, já faz parte da nova política que incentiva o aumento da população branca na colônia, pensada antes, mas implementada apenas depois de Salazar assumir o poder. Vejamos o que nos diz um manual (*História de Angola*) elaborado por um organismo do MPLA e publicado originalmente em Argel, em 1965.⁹ Apesar de sua linguagem um tanto simplificada e esquemática, talvez até reducionista, atendendo a seu propósito militante, o texto é capaz de nos dar uma noção do que acontecia na colônia mais ou menos na época em que a família de Luandino se mudou para lá. Começa com uma definição do que o manual chama ultra-colonialismo:

[...] exploração directa do trabalho dos africanos, pela apropriação pelos capitalistas dos meios de produção em geral, por uma segregação racial e por uma negação total dos direitos do Homem. / Este ultra-colonialismo foi trazido pelo fascismo que em Portugal subiu ao poder em 1926. Em Angola os efeitos do ultra-colonialismo não se começaram a sentir em 1926. Isso levou ainda alguns anos. Na verdade, só por volta de 1940 se instituíam as estruturas que vieram a dar ao colonialismo português a forma de ultra-colonialismo. / [...] O célebre governador português da colónia chamado Norton de Matos parece ter sido o autor das medidas ultra-coloniais mais importantes. Governou primeiro em 1912 e já nessa data ele pensou que era preciso enviar para Angola os excedentes da população portuguesa, que viviam em Portugal com muita miséria. Essa medida servia para libertar os capitalistas portugueses de um lumpem-proletariado e de um campesinato miseráveis; servia para colocar em Angola muitos brancos com vida melhorada que fossem fiéis ao governo e, portanto, aos grandes capitalistas e servissem de meio de agressão aos africanos. Servia também para desenvolver em Angola uma pequena indústria controlada pelos capitalistas portugueses. / Por isso, este período se caracteriza também pela queda

⁹ Pepetela fazia parte desse organismo, chamado Centro de Estudos Angolanos, e ajudou a elaborar o texto. Lemos numa cronologia: “1963 — Pepetela deixa Paris e fixa-se em Argel, onde permanecerá nos próximos seis anos, formando-se em Sociologia pela Universidade de Argel. / 1964 — Juntamente com Adolfo Maria, Henrique Abranches, João Vieira Lopes e Kasesa, Pepetela funda o Centro de Estudos Angolanos, que tinha como principal objetivo auxiliar a luta do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).” (Chaves; Macêdo, 2009, p. 16) E em outra: “1963 — Vai para Argélia, onde se forma em Sociologia, e, no ano seguinte, juntamente com Adolfo Maria, João Vieira Lopes, Kasesa, Henrique Abranches e Costa Andrade funda o Centro de Estudos Angolanos. Ainda com Henrique Abranches e Costa Andrade dedica-se a escrever, para o MPLA, uma inovadora e revolucionária *História de Angola*.” (Tindó; Ribeiro, 2006, p. 89)

precipitada e desaparecimento quase completo da burguesia angolana (negros, mestiços e alguns brancos, restos da burguesia do final do século XIX). De 1900 a 1930, a população branca subiu de 9.000 para 30.000 pessoas e este aumento não era senão preparatório. A grande inundação de brancos iria dar-se entre 1940 e 1960. Por outro lado, o número de mestiços quase não aumentava: em 1900 havia 7.000, e em 1930 havia 13.500 mestiços. A chamada população negra evoluída [assimilados] aumentou só de 1%. / Tudo o que ficou da antiga burguesia africana foi um certo número de pequenos funcionários e pequenos agricultores de café vivendo na angústia da decadência. (Centro de Estudos Angolanos, p. 167-168)

Neste ano de 1935, quando o futuro Luandino Vieira ainda vivia em Portugal e tinha alguns meses de idade, terminava em outubro a Longa Marcha, iniciada por Mao Tsé-tung e seus comandados um ano antes, para fugir a um cerco de forças inimigas. A marcha célebre dos chineses, convém lembrar, percorreu mais ou menos a metade (doze mil quilômetros) e durou dez meses menos que a marcha da Coluna Prestes. Mas os chineses vencem as estatísticas em relação à Coluna Prestes no critério em que eles sempre são vitoriosos: na demografia. Enquanto a coluna brasileira nunca reuniu mais de 1 500 rebeldes, os chineses começaram com cem mil homens e nove mil deles chegaram ao fim da marcha. O que não significa que os outros noventa mil tenham morrido ou desertado. Como a maioria era composta por camponeses e não por combatentes, grande parte se estabeleceu em novas terras assim que se viram afastados da zona de ameaça. Hobsbawm faz algumas observações que podem nos interessar, sobre o prestígio da guerrilha como forma de luta revolucionária até além da primeira metade do século.

O caminho para a revolução pela longa guerra de guerrilha foi descoberto um tanto tardiamente pelos revolucionários sociais do século XX [...]. A própria palavra “guerrilha” não fazia parte do vocabulário marxista até depois da Revolução Cubana de 1959. Os bolcheviques, que travaram tanto guerra irregular quanto regular durante a Guerra Civil, usavam o termo *partisan* que se tornou padrão nos movimentos de resistência inspirados pelos soviéticos durante a Segunda Guerra Mundial. [...] Antes da Primeira Guerra Mundial, ela não fazia parte da caixa de ferramentas dos fazedores de revolução em perspectiva. (Hobsbawm, 1995, p. 84)

Depois situa o caso chinês como excepcional nesse quadro:

Isso com exceção da China, onde a nova estratégia foi pioneiramente usada por alguns (mas não todos) líderes comunistas, depois que o Kuomintang, sob Chang Kai-chek, se voltou contra seus ex-aliados comunistas em 1927, e após o espetacular fracasso da insurreição comunista nas cidades (Cantão, 1927). Mao Tsé-tung, principal defensor da nova estratégia — que acabaria tornando-o o líder da China comunista —, [...] reconheceu que [...] as táticas de guerrilha eram parte tradicional do conflito social chinês. [...] / A estratégia chinesa, embora heróica e inspiradora, parecia inadequada a países com modernas comunicações internas e governos habituados a administrar todo o seu território, por mais remoto e fisicamente difícil. Na verdade, não

se mostrou bem-sucedida a curto prazo nem mesmo na China, onde o governo nacional, após várias campanhas militares, obrigou os comunistas em 1934 a abrir mão de seus vários territórios soviéticos livres nas principais regiões do país e retirar-se, através da lendária Longa Marcha, para uma região remota e pouco povoada do noroeste. / Depois que os tenentes rebeldes brasileiros como Luís Carlos Prestes passaram das caminhadas no sertão para o comunismo em fins da década de 1930¹⁰, nenhum grupo esquerdista importante escolheu o caminho da guerrilha em outra parte [...]. (Hobsbawm, 1995, p. 84-85)

No ano do nascimento de Luandino Vieira, da maioria de Antônio Callado e do fim da Longa Marcha chinesa, os tenentes rebeldes de Luís Carlos Prestes estavam divididos, como vimos, desde a revolução de 1930 que pusera fim à chamada República Velha.

A sucessão presidencial criara a crise fatal à primeira República. As candidaturas de Júlio Prestes de Albuquerque e Getúlio Vargas dividiam o mundo político numa maioria situacionista, maciça, e a oposição menos numerosa, mais aguerrida. Logo os próceres da Aliança Liberal entrariam a conspirar, preparando o movimento de outubro de 1930. / O primeiro nome lembrado para chefe militar da revolução foi Luís Carlos Prestes. / Chamado a Pôrto Alegre, entrevistou-se com Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas. Regressou a Buenos Aires para dizer a seus companheiros que não faria a revolução com os políticos, mas com o povo. / Cindiu-se então o bloco revolucionário em duas metades e delas surgiram a direita e a esquerda dos militares. Enquanto Juarez Távora, João Alberto e a maioria que os acompanhou iam formar a vanguarda do Outubrismo, Prestes e alguns poucos iniciavam a marcha para a esquerda. (Silva, p. 40)

Alguns dos antigos chefes rebeldes, agora fechados com a conspiração que pretendia levar Vargas ao poder através da luta armada, tentaram convencer Prestes a participar com eles. Um desses foi o tenente Siqueira Campos, herói do Forte de Copacabana, comandante de um dos destacamentos por toda a marcha da Coluna. Anita Leocádia, filha de Prestes e historiadora, fez um grande estudo sobre a Coluna baseado nos relatos de seu pai e reproduz detalhes da conversa entre Prestes e Campos em Buenos Aires, em abril de 1930:

Mas como é que tu vais marchar, vais participar de um movimento com Bernardes, Epitácio, Borges de Medeiros... com toda essa cambada? — E Siqueira respondia: — São os primeiros que eu fuzilo. — Prestes retrucava: — Tu é que estás equivocado. Eles é que vão te fuzilar, porque qual é a força que tu tens? Estão todos eles do lado do Getúlio! [...] / [...] Porque ele achava que era o caminho para dar o primeiro passo e que podíamos levar a revolução adiante. Ele absolutamente não aceitava as teses que eu aceitava. Eu tinha dado livros até para ele ler, mas ele não punha um livro na mão, não lia. O Siqueira era um homem muito talentoso, mas do ponto de vista ideológico ele era um anarquista. (...) O patriotismo dele não era o patriotismo verde-amarelo, era o patriotismo da indignação pela miséria e o atraso de nosso povo. Ele dizia: — Sabe? Isso precisa ser arrasado! — Eu

¹⁰ Na verdade, em fins da década de 1920.

dizia: — Mas como é que vamos... — Ah, isso depois a gente vê, com o que vai substituir! Depois a gente vê! — O essencial era arrasar isso tudo. Precisa arrasar tudo isso. Quer dizer, era um anarquista nesse sentido. (Prestes, p. 383-384)

Siqueira Campos não conseguiu verificar se seu projeto era viável, pois morreu em acidente aéreo no rio da Prata logo após o encontro com Prestes, quando regressava ao Brasil. Vargas chegou ao poder e conseguiu segurar os esforços reformistas dos tenentes. Prestes acabara seguindo para a União Soviética e era, agora, não apenas membro do Partido Comunista desde 1934, era da direção do Comintern, a Internacional Comunista.

Nos primeiros dias de setembro [de 1935], agentes do Intelligence Service — o serviço secreto inglês —, fizeram chegar às mãos do capitão Filinto Müller [antigo membro da Coluna, havia sido expulso por roubo], o temido chefe da polícia do Distrito Federal, a edição de 25 de agosto do diário *Pravda*, órgão oficial do Partido Comunista da URSS, que estampava uma notícia tranqüilizadora para a polícia brasileira. Sob uma fotografia de corpo inteiro de Luís Carlos Prestes — uma foto antiga, em que ele ainda usava a barba e o cabelo longos — o jornal anunciava sua presença em Moscou e informava que pela primeira vez um latino-americano era eleito membro efetivo da Comissão Executiva da Internacional Comunista. Prestes passava a fazer parte da cúpula comunista mundial, entre outros, ao lado de Joseph Stálin, Dmitri Manuïlski, Georgi Dimitrov, Mao Tsé-tung, Dolores Ibarruri — a *Pasionaria* espanhola —, Palmiro Togliatti e Bela Kuhn. Se Prestes estava em Moscou no VII Congresso da IC, no final de agosto, e se pretendia retornar ao Brasil, isto só aconteceria por volta do fim do ano: a polícia brasileira sabia que, com todas as dificuldades de transporte, uma viagem clandestina da União Soviética ao Brasil exigiria, no mínimo, um par de meses. A tensão que tomara conta da polícia se desfez com a notícia do *Pravda*. O serviço secreto inglês e o capitão Filinto Müller tinham engolido a isca dos comunistas. (Morais, p. 89)

Na verdade Prestes tinha voltado secretamente de Moscou com Olga Benário, a princípio sua guarda-costas, depois sua esposa, futura mãe de Anita Leocádia, tendo sido aclamado, por seu prestígio anterior à adesão ao comunismo, para comandar um amplo movimento de massas, a Aliança Nacional Libertadora. Esse movimento, de oposição ao governo, foi posto na ilegalidade por Vargas seis dias depois de um grande comício no dia 5 de julho, aniversário dos levantes de 1922 e 1924.

O fechamento da ANL marginalizou os aliancistas. Daí por diante, mergulhariam em mais uma das muitas conspirações que se tramavam contra Vargas. Houve militares que depuseram confessando que entraram no golpe de novembro enganados de conspiração. [...] / [...] / Quando os aliancistas se viram irremediavelmente acuados, a ANL fechada, os arquivos devassados pela polícia, seu presidente transferido e, depois, prêso, defrontaram o dilema: capitular ou reagir. (Silva, p. 43-44)

A insatisfação com a medida e a avaliação incorreta do Partido Comunista sobre as maduras condições revolucionárias do Brasil acabariam por gerar algumas tentativas armadas contra o regime.

Os comunistas cometeram o seu grande erro político, que pesaria até hoje em seu passivo. Superestimaram suas forças ao mesmo tempo que subestimaram as forças da reação. / Os três levantes, em datas subseqüentes, dando ao Governo a oportunidade de preparar-se, não podiam ter outro desfecho. Os rebeldes de Natal não tinham como sustentar as posições. Nem os de Recife consolidarem as conquistas da primeira hora. Ou os do 3º RI e da Escola de Aviação de resistirem às forças mobilizadas contra eles. (Silva, p. 44)

Em fins de novembro de 1935, depois de insurreições mais ou menos espontâneas em Natal e Recife, os antigos comandados de Prestes lutavam entre si, a maioria em defesa do governo de Getúlio Vargas, alguns poucos tentando cumprir as ordens do antigo comandante da Coluna, a quem eles davam o posto de general revolucionário. Foi o caso do capitão Agildo Barata, que contribuía como tenente para a vitória dos revoltosos de 1930, mas há muito mudara de lado. Preso disciplinarmente e levado ao Rio de Janeiro, foi um dos responsáveis por levantar o quartel do Terceiro Regimento de Infantaria, sediado na Praia Vermelha. Paulo Francis, num comentário a esse episódio, em um dos seus textos jornalísticos (citamos sem acesso à referência, de memória), disse que era preciso erguer um monumento a Agildo Barata por, num país de tantos arreglos, ter tido a coragem de levantar um regimento e de fato combater. Hélio Silva, o autor do monumental *Ciclo de Vargas*, faz-lhe homenagem nas últimas palavras da “Introdução” ao volume VIII, dedicado a 1935 — *A revolta vermelha*, lembrando “que, pelo inconformismo que marcou a sua vida até ao fim, tornou-se a principal figura da revolta — Agildo da Gama Barata Ribeiro” (Silva, p. 44).

Mas o combate durou pouco. As forças legalistas, como já vimos, eram muito superiores e o quartel do 3º RI foi bombardeado com artilharia e aviões, ao que se seguiu grande incêndio, ficando o prédio quase completamente destruído. Os rebeldes iniciaram o levante no meio da madrugada do dia 27. Criou-se então a lenda de que oficiais legalistas foram mortos na cama, dormindo, lenda que serviu dali por diante como bandeira dos anticomunistas a todo aniversário do que eles denominaram *Intentona Comunista*. A rendição aconteceu pouco depois da uma da tarde. É famoso o diálogo entre Agildo Barata, já rendido, e um capitão legalista que “chegou-se ao grupo e exibindo uma pistola voltou-se para o meu lado e perguntou em tom provocativo: / — Quem é esse filho da puta do Agildo Barata? — Eu o encarei com firmeza e bradei: / — O Agildo Barata sou eu! O filho da puta és tu?” (Barata, p. 298).

Prestes seria preso em março de 1936, ao lado de Olga Benário. Consta que não foi morto (seria esse o desejo e a ordem de Filinto Müller, para se vingar da ignominiosa expulsão da Coluna) porque a alemã se pôs diante dele e os soldados hesitaram em atirar numa mulher. Permaneceria preso até 1945, a maior parte do tempo em cela solitária. Olga Benário, grávida, mesmo diante de muitos pedidos e protestos, foi deportada por Vargas para a Alemanha nazista. Era uma sentença de morte. Exatamente um ano depois do levante do 3º RI, em 27 de novembro de 1936, nasceu Anita Leocádia Prestes, a futura historiadora. Depois de um período de amamentação a menina foi separada da mãe e levada a um orfanato. A mãe nunca mais tornou a vê-la. Uma campanha de pressão internacional fez com que a filha de Olga e Prestes fosse entregue à mãe deste, dona Leocádia. A mãe da pequena Anita Leocádia morreu na câmara de gás da cidade alemã de Bernburg, na Páscoa de 1942. O pai só viria a saber disso e a conhecer a filha depois de sair da cadeia, anistiado.

No mesmo ano da prisão de Prestes e Olga, em julho, aconteceu uma tentativa de golpe militar na Espanha que pretendia derrubar o governo da muito recente República, implantada em 1931. Os espanhóis haviam elegido um governo de frente popular que reunia liberais, socialistas, comunistas e teve até o apoio, contra suas habituais convicções, dos anarquistas. O governo da República resistiu ao golpe. A direita espanhola, católica e monárquica, apoiou os militares comandados pelo general Francisco Franco na guerra civil que conflagrou o país por quase três anos, até março de 1939. Os governos fascistas da Alemanha e da Itália apoiaram sem pudor a direita espanhola com armas e combatentes. França e Inglaterra aprovaram uma política de não intervenção que, na prática, significou uma recusa de ajuda ao governo legal da República, com medo da revolução social e do possível contágio dela em seus países. A União Soviética foi o único país a ajudar com homens (além disso, organizou voluntários que vieram de muitos lugares e formaram as famosas Brigadas Internacionais) e com armas e seus militares acabaram por assumir a direção do lado republicano da guerra. Mas as divisões da esquerda, a indefinição entre vencer o conflito ou fazer revolução, não contribuíram para a vitória. Hobsbawm chama a atenção para um aspecto ligado ao nosso tema.

Pelos padrões das guerras do século XX, ganhas ou perdidas, a guerra republicana de 1936-9, com todo o seu heroísmo, teve um desempenho ruim, em parte porque não usou seriamente aquela poderosa arma contra forças convencionais, a guerrilha — uma estranha omissão num país que deu nome a essa forma de guerra não convencional. (Hobsbawm, 1995, p. 161)

Embora fosse uma guerra civil, foi também uma pequena guerra europeia, uma espécie de ensaio para o que viria a seguir. Derrotada a República espanhola, a Alemanha nazista aliada à Itália fascista estava pronta para iniciar a destruição das hesitantes democracias ocidentais. A União Soviética de Stálin, vendo que França e Inglaterra cediam sempre às pretensões da Alemanha nas negociações diplomáticas, resolveu mudar sua política e assinou, para resguardar-se, um pacto de não agressão com a Alemanha que chocou a esquerda antifascista mundial. Com esse acordo, Hitler e Stálin dividiram entre si a Polônia. Em 1º de setembro a Alemanha invadiu esse país para tomar posse de sua parte. Os soviéticos também passaram, na surdina, sem fazer grande alarde, a fronteira leste da Polônia para abocanhar sua metade. Inglaterra e França, vendo que Hitler não mais seria detido por concessões diplomáticas, declararam hostilidades à Alemanha para honrar o compromisso com sua aliada agredida. Assim começava a nova guerra mundial. Vencida a Polônia, com a rapidez da guerra-relâmpago, a Alemanha voltou-se contra França e Inglaterra. A França seria derrotada e ocupada, a Inglaterra sofreria um bombardeio aéreo sem precedentes. O conflito se prolongaria por quase seis anos e iria envolver mais e mais países, inclusive o Brasil. Essa foi de fato uma guerra mundial, lutada em três continentes, Europa, África e Ásia, contando ainda com o envolvimento da América e da Oceania.

Vargas acabaria por entrar na guerra ao lado dos Aliados, contra a Alemanha, mas em 1936, derrotada a revolta vermelha, preso Prestes, caçados e encarcerados outros membros do Partido Comunista, entre eles o dirigente Carlos Marighella, capturado no dia 1º de maio, o governo brasileiro dera forte guinada à direita, suas simpatias externas pendiam para o lado dos governos autoritários da Europa. A Ação Integralista Brasileira, versão nacional do fascismo, comandada por Plínio Salgado, sentia-se pronta para alcançar o poder.

Nesse mesmo ano, Callado, rapaz de dezenove anos, entraria na Faculdade de Direito, formando-se em 1939. Mas nunca exerceu a advocacia. Ainda estudante começou a trabalhar na imprensa, escrevendo para *O Correio da Manhã* e depois para *O Globo*, e esta seria sua atividade profissional por toda a vida. Quando morreu, em 1997, ainda assinava uma coluna na *Folha de S. Paulo*.

A Constituição de 1934 previa eleições presidenciais de quatro em quatro anos, portanto deveriam ocorrer em janeiro de 1938. Mas Vargas estava pouco disposto a deixar o poder. A divulgação de um pretenso plano de golpe dos comunistas, falsificado

por um coronel integralista, Olímpio Mourão Filho (que viria a ter, já general, papel destacado no golpe de 1964), foi o pretexto para decretar estado de sítio. Buscando conseguir o apoio de Plínio Salgado, que era candidato a presidente, Vargas prometeu fazer do integralismo a base política do regime. Mas os planos do gaúcho eram outros. Apoiado por militares, fechou o Congresso em novembro de 1937, outorgou no mesmo dia uma nova constituição inspirada nos ideários fascistas e manteve-se no poder, criando o “Estado Novo”. Note-se a falta de originalidade: também Salazar, alguns anos antes, dera ao seu governo autoritário a denominação “Estado Novo”. Os integralistas, fiados nos compromissos anteriores ao golpe, acreditavam que iam compartilhar o poder. Mas Vargas surpreendeu aqueles a quem os adversários chamavam galinhas-verdes (por causa da cor da camisa de seu uniforme) e, com seus novos poderes, mandou fechar todos os partidos políticos, inclusive a Ação Integralista Brasileira. Não satisfeito, iniciou intensa perseguição a todas as atividades do movimento. Só depois disso os seguidores de Plínio Salgado caíram em si e passaram também a conspirar contra Vargas.

Em maio de 1938 tentaram derrubar o governo atacando o Palácio Guanabara para prender o presidente. Os golpistas cercaram o prédio e trocaram tiros com Vargas e seus familiares a noite inteira, mas não tentaram uma invasão e esqueceram de cortar a linha telefônica direta do presidente. Alzira, filha de Vargas, conseguiu falar com Filinto Müller, pedindo reforços contra os atacantes. Por algum motivo desconhecido o chefe de polícia demorou muito a reunir efetivos para atender o chamado. Quem socorreu o palácio foram dois antigos chefes da Coluna Prestes, João Alberto e Cordeiro de Farias, que levaram alguma tropa para lá. Consta que os poucos integralistas apanhados nas cercanias foram sumariamente fuzilados por ordem do irmão do presidente, Benjamin Vargas. Cordeiro de Farias, porém, nega essa versão. “Dizem que Bejo mandou matar esses prisioneiros, mas isso é falso! Eu os fiz seguir para o quartel-general e não houve nenhuma baixa.” (Farias, p. 264)

Tendo derrotado esquerda e direita, Getúlio Vargas, com poderes ditatoriais e mandato não definido, estava pronto a jogar, na política externa, com alemães e americanos, conforme lhe fosse mais conveniente. No ano seguinte, 1939, começava a guerra. Como, a princípio, a fortuna das ações bélicas fosse favorável aos alemães, era para aí que as simpatias do ditador brasileiro pendiam. Também muitos militares apoiadores do regime tinham simpatias germanófilas, que se acentuaram em 1941,

quando a Alemanha de Hitler, desprezando o pacto de não-agressão firmado antes da invasão da Polônia, enfim atacou e invadiu a União Soviética.

Nesse mesmo ano, Antônio Callado deixou o Brasil a caminho de Londres. Havia sido convidado a trabalhar no serviço brasileiro da BBC. Lá permaneceria até 1944. Em novembro desse ano deixa Londres por Paris, livre da ocupação nazista, vai trabalhar no serviço brasileiro da *Radio-diffusion Française*.

Também nesse ano de 1941, no mês de outubro, no sul de Angola, na cidade de Benguela, nascia Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, que ainda levaria muito tempo para vir a ser conhecido como Pepetela. “A família de sua mãe estava radicada em Angola há pelo menos cinco gerações, sendo responsável pela fundação da cidade de Moçâmedes, atual Namibe. Já seus avós paternos eram imigrantes portugueses.” (Chaves; Macêdo, 2009, p. 15) Pouco mais de um mês depois de seu nascimento o Japão atacou a frota norte-americana em Pearl Harbor, Havaí. A guerra assumia dimensões mundiais de fato. José Mateus Vieira da Graça, o futuro Luandino Vieira, tinha seis anos de idade e vivia e brincava num musseque de Luanda. Na entrevista já citada ele fala desse tempo.

Foi uma vivência, primeiro como todas as vivências de infância, por acaso foi muito profunda porque, nessa altura, nós vivemos mais totalmente. Depois porque foi feita em condições de convivência no musseque, musseque da cidade de 1938, 37, 39, 40, 41. Cidade que realmente comportava ainda muitos elementos de origem europeia que se dedicavam a pequenos mesteres: sapateiros, mulheres-a-dias, carpinteiros e pedreiros, quero dizer, havia uma certa cumplicidade de classe nas pessoas que viviam num mesmo meio físico e que estavam sujeitas ao mesmo tipo de vida, muito embora, é evidente, permanecesse, já mesmo dentro desse proletariado — digamos assim — grandes, marcadas diferenças entre angolanos e europeus. E é evidente que o racismo imperava. (Laban, 1980, p. 13)

Por esse tempo a política salazarista de explorar ao máximo as colônias já havia substituído a anterior política republicana que deixou acontecer em pequeno grau alguma liberdade administrativa e financeira.¹¹ É provável que esse relaxamento decorresse mais da desorganização e da instabilidade da frágil República que de qualquer diretriz de cunho liberal em relação à colônia. Também é evidente que esse menor controle só era sentido pelas autoridades coloniais e pelos colonos, em nada

¹¹ Sobre essa mudança na política portuguesa para as colônias vejamos dois trechos dos estudos de Marcelo Bittencourt: “A relativa autonomia financeira e administrativa que tinham as colônias com a República, e que permitira a Norton de Matos tentar implementar os seus projectos modernizantes, será extinta com Salazar.” (Bittencourt, 1999, p. 77) “O rigor orçamental implementado por Salazar em Portugal e nas colônias fez desaparecerem os sinais de autonomia que o período republicano ensaiara para Angola.” (Bittencourt, 2008a, p. 51)

mudava a situação dos colonizados. A ascensão de Salazar, como dissemos, fez com que quaisquer pretensões de autonomia e independência fossem abafadas com firmeza. Reforçou-se a política do cultivo forçado (algodão e café, por exemplo), “realizado pelos camponeses africanos de forma obrigatória” sendo “a produção recolhida por empresas concessionárias, que pagavam preços extremamente baixos, auferindo assim lucros exorbitantes” (Bittencourt, 1999, p. 79, para as duas citações). Dessa baixa remuneração os indígenas (estatuto jurídico para todos aqueles que não fossem europeus ou assimilados) ainda precisavam retirar o dinheiro do imposto cobrado pela autoridade para verem-se livres do trabalho forçado, rebatizado com o eufemismo *trabalho contratado*. Essa era outra forma, muito usada, de explorar a mão-de-obra nativa.

O colono ou empresário agrícola solicitava um número determinado de trabalhadores a um agente particular, com o conhecimento do administrador local e, a partir daí, os indígenas [...] que não tivessem pago o seu imposto e que não estivessem vinculados a outro serviço, reconhecido enquanto tal pelas autoridades, poderiam ser “chamados” a vender a sua força de trabalho para esse agricultor ou empresa colonial. [...] / O recrutamento de trabalhadores passou a assumir uma importância tal que se constituiu numa especialidade de trabalho. Surgiram então os recrutadores, que intermediavam as contratações e actuavam em parceria com os administradores locais, ou até mesmo por conta própria, arbitrariamente. (Bittencourt, 1999, p. 81)

Havia também o *trabalho correcional*, “pena legal infligida aos africanos que violem os códigos laboral ou penal” e o *trabalho obrigatório* “impôsto pelo Governo para obras públicas, quando os trabalhadores voluntários são insuficientes” (Anderson, p. 42, para as duas citações).

Outros aspectos relevantes do período eram a incompetência administrativa das autoridades portuguesas e a imigração pouco qualificada, que levaria grande quantidade de camponeses miseráveis a se tornarem colonos pobres em Angola. Mas essa população, beneficiada pelos privilégios inerentes ao sistema colonial, logo alcançaria progressos que os colonizados não podiam compartilhar. O avanço da chamada fronteira do asfalto, resultado do desenvolvimento urbano, empurraria essas populações cada vez mais para a periferia. Luandino Vieira dá uma ideia desse processo na entrevista concedida a Laban. O musseque onde brincavam e conviviam crianças negras, mestiças e brancas vai se modificando.

A cidade e os meus amigos da infância foram sendo afastados. O avanço do urbanismo fez com que todos [...] esses companheiros da infância, com suas famílias, tivessem que se mudar cada vez para mais longe, enquanto que a situação de colonos de meu pai, doutros pais doutros angolanos brancos, nessa altura fizesse com que, entretanto, tivéssemos aforrado o suficiente

para não sair dali, esperar ali em pequenas casitas a chegada da cidade. Então, nós permanecemos no mesmo sítio. (Laban, 1980, p. 14)

Enquanto isso, no conflito europeu, os alemães, ao contrário do que esperavam, não conseguiram vencer os russos em três meses, como havia acontecido na frente ocidental. Uma guerra longa em duas frentes levaria ao desgaste e à derrota. Embora não tivessem conquistado Moscou e tivessem escolhido cercar e não invadir Leningrado, na primavera de 1942 ainda estavam na ofensiva rumo ao sul da Rússia, aos campos de trigo e petróleo que lhes fariam muito jeito para aguentar o esforço de guerra. Na metade do ano atacaram Stalingrado. Lutaram ali por nove meses, enfrentando uma inacreditável resistência da parte dos defensores da cidade, até março de 1943, quando as forças alemãs, cercadas pelas soviéticas, se renderam. Foi o ponto de virada, dali por diante os alemães só recuaram e os soviéticos só avançaram. Americanos e ingleses trataram de invadir a França em junho de 1944, com medo que os russos ocupassem a Europa inteira. Em maio de 1945, com a tomada de Berlim pelo Exército Vermelho, acabava a guerra na Europa. Em Luanda, Angola, no musseque Makulusu, o futuro Luandino Vieira, que fizera dez anos naquele mesmo mês, deve ter comemorado a notícia, de interesse geral e motivo de júbilo.

No Brasil, Vargas, vendo as mudanças de rumo da guerra e pressionado pelos americanos e por um movimento político que mobilizou a população apesar da ditadura, acabou por declarar guerra à Alemanha e até enviou uma Força Expedicionária para a península italiana. Os pracinhas brasileiros enfrentaram os soldados alemães. Por causa dessa virada política, os comunistas, mesmo estando ainda presos, era o caso de Prestes, passaram a apoiar Vargas. Um dos comandantes da FEB, antigo chefe de destacamento na Coluna Prestes, era o agora general Cordeiro de Farias. Ao regressar com os expedicionários para o Brasil, vendo que uma anistia libertara os presos políticos e que Prestes já dividia os palanques dos comícios com Vargas, apoiando a permanência do chefe do governo, passou a pensar, como os outros chefes militares, que o presidente já não era aceitável e que não deveria continuar no poder. Eis trecho de uma longa entrevista biográfica em que ele comenta a situação política em meados de 1945.

Tínhamos, portanto, autoridade para atizar o ânimo militar. Durante as reuniões dos generais com Góis [Góis Monteiro, ministro da guerra de Vargas], eu aticei muito, dizendo que o Exército havia feito o Estado Novo e que o Estado Novo estava passando para as mãos dos inimigos tradicionais das forças armadas, isto é, os comunistas. As ligações estavam estabelecidas e, por este e outros caminhos navegáveis, íamos promovendo no Exército uma consciência favorável à mudança. (Farias, p. 391)

No final de outubro, antecipando-se à manobra que, eles presumiam, Vargas pretendia fazer, a cúpula militar, sempre de um anticomunismo feroz, depôs Vargas, promovendo a tal mudança propalada por Cordeiro de Farias, para a qual a denominação golpe seria mais exata. Ele, Vargas, andava, nos últimos tempos, na opinião de seus oficiais superiores, em muito má companhia. Frustrando as expectativas do general Góis Monteiro, que talvez quisesse ser empossado presidente, os militares resolveram seguir a Constituição de 1937, e como não havia vice-presidente nem Câmara de Deputados, deu-se posse ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, até que fossem realizadas eleições gerais, inclusive para a presidência da República. Os principais candidatos eram militares, o general Eurico Dutra, o brigadeiro Eduardo Gomes, um dos sobreviventes da revolta do Forte de Copacabana em 1922. Mas o Partido Comunista havia sido legalizado e também poderia disputar as eleições. Recém-saídos dos cárceres do Estado Novo, Prestes se candidataria a senador e Marighella a deputado constituinte. Apesar do anticomunista general Dutra ter sido eleito presidente, os comunistas até conseguiram um bom resultado:

[...] o partido elegeu catorze deputados e um senador, Luiz Carlos Prestes. Concorrendo pela capital, o secretário-geral consagrou-se como o candidato ao Senado mais votado no país. Com quatro representantes à Câmara por São Paulo (incluindo Jorge Amado), três por Pernambuco, três pelo Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro), dois pelo estado do Rio, um pelo Rio Grande do Sul e um pela Bahia [Marighella], o PCB constitui a quarta força. (Magalhães, p. 168)

Derrotado o inimigo comum, a Alemanha de Hitler, os antigos Aliados já podiam desfazer a aliança. Há uma foto famosa da conferência de Ialta que mostra os três chefes vencedores da guerra: o aristocrata Churchill, pela Inglaterra, o plutocrata Roosevelt, pelos EUA, o filho de um sapateiro miserável de Tíflis, Geórgia, Stálin, pela URSS. Ali eles haviam dividido a Europa em zonas de influência, podiam agora retirar-se para seus domínios e voltar a se encarar como velhos inimigos. Começava uma nova guerra, ou um estado de guerra permanente não declarada, conflito que ficaria conhecido como *Guerra Fria*. Os oponentes seriam EUA e URSS. Todos os outros, Inglaterra incluída, que em breve começaria abrir mão de seu império colonial aceitando a independência da Índia, seriam coadjuvantes. Os Estados Unidos saíram na frente e demonstraram sua força superior lançando duas bombas atômicas sobre o Japão. Com a rendição do Império do Sol Nascente em agosto de 1945, estava encerrada a Segunda Guerra Mundial. A Terceira, de natureza muito diferente, havia começado. Referindo-se aos pontos extremos das fronteiras da Europa do Leste, sob influência soviética,

Churchill, em discurso feito nos EUA em março de 1946, criou uma expressão que viria a ser muito usada pelo lado ocidental. Disse ele que de Stettin (Polônia), no Báltico, a Trieste (disputada por Itália e Iugoslávia), no Adriático, uma *cortina de ferro* descera sobre o continente europeu¹². A ditadura de Salazar sobreviveu aos ares de redemocratização europeia no pós-guerra mostrando suas já há muito estabelecidas credenciais anticomunistas e alinhando-se aos americanos. O mesmo aconteceu na Espanha de Franco. A democracia era sempre valorizada, pelo menos no discurso, mas parecia nada haver contra ditaduras, desde que fossem de direita. No Brasil, como vimos, os militares próximos do poder não estavam nada contentes com a desenvoltura com que a esquerda ainda se movia.

Se os americanos saíram na frente com as armas nucleares, logo foram alcançados pelos soviéticos.

Assim que a URSS adquiriu armas nucleares — quatro anos depois de Hiroxima no caso da bomba atômica (1949), nove meses depois dos EUA no caso da bomba de hidrogênio (1953) — as duas superpotências claramente abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivalia a um pacto suicida. (Hobsbawm, 1995, p. 227)

A Guerra Fria passou a ser, a partir disso, disputada de modo indireto. Criou tensões interiores em diferentes países. Criou a figura do inimigo interno e o conceito de guerra subversiva, para um lado, e guerra revolucionária para o outro. As duas potências atômicas passaram a se enfrentar apoiando forças oponentes em conflitos localizados. Fariam isso, por exemplo, na guerra de independência de Angola.

Os comunistas, mesmo sob o governo Dutra, participaram com destaque nos trabalhos para redigir a nova constituição. Mas Prestes deixou-se provocar e forneceu pretexto para a cassação do registro eleitoral do Partido, viabilizando desejo de toda

¹² Além de definir a política americana para a Guerra Fria e indicar o início do processo de descolonização (e de surgimento de um neocolonialismo, e de expansão de um novo modo de império, ou de imperialismo, já bastante conhecido pelos latino-americanos), é interessante atentar para a aproximação que Nelson Werneck Sodré, em passagem das suas *Memórias de um soldado*, estabelece entre o presidente Truman (“aquêlê Dutra civil”) e o presidente brasileiro: “Nos Estados Unidos, Roosevelt não terminaria [por falecimento] o seu último mandato; seu vice-presidente, Truman, foi guindado ao poder e com êle se chegou ao lançamento da bomba atômica em Hiroxima e Nagasaki e ao fim da guerra. Truman [...] inverteu a política do seu antecessor. [...] Era a *guerra fria*, a que Churchill daria consagração, com o seu discurso de Fulton. Em tôdas as áreas do mundo, os Estados Unidos expulsavam seus antigos aliados ingleses e franceses, particularmente na Ásia e na África, passando a controlar as antigas colônias e países submetidos. O imperialismo unificara-se, concentrado agora no país governado por aquêlê Dutra civil que era Truman. O instrumento fundamental da *guerra fria* era o anticomunismo; servira ao nazismo e ao fascismo, iria servir agora, à ‘grande democracia americana’. Abrira-se ali, então, a cornucópia dos ‘auxílios’ aos governos que adotassem o anticomunismo como filosofia básica. Nessa gigantesca moldura internacional é que se inseria a missão do govêrno Dutra: a de continuar a ditadura por outros processos.” (Sodré, 1967, p. 244)

elite governante e conservadora, militar ou civil, devolvendo-o à ilegalidade onde estivera por quase toda sua história passada. O senador mais votado das eleições de 1945, perguntado sobre qual lado escolheria no caso de uma guerra entre o Brasil e a União Soviética, declarou que ficaria do lado dos trabalhadores e do país que os representava: a URSS. Além do fim do registro do Partido, os parlamentares comunistas perderam seus mandatos. A Guerra Fria também estava sendo disputada no Brasil.

EM PLENA GUERRA FRIA

No ano de 1945, em Luanda, além de comemorar o fim da guerra, o garoto José Mateus Vieira da Graça começava a dar os primeiros passos rumo a se tornar o escritor José Luandino Vieira. António Jacinto, poeta e futuro dirigente do MPLA, então com dezenove anos, portanto nove anos mais velho que Luandino, tornou-se uma espécie de mentor de um grupo de garotos estudantes. Na já citada entrevista a Michel Laban, Luandino fala nisso:

[...] o António Jacinto meteu-nos o veneno dos jornais. Disse: “Porque é que vocês não compram folhas de papel de trinta e cinco linhas ou de vinte e cinco linhas e não fazem o jornal manuscrito?” E nós começámos [...], três pessoas; o jornal aparecia com quarenta, cinquenta colaboradores... [...] Nós fazíamos este jornal à mão, António Cardoso, eu, outras crianças, nós tínhamos acabado de entrar para o liceu e o facto de termos que preencher o jornal todo dava-nos não bem heterónimos, mas desdobrava-nos a personalidade. Inclusivamente escrevíamos artigos profundamente errados para que, no próximo número, nós próprios os contestássemos. E nesses jornais, em 1945, o *Áscascas*, *A Voz da Quinta*, coisas assim, há já muitos poemas, muito incipientes, por vezes muito maus, pequenos pedaços de prosa de nós todos que são profundamente nacionalistas: a reivindicação de Angola, da natureza de Angola, das paisagens, e alguns têm já um pequeno toque político. (Laban, 1980, p. 14-15)

A participação do mentor foi além de sugerir a feitura de jornais manuscritos. Ele ainda franqueou aos jovens estudantes o acesso a algo indispensável para qualquer um que de fato deseje se tornar escritor: “o António Jacinto pôs-nos a sua biblioteca à disposição e nós lemos muito”. (Laban, 1980, p. 15) Leram Gorki, Zola, Balzac, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz, John Steinbeck, Ernest Hemingway, Michael Gold, Jorge Amado, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, entre outros. Além dessas leituras todas, os jornais manuscritos continuaram a circular, de 1945 a 1948. Essas atividades levaram o Luandino de treze anos a ter contato com mais-velhos como Agostinho Neto e Viriato da Cruz, então com 26 e 20 anos, respectivamente, e já envolvidos no início da luta política que, mais tarde desdobrada em luta guerrilheira, em guerra de libertação, iria levar Angola à independência:

António Jacinto [...] já tinha toda a sua actividade. Em 48, eram os anos em que ele estava com o movimento “Vamos descobrir Angola”, com Neto, Viriato [...] os outros. Depois esse movimento foi tomando a feição que realmente eles queriam [...] actividade política sob capa da actividade cultural. E nós íamos fazendo os nossos jornais... (Laban, 1980, p. 16)

Algum tempo depois do término da guerra na Europa Antônio Callado, casado com uma funcionária inglesa da BBC, voltou ao Brasil e retomou cheio de otimismo seu trabalho na imprensa, como declara em entrevista a Lígia Chiappini Moraes Leite: “Em 1947 voltei ao *Correio da Manhã*. [...] Estava voltando para um Brasil muito promissor: Constituição de 1946 novinha, cheirando bem, o país parecendo caminhar em direção aos frutos bons da guerra que eu havia testemunhado tão de pertinho.” (Callado, 1988, p. 16) Em 1948 o jornal enviou Callado a Bogotá, para fazer a cobertura da Nona Conferência Pan-Americana. Durante a Conferência foi assassinado Jorge Eliecer Gaitán, advogado e político com grande apoio popular, mais que favorito para vencer a próxima eleição presidencial. Sua morte motivou uma explosão de violência e motins populares primeiro na capital, e ficou conhecido como *El Bogotazo*, espalhando-se depois por todo o país. Gabriel Garcia Márquez, então com vinte anos, assistiu aos acontecimentos e fez um relato sobre isso em seu livro de memórias. Ele nos dá uma ideia do clima de violência em Bogotá:

Así que bajamos la escalera [...] y nos encontramos en una ciudad en guerra. Los asaltantes desaforados tiraban por las ventanas de la Gobernación cuanto encontraban en las oficinas. El humo de los incendios había nublado el aire, y el cielo encapotado era un manto siniestro. Hordas enloquecidas, armadas de machetes y toda clase de herramientas robadas en las ferreterías, asaltaban y prendían fuego al comercio de la carrera Séptima y las calles adyacentes con ayuda de policías amotinados. Una visión instantánea nos bastó para darnos cuenta de que la situación era incontrolable. (Márquez, 2002, p. 342)

Callado pode ter visto episódios como esses e talvez tenha emprestado algumas lembranças a seu personagem João, intelectual e candidato a guerrilheiro, que as transformou em imagens poéticas:

[...] quando a lembrança de Bogotá em chamas lhe subia à cabeça João estava perdido para a vida em tórno. / — A rosa, — disse João — a rosa de fogo abrindo por cima das casas, mas sem a haste ligando rosa e raiz. Abriu as pétalas, ficou um instante no ar, sôbre Bogotá e sôbre a América do Sul. Iluminou com seu fogo rosa centenas de cadáveres e desapareceu depois entre as estrêlas. Se fôsse uma rosa cativa ninguém aguentaria seu fulgor. [...] Podia ter feito arder o Continente [...] e mal incendiou um quarteirão. Podia até ter seduzido os brasileiros. (BDJ, 30)

No Brasil, mesmo com a Constituição novinha e a democracia restabelecida, percebia-se a divisão política entre os que apoiavam a presença dos capitais americanos

e combatiam a ameaça comunista a qualquer preço e os chamados nacionalistas, que denunciavam a penetração imperialista no país, divisão também presente nas Forças Armadas. Vimos como os tenentes rebeldes se dividiram na revolução de 1930 e na rebelião comunista de 1935. Também como a ala anticomunista foi ao poder com Vargas, garantiu-lhe a permanência com mais poder em 1937 e livrou-se dele em 1945, mantendo o consulado militar durante o governo Dutra.

Em 1950 esse grupo sofre duas derrotas: em maio um general da ala nacionalista, Estilac Leal, vence a eleição no Clube Militar. Entre os vitoriosos figurava Nelson Werneck Sodré como diretor cultural. Na chapa derrotada estavam, entre outros, Cordeiro de Farias, antigo comandante da Coluna Prestes, e Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro chefe do governo que se estabeleceria depois do golpe de 1964. A segunda derrota dos ditos entreguistas foi verem Getúlio Vargas eleito presidente por votação popular. Durante seu governo, entre outras disputas, a luta pelo petróleo brasileiro confrontou as duas facções. Venceram os nacionalistas, garantindo o monopólio estatal, mas isso assanhou de tal modo a ala conservadora, antipopular, que esta, sob liderança midiática de Carlos Lacerda, tudo fez para de novo derrubar Vargas. O atentado frustrado contra o jornalista, fatal para um major da Aeronáutica, precipitou o fim do governo. Mas, em lugar do golpe vitorioso com que contavam e da consequente volta ao poder, os golpistas viram-se surpreendidos pelo suicídio do presidente e pela furiosa reação popular, o que, segundo alguns historiadores e comentaristas políticos, adiou o golpe por dez anos. Callado, talvez para marcar o alcance da notícia, recria a repercussão do acontecimento nos confins do Xingu, entre sertanistas, índios, intelectuais, candidato a missionário, autoridades do terceiro escalão, jornalistas:

[...] o Fontoura berrando o velho se suicidou, o velho se matou, o velho morreu e nem interessava também que o Cícero berrasse junto dizendo meteu uma bala no coração e morreu. Getúlio morreu. Otávio saiu correndo como um doido do campo de pouso e encontrou diante da casa do Pôsto Cícero aos soluços e Fontoura repetindo Getúlio morreu e Nando e Vanda e Lídia de caras transtornadas também e todos a perguntarem se seria verdade mesmo quem é que tinha ouvido no rádio e não havia a menor dúvida o velho tinha metido uma bala no coração [...]. (Q., 210)

Essa foi uma década de intensa agitação política geral, e continuava a disputa entre os militares nacionalistas e legalistas contra o grupo conservador, considerado pelos primeiros como entreguistas e golpistas. Em janeiro de 1955, um deputado do Partido Socialista Brasileiro, o advogado Francisco Julião, dá forma jurídica à

Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, iniciando o processo de organização dos trabalhadores rurais que ficaria nacionalmente conhecido como Ligas Camponesas.

Vendo pouco espaço para qualquer tentativa de golpe após o suicídio de Vargas, os conservadores tentaram voltar ao poder através das eleições, lançando o general Juarez Távora, outro antigo chefe da Coluna Prestes, como candidato contra Juscelino Kubitschek. Foram derrotados. Tentaram manobras para impedir a posse do presidente eleito, mas viram-se surpreendidos, em novembro de 1955, por um contragolpe, ou golpe preventivo, do ministro da guerra Henrique Lott, que pôs a tropa na rua para garantir a legalidade constitucional sucessória. Em fevereiro de 1956, um mês depois da posse de Kubitschek, uns poucos oficiais da Aeronáutica rebelam-se e resistem por duas semanas em Jacareacanga, nos confins do Pará, mas acabam por render-se. São anistiados em seguida. Em dezembro desse mesmo ano um grupo, sob comando do advogado Fidel Castro, sai do México e desembarca em Cuba, iniciando um processo de luta armada contra o ditador Fulgêncio Batista. Entre eles está Ernesto Guevara, médico argentino transformado em líder guerrilheiro que ficaria mundialmente conhecido como Che. Depois de uma campanha de pouco mais de dois anos, em janeiro de 1959 os guerrilheiros cubanos entram na cidade de Havana e assumem o poder. No mês de maio, o líder cubano Fidel Castro, que ainda não havia declarado seu posicionamento político à esquerda, visita o Brasil e chega a ser recebido por Kubitschek no Palácio das Laranjeiras.

No mesmo mês da visita de Castro começa a se articular a sucessão presidencial. Forma-se, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, a chapa Lott-Jango, o ministro da guerra de Kubitschek e o ex-ministro do trabalho (e presumível herdeiro político) de Vargas. A União Democrática Nacional, liderada por Carlos Lacerda, lança Jânio Quadros, político algo adventício, novidade no cenário nacional, mas com grande apelo popular, tendo Milton Campos como vice em sua chapa.

Ainda no ano de 1959, oficiais da Aeronáutica, entre eles o tenente-coronel João Paulo Burnier, tentam nova rebelião militar, sequestrando alguns aviões e reunindo-se na cidade de Aragarças, em Goiás. Sem apoio entre seus próprios partidários, a rebelião durou dia e meio. Anistiados do crime político pelo presidente, os rebelados responderam apenas ao código de disciplina militar. Alguns, entre eles Burnier, depois de fugir nos aviões sequestrados, permaneceram no exílio até a posse de novo presidente.

Hobsbawm nos dá um resumo da situação da luta contra os impérios coloniais (e contra o novo imperialismo) ao longo da década de que ora nos ocupamos.

A década de 1950 foi cheia de guerras de guerrilha no Terceiro Mundo, praticamente todas nos países coloniais em que, por um motivo ou outro, as antigas potências coloniais ou colonos locais resistiram à descolonização pacífica — Malásia, Quênia (o movimento Mau Mau) e Chipre no império britânico em dissolução; as guerras muito mais sérias na Argélia e no Vietnã no império francês em dissolução. Curiosamente, foi um movimento relativamente pequeno [...], atípico mas bem-sucedido, que pôs a estratégia da guerrilha nas primeiras páginas do mundo: a revolução que tomou a ilha caribenha de Cuba em 1º de janeiro de 1959. (Hobsbawm, 1995, p. 425)

Como o caso cubano é de luta contra a nova forma de imperialismo, que dispensa a dominação colonial explícita e direta, examinemos uma das “guerras muito mais sérias [...] no império francês em dissolução” de que nos fala o historiador. Será interessante, aqui, notar como o velho colonialismo se articula com o novo imperialismo.

Diante da derrota e retirada dos japoneses ao fim da II Guerra, e aproveitando o vazio de poder, guerrilheiros nacionalistas e comunistas do Vietnã, sob liderança de Ho Chi Minh, tomaram o norte do território e declararam-se nação independente. Em janeiro de 1950, após dirigir uma “Declaração do governo da República Democrática do Vietnam aos governos das nações de todo o mundo” (Minh, p. 112) a nova nação foi reconhecida pelos governos da União Soviética, da China e de várias outras das então chamadas repúblicas populares. Ora, de acordo com a lógica da Guerra Fria, se esse bloco apoiava a República Democrática do Vietnã, o governo americano só poderia apoiar a França, metrópole colonial, nada de acordo com essa independência.

Os chefes militares franceses, resolvidos a acabar com a guerrilha contra suas forças e recuperar o território dominado por ela, determinaram criar uma fortaleza inexpugnável atrás das linhas inimigas. Fizeram isso na localidade chamada Dien Bien Phu, um reduto que seria abastecido de tropas, munição e suprimentos por via aerotransportada. Vejamos como estava a situação e qual foi a estratégia surpreendente adotada nas palavras do próprio estrategista, o chefe militar vietnamita, general Vo Nguyen Giap:

O campo entrincheirado dispunha de artilharia, tanques e aviação bastante fortes. Isso era outra vantagem para o inimigo e uma dificuldade para nós, tanto mais porque o poder de fogo de nossa artilharia era muito limitado e não tínhamos nem tanques nem aviões. Superamos também essa dificuldade, estabelecendo uma rede completa de trincheiras, um sistema de bases de

ataque e de cêrco, que permitia às nossas tropas se deslocarem mesmo sob fogo inimigo. Nossos combatentes cavaram centenas de quilômetros de trincheiras cuja rêde magnífica resolveu o problema do desdobramento de nossas tropas no vale e seus movimentos sob o martelamento da artilharia e dos bombardeios com napalm. Não era o suficiente, porém, atenuar os efeitos da artilharia inimiga; precisávamos, ainda, aumentar nossa própria potência de fogo. Nossos combatentes abriram novas estradas nos flancos das montanhas para trazer nossa artilharia até as imediações de Dien Bien Phu. Onde era impossível abrir uma estrada, os canhões eram içados a fôrças de braços. Instalada em excelentes abrigos, nossa artilharia foi uma completa surpresa para os adversários. (Giap, p. 138)

Esses canhões, desmontados em peças menores, peças carregadas a pé, em bicicleta, “içados a fôrças de braços” e remontados no alto dos montes, além de surpreender os franceses com uma chuva de ferro e fogo, tornou impraticáveis todas as pistas de pouso, isolando as tropas coloniais que se viram fechadas numa ratoeira. Só paraquedistas podiam chegar ao local; ninguém, por mais gravemente ferido que estivesse, podia ser retirado, a não ser que tentassem fazê-lo por terra.

No trecho seguinte, o general Giap dá ideia das necessidades de movimentação e das tarefas de um exército guerrilheiro.

Certas unidades, em sua marcha e na perseguição ao inimigo, cobriram mais de três mil quilômetros a pé. Outras se deslocaram, em segredo, por mais de mil quilômetros através da selva da Grande Cordilheira, para coordenar as operações em frentes longínquas. Para subir até Dien Bien Phu, nossas unidades vindas do Delta, atravessaram montanhas e florestas e, logo ao chegar, puseram-se a construir fortificações de defesa, ao mesmo tempo que combatiam para proteger os preparativos da ofensiva; quando se iniciaram as operações viveram e combateram durante dois meses dentro de trincheiras, depois de terem passado três meses na planície; no decorrer da batalha, algumas dentre elas foram enviadas a duzentos ou trezentos quilômetros de lá, para lançarem ataques de surpresa e retornarem em seguida, para participar do esmagamento do campo entrincheirado de Dien Bien Phu. (Giap, p. 143)

A articulação do velho colonialismo e do novo imperialismo também é denunciada pelo estrategista: “Dien Bien Phu foi uma prova de fôrça que opôs nosso povo e seu exército ao Corpo Expedicionário Francês ajudado pelos Estados Unidos. Saímos vitoriosos.”. (Giap, p. 148-9) De fato, após daquela derrota os colonialistas desistiram daquilo a que eles chamavam Indochina Francesa. Mas a guerra não acabou porque eles foram substituídos. Antônio Callado, autor de reportagens sobre a luta no Vietnã do Norte, dá uma ideia da ajuda dos americanos aos franceses na luta em que eles, americanos, depois os substituiriam:

Mas aí dos vietnamitas. Não eram apenas os franceses os ali derrotados e, portanto, não era aquilo o fim da guerra. Os americanos, anticolonialistas de bôca, ao verem que o Vietnã destroçava a França, tentaram a todo custo

evitar essa derrota do homem branco. Nada menos de 4/5 das despesas de guerra da França na Indochina foram financiados pelos Estados Unidos, entre 1953 e 54. De 1950 até o fim da guerra [com a França] os Estados Unidos enviaram à Indochina 400.000 toneladas de material de guerra, 340 aviões, 350 navios de guerra e 150.000 armas de todos os calibres. E pouco antes da derrota de Dien Bien Phu, num verdadeiro acesso de medo, pânico, os americanos chegaram a projetar a Operação Abutre, de americanos, ingleses e franceses, para levantar o cerco de Dien Bien Phu. (Callado, 1969, p. 108)

Essa operação consistiria num bombardeio maciço contra as forças do general Giap. Como diz Callado, não foi levada adiante. Mas não faltaria oportunidade, nas duas décadas seguintes, dos americanos despejarem toneladas de bombas sobre o norte do Vietnã.

Voltemos ao processo de descolonização ao longo da década em exame; o historiador britânico põe em foco um ponto do nosso especial interesse:

De qualquer modo, em fins da década de 1950 já ficara claro para os velhos impérios sobreviventes que o colonialismo formal tinha de ser liquidado. Só Portugal continuou resistindo à sua dissolução, pois sua economia metropolitana atrasada, politicamente isolada e marginalizada não tinha meios para sustentar o neocolonialismo. Precisava explorar seus recursos africanos e, como sua economia não era competitiva, só podia fazê-lo pelo controle direto. (Hobsbawm, 1995, p. 218)

Uma dupla de historiadores portugueses traça um quadro da marcha da descolonização e das independências africanas por volta de 1960:

Em 1955, havia em África cinco estados independentes. De 1959 a 1961 tornaram-se independentes mais 24 [...]. Apenas em 1960, por muitos considerado o ano da África, 17 novos países acederam à independência. E em finais de 1962, já existiam em África 36 estados independentes, aos quais correspondiam 87% da superfície e 93% da população do Continente. / No final de 1960, tinham assento na Assembleia-Geral das Nações Unidas 119 países, sendo a África o continente com maior número de representantes: da África eram 35, da Europa 32, da Ásia 27, da América 23 e da Oceânia dois. Os países afro-asiáticos, num total de 62, detinham a maioria absoluta da Assembleia-Geral das Nações Unidas, composição que se reflectia depois nos organismos executivos. (Mateus e Mateus, 2011, p. 19)

Embora Salazar quisesse manter Angola fora de toda essa onda independentista, contra a ONU e contra o mundo inteiro, se fosse o caso — proferido pelo próprio ditador num discurso, em 1965, o *orgulhosamente sós* viria a ser um dos bordões políticos do regime —, muitos angolanos tinham outro projeto, não estavam, como já vimos com Luandino e seus amigos em Luanda, de acordo com o ditador português e com a situação colonial de Angola. Isso também ocorria em outro centro urbano do território. Pepetela, também em entrevista a Michel Laban, recorda sua cidade e sua

infância nos tempos em que ainda não era Pepetela, era apenas Carlos Pestana ou Artur Pestana:

[...] nos princípios dos anos 50, [...] Benguela [...] era uma cidade um bocado diferente das outras de Angola, [...] a sociedade colonial era um pouco mais aberta em relação aos angolanos, isto é, à população negra ou mestiça — porque Benguela era uma cidade extremamente mestiça. Nos anos 50, mais ou menos 50% da população [...] era mestiça — era mais mestiça do que branca ou do que negra. [...] Eu tinha 8, 9 anos e, para mim, era absolutamente normal ter amigos de todas as cores — a minha casa estava na fronteira, aquilo a que o Luandino chamou “a fronteira do asfalto”... [...] Para lá da estrada começava a Kamunda, a sanzala do cemitério, digamos. Aquilo era o Bairro do Cemitério, era um musseque... [...] Portanto eu tinha amigos dos dois lados. E na escola — a escola era relativamente liberal —, também havia crianças que vinham da sanzala, da cidade branca — do centro —, e no nosso largo nós jogávamos, sobretudo futebol, todos em conjunto. Portanto aí, do ponto de vista humano, houve sempre uma disposição para não ver a cor das pessoas... Até que, a um certo momento — 12 anos, 13 anos —, comecei a aperceber-me que os meus amigos que moravam de um lado tinham mais facilidades do que os meus amigos que moravam do outro lado — apesar de ser uma cidade um pouco mais aberta, também tinha os seus problemas de colonialismo — evidentemente — e, portanto, de estratificação social e racial. E eu comecei-me a aperceber de que havia diferenças, e sobretudo os meus amigos brancos tinham comportamentos estranhos — para mim — em relação aos meus amigos negros ou mestiços. E, não sei porquê, isso sempre me perturbou... (Laban, 1991, p. 778-780)

Ao tentar explicar ao entrevistador por quais razões divergiu do rumo de pensamento tomado pela quase totalidade de seus colegas brancos, Pepetela lembra-se de seus doze anos e de um tio que conversava muito com ele e lhe deu a ler obras de socialistas utópicos ou de anarquistas como Bakunin, além de anarco-sindicalistas portugueses. Também recorda a biblioteca de seu pai, da qual leu muita coisa, de romances clássicos a obras políticas da Revolução Francesa, Saint-Simon, Proudhon. Embora tivesse já grande gosto pela leitura, confessa que não entendia muita coisa daquilo, mas a ideia de combater autoridades políticas e religiosas como responsáveis pela situação discriminatória e injusta que observava à sua volta, essa ele já era capaz de entender. Chegou a pensar em explodir uma bomba na catedral de Benguela, plano que ficou só na imaginação.

Após ter completado o quinto ano do liceu na sua cidade, foi preciso que se deslocasse, na primavera de 1956, próximo de completar quinze anos, para o Lubango, no planalto da Huíla, a cerca de 250 quilômetros de Benguela. Lá poderia cursar os próximos dois anos escolares. Essa mudança de cidade e de ambiente de convivência racial, além do surgimento de um padre que não se comportava como os outros padres que ele conhecera e que haviam sido decisivos para sua opção de afastar-se da igreja,

tudo vai contribuir para uma definitiva mudança de consciência. É o que diz Pepetela em seu depoimento.

Chego ao Lubango e encontro uma sociedade em que o racismo era a nota predominante, em que a separação era nítida — então isso chocou-me. Aí, eu comecei a tomar consciência. Eu [...] tinha [...] essa vivência de Benguela — e aí senti a diferença, realmente a grande diferença. E os amigos que foram comigo [...], estudar juntos, eram mestiços negros e eu senti que eles, ali [...] eram completamente separados. [...] comecei a compreender realmente... Depois tive a possibilidade de encontrar um padre de origem indiana, que estava em Angola, já mais ou menos expulso da Índia, que foi meu professor de Filosofia — isto em 1957. No fim das aulas, começava a falar sobre a revolução cubana, que o Fidel Castro estava na guerrilha, a lutar contra a ditadura de Batista. Depois, houve as eleições para presidente da República, em Portugal, e o padre começou a fazer propaganda pelo Arlindo Vicente, que era o candidato da esquerda [...] o único que falava de Angola na sua plataforma [...]. Todos os outros falavam [...] das colônias como parte integrante de Portugal. Ele, começava a separar Angola [...], era o candidato a apoiar. A partir daí, começou a actividade política... [...] Quando fui para Portugal já tinha consciência de que Angola era um outro país, e tinha que ser independente [...] (Laban, 1991, p. 781-782)

Se observarmos a situação da família Pestana dos Santos, que tinha capacidade económica para pagar a educação do jovem Artur Carlos não só no Lubango, onde completou estudos secundários, mas para enviá-lo a Portugal, onde faria estudos universitários, e a situação da família do jovem José Mateus Vieira da Graça, teremos um exemplo de que não só entre colonizados e colonizadores, entre brancos e negros ou mestiços, havia contrastes sociais e económicos. Em Angola havia também distâncias sociais entre colonos, havia brancos mais ricos e brancos mais pobres. Exemplo disso está em outra passagem da citada entrevista de Luandino Vieira, que trata da situação pessoal dele no início dos anos 1950, quando contava quinze anos e, é bem provável, havia recém terminado o quinto ano do liceu. Mesmo sem precisar deslocar-se para outra cidade pois era possível completar os estudos secundários em Luanda, o jovem estudante precisou abandonar a escola.

No liceu, fiquei até ao ano 50. Depois [...] saí, fui trabalhar. Não terminei os meus estudos porque tinha, tenho um irmão, e nós não podíamos continuar a estudar os dois: o meu irmão, que estava no curso industrial, seguiu ele os estudos e eu fui trabalhar [...] para a Volvo, como ajudante dos mecânicos, na montagem, no porto. Primeiro trabalhei numa firma inglesa, Robert Hudson, era ajudante na secção marítima, no tráfego dos navios; depois fui para a Volvo, fiquei [...] cerca de onze anos, da montagem passei à secção de peças sobressalentes, cheguei a director da empresa. Depois saí. Fui trabalhar para a filial de uma companhia americana que vendeu equipamento para Cambembe. Trabalhei na barragem de Cambembe dois anos.

Mas se a educação formal havia sido substituída pelo trabalho e pela necessidade de ganhar a vida, o interesse pelos livros e pelo estudo não havia sido posto de lado, tomara novo rumo.

[...] António Jacinto foi-nos dando outra literatura. Aos domingos, [...] muitas vezes pegávamos nos nossos papéis — quando digo nós: eu, António Cardoso e outros camaradas mais novos — e íamos até São Paulo, onde ele morava, e aí estava ele, geralmente estavam com ele outros membros do movimento “Vamos descobrir Angola”; recordo-me muito bem de encontrar lá o Viriato da Cruz, Mário António, etc. E discutíamos esses papéis. Discutíamos, evidente, do ponto de vista do conteúdo, da correcção política, do enfoque político, da visão de mundo. (Laban, 1980, p. 16, para as duas.)

Luandino não encontrava mais Agostinho Neto na casa de António Jacinto porque ele, a esta altura, estava em Portugal, cursando medicina graças a uma bolsa de estudos. Tomava parte das atividades da Casa dos Estudantes do Império, onde se reuniam estudantes das diferentes colónias e por onde passaram vários líderes dos movimentos de libertação, foi preso duas vezes por atividades políticas. Só regressaria a Angola, já formado, em 1959.

António Jacinto, ainda segundo Luandino, tinha amigos no Brasil, em Florianópolis, que lhe mandavam revistas como *Cruzeiro*, *Manchete*, obras literárias, discos de música brasileira e também muita literatura política proibida pela ditadura portuguesa, mas que circulava livremente na democracia brasileira. Tudo era posto à disposição dos frequentadores da casa.

Então, depois, começámos a ler, a estudar uma filosofia que não era acessível cá, ninguém falava. Foi uma revelação: “Que é isto, isto de materialismo dialéctico? Que coisa é esta?” Então vinham algumas traduções. Recordo-me ter lido Plekhanov e tudo mais em traduções brasileiras. Bom... uma grande confusão: eu lia tudo e misturava os marxistas dogmáticos com os leninistas... aquilo deu uma grande salada, mas que nós pouco a pouco fomos organizando. Mas não havia outro processo de adquirir cultura política. (Laban, 1980, p. 16-17)

A atividade cultural e a atividade política desenvolviam-se mais ou menos paralelas e indistintas. O grupo que acabaria criando o Movimento Popular de Libertação de Angola continuava sua propaganda anticolonial. Esses jovens intelectuais, aprendizes de poeta, aprendizes de escritor, eram simpatizantes dessa luta e próximos do grupo fundador do Movimento. Organizaram ou participaram da área cultural de órgãos como a Anangola (Associação dos Naturais de Angola), a Sociedade Cultural, um Cine Clube, várias outras pequenas associações lítero-musicais. Movimentação cultural que era ao mesmo tempo mobilização política não poderia passar despercebida pelas autoridades coloniais e pela polícia política. A PIDE vinha aumentando sua presença na

colônia para impedir o avanço das ideias nacionalistas. E o único método que ela conhecia para isso era o recrudescimento da repressão. Eis como Luandino recorda aquele momento:

[...] tudo isso acabou por culminar, em 59, com a primeira grande vaga de prisões, que atingiu sobretudo a cidade de Luanda e todos os meios, todos os meios sociais, todas as classes, e que chegou inclusivamente até às associações culturais. Portanto desde as células clandestinas que já estavam organizadas, para a acção propriamente ou especificamente política, até àquelas células, digamos assim — ainda que não fossem formalmente células —, que desenvolviam a sua acção através de uma consciencialização pelo trabalho cultural. Foi a Páscoa de 59, que deu depois o “Processo dos 50”, e, depois, em 61, começa a luta armada quando nós já estávamos, todos esses jovens, já estavam mais do que identificados... (Laban, 1980, p. 17)

Depois da prisão daqueles que a polícia política julgava mais diretamente implicados na luta anticolonial, os líderes e dirigentes, era preciso que o terror se espalhasse e também os simpatizantes, os jovens ativistas culturais foram arrebanhados. Luandino recorda sua primeira experiência de prisão.

A primeira vez que fui preso, foi em 1959, quando começou a grande vaga das prisões, quando a PIDE se instalou, começou a organizar a sua rede. E, na Páscoa de 59, foi um domingo de 59, em Março, prenderam a maior parte, quase a totalidade dos militantes antigos do MPLA. Portanto, aqueles que de qualquer modo, já tinham um embrião de organização, grupos, pelo menos células, que faziam as suas reuniões e que, realmente, faziam um trabalho político clandestino. Essas prisões... Claro, como todas as prisões, é preso um núcleo e depois aquilo começa a alargar-se em círculos concêntricos. Tudo quanto tenha ligação com isso vai preso. [...] Eu fui preso nessa altura mas, devido às instruções do Calazans Duarte, um português, um comunista português que estava cá em Angola, prestei as minhas declarações de acordo com as indicações que ele conseguiu dar-me já quando cheguei à cadeia. E, quando chegou a altura do julgamento, fui separado do processo porque não havia matéria de culpa, não havia ainda matéria para me inculpar. [...] Então, saí em Dezembro. (Laban, 1980, p. 45-47)

Libertado, Luandino faz sua primeira visita a Portugal, ocasião em que conheceu sua localidade de nascimento. De volta a Luanda em 1960, numa clara evidência que o período na cadeia não o assustou, retoma as atividades político-culturais. Quando começa a luta armada, em 1961, trabalha para uma companhia americana em Cambembe, onde estava sendo construída uma grande barragem. Seus empregadores mandam encerrar as atividades ali, mas convidam-no a continuar trabalhando para eles. Iria fazer um curso em Londres e depois seguiria para a construção de uma barragem na fronteira do Alto Volta (hoje Burquina Fasso) com Gana. Ele aceitou a proposta vendo ali uma oportunidade de ir para o exterior, pois havia tentado sair de Portugal quando lá estivera sem conseguir permissão ou um contato que o ajudasse a passar clandestino pela fronteira.

Queria sair de Angola ou de Portugal porque estava muito visado, vigiado pela polícia, pouco capaz de contribuir para a luta clandestina e arriscado a comprometer qualquer pessoa que dele se aproximasse. Depois de fechar a firma em Cambembe, voltou a Portugal em agosto. De lá pretendia ir para Londres, fazer o tal curso, o que justificava a viagem. Já estava a bordo do avião, com os motores ligados, quando algum funcionário mais zeloso encontrou seu nome numa lista de pessoas não autorizadas a deixar o país. No último minuto, numa reversão de expectativa muito desfavorável a Luandino, a PIDE retirou-o do avião. Permaneceu em Lisboa de agosto a novembro tentando desfazer aquela situação, visto que nada havia, legalmente, contra ele. Mas a legalidade, nas ditaduras, está abaixo de outras considerações do poder. Uma ordem enviada de Luanda, após nova onda de prisões, fez com que ele também fosse preso, no dia 20 de novembro de 1961, e despachado para Angola.

Era o início de uma longa temporada por prisões diversas, em Luanda, em Cabo Verde, mais de dez anos de encarceramento, até 1972, quando foi autorizado a viver em Lisboa, em condições de liberdade vigiada. Nessa longa temporada prisional Luandino produziu a maior parte de sua obra literária, incluindo títulos de reconhecida excelência como as histórias de *Luuanda* e o romance *Nós, os do Makulusu*, para ficar só em dois exemplos.

O clima de agitação política, a multiplicação de simpatizantes da causa nacionalista, o aumento da repressão e a certeza da impossibilidade de diálogo com a ditadura portuguesa tiveram o resultado previsto por Clausewitz. Impedida de seguir o caminho do entendimento negociado, a disputa política não foi abafada, continuou por outros meios: pela violência e pela força das armas. Era o início da longa guerra chamada, pelos nacionalistas, *de libertação*, e pelas autoridades portuguesas, *colonial*.

Embora o MPLA, um grupo urbano, com negros, mestiços, brancos e alguma orientação marxista, tenha sido o único mencionado até aqui, havia outros grupos políticos organizados na luta pela independência. Entre eles, é preciso destacar, pelo papel que viria a assumir no desenrolar dos acontecimentos, a União dos Povos de Angola (UPA), dirigida por Holden Roberto. Ao contrário da que acontecia no MPLA, era organização alicerçada num único grupo étnico, os bakongos, que viviam no norte de Angola e no Congo ex-belga, independente em 1960, com Patrice Lumumba como primeiro-ministro.

Lumumba manteve-se no poder poucos meses. Desde o início desconfiado dos velhos e novos colonialistas, procurou aproximação com o mundo socialista, o que

desagradou ao lado ocidental da Guerra Fria. Durante seu governo ocorreu uma rebelião militar, a secessão de uma província, além de explosões de violência étnica e violência variada. Esse quadro levou à deposição do primeiro-ministro e a seu posterior assassinato. Tornou-se um mártir, símbolo do comportamento dos inimigos de uma África de fato independente. Os soviéticos aproveitaram o símbolo, deram seu nome a uma instituição de ensino destinada a estudantes estrangeiros, criada em Moscou naquele mesmo ano, e que passou a se chamar Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba. O novo governo, alinhado com o Ocidente, dirigido por um presidente bakongo, dava apoio à UPA de Holden Roberto. Estabelecida sua sede em Leopoldville, dali pretendia exercer influência sobre o norte de Angola. O estado de ânimo na região foi resumido, no trecho abaixo, pela já citada dupla de historiadores portugueses.

O impacto da independência do Congo terá sido importante, particularmente no Norte de Angola. Se os “bacongos” do lado de lá tinham adquirido a independência e até tinham designado o Presidente da República do novo país, porque não haveriam eles, bacongos de Angola, de se tornar independentes e de designar, também os seus dirigentes?
(Mateus e Mateus, 2011, p. 25)

A situação internacional, em 1961, sofrera modificações desfavoráveis à posição portuguesa. John Kennedy era presidente dos EUA e pretendia fazer mudanças na política externa norte-americana em relação à África. Precisava ganhar a simpatia dos novos governantes africanos e apoiar aqueles que buscavam a independência, sem permitir qualquer avanço comunista ou de seus simpatizantes sobre o continente. Figuras como Patrice Lumumba não eram bem vindas. Movimentos como o MPLA tampouco. Era melhor apoiar uma descolonização da África que a mantivesse sob a influência do Ocidente. Salazar percebeu a mudança quando uma resolução da ONU, pedindo o fim do domínio colonial em todas as partes do mundo, foi aprovada com o voto dos americanos. Também quando os americanos negaram ajuda para recuperar o domínio sobre o transatlântico português *Santa Maria*, sequestrado por um comando de opositores das ditaduras ibéricas. O ditador sentiu-se traído. Portugal não era membro da OTAN e um dos mais antigos governos anticomunistas da Europa?

Entre dezembro de 1960 e o início de 1961 dois episódios indicaram o grau de tensão política e conflito eminente também longe de Luanda e da tutela dos grupos nacionalistas. Em Golungo Alto, numa manifestação arranjada pelas autoridades coloniais para aclamar Portugal, a população reunida deu vivas à independência. Na

Baixa do Cassanje, norte do território, populações obrigadas a plantar unicamente algodão revoltam-se e ameaçam as autoridades. Os revoltosos chegam a ser bombardeados com *napalm*. É talvez o primeiro uso da substância contra populações civis. Seria bastante utilizado pelos americanos no Vietnã.

O início da luta armada pela independência de Angola costuma ser associado a dois momentos, um em Luanda e outro na fronteira norte.

Em 4 de fevereiro de 1961 um grupo de nacionalistas atacou prisões na capital para libertar os presos ameaçados de transferência para Cabo Verde ou São Tomé. Também a notícia de que os sequestradores do *Santa Maria* pretendiam levar o navio para Luanda, e a consequente presença da imprensa estrangeira na cidade, teria contribuído para a decisão. Houve novo ataque às cadeias no dia 11. O resultado dos ataques foi pífilo. Nenhum preso foi libertado. Alguns guardas foram mortos a catanadas ou a tiros. Houve grandes baixas entre os atacantes, com mortos e feridos. Iniciou-se reação histórica e violenta dos brancos de Luanda, atacando musseques, empenhados em, segundo eles, *exterminar terroristas*. A organização dos ataques de fevereiro foi, desde o início, disputada pela UPA e pelo MPLA. Os estudos mais recentes consideram que a UPA teve maior responsabilidade, mas havia também militantes do MPLA entre os atacantes. O fato é que, naquele momento, os simpatizantes da causa da independência pouco distinguem entre as duas organizações.

Em 15 de março de 1961 iniciou-se uma série de ataques, estes sim organizados pela UPA, a partir da fronteira do Congo sobre o território bakongo do norte de Angola. Fazendeiros brancos foram trucidados, assim como suas famílias, e até trabalhadores negros de outros grupos étnicos a serviço desses fazendeiros. Muitos dos sobreviventes refugiaram-se em Luanda. Todo o norte de Angola esteve, por algum tempo, dominado pelos rebeldes. A imprensa portuguesa, controlada pelo regime, contribuiu muito para aumentar o clima de medo, destacando *a brutalidade e a selvageria dos terroristas a serviço de potências estrangeiras*.

Os militares portugueses tinham consciência do agravamento do conflito nas colônias e do despreparo de suas forças para atuar nas matas, contra forças irregulares. Havia uma ala, entre eles Botelho Moniz, ministro da Defesa, que desaprovava a recusa sistemática do governo em considerar qualquer possibilidade de negociação. Chegou a acontecer uma tentativa de golpe militar, em abril de 1961, com apoio discreto (e distante) do embaixador americano Charles Burke Elbrick, que também viria a ser, no fim da década, embaixador no Brasil. Neutralizados os golpistas com a demissão do

ministro da Defesa, Salazar assumiu a pasta e passou a conduzir pessoalmente a guerra colonial. Aproveitando o clima de histeria criado pela imprensa entre a população, fez um pronunciamento público para dizer que enviaria tropas para Angola *rapidamente e em força*, e conseguiu grande apoio popular. A violenta reação portuguesa contra os rebelados, iniciada com voluntários e milicianos do território, é reforçada com o envio dos primeiros soldados. E ao tão noticiado, repercutido e aumentando *terror negro*, seguiu-se o *terror branco*, esse muito pouco divulgado, mas ainda mais brutal, pelo menos em número de atingidos. No dia 9 de agosto, tropas portuguesas retomam o povoado de Nambuangongo, tido por capital dos rebeldes, e consideram retomado o território. Mas aquela não era uma guerra tradicional, que acabava com a tomada de cidades ao inimigo. O inimigo estava invisível, espalhado pela mata ou do outro lado da fronteira, mas ainda estava lá. A guerra tinha apenas começado.

No Brasil, os militares favoráveis a soluções golpistas e seus correligionários civis estavam tranquilos no fim de 1960. Jânio Quadros, o candidato apoiado por eles, vencera a eleição presidencial. Mas algo perturbava essa tranquilidade. De acordo com a legislação da época, os eleitores podiam votar no presidente de uma chapa e no vice-presidente de outra. E assim aconteceu. Jânio Quadros foi eleito presidente, mas seu vice, Milton Campos, foi derrotado. O marechal Lott foi derrotado, mas João Goulart, seu vice, foi eleito. Assim, para manter a tranquilidade dos udenistas, era preciso que o vice nunca chegasse à presidência. Em janeiro de 1961, o presidente empossado passava a governar de Brasília, a nova capital, inaugurada por Kubistchek no ano anterior.

Um de seus primeiros atos foi dar asilo político aos rebeldes que haviam sequestrado o *Santa Maria*, o navio que ameaçara seguir para Luanda e acabou aportando no Recife. Isso deve ter feito piscar uma luz de alerta entre os udenistas. Eles decerto prefeririam que o presidente tivesse tomado o navio à força e entregue os sequestradores a Salazar. Mas aquele era só o primeiro ato do que se chamou política externa independente, contrária às expectativas da UDN e seus aliados. Jânio mostrou-se favorável à autodeterminação dos povos e buscou reestabelecer relações com o mundo socialista, rompidas desde o governo Dutra. Condenou o ataque derrotado de forças anticastristas à Baía dos Porcos, em Cuba, recebeu e condecorou Che Guevara e, para surpresa geral, renunciou à presidência em agosto, após sete meses de governo. Antônio Callado, como no suicídio de Vargas, recria ficcionalmente a repercussão da

notícia entre os expedicionários que haviam chegado, no meio da mata, ao centro geográfico do Brasil:

— Nós quase pifamos aí no mato — disse Olavo. — O que é que aconteceu afinal? Ninguém entendeu bem aquela mensagem. / — O Jânio Quadros renunciou, velhinho. Você nem imagina que corre-corre e... / — Renunciou? Mas como? Derrubaram êle? — disse Olavo. / — Que nada! Ou pelo menos parece que não. Ninguém sabe. Acho que nem o Jânio. Primeiro surgiram milhões de explicações. Uma confusão de todos os diabos. Tinha sido o Exército. Tinha sido os americanos... (*Q.*, p. 310)

Pela ordem constitucional quem devia substituir o presidente era o vice. Isso era tudo que os ministros militares não queriam, o herdeiro político de Getúlio Vargas instalado no poder. E o vice nem estava no país, tinha sido enviado pelo então ainda presidente à China, em missão diplomática. A crise parecia outra vez se encaminhar para o golpe. Uma junta militar já dava ordens em Brasília, por trás de Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados e interinamente chefe da nação. Mas Leonel Brizola, cunhado do vice-presidente e governador do Rio Grande do Sul, criou um movimento em defesa da legalidade, discursando em cadeia nacional de rádio, propondo-se a resistir contra os golpistas até pelas armas, que distribuiu entre partidários. Também Machado Lopes, comandante do III Exército, defendeu a legalidade, recusando-se a cumprir ordens de bombardear o palácio do governo e seus arredores, em Porto Alegre, onde estavam reunidos seguidores armados do governador. O comando militar do Sul tinha apoio de sua tropa, contrária a obedecer cegamente as ordens dos golpistas. Sargentos, na Base Aérea, chegaram a prender oficiais e a retirar bombas com que haviam sido armados os aviões. Os golpistas, encontrando resistência, vendo-se compelidos à luta ou ao recuo, recuaram. Não houve solução militar, mas os políticos encontraram outra solução. Em uma única madrugada o Congresso aprovou a mudança do regime. Deixava de ser presidencialista, passava a parlamentarista. Deste modo, respeitava-se uma nova legalidade: assumia o vice João Goulart como presidente, mas com o poder esvaziado. Quem passava a governar era um gabinete de ministros escolhido pelo Congresso. Depois de um ano e cinco meses e três primeiros-ministros, Tancredo Neves, Brochado da Rocha, Hermes Lima, o regime voltou a ser presidencialista graças a um plebiscito, em janeiro de 1963, no qual a esmagadora maioria dos eleitores (perto de oitenta por cento) disse não ao parlamentarismo.

Além da resistência legalista no sul do país, outra parte do território nacional causava preocupações às forças antipopulares: a mobilização dos trabalhadores rurais e a luta pela reforma agrária no nordeste, especialmente em Pernambuco. Antônio

Callado, que em 1959 deixara a chefia de redação do *Correio da Manhã* para voltar à reportagem, documentou dois momentos dessa situação.

No primeiro deles, em 1959, fez uma viagem ao Nordeste e publicou uma série de artigos sobre obras contra a seca que beneficiavam apenas alguns proprietários rurais; sobre a situação litigiosa dos trabalhadores (ditos “galileus”) do Engenho Galileia, em Pernambuco; sobre a prática do cambão, isto é, do trabalho não remunerado para os fazendeiros em troca do uso de alguma terra para subsistência, resqúcio da escravidão; e também sobre o empenho do deputado Francisco Julião, organizando e difundindo as Ligas Camponesas. Essas reportagens tiveram grande repercussão e foram, no ano seguinte, reunidas em livro — que incluiu também a polêmica e os protestos suscitados — e publicadas sob o título *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*. Interessante destacar o paralelo que Callado faz entre a situação nordestina e a das colônias portuguesas, que chamava a atenção internacional na época.

Talvez só em Angola e Moçambique ainda encontremos no mundo de hoje um sistema de trabalho tão semelhante à escravidão como o do Nordeste. E note-se bem: no Nordeste sem qualquer preconceito de cor — a escravidão é franqueada a todos. (Callado, 1960, p. 58)

Ele reforça o paralelo em dois artigos, também reproduzidos no livro, um publicado na revista *Sr.*, em dezembro de 1959: “[...] como está agora o Nordeste, é das Nações Unidas nos incluírem nas zonas do mundo onde ainda vigora o trabalho escravo, como nas colônias portuguesas de Angola e Moçambique, trancadas a sete chaves pelo sr. Salazar” (Callado, 1960, p. 115). O outro artigo foi publicado na revista *Visão*, em 16 de outubro do mesmo ano: “[o] remédio é não deixarmos entrar ninguém da ONU, como fazem os portugueses do Sr. Salazar em relação a Angola e Moçambique: se a Comissão chegar e espiar, estamos perdidos” (Callado, 1960, p. 124).

No segundo momento, em nova incursão a Pernambuco, já com João Goulart na presidência e no clima de efervescente agitação política que antecedeu o golpe militar, Callado publicou nova série, agora no *Jornal do Brasil*, descrevendo o que se passava no campo pernambucano durante o governo de Miguel Arraes. Essas reportagens também foram reunidas em volume sob o título *Tempo de Arraes*, com o subtítulo *Padres e comunistas na revolução sem violência*, mas quando o livro foi publicado, no ano de 1965, não era mais jornalismo, era documento histórico de uma era passada. É o próprio Callado quem assim avalia, no “Prefácio” escrito especialmente para o volume:

Até os últimos dias de março de 1964 o livro que vão ler era, de acordo com o chavão, de uma “palpitante atualidade”. Hoje, é uma evocação histórica. Com fulminante rapidez o movimento militar de 1º de abril transmutou em passado a mais viva experiência social já tentada no Brasil.
(Callado, 1965, p. 7)

A notícia do início da guerra pela independência, além de alcançar os estudantes angolanos que estavam na metrópole, levou vários deles a abandonar os estudos e engajar-se diretamente na luta. Em entrevistas concedidas a Michel Laban (cf. Laban, 1991, p. 786-789) e a Dalila Cabrita Mateus (cf. Mateus, 1999, p. 249-254) Pepetela fala dos anos que passou em Portugal e como veio a sair de lá. Como mostrara ser bom aluno em Matemática, a família mandou-o à universidade na esperança de que viesse a se formar engenheiro. Mas ele tinha sido ainda melhor aluno em Português, História, Francês, Inglês, Literatura e, já em Portugal, conseguiu convencer os pais que seria melhor sua transferência para o curso de História. Ele, na verdade, queria estudar Sociologia, curso inexistente nas universidades portuguesas. Salazar imaginava que sociologia e socialismo eram praticamente a mesma coisa, ou que uma coisa levava à outra.¹³

O jovem Artur Pestana, além da troca de curso, também passou a frequentar a Casa dos Estudantes do Império, onde moravam e se reuniam outros jovens das diferentes colônias, parte deles envolvida nos projetos políticos de independência. Pepetela já sabia, desde Angola, dessa fama da CEI, mal vista e pouco recomendada pelos familiares dos estudantes que iam para Portugal. Num caso típico de conflito de gerações, esse acabou sendo um dos motivos que o atraiu para o lugar. Lá conheceu camaradas que viriam, como ele, a participar da luta guerrilheira contra as forças colonialistas. Camaradas como Costa Andrade, poeta e futuro combatente; Daniel Chipenda, que viria a atuar na Frente Leste; Júlio de Almeida, mais tarde conhecido por Comandante Juju. Também encontrou leitores interessados, apoio e orientação para seus primeiros textos literários. Chegou a publicar alguns no boletim da Casa, chamado *Mensagem*. Continuava um leitor voraz e, por esse tempo, suas leituras eram americanos como Hemingway, Steinbeck, Erskine Caldwell, entre vários outros;

¹³ Boaventura de Sousa Santos em uma de suas “Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal”: “Os primeiros e, durante muito tempo, os únicos estudos sociológicos empíricos sobre a sociedade portuguesa foram realizados por sociólogos estrangeiros. Por sua vez, Salazar identificava sociologia com socialismo, ao mesmo tempo que nos países desenvolvidos a sociologia desempenhava um papel crescente na consolidação social do capitalismo.” (Santos, p. 55)

brasileiros como Jorge Amado, Graciliano Ramos; Sartre e mais alguns franceses; mas, por preconceito, como ele reconhece, não lia autores portugueses.

Além de seu aprendizado de escritor, Pepetela também realizava trabalho político, participando, entre outras atividades, da organização de greves estudantis nos anos de 1961 e 1962. Ao fim de 1961 houve uma grande fuga de estudantes africanos que, contra a vontade da PIDE, passaram a fronteira, atravessaram a Espanha e foram se exilar na França, de onde boa parte deles passou, e era exatamente o que a polícia política não queria, a colaborar com e a aderir aos movimentos de libertação. Alguns dos estudantes fugitivos foram procurados por Jonas Savimbi, que viria a ser líder de um terceiro movimento de independência, mas nessa época tentava recrutar militantes para a UPA de Holden Roberto. Também houve convites para angolanos irem estudar nos Estados Unidos, numa tentativa de influenciar os futuros líderes da nação independente. Pepetela fez da Casa dos Estudantes do Império um dos cenários da primeira parte (chama-se, justamente, “A casa”) de *A geração da utopia*. Romanceou ali a fuga dos angolanos, mas ele, mesmo convocado para o Exército, não empreendeu nenhuma fuga aventureira. Na citada entrevista a Dalila Cabrita Mateus, declara:

Saí de Portugal em 1962. Saí legalmente, com passaporte português e com uma licença militar, comprada em Belém por 5 000\$00. Depois, no mesmo dia em que obtive a licença militar, parti de comboio. Dois dias depois a PIDE foi a minha casa. Mas, então, já eu estava em França.
(Mateus, 1999, p. 250)

Depois de seis meses em Paris, já em 1963, convidado por Henrique Abranches, seguiu para Argel — a Argélia, após cinco anos de guerra, libertara-se da França no ano anterior —, onde poderia enfim estudar Sociologia e, sob patrocínio da direção do MPLA, participar da criação do Centro de Estudos que elaboraria a *História de Angola* citada anteriormente neste trabalho.

A historiadora portuguesa também dá notícia do destino da CEI, em meio a um quadro conturbado em Portugal:

O ano de 1965 será dramático para os oposicionistas [...] assinalado por prisões e violências contra estudantes, pelo assalto e encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores devido à atribuição de um prémio ao angolano Luandino Vieira [...], pelo assassinato do general Humberto Delgado às mãos da PIDE. E também pelo encerramento da Casa dos Estudantes do Império. Eram já poucos os estudantes africanos que a frequentavam: sobretudo devido às fugas sucessivas e ao não renascimento dos seus efectivos, o que se explicaria principalmente pela repressão de que era alvo (e não tanto pela abertura dos Estudos Gerais em Angola e Moçambique, pois as inscrições de alunos das colónias nas Universidades Portuguesas não diminuem [...]). (Mateus, 1999, p. 73-74)

O livro premiado de Luandino Vieira era *Luuanda*, histórias escritas na prisão, no ano anterior, em que ele promovia uma revolucionária transformação da linguagem, fundindo, em certa medida, português e quimbundo.¹⁴ Numa conferência pronunciada em 1968 na PUC de São Paulo, Vítor Ramos, intelectual português exilado e professor na FFLCH, falecido na capital paulista antes de poder retornar a Portugal, poucos dias depois da Revolução dos Cravos, assim detalhou o que foi exatamente o “assalto e encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores”:

[...] o fascismo considerou ser esta a melhor ocasião para investir violentamente contra a Sociedade e os escritores seus associados (que ameaçavam a ordem pública “armados até os dentes com as suas canetas”, como diria mais tarde o escritor emigrado Jorge Reis). Três membros do júri — os escritores Augusto Abelaira, Manuel da Fonseca e Alexandre Pinheiro Tôrres — foram presos pela PIDE. Dois outros — Fernanda Botelho e João Gaspar Simões — foram chamados a prestar depoimento. E a Sociedade que tão grandes serviços prestou à cultura portuguesa nos seus dez anos de existência, foi definitivamente fechada, depois de ter visto a sua sede saqueada, com os móveis lançados à rua, como nos melhores tempos das SS de Hitler. Escusado será dizer que nenhum jornal português pôde referir-se ao atentado. Do estrangeiro, entretanto, vieram muitos encorajamentos aos escritores portugueses, nomeadamente por parte de Giancarlo Vigorelli, secretário da Comunidade Européia de Escritores, que escreveu: “A nossa solidariedade para com os escritores portugueses é total e todos os escritores europeus devem tomar para si a extrema lição de coragem que eles deram ao mundo, desprezando Salazar, que está massacrando Angola e conferindo um Prêmio Literário a um escritor angolano encarcerado”. (Ramos, p. 55)

Além das muitas fugas de estudantes, uma, em especial, deve ser lembrada aqui. Em junho de 1962, Agostinho Neto, que vivia sob regime de liberdade vigiada em Lisboa, consegue sair do país. A bordo de um pequeno iate, com a esposa, os dois filhos, mais um nacionalista guineense e dois membros do PCP, responsáveis por organizar a fuga, saem como para uma regata no Tejo, passam a barra, rumam para o sul e alcançam a baía de Tânger, no Marrocos. Em agosto do mesmo ano, Daniel Chipenda e outro grupo de nacionalistas navegam num pesqueiro do Algarve até Marrocos. Pepetela, ainda em Portugal, ajudou nos contatos para mais essa fuga.

Agostinho Neto seguiu de Tânger, no Marrocos, para Conakri, na Guiné, onde se encontrou com parte da direção do MPLA, depois continuou para Leopoldville, no Congo, para assumir a direção do movimento. Viriato da Cruz, por divergências

¹⁴ Em debate realizado numa sessão de comunicações sobre os cinquenta anos de *Luuanda*, no V Encontro de Professores de Literaturas Africanas, realizado em Porto Alegre, em novembro de 2013, o professor angolano Luís Kandjimbo, presente entre os ouvintes, comentou ao final que, quando da atribuição do prêmio ao livro, o único a votar contra foi João Gaspar Simões, alegando não ser aquela uma obra da literatura portuguesa, mas de uma literatura autônoma. O professor concluiu dizendo que, de forma enviesada, o crítico já estava reconhecendo a independência.

políticas, afasta-se nessa época. António Jacinto, na casa de quem, algumas vezes, Luandino Vieira encontrara os outros dois, estava preso no Tarrafal, em Cabo Verde, desde 1960. Luandino se reuniria a ele em 1964. Mas não entraremos aqui na questão dos embates políticos internos do MPLA.¹⁵ O que deve nos interessar no momento é ver como andava a luta guerrilheira contra as forças portuguesas naqueles primeiros anos da década de 1960.

Os guerrilheiros da UPA, depois da retomada do território norte de Angola pelas forças portuguesas, tinham uma *fronteira de apoio* em sua retaguarda, foram se refugiar no Congo-Leopoldville, de onde podiam, esporadicamente, emboscar os inimigos. Já os guerrilheiros do MPLA, que fugiram de Luanda e foram expulsos da área de Nambuangongo, iniciaram uma resistência na região dos Dembos, que ficou depois conhecida como primeira região político-militar (1ª RPM) do Movimento. Mas eles não tinham *fronteira de apoio*. Estavam isolados entre a área urbana e litorânea, com forte presença militar portuguesa, e o norte de Angola, onde também havia portugueses e cuja fronteira estava sob domínio da UPA, que não tinha nenhuma simpatia pelo outro grupo. A 1ª RPM do MPLA permaneceu quase completamente isolada durante todos os treze anos de guerra. A pouca ajuda que recebeu, em armamentos, roupas, remédios, abastecimento, veio de pequenas células clandestinas em Luanda (a chamada frente interna), constantemente desbaratadas pela PIDE. Também algumas escassas colunas guerrilheiras tentaram contato com a região.

¹⁵ Para uma descrição minuciosa dos embates políticos dentro do MPLA, ver os dois volumes do estudo de Marcelo Bittencourt, *“Estamos juntos!”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, que nos serviu de roteiro básico para este sumário cronológico-factual. Também nos servimos, complementarmente, de obras como *Salazar (1889-1970)*, de João de Almada; *Portugal e o fim do ultracolonialismo*, de Perry Anderson; *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*, do mesmo Marcelo Bittencourt; *A partilha da África Negra*, de Henri Brunschwig; *‘Maquis’ e arredores: memórias do jornalismo que acompanhou a luta de libertação nacional*, organizado por Siona Casimiro; *História de Angola*, do Centro de Estudos Angolanos; *Roteiro da literatura angolana*, de Carlos Ervedosa; *A ditadura encurralada*, de Elio Gaspari; *Dias de ira*, de Nelson Gatto; *Guerra colonial: um repórter em Angola*, de Carlos de Matos Gomes e Fernando Farinha; *Mais um dia de vida: Angola, 1975*, de Ryszard Kapuscinski; *1974: cessar fogo em África*, de David Martelo; *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, de Dalila Cabrita Mateus; *Purga em Angola: o 27 de maio de 1977 e Angola 61 guerra colonial: causas e consequências, o 4 de fevereiro e o 15 de março*, ambas obras de Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus; *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*, de Kenneth Maxwell, os dois volumes de *Os anos de guerra 1961-1975: os portugueses em África, crónica, ficção e história*, organizados por João de Melo; *Luta de libertação, exército nacional e revolução*, de Monty; *Portugal do fascismo à revolução*, de José Paulo Netto; *Revista Paz e Terra 10: 43 anos de fascismo em Portugal*; *A revolução dos cravos*, de Lincoln Secco; *A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia*, de Carlos Serrano e Kabengele Munanga; *Angola 61: uma crónica de guerra*, de Rocha de Sousa; *Portugal e o futuro*, de António de Spínola; *Guerra de África: Angola 1961-1974*, de Rui de Azevedo Teixeira.

Em Leopoldville, com um presidente bakongo e aliado dos americanos, a UPA encontrava um apoio que era negado ao MPLA. Os partidários de Agostinho Neto eram acusados de serem mestiços em sua maioria, com até alguns brancos entre eles, além de serem comunistas. Seus adversários também diziam que eles não tinham de fato presença militar em Angola, ou, se ela existia, a direção não tinha contato com ela. Militantes do MPLA chegaram a ser presos ou mortos quando tentavam entrar em território angolano. Este é um indício de que a guerra entre os movimentos, a guerra civil que substituiu a guerra colonial, começou muito antes da independência. A situação ficou tão crítica que, em dezembro de 1963, a direção do Movimento decidiu abandonar Leopoldville e mudar-se para Brazzaville, capital da República do Congo, ex-colônia francesa, cidade que ficava em frente à primeira, na outra margem do rio Congo. Uma mudança de poder neste país — saíra Fulbert Youlou, que era favorável aos portugueses e por isso repelia o MPLA; entrara Massemba Debat, um governante com posturas antiamericanas, afinado com o mundo socialista — favoreceu a mudança e ainda possibilitou maior aproximação do MPLA com Cuba e com a União Soviética.

A organização de Holden Roberto juntou-se a alguns pequenos organismos e passou a chamar-se Frente Nacional de Libertação de Angola — FNLA. Até 1964, seus guerrilheiros continuavam com pequenas mas constantes incursões num território próximo da fronteira. A Organização da Unidade Africana, recentemente criada, reconheceu a Frente como único movimento lutando de fato, de armas na mão, pela independência de Angola. Tal conjuntura, que deveria levar a uma ascensão da FNLA, acabou resultando numa crise interna. Surgiram, contra Holden Roberto, acusações de corrupção e favorecimento, ao mesmo tempo em que havia falta de armas, roupas, remédios e outros recursos para os grupos de guerrilheiros em treinamento ou em ação. Aconteceram revoltas, abafadas com o auxílio de tropas do Congo-Leopoldville. Jonas Savimbi, ministro dos Negócios Estrangeiros da FNLA, abandona Holden Roberto. Vários outros líderes seguem-lhe o exemplo. O refluxo na luta anticolonial, naquele momento, chega a ser percebido por Eric Hobsbawm. Num artigo publicado em 1965, em que analisa o avanço da luta guerrilheira no Vietnã, faz, sobre o que acontecia naquela parte da África, a seguinte observação:

Por outro lado, pode haver povos tão inexperientes ou tão carentes de quadros adequados a ponto de permitir que uma guerrilha numerosa e amplamente implantada seja liquidada, pelo menos por algum tempo. Este é talvez o caso de Angola. (Hobsbawm, 1985, p. 170)

O movimento dirigido por Agostinho Neto buscava atuar em duas frentes: a interna, ocupada nas atividades bélicas e de propaganda dirigida aos angolanos residentes no território, e a externa, concentrada em atividades político-diplomáticas. Diante do pouco avanço na frente interna, o MPLA buscava apoios de governos simpáticos à ideia da libertação da colônia portuguesa. Além da aproximação com o mundo socialista, procuraram também aproximação com o Brasil. A criação do Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola, apoiada por militantes do movimento negro, organizou manifestações pela independência em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Também foi criado um Comitê de Solidariedade ao Povo Angolano em que atuaram figuras eminentes do mundo acadêmico como o sociólogo Florestan Fernandes, o historiador Caio Prado Júnior, o geógrafo Josué de Castro, o linguista Aurélio Buarque de Holanda, além de outros.

Um historiador brasileiro assim descreve a conjuntura:

O ambiente de agitação política existente no Brasil favorecia a penetração e o acolhimento da ideia de independência para Angola, em especial as ações defendidas pelo MPLA. É assim que o movimento consegue estabelecer a ligação com uma rede de apoio formada por brasileiros e angolanos que estudavam no Brasil, ambos empenhados na divulgação da luta levada adiante pelo MPLA contra o colonialismo português e na tentativa de obter auxílio para o movimento. / Para além da pressão sobre as autoridades governamentais brasileiras, um dos grupos de apoio ao MPLA sediado no Brasil, contando com a presença, dentre outros, dos angolanos José Lima de Azevedo e José Manuel Gonçalves e dos brasileiros José Maria Nunes Pereira e Fernando Augusto Albuquerque Mourão, buscou alargar seus contactos no meio sindical, através de nomes de peso da política nacional, como os deputados Leonel Brizola e Osvaldo Pacheco da Silva. Com essa ligação, o grupo ambicionava concretizar ações de boicote a produtos portugueses desembarcados nos portos brasileiros. As negociações já estavam avançadas quando o clima político brasileiro passa a sofrer oscilações ainda mais agudas e o fechamento político se estabelece no país. (Bittencourt, 2008a, p. 155-156)

Também este historiador nos informa (cf. Bittencourt, 2008a, p. 156-157) que aquele mesmo Fernando da Costa Andrade com quem Pepetela havia convivido na Casa dos Estudantes do Império estava, desde 1962, no Brasil, em São Paulo, atuando na incrementação da rede de apoio aos nacionalistas do MPLA, buscando reforçar ligações políticas com autoridades em Brasília. Teve contato com Afonso Arinos, ministro das Relações Exteriores de Jânio e do período parlamentarista de João Goulart, responsável pela *política externa independente*, que incluía a condenação do colonialismo na África e na Ásia. Já no período presidencialista, Costa Andrade aproximou-se do chefe da Casa Civil de Goulart, Darcy Ribeiro, através de quem conseguiu uma reunião com a primeira-dama, Maria Teresa Goulart. Às vésperas da queda do governo, em 23 de

março de 1964, começaram os preparativos para enviar um navio com remédios, alimentos e material didático, carga a ser desembarcada num porto do Congo-Brazzaville aos cuidados do MPLA. Mas não houve tempo sequer para que a viagem fosse iniciada.

Outro historiador brasileiro, Nelson Werneck Sodré, ele próprio militar, fez, ainda quase no calor da hora, a análise da vitória enfim alcançada pelos militares golpistas (sempre em acordo com seus parceiros civis) e a consequente derrocada da democracia brasileira.

A partir do momento mesmo em que ficou assegurada a posse do vice-presidente João Goulart no cargo que vinha de ser abandonado pelo sr. Jânio Quadros, elementos militares iniciaram a conspiração para depô-lo. Todos êles, após a vitória do golpe de abril de 1964, confessaram tal atividade e vangloriaram-se dela. Aos primeiros conspiradores, de número reduzido, outros se foram juntando [...]. Assim, a afirmação de que o golpe resultou de acontecimentos de março de 1964 — o comício do dia 13, o episódio dos marinheiros, a solenidade do Automóvel Clube, já ao findar o mês — não corresponde à verdade. Tais acontecimentos contribuíram, evidentemente, para a eclosão do ato de fôrça, mas êste vinha sendo meticulosamente preparado há muitos e muitos meses, e as confissões nesse sentido, são numerosas. A decisão para a solução de fôrça amadureceu, sem a menor dúvida, a partir do plebiscito em que o presidente retomou os poderes que o golpe político de setembro de 1961 lhe havia retirado. Já a realização do plebiscito, pelo sentido popular de que se revestiu, confirmando a realidade a significação da palavra, importava em derrota que as fôrças da reação não poderiam suportar. (Sodré, 1965, p. 389-390)

Além da malograda tentativa de ajuda por via marítima, que Costa Andrade andara negociando, a derrubada violenta do governo Goulart

[...] deitaria por terra outras iniciativas em fase de elaboração, como a de obter o apoio do Itamaraty para o transporte, pela Força Aérea Brasileira, de medicamentos para os homens do MPLA e a tentativa de boicote às transferências monetárias realizadas pela vasta colônia portuguesa residente no país. Logo em seguida, seriam detidos os principais articuladores dessa rede, sob acusação de “*agitadores comunistas internacionais*”, só retomando a liberdade meses depois, fruto da mobilização dos amigos e das embaixadas africanas no Brasil. (Bittencourt, 2008a, p. 156, grifo do autor)

Costa Andrade e sua companheira foram presos pelo DOPS paulista — na certa como *agitadores comunistas internacionais* — no dia 2 de abril de 1964. No seu livro *Poesia com armas* há uma seção intitulada “do caderno CELA 1”, assim localizada e datada: “São Paulo, Brasil — Abril de 1964”. Num dos poemas ele parece ter recriado liricamente a experiência pessoal da prisão:

A liberdade tem a forma de um quadrado / de luz difusa // e o caminho / uma porta suja e cravejada / de rebites surdos. // O sono povoa-se de pulgas / e o

ar transforma-se todas as noites / em fatias cinzentas / que os gestos
inconsequentes / cortam contra a imobilidade do espaço.
(Andrade, 2004, p. 51)

Em duas estrofes de outro poema (“Cela comum”) ele amplia o foco, incluindo alusões críticas ao país onde está preso e ligações deste país com o seu, numa poética política:

Não há navios negreiros nas baías, / o mercado da venda dos escravos / é
parte da estratégia nova / que o país inteiro já tem dono / bebe *whisky* e
chama-se *yanquee*. // Quantos morrem / sabendo já por que morreram? // Em
mim detido / estreita-se a aliança insaciável / do poder fascista amedrontado.
// Em mim detidos os milhões de escravos angolanos / que o camartelo e as
naus / trouxeram / para fazer de Castro Alves um poeta. // Em mim detêm / A
pele dos meus avós que se liberta. (Andrade, 2004, p. 53-54)

Com a ajuda de amigos brasileiros, entre eles Júlio de Mesquita Filho, do jornal *O Estado de S. Paulo*, o casal Costa Andrade foi posto em liberdade. Desses mesmos amigos eles ganharam passagens de navio para a Itália. Depois da Itália, Costa Andrade passou ainda pela Argélia, onde fez parte do Centro de Estudos Angolanos, com Pepetela, e pela Iugoslávia, antes de entrar em Angola e passar sete anos na guerrilha.

Embora o golpe militar de 1964, decorridos cinquenta anos da ruptura da legalidade e perto de trinta de sua restauração, tenha sido exaustivamente estudado, interpretado, analisado, reconstituído, e ainda assim não tenha sido esgotado, nem seremos nós que o faremos aqui, consideramos pertinente para os objetivos deste trabalho examinar duas passagens em que Nelson Werneck Sodré destaca a questão da disciplina militar. Sua ruptura (pelos subalternos) foi invocada pelos golpistas como uma das justificativas para a necessidade da intervenção política. O historiador mostra que a quebra da disciplina mais grave não foi, como queria parte da cúpula militar, a desobediência dos sargentos, recusando-se a cumprir ordens que contrariavam a legalidade. A primeira das passagens comenta as atitudes da cúpula militar que não queria a posse do vice-presidente, depois do recuo a que se viu obrigada, aceitando a solução política do parlamentarismo que seus aliados civis rapidamente costuraram.

O problema fundamental [...] estava, para as forças que haviam conseguido, a duras penas, assegurar o controle da situação, no plano militar e, mais particularmente, na posição que os sargentos haviam definido, quando da crise. A ameaça era demasiado clara para passar despercebida. Neutralizar a influência dos sargentos, destruir as formas de organização que haviam alcançado, isolar os elementos mais destacados na resistência aos desmandos dos ministros subversivos, impor uma disciplina rígida de obediência, depurar o quadro de sargentos e exercer sobre ele estreita vigilância, passaram a ser as grandes preocupações da cúpula militar, onde os elementos golpistas permaneciam, em paradoxo aparente. É variada e numerosa a série

de fatos que assinalaram a anomalia curiosa: vencidos pareciam vencedores, os militares que haviam assegurado a continuidade democrática passavam a ser perseguidos e marcados como elementos perigosos, particularmente os sargentos. A situação, ao que tais dados indicavam, era de vitória do golpe militar e não de derrota. Por outro lado, a maioria dos chefes que haviam concordado, ostensivamente ou por omissão, com a atitude dos ministros golpistas, permanecia em suas funções e as utilizavam para perseguir os que haviam se colocado ao lado da lei. É fácil calcular os efeitos dessa política e o dano que causou. (Sodré, 1965, p. 384-385)

A outra passagem, retirada do último capítulo, justamente intitulado “A ditadura vitoriosa”, comenta a política de expurgo que o novo poder militar, agora podendo agir sem nenhum constrangimento, implantou dentro das próprias forças armadas, mas não apenas nelas.

No que diz respeito ao problema especificamente militar, foi exigido do novo poder que realizasse operação cirúrgica inédita, retirando das fileiras todos os militares que tivessem, direta ou indiretamente, contribuído para manter a situação legal anterior, isto é, o governo do presidente João Goulart. Não se tratava, agora, apenas de isolar e amputar pretensos grupo comunista de oficiais e sargentos, como em 1952; tratava-se de liquidar todos aqueles que tivessem o mínimo resquício de pensamento nacionalista ou democrático; tratava-se, ademais, de levá-los à barra dos tribunais militares, acusando-os por terem defendido, ou pretendido defender o governo anterior que, diga-se de passagem, era o governo legal, a que nenhum militar poderia recusar obediência sob pena de incorrer nas culpas previstas nos códigos. Invertia-se, assim, o sentido da disciplina e da hierarquia e da subordinação, com a agravante retroativa: levava-se a inquérito e a processo os que haviam, cumprindo o seu dever, tentado defender a ordem existente. Isso passava a constituir crime. (Sodré, 1965, p. 400)

Não é de admirar que alguns (ainda que poucos) desses militares, que passaram de defensores da legalidade a fora-da-lei sem mudar de posição ou fazer um movimento, sem sair do lugar, tenham tido parte na tentativa de derrubar o novo regime pelo confronto armado, seguindo o exemplo dado por seus superiores. A história posterior permitiu ver que talvez tenham, por via de incontrolável indignação diante da injustiça flagrante, considerado força o que afinal veio a se revelar fraqueza. Sodré já advertia (em 1965, portanto antes do efetivo início das tentativas de resistência armada) para a simplificação um tanto idealista das possibilidades de qualquer das partes, tanto a direita quanto a esquerda, em resolver definitivamente as pendências da política brasileira pela força das armas.

Supor que isso comporte [...] a aceitação da tese de que as Forças Armadas já chegaram ao grau de deterioração que as tenha transformado em simples tropa de ocupação do território do próprio país, a serviço do imperialismo, é levar longe demais, a aceitar como consumado aquilo que é o sonho carinhosamente acalentado pelo imperialismo. Esse sonho chega a limites pitorescos: *assim como a alienação de alguns esquerdistas supõe a existência da possibilidade de desenvolver no Brasil, agora, a luta de guerrilhas, o*

imperialismo supõe que tudo se resolverá instruindo tropa especializada brasileira no combate à guerrilha. Ambos desconhecem que a guerrilha, cuja base é ideológica — não havendo, pois, possibilidade de guerrilha reacionária — não é uma forma avançada de lutas, mas uma forma primária. Ambos, assim, subestimam o grau de avanço político do povo brasileiro. (Sodré, 1965, p. 404, *italico nosso*)

Depois do desproporcional esmagamento da rebelião armada, a força da ditadura não foi capaz de prevalecer sobre formas mais avançadas de luta, a mobilização, tanto da classe média quanto de camadas populares, a organização da sociedade civil, talvez demonstrando o que o general historiador considerou como o subestimado “grau de avanço político do povo brasileiro”. Mas isso já está além do contexto histórico que estamos procurando esboçar aqui.

Se a aproximação com o Brasil tinha sido frustrada pela ruptura do processo democrático, outras aproximações no campo político-diplomático mostraram-se mais favoráveis ao MPLA. Acompanhemos o que diz Marcelo Bittencourt.

[...] a instalação em Brazzaville favorecia as alianças e os apoios do bloco socialista, mais especificamente Cuba e União Soviética, bem instalados no país. A aproximação com os soviéticos significaria de imediato uma maior divulgação da sua luta e maior prestígio internacional. Diante dessa situação e buscando reverter o quadro geral de insatisfação, a direcção do MPLA decide avançar no terreno militar. (Bittencourt, 2008a, p. 267)

Mas havia uma complicação para esse avanço “no terreno militar”: a mudança do MPLA para o Congo-Brazzaville, se resolveu a questão da hostilidade, da sabotagem e dos confrontos com a FNLA, distanciou o movimento da fronteira por onde poderia entrar em Angola e fustigar as forças colonialistas. A República do Congo não tinha fronteira com Angola a não ser com o pequeno enclave de Cabinda. E também Cabinda não tinha fronteira com Angola. A região ficara separada do resto do território colonial desde que a administração portuguesa, em fins do século XIX, cedeu aos belgas uma faixa de terra, dando saída marítima à enorme colônia de que eles acabavam de tomar posse, e que conservariam até 1960.

Quem tinha uma larga fronteira disponível eram os guerrilheiros da FNLA. Mas, por conta da crise em que se viu sua direcção nos anos de 1964 e 1965, sua ação militar ficou bastante reduzida. Houve até casos de deserção, como o de Alexandre Taty, antigo ministro da Defesa da FNLA que se passou para o lado dos portugueses. Para estes, criou as Tropas Especiais, um feroz grupamento africano de contraguerrilha, com atuação em Cabinda.

Apesar das dificuldades, o MPLA queria retomar a atividade bélica. E Cabinda também era Angola. Em 1962 e 1963 tinham acontecido tentativas (mal sucedidas) de estabelecer base guerrilheira no território. Em 1964 retomam a iniciativa e conseguem resultado melhor. Se dali não era possível espalhar a luta pelo resto do território, pelo menos, no entender da direção do Movimento, seria possível treinar e preparar quadros para que, quando pudessem ser deslocados a outras regiões, estivessem prontos. É neste cenário, alguns anos mais tarde, que Pepetela vai situar seus personagens-guerrilheiros. *Mayombe* é título do romance e nome da grande floresta tropical que ocupa parte do território do enclave e se espalha para além dele.

Além da implantação de atividade guerrilheira em Cabinda, que viria a se constituir na segunda região político-militar (2ª RPM) do MPLA, em 1964 também é aberto um campo de treinamento em Dolisie, outra cidade da República do Congo, próxima à fronteira com o enclave. E mais: começaria a ser transmitida, através dos emissores potentes da Rádio Brazzaville, capazes de alcançar quase toda Angola, o programa *Voz da Angola combatente*, “um dos mais importantes instrumentos de divulgação da luta e das propostas do MPLA e o único canal de ligação regular e de risco não muito elevado com os que estavam em território angolano” (Bittencourt, 2008a, p. 271-272).

Em janeiro de 1965, os dirigentes do MPLA tiveram um encontro com Che Guevara, que andava fazendo uma série de viagens por várias capitais da África antes de juntar-se aos congoleses que ainda levavam a bandeira de Lumumba na tentativa de combater o governo do Congo-Leopoldville. A proposta de Guevara para os outros movimentos revolucionários e anticoloniais africanos era reuni-los para lutar no Congo e depois expandir essa luta para um enfrentamento internacionalista contra o imperialismo. Mais ou menos o projeto que seria depois tentado na América do Sul, a partir da Bolívia. Mas os dirigentes do MPLA, empenhados na busca da independência nacional, não pretendiam abandonar Angola para ir combater no Congo. Devem ter concordado em continuar cada um em seu respectivo projeto. A partir daquele encontro, apesar da divergência estratégica, estreitou-se a ligação com Cuba. Naquele mesmo ano, dois pequenos grupos de instrutores cubanos foram enviados, a pedido da direção do Movimento, para ajudar no treino dos combatentes. Seria muito importante a ligação entre Cuba e o MPLA, continuaria ao longo de toda a guerra de libertação e prosseguiria depois da independência.

Animada com a presença dos instrutores cubanos e a melhor preparação dos guerrilheiros, a direção fez novas tentativas para buscar contato e levar algum abastecimento aos combatentes da 1ª RPM, isolados há cinco anos na região dos Dembos. Era preciso sair do Congo-Brazzaville, atravessar uma parte do Congo-Leopoldville para entrar em Angola e percorrer, depois disso, uma longa distância. A primeira coluna, enviada no ano de 1966, chamou-se *Camilo Cienfuegos*, homenagem a um dos heróis da Revolução Cubana. Levava armas soviéticas oferecidas por Cuba. Foi comandada por Jacob João Caetano, dito *Monstro Imortal*, e, apesar das dificuldades, conseguiu alcançar seu objetivo. No ano seguinte, devido ao sucesso da primeira, partiu nova coluna, chamada *Kami*, comandada por Benigno Vieira Lopes, *Ingo*. Os inimigos, alertados pela passagem da primeira coluna depois de anos de inatividade bélica na área, estavam mais atentos. E inimigos, no caso, significava não apenas os portugueses, conhecidos como *tugas*, mas também os seguidores de Holden Roberto, chamados *fenelás*. Para evitar caminhos mais frequentados e perigosos, a marcha se prolongou muito além do calculado, faltaram suprimentos, guerrilheiros chegaram a morrer de fome. Outros foram presos e depois executados pela FNLA, entre eles cinco guerrilheiras, grupo que depois ficou conhecido como *Heroínas de Angola*. Ainda em 1967 houve nova tentativa, a coluna *Ferraz Bomboko*, comandada por Ciel da Conceição Cristóvão, dito *Gato*. Grande parte da coluna foi detida pela FNLA, mas a pressão internacional mobilizada pelo MPLA impediu que fossem mortos. Soltos, tiveram as armas confiscadas. *Monstro Imortal*, após ter alcançado a 1ª RPM com a coluna *Camilo Cienfuegos*, só regressou a Brazzaville passados quatro anos, em 1970. A ligação com este grupo de combatentes continuava precária e muito problemática. Também a guerrilha em Cabinda não avançava, não conseguia conquistar a população local. Era preciso procurar uma nova estratégia, abrir uma nova frente. E como o Norte estava dominado pela FNLA, só podia ser uma frente no Leste.

A temida resistência armada ao golpe militar no Brasil não aconteceu e a resistência sem armas foi muito reduzida. No dia 31 de março de 1964, Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul favorável ao golpe, abandonou a capital. Multidões encheram as ruas e havia muitos oficiais nacionalistas dispostos a defender a legalidade. Leonel Brizola incentivou a mobilização, mas não criou um governo provisório em Porto Alegre, para se contrapor aos golpistas, nem promoveu a anunciada distribuição de armas. Os Grupos de Onze, que ele contava aos milhares, e que estariam armados e

prontos para a resistência, não se manifestaram. Os trabalhadores rurais que se reuniram no centro do Recife no dia 1º de abril de 1964 para dar apoio ao governador Miguel Arraes, nada puderam fazer diante da tropa e dos tanques. A ficção de Antônio Callado situou naquele cenário um expressivo diálogo entre um oficial do exército e um líder das Ligas Camponesas.

O tenente falou direto a Januário: / — Seu nome aí? / — Fidel Castro — disse Januário. / — O senhor está prêso — disse o tenente. / — Prêso por quê? Já começou a ditadura? / — Já parou a bagunça, como esta que você fazia aqui. E fale com respeito. Segurem êle, soldados. (Q, 363)

A presença armada que se estabeleceu naquele primeiro momento foi a da repressão instalada pelos próprios golpistas, reagindo preventivamente à força que, imaginavam, a esquerda ia usar contra eles. No dia do golpe foram mortas por armas de fogo sete pessoas, três no Rio de Janeiro, duas em Recife e duas em Governador Valadares, Minas Gerais. Foram as primeiras vítimas do regime, todas civis. Elio Gaspari¹⁶, ao comentar o vácuo de resistência no pós-golpe, chama a atenção para o fato da violência como instrumento de ação política ter de algum modo se institucionalizado aberta ou clandestinamente em variados comandos militares.

Nos primeiros dias, houve de fato o predomínio da paixão e até do medo dos vitoriosos. Nem mesmo o mais otimista dos conspiradores acreditara que o governo do presidente João Goulart, com seu apoio sindical e seu louvado “dispositivo militar”, caísse tão rápida e facilmente. De um lado e do outro esperou-se, por alguns dias, a temida reação dos camponeses, dos operários, dos esquerdistas em geral, mas era fantasia mútua. / A repressão política, porém, emanava do coração do regime e tinha uma nova qualidade. Não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturada no fragor do golpe. *A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares.* Instalado como meio eficaz para combater a

¹⁶ O resumo cronológico sobre a resistência armada e a repressão da ditadura aos movimentos de esquerda acompanha, como um roteiro básico, as obras minuciosas e escuras de Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*, *A ditadura escancarada* e *A ditadura encurralada*. Além de Gaspari, também nos servimos de outros estudos e relatos de que damos aqui uma amostra não exaustiva: *Luta armada no Brasil*, de Vitor Amorim de Angelo; *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, de Frei Betto; *Vitral do tempo*, de Vinícius Caldevilla; *Che Guevara: a vida em vermelho*, de Jorge G. Castañeda; *Comandante Che: guerrilheiro, líder e estrategista, 1956-1967*, de Paul J. Dosal; *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*, obra coletiva; *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira; *Um gosto amargo de bala*, de Vera Gertel; *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender; *A fuga*, de Reinaldo Guarany; *Lamarca o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda; *Minha vida de terrorista*, de Carlos H. Knapp; *Che 20 anos depois: ensaios e testemunhos*, obra coletiva; *Pedro e os lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*, de João Roberto Laque; *Marighella o guerrilheiro que incendiou o mundo*, de Mário Magalhães; *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*, de Luís Mir; *O seqüestro do diplomata: memórias*, de Nobuo Okuchi; *Viagem à luta armada: memórias romanceadas e Nas trilhas da ALN: memórias romanceadas*, de Carlos Eugênio Paz; *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti; *Meu amigo Che*, de Ricardo Rojo; *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis; *História militar do Brasil e Memórias de um soldado*, de Nelson Werneck Sodré; *Ernesto Guevara, também conhecido como Che*, de Paco Ignacio Taibo II; *Memórias do exílio Brasil 1964 — 19??*, obra coletiva.

“corrupção e a subversão”, o governo atribuía-se a megalomaniaca tarefa de acabar com ambas. (Gaspari, 2002a, p. 133-134, *itálico nosso*)

Vimos, com Nelson Werneck Sodré, que a principal quebra de disciplina nas instituições militares não foi a dos subalternos, mas a dos oficiais superiores. Como a indisciplina foi recompensada com a vitória e os militares que disciplinadamente defenderam a legalidade estavam pagando pela *desobediência* que ousaram opor às determinações golpistas, não é de admirar que também a indisciplina adquirisse certo grau de institucionalização, e foi preciso mais de uma década para que ela fosse desautorizada e a ordem hierárquica, dentro das Forças Armadas, restabelecida.

Nasceu nessa época a expressão “linha dura”. Designava os ultra-revolucionários, mas também um grupo de oficiais que, além de radicais, *atravessavam com facilidade a fronteira da indisciplina*. [...] Sua face mais exibida eram os oficiais que usavam os IPMs como forma de afirmação de um poder paralelo ao do presidente da República. / [...] / *A anarquia atacava a ordem militar, corroendo-a e desmoralizando-a*. [...] / [...] / A direita brasileira precipitou o Brasil na ditadura porque construiu um regime que, se tinha a força necessária para desmobilizar a sociedade intervindo em sindicatos, aposentando professores e magistrados, prendendo, censurando e torturando, *não a teve para disciplinar os quartéis* que garantiam a desmobilização. Essa contradição matou primeiro a teoria castelista da ditadura temporária, em seguida liquidou as promessas inconsistentes de abertura política feitas por um governo desastroso como o de Costa e Silva ou simplesmente falsas, como a de Garrastazú Medici. Restabeleceu-se a ordem com Geisel porque, de todos os presidentes militares, ele foi o único a perceber que, antes de qualquer projeto político, era preciso restabelecer a ordem militar. (Gaspari, 2002a, p. 135, 140, 141-142, *itálicos nossos*)

Além da indisciplina que ia se espalhando por focos localizados nas hostes militares, o novo poder também ia montando uma nova ordem, com organismos criados para garanti-la e tentar, em alguma medida, manter os indisciplinados dentro de limites. Criação do general aposentado Golbery do Couto e Silva, o Serviço Nacional de Informações (SNI), embrião daquilo que ficaria conhecido como comunidade de informações, era uma agência para funcionar “como uma assessoria política, partidária quanto à defesa do regime, pessoal quanto à defesa das manobras do mandatário, pretoriana quanto ao código de conduta militar que seguia” (Gaspari, 2002a, p. 168). O ano de 1964 ainda não havia terminado e o SNI já estabelecera relações com agências similares de aliados na Guerra Fria, como Inglaterra e Israel, entre outras. Aqui nos interessa destacar uma dessas aproximações.

Do embaixador em Lisboa, [Golbery] recebeu ofertas do ministro do Exército de Portugal para visitar a Escola de Comandos de Luanda, onde eram treinadas tropas para ações antiguerrilheiras que combatiam os movimentos pela libertação de Angola e Moçambique. (Gaspari, 2002a, p. 167)

Isso marca bem a mudança de postura com o governo deposto e sua política externa independente. Agora as relações com a ditadura portuguesa eram bastante mais próximas e harmonizadas. Ao receber tal oferta, Golbery talvez tenha pensado que conhecimentos nessa área, embora desnecessários naquele momento, ainda poderiam vir a ser úteis no caso da esquerda enveredar pelo caminho das armas.

Em fevereiro de 1964, Luiz Carlos Prestes estivera com Nikita Kruchóv, dirigente da União Soviética, no Kremlin, e havia garantido a força de Jango e a proximidade dos comunistas com o presidente. Chegara a gabar-se de contar com o apoio de dois generais do alto comando. No fim do ano, Kruchóv não estaria mais no poder, derrubado e substituído em outubro, numa espécie de golpe palaciano, por Leonid Brejnev; e Prestes viveria clandestino, mas em alguma medida monitorado pelo SNI e pela CIA, que haviam decidido não prendê-lo. Um balanço da violência desse primeiro ano do regime apontava vinte mortos, nove deles dados como suicidas, além de 203 denúncias de tortura.

A luta armada no Brasil já era um projeto ainda antes da queda de João Goulart. Na verdade, era um projeto cubano para toda a América Latina. Fidel Castro, Che Guevara e os outros líderes da revolução cubana mostravam estar convencidos de que era possível repetir os acontecimentos recentes da ilha em qualquer outro lugar do subcontinente. Era possível transformar os Andes numa gigantesca Sierra Maestra. Como a exploração das massas e a submissão ao imperialismo existiam em toda a região, estavam, no entender deles, dadas as condições objetivas. Era preciso apenas criar as subjetivas, ou seja, despertar o potencial revolucionário de luta nas populações. Para isso entrava em ação o *foco*, um grupo guerrilheiro capaz de ser a faísca para começar esse incêndio. Muitas faíscas, muitos incêndios, logo todo o continente estaria em chamas e os americanos, muito ocupados, dedicariam menos atenção à derrubada do governo de Cuba.

O primeiro projeto de guerrilha no Brasil, apoiado pelos cubanos, foi o de Francisco Julião. Depois de uma visita à ilha, em 1961, o líder das Ligas Camponesas regressou dizendo que a reforma agrária havia de ser feita *na lei ou na marra*. Depois do golpe, Julião foi preso e suas Ligas não partiram para a ação armada, não tinham armas. Mas os cubanos insistiram. Leonel Brizola passou a ser a nova aposta. E agora havia uma diferença em relação aos projetos guerrilheiros anteriores.

Desde abril de 1964, a luta armada transformara-se numa alternativa de sobrevivência para centenas de profissionais. O governo Castello Branco

expurgara 738 suboficiais, sargentos e cabos das Forças Armadas. [...] Na Marinha licenciaram-se 963 marujos e fuzileiros. [...] A reorganização da vida desses punidos era perversamente dificultada. Todos perderam o emprego, muitos perderam também a profissão e qualquer direito trabalhista. As punições eram um estigma na busca de serviço, e as condenações tornavam-se um estímulo à vida clandestina. Aquilo que décadas de organização sistemática não haviam sido capazes de dar à cerebral esquerda brasileira, os militares forneceram de mão beijada: um braço armado. (Gaspari, 2002a, p. 180-181)

Essa mão de obra logo começaria a ser aproveitada. Em 1965, Brizola enviou 26 ex-sargentos para treinamento de guerrilha em Cuba. Deu a seu grupo o nome de Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Mas havia, entre os militares brasileiros exilados no Uruguai, quem pensasse que Brizola demorava demais para iniciar a luta. O coronel Jefferson Cardim, antigo simpatizante do PCB, resolveu que era preciso fazer algo antes de 31 de março, antes que o regime comemorasse o primeiro aniversário. Junto com o ex-sargento Alberi Vieira dos Santos, com quem se encontrou no dia 13, passaram do plano à ação em sete dias. Com “mil dólares, três fuzis tchecos semi-automáticos e alguns revólveres” (Gaspari, 2002a, p. 192), um caminhão e os 23 combatentes que conseguiram reunir, passaram a fronteira no dia 19. Na cidade de Três Passos, atacaram o destacamento da Brigada Militar, o presídio, a agência do Banco do Brasil, em busca de armamentos, munições e dinheiro. Leram um manifesto na rádio local, conclamando a população a aderir. Seguiram para a fronteira de Santa Catarina, continuando a apropriar-se de armas da Brigada Militar. Tinham então uma metralhadora de tripé, mais sessenta fuzis e trinta revólveres. Mas já estavam com o Exército no encalço deles. Foram cercados, após serem vistos num sobrevoo, próximos à cidade de Cascavel, no Paraná. Iam rumo a Mato Grosso. Depois da troca de alguns tiros, os rebeldes debandaram. Cardim foi preso na hora e barbaramente torturado. Acabara o cavalheirismo entre oficiais. O ódio prevalecia. O sargento Alberi foi preso dois dias depois tentando chegar à Argentina, e teve igual tratamento. Nem oficial era! Essa foi a única tentativa armada de ataque à ditadura que partiu dos exilados no Uruguai. Neste caso a tortura não resultou de indisciplina militar, foi usada como instrumento de poder, estritamente dentro da hierarquia.

Leonel Brizola nada tivera com a tentativa do coronel Cardim, mas foi acusado de estar por trás dela. Afinal, por sua conhecida ligação com os cubanos, fora alçado a primeiro inimigo do regime. No exílio uruguaio, recebia figuras destacadas da intelectualidade carioca. Antônio Callado foi um dos que o visitaram em Montevideú.

Em entrevista a Marcelo Ridenti concedida em 1996, Callado afirma que de fato participou da preparação de um movimento guerrilheiro em torno de Leonel Brizola. E também reconhece a pouca disposição para assumir as tarefas cotidianas do projeto. “A gente estava disposto até ao sacrifício e tal. E tem um lado bonito, simpático. O sujeito é preso, tanta coisa... Mas a aporrinhão que é organizar um movimento revolucionário, a capacidade de você se chatear com uma coisa dessa, isso é que era pouco.” (Ridenti *in* Kushnir, p. 28) Ainda no ano de 1965, em novembro, Callado ia sofrer sua primeira prisão por afrontar a ditadura, no episódio que ficou conhecido como *os oito do Glória*.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington, havia programado, desde antes do golpe, uma conferência no Rio de Janeiro, em 1965. Diante do novo quadro político, o governo brasileiro foi consultado para saber se o evento seria mantido. O general Castello Branco, nomeado presidente, garantiu que tudo estava tranquilo no país. A conferência ia acontecer no hotel Glória. A intelectualidade oposicionista viu naquilo uma oportunidade para denunciar a ditadura com repercussão internacional. Na entrevista a Marcelo Ridenti, Callado lembra o episódio.

Falei com todo mundo que eu podia, Dias Gomes, Thiago de Mello, pessoal do cinema, teatro, para fazer uma manifestação na frente do hotel Glória. Eu estava pensando que fosse aparecer pelo menos umas cem pessoas. Apareceram oito, os “oito do Glória”. [...] Então, o Castello Branco chegou para a inauguração: soldados formados à porta, os membros estrangeiros. E nós estávamos lá, com as faixas: “abaixo a ditadura”, “viva a liberdade”. Uma beleza, só não tinha gente para segurar. Então abrimos umas quatro daquelas faixas, no máximo. E fomos fazer a gritaria na porta do Glória. (Ridenti *in* Kushnir, p. 31)

Além de Callado, foram presos o escritor Carlos Heitor Cony, o poeta Thiago de Mello, os cineastas Glauber Rocha e Joaquim Pedro de Andrade, o diretor de teatro Flávio Rangel, entre outros. Callado, Cony e Glauber Rocha dividiram uma cela. Cony declarou, numa entrevista (cf. Silva, 1996), ter esboçado, no período da prisão, os primeiros capítulos de *Pessach: a travessia*, enquanto Callado trabalhava, sem que ele soubesse, nos capítulos finais de *Quarup*, e Glauber Rocha iniciava o roteiro de *Terra em transe*, três obras que abordam, de diferentes maneiras, o tema da luta armada.

O ano de 1965 terminou com três mortos pela ditadura (um desaparecido, dois suicídios na cela) e 84 denúncias de tortura.

Os territórios britânicos da Niassalândia e das duas Rodésias, do Norte e do Sul, localizados entre Angola e Moçambique e ao norte da África do Sul viriam a se tornar, em novas mudanças geopolíticas, países independentes chamados Malawi, Zâmbia e

Rodésia. Esta última declarou-se independente, em 1965, num processo dominado pelos colonos brancos, conservando-se aliada de Portugal e da África do Sul na luta por manter o colonialismo. Mas Malawi e Zâmbia ficaram independentes em 1964 com governos alinhados à luta anticolonial. Para Angola, a independência da Zâmbia, com quem o território tinha uma larga fronteira a leste, foi de grande importância. No próprio ano da independência, FNLA e MPLA tentaram abrir representações em Lusaka, capital do novo país.

Os enviados do MPLA, Ciel da Conceição e Daniel Chipenda, fizeram pouco progresso: foram presos por andar armados, talvez, suspeitariam, resultado de denúncia feita por gente de Holden Roberto. Os dois ficam encarcerados até dezembro. Mas a crise da FNLA, com rebeliões e motins, a saída de Jonas Savimbi e Alexandre Taty acompanhados dos militantes a ele ligados, e certo grau de ruína financeira, tudo levou a organização a fechar o escritório que abrira em Lusaka.

O fortalecimento político de Julius Nyerere na Tanzânia, país formado a partir da união de Tanganica e da ilha de Zanzibar, e seu crescente prestígio internacional por defender um socialismo combinado com tradições africanas, tornaram Dar-es-Salaam, capital do país, uma “cidade de abrigo para algumas das lideranças africanas ainda em luta contra o colonialismo” (Bittencourt, 2008b, p. 23). O MPLA conseguiu boas relações com a Tanzânia e isso acabou por permitir a desejada aproximação com Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia. Mas a Zâmbia tinha uma dificuldade que a obrigava a apoiar com discrição os movimentos independentistas. Sendo um país interior, para assegurar a exportação de seus minérios precisava manter boas relações com os portugueses, para usar o transporte ferroviário e os portos de Lobito, em Angola, e da Beira, em Moçambique. Condição seu apoio à preservação das ferrovias nas colônias portuguesas, obtendo dos movimentos o compromisso de não atacá-las e não empreender ações de sabotagem. Só nos anos 1970 seria iniciada a construção de uma estrada de ferro entre Zâmbia e Tanzânia, com a ajuda dos chineses. Com as relações regularizadas entre a direção do Movimento e o governo de Kaunda, Aníbal de Melo montou, em 1965, o escritório do MPLA em Lusaka. Daniel Chipenda, estabelecido em Dar-es-Salaam, cuidou de abastecer e municiar os guerrilheiros mobilizados para a Zâmbia. Por causa de sua prisão em 1964, só em 1968 Chipenda seria autorizado a entrar no país, podendo assim chegar à Frente Leste e assumir ali algum comando.

Apesar da possibilidade de acesso à fronteira angolana, havia outros problemas a considerar. Pela Tanzânia, que ficava na costa do Índico e tinha proximidade ideológica

com a China, era mais fácil receber armamentos desse país, mas o principal parceiro internacional do MPLA era a União Soviética, e como os dois gigantes do comunismo andavam em litígio, um não ajudava os aliados do outro.¹⁷ As primeiras armas usadas pelo MPLA na Frente Leste foram cedidas por guerrilheiros moçambicanos, da FRELIMO, em troca dos angolanos terem recebido e levado até eles um carregamento vindo da China. O MPLA não tinha, na ocasião, armas suficientes para manter duas frentes de luta.

A ação guerrilheira inaugural na nova frente foi o ataque a um posto militar no distrito de Moxico, que resultou na morte de pelo menos dez portugueses. As forças colonialistas, suspeitando do que viria, já tinham deslocado algum reforço para aquela área quando da independência da Zâmbia. A resposta ao ataque foi um bombardeio na fronteira, assustando os zambianos, que não sabiam direito o que os do MPLA andavam fazendo por ali. Apesar de terem diminuído o ímpeto inicial, a implantação da Frente Leste e do que seria a terceira região político-militar do MPLA prosseguiu.

A campanha naquela frente, ainda que estivesse ganhando fôlego, encontrou nova dificuldade não previamente considerada: a baixa densidade demográfica da região. Dois dos três distritos que compunham o Leste de Angola, o Moxico e o Cuando Cubango, eram conhecidos como *terras do fim do mundo*. Ali viviam populações isoladas, sem nenhuma atenção do poder colonial, sem educação, assistência à saúde, pouco sabendo do que acontecia além de sua região, vivendo à base de uma agricultura de subsistência. Ainda assim o MPLA conseguiu se aproximar de populações locais, de diferentes grupos étnicos. Mas havia poucos indivíduos com um mínimo de educação e alguma consciência da questão colonial, capazes de assumir posições de responsabilidade na luta guerrilheira. Diante disso, e diante da estagnação da luta em Cabinda, a direção do movimento começou a transferir, em grande número, combatentes da 2ª RPM para a Frente Leste, e esses, melhor preparados, naturalmente assumiram postos de comando. Eram chamados (pejorativamente) pelos habitantes locais *kamundongo* ou *kambokoyo*, isto é, os habitantes do reino do Ndongo, os que vieram do Norte. Isso teria consequências futuras nas relações dentro do MPLA.

¹⁷ Parece-nos pertinente destacar aqui trecho de declaração de Lúcio Lara, um dos principais dirigentes do MPLA, em entrevista dada a Marcelo Bittencourt em 1995: “*Nós éramos pró-soviéticos, mas não éramos a sério. Quer dizer, talvez tivéssemos melhores relações com os soviéticos no mundo europeu. É verdade, era potência. [...] [Mas] apesar de tudo, éramos admiradores da revolução chinesa e da vietnamita.*” (Bittencourt, 2008a, p. 204, itálico, corte e interpolação da fonte.) Isso talvez signifique que eles eram sobretudo pró-Angola e pró-quem estivesse disposto a ajudá-los.

No mesmo ano de 1966 em que o MPLA estabelece sua tão aguardada Frente Leste, um terceiro movimento de libertação começa a agir na mesma área. É a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), fundada por Jonas Savimbi, o antigo quadro da FNLA que havia abandonado Holden Roberto em 1964. Como a FNLA, a UNITA também tinha um caráter étnico, identificada com os ovimbundos. Savimbi enfatizava a singularidade do seu movimento: era o único cuja direção atuava no interior do território angolano, não estava estabelecida em capitais estrangeiras como Brazzaville e Leopoldville. A primeira ação armada da UNITA foi o ataque, no dia de Natal, a um grupamento de tropa portuguesa em Teixeira de Sousa, fronteira com a Zâmbia. No ano seguinte, 1967, ocorreriam combates entre UNITA e MPLA, mais um indício da guerra entre os movimentos ter começado bem antes da independência. Mas fosse a FNLA ou fosse a UNITA, a organização a ser combatida era sempre o MPLA.

A ofensiva dos combatentes seguidores de Agostinho Neto se expande para o interior de Angola. Pequenos grupos se infiltram no Cazombo, aquela saliência em forma de quadrilátero que se destaca da linha quase reta que é a fronteira leste no mapa de Angola. Esses grupos atacavam postos militares com o objetivo principal de apanhar quantas armas pudessem. O inimigo é quem deve garantir o armamento dos guerrilheiros. Confrontos com colonos pouco aconteciam, a população branca era reduzidíssima na área. Os guerrilheiros continuam avançando, deixam as *terras do fim do mundo*, chegam à Lunda, o outro distrito do leste, lá estabelecem a base do Chissambo.

O movimento cria então a 4ª Região Político-Militar, que compreendia os distritos da Lunda e Malange, enquanto a 3ª Região abarcava os distritos do Moxico e do Cuando Cubango. A 4ª Região seria o trampolim para que no futuro o movimento pudesse ligar a Frente Leste à 1ª Região Político-Militar (Norte de Angola), um plano audacioso e de difícil execução, dada a distância, os obstáculos naturais, a presença do inimigo e o desconhecimento do que poderiam enfrentar. (Bittencourt, 2008b, p. 47)

A estratégia dos nacionalistas era passar à ofensiva, trocando os pequenos grupos guerrilheiros por grupos maiores, de cem homens, e enfrentar quase de igual para igual as forças portuguesas concentradas no território. O objetivo era estabelecer a chamada *Rota Agostinho Neto*, muito provavelmente inspirada na *Trilha Ho Chi Minh*, que levava auxílio do Vietnã do Norte aos guerrilheiros no Vietnã do Sul (cf. Callado, 1969, p. 44-46). Abaixo uma rápida visão dos objetivos e destino da *Rota*, nas palavras de um historiador português.

A “Rota Agostinho Neto” [...] tinha por objectivo principal fazer a ligação entre o Leste, a III Região Militar, e o Norte, a I RM, criando na passada a IV Região Militar (Malange e Luanda¹⁸). Esta movimentação guerrilheira ofensiva (e expansiva) começou a 18 de Março de 1968, no Leste, no Lumege, próximo desse Luso que é o centro da Zona Militar Leste portuguesa. [...] Boa parte dos objectivos propostos foram temporariamente alcançados, tendo a “Rota” representado a maior faixa de guerra com as tropas coloniais no Leste. Contudo, com a resposta portuguesa, a “Rota Agostinho Neto” foi obrigada a “recuar” e a rumar para Sul, tendo sido praticamente desfeita quando, já em 1969, alguns dos seus principais acampamentos — Guevara, Ho-Chi-Minh, Chichima, Chiconde e Caverro — foram atacados e destruídos pelos militares portugueses. (Teixeira, 2006, p. 107-108)

Mais tarde, em janeiro de 1970, em nova tentativa de ligação da Frente Leste com a 1ª RPM, buscando contato com os combatentes isolados nos Dembos, foi criada a Coluna *Benedito*, para a qual foi elaborado todo um rigoroso planeamento estratégico. Mas o resultado foi desastroso. A coluna foi percebida, acompanhada, atacada várias vezes, dispersou-se e foi completamente destruída pela PIDE. Houve propostas no sentido de tentar o reabastecimento da 1ª Região por mar, através de barcos pesqueiros, que poderiam passar despercebidos em meio a centenas de outros, e chegar até a costa, muito mais próxima daqueles combatentes que a fronteira leste. Mas a direção do movimento preferiu insistir em que os homens fizessem longas marchas de milhares de quilômetros por terras quase despovoadas e, para eles, desconhecidas. Também a criação de sucessivas regiões político-militares correspondia mais aos desejos da direção que à realidade dos fatos. O MPLA não foi capaz de manter as bases guerrilheiras que conseguiu implantar no interior de Angola, e quanto mais longe da fronteira elas estivessem, mais ameaçadas ficavam. Para isolar os guerrilheiros das populações que lhes poderiam dar alguma assistência, o poder colonial ampliou a política, já utilizada em outras regiões, dos aldeamentos estratégicos. Consistia em criar uma espécie de povoado anexo dos quartéis, onde a população ficava recolhida e vigiada, atrás de cercas de arame. Era uma técnica de contra insurreição copiada dos americanos no Vietnã. Depois de recolher as populações aos tais aldeamentos estratégicos, os portugueses começariam a grande contraofensiva.

No início de 1966, em Havana, de 3 a 15 de janeiro, ocorreu a Conferência Tricontinental de Solidariedade dos Povos. Os continentes eram África, Ásia e América Latina. A proposta era reunir os que estavam interessados em combater o colonialismo e o imperialismo, e discutir estratégias, apoios, ações combinadas. Fidel Castro recebeu

¹⁸ Há uma gralha aqui, não é Luanda, mas Lunda.

de “uma guerrilheira vietcongue [...] um anel feito da fuselagem de um avião americano derrubado no Vietnã” (Gaspari, 2002a, p. 197). A reunião também mostrou o descrédito dos partidos comunistas latino-americanos ligados à União Soviética e favoráveis a um caminho pacífico para a revolução. A grande maioria das delegações do continente que compareceu à Conferência era pela revolução armada e rejeitava a tutela de Moscou. No mês seguinte, nas matas da Colômbia, morria o padre-guerrilheiro Camilo Torres. Até setores da igreja católica mostravam-se mais radicais que muitos partidos comunistas.

No Brasil, o setor de oposição ao regime que mais rapidamente se reorganizou foi o movimento estudantil. Apesar da prepotência do governo, prendendo, aposentando, exilando professores considerados subversivos, apesar da perseguição às suas lideranças — a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiada na noite do golpe —, os estudantes não se deixaram intimidar. Em 1966 aconteceram reuniões clandestinas e passeatas públicas em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, e a repressão caiu impiedosamente sobre os filhos da classe média. Os pais estavam bastante espantados: não tinham apoiado a derrubada do governo anterior para que o novo lhe espancasse e prendesse os filhos.

Em Recife, no mês de março duas bombas foram detonadas, uma delas diante da residência do comandante do IV Exército, sem ferir ninguém. O atentado mais importante aconteceu em julho, no aeroporto de Guararapes, e partiu de militantes da Ação Popular (AP), organização que migrara da esquerda católica aliada ao PCB para o apoio à luta armada e à ação direta. Visava atingir o general Costa e Silva, que se impusera como candidato à sucessão de Castello Branco e andava pelo país fazendo o que ele chamava *campanha eleitoral*. Uma bomba explodiu no saguão do aeroporto vinte minutos depois do horário em que o general candidato deveria ali chegar. Morreram um jornalista e um almirante reformado. Duas outras pessoas sofreram mutilações. Costa e Silva nada sofreu, viajara de João Pessoa a Recife num automóvel, devido a uma pane no avião que deveria trazê-lo. O atentado foi atribuído a Fidel Castro e às ordens que ele dera durante a Conferência Tricontinental. Anos mais tarde soube-se (revelação feita por Elio Gaspari e confirmada por Jacob Gorender) que tudo havia sido planejado por um ex-padre católico, sem conhecimento da direção da AP. No mesmo dia outras duas bombas explodiram, uma num órgão ligado ao consulado norte-americano e outro diante da sede da União Estadual dos Estudantes.

O grupo brizolista tentava desenvolver três projetos de guerrilha em 1966. Um deles, no Mato Grosso, fronteira com a Bolívia. Outro, no sul do Maranhão. O terceiro,

que ganhou maior notoriedade, ficava na divisa de Minas Gerais com o Espírito Santo, no parque nacional da serra do Caparaó. Ali, a partir de novembro, reuniram-se 22 guerrilheiros, uns poucos treinados em Cuba, a maioria militares expurgados, além de alguns civis. Ficaram pelas matas do alto da serra cerca de cinco meses, até meados de abril de 1967. Mas o I Exército já havia conseguido alguma informação sobre eles no Rio de Janeiro, e estava alerta desde novembro, quando os candidatos a combatente subiram a serra. Em fins de março o Exército capturou, numa cidadezinha mineira ao pé da serra, dois ex-sargentos que se dirigiam ao Rio de Janeiro. Faziam hora numa barbearia enquanto esperavam a saída de um ônibus, após terem perdido o trem que deveriam tomar. Uma semana depois a maioria dos brizolistas estava presa. Nem um único tiro foi disparado. Em meados de abril foram presos os últimos remanescentes. O Exército usou helicópteros e tropas devassaram as matas da região.

Na entrevista a Marcelo Ridenti, Callado fala de sua ligação com o episódio e, distanciado no tempo, faz uma avaliação bastante negativa dos acontecimentos.

Caparaó foi uma coisa muito confusa. Confesso que eu ajudei no que pude [...]. Mas nunca entendi direito o que eles esperavam com aquilo. É o que eu digo a você, o que falta no Brasil é capacidade de organização. [...] Realmente eu me meti no negócio de Caparaó, que me escapou praticamente das mãos. Era muito longe. Foi muito mal organizado. Acabou quase que por si mesmo. Parecia que era uma frente, um foco de revolução, como se dizia naquele tempo, o foquismo de Régis Debray e de Guevara. [...] Caparaó foi um fracasso retumbante. Não adianta ir para Caparaó com a espingarda na mão e munição [...]. Isso é uma maluquice como outra qualquer. Você tem que ir para um lugar onde você tenha ligação com outras pessoas, com outros movimentos. (Ridenti *in* Kushnir, p. 29-30)

Callado também falou a Ridenti talvez da única ocasião em que, de fato, pegou em armas. Não que se dispusesse a usá-las, apenas ajudou a transportá-las para um determinado endereço no subúrbio, a pedido do poeta Thiago de Mello, no Volkswagen que possuía na época. “Uma ocasião, Thiago me aparece com um carregamento de armas. Armas mesmo, que eu nunca tinha visto tanta arma junta. [...] O carro chegou a gemer em cima dos pneus... O Thiago não sabia de nada, não sabia direito nem a quem tinha de entregar.” (Ridenti *in* Kushnir, p. 30) Apesar de tudo, devem ter feito a entrega, visto que não consta nos registros biográficos de nenhum dos dois o fato de terem sido apanhados por policiais ou por soldados do Exército passeando num fusca cheio de espingardas ou fuzis.

No mesmo mês de novembro em que os brizolistas subiram a serra do Caparaó, passou por São Paulo, a caminho da Bolívia, um cidadão com documento uruguaio,

óculos, meio calvo, aparentando cinquenta anos e com uma credencial da OEA para pesquisas sociais e econômicas entre os camponeses dos Andes. Apresentava-se como Adolfo Mena Gonzales. Era, na verdade, Ernesto Che Guevara, a caminho de se encontrar com os companheiros que o haviam precedido e preparavam a luta boliviana, o foco que iria incendiar a América Latina. Depois do fracasso da guerrilha no Congo, Che Guevara estava pronto para o que deveria ser sua mais importante campanha armada, na qual pretendia levar a luta revolucionária até seu próprio país, a Argentina.

O ano de 1966 terminou com duas vítimas fatais do regime, uma deles um ex-sargento preso no Rio Grande do Sul, que apareceu morto, afogado e com as mãos amarradas às costas, no rio Jacuí. Também contaram-se 66 denúncias de tortura.

Em março de 1967 acontece a primeira troca de presidente da república do regime militar. Sai o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, assume o general Arthur da Costa e Silva. Uma de suas primeiras providências foi a criação do Centro de Informações do Exército (CIE), diretamente ligado ao gabinete do ministro do Exército e não ao Estado-Maior, subordinado ao comando das Forças Armadas. Viria a ter papel de grande destaque no aparelho repressivo que o regime permitiria aos linha-dura.

A captura dos guerrilheiros de Caparaó parece encerrar a associação entre Cuba e Leonel Brizola. O projeto de criar focos no Brasil para apoiar a guerrilha do Che na Bolívia não chegara a nenhum resultado. A presença de militantes da AP em treinamento militar na ilha indicava que os cubanos já procuravam novas opções. Em breve eles encontrariam um revolucionário brasileiro com a disposição de luta que Brizola nunca de fato mostrara. Era o dirigente do PCB, ex-prisioneiro na Ilha Grande durante a ditadura Vargas, deputado cassado Carlos Marighella. Fiel a Prestes até 1964, depois do golpe, em maio, o comunista baiano foi perseguido, cercado e preso num cinema do Rio de Janeiro, após uma briga em que foram precisos muitos policiais para submetê-lo mesmo depois de levar um tiro na barriga. Sua brava resistência foi noticiada por todos os jornais, que ainda não sofriam censura na época, e as autoridades não puderam sumir com ele. Foi solto três meses depois.

A disposição de luta demonstrada já o punha em rota de colisão com a política de cautela e clandestinidade que Prestes determinara aos comunistas. Mas a militância, em muitos lugares, estava em desacordo com o antigo cavaleiro da esperança. Embora Prestes ainda estivesse no controle, a ideia da necessidade de resistência armada contra a ditadura começava a tomar corpo entre parte dos seus subordinados.

Durante o governo Castelo Branco todas as brigas internas da esquerda acabavam transformando-se num prolongamento exacerbado da discussão da inexorabilidade da luta armada contra as virtudes do caminho pacífico, pelo qual o partido faria sua política metendo-se pelas brechas sindicais, políticas e eleitorais que o regime deixasse abertas. Sempre que necessário, os dois blocos fingiam estar de acordo, seja quando os conciliadores proclamavam que a luta armada substitui o caminho pacífico no momento em que surgem as condições insurrecionais [...], seja quando os radicais reconheciam que a mitológica revolução saída da vontade de um punhado de bravos era uma ingenuidade [...]. Na realidade, a direção do PCB não queria a luta armada, e os dissidentes queriam pegar em armas. (Gaspari, 2002a, p. 247)

A oposição ao Comitê Central tinha maioria no Rio Grande do Sul e no estado do Rio. Na Guanabara (ainda existia como estado na época) muitas bases também fechavam contra a postura da direção. Em São Paulo, em meados de 1966, o Comitê Estadual desafiou o CC: elegeu Marighella como primeiro-secretário. Em dezembro, o baiano abriu mão de seu cargo na Comissão Executiva Nacional, onde era minoritário e combatido, e concentrou-se em dirigir a Comissão Estadual paulista. “Na maioria dos Estados, surgiram as *dissidências* ou *correntes*, que ganhavam vida própria, seguiam orientação política independente e recrutavam adeptos para elas mesmas e não mais para o partido.” (Gorender, p. 98, *itálicos do autor*)

Em abril de 1967, durante a Conferência Estadual do PCB em São Paulo, realizada em Campinas, o CC compareceu com delegação encabeçada pelo próprio Prestes. Estavam em discussão as *Teses* propostas para a realização do Sexto Congresso do partido. Prestes sofreu derrota acachapante: “33 dos 37 delegados presentes rejeitaram as Teses do Comitê Central e aprovaram o informe contrário apresentado por Marighella” (Gorender, p. 99). Isso também aconteceu no estado do Rio e no Rio Grande do Sul. Prestes, ainda dominando a Comissão Executiva Nacional, não se conformou com as derrotas. “A situação de clandestinidade facilitava o desrespeito às decisões das assembleias e conferências. A Comissão Executiva interveio nas organizações partidárias oposicionistas, dissolveu organismos e instituiu direções fantasmas.” (Gorender, p. 100) Mas Marighella pouco ligou para isso. Sabia que a base da militância ficaria com ele, em São Paulo, não com a direção fantasma nomeada de cima para baixo.

Quando o Comitê Central soube da viagem de Marighella a Cuba para participar, sem pedir prévia licença, da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em agosto de 1967, aproveitou o pretexto para se ver livre do dissidente: expulsou do partido não só Marighella, vários outros oposicionistas

membros de organismos de direção, entre eles Joaquim Câmara Ferreira, que acompanharia o baiano participando da liderança de uma nova organização.

Antes de ir ele mesmo a Cuba, Marighella já enviara um grupo de oito militantes comunistas para preparação militar. O PCB havia protestado pela presença dele junto às autoridades cubanas, mas tratava-se de convidado dessas mesmas autoridades. A princípio, o brasileiro tentou manter uma atitude discreta, mas os cubanos o incentivaram a dar publicidade aos seus planos para o Brasil. Deu entrevistas e declarações ao diário *Granma*, ao vespertino *Juventud Rebelde*, à revista *Pensamiento Crítico*. Falou nas emissões em português da Rádio Havana, para ser ouvido no Brasil. Suas declarações não alcançavam apenas Cuba ou o Brasil, graças aos muitos jornalistas presentes em Havana, repercutiam “na imprensa de todo o mundo, Marighella fustigava a ditadura, terçava diatribes com o PCB e se transformava em personalidade internacional” (Magalhães, p. 349).

Enquanto transcorria a Conferência da OLAS em Havana, Che Guevara e seus guerrilheiros eram caçados por soldados bolivianos treinados pelos Boinas Verdes (com experiência no Vietnã) e supervisionados pela CIA. “Na primeira metade de agosto, em Havana, debaixo de um grande painel do *Guerrilheiro Heróico*, Fidel lera uma mensagem do Che em que anunciava que ‘são necessários um, dois, muitos Vietnãs’.” (Gaspari, 2002a, p. 207, *itálico do autor*)

Marighella ainda estava em Cuba quando a notícia alcançou o mundo inteiro: Che Guevara havia sido capturado na Bolívia no dia 8 de outubro. Seria assassinado no dia seguinte. O governo boliviano não teve coragem para aguentar as consequências em protestos e denúncias de um julgamento público daquele que, ainda vivo, já era uma espécie de mito para a esquerda internacional. E viraria mito completo depois de morto. Não se rendera, morrera lutando contra forças superiores, dedicara quase toda sua vida adulta à causa revolucionária internacionalista, e, acima de tudo, estivera no poder e abandonara sua alta posição para voltar à muito dura vida de comandante guerrilheiro pessoalmente envolvido na luta. Nem mesmo os erros cometidos na campanha boliviana diminuíram a estatura mítica do herói e mártir. Um historiador militar norte-americano escreveu sobre isso.

Che cometeu uma série de graves erros estratégicos e táticos que custaram sua vida e condenaram a campanha. Ele iniciou hostilidades antes de ter estabelecido uma rede urbana efetiva; separou a retaguarda do corpo principal sem ter designado um ponto de reagrupamento; não se deslocou para fora da área depois que o exército tomou seus acampamentos e

confiscou seus suprimentos. [...] Guevara marchou com seus homens em plena luz do dia por uma sucessão de vilas, entregando sua força, localização e direção ao adversário. [...] / Che Guevara caiu em batalha tentando abrir outra frente numa luta global contra o imperialismo. Em essência, ele desafiou as forças num terreno por ele selecionado. Esse desafio representa um desvio fundamental do modelo cubano de insurreição. [...] Os norte-americanos negaram a Che o confronto militar direto [...], mas forneceram assistência militar crucial e no momento propício. (Dosal, p. 368-369)

Mais adiante, o mesmo historiador analisa a visão estratégica do argentino.

O fracasso de Guevara na Bolívia, no entanto, não leva necessariamente à conclusão de que sua estratégia Tricontinental foi um fracasso. Ele cometeu tantos erros táticos em campo que fica difícil avaliar sua estratégia, que nunca chegou a decolar. O exército boliviano caçou Guevara por sete meses, encurralou-o num cânion, capturou-o e o executou. Ao fazer dele um mártir, o exército boliviano não invalidou ou diminuiu a significação da estratégia de guerra revolucionária de Guevara. Na guerra, em particular no tipo de guerra que Che travava, um erro tático pode resultar em total destruição. A lenda de Che continua viva muitos anos depois de sua morte, e por boas razões. Ele cometeu muitos erros e sucumbiu na Bolívia, mas nem sua reputação nem seu legado devem ser determinados apenas por sua última, e desastrosa, campanha. (Dosal, p. 371-372)

Cinco sobreviventes do grupo de Che na Bolívia conseguiram romper o cerco do exército e, após dura marcha, alcançar a fronteira com o Chile. Dois eram bolivianos e três cubanos. Os cubanos entraram no Chile e conseguiram voltar a Havana. Um deles, Dariel Alarcón Ramírez, dito *Benigno*, veterano da revolução cubana e companheiro do Che também no Congo, viria a lutar em Angola, em 1975, defendendo o governo do MPLA e mantendo a postura internacionalista cubana e de Che Guevara. (Cf. Benigno, 1997, especialmente os capítulos 25 “Decidimos abandonar Bolivia y crear las condiciones para iniciar de nuevo la lucha” e 34 “Combatiente com Tropas Especiales en Angola”.) Futuramente viria a desentender-se com Fidel Castro, a desiludir-se com a revolução e abandonaria Cuba. Mas isso já é um outro momento histórico.

Marighella permaneceu em Cuba até dezembro de 1967. De volta ao Brasil, foi informado que havia sido expulso do Partido Comunista e que a Direção Estadual que o apoiara e elegera havia sido substituída por uma ao gosto do Comitê Central. Pouco ligou para isso. Formou, com suas bases, o Agrupamento Comunista, que um ano mais tarde ganharia o nome definitivo de Ação Libertadora Nacional (ALN), talvez a mais famosa organização armada a lutar contra a ditadura brasileira.

O ano terminou com cinquenta denúncias de tortura, um desaparecido e duas mortes em quartéis (uma delas por alegado suicídio).

O estranhamento entre o governo norte-americano, em sua política de apoio às independências africanas, e o regime português, em sua política totalmente contrária, no início da década de 1960, logo seria superado porque Portugal tinha algo de que os norte-americanos não podiam nem queriam abrir mão. Além da condição comum de membros da OTAN, o que punha os dois países lado a lado na disputa da Guerra Fria, havia a base aérea de Lajes, numa das ilhas do arquipélago dos Açores, no meio do Atlântico Norte, esse mesmo que dava nome à aliança anticomunista. Portugal havia cedido essa base aos Estados Unidos, mas o acordo estava para expirar e era preciso renegociá-lo. Lajes era de interesse estratégico para a força aérea norte-americana alcançar o Oriente Médio e socorrer, além de provisionar, seus aliados israelenses, na disputa com os países árabes, apoiados pelos soviéticos. O acordo acabou sendo renovado, mas Portugal conseguiu que os EUA modificassem sua política anticolonialista. Embora o discurso público pouco tivesse mudado, o fato é que os norte-americanos, e vários outros aliados da OTAN, concordaram em fornecer armamento e equipamento moderno a Portugal, incluindo helicópteros, e fingiram acreditar que daquilo nada seria usado contra os nacionalistas em Angola, Moçambique e Guiné, conforme as duas partes haviam acordado e assinado. Até o já discreto apoio que os EUA davam à FNLA foi ainda mais diminuído. Quando Nixon assume a presidência, em 1969, toda ajuda a qualquer movimento de libertação fica proibido. Salazar, com problemas de saúde, estava fora do governo desde setembro de 1968, viria a morrer em 1970. Mas seu substituto, Marcelo Caetano, apesar das esperanças iniciais que foram acalentadas com a mudança do dirigente, pressionado pela extrema direita, em nada modificou o quadro português, repudiando qualquer espécie de negociação e mantendo a política de solução militar para o conflito. Os estrategistas do novo governo norte-americano chegaram à conclusão que Portugal iria permanecer de posse dos seus domínios africanos ainda por muito tempo (cf. Maxwell, p. 82).

Além de serem armadas e equipadas não só pelos americanos, mas por países da Europa ocidental, como França e Alemanha, as forças portuguesas também aproveitaram bastante as já testadas técnicas de contraguerrilha desenvolvidas na guerra do Vietnã. Já mencionamos a utilização dos aldeamentos estratégicos. Outra técnica importada, o uso de *napalm* e desfolhantes químicos nas terras do leste de Angola, destruindo as plantações, levou fome não apenas aos guerrilheiros, mas a todos os residentes na área. Referências a essa fome aparecem com alguma regularidade em cartas de combatentes que foram apanhadas e reunidas nas mãos da PIDE. O ano de

1968, se foi aquele em que a guerrilha do MPLA mais se expandiu no interior do território, também marca o início do refluxo, diante da retomada ofensiva portuguesa. Duas mortes ocorridas naquele ano talvez possam ser tomadas como marcos simbólicos dessa virada nos rumos da guerra.

As mortes dos dirigentes Hoji ya Henda e Américo Boavida, em 1968, fruto da contra-ofensiva portuguesa, pareciam ser um péssimo prenúncio do que o MPLA teria que enfrentar. O primeiro destes [...] era comandante do MPLA e morreu em Abril, após um ataque ao quartel das tropas portuguesas de Caripande, no distrito do Moxico. Em Setembro do mesmo ano, seria assassinado Américo Boavida, director dos SAM [Serviços de Assistência Médica (do MPLA)], durante um ataque da tropa portuguesa ao acampamento em que estava coordenando um curso de auxiliar de enfermagem. (Bittencourt, 2008b, p. 73)

Américo Boavida acabou o curso de medicina em Portugal no início da década de 1950. Especializou-se ainda em medicina tropical e ginecologia. Ligado aos nacionalistas, tornou-se militante e pensador da situação angolana, autor do livro *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*. Atuava na Frente Leste desde 1967, no apoio médico-sanitário. Tinha 46 anos quando foi morto. Hoji ia Henda (ou Hoji ya Henda) é até hoje celebrado como o guerrilheiro heroico de Angola, uma espécie de patrono e exemplo para a juventude. Tinha 27 anos quando foi morto. Consta que seu corpo, suas armas e seu equipamento, tudo foi recolhido pelos companheiros no local do ataque e transportado por trinta quilômetros, até um lugar seguro para o sepultamento. O herói, como não podia deixar de ser, foi cantado e celebrado pelos poetas. Carlos Ervedosa inclui, no capítulo 11 de seu *Roteiro da literatura angolana*, cujo assunto é a literatura da guerrilha na década de 1960, um poema escrito por Rui de Matos em honra do guerrilheiro e que reproduzimos abaixo. Em tempo: Hoji ia Henda significa, em quimbundo, *leão do amor*.

Ando à procura de um Leão / que não seja muito grande, / que seja terrível na luta, / que o temam e amem. // Quero fazer o retrato de um Leão / de olhar doce, / de sorriso franco, / um Leão alegre, / sem reservas. / Um leão imenso / no seu amor. / Chamá-lo-ei / HOJI IA HENDA // Procuro um Leão / um Leão generoso / que divide o seu pão / e que dá a Vida. // Procuro um Leão / duro e implacável / com os seus inimigos... / Esse Leão / doce e Humano / Amigo e simples, / Chamá-lo-ei / HOJI IA HENDA // Ando à procura de um Leão / que sorria da derrota, / com tanta fé na Vitória. // Procuro um Leão / que seja temerário / um Leão amado / um Leão temido, / Chamá-lo-ei / HOJI IA HENDA // Hei-de procurá-lo / na terra / procurá-lo / no mar / procurá-lo / nos rios / procurá-lo / nas chanas. / Hei-de encontrá-lo em Angola, / farei o seu retrato, / chamá-lo-ei / HOJI IA HENDA
(Ervedosa, 1979, p. 143-144, itálico no original.)

José Mendes de Carvalho, nome de batismo de Hoji ia Henda, tinha um parente dezessete anos mais velho que estava preso no Tarrafal quando de sua morte: Agostinho André Mendes de Carvalho (1924-2014), que preferia ser chamado pelo seu nome quimbundo Uanhenga Xitu.¹⁹ Enfermeiro, nacionalista desde os primeiros momentos da luta, preso pela PIDE no final da década de 1950, foi enviado ao campo de concentração em Cabo Verde no ano de 1962. Lá convive com Luandino Vieira, António Cardoso, António Jacinto, que o incentivam a escrever seus primeiros contos. Torna-se escritor bastante original, responsável pela criação de figuras inesquecíveis como Mestre Tamoda (Xitu, 1984). Luandino Vieira também celebra o herói morto na luta: viria a dedicar seu *O livro dos guerrilheiros* “À memória de José Mendes de Carvalho / Comandante Hoji ia Henda (1941-1968)” (LG, 7).

Quando os grupos guerrilheiros viram-se obrigados a recuar na Frente Leste, estavam sendo acossados não apenas pelas tropas portuguesas, mas também por forças compostas por africanos recrutados pelos portugueses. É a chamada *africanização da guerra*. Não aconteceu apenas em Angola, valeu também para as duas outras colônias portuguesas em luta pela independência. Mas isso não constituiu nenhuma novidade. Ao longo dos séculos de presença colonial em Angola, cronistas (como Cadornega, por exemplo²⁰) e historiadores sempre fizeram referência à chamada *guerra preta*, hostes africanas recrutadas para combater rebeliões no território. Já vimos como, por volta de 1965, Alexandre Taty abandonou a FNLA e se juntou, com seus seguidores, aos portugueses, formando as primeiras Tropas Especiais (TEs) para combater o MPLA em Cabinda. Havia ainda, como estrangeiros lutando ao lado dos de Portugal, congoleses de Katanga, que tentaram a secessão violenta da província e, depois da derrota, cruzaram a fronteira e se refugiaram no nordeste angolano, passando a colaborar com as autoridades colonialistas, por quem eram chamados *fiéis katangueses* ou *gendarmes*. E

¹⁹ “Depois de ter iniciado o Liceu Salvador Correia [...], em Luanda, Zé Mendes transfere-se por pouco tempo para a residência [...] do seu tio Agostinho Mendes de Carvalho, localizada [...] no Bairro Operário. Enfermeiro e funcionário dos Serviços de Saúde e Higiene [...] foi demitido das suas funções a 11 de Maio de 1961, devido a actividades em prol da causa nacionalista ligada ao grupo dos enfermeiros de que era líder. Posteriormente foi desterrado para Cabo Verde onde se manteve em regime de reclusão até 1974.” (Matrosse, p. 71-72)

²⁰ Veja-se esta passagem: “[...] não podendo mais suportar o rigor de nossas Armas tratavão de largar o campo pondo-se em fuga para a parte do Reino do Congo onde tinham suas inteligências, [...] o que visto pello nosso valerozo Capitão mór puchando por alguns Cento e trinta homens do seu arayal, toda moça e de bom pé com o Capitão mór de Cavallos Luis Machado, com *guerra preta* escravos dos Portuguezes, e alguma de Quilambas, e Sovas Vassallos, partio em seu seguimento, matando e aprisionando muita gente dos fugidos [...]”. (Cadornega, 1972, p. 103, *itálico nosso*.)

também refugiados contrários à independência da Rodésia do Norte e opositores armados do presidente Kuanda, conhecidos como *leais zambianos*. Com africanos de Angola, por volta de 1968, o Exército formou os Grupos Especiais (GEs). “No seu efectivo, ingressavam desde guerrilheiros capturados, ou que se entregam, até populações que estavam anteriormente sob controle da guerrilha, além daquelas que foram forçadas a aderir aos aldeamentos.” (Bittencourt, 2008b, p. 113-114) Mas o grupo mais famoso dos recrutados entre os africanos não estava sob controle do Exército ou mesmo das Forças Armadas. Eram os *Flechas*, criados pela PIDE e a ela subordinados.

De início, os Flechas foram utilizados na tarefa de recolha de informações, pois conheciam o terreno e os seus habitantes. Armavam-se de arco e flechas envenenadas (razão da denominação por que ficaram conhecidos). Com o tempo e os resultados obtidos, começaram a receber treinamento militar padronizado e armamento moderno, rifles de assalto e metralhadoras. O enquadramento era feito pela PIDE, com o apoio das Forças Armadas, e ocorria no Missombo, antigo campo de concentração onde estavam detidos independentistas e guerrilheiros dos movimentos de libertação, no distrito do Cuando Cubango. (Bittencourt, 2008b, p. 114)

A violência da ação dos Flechas evidenciava-se no fato, comentado por seus próprios superiores da PIDE, de ser muito raro que trouxessem prisioneiros quando voltavam de suas missões. Tal comportamento entusiasmou os colonialistas, que trataram de criar grupos similares em outras regiões angolanas. A principal motivação dos Flechas era a recompensa material, mas houve casos em que o ódio étnico agiu como forte reforço.

Além do auxílio logístico recebido da OTAN, Portugal tinha aliados na África que chegaram a participar de ações militares: os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul. Policiais desses países, além de representantes da PIDE em Angola e Moçambique, reuniam-se para planejar ações conjuntas contra os movimentos de libertação das colônias portuguesas, contra acampamentos na Zâmbia e contra os guerrilheiros da SWAPO. Estes lutavam pela libertação do Sudoeste Africano, a futura Namíbia, então sob jugo da África do Sul, e usavam Angola como fronteira de apoio e passagem para a Zâmbia. Tais ações eram designadas, preferencialmente, a grupos de africanos, essa moderna guerra preta, que pouca importância dava às diversas fronteiras nacionais e não hesitava um instante em transpô-las para levar a cabo suas buscas e perseguições.

A primeira grande ação da contraofensiva portuguesa na Frente Leste, na qual os guerrilheiros do MPLA foram surpreendidos, e pela qual puderam avaliar o que estava sendo preparado, foi o ataque, em novembro de 1968, à base Mandume III, feito com tropas que desembarcaram de helicópteros. Os equipamentos vendidos pelos aliados da

OTAN, com a cláusula contratual hipócrita que proibia seu uso na África, entravam em ação. Os aviões, e principalmente os helicópteros, desnivelaram a correlação de forças em favor dos portugueses.

A contra-ofensiva portuguesa [...] estava apenas começando. O passo seguinte foi a elaboração de uma grande operação unindo diferentes grupos de combate: comandos, GEs, TEs, Flechas e katangueses. A logística envolveu o apoio de helicópteros, aviões de reconhecimento e viaturas leves. Chamada de Siroco, [...] a ação foi realizada em 1969, atingindo as áreas de Dilolo, Mucussueje e os rios Luena, Chifumage, Lumege e Kasai, no norte do distrito do Moxico. Em 1970, outra contra-ofensiva incidiu sobre a região do Alto Cuito, [...] numa zona próxima ao distrito do Bié. Nas duas ocasiões, a referência eram os guerrilheiros do MPLA, o que acabou por demonstrar a importância do movimento. (Bittencourt, 2008b, p. 133-134)

Outra novidade introduzida na implacável caçada aos guerrilheiros foi a de um grupo de cavalarianos destacados para atuar em Angola. A tropa montada era capaz de se deslocar com rapidez em perseguição a guerrilheiros pedestres, percorrer grandes distâncias mais descansadamente, e os animais adaptaram-se bem ao terreno e cumpriram com eficácia o que lhes foi solicitado.

Em 1966 e 1967, a título exploratório, formou-se um pelotão de cavaleiros que foi integrado nos Dragões, Grupo de Cavalaria n.º 1, com base em Silva Porto. Os animais foram comprados na República da África do Sul e, mais tarde, na Argentina, tendo-se chegado ao número de 400 cabeças [...]. / As vantagens desta tropa montada em relação à tropa apeada eram as seguintes: ser capaz de fazer operações muito mais longas; dificultar em extremo as emboscadas inimigas, visto que, com os cavalos facilmente abriam frentes de 500 metros; conseguir reações mais rápidas; ser muito mais silenciosa que a tropa helitransportada ou transportada em *Berliets* e *Unimogs*; chegar mais fresca à zona de combate (e não derreados como não raro sucedia com a tropa a pé [...]); ter mais mobilidade; e conseguir mais facilmente o avassalador efeito-surpresa. (Teixeira, 2006, p. 102-103)

Mas a principal arma dos portugueses, e os próprios guerrilheiros reconheciam isso, eram os helicópteros, modelos Alouettes II e III, e depois os Puma AS, maiores, todos fornecidos pela França, além de mais alguns, emprestados pela África do Sul. Com eles, os acampamentos do MPLA não estavam seguros; linhas de abastecimento ou movimentos de retirada podiam ser cortados com tropa lançada do ar entre os guerrilheiros e a fronteira. Os portugueses passaram também a tentar seduzir ou atemorizar as populações e os combatentes com falsos e ameaçadores panfletos do MPLA e com desertores fazendo denúncias contra o Movimento pelo rádio, iniciativas de guerra psicológica moderna. Mas não se furtavam a métodos mais antigos e consagrados: cabeças espetadas em estacas à beira da estrada, massacre da população de aldeias inteiras, enfim, o velho terror, já utilizado no início da guerra, agora de volta. E

os inimigos é que eram terroristas, os *turras*. A ofensiva teve como resultado a captura de muitos guerrilheiros, a rendição de vários outros e a população civil procurando abrigo junto às autoridades coloniais. Aviões lançavam desfolhantes e outros herbicidas, devastando as lavras e levando fome aos combatentes e à população.

A guerrilha ainda tentou conter a ofensiva sem ataques diretos, plantando minas e explodindo pontes, na busca de dificultar a movimentação dos inimigos. Mas para isso era preciso penetrar em seu território, o que ficava cada vez mais perigoso. No início da década de 1970, era essa a situação na Frente Leste. Os combatentes que estavam no interior de Angola precisavam mover-se sem descanso para não ser localizados pelo inimigo. Começa a haver um refluxo para a Zâmbia. Os assuntos discutidos nos documentos internos do MPLA, posteriormente apreendidos pela PIDE, deixaram de ser as ações militares feitas ou planejadas, mudaram para as divisões internas e disputas diversas no Movimento. Embora àquela altura Portugal estivesse rumando para derrotas na Guiné (que proclamaria unilateralmente sua independência em 1973) e em Moçambique, a situação militar em Angola parecia sob controle dos colonialistas, no mínimo, estava empatada. Segundo vários estrategistas, não era possível vencer uma guerra subversiva daquelas proporções.

É este o momento histórico recriado por Pepetela na segunda parte (“A chana”) do romance *A geração da utopia*, em que figuram guerrilheiros em fuga, famintos e isolados, descontentes com a direção ou em disputas de caráter regionalista ou tribalista. Declara o autor, em diversas palestras e entrevistas, que esta parte foi a primeira a ser escrita, ainda no ano de 1972, em pleno calor dos acontecimentos, enquanto o resto do livro só veio a ser redigido cerca de vinte anos depois, entre 1990 e 1991. Parece-nos interessante assinalar que, em entrevista concedida a Laban em 1988, portanto três ou quatro anos antes de completar *A geração da utopia*, Pepetela pensava que aquele texto, escrito em 1972, nunca seria terminado nem viria a ser publicado.

Nessa fase, há talvez um livro que seria importante, mas ficou a meio, entre o *Mayombe* e *As aventuras de Ngunga*, e provavelmente nunca será terminado — passou a sua época —, mas que talvez fizesse a ligação: é já uma tentativa, descrevendo a mesma realidade do *Mayombe*, embora na Frente Leste, de vê-la com os olhos de quem conhecia melhor já a realidade do que no caso de *Mayombe*. (Laban, 1991, p. 771)

Felizmente para os leitores, e para este estudo, ele equivocou-se nessa avaliação.

A participação efetiva de Pepetela como guerrilheiro na luta de libertação de Angola começa em 1969, quando é autorizado a deixar Argel e juntar-se à retaguarda da

frente de luta, no Congo-Brazzaville. Torna-se responsável da educação na 2ª RPM, em Cabinda. No ano de 1970 tem sua primeira experiência de combate, acompanhando um grupo guerrilheiro como jornalista do programa de rádio do MPLA, *A Voz de Angola Combatente*. Deixa de ser Artur Pestana, ou Carlos Pestana, recebe o nome de guerra que viria também a ser nome de pluma. Em 1971 escreve *Mayombe*, em Brazzaville e Dolisie. Enquanto escrevia o romance, chegou a ser preso na capital do Congo, acusado de espionagem. A notícia de que havia um branco escrevendo à máquina o dia inteiro levantou suspeitas nas autoridades locais. Os responsáveis do MPLA em Brazzaville tiveram de intervir para que ele fosse libertado. (Cf. Bittencourt, 2008b, p. 156)

Em 1972 é deslocado para a Frente Leste, participa diretamente da luta armada. Numa entrevista dada a um grupo de estudantes da área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, em novembro de 2010, lembra passagens daquela época, um episódio que não quis incluir em nenhum romance: como seu grupo matou um elefante, cuja carne, defumada, em tiras amarradas à cintura, foi capaz de alimentá-los por um mês. Contou ainda como encontrou, na fronteira da Zâmbia, um exemplar do romance *Islands in the stream*, obra de Ernest Hemingway publicada postumamente em 1970, e como esse livro, mais um exemplar dos *Escritos militares*, de Mao Tsé-tung, o acompanharam por quatro meses de marcha e combate. Declarou sentir-se em muito boa companhia, com aqueles dois livros. Podemos imaginar como devia ser bom, num momento de repouso e calma, ausentar-se ainda que vicariamente da dura realidade da guerrilha e transportar-se para a ilha de Bimini e seu mar de águas transparentes, ou para um bar em Havana, ou participar da caçada aos sobreviventes de um submarino nazista nas águas da Corrente do Golfo, entre ilhotas e canais da costa cubana, desfrutando o texto hemingwayano. Em depoimento a um auditório do V Encontro de Professores de Literatura Africana, em Porto Alegre, novembro de 2013, ele falou de outra marcha, que se prolongou por muito mais tempo que o programado, e cobriu uma distância muito superior à planejada, em que só sobreviveu porque o guia, um habitante da região, era capaz de encontrar mel em lugares quase improváveis. Disse que chegaram ao fim da marcha só pele e ossos, mas o mel manteve-os vivos. Além do guia, ele lembrou com gratidão sua AK-47, de quem tanto gostava, arma, segundo suas palavras, capaz de atirar até debaixo d'água.²¹

²¹ Elena Joly no texto “O terror e a glória”, prefácio ao depoimento que o inventor da arma lhe deu e que resultou no livro *Rajadas da história: o fuzil AK-47 da Rússia de Stálin até hoje* escreveu o seguinte: “Segundo os especialistas, a originalidade que determinou a vitória do AK sobre os seus concorrentes

Na Frente Leste, Pepetela era ainda diretor do Centro Augusto Ngangula (nome que homenageava um adolescente angolano morto pelos colonialistas em 1968) e Secretário Permanente da Educação e Cultura. Foi para suprir a falta de material de leitura para os já alfabetizados que ele escreveu *As aventuras de Ngunga*. Num depoimento assinado por Ndunduma Wé Lepi, o autor lembra a publicação artesanal do livro, em plena retaguarda guerrilheira.

No tempo das quimeras, quando lhe publiquei, 2 de abril de 1974²², *As aventuras de Ngunga*, sendo simultaneamente dactilógrafo sobre o stencil, revisor, operador da duplicadora manual, operário da dobra de cada folha de quatro páginas, autor da capa e do prefácio, agraphando [grampeando] depois o volume conseguido, no total de 480 exemplares, distribuindo-os a guerrilheiros, comandantes, remetendo-o a conhecidos estudiosos de vários países [...]. (Lepi in Chaves, Macêdo, 2009, p. 91)

Ora, este Ndunduma Wé Lepi não é senão o nome de guerra do guerrilheiro Costa Andrade, aquele mesmo Costa Andrade que esteve nos cárceres do DOPS paulista em 1964, e seu texto é uma evocação dos mais de quarenta anos de amizade entre os dois.

Em 1974, já com a liberdade de trânsito mais ou menos garantida pela trégua resultante da Revolução dos Cravos, Pepetela vai para Luanda e instala, com Lúcio Lara, a primeira delegação do MPLA na cidade.

A primeira ação armada que pode ser atribuída, *avant la lettre*, à ALN aconteceu ainda antes da volta de Marighella ao Brasil, após sua temporada cubana. E foi uma ação no campo, a única feita pelo grupo que também (como outros) tinha a ambição de criar colunas guerrilheiras inspiradas nos rebeldes tenentistas ou nos bandos de cangaceiros. Em setembro de 1967, em Presidente Epitácio, estado de São Paulo, um militante da dissidência comunista, à frente de um grupo de lavradores, invadiu a sede da propriedade de um fazendeiro e grileiro que disputava terras com eles, além de contratar jagunços para matar os que não se submetiam, e disparou cinco tiros contra ele. O primeiro número do jornal *O guerrilheiro*, lançado em abril de 1968, justificou a execução do fazendeiro afirmando o direito de reparar injustiças com as próprias mãos.

residia na peça de manobra rotativa da culatra, alojada no cilindro de regulação dos gases, acima do cano. [...] / Não menos inovador era o princípio de montagem das peças: estas, em lugar de serem apertadas em um bloco compacto, eram espaçadas, separadas umas das outras, como suspensas no ar. Isso permitia, no calor do combate, arrastar a kalachnikov na poeira, na lama e na água: ela não traía o soldado e estava sempre pronta para tudo.” (Kalachnikov, Joly, p. 11-12)

²² Há aqui um possível equívoco: todas as listas bibliográficas de Pepetela que consultamos dão esta edição mimeografada como sendo de 1973.

Marighella queria uma organização que fosse o oposto do PCB: nenhuma burocracia, nem estatuto, ou normas para ingresso: qualquer um que ajudasse era do grupo. Perfeito para infiltrações. A sorte, naquele momento, é que os órgãos de segurança ainda não desconfiavam do que acontecia.

O Agrupamento [Comunista] divulgou seus princípios: “São três: o primeiro é que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários; e o terceiro é que só temos compromisso com a revolução”. Simplificou: “O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda”. E encerrou a conversa: “A mesa das discussões hoje em dia já não une os revolucionários. O que une os revolucionários brasileiros é desencadear a ação, e a ação é a guerrilha”. (Magalhães, p. 361-362)

O primeiro projeto, criação de guerrilha no campo, foi abandonado ou, pelo menos, adiado para quando houvesse condições mais propícias. A organização ia fazer guerrilha urbana para reunir forças e fundos. Para os fundos, assaltos — ou ações de expropriação — a bancos ou a carros pagadores. Nos primeiros assaltos não havia palavras de ordem ou panfletos ou discursos revolucionários. Os guerrilheiros urbanos queriam passar por criminosos comuns, sem política, para não mobilizar maior aparato repressivo. Por algum tempo, a polícia acreditou nisso.

A organização de Marighella não era de modo nenhum a única disposta a usar armas contra o governo dos generais. Também originado por dissidentes expulsos do partido de Prestes — durante décadas a principal referência da esquerda brasileira, agora fragmentando-se seguidamente —, numa reunião em Niterói, surgiu o embrião do que viria a ser o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). O adjetivo acrescentado buscava acentuar a diferença principal com o outro PCB, sem R. Entre seus líderes estavam Jacob Gorender e Mário Alves, antigos membros do CC do partido de Prestes. Ao contrário da ALN, não desprezavam a estrutura partidária, queriam pô-la a serviço da luta armada, mas sem abandonar o trabalho junto às massas. Queriam uma revolução popular e a destruição do Estado burguês. Eram solidários a todos os países socialistas, mas sem se subordinar a nenhum, nem à União Soviética, como o PCB, nem à China ou à Albânia, como o PC do B. No final do ano, Mário Alves viajou a Cuba. Pediu aos dirigentes que reconhecessem a nova organização e dessem treinamento militar a alguns dos seus. Os cubanos disseram sim, mas determinaram que os futuros guerrilheiros fossem encaminhados através da ALN. Ficava claro que essa era a organização que contava com o aval dos cubanos.

O PC do B era outra divisão do PCB, mas era uma divisão bem mais antiga, vinha de 1962, e pretendia preservar a política stalinista, malbaratada pelos revisionistas e reformistas do partido de Prestes. Como a União Soviética estava na mesma linha revisionista e reformista, não lhes deu abrigo. Foram procurar a China. No dia 29 de março de 1964, dez de seus militantes embarcaram para Pequim, onde receberiam treinamento militar. O PC do B já tinha a luta armada como política desde antes do golpe. Em 1966, Osvaldo Orlando da Costa, dito *Osvaldão*, foi enviado ao Araguaia, para reconhecer e preparar terreno para a guerrilha. Inspirados por Mao Tsé-tung, a prioridade para eles era o campo. Pouco ou nada participaram de ações de guerrilha urbana. No início de 1968, pelo menos sete guerrilheiros esperavam no Araguaia.

Uma dissidência nordestina do PC do B, que não pretendia esperar o longo tempo de preparação da guerrilha no campo, fundou o Partido Comunista Revolucionário (PCR), que pretendia explorar as contradições locais entre o imperialismo e o povo brasileiro. Incendiou algumas plantações de cana para sabotar a produção de açúcar na região. Outro grupo que se destacou do PC do B, este no centro-sul do país, foi a chamada Ala Vermelha, também por discordar da espera para início da revolução. A Ala Vermelha, como primeiras atividades, assaltou bancos e atacou lugares onde pudessem conseguir armamentos e material explosivo.

Antes de 1964 havia uma corrente de intelectuais trotskistas heterodoxos, que também se apoiava no pensamento da revolucionária alemã Rosa Luxemburgo, entre outros. Denominava-se Organização Revolucionária Marxista (ORM), mas, como editava o jornal *Política Operária*, acabou conhecida como POLOP. Após o golpe, viu justificadas suas críticas ao PCB, mas, como não defendia a luta armada, não tinha proposta para enfrentar o regime capaz de empolgar a militância. Sua direção acabou formulando uma síntese do foquismo com a luta operária que não parecia bem misturada. Mas as bases estudantis e intelectuais do movimento aderiram apenas ao foquismo, que podia ser deflagrado de imediato. A luta operária demandava tempo, esforço lento, paciência.

De um racha do POLOP em Minas, no Rio e no Rio Grande do Sul, surgiu o Comando de Libertação Nacional (COLINA). Defendia um foquismo modificado, tendo em vista que não era possível ignorar o que se passara na serra do Caparaó e, principalmente, o que acontecera com Che Guevara na Bolívia. A atuação do foco de guerrilha rural deveria ser preparado pela ação urbana. “As cidades servirão para fins logísticos, propaganda política, recrutamento de quadros, expropriação de fundos e

ações de imobilização do inimigo (destruição de fontes de energia, de meios de comunicação e transporte etc.).” (Gorender, p. 140) Como Marighella, o grupo também defendia o recurso ao que eles chamavam terrorismo revolucionário. Viria a matar, por engano, em julho de 1968, um major alemão que fazia um curso de estado-maior no Rio, confundindo-o com o capitão Gary Prado, responsável pela captura de Guevara, e que também fazia o mesmo curso. Além dos dissidentes da POLOP, a organização reunia militares expurgados que já haviam deixado de ser brizolistas.

De outro racha da POLOP, este em São Paulo, em que os trotskistas também se associaram a um grupo de ex-sargentos liderados por Onofre Pinto, surgiu a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Esta organização recebeu reforços do movimento estudantil e operário da cidade de Osasco, vizinha a São Paulo, como o líder sindical José Ibrahim. Até dissidentes do PCB, insatisfeitos com a *extrema ação e nenhuma teoria* da ALN, juntaram-se ao grupo. Fizeram expropriações, entre elas o roubo de onze fuzis do corpo da guarda do Hospital Militar, no Cambuci, em São Paulo. Entre os participantes desta ação estava o ex-sargento da Força Pública de São Paulo (que depois se tornaria Polícia Militar), Pedro Lobo de Oliveira. Desafiados pelo comandante do II Exército a atacar quartéis e não hospitais, explodiram um carro bomba na sede do II Exército, no Ibirapuera. Disso resultou a morte de um soldado, Mário Kozell Filho, que estava de sentinela. Uma ação conjunta de militantes da VPR e da ALN metralhou um capitão norte-americano, veterano do Vietnã e presumido agente da CIA. No fim do ano assaltaram uma loja de armas no centro de São Paulo, recolhendo um bom arsenal.

O ano de 1968 teve, logo no seu início, mais uma importante batalha da guerra do Vietnã e também da Guerra Fria: a ofensiva do Tet, festa que abria o ano do macaco no calendário chinês. Guerrilheiros vietcongues fizeram grande ataque a Saigon, capital do Vietnã do Sul. Chegaram a alcançar o jardim da embaixada dos EUA e a atacar uma base aérea americana. A contraofensiva foi arrasadora, mas o episódio levou os americanos à mesa de negociação. Ao contrário das autoridades portuguesas, convenceram-se de que não era possível vencer uma guerra subversiva apoiada pela população. Mas a guerra ainda se prolongaria por vários anos. E 1968 estava apenas no começo. Prosseguiu com manifestações estudantis cada vez mais expressivas em várias partes do mundo, Inglaterra, Itália, França (Nantes) e até em países ditatoriais como Espanha e Polônia. As manifestações contra a guerra do Vietnã dentro dos EUA levaram o presidente Lyndon Johnson a desistir de se candidatar à reeleição.

Em março, em São Paulo, a ALN explode uma bomba num órgão ligado ao consulado americano, atingindo três transeuntes, um deles perde uma perna. Uma semana depois, no Rio de Janeiro, a polícia mata um estudante secundarista de dezessete anos, Edson Luís, numa passeata. Os protestos tomam as ruas. Os espetáculos teatrais são interrompidos, público e artistas juntam-se aos manifestantes. O enterro, no dia seguinte, torna-se nova manifestação pública. A missa de sétimo dia, também. A linha dura das Forças Armadas, preocupada com a movimentação dos estudantes e o clima de agitação entre os intelectuais, ultrapassou mais uma fronteira da indisciplina. Inaugurou a prática de sequestros clandestinos para interrogatórios com torturas. Quando eles queriam, os sequestrados eram soltos e era como se nada tivesse acontecido. Os superiores dos responsáveis por tal prática nada investigavam.

As manifestações entraram em calmaria, mas foram substituídas por greves operárias. Em Contagem, Minas Gerais, no mês de abril e em São Bernardo do Campo e Osasco, São Paulo, em maio. No dia primeiro, numa festa com a presença de autoridades e sindicalistas pelegos na praça da Sé, cidade de São Paulo, militantes da VPR e da ALN organizam os trabalhadores para apedrejar e destruir o palanque. O governador Abreu Sodré é ferido na testa. Os trabalhadores reunidos saíram em passeata.

Nesse mesmo mês, de novo na França, os estudantes ocupam a Sorbonne, tradicionalíssima instituição de ensino superior, e entram em luta com a polícia pelas ruas de Paris da qual resultam 365 feridos. O governo do general Charles de Gaulle balança com o ímpeto da revolta estudantil.

No Rio de Janeiro, em junho, os estudantes ocuparam a reitoria da Universidade Federal e, depois de uma assembleia, fiados nas garantias do reitor, abandonaram o prédio. A polícia os perseguiu na rua, encurralando parte deles no estádio do Botafogo e os surrou. No dia seguinte, as fotos e as notícias estavam nos jornais: A classe média estava de novo indignada com o tratamento dado a seus filhos. Marcou-se uma grande manifestação para segunda-feira, 26.

Ela entrou para a história da luta pelas liberdades públicas com o nome de Passeata dos Cem Mil. [...] / Ouvida, era maravilhoso veículo de um anacronismo político. O slogan mais repetido da manifestação anunciava o fim do regime. Um pedaço gritava: “O povo organizado derruba a ditadura”. Outro pedaço corrigia: “O povo armado derruba a ditadura”. Não se contrapunham, complementavam-se. Quem os ouvisse de longe poderia escolher o adjetivo de sua preferência e acreditar que todos estivessem dizendo a mesma coisa. [...] / A passeata fora a maior vitória conseguida pela oposição desde as eleições de 1965, mas seu capital político era

inconvertível. [...] / Desde abril o governo oscilava entre a ameaça do estado de sítio e uma tolerância marota, mas em nenhum momento circulou nele a idéia de atender sequer à mais secundária das reivindicações oposicionistas. (Gaspari, 2002a, p. 296-297)

A maré revolucionária, que não parecia parar de subir em 1968, mudou para vazante. De Gaulle venceu as eleições na França, derrotando a esquerda e restaurando a ordem. Tropas do Pacto de Varsóvia, sob comando da União Soviética, derrubaram o governo Dubcek, na Tchecoslováquia, e acabaram com o que ficou conhecido como Primavera de Praga, uma experiência de socialismo com democracia. Martin Luther King e Robert Kennedy são assassinados nos EUA, e Richard Nixon é eleito presidente.

O ano ainda ia a meio quando Antônio Callado recebeu correspondência de Paris, da delegação geral da República Democrática do Vietnã, com o aviso de que Hanói tinha concedido visto para visita ao país, solicitação feita dez meses antes. Callado seguia como correspondente do *Jornal do Brasil* para fazer uma série de reportagens, mas estava mesmo interessado em entender como aquele povo tão pobre continuava enfrentando a nação mais rica e poderosa do mundo. Voou até Paris, de lá para Phnom-Penh, capital do então reino do Camboja, de onde seguiria para o Vietnã. Ao narrar a viagem, lembra da chegada noturna a Hanói, “as luzes altivas do aeroporto de Gia-Lam, que não se apagavam nem durante os bombardeios americanos, desafiando os *Phantoms* a vararem o vulcão da artilharia antiaérea” (Callado, 1969, p. 93). Vai recordar também a recepção que teve.

Fui recebido com flores, palmas de Santa Rita, e com chá. E com palavras de acolhida que me transformavam, de repente, num desejado visitante que há muito estariam aguardando. Era tão longe o Brasil, e, mesmo assim — me disseram — ali estava eu. Era, sem dúvida, um amigo que vencia distância tão grande para chegar a um país onde se vivia com risco e se suportava uma vida dura. Era uma satisfação me saudarem, afinal, em Hanói. / Afinal, em Hanói, sussurrei eu a mim mesmo. Mas, confesso que me deixei envolver um pouco pelo que me diziam. O esforço e a viagem tinham sido longos. E eu vinha como visitante e como participante. Desejando acima de tudo entender a coragem alegre daquele povo, que merece que se espere um visto durante dez meses, êle que luta há vinte anos contra as mais poderosas máquinas do mundo. O Vietnã é a prova de que o homem valerá sempre mais do que as invenções do homem. (Callado, 1969, p. 93-94)

Dessa viagem resultou a série publicada originalmente no *Jornal do Brasil* e depois reunida, acrescentada de um capítulo final “Resumo da História do Vietnã”, no livro *Vietnã do Norte: advertência aos agressores*. Nessas reportagens Callado traçou rápidos perfis de guerrilheiros e resistentes muito diversos daqueles recriados em seus romances. Os vietnamitas formaram exércitos, alcançariam a vitória, reunificariam o país, expulsariam os americanos como tinham expulsado os franceses, tudo muito

diferente dos pequenos e isolados grupos brasileiros que em breve seriam caçados, aprisionados, torturados, mortos ou condenados a longas penas pelo enorme aparato repressivo que se voltou contra eles.

A direita violenta, uma reunião de militares linha-dura, policiais do DOPS e civis anticomunistas, começou a se exercitar. Resolveram coibir a agitação esquerdista em seu ponto mais fraco e indefeso: nos teatros. Largaram bombas em dois deles. Em julho, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), organização de extrema direita, invadiu o teatro Ruth Escobar, em São Paulo, e surrou os atores de *Roda viva*, peça de Chico Buarque dirigida por José Celso Martinez Correa. No Rio, o teatro Opinião, o primeiro a levar à cena espetáculos de viés oposicionista, ainda em 1964, foi incendiado e completamente destruído. Multiplicaram-se os atentados. Em outubro, no Rio de Janeiro, uma bomba destrói a Livraria Civilização Brasileira. O agora brigadeiro João Paulo Burnier, aquele mesmo então tenente-coronel da revolta de Aragarças, durante o governo Kubitschek, falou a seus comandados da esquadrilha do Para-Sar, um grupo de elite, especializado em salvamentos, num plano para explodir o gasômetro do Rio de Janeiro matando cem mil pessoas e atribuir a culpa aos comunistas, o que seria pretexto para exterminá-los definitivamente, bem como aos outros oposicionistas. Não levou seus planos adiante graças à corajosa denúncia feita pelo capitão Sérgio Miranda de Carvalho, conhecido como *Sérgio Macaco* ou *Naminguá Caraíba*, nome que lhe davam os índios e que significa Homem Branco Amigo. A denúncia teve de chegar ao brigadeiro Eduardo Gomes, último sobrevivente dos Dezoito do Forte e espécie de santo patrono da Aeronáutica. Mesmo assim o capitão Sérgio foi transferido e passou um tempo na prisão, o brigadeiro que investigou e verificou a veracidade da denúncia foi desautorizado e reformado, pois o ministro da Aeronáutica preferiu dar crédito às negativas de Burnier para protegê-lo.

A esquerda continuava suas ações, ainda não detectadas, de levantamento de fundos. Em agosto, um grupo da ALN, numa ação espetacular, planejada pelo próprio Marighella, assaltou o carro-pagador da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Depois de entrar no trem como simples passageiros, o grupo passou para o vagão onde estavam os envelopes de pagamento dos funcionários, acionou o freio de emergência, esperou o trem parar e fugiu com os malotes ao encontro dos que os esperavam em dois fuscas próximos à linha férrea.

Não há estatística confiável que permita quantificar o número de ações armadas praticadas pelas organizações de esquerda entre 1966 e o final de 68.

Pode-se estimar que, entre atentados pessoais, explosões de bombas, assaltos a bancos, casas de armas e depósitos de explosivos, elas tenham sido pelos menos cinquenta. O governo farejava o problema, mas não o alcançava. Os órgãos de segurança tinham diante de si todos os sinais de um estalo de violência política, mas ainda não associavam à esquerda clandestina os assaltos a bancos e roubos de explosivos. (Gaspari, 2002a, p. 306)

A UNE, posta na ilegalidade desde 1964, continuava atuando e reunindo-se para seus congressos anuais, mesmo clandestinos. Os três anteriores a 1968 aconteceram em conventos. O daquele ano estava marcado para 12 de outubro, num sítio em Ibiúna, cidade próxima à capital paulista. Até a Polícia Militar sabia disso. Cercou o local e levou presos 920 estudantes, em cinco caminhões e dez ônibus. Depois da triagem, só uns poucos continuaram presos, entre eles os líderes Vladimir Palmeira, Luís Travassos e José Dirceu. Mas o movimento estudantil sofrera um duro golpe e ficou ainda mais retraído. Também aconteceram conflitos na rua Maria Antônia, entre estudantes da Filosofia da USP e da Universidade Mackenzie, ajudados pelo CCC. A Filosofia da USP foi invadida e incendiada.

O deputado Márcio Moreira Alves fazia, no Congresso nacional, uma contínua campanha de denúncias das torturas que prosseguiram nos calabouços do regime. Após um discurso banal em que sugeriu às moças que não dançassem com cadetes e oficiais nos bailes comemorativos da semana da Pátria, a linha dura dos quartéis encarniçou-se contra ele e exigiu que fosse processado. Como o Congresso negou licença para isso, abriu-se grande crise entre as Forças Armadas (alojadas no Executivo) e o Legislativo. Reunido o Conselho de Segurança Nacional em dezembro, o presidente Costa e Silva assinou o Ato Institucional número cinco (AI-5), responsável por transformar o que Jorge Amado uma vez chamou *ditadura de meia sola*, em ditadura de sola inteira, com o *tacão de ferro* que Jack London tornara proverbial como título de um seu romance, no começo do século XX. Os resultados não se fizeram esperar: suspensão de direitos políticos, prisões sem justificativa, cassações de deputados e juízes, completa supressão da liberdade de imprensa. Começavam os anos de chumbo, em que não haveria mais movimento de massas, haveria enfrentamento entre as organizações de esquerda armada e os chamados órgãos de segurança.

No Brasil, os órgãos de segurança provinham da desordem e do terrorismo, eram parte de um complexo projeto subversivo, derivado da anarquia militar. A tortura sancionada pelos oficiais-generais a partir de 1968 tornou-se inseparável da ditadura. Não há como entender os mecanismos de uma esquecendo-se da outra. De um lado a tortura dá eficácia à ordem ditatorial, mas de outro condiciona-a, impondo-lhe adversários e estreitando-lhe o campo de ação política. Quando a hierarquia se dá conta de que o custo dos

porões é maior que seus benefícios, ela vai ao manual e decide desativar a engrenagem. Recebe de volta a conta do seu erro. (Gaspari, 2002b, p. 27)

Mais ou menos um mês antes do AI-5 a polícia capturou um militante da ALN que assaltara um carro pagador e, sob tortura, arrancou dele a ligação com Marighella. Estava estabelecida a relação entre os assaltos e a atividade política contrária ao regime. O ano terminou com doze mortos nas manifestações de rua, a esquerda armada matou dois civis e seis militares e aconteceram pelo menos vinte assaltos a bancos.

Enquanto a campanha guerrilheira se desenvolvia bem, com penetração para o interior de Angola, com abastecimento regular garantido pelas reservas nas bases montadas na Zâmbia e apoio das populações, os conflitos étnicos, regionais, políticos e de luta pelo poder permaneceram abafados entre os combatentes e as direções do MPLA. Mas quando a maré virou, os conflitos latentes afloraram. Era um pouco como a situação aludida no provérbio que afirma: casa em que falta pão, todos gritam e ninguém tem razão. Neste caso faltava não só o pão, faltavam também as vitórias.

Em novembro de 1969 houve manifestações de guerrilheiros e populações bunda-ganguela, do sul de Angola. No mês seguinte, combatentes e população partem do Moxico para a fronteira da Zâmbia, indo até as bases do MPLA neste país, tendo por líder principal o comandante *Jiboia*, daí o episódio ficar conhecido como Revolta do Jiboia. As reclamações diziam respeito à falta de armas, de alimentos, de educação, à ocorrência de fuzilamentos discricionários, e também ao fato dos postos de comando serem todos preenchidos por bakongos e ambundos (falantes do quimbundo), ou seja, os do Norte. A direção do movimento enviou Daniel Chipenda para parlamentar com os descontentes. Ele não só tinha um bom relacionamento com aquelas populações, como era ovimbundo, um dirigente que era do Sul. Depois do compromisso de Chipenda em levar as reivindicações à direção do MPLA, guerrilheiros e população regressaram aos seus lugares de origem. “Seguindo a lógica de tentar afastar os líderes dos liderados, a direção muda Jibóia de lugar [...]. O mais provável é que essa medida tenha conseguido expandir o sentimento contestatário de carácter étnico e regional.” (Bittencourt, 2008b, p. 79) No mês de fevereiro de 1970, guerrilheiros tchokue do campo Vitória é Certa, em Lusaka, fazem novo protesto denunciando a presença de mestiços na direção e reivindicando postos de comando para os de sua etnia.

A resposta a esses protestos foi um tanto burocrática: a criação de um Comitê de Coordenação Político-Militar de que faziam parte os dirigentes Agostinho Neto, Daniel

Chipenda, Floribert Monimambo, Iko Carreira e Lúcio Lara. Chipenda era do sul e Monimambo do norte. Com o doutor Neto, faziam maioria de negros, contra os dois outros, mestiços. Tudo isso talvez buscasse dar um aspecto de equilíbrio ao novo órgão diretivo, mas a absoluta fidelidade de Carreira e Lara ao presidente do movimento, um vínculo de solidariedade, como diz Bittencourt, que existia desde tempos anteriores à fundação do MPLA, garantia a prevalência da autoridade de Agostinho Neto.

Para piorar ainda mais a situação, o outro movimento que atuava no leste de Angola, UNITA, estabeleceu, através de contatos iniciais com madeireiros da região, um acordo de não agressão com as forças portuguesas. Os seguidores de Jonas Savimbi comprometeram-se a atacar apenas o inimigo comum deles e dos portugueses: os combatentes do MPLA. Esse acordo ficou conhecido como Operação Madeira. Embora tenha sido negado muitas vezes pelas duas partes, documentos posteriormente conhecidos provaram sua efetiva existência. Savimbi chegou a admitir o entendimento com as tropas coloniais, negando, porém, que fizesse parte dele o combate aos nacionalistas angolanos.

A crise militar e interna enfrentada pelo MPLA tinha reflexos na outra frente em que era disputada a guerra de libertação: a diplomática, a dos apoios internacionais. O MPLA aproximara-se da China, depois do Congo-Brazzaville fazer o mesmo, numa mudança de governo em 1968. Caiu Massemba Debat, subiu Marien Ngouabi, comunista, estabeleceu a República Popular do Congo. A China passou a fornecer treinamento militar aos combatentes do MPLA. Mas essa aproximação, somada à crise interna, desgostou a União Soviética, que retirou seu apoio, inclusive em armamentos, em 1972, e só os restabeleceu para outra guerra, no segundo semestre de 1974.

Outro fato que surpreendeu e desgostou os soviéticos foi a aproximação entre Agostinho Neto e Holden Roberto. Como os dois movimentos estavam enfraquecidos, houve o propósito de unificar os esforços militares e reagir contra os portugueses. Mas Moscou não queria que suas armas acabassem chegando às mãos da FNLA. Essa aliança não foi avante, logo esfriou. No primeiro semestre de 1973, dois comandantes do MPLA tentando contato com a 1ª RPM são presos pela FNLA. Apesar do desacordo das direções, guerrilheiros isolados dos dois movimentos continuam a se entender e até a colaborar. A direção do MPLA declarou depois que a aproximação tinha sido uma tentativa de abrir caminho para chegar aos guerrilheiros da 1ª região. Jacob João Caetano, comandante *Monstro Imortal*, conseguira retornar à, agora, República Popular do Congo, em 1970, depois de quatro anos de permanência naquela região, e informou o

estado de penúria em que se encontravam os combatentes e as populações que os acompanhavam.

Numa tentativa de conter a crise e reverter a situação desfavorável, surge o que ficou conhecido por Movimento de Reajustamento. Apoiado por militantes que voltavam de estágios de treinamento na China e vinham confiantes nas virtudes da crítica e da autocrítica, inaugurou um período de discussões e debates, nunca se tivera notícia de algo assim no interior do Movimento. Marcelo Bittencourt compõe quadro expressivo da efervescência que se espalhou entre a militância.

A proposta era de que nas assembleias de Reajustamento se realizasse um extenso e ao mesmo tempo profundo trabalho de recolha de todas as acusações, reclamações, enfim, de todos os problemas apontados pelos militantes e pela população. Nessas assembleias, seriam eleitos os militantes activos, que passariam a fazer parte do grupo que iria dirigir tais encontros. A partir desse quadro geral, seria elaborado então um mapa das questões que travavam o movimento. A concepção era que, após esse levantamento minucioso, seria possível alcançar as soluções de base para se resolver os problemas. / A perspectiva adoptada buscava a participação de todos os envolvidos: militantes de base, guerrilheiros, pioneiros e população. Os debates eram totalmente livres, o que se transformou em algo inédito no movimento. Os entrevistados que participaram do Movimento de Reajustamento são unânimes em afirmar que, no correr das sessões, diferentes problemas do quotidiano viriam à tona, desde questões de carácter privado sobre quem mantinha relações sexuais com quem, até as acusações de assassinato, passando pelas queixas de roubo e desvio dos recursos do movimento. Os intervenientes levantavam esses casos individualmente, após se dirigirem ao centro do círculo, como geralmente era disposta a assembleia, muitas vezes congregando mais de 200 pessoas. Os integrantes da mesa também poderiam ser questionados nessas assembleias e até mesmo substituídos. / A ideia foi aceita com relutância por muitos, mas, como defendia o diálogo e a união do movimento, a repulsa frontal à sua arquitectura era difícil de ser mantida. (Bittencourt, 2008b, p. 183)

Um dos relutantes, até mais que isso, um dos contrários ao Reajustamento foi Daniel Chipenda. Em entrevista dada a Drumond Jaime e Helder Barber, já na década de 1990 e citada por Bittencourt, ao recordar aquela conjuntura, o antigo comandante guerrilheiro lembrou-se do que teria dito ao presidente do MPLA.

Eu disse ao camarada Neto: É melhor não fazermos isto, porque este movimento de crítica e autocrítica faz-se em termos políticos, para pessoas que realmente são politizadas, mas o nosso povo não é politizado, eles amanhã na reunião vão apenas dizer: olha, a guerra não anda porque a tua mulher é branca, a minha é branca [ambos eram casados com mulheres brancas]. Nós já fizemos acordos com os nossos sogros, por isso a guerra não avança; vão-nos criticar assim, é isso que você quer? E, tal como eu tinha dito, o movimento foi um fiasco, tanto que numa das aldeias queriam agredir o camarada Neto. (Bittencourt, 2008b, p. 184, interpolação do autor)

Chipenda, desde a Revolta do Jiboia, era considerado o defensor dos povos do Leste e do Centro-sul, era o principal dirigente ovimbundo do MPLA. Embora não

houvesse nenhuma animosidade declarada entre ele e os *do Norte* na direção do Movimento durante o período de debates e reuniões, todos suspeitavam, pairava no ar, tinham quase certeza: mais cedo ou mais tarde uma disputa iria colocar Chipenda e Agostinho Neto em lados opostos. Em meio ao processo do Reajustamento, em dezembro de 1972, a militância é surpreendida pela notícia do acordo com a FNLA, decidido pessoalmente por Neto. Isso acabou por fortalecer a divisão entre os do Norte e os do Leste e do Centro-sul, com este segundo grupo acusando a direção de só estar preocupada com a guerra no Norte, abandonando os da Frente Leste à sua própria sorte. Houve até a proposta de que se fizesse, se era essa a nova política da direção, um acordo com a UNITA, mas isso foi liminarmente rejeitado pela cúpula, pelo menos para aquele momento. A dissidência vai se acentuando. Na Frente Leste já circula a ideia de uma oposição organizada, e que Chipenda poderia constituir alternativa à atual direção.

Tudo isso acabou por formar e consolidar o que ficou conhecido como Revolta do Leste, com a liderança atribuída a Chipenda. A direção acusa o grupo de ser composto por amotinados e tribalistas. Essa acusação, de tribalismo, muito grave num Movimento que sempre condenou a prática (o que não significa que ela não tenha existido em suas fileiras), dividia o grupo que até então tinha um caráter regional (Leste e Centro-sul, em oposição aos do Norte). Se Chipenda era o líder dos ovimbundos, como corria, os tchokues e os lundas não podiam apoiá-lo, pela rivalidade que tinham com esse grupo. Lançar a acusação de tribalismo era forma de dividir para isolar o adversário. Mas as coisas foram além das acusações político-verbais de parte a parte.

Em abril de 1973, Chipenda se desloca para Lusaka alegando buscar tratamento médico por causa de sua diabetes. Mas informantes da PIDE, em relatórios, deram como motivo da viagem a espera do golpe que ele pretendia dar ali mesmo, na capital da Zâmbia. A direção do MPLA denunciou a existência de um plano para assassinar Agostinho Neto, descoberto após interrogatório de alguns militantes presos. Queria prender também Daniel Chipenda, denunciado como cabeça da conspiração. Em maio, chega a Lusaka um grupo de dirigentes que pretende levar Chipenda a julgamento numa base do MPLA. Chipenda recusa-se a acompanhá-los alegando estar em tratamento médico. O chefe da representação do MPLA em Lusaka reporta os acontecimentos às autoridades zambianas e estas intervêm, impedindo a prisão de Chipenda, mobilizando guarda pessoal para sua proteção. Em junho, dirigentes fiéis a Agostinho Neto procuram Chipenda, anunciam a suspensão de seus cargos no Movimento e insistem para que se apresente à comissão de inquérito. Não são atendidos. Levam carta do próprio

Agostinho Neto às autoridades zambianas, acusando Chipenda de tribalista e, em virtude disso, de fornecer armas à UNITA, movimento dos ovimbundos; e também de ser movido por ambições pessoais de poder. Em julho, Chipenda divulga carta aberta aos militantes em que se defende das acusações sem romper com o Movimento, mas fazendo críticas à gestão de Neto para a guerra. Declara aceitar seu julgamento, mas em Lusaka, não numa base do MPLA, onde temia ser morto, destino que ele insinuava ter sido o de seus denunciantes, impedidos assim de ratificar ou retificar o testemunho.

Em agosto dá-se a ruptura: estouram as primeiras confrontações armadas entre os dois grupos. Quem organiza as forças a favor de Chipenda é o mesmo comandante Jiboia que fez a primeira revolta dos descontentes, apaziguada, na altura, pelo envio de Chipenda como representante da direção. Algumas bases do movimento alinhadas com Neto foram atacadas por militantes liderados por Katuva Mitwe, novo nome de guerra do Jiboia. As autoridades zambianas de novo intervêm. O presidente Kaunda, pessoalmente, busca conciliar os grupos. Mas a fratura consolida-se em dissidência e assim permanecerá até a conjuntura ser alterada pela Revolução dos Cravos, em Portugal. Em setembro de 1973, nova carta do MPLA às autoridades da Zâmbia falava em conspiração contrarrevolucionária por parte de um dirigente de moral deplorável e pedia que não se permitissem ações e deslocamentos de Chipenda e seu grupo.

As autoridades zambianas, segundo percepção do MPLA, pareciam dispostas a proteger Chipenda. Havia até a desconfiança delas desejarem que Chipenda substituísse Neto. Como a Zâmbia era a fronteira de apoio da Frente Leste e o MPLA necessitava dessa aliança, não podia entrar em conflito com seus dirigentes acusando-os de dar apoio ao adversário político. Também a União Soviética não viu com agrado a ruptura da unidade no Movimento. Isso contribuiu para a retirada do apoio a que já nos referimos. Houve até, durante o ano de 1972, nos círculos de poder do Kremlin, a consideração de que poderia ser razoável substituir Neto por Chipenda. Em janeiro de 1973, Agostinho Neto foi a Moscou e o relacionamento normalizou-se, embora o apoio logístico não tivesse sido retomado. Consta ter sido nessa visita que Neto foi informado da existência de um plano para assassiná-lo.

Depois da oposição instalada na Frente Leste, também surgiram manifestações de descontentamento entre os militantes do MPLA instalados em Brazzaville. Um grupo de intelectuais começou a articular discussões em prol de maior democracia interna, o que era um modo de questionar a autoridade centralizadora. Para isso, conseguiram o apoio das autoridades congoleesas, modo de se resguardar de uma possível repressão

interna que poderiam sofrer. A dissidência, que não tinha apoio armado, como a Revolta do Leste, só veio a público depois da queda do regime português, e ficou conhecida como Revolta Ativa. Quando o Movimento das Forças Armadas põem fim à longa ditadura em Portugal, o MPLA estava rachado em três frações, enfraquecido e, militarmente, quase derrotado. A Revolução dos Cravos, naquele momento, poderia lembrar a aparição inesperada de um *deus ex machina* para reverter de maneira completa uma situação que parecia insolúvel. Mas é óbvio que os treze anos de guerra sustentada contra os portugueses foram decisivos para a tomada de posição dos capitães de abril.

Depois que o AI-5 entrou em vigência, prisões arbitrárias se multiplicaram. Em depoimento concedido a Sérgio Moura para um livro sobre os vinte anos da morte de Che Guevara, Antônio Callado lembrou como foi incluído naquela onda prisional.

Em janeiro de 1969 fui preso pela PE [Polícia do Exército], aqui nesta sala de minha casa. Chegaram, de madrugada, dois sargentos e um tenente (não deram porrada): antes de sair, o tenente perguntou: “E livros, tem algum?” Levei-o à biblioteca. Lá havia um *poster* de Guevara, envidraçado, pendurado na parede. Ele disse: “Ah, aí está o seu líder”, e levaram o quadro. / Peguei o Guevara e o levaram comigo. As prisões estavam cheias [...] e eles não tinham muita clareza de para onde me levariam. Primeiro fomos para Gericinó. Quando entrei, carregando aquele quadro, um sargento disse: “Th, olha ali”... Fiquei por lá cerca de 1 hora, depois voltamos ao jipe. Era como se não houvesse lugar para mim; fomos [...] para Realengo. Ferreira Gullar e Paulo Francis estiveram por lá. Havia alguns velhos comunistas presos. Fiquei junto com Gil; na cela ao lado, Caetano. / Só então me tiraram o quadro. Ao cabo de alguns dias, me tiraram, me entregaram o Guevara e me levaram para o Batalhão de Guarda, [...] no Mangue. Marcelo Alencar estava lá, Heitor Cony havia estado, mas já estava solto. / Pedi o meu *poster*, mas este não foi devolvido. Quando saí, um mês depois, me devolveram livros e outros objetos confiscados. Das duas, uma: ou me quebraram o *poster* ou, conforme espero, ele está hoje na sala de algum militar. Lembro-me que, por onde passava, o *poster* daquela figura lendária, do Comandante, inspirava respeito e admiração na tropa. (Callado *in* Koutzii e Leite, p. 195-196)

No mesmo mês em que Callado foi preso, a VPR, dirigida pelo ex-sargento Onofre Pinto, afastara os que pretendiam abandonar a política de luta armada, e preparava uma grande ação coordenada para abalar São Paulo e a ditadura. Fora recrutado um capitão do Exército, Carlos Lamarca, e este, com um sargento, um cabo e um soldado, desviavam armas para a guerrilha do quartel de Quitaúna, em Osasco. Planejavam carregar um caminhão com 560 fuzis e dois morteiros e desertar. A VPR pretendia bombardear ou dinamitar a sede do governo paulista, o quartel-general do II Exército e a Academia de Polícia, na Cidade Universitária, além de tomar a torre de

controle do aeroporto do Campo de Marte e embaralhar as comunicações aéreas na região. Ficaram nos planos. O grupo que pintava de verde-oliva, em Itapeverica da Serra, o caminhão que deveria ser introduzido no quartel, foi preso após desentendimentos com vizinhos, que chamaram a polícia. Dos cinco que ali estavam, quatro foram presos. Entre eles Pedro Lobo, o ex-sargento que participara do roubo dos fuzis no Hospital Militar. O único que ficou livre alertou o comando da VPR. Vendo-se na iminência de ser descoberto, Lamarca e seus homens encham uma kombi com o armamento em que conseguem deitar as mãos e fogem do quartel. Aquelas prisões levaram a outras, a VPR foi desbastada, Onofre Pinto preso, militantes da ALN chegaram a ser alcançados. Marco Antônio Brás de Carvalho, dito *Pedrinho* ou *Marquito*, chefe do Grupo Tático Armado (GTA) da organização de Marighella, ao ver que seu segundo em comando faltara ao *ponto* combinado, cometeu a imprudência de ir procurá-lo no *aparelho* onde se abrigava. O *aparelho* tinha sido denunciado. Assim que abriu a porta foi recebido a tiros pelos policiais ali atocaiados. Tamanho foi o estrago na VPR que a direção remanescente teve que pedir à ALN que escondesse as armas tiradas por Lamarca do quartel. Isso acabou por gerar um conflito entre as duas organizações. Marighella não pretendia devolver o armamento. Afinal, por intervenção de Câmara Ferreira, as organizações dividiram meio a meio o butim. O Exército conseguiu recuperar a parte que ficou com a VPR.

Em Minas Gerais, prisões e tortura levaram à destruição do COLINA. Em Brasília, apanhou-se um grupo ligado à ALN. No Rio de Janeiro, dissidentes do PCB criaram o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), pequeno grupo que homenageava Che Guevara mencionando a data de captura do guerrilheiro em sua denominação. Entregues por um delator, o pequeno grupo, cerca de trinta militantes, foi arrasado pelo CENIMAR, órgão de repressão da Marinha. As quedas levavam os remanescentes a uma recomposição dos grupos. O que sobrou da VPR e do COLINA juntou-se para criar a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares). Com a morte de *Marquito*, o GTA da ALN passou a ser chefiado por Virgílio Gomes da Silva, dito *Jonas*. Com o fechamento completo do regime e o fim do movimento de massas, as pequenas organizações que ainda trabalhavam na arregimentação popular, dedicaram-se exclusivamente à luta armada.

Em julho, no Rio de Janeiro, a VAR-Palmares faz a maior expropriação de que já se tinha tido notícia: rouba um cofre que pertencera ao falecido ex-governador de São

Paulo, Ademar de Barros e estava em casa de uma sua antiga amante. Ao abrirem o cofre constatam, espantados, que nele havia mais de dois milhões e meio de dólares.

No mesmo mês do roubo do cofre foi criada, em São Paulo, a Operação Bandeirante (OBAN), um organismo experimental de repressão muito bem sucedido, tanto que seu modelo se espalhou pelo país na forma dos DOI-CODI. Era uma espécie de delegacia militar, separada dos quartéis, onde eram realizados os interrogatórios e de onde saíam grupos operacionais para utilizar as informações obtidas. A OBAN se alojou numa delegacia próxima ao quartel do II Exército, mas não tinha nada com ele. Reportava-se diretamente ao Centro de Informações do Exército (CIE), ligado ao ministro e não ao estado-maior, organismo criado por Costa e Silva em 1967. Brasília autorizou o empreendimento, mas avisou que não daria dinheiro, eles teriam de se arranjar sozinhos. Resolveram o caso passando o chapéu entre aqueles que os marxistas chamariam classe dominante: banqueiros, empresários nacionais e multinacionais, reunidos a convite do governador do estado. Deviam estar mesmo com medo do comunismo, deram muito dinheiro.

Buscava-se a centralização das atividades repressivas nas grandes cidades. As delegacias policiais, inclusive o DOPS, estavam obrigadas a mandar à Oban todos os suspeitos de atividades terroristas. [...] Criava-se assim um corpo de polícia política dentro do Exército, funcionando na zona militar do parque do Ibirapuera. (Gaspari, 2002b, p. 60)

Por falar em DOPS e em polícia política, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, que trabalhava justamente no DOPS, foi requisitado para a OBAN.

Produto da polícia paulista, com sua tradição de torturas e assassinatos, encarnaria o combate ao terrorismo. Vulgar e corrupto, projetava a imagem do machão valente, quando na realidade sua fama derivava da bestialidade do meio em que vivera e sua ascensão ao posto de chefe dos janízaros da ditadura, do declínio dos padrões éticos dos comandantes militares da ocasião. Nunca na história brasileira um delinquente adquiriu sua proeminência. / Tinha o pé direito na repressão aos movimentos de esquerda e o esquerdo na briga entre quadrilhas de tráfico de drogas. (Gaspari, 2002b, p. 65)

Essa aliança entre criminalidade, plutocracia e repressão, embora tenha alcançado os objetivos que seus idealizadores desejaram, talvez não tenha tomado a feição que eles queriam. “O que se apresentava como uma militarização das operações policiais tornou-se uma policialização das operações militares. O delegado Sérgio Fleury não ficou parecido com um oficial do Exército. Eram oficiais do Exército que ficavam parecidos com ele.” (Gaspari, 2002b, p. 67)

Em fins de agosto o presidente Costa e Silva sofre uma isquemia e fica impossibilitado de se comunicar e de governar. Deveria assumir o vice, Pedro Aleixo. Mas os chefes militares não queriam um civil na presidência em momento que eles consideravam muito grave, o país à beira da guerra civil, crença que lhes era conveniente para fechar ainda mais o regime. Esconderam a situação vivida pelo presidente não só da população, também dentro do governo. Alegando que esperavam a recuperação do doente (que, eles sabiam, não aconteceria), o general Jayme Portella fez com que os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica assumissem como junta militar, formação típica do golpismo latino-americano. Costa e Silva ainda figurou como presidente até quase o final de setembro. Se fosse declarado impedido, era preciso providenciar um sucessor. Na rua, corria o boato que ele havia morrido, fora embalsamado, mas ainda governava a nação. Algo semelhante aconteceu em Portugal, na mesma época. De setembro de 1968, quando sofreu uma hemorragia cerebral, até sua morte em 1970, Oliveira Salazar, já substituído no governo por Marcelo Caetano, semiparalisado, vivia numa área do palácio do governo com uma farsa montada à sua volta, representada para que ele pensasse que ainda era o todo poderoso presidente do conselho de ministros.²³

Logo depois da doença de Costa e Silva e da junta militar assumir *provisoriamente* o governo, uma ação conjunta da ALN com um grupamento de dissidentes comunistas de Niterói, estudantes muito jovens, que adotou o nome do destruído MR-8, deu o que talvez tenha sido o mais audacioso golpe da esquerda armada em sua luta contra o regime militar. Sequestraram o embaixador dos EUA, Charles Burke Elbrick, aquele mesmo que, embaixador em Portugal, em 1961, dera discreto apoio à tentativa do ministro da Defesa, Botelho Moniz, para derrubar o ditador português. Entre os sequestradores estavam, entre outros, pela ALN, Câmara Ferreira, aliás *Toledo*, e Virgílio Gomes da Silva, aliás *Jonas*, substituto do caído *Marquito* na chefia do GTA; pelo MR-8, também entre outros, estavam Franklin Martins, *Valdir*, e

²³ Em agosto ou setembro de 1969 um jornalista francês, Roland Faure, entrevistou Salazar para o *L'Aurore*. Assim um biógrafo comenta a entrevista. “Embora prevenido [...] para não mencionar a evolução política portuguesa, Faure colocou várias perguntas pertinentes para tentar perceber com exatidão o que é que Salazar sabia ou não sabia. Sabia que Pompidou tinha substituído De Gaulle no palácio do Eliseu e que astronautas americanos tinham pisado a Lua. O mais importante, porém, era que Salazar continuava a acreditar ser o presidente do Conselho, entendendo estar em repouso antes de voltar ao trabalho; o presidente da República e os ministros mantinham-no informado sobre os acontecimentos. A propósito de Marcelo Caetano, Salazar disse que era um homem inteligente e corajoso, que se atrevia a criticá-lo, mas que não percebia que, para ter alguma influência, tinha de estar no executivo.” (Meneses, p. 650) Informa ainda que a entrevista nunca foi publicada em Portugal.

Cid Benjamin, *Vitor*, que tiveram a ideia do sequestro, além do jornalista Fernando Gabeira, sumido há meses da redação do *Jornal do Brasil*. Os guerrilheiros exigiam a libertação de quinze prisioneiros, entre eles os líderes estudantis presos em Ibiúna, Vladimir Palmeira e José Dirceu, e a leitura de um manifesto em cadeia nacional de rádio e televisão. A junta militar atendeu aos pedidos muito antes do prazo fatal dado pelos sequestradores, apesar da oposição da linha dura, que já havia localizado o cativeiro e era contra qualquer negociação com os ditos terroristas. Lido o manifesto e comprovado o pouso do avião com os prisioneiros libertados na cidade do México, os guerrilheiros abandonaram em três carros a casa no bairro de Santa Teresa levando o embaixador. Foram escoltados por peruas com agentes do CENIMAR, mas não houve confronto, muito possivelmente para preservar a vida do diplomata. Elbrick chegou em boa saúde à sua casa e até fez elogios ao idealismo dos seus captores, o que desagradou os militares brasileiros e os americanos superiores dele. A linha dura, agora com as mãos livres, saiu à caça dos responsáveis por aquela enorme desmoralização pública do regime. Para a junta militar o sequestro teve aspecto positivo: uniu as forças armadas em torno do governo, o questionamento do direito dos ministros a ocupar o poder deixou, momentaneamente, de ser contestado.

No final de setembro, depois da captura quase casual de dois militantes da ALN, as quedas foram sucessivas, como havia acontecido com a VPR. Virgílio Gomes da Silva, *Jonas*, preso, depois de uma sessão de pau-de-arara, não se rendeu, entrou em luta corporal com um bando de covardes algozes e foi morto a pontapés. Sumiram com o corpo dele, depois disseram que havia fugido. Tornou-se o primeiro desaparecido do regime. O sequestro do embaixador americano foi a ação melhor sucedida dos resistentes armados, mas foi ação defensiva, visava libertar companheiros presos, já não era um ataque ao regime. Para quem pretendia em seguida iniciar a luta armada no campo, começava a luta pela simples sobrevivência na cidade.

Outras ações defensivas foram os sequestros de aviões. Serviram para tirar militantes do país ou tentar a libertação de presos. Houve cinco em 1969. No começo de 1970, militantes da VAR desviam para Cuba avião da Cruzeiro. Em julho de 1971, quatro jovens armados tomam avião da ponte aérea e o fazem retornar ao Rio. Exigiam a libertação de quarenta presos. Soldados da Aeronáutica invadem o aparelho, matam um dos sequestradores e prendem os outros três. Ao todo aconteceram mais de dez sequestros e a maioria teve Havana como destino.

Ao longo do mês de setembro continuou a disputa pela sucessão de Costa e Silva. O general Albuquerque Lima, linha dura e nacionalista, desejava o cargo. Mas os comandantes não queriam nenhum nacionalista, o escolhido foi Emílio Garrastazú Medici. E nada de mandato tampão até o término do período Costa e Silva, em março de 1971. Era presidente para um mandato completo de quatro anos a ser iniciado imediatamente. Também editou-se a Emenda número um, na prática uma nova constituição, que incorporava o AI-5 e introduzia as penas de prisão perpétua e de morte. O Congresso, fechado desde dezembro, foi reaberto e *elegeu* Medici presidente da república no fim de outubro.

Carlos Marighella, o *Menezes*, chefe da ALN, não fora comunicado do plano do sequestro do embaixador americano. Seus companheiros devem ter seguido o princípio que afirmava ser desnecessário pedir licença para a ação revolucionária. Disse depois a Câmara Ferreira que aquilo ia motivar grande aumento da atividade repressiva. Ele tinha razão. Depois das muitas quedas que se seguiram, Câmara Ferreira, o *Toledo*, foi retirado do país com a ajuda de frades dominicanos que colaboravam com a organização. O delegado Fleury soube do contato entre alguns frades e *Menezes*, prendeu os frades, torturou-os, conseguiu a informação. Prender ou matar aquele que era considerado o principal inimigo do regime, líder com prestígio internacional, era um objetivo almejado há muito. Fleury armou uma emboscada na noite de quatro de novembro. Levou com ele mais vinte e oito policiais e os dois frades num fusca, como isca. Quando Marighella entrou no carro, acomodando-se no banco de trás, os policiais arrancaram os dominicanos de lá e descarregaram as armas contra o guerrilheiro que, segundo as mais recentes pesquisas, estava desarmado.

[...] puxam sua camisa clara de listras, desafivelam o cinto preto e desabotoam a calça de igual cor. Reviram-no e acham papéis com anotações em alfabetos grego e russo, código Morse e hieróglifos que jamais decifrarão. Recolhem mil dólares e 85 cruzeiros novos. Apreendem o frasco com as cápsulas de cianureto. Incrédulos, recomeçam a revista: Marighella já suspirou pela última vez quando seus matadores se convencem de que ele está mesmo desarmado, sem um canivete sequer. Na pasta, buscou o veneno para não cair vivo. (Magalhães, p. 552)

A fuzilaria foi tamanha que morreu, além de Marighella, um protético alemão que passava de carro pelo local na hora errada. Uma investigadora, vítima de fogo amigo, o inimigo não dera nenhum tiro, foi atingida na cabeça e morreria três dias depois. Outro delegado foi ferido por tiro numa perna, mas sobreviveu. Para justificar a fuzilaria,

plantaram um revólver entre os objetos do cadáver.²⁴ A morte de Marighella foi comemorada como uma grande vitória pela repressão, e levou desalento aos combatentes que dela tomaram ciência pelo estardalhaço feito através dos meios de comunicação.

Ao longo de 1969, ocorreram mais de cem explosões e assaltos em que morrem quinze policiais e guardas e quatro cidadãos, num total de dezenove. Dezenove também são os mortos entre os militantes de esquerda. As denúncias de tortura chegam a 1027.

Carlos Lamarca soube da morte de Marighella pela televisão, num *aparelho* onde estava escondido, no bairro de Vila Formosa, em São Paulo. Ele passava a ser, para o regime, o inimigo número um. Na certa havia quem pensasse que era ainda pior que o outro, afinal, um comunista. Lamarca era mais que isso, desertor do Exército, traidor da pátria. Ele, e mais um pequeno grupo, divergiu da direção da VAR-Palmares — já havia quem propusesse desistir da luta armada —, decidiu que ia para o campo preparar os combatentes e começar a guerra revolucionária. Refundaram a VPR.

Em março de 1970, um militante da organização sofreu acidente de automóvel e, ao socorrê-lo, a polícia achou armas e documentos. Shizuo Ozawa, dito *Mário Japa*, caiu nas mãos do delegado Fleury. Companheiros temiam que ele dissesse onde estava Lamarca. Para resgatá-lo, improvisaram o sequestro de Nobuo Okuchi, cônsul japonês em São Paulo. A lista do resgate pedia a libertação de apenas cinco prisioneiros, entre eles *Mário Japa*. Medici concordou e os cinco foram levados à cidade do México. *Mário Japa*, mesmo torturado, nada dissera sobre Lamarca.

Mas em abril, a prisão de outro militante da VPR deu aos militares a informação que *Mário Japa* sonegara: Lamarca estava na área rural do vale do Ribeira, no sul do estado de São Paulo, treinando seu pessoal para a guerrilha. A operação militar que se seguiu, para capturá-lo, mostrou bem o despreparo da tropa e do comando para enfrentar os combatentes fora dos porões, onde eles estavam indefesos. Apesar do aparato em helicópteros, tropas (cerca de dois mil recrutas mal-armados) e veículos, o pequeno grupo que, ao fim, contava cinco guerrilheiros, tiroteou duas vezes com a

²⁴ Tanto Gorender: “[d]e acordo com o laudo policial de exibição e apreensão, levava dentro de sua pasta material de higiene pessoal, um revólver Taurus calibre 32 com cinco balas” (Gorender, p. 196), quanto Gaspari: “[n]a pasta, que não chegou a abrir, havia um revólver Taurus calibre 32 com cinco balas e duas cápsulas de potássio” (Gaspari, 2002b, p. 152-153) afirmam, seguindo a versão da polícia, que Marighella estava armado. Mário Magalhães contesta: “como um encenador criativo, Fleury rascunha uma das maiores fraudes da ditadura: a versão oficial da morte de Marighella. Tem de justificar o vexame de dois policiais feridos e a morte do alemão desavisado. Além da execução do guerrilheiro solitário e sem armas de fogo.” (Magalhães, p. 553) Ver também o capítulo 43: “Post-mortem: anatomia de uma farsa” (Magalhães, p. 556-570).

tropa, capturou e matou um tenente, furou o cerco depois de mais quarenta dias de perseguição e conseguiu voltar a São Paulo, num caminhão roubado ao Exército. Isso sem ajuda nenhuma da população, que os denunciava quando apareciam. Mas Lamarca voltou para uma cidade em que sua organização tinha sido quase toda destruída e ficava cada vez mais difícil encontrar um esconderijo seguro.

Em junho, enquanto acontecia no México a Copa do Mundo em que o Brasil se tornaria tricampeão, uma ação conjunta da ALN e VPR, no Rio de Janeiro, fez novo sequestro de diplomata, desta vez o embaixador alemão, Ehrenfried von Hollenben. Durante o sequestro foi morto um dos guarda-costas do embaixador. Exigiram a libertação de quarenta presos e o governo os atendeu em quatro dias. Mas o grupo de sequestradores estava tão depauperado, tão impossibilitado de agir, tão sem contatos, que atrasou a libertação do embaixador em quase um dia porque não tinha carro para retirá-lo do cativeiro. A kombi que eles contavam usar, tinha sido guinchada por estacionamento proibido.

Nos últimos meses de 1970, um ano depois da morte de Marighella, a esquerda armada [...] estava dividida em três populações. Na maior delas achavam-se os presos. Eram cerca de quinhentos: alguns, condenados a penas curtas, podiam sonhar com a hora da libertação; outros, com sentenças do tamanho de suas vidas, torciam por novos seqüestros. A segunda população, em torno de duzentas pessoas, era a dos exilados que continuavam militando ativamente nas organizações armadas. Nela estava boa parte dos veteranos de ações terroristas, os principais combatentes e quadros teóricos, quase todos trocados nos seqüestros. Formavam uma tropa imaginária que desembarcaria no Brasil com experiência, treinamento e recursos suficientes para retomar a ofensiva. Espalhavam-se pelo Chile, Cuba, Argélia e França. O terceiro grupo era o dos combatentes que viviam clandestinamente no Brasil. Nas cidades, mal passavam de cem. (Gaspari, 2002b, p. 337)

Os que continuavam na luta já não o faziam para derrubar o regime nem para implantar a revolução. Lutavam ainda pelos que estavam vivos e prisioneiros, e em memória dos que haviam caído lutando. Solidariedade aos que eram vistos como heróis e mártires. Em 7 de dezembro, um comando da VPR sequestra, no Rio de Janeiro, o embaixador Giovanni Enrico Bucher. Ele avisou que era suíço e pouco valia nas relações internacionais. Desta vez a VPR estava melhor preparada do que no sequestro anterior, mas o governo parecia disposto a ceder menos facilmente. Cinco mensagens espalhadas pelo Rio informavam as condições do resgate. A principal era a libertação de setenta presos. Mas o governo fingia não ter recebido comunicação alguma. Depois, comunicou que não aceitava a libertação de treze prisioneiros por serem culpados de *crime de sangue*. O governo virava o jogo, não aceitava mais incondicionalmente as

exigências. No acerto final, 31 nomes foram substituídos, pois houve quem não quisesse ser resgatado e ir para o exílio. Por fim, em 13 de janeiro de 1971, os presos saíram com destino ao Chile. Estava terminado o mais longo, e último, sequestro feito pela esquerda armada. Entre os sequestradores estava Carlos Lamarca, aliás *Paulista*.

Ao fim de 1970 contavam-se dezesseis mortos pela guerrilha e trinta mortos pelos órgãos de segurança. As denúncias de tortura alcançaram 1206, número recorde até então.

Em janeiro de 1971 o general Humberto de Mello assume a chefia do II Exército com ordem para matar os ditos terroristas. A lógica do regime passava a ser, sem presos, sem sequestros, sem resgates. Desde setembro anterior os Departamentos de Operações Internas (DOI), subordinados ao CIE e ao ministro do Exército, replicando a OBAN paulista, estavam em atividade. Em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, funcionava a *casa da morte*. Em junho, o antigo líder dos marinheiros em 1964, cabo Anselmo, que havia feito treinamento em Cuba, é preso e passa a colaborar com a repressão, ajudando a dismantelar o que ainda restava de algumas organizações, entregando à morte sua própria companheira. Em setembro, depois de longa fuga e perseguição, Carlos Lamarca é assassinado na Bahia. Em outubro, Câmara Ferreira é preso pelo delegado Fleury, também por ação de um infiltrado, um *cachorro*, como eram chamados esses colaboradores. *Toledo* é levado a um local clandestino da repressão, nos arredores de São Paulo. Depois dos primeiros choques e antes que Fleury possa iniciar o interrogatório, o antigo companheiro de Marighella sofre um infarto fulminante e escapa em definitivo dos algozes, frustrando-lhes as expectativas.

O ano terminou com trinta mortos pela repressão (quinze deles dados como desaparecidos). Os guerrilheiros mataram um major do Exército, um industrial, *justicaram*, como se dizia, um companheiro da ALN, além de outras dezoito pessoas.

Em 1972 o que ainda existia de guerrilha urbana continuava sendo destruída. Os grupos, isolados, já não assaltavam bancos, assaltavam supermercados e farmácias para garantir a sobrevivência. Houve até quem dissesse que eles pouco diferiam de criminosos comuns: “quando um pequeno grupo de militantes reduz sua atividade política a assaltos destinados apenas a sustentar-lhes a precária clandestinidade, pouca diferença há entre um revolucionário e um assaltante” (Gaspari, 2002b, p. 393). Este foi também o ano do sesquicentenário da independência, grandiosamente comemorado pelo regime, que conseguiu até, com a ditadura portuguesa, a transferência dos ossos do imperador dom Pedro I e da imperatriz Leopoldina para serem postos num mausoléu do

Monumento do Ipiranga. Isso servirá como motivo para a construção de um dos personagens do romance *Reflexos do baile*, o embaixador português. O balanço do ano indica 58 mortos pela repressão, entre eles dezoito desaparecidos e cinco suicídios, três deles de presos em suas celas.

No ano seguinte, logo em janeiro, num artigo publicado no *Le Monde*, exilados da ALN, VAR, VRP e APMI (as siglas sempre continuaram se multiplicando) reconhecem a derrota da luta armada. Mas os sobreviventes, nas cidades brasileiras, ainda queriam continuar. A ALN foi a última organização a cessar atividade. Além dos assaltos, a guerrilha fez ainda algumas execuções. Já haviam matado, em 1971, Henning Albert Boilesen, norueguês, presidente da Ultragás e diretor da FIESP. Financiador do DOI, chegou a assistir interrogatórios de presos. Houve também justiçamentos de companheiros considerados traidores ou mesmo, apenas, vacilantes, e também assassinatos de delatores. Em março de 1973, um comando da ALN, PCBR e VAR matou, no Rio de Janeiro, um delegado paulista da repressão. Mas a guerrilha urbana estava de fato liquidada. Em 1973, a esquerda armada executou cinco pessoas, mas não há notícia de quantos foram mortos pelos órgãos de segurança.

Restava liquidar o único projeto rural que chegou a ser implementado: a guerrilha preparada pelo PC do B na região do rio Araguaia, sul do Pará, desde 1966. No começo de 1972 estavam na região 63 guerrilheiros, vivendo como a população local, confundidos com eles. Eram os *paulistas*, bem vistos e bem recebidos por todos por sua solicitude e conhecimentos. Nem por sonhos os locais desconfiavam dos seus propósitos. Através da captura de um militante no Ceará e da confissão espontânea de outra em São Paulo os órgãos de segurança souberam do projeto e o Exército encarregou-se de destruí-lo. Na primeira tentativa, em abril, repetiram os mesmos erros da perseguição a Lamarca e seus homens no vale do Ribeira: usaram tropa despreparada, recrutas que não se atreviam a entrar na mata. Como não conseguiam encontrar os guerrilheiros, infernizaram a vida da população local, prendendo, torturando, ameaçando. Conseguiram com isso algo que a esquerda armada urbana não teve nunca: que a população apoiasse a guerrilha. Depois de algumas escaramuças, de terem matado uns poucos combatentes e feito alguns prisioneiros, os militares retiraram-se em julho, declarando-se vitoriosos. Mas havia ainda perto de cinquenta guerrilheiros na mata, e a retirada da tropa também lhes deu uma ilusão de vitória. Em setembro, o Exército voltou, com tropa qualificada e tratando melhor a população. Passaram a dar-lhes assistência médica e a fornecer medicamentos. Pretendiam atrair os moradores

locais, não afugentá-los. Era uma tática de guerra psicossocial semelhante às empregadas no Vietnã e em Angola. Também infiltraram agentes disfarçados na região, espécie de novos *paulistas*. Em novembro, tornaram a retirar. A nova ofensiva, em maio de 1973, contou com oficiais e soldados do CIE. Foi precedida por ataques à direção do PC do B nos centros urbanos, desarticulando o apoio que eles davam aos combatentes. Assim, a guerrilha ficou isolada e cercada. Com os métodos praticados nos DOI, prenderam moradores que sabiam haver colaborado com os guerrilheiros e os obrigaram a falar e a conduzi-los até eles. Passou a ser uma caçada humana. A ordem era para não deixar ninguém vivo. Os que eram mortos na mata tinham a cabeça cortada e transportada para identificação. Os que caíam prisioneiros, depois de interrogados também seriam mortos. No fim do ano a guerrilha estava destruída, mas os guerrilheiros, famintos, doentes, dispersos, continuaram a ser caçados até abril. Nesse mês foi morto *Osvaldão*, e seu corpo, pendurado num helicóptero, foi exibido às populações do Araguaia.

Quando Medici passou o comando do regime a Geisel, em mais uma sucessão presidencial, a esquerda armada tinha sido mais que derrotada, fora quase destruída fisicamente. Escaparam os presos e os exilados. Mas a máquina repressiva ainda estava em pleno funcionamento e precisava de inimigos. Com a derrota eleitoral do regime nas urnas, em 1974, voltou-se contra aqueles que condenaram a luta armada desde o início: os velhos (ou novos) comunistas do partido de Prestes, o velho PCB. Mas isso já ultrapassa o tema da guerrilha no Brasil.

No caleidoscópico *Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei*, Jorge Amado faz pelo menos duas referências a Luandino Vieira. Numa delas, relata episódio biográfico ouvido diretamente do angolano.

(Luanda, 1979 — *o preço pago em sangue*) / No almoço de despedida oferecido pelos escritores de Angola ao confrade brasileiro, no brinde de Luandino Vieira a confidência: / — Paguei com sangue a leitura dos teus livros. / Narra acontecimento de 1954: o colonialismo português, opressão política, a censura a jornais e livros, a luta áspera. Indo para casa, passou na livraria para dar uma olhadela, o livreiro lhe fez sinal que esperasse a partida do freguês. Mostrou-lhe então, com as precauções devidas, a preciosidade rara e cara: os três volumes de *Os subterrâneos da liberdade*, edição brasileira recém-saída, recém-chegada, recebida e vendida por vias travessas, o negociante arrisca-se, para arriscar cobra alto. / Assanhado, Luandino pergunta o preço, consulta os bolsos, conta os caraminguás, nem metade do necessário, onde arranjar o resto? *Não venda, venho buscar*, avisa, parte à procura de quem possa lhe emprestar a quantia avultada para o pobre

subversivo, não será fácil. Vai em agonia, eis que depara em seu caminho com um banco de sangue aberto no hospital. Nem um minuto de vacilação: entra, arregança a manga da camisa, estende o braço, a veia, vende sangue, sangue bastante para completar o pagamento dos volumes dos *Subterrâneos*, volta em marcha forçada à livraria. / Os cristais da fraternidade na voz de mestre Luandino: / — Paguei com meu sangue a leitura de teus livros, meu irmão. (Amado, p. 266-267)

No outro, faz uma referência à temporada que Luandino passou em Cabo Verde.

(*Tarrafal, 1986* — [...]) / Faço questão de conhecer Tarrafal, [...] a negregada fama do presídio de Salazar me persegue há muitos anos. Quero ver o lugar onde penaram Luandino Vieira [...] e tantos outros amigos, lá vamos nós da cidade de Praia a Tarrafal. / Estamos na República de Cabo Verde, não são onze ilhas como ensinam os compêndios, são províncias da lua ancoradas no mar Atlântico, paisagem de vulcão extinto, a terra é negra, não chove nunca, árvores raras. Quando os primeiros navegadores chegaram não existiam habitantes, apenas o oceano, os peixes e o sal, lua minguante, despovoada. / Antes de visitar o presídio desativado, à espera de ser museu, avistamos a praia, poucas serão tão suntuosas. No campo de concentração mostram-nos a cela onde o poeta Agostinho Neto cumpriu sentença: morreu Presidente de Angola. (Amado, p. 548)

Alguém deve ter induzido o escritor baiano a erro: é certo que Agostinho Neto morreu presidente de Angola, é certo que esteve preso em vários lugares, é fato que esteve em Cabo Verde, exercendo a medicina em regime de liberdade vigiada, de onde foi transferido preso para Lisboa, mas não consta que tenha cumprido sentença no Tarrafal. O campo de concentração, criado em 1936 (cf. VVAA, 1978), foi desativado em 1954 e reaberto em 1961, após o início da guerra de independência em Angola, justamente para recolher nacionalistas presos.

Luandino Vieira seguiu para o Tarrafal em julho de 1964, na última viagem do *Kwanza*, navio que transportava colonos desde a década de 1930. Além dele, seguiram António Jacinto e António Cardoso. Ficavam na enfermaria transformada em prisão e tinham direito a meia ou uma hora diária no convés. Luandino levou como bagagem roupas e alguns livros em que estudava quimbundo e italiano. A gramática do quimbundo ficou retida por cerca de um ano. Também levava uma Bíblia e um volume em inglês com a obra completa de Shakespeare. A Bíblia passou, claro, e Shakespeare, como só Luandino sabia inglês, também passou. Ao chegar, ficou chocado com a paisagem seca e árida, a montanha se destacando no meio da planície, as árvores raquíticas, inclinadas todas para o mesmo lado pelo vento constante.

Depois de um período inicial de adaptação, em que os novos presos ficaram isolados, juntaram-se aos oitenta angolanos no alojamento. Em outro, havia cem guineenses. Na rotina da prisão, Luandino ajudava a encher de água os baldes furados

que serviam de chuveiro. Mais tarde foi instalada água corrente e privadas. Também aprendeu noções de marcenaria, aprendeu a fazer cestos. Escrevia todos os dias algumas linhas da correspondência que era permitido enviar a cada quinzena.

Conseguiram autorização para aulas no alojamento: alfabetização, ensino fundamental, até algo mais avançado. Luandino cuidava da instrução primária. Diz ter juntado 24 cadernetas em que reuniu o que chamou *os mais belos erros da língua portuguesa*, acervo que utilizaria em seus escritos futuros. Talvez conhecesse Oswald de Andrade e concordasse com a proposição do modernista brasileiro a respeito da “contribuição milionária de todos os erros” (Andrade, p. 15).

Em 1965, chegou telegrama que lhe pareceu uma charada. Parabenizavam-no pelo prêmio recebido. Ele não sabia do que se tratava, já que o diretor do campo nada deixara passar acerca da premiação de *Luuanda* pela Sociedade Portuguesa de Escritores. Mais tarde, com o escândalo todo que o prêmio causou, as acusações ao autor como terrorista partícipe dos ataques da UPA em 1961, a administração enfim liberou correspondência e recortes de jornais que lhe tinham sido enviados, advertindo-o sobre o tamanho da encenra que provocara. A notícia do prêmio, apesar de tudo, deu-lhe ânimo para continuar escrevendo.

Os anos de 1967 e 1968 foram desanimadores em virtude das notícias que conseguiram chegar, contrabandeadas, até os presos: morte de Che Guevara, morte de Hoji ia Henda, invasão da Tchecoslováquia. Parecia a Luandino que não havia perspectivas, que nunca iam sair daquele lugar. Mas o desânimo e a desesperança eram afastados pelo trabalho. Quando a Fundação Gulbekian enviou vários caixotes com uma biblioteca básica da língua portuguesa, ofereceu-se para organizá-la e tornou-se, depois, o bibliotecário. Algumas das leituras dessa época: *O delfim*, de José Cardoso Pires, *El siglo de las luces*, de Alejo Carpentier, muita documentação histórica sobre Angola, livros de fotografias e descrições das terras portuguesas como Alto Douro e Minho, que ele desconhecia. Outra leitura daqueles anos foi *Grande sertão: veredas*.

Um amigo mandou-me de Lisboa, em 1969, *Grande Sertão: Veredas* e nós lemos na cadeia o *Grande Sertão: Veredas* porque o director começou a ler e não percebeu nada, e achou que ninguém percebia, e disse: “Bom, isso pode entrar”. Recordo-me que isso foi uma experiência muito interessante, que alguns angolanos com muito pouca formação literária leram, não só gostaram como compreenderam a quase totalidade da própria linguagem, ao ponto de alguns repetirem frases que tinham decorado, como “Soletrei ano e meio meante cartilha e palmatória” quando o narrador descreve a sua educação em criança. (Laban, 1980, p. 35)

Quando a biblioteca tornou-se também capela e um padre passou a vir regularmente, Luandino ofereceu-se para ajudar a missa, pois já fizera isso quando criança, na missão de São Paulo, levado por sua mãe.

Embora sejam pavorosos os testemunhos de maus tratos e violência, além das más condições dos presos na primeira temporada do Tarrafal (1936-1954), em que se usava o chamado campo da morte lenta para isolar presos políticos, a maior parte dele comunistas — lá morreu, em 1942, com quarenta anos, Bento António Gonçalves, secretário-geral do PCP —, e retirá-los do continente, Luandino afirma não ter sofrido, nem visto sofrer a outros, castigos físicos, espancamentos. Lembra-se que havia, muitas vezes, uma certa tensão no relacionamento entre os presos. Do ponto de vista da saúde física o que mais os afligia era a doença hemorroidal, a saúde psicológica era afetada por depressões e paranoias. A alimentação era pouco variada. Durante uma temporada de nove meses ininterruptos, comeram atum todos os dias. Atum fresco, pescado ali mesmo, servido com arroz ou com mandioca, ao almoço e ao jantar. Depois houve autorização para que os presos criassem galinhas e fizessem uma horta. Luandino trabalhou nas duas atividades. Para o desjejum havia pão e café com leite. A sopa era aguada. Fruta era comprada pelos próprios presos aos habitantes da ilha, que as vinham oferecer na entrada do campo.

Foi *nha* Ana, uma dessas vendedoras de fruta, a princípio, de meio litro de leite, depois, diariamente, por oito anos, quem o ajudou a contrabandear para fora da prisão todos os manuscritos que nela escreveu e os guardou para ele. Iam camuflados entre folhas de papelão no fundo de um balaio de milho com que ele acostumara-se a presentear a cabo-verdiana em datas festivas. Assim saíram os manuscritos de *Nós, os do Makulusu*; *João Vêncio: os seus amores*; *Velhas estórias*; *No antigamente, na vida*, entre outros.

A paciência de Luandino chegou a ser taxada de sobrenatural por um cozinheiro do campo. Espantado com o extraordinário feito dele ter conseguido amansar um pardal a ponto deste vir comer-lhe na mão, chamava-lhe *bruxo*. Estava a entalhar passarinhos de madeira quando recebeu a notícia de que ia deixar o campo, ia para Lisboa em liberdade condicional. Saiu de lá em julho de 1972.

Na capital portuguesa tinha de se apresentar à PIDE todos os meses, assinar presença. Os agentes telefonavam para saber se ainda estava no mesmo endereço. Não podia se deslocar nem para os arredores da cidade sem aviso prévio e concessão de licença. Em 1973, uma editora pediu-lhe a tradução de *A clockwork orange*, de Anthony

Burgess. Era para ser só um trabalho, mas Luandino estourou todos os prazos, apaixonando-se pelo desafio linguístico que a encomenda mostrara ser. Enfim acabou por ser publicada *A laranja mecânica*, em tradução de Luandino Vieira. Depois continuou no ramo, trabalhando em editora, mas cuidando da produção — papéis, capas, contato com as gráficas. Era o que fazia quando o Movimento das Forças Armadas derrubou a ditadura e Portugal entrou em ebulição. Ainda passaria o resto do ano ali. Só voltou a Luanda em janeiro de 1975, mais de dez anos depois da partida para o exílio.

O governo provisório que ascendeu ao poder com a Revolução dos Cravos era chefiado pelo general António de Spínola. Mas o projeto político de Spínola e o dos capitães do Movimento das Forças Armadas eram muito distintos, incompatíveis até. Spínola não se definia sobre a descolonização, ainda esperava levar adiante o exposto em *Portugal e o futuro*: criar uma comunidade mantida sob comando de Lisboa, ou, no mínimo, retardar ao máximo o ritmo da autonomia. Os nacionalistas queriam a independência completa. E, como Spínola logo viria a saber, os capitães de abril estavam de acordo com eles.

As crises que levaram Portugal decisivamente para a esquerda também deram um impulso inexorável à independência da África portuguesa. [...] Nenhum dos envolvidos jamais duvidou [...] que a forma e o conteúdo do futuro político de Portugal e a obtenção da independência das colônias africanas estavam intimamente ligados. [...] / [...] O MFA na África já estava agindo com alto grau de autonomia, possuindo em cada colônia uma organização distinta, vinculada apenas informalmente às demais [...]. Essas disposições prefiguravam a independência e proporcionavam grande flexibilidade nos acordos locais com a guerrilha. (Maxwell, p. 117-118)

Até que Spínola fosse obrigado a admitir a independência completa como objetivo das negociações, houve um recrudescimento de combates contra as tropas portuguesas. Os movimentos nacionalistas em Angola queriam marcar posição, ganhar força no embate político que logo seria travado. Eles “sabiam que o verdadeiro poder em Portugal estava com os líderes do MFA e que uma aliança tácita contra Spínola poderia ser feita” (Maxwell, p. 125).

O primeiro dos movimentos de libertação a assinar um acordo de cessar fogo com os portugueses foi a UNITA, no dia 14 de junho, com Spínola ainda hesitante em aceitar a independência. A pressa de Jonas Savimbi no acordo devia-se ao medo de seu grupo não ser credenciado para as negociações, por pequeno e pouco expressivo. Reunia, no máximo, quatrocentos combatentes. A assinatura foi facilitada pelas boas relações que ele tinha desde antes com os portugueses. Foram depois acusados, pelos

outros movimentos, de inviabilizar uma tomada de posição conjunta das forças nacionalistas.

Em julho, apesar de Spínola permanecer como presidente, quem de fato assume e exerce o poder é o Movimento das Forças Armadas, que adota um posicionamento francamente de esquerda.

Os meses de agosto e setembro são muito difíceis para Agostinho Neto e a direção do MPLA. Pressões internacionais da União Soviética, da Tanzânia, da Zâmbia, até do Congo-Brazzaville, que agora chama-se Zaire, insistem na recuperação da unidade do MPLA. Num congresso em Lusaka, reúnem-se as três frações. O grupo dos delegados de Neto (165) anuncia a criação das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) reunindo forças da Frente Norte com as da 1ª RM. Um grupo de militares já devidamente fardados apresenta-se em Lusaka e causa impressão. Nito Alves, combatente da 1ª RM que lutara isolado por treze anos, também está no congresso, apoiando Neto. A Revolta do Leste, com Daniel Chipenda apoiado pelos dirigentes zambianos, tinha o mesmo número de delegados (165) que Neto. A Revolta Ativa tinha setenta delegados. Esvaziado pelos partidários de Neto e pela Revolta Ativa, o congresso se desfaz. Chipenda chega a ser eleito, pelos seus partidários, presidente do MPLA, mas tal decisão carecia de reconhecimento. No começo de setembro, a Zâmbia pressiona outra vez o MPLA por novo acordo: Neto permaneceria na presidência, mas aceitaria dois vice-presidentes: Chipenda e o líder da Revolta Ativa. Esse acordo artificial também não pega, Chipenda aproxima-se da FNLA e perde qualquer apoio que a União Soviética alguma vez tenha pensado em lhe dar.

Neto e a direção do MPLA convocam, ainda em setembro, uma Conferência Inter-regional dos Militantes a ocorrer no interior de Angola, em Lundoje, no Moxico. A circulação dentro do território já é mais ou menos livre. Durante essa conferência, militares portugueses entram em contato com o MPLA por rádio e querem falar com Agostinho Neto para negociar o fim das hostilidades. Com ele, a quem consideram, não importa quantas frações existam dentro do movimento, o único líder. O prestígio internacional, a convivência com a esquerda portuguesa desde os tempos de estudante, a dimensão quase mítica de ser o único dos líderes fundadores (Amílcar Cabral, da Guiné, Eduardo Mondlane, de Moçambique, haviam sido assassinados) sobrevivente, nada

disso podia ser superado por Chipenda ou pela Revolta Ativa. A oposição a Neto dissolvia-se por conta da atitude dos militares portugueses.²⁵

No dia 12 de outubro a FNLA assinava o cessar fogo. Nove dias depois, dia 21, é a vez do MPLA. Cessam as hostilidades entre os movimentos de libertação e as tropas metropolitanas. Esta é a data que marca o fim da guerra colonial em Angola. Mas os trabalhos, para o MPLA, mal começaram. Era preciso, agora, negociar a independência. Um acordo foi firmado entre Portugal e os três movimentos, no Algarve, em janeiro de 1975. Luandino Vieira diz, na entrevista a Laban, que ajudou nos preparativos, pouco antes de regressar a Luanda.

O acordo, que ficou conhecido como Acordo de Alvor, marcou para 11 de novembro de 1975 a data da independência de Angola. Durante o período de transição, o país seria administrado por um governo de coalizão composto dos três grupos nacionalistas e dos portugueses. O governo transitório seria chefiado por um colegiado presidencial composto de um representante de cada um dos três movimentos. O alto comissário de Lisboa controlaria a defesa e a segurança e “arbitraria diferenças”. Cada movimento e os portugueses teriam três postos no gabinete. Seria formado um exército nacional, para o qual cada movimento contribuiria com 8 mil homens, enquanto os portugueses manteriam uma força de 24 mil homens no país até a independência. As tropas portuguesas seriam retiradas em fevereiro de 1976. Haveria eleições para uma Assembléia Constituinte antes da independência. Os três movimentos concordaram em manter inalteradas, nesse meio-tempo, suas posições militares de janeiro de 1975. / O acordo foi um grande feito, e o principal responsável por essa realização foi o MFA, então no auge de seu poder e prestígio. Agostinho Neto prestou um discreto tributo ao Movimento das Forças Armadas no fim do encontro de Alvor, na

²⁵ A oposição a Agostinho Neto foi abafada, mas não desapareceu. Levaria a uma explosão de violência na sexta-feira, 27 de maio de 1977, quando se confrontaram forças do regime e uma oposição de esquerda dentro do MPLA, comandada por Nito Alves, que chegara a membro do Comitê Central. Em 1977, acusado de conspirar com a URSS contra a direção, foi afastado do CC e ameaçado de cárcere. Os partidários de Nito Alves, chamados *fracionistas* pelos da situação, na manhã de 27 de maio fazem um assalto à cadeia de São Paulo para libertar presos, tomam a Rádio Nacional e convocam grande manifestação, atacam um quartel. Mas os rebeldes são contidos pelas forças cubanas, que teriam recebido ordens de Fidel Castro para defender a qualquer custo o governo de Agostinho Neto. Depois dos ditos *fracionistas* terem sido acusados de assassinar e queimar os corpos de alguns membros do Comitê Central, desencadeou-se terrível onda de repressão por parte da DISA (Departamento de Informação e Segurança de Angola), a polícia política do regime, com licença para dispensar julgamentos. Milhares de angolanos teriam sido mortos, sem que se tenha conseguido apurar até hoje o número exato. Fala-se em algo como trinta mil. Há poucos estudos sobre o assunto, as autoridades angolanas preferem ignorar o tema, repetindo sempre a versão da tentativa de golpe de estado dirigida por Nito Alves e nada declarando sobre a repressão que se seguiu. Um dos mais conhecidos trabalhos sobre o tema é *Purga em Angola: o 27 de maio de 1977*, dos historiadores portugueses Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus. Há ainda *Nuvem negra: o drama do 27 de maio de 1977*, de Miguel Francisco “Michel”, testemunho de um militar angolano que passou três anos preso, acusado de participação na alegada tentativa de golpe. Recentemente foi publicado *Em nome do povo: o massacre que Angola silenciou*, da jornalista inglesa Lara Pawson. Na dissertação de mestrado *As marcas da violência: uma leitura de Estação das Chuvas, de José Eduardo Agualusa, e Maio mês de Maria, de Boaventura Cardoso*, o angolano Osvaldo Sebastião da Silva analisa duas obras que dialogam ficcionalmente com aquele acontecimento. Em outra dissertação de mestrado, *Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola*, Inácio Luiz Guimarães Marques aborda o tema pelo viés da História Social.

época pouco notado, mas de grande significância em suas implicações: chamou o MFA de “O Quarto Movimento de Libertação”. (Maxwell, p. 147-148)

Agostinho Neto voltou a Angola, a Luanda, no dia 4 de fevereiro de 1975. Foi recebido por uma grande multidão e aclamado. Embora os outros movimentos também estivessem presentes na cidade, a maioria dos seus habitantes era favorável ao MPLA. Mas o ano mal começara, a tensão entre os diferentes nacionalistas só aumentava. Também os colonos portugueses, pelo menos uma parte deles, estavam enfurecidos. Surgiam conflitos, enfrentamentos, em vários lugares. O Acordo de Alvor como havia sido concebido ficaria no papel, não seria posto em prática.

A instalação dos movimentos de libertação em Angola marcou também a intensificação das articulações internacionais. A União Soviética, os Estados Unidos, a China, a África do Sul e Cuba, entre outros países, passariam a se envolver cada vez mais directamente no problema angolano. [...] as alianças estabelecidas acabaram por aprofundar a internacionalização do conflito, e mesmo a independência, proclamada em 1975 pelo MPLA, não foi capaz de fazer cessar esse processo. Angola se transforma em importante peça da Guerra Fria e também do confronto regional com a África do Sul. (Bittencourt, 2008b, p. 260)

Em novembro de 1975, às vésperas da data marcada para a independência, que deveria ser proclamada pelos três movimentos, só o MPLA estava em Luanda. A FNLA vinha do norte, com uma coluna militar apoiada pelo Zaire e pelos EUA, para atacar a cidade. A UNITA vinha do sul, com seus aliados sul-africanos, também para atacar a cidade e expulsar aqueles que eram tidos por comunistas. O MPLA tinha apoio de soldados cubanos, que Fidel Castro enviara por uma ponte aérea para Luanda, com armamentos soviéticos.

Ryszard Kapuscinski, o jornalista polonês que dedicou boa parte de sua vida à África, estava em Angola nesse ano e descreveu dois singulares flagrantes da situação da cidade e que, acreditamos, podem nos dar uma viva ideia do ambiente e daquele momento histórico. O primeiro flagrante alude à visita a uma livraria.

Visitar uma livraria no Largo de Portugal deixa uma triste impressão. Está deserta. Uma camada cinzenta de pó instalou-se no velho balcão. Nem um só cliente. Quem é que quer ler livros agora? Há muito tempo que os soldados compraram as últimas revistas pornográficas e as levaram para a frente de combate. O que sobra — pilhas de obras-primas misturadas com material de leitura de segunda — não interessa a ninguém. Os escritores podem tirar daqui uma importante lição sobre a modéstia. Clássicos intemporais e romances de cordel são igualmente pouco atraentes para os refugiados por uma simples razão: o papel é pesado. (Kapuscinski, p. 39)

No outro flagrante, o jornalista saiu para verificar o que havia para fazer “na nossa cidade abandonada” e ameaçada por duas forças inimigas (Kapuscinski, p. 125) e viu uma cena digna do sonho mais libertário e libertino.

No entanto, isto não é tudo — também se pode ir ao cinema! É verdade, porque ainda temos um cineteatro, apenas um, é certo, mas é panorâmico e ao ar livre e, ainda por cima, grátis. O cineteatro fica na zona norte da cidade, perto da frente de combate. O proprietário fugiu para Lisboa, mas o projeccionista ficou, assim como uma cópia do famoso filme pornográfico *Emmanuelle*. O projeccionista mostra-o em sessões contínuas, umas atrás das outras, grátis para todos, e há sempre multidões de miúdos e de soldados que chegam da frente, a lotação está sempre esgotada, há atropelos e alvoroço e uma boa disposição indescritíveis. Para realçar o efeito, o projeccionista interrompe a projecção nos momentos mais escaldantes. A rapariga está nua — interrupção. Ele possui-a no avião — interrupção. Ela possui-a na margem do rio — interrupção. O velhote possui-a — interrupção. O pugilista possui-a — interrupção. Se ele a possui numa posição absurda — risos e bravos da audiência. Se a possui numa posição de exagerada sofisticação, a audiência fica calada e analisa as imagens. Há tanta boa disposição e algazarra, que se torna difícil ouvir o eco pesado e distante da artilharia na frente vizinha. E, claro, não há maneira — não por causa de *Emmanuelle*, mas devido à grande distância — de ouvir o rugido dos motores da coluna blindada que se desloca ao longo da estrada. (Kapuscinski, p. 125-126)

Às vésperas, evocadas nesses dois flagrantes, e no próprio dia da independência de Angola, um brasileiro, na condição de representante diplomático, terá um papel singular quando acontecer o surgimento oficial do novo país.

Desde antes da indicação do general Geisel para substituir o general Medici na presidência da república brasileira, o ministério das Relações Exteriores andava empenhado em se afastar do apoio à política colonial portuguesa e começar um novo relacionamento político com os países africanos. Desaconselhara uma aliança da Petrobrás com o governo português para exploração de petróleo em Cabinda, e também a venda do veículo blindado *Urutu*, que fatalmente seria usado contra os nacionalistas.

Em 1973, num encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros português, a diplomacia brasileira propõe intermediar negociações entre Portugal e alguns países africanos (Costa do Marfim, Senegal, Quênia, Zaire, Nigéria) para uma conferência sobre a guerra colonial. Ameaça deixar de votar a favor da política portuguesa na ONU. Portugal concorda em participar do encontro, mas quando o governo brasileiro sugere incluir os movimentos guerrilheiros entre os países africanos envolvidos, Portugal discorda e abandona os preparativos. No fim do ano, após duas abstenções brasileiras em votações contrárias a Portugal, Marcelo Caetano dá uma entrevista a *O Globo*, no Rio de Janeiro, sugerindo mediar um acordo entre a ditadura brasileira e sua oposição armada (cf. Bittencourt, 2008b, p. 224-225). Encerram-se por aí as negociações.

Com a Revolução dos Cravos, e a instabilidade política em Portugal e nos seus territórios africanos, o governo Geisel, como os países líderes ocidentais, ficou meio desorientado. Mas tanto Ocidente quanto Oriente sabiam o que estava em jogo:

[...] todos os cavaleiros da Guerra Fria meteram-se na rivalidade das três facções angolanas. A União Soviética armou o MPLA com milhares de fuzis AK-47. Americanos e chineses ampararam a FNLA. Washington triplicara sua mesada, elevando-a para 300 mil dólares anuais. Pequim mandara-lhe 450 toneladas de armas e 120 instrutores militares, comandados por um general. Até maio de 1975 a Unita não teve patrocinador ostensivo. Vivia de subvenções secretas do governo português. (Gaspari, 2004, p. 139)

Mais tarde o movimento de Jonas Savimbi ganharia apoio em homens, armas, blindados e helicópteros da África do Sul, além de ex-oficiais portugueses em busca de revanche. Só havia dois lados: o MPLA em um e, no outro, todos contra ele. Em julho o MPLA expulsou a FNLA da cidade. Logo começaria a receber ajuda internacionalista de Cuba.

O brasileiro que teve papel singular no ato de independência de Angola, o cônsul-geral Ovídio de Melo, chegou a Luanda em março, vindo de Londres. “Faltava comida, o porto estava semiparalisado, e o comércio quase inativo. Perto de 300 mil brancos fugiram do país, desestruturando a economia e a máquina do Estado. O consulado brasileiro expedia 5 mil vistos por mês” (Gaspari, 2004, p. 140). A situação ia se deteriorando mais e mais ao longo dos meses. O chefe de Ovídio de Melo no Itamaraty foi a Luanda no final de agosto, com intenção de fechar o consulado. Ovídio insistiu em que era preciso ficar. Seu posicionamento ideológico era de esquerda, mas o Itamaraty pouco se importava com o que pensavam seus servidores desde que eles não servissem em representações importantes de países do chamado *primeiro mundo*.

Ovídio convencera-se de que a FNLA era uma maquinação americana e a Unita, um condomínio de sul-africanos com portugueses salazaristas. Defendera o reconhecimento do MPLA, cujo predomínio testemunhava. Era isso ou “tirar o time de campo”, em memorável vexame. Advertia que faltava espaço para astúcias. Em Moçambique tentara-se manter o consulado aberto, sem formalizar o reconhecimento do novo governo, e o resultado fora a expulsão do encarregado de negócios. (Gaspari, 2004, p. 142-143)

O cônsul-geral conseguiu de seus superiores a concordância para manter em funcionamento a representação diplomática. A cidade ia cada vez mais adquirindo o aspecto flagrado nas narrativas do jornalista polonês, ameaçada pelos inimigos e à espera da independência.

Dez quilos mais magro, Ovídio de Melo continuou em Luanda. Não tinha comida nem cigarros. A Varig acabara de fechar seu escritório na cidade, deixando-o sem notícias do Brasil. Ele se informava ouvindo a BBC. [...] Estava pronto para sair de Luanda. Já queimara os arquivos do consulado. No

dia 9 de novembro, recebeu um telegrama do Itamaraty autorizando-o a apresentar-se ao novo governo, no primeiro minuto do dia 11. Alguém poderia chegar junto, ninguém antes. / A República Popular de Angola foi proclamada numa praça, e Agostinho Neto empossou-se na sua presidência. Ovídio de Melo era um dos poucos chefes de missão estrangeira em Luanda. Os diplomatas acreditados junto ao regime colonial haviam partido, e o avião que decolara de Lisboa no início da tarde, trazendo as delegações de países socialistas, regressara por falta de condições de pouso. [...] / O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a nova república antes mesmo do bloco socialista. Nenhuma grande nação ocidental, nem sequer africana, acompanhou o gesto. (Gaspari, 2004, p. 148)

Como o governo brasileiro, que se empenhara tão decididamente em exterminar os opositores, treinados e vindos de Cuba, que o desafiaram, veio a tomar atitude tão inesperada ante seus aliados ocidentais, associando-se, ainda que indiretamente, à política internacionalista de Fidel Castro? Ovídio de Melo teve parte fundamental nisso.

A decisão de reconhecer o governo de Agostinho Neto fora tomada por Geisel no dia 6. [...] / Geisel aceitara o argumento do Itamaraty de que, havendo um cônsul-geral em Luanda, não reconhecer a nova república seria um ato de hostilidade. Tratava-se, na essência, de capitalizar ou não a política que se concebera para a África. Se o cônsul tivesse partido uma semana antes da proclamação da República Popular, o Brasil teria se comportado como as demais nações ocidentais. Ficando em Luanda, assumia uma posição de independência, sobretudo em relação aos Estados Unidos. Sair depois de ter ficado seria acovardar-se ou, na melhor das hipóteses, admitir um erro. (Gaspari, 2004, p. 148-149)

O que parecera, logo em seguida, um erro da diplomacia e do governo brasileiro, o reconhecimento de um regime que não tinha nenhuma condição de se firmar, atacado pela maior potência ocidental e pela mais rica nação africana, revelou-se um inesperado acerto. Gaspari afirma que “Geisel sempre teve orgulho do que seu governo fez em Angola” (2004, p. 156). O governo da nova nação, com suas tropas e seus aliados cubanos, fez recuar os dois inimigos. “O MPLA manteve-se no poder. A Organização da Unidade Africana reconheceu o governo de Agostinho Neto em fevereiro de 1976.” (Gaspari, 2004, p. 155) O esforço internacionalista em Angola não se limitava aos cubanos.

Lá trabalhavam, como humildes colaboradores do novo governo, Chizuo Osava, o *Mário Japa*, que provocara o seqüestro do cônsul japonês em São Paulo, em 1970, e sua mulher, Maria do Carmo Brito, a *Lia* da VPR, amiga e colaboradora próxima de Carlos Lamarca. (Gaspari, 2004, p. 155-156)

Também colaboravam com o governo de Angola, mas em alto nível, os escritores e lutadores pela independência Luandino Vieira e Pepetela. Muito tempo tinha se passado e muita coisa havia acontecido desde as primeiras tomadas de

consciência sobre a situação colonial e aquele momento que fechava um tempo e começava outro.

Luandino, embora tenha participado da criação da União dos Escritores Angolanos, em dezembro de 1975, e tido publicada quase toda obra escrita enquanto esteve preso, deixaria as atividades de criação literária por um longo período, mais de duas décadas, envolvido em suas responsabilidades como dirigente do MPLA. Já não escrevia desde 1972, quando deixara o Tarrafal. Além de secretário-geral da UEA por dois mandatos, também foi presidente da Rádio e Televisão Popular de Angola, diretor do Departamento de Orientação Revolucionária e do Instituto Angolano de Cinema.

Em entrevista dada em junho de 1978 a Michel Laban, fala sobre os tempos posteriores à independência e seu cada vez maior envolvimento com as atividades políticas, que não lhe deixavam tempo ou espaço para escrever. Lembrou os problemas surgidos no pós-independência.

[...] a independência tinha que trazer problemas. A independência foi a resolução de uma série de problemas, mas simultaneamente foi recolocá-los diante de nós. [...] Uma revolução é um facto que apaixona de uma maneira colectiva. Individualmente, é preciso realmente ter a paixão actuando: em 75-76, até à expulsão dos sul-africanos, realmente... Agora quando já é a paixão a partir de nós próprios, só se for assim muito narcisista do ponto de vista social. A atitude realista impede-nos de nos apaixonar. (Laban, 1980, p. 72)

Quando fala na “paixão a partir de nós próprios”, não mais diante de inimigos externos, talvez esteja aludindo aos acontecimentos de maio de 1977. Luandino falou sobre isso, sobre sua participação pessoal naquele dia.

Havia uma parte de mim próprio que, no dia 27 de Maio, realmente estava a analisar tudo: telefonei, depois chamei o técnico, estudei a questão do emissor, e aquilo era tiroteio por todo o lado, metralhadoras, com aquela calma de quem sabe: vai ou racha, a gente morre ou sobrevive. Deve haver uma maneira de meter um emissor em cima deles e acabar com a emissão. Telefonei para o Comité: “Nós temos aqui 25 AK e não temos carregadores, mandem os tipos da O. D. P.” É outro tipo de envolvimento. Quem teve de andar por baixo dos carros e fugir... isso é um envolvimento do coração... (Laban, 1980, p. 77)

Logo depois daqueles acontecimentos, houve mais uma tentativa de retomar a tarefa literária. Mas as tarefas e as responsabilidades políticas não lhe deram essa oportunidade.

Em 1977, em Agosto, estive quase perto da reforma. Da reforma, isto é: de voltar a ser escritor. Depois do “golpe”, das transformações que o “golpe” obrigou e das próprias transformações que consegui introduzir na televisão, estava quase, quase, a chegar ao nível de realizador de programas, eu que tinha sido presidente do Conselho de Administração. Mas não. Quando

estava nessa situação, já praticamente fora dos problemas da informação, dos grandes problemas, do nível das grandes direcções, foi quando o Camarada Presidente me chamou para ir para o Departamento de Orientação Revolucionária. Porque houve uma crise e acharam que eu era o único, naquela altura, que... Agora, pior: antes tinha a televisão. Agora tenho seis empresas, seis unidades económicas mais o Departamento do Partido: a ANGOP, o Laboratório Nacional de Cinema, a televisão, a rádio, o jornal e as edições Novembro. Isto é um ministério, e dos mais complicados. E assim é muito difícil encontrar espaço físico. (Laban, 1980, p. 76)

Em 1992, depois do fim da República Popular de Angola, transformada em República de Angola apenas, do fim do monopartidarismo e das primeiras eleições desde a independência, em que houve grande esperança de alcançar a paz, mudou-se para Portugal, a pedido de sua mãe. O fim da guerra civil em Angola só viria em 2002, com a morte de Jonas Savimbi e a rendição final da UNITA. Mas Luandino continuou a viver em Portugal, lá vive até hoje, isolado numa pequena casa na propriedade rural de um amigo, no Minho. Afirmo que desde então voltou a escrever, e de fato publicou, como sabemos, em 2006 e 2009, obras inéditas, *O livro dos rios* e *O livro dos guerrilheiros*.

Pepetela foi nomeado vice-ministro da Educação, e ficaria no governo até 1982. Sobre os acontecimentos de maio de 1977, não gosta muito de falar, repete que cabe ao MPLA esclarecer o que ainda está obscuro. Mas falou um pouco sobre isso numa entrevista a Rita Silva Freire, publicada em dezembro de 2011 na angolana *Revista Caju* e reproduzida no sítio *Buala*.

Depois integra o primeiro Governo de Agostinho Neto. É aí que vai viver o episódio mais polémico da sua vida. / Passo a vida a falar nisso... / Foi acusado de estar envolvido no 27 de Maio, na ‘Comissão das Lágrimas’. / Isso nunca existiu. / E de ser um dos inquisidores que torturaram os envolvidos no suposto golpe. / Sobre isso já respondi. A minha participação foi apenas de informação. Há uns que acreditam, outros que não acreditam. O problema é deles. Eu não falo muito sobre isso, não quero falar, não gosto de falar. Porque quem sabe a verdade, quem sabe de tudo o que se passou, é o MPLA. É [o MPLA] quem tem que pôr isso no papel. Tudo o resto, tudo o que se escreve ou que se diz, é especulação. É ver só de um lado ou ver só do outro lado. Quem pode juntar o material suficiente e explicar [o que aconteceu] é o MPLA. / Guardou silêncio muito tempo mas há uns anos afirmou nunca ter participado na repressão. E que devia ser o MPLA a defender o nome dos que o serviram. / Acho que é o MPLA que tem que esclarecer. Eu só posso contar a partir de certos episódios. É a árvore, não é a floresta. / Mas por que não fala? Acha que não é o seu papel? / Não, não é. Há muita coisa que eu não conheço. Vim a saber há pouco tempo que havia várias comissões, por exemplo. As pessoas do outro lado, que sofreram a repressão que existiu, confundem tudo numa mesma comissão. / Trabalhava na área da comunicação. Diz que fazia parte do seu trabalho ver depoimentos para serem vinculados pelos órgãos de comunicação? / Sim, para serem publicados. / Não sabia o que estava a acontecer nas outras salas? / Nem era naquele local. Não se sabia... Havia zunzuns, havia muitos presos, era o que se sabia. Pensava que ia haver um julgamento, como tinha

havido para os mercenários. Afinal não houve julgamento nenhum. / **Lamenta esse período? Acha que devia ter sabido mais?** / Sim. Toda a gente devia ter sabido mais. E parado imediatamente os abusos que houve. / **Foi por isso que abandonou o Governo para se dedicar à escrita e ao ensino?** / Não. Esse foi um dos pontos que me entristeceu. Mas, fundamentalmente, queria escrever. / **Quando pediu a demissão?** / Em 1978 ou 1979. Quando [Agostinho] Neto ainda era vivo, falei com ele, disse-lhe que queria ser escritor, que tinha que sair das funções oficiais para me dedicar a outra coisa, para viver outra coisa e para escrever. Disse-me para esperar, que ainda era cedo, não estava nada consolidado. Depois morreu. E eu não ia chegar logo ao novo Presidente e dizer que queria sair. Agüentei um ano. Depois escrevi-lhe. E ainda demorou cerca de um ano até me libertarem. (Freire, 2011)

Passou a dedicar grande parte do seu tempo à literatura, publicando muitas obras de ficção que recriavam e discutiam criticamente a nova realidade angolana. A primeira obra que publicou após deixar o governo foi o romance *Yaka*, e sua primeira edição foi brasileira, pela editora Ática, em 1984, com um prefácio de Antônio Callado.²⁶ Também passou a dar aulas de Sociologia na Universidade Agostinho Neto, em Luanda. Ganhou o Prêmio Camões em 1997, o primeiro escritor angolano a ter esse reconhecimento.

Luandino foi escolhido em 2006 para receber o mesmo prêmio, oferecido pelos governos português e brasileiro, mas recusou, alegando razões de foro íntimo. Aceitou, no entanto, em 2008, o Prêmio Nacional de Cultura e Artes, patrocinado pelo governo angolano.

Antônio Callado ainda teve, em 1978, mais um episódio de contato desagradável com a ditadura militar. Convidado a participar como jurado do *Prémio Casa de las Américas*, evento promovido pelo governo cubano e de grande prestígio entre os intelectuais latino-americanos, ao voltar, foi retido no aeroporto do Galeão. Ele vinha,

²⁶ Sobre seu relacionamento com Antônio Callado, Pepetela falou em entrevista a alunos do Programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa em novembro de 2010, publicada na *Revista Crioula* nº 13: “Meu encontro com Antônio Calado foi na Argélia. A mulher, ainda está viva, de Miguel Arraes, do doutor Miguel Arraes, estava na Argélia. Eles estavam refugiados lá, e ela me ofereceu o *Quarup*. Bom, uma confiança. Foi a primeira prenda que dei a minha mulher. Encontrei *Quarup* em plena guerra de Benguela, Lobito, mas foi numa livraria de Lobito, encontrei *Quarup* e comprei [...]... E lembro da dedicatória dizer cuidado, quer dizer, um revolucionário não é só uma pessoa dura. É, portanto o meu primeiro contato com a obra de Antônio Calado foi *Quarup* que me fascinou. Foi o único que eu li nesse período. Só depois, muito depois da independência consegui ter acesso a outros livros dele e fui lendo, depois o conheci pessoalmente. Estivemos juntos na Alemanha, num encontro de escritores na Alemanha, em que também estava o João Ubaldo Ribeiro, e nos tornamos amigos. Muitas vezes depois nos encontramos e, no Rio, ia sempre visitá-lo. Em um momento dado a editora quis que alguém fizesse o prefácio. Pensaram em Jorge Amado, não sei se chegaram a contatar. Aí lembraram que éramos amigos e convidaram Antônio Calado. O Antônio Calado resolveu escrever o prefácio de *Yaka*. E coisa curiosa é que depois foi publicado em Portugal, mais tarde, e mantiveram o prefácio. Só depois, em edições posteriores é que tiraram o prefácio, que não fazia muito sentido para Portugal, claro. Mas portanto, eu tinha uma grande admiração pela obra dele e a conheço. E acho que começa a ser esquecido. / [...] / Ainda, há pouco tempo, estive com a mulher dele, com a viúva, e ela disse ‘É, estão a esquecê-lo’. Eu disse pois é escusado. Ser morto não é muito bom não. Não é um bom estado para uma pessoa.” (Alunos do Programa, p. 6-7)

depois da temporada em Cuba, de Nova Iorque, com a mulher, Ana Arruda, e uma menina de quatro anos, Kadi, que deveriam entregar ao pai no Rio de Janeiro. Também foram retidos, pelo mesmo motivo, Chico Buarque e Marieta Severo, que vinham em outro voo. Callado conta como foi essa chegada.

Acompanhados de um policial, fomos, os três, isolados numa sala do Galeão, feito VIPs, ou feito portadores de moléstia contagiosa. Ali esperamos eu e Kadi, até que, depois de examinada pela Alfândega, presente apenas Ana à operação, chegasse nossa bagagem também à saleta onde nos achávamos e ali a revistassem como se fôssemos contrabandistas: a roupa limpa era desdobrada, o bolso, nas minhas camisas sujas, era examinado, todo pacote era aberto, cada luva era virada pelo avesso, cada cápsula de metal de cada charuto era desatarraxada, aberta, para que o tubo de metal fosse olhado por dentro, como se o Havana fosse um microscópio. Quando estudavam, também peça por peça, as roupinhas e brinquedos da sacola de Kadi, senti por um instante um frio, um suor frio, de medo. As bonecas da menina começaram a ser reviradas e perscrutadas, na frente de Kadi, com tamanha atenção que pensei que fossem destripá-las, em busca sei lá de quê. (A observação de Kadi, segundo me contou seu pai depois, é que os homens tinham brincado com as bonecas dela.) / [...] E a maior ofensa que sofri, sem dúvida, consistiu no minucioso exame a que submeteram roupas, brinquedos, e até a lancheira que Kadi carregava na mão. A Polícia achava que eu, se estivesse trazendo não sei que sinistra mensagem ou microfilme, ia escondê-la no ursinho ou na boneca de uma criança que, como eles já então sabiam, me fora confiada pela mãe para entrega ao pai? (Callado, 1978, p.49-51)

A esquerda armada há muito havia sido posta fora de combate, mas a máquina repressiva precisava continuar em busca de inimigos, para garantir sua própria existência e subsistência.²⁷ Talvez achassem que era preciso lembrar aos permanentes inimigos do regime que a ditadura não tinha acabado, que o AI-5 ainda estava em plena vigência. Só seria anulado no fim daquele ano de 1978, juntamente com uma anistia parcial aos presos políticos que garantiu também a não punição dos agentes da ditadura. Mas seria preciso esperar todo o mandato do general Figueiredo para que o país de fato, alcançasse a restauração das liberdades políticas, públicas, civis.

Antônio Callado morreu em janeiro de 1997, com oitenta anos, e até pouco antes ainda escrevia crônicas semanais para a *Folha de S. Paulo*. O mundo em que ele morreu

²⁷ Os organismos de repressão e seus agentes (a quem Gaspari chama “tigrada”), depois de derrotar os projetos brasileiros de guerrilha, passaram a atividades internacionais no esforço de prosseguir ativos. Havia ditadura anticomunista no Paraguai já de longa data, Pinochet derrubara Salvador Allende em 11 de setembro de 1973 e instalara sua ditadura, os militares argentinos já estavam bastante ativos na luta contra a subversão mesmo antes de derrubar o governo de Isabelita Perón, em março de 1976, no Uruguai havia uma ditadura civil-militar desde 1973. Nesse quadro surgiu a chamada Operação Condor, unindo órgãos repressivos de todos esses países com assistência da *Central Intelligence Agency*. “Resultava de uma articulação iniciada entre o final de 1974 e o início de 75. Juntava formalmente as ‘tigradas’ chilena, argentina, uruguaia e paraguaia. A brasileira compareceu à primeira reunião da quadrilha como observadora. [...] Na sua face clandestina, destinava-se a formar uma versão internacional do Esquadrão da Morte.” (Gaspari, 2004, p. 381) Antônio Callado vai aludir à Operação Condor no trecho de *Sempre viva*.

já era muito diferente daquele em que viveram seus personagens-guerrilheiros. Não havia mais muro de Berlim, nem União Soviética, nem Guerra Fria. Em sua última entrevista, concedida a Matinas Suzuki e Mauricio Stycer poucos dias antes de sua morte, Callado não faz um balanço muito positivo sobre as lutas de que participou ao longo da vida. Perguntado sobre se conservava sua crença na missão histórica da literatura num mundo tão sem referenciais ideológicos, respondeu pela negativa.

Não acredito em mais nada daquilo. Nada, nada, nada. [...] Perdi completamente o interesse em operações políticas no Brasil. Não acredito que elas venham. Não vejo como podemos sair daqui, agora. Acho o mundo muito esculhambado, no momento. Não vejo esperança... Esse negócio de Internet, não tenho o menor interesse. [...] Mas, do ponto de vista geral, não tenho a menor esperança de ver coisas diferentes na minha frente. Lutei muito, é verdade... E não deu em nada. Hoje, eu realmente não acredito em coisa nenhuma que possa acontecer no Brasil, ou aos homens, de um modo geral. Tem essa história que há água em Marte... É interessante, é claro, mas não tem importância, também. (Suzuki, Stycer, 1997)

Apesar de tudo isso, dessa descrença nas utopias, a democracia política substituíra a ditadura militar no Brasil, os vietnamitas mandavam em seu próprio país unificado, e Fidel Castro continuava no poder em Cuba, contra a vontade dos americanos.

Luandino Vieira e Pepetela viram Agostinho Neto morrer em 1979, ser substituído por José Eduardo dos Santos, a guerra civil continuar, a República Popular de Angola ser levada pelas transformações políticas do mundo a tornar-se simplesmente República de Angola, acreditando que assim alcançaria a paz em 1992, mas teriam de esperar ainda dez anos por isso. Angola esteve em guerra durante cerca de quarenta anos, de 1961 a 2002. Ambos escritores estão vivos para poder, enfim, apreciar a paz. Luandino em Portugal, mas de fato na Angola que carrega dentro de si e sobre a qual voltou a escrever. Pepetela em Angola mesmo, produzindo novos e sempre surpreendentes romances. Nossos votos, como leitores das obras de ambos, são para que assim permaneçam pelo máximo tempo possível.

SEGUNDO CAPÍTULO

OU

CONSTRUÇÃO ESTRUTURAL E OUTROS ASPECTOS DO *CORPUS*

Enquanto a História fornece motivos, temas e figuras à Literatura, esta mantém com ela um diálogo permanente, faz-lhe o comentário e a recria, através do filtro da subjetividade, do imaginário (imune à limitação documental), da intuição e do talento do artista, além, é claro, de sua ideologia pessoal e de sua experiência. Tomemos como exemplo a figura histórica de Ernesto Che Guevara (1928-1967) e discutamos algumas das recriações literárias, em prosa e verso, feitas para louvar ou mesmo indispor-se com o herói e o mito, desvelar-lhe os pés de barro.

Numa biografia escrita em 1972 pelo soviético I. Lavretski e intitulada *Ernesto Che Guevara*, podemos ler o trecho abaixo.

La muerte del Che dio lugar a que aparecieran decenas y centenares de libros y de folletos en muchas lenguas del mundo. Le dedicaron versos, poemas, dramas, relatos, novelas, películas. Se sobrentiende que de él no solo escriben los amigos, sino también los enemigos. Luego de asesinarlo físicamente los últimos querían exterminarlo políticamente, pues para ellos la imagen del Che revolucionario era tan peligrosa como fuera el Che vivo. ¡Qué no escribieron del Che esos venales escritoruelos!... (Lavretski, p. 324-325)

Embora a abordagem feita pelo biógrafo seja bastante tendenciosa, presa à lógica da Guerra Fria, mostrando um Che Guevara grande amigo da União Soviética, o que pode nos fazer rir se pensarmos nas críticas contundentes muitas vezes feitas pelo revolucionário argentino contra a burocracia e a estagnação nos grandes países do chamado socialismo real, China incluída, o trabalho informa corretamente a trajetória do biografado a partir das informações disponíveis naquele momento, e o trecho que destacamos nos parece correto no que afirma. Vamos acompanhar talvez um infinitésimo das “decenas y centenares” de obras que fizeram da figura histórica de Che Guevara seu motivo, às vezes apenas numa obra lírica, outras vezes num poema mais para o épico, até sua transformação em personagem literário elaborado e complexo.

Começemos pela poesia, três ocorrências em poetas brasileiros, Renata Pallotini, Jamil Almansur Haddad e Ferreira Gullar, e uma num poeta português, Manuel Alegre.

Na *Revista Civilização Brasileira* número 18, datada de março-abril de 1968, ou seja, menos de seis meses após a morte de Guevara na Bolívia, há um poema de Renata Pallotini intitulado apenas “1964”. É composto de sete seções, as seis primeiras apenas numeradas sequencialmente, e procuram descrever os sentimentos do eu-lírico no

ambiente resultante da ruptura da legalidade em consequência do golpe militar no Brasil. Só a sétima seção do poema tem, além do número sequencial, um título: a palavra Vallegrande posta entre parênteses.

Nas verdes colinas há um silêncio de morte. / Entre árvores, pássaros, moradas / um silêncio que veio se acomoda. / Surgem as fontes de água, / caminhos de homens sós, passos, picadas, / entre pássaros, fontes, emboscadas. / Nas montanhas mais verdes a morte está plantada / e o céu que ali se estende não se estende por nada. // Se alguém ali morreu, pouco importa quem seja: / foi um homem que morreu com seus olhos de estrêlas, / sua barba e seus cabelos, sua boca e seus desejos. / Um homem morto apenas, e não morto por nada / entre árvores, pássaros, fontes, emboscadas, / a caminho das últimas, indistintas moradas. (Pallotini, p. 174-175)

Embora não mencione explicitamente o nome do homem morto, a referência a “emboscadas”, ao “homem que morreu com seus olhos de estrelas, / sua barba e seus cabelos” e a referência a Vallegrande, a cidade boliviana aonde foi conduzido, preso ao trem de pouso de um helicóptero, o cadáver de Che Guevara depois de sua execução no povoado de La Higuera, bastariam para identificar o personagem lamentado nessa nênia. O poema de Renata Pallotini é muito mais um elogio fúnebre, lírico e bucólico, que uma celebração do herói e do mito em que a morte transformou o revolucionário histórico.

Na mesma *Revista Civilização Brasileira*, mas no número 16, datada de novembro-dezembro de 1967, ou seja, o número publicado imediatamente após a morte do Che, encontramos o poema “Onde Guevara?”, de Jamil Almansur Haddad. Antecedendo o texto há uma pequena nota: “Este poema representa a homenagem de RCB a uma figura humana, cujo tamanho atingiu as dimensões do século. Foi escrito com Guevara ainda em vida” (Haddad, 1967, p. 95). É um longo poema, de cunho épico, que se estende por 24 páginas da revista. É uma celebração do herói revolucionário que pode estar em qualquer parte depois de ter recusado o poder em Cuba, recusado a transformação em burocrata e proclamado a necessidade de persistir até alcançar a vitória. (Ou a morte.) O terceto citado a seguir dá uma boa ideia dessa ruptura: “Que o tirano sangrento não note / que o Ché leva Cuba no bolso do capote / (e a nova aurora na boina)” (Haddad, 1967, p. 96). Dividido em várias seções, damos aqui os títulos delas, que permitem vislumbrar o caráter de transformação mítica celebrado, bem como o desdobramento de temas e o multiculturalismo da composição: “Manhã e mistério”; “O nascimento”; “A técnica da guerrilha”; “O chamado”; “A esperança”; “A árvore”; “Sinfonia inacabada”; “A raiz”; “Oração negra”; “Oração hebraica”; “Cântico dos cantos”; “Canção africana”; “Oração cristã”; “Poema astrológico”; “A estação”;

“Oração islâmica”; “O acróstico”; “Poema do bosque”; “Poema insular”; “A aventura”; “Canção congoleza”; “Oração brasileira”; “Canção antiga”; “Canção do cavaleiro”; “A fonte”; “A terra nova descoberta”; “O corpo fechado”; “Poesia militante”.

Este poema constituiu o embrião de um épico de grande fôlego, em que serão celebradas as muitas tentativas de rebelião e revolução ao longo da história humana, mas a figura que personificará tal revolução será sempre a do Che. Trata-se da obra *Aviso aos navegantes ou a bala adormecida no bosque*, com o subtítulo de Primeiro livro das suratas, publicada em 1980, pela Livraria Editora Ciências Humanas. Segundo depoimento do editor, Raúl Mateos Castell, o autor lhe informou que ainda tinha material para o Segundo e o Terceiro Livro das Suratas. Combinando versos, citações e notas, todas organicamente ligadas no texto poético, a obra abre assim: “Guevara disse: // Chegamos. // Subimos a Sierra Maestra / e conhecemos a aurora / e temos nosso espírito e nossas mãos cheias da semente da aurora / e estamos dispostos a semeá-la e defendê-la, / para que frutifique.” (Haddad, 1980, p. 9) Nela também se incorporam muitos trechos do diário escrito por Che Guevara na campanha da Bolívia, além de menção a vários de seus camaradas de armas, Inti Peredo, Pombo, Coco Peredo, Tania. As menções diretas a Guevara são pelo menos 79, salvo erro de contagem.

Em 1975, Ferreira Gullar publica o poema “Dentro da noite veloz”, no volume que tem o mesmo título e que remete ao já aludido voo noturno do corpo de Che Guevara, deslocado de La Higuera para Vallegrande. Historicamente o voo nem deve ter sido noturno, mas isso pouco importa ao poeta, que está recriando o fato histórico da maneira que lhe parece mais expressivamente poética. É um poema longo, dividido em oito seções. Abre com o combate na quebrada do Yuro, onde Che foi capturado em 8 de outubro de 1967. É esse o motivo das duas primeiras seções. Na terceira, o poeta dirige-se diretamente à figura do revolucionário, expondo-lhe o divórcio entre o ideal e a realidade:

Ernesto Che Guevara / teu fim está perto / não basta estar certo / pra vencer a
batalha // Ernesto Che Guevara / entrega-te à prisão / não basta ter razão / pra
não morrer de bala // Ernesto Che Guevara / não estejas iludido / a bala entra
em teu corpo / como em qualquer bandido // Ernesto Che Guevara / por que
lutas ainda? / a batalha está finda / antes que o dia acabe // Ernesto Che
Guevara / é chegada a tua hora / e o povo ignora / se por ele lutavas
(Gullar, p. 260)

O poeta português Manuel Alegre, também romancista e candidato derrotado à presidência do seu país, celebrou o guerrilheiro num livro de poemas com o singelo título *Che*, publicado em 1997, aos trinta anos de morte do argentino.

Talvez um dia ele volte o general dos pobres / talvez um dia ele volte a
Ñancahuazú / pouco importa se bem ou mal escolhido / mas um lugar do
espírito / o outro lado da alma e a busca de um sentido / rumor de escrita / à
luz de uma fogueira onde cintilam armas. (Alegre, p. 11)

Ficam aí quatro exemplos de como os poetas fizeram celebrações para o herói, mesmo apontando algumas vezes questões problemáticas, como cantaram seus feitos, lamentaram seu martírio e indicaram a esperança nele representada.

Entre os prosadores que transformaram o personagem histórico em personagem literário, o primeiro que mencionaremos é o argentino Julio Cortázar. Na sua coleção de contos intitulada *Todos os fogos o fogo*, o terceiro conto denomina-se “Reunião”. Nele o narrador não nomeado conta um episódio histórico da Revolução Cubana: o desembarque dos revolucionários depois da travessia desde o México no iate *Granma*, o ataque que sofreram em Alegria de Pio, a separação dos poucos sobreviventes, os primeiros combates, por fim o reencontro, a reunião do título, entre o narrador e seu grupo e Luís e os guerrilheiros já estabelecidos na serra. Só sabemos que o narrador é Che Guevara e que Luís é Fidel Castro pelo conhecimento dos episódios históricos. A pista que nos põe nesse encalço é a epígrafe do conto, uma citação de Guevara, também único momento em que seu nome é diretamente explicitado. A citação será retomada nos pensamentos do narrador, numa passagem do conto.

Publicado originalmente em 1983, o romance *A morte de Che Guevara*, escrito pelo norte-americano Jay Cantor é outra obra a lembrar aqui. Talvez o fato do autor ser norte-americano possa fazer pensar que nele a figura de Che Guevara tenha sido retratada com preconceitos ideológicos, numa versão hostil, o que não acontece. O autor, um professor de literatura no seu país, além de mostrar uma inegável simpatia pela figura do guerrilheiro mais característico da América Latina, sem esconder seus defeitos, seus erros de avaliação, sua própria responsabilidade na tragédia final, mostra também uma elaborada capacidade de reflexão concomitante ao trabalho ficcional. E o título não faz jus ao livro, pois ele abarca toda a vida de Guevara, desde a infância na Argentina até a morte na Bolívia, passando ainda por possíveis destinos que ele poderia ter tido, mas não teve — como o de abandonar a guerrilha com Tania, estabelecer-se como médico na Florida e ir ao cinema, um dia, ver um filme sobre um pequeno grupo de guerrilheiros caçado nas montanhas da Bolívia. Esta possibilidade, dos destinos imaginários, é só da Literatura, não pertence ao relato da História. E o livro também tem o mérito de contextualizar a figura do protagonista em seu tempo histórico. Faz isso

explicitamente. O romance é dividido em duas grandes partes (“I Crítica, autocrítica”; “II Os diários da campanha boliviana”), ambas antecedidas por uma cronologia de fatos históricos ocorridos nos mais diversos lugares do mundo que levam o título geral “Datas”. A primeira seção, que antecede a primeira parte, vai de 1927 a 1965; a segunda, antes da segunda parte, sintetiza o ano de 1966 e há uma seção final, de 1967 a 1975. Depois há uma sequência de datas apenas indicadas (de 1976 a 1984) sugerindo a continuação do processo histórico para além da figura biográfica ou do personagem de ficção.

Tal contextualização não ocorre no romance de Marcelo Ferroni, *Manual prático de guerrilha*, ganhador do prêmio São Paulo de literatura na categoria romancista estreante em 2011, e escrito mais de quarenta anos depois dos acontecimentos que lhe servem de tema e trama, ocorridos não era o autor nascido. Portanto trata-se de uma espécie de romance histórico, no sentido de que não se ambienta no tempo vivido pelo escritor. Em advertência posta ainda antes da abertura do romance — consideramos que o Prefácio já faz parte do texto ficcional, apresentando o narrador pouco confiável, que dá, a contragosto, por instância dos “editores”, um mínimo de contexto²⁸ — o autor adverte: “Este livro se baseia em diários, relatórios e depoimentos dos que foram à luta armada. Tirá-los do contexto foi trabalho do escritor” (Ferroni, p. 5). A editora, na página de créditos, faz outra advertência. “Esta é uma obra de ficção, livremente inspirada em fatos históricos.” (Ferroni, p. 4) Não vá alguém procurar os órgãos de defesa do consumidor e processar a empresa por publicação de História falsificada. Mas a obra é construída de modo a imitar uma biografia, citando fontes (não identificadas), misturando ficção e História de modo que o leitor não possa determinar (a menos que vá se munir do contexto e das reflexões que não vai encontrar ali) o que é uma coisa nem o que é outra. E ao contrário de seus antecessores, todos mais para simpatizantes do Guevara heroico e mítico, temos aqui um retrato do líder revolucionário como um gerente tirânico e de seus comandados como subordinados incompetentes, mais interessados em mentir para agradar o chefe e em derrubar seus colegas, puxar-lhes o tapete, como se costuma dizer, para aumentar o apreço que o gerente nunca demonstra por eles. Talvez o autor tenha se inspirado mais no mundo corporativo contemporâneo

²⁸ “Era o assistente dos editores [...]. Com reticências, passou-me o recado. [...] queriam algumas alterações [...], especialmente no início, ‘pois é preciso situar o leitor, que não conhece muito da vida de Che Guevara’.” (Ferroni, p. 11) Apesar de seguir achando que “[t]odos têm de saber quem foi Che Guevara e o que foi fazer na Bolívia” (Ferroni, p. 12), o autor do prefácio e presumido autor do romance dá duas ou três páginas de contexto, rendendo-se à necessidade apontada pelos “editores” e valorizada por Jay Cantor em seu romance.

que no clima de esperanças utópicas, ainda que violentas, que povoou o imaginário de uns poucos (pelo menos) que tiveram a possibilidade de viver a década de 1960. Talvez seja caso da incapacidade em sentir a atração daquelas concepções “então dotadas de fascínio hoje inimaginável”, de que nos falou Gorender. Mas sabemos que os executivos do mundo corporativo agem dessa forma em busca de bônus no fim do ano, promoções, ou pela mais recente versão de *smartphone*, igual em tudo à anterior, mas agora com teclado colorido. Podemos entender a motivação dos competidores no mundo corporativo, mas quanto aos personagens de Ferroni, desenhados dessa maneira, não podemos entender o que eles esperam, já que sua atuação é recompensada com cansaço, fome, doença, perseguição e, no fim, a prisão ou um tiro no meio da mata ou durante a travessia de um rio.

Alcir Pécora, numa resenha em que acentua o caráter desmitificador do romance por corroer a “imagem heroica e romântica de Che”, afirma que por meio dele o leitor

fica sabendo que a operação de Che nas selvas bolivianas não recebeu treinamento nem preparação adequada, e que suas decisões não foram políticas ou técnicas. Resultaram de inépcia, machismo, concupiscência, venalidade, vaidade, arrogância; de preconceitos contra os bolivianos e de incompreensão total da região e de seus habitantes; de apatia, crueldade, e, enfim, dos repentes da vontade do chefe. Privado de senso de realidade, o proselitismo fantasioso do Che apenas rivalizava em esvaziamento intelectual com os eventos ínfimos que anotava em seu diário. (Pécora, 2011)

Seria Ferroni um dos *escribitorzuelos* de que nos fala o soviético Lavretski ao evocar os textos que começaram a ser escritos após a morte de Guevara? Teria a intenção de se juntar ao esforço anticomunista dos guerreiros-frios para de novo desacreditar ideias que, aparentemente, já teriam sido desacreditadas pela História? Talvez possa ser essa a impressão que fique em alguns leitores, ou a de que o autor esteja querendo combater a idealização ignorante que acompanha a figura entre estudantes que dele só conhecem a imagem estampada em camisetas e até em capas de pneus-estepe penduradas na traseira de veículos quatro por quatro usados nos centros urbanos, não em estradas montanhosas. Mas se a intenção é essa, acaba contrariada pela ótima qualidade do texto e por passagens como a que transcrevemos em seguida, em que Che discute com seus homens como deve ser dividida a pouca água que eles conseguiram em meio ao cerco e à perseguição dos *rangers* bolivianos. Parece um trecho dos evangelhos, em que Cristo propõe uma parábola a seus discípulos, e é também uma cena que celebra a comunhão.

Observando que os homens se calaram, prossegue: “Se vocês tivessem apenas um pão para cinquenta guerrilheiros, quem vocês escolheriam para alimentar?” Alguns opinam, mas ele não os ouve. Ergue o braço e toma novo fôlego. “Os mais valiosos para a guerrilha? Os mais debilitados? Pois digo a vocês: eu repartiria o pão em cinquenta pequenos pedaços. Assim todos veriam que são respeitados da mesma forma e retirariam mais força de seus âmagos para combater o inimigo.” / Pede uma colher. Ordena, em seguida, que Inti disponha os homens em fila. A distribuição se repetirá três vezes. O fundinho do cantil, despeja na terra, na frente de todos. Quer equanimidade. Renovado pelas próprias palavras, lidera a marcha nesse dia. (Ferroni, p. 196)

Até o “[p]ois digo a vocês” ecoa as palavras habituais de Cristo ao proferir suas parábolas: “em verdade vos digo”. Quando Che está perto de ser executado, há outro momento do texto que lembra a paixão de Cristo, o caminho do Calvário, e também a posterior ressurreição. Um personagem sai do lugar em que o guerrilheiro aguarda a morte e “passa perto das mulheres — algumas choram, outras dirão que nessa mesma noite veem a imagem de um homem barbudo e de peito nu montado num cavalo em pelo” (Ferroni, p. 225).

Portanto é possível dizer que até mesmo uma recriação da figura do Che que porventura tenha o intento de corroer e achincalhar sua imagem, algumas vezes resvala e mantém algo da aura romântica do mito. Um crítico francês nos lembra que “de todo empreendimento de desmistificação surge um novo mito” (Zéraffa, p. 456). Nem a originalidade mais declarada no romance de Ferroni, a (fictícia) presença de um brasileiro na guerrilha boliviana é tão original assim. Antônio Callado, em *Bar Don Juan*, que tem como uma de suas subtramas a guerrilha boliviana, também leva um brasileiro, o Murta, à Bolívia (“— Eu! *Isto!* O único brasileiro que chegou à Bolívia.”, *BDJ*, 170), mas, ao contrário do João Batista, de Ferroni, ele chega tarde demais, a guerrilha já estava derrotada.

O romance de Callado, concluído menos de três anos após a morte do Che, e abrangendo uma problemática não apenas brasileira, mas latino-americana, também pode ser incluído entre a prodigiosa quantidade de textos a respeito do líder guerrilheiro de que fala Lavretski. Mas a figura também ecoa, pelo menos como referência, modelo, em *Mayombe*. O guerrilheiro Mundo Novo, num diálogo com Sem Medo, comandante do grupo, afirma: “— Eu acredito que haja homens para quem só conta o bem dos outros. Che Guevara, Henda, para só dar esses exemplos.” (*M.*, 80). Mais adiante, o mesmo Sem Medo, em diálogo com o comissário político do grupo, evoca para si, se alcançassem a vitória, um destino de luta semelhante ao de Guevara: “— A ti vejo-te claramente, como um quadro político. A mim, não me vejo. Talvez noutro país em luta... Quem sabe se na cadeia? Não me vejo em Angola independente. O que me não

impede de lutar por essa independência.” (M, 126). Luandino Vieira, em seus dois romances que tratam da guerrilha, não faz referência a Che Guevara, mas menciona dois outros líderes guerreiros (e em certa medida, guerrilheiros) latino-americanos. O primeiro deles, evocando as invasões holandesas no Brasil do século XVII, é Henrique Dias (“esse que foi espírito dum tetravô dele, libertador de Pernambuco nos mafulos anteontem”, LR, 118-119), homônimo do comandante do grupo guerrilheiro de que faz parte Kene Vua, o narrador. O outro é o líder camponês mexicano Emiliano Zapata, que ganha uma biografia de quatro páginas (LG, 55-58), com a seguinte nota entre parênteses no pé: “Explicação de Zapata, dada por Ndiki Ndia ao guerrilheiro Kadisu, era da base de Kididi-Kitubia, aos 17 de Setembro de 1966.” (LG, 58). Esses são apenas alguns exemplos de como a História alimenta a ficção e é componente estrutural das narrativas de que nos ocupamos.

Vimos como Hobsbawm distingue o que ele chama *guerrilha moderna* da “forma antiga e [...] endêmica de banditismo [...] em que o bandido social [...] tem objetivos extremamente modestos e limitados” (Hobsbawm, 1985, p. 166). A distinção não é de natureza militar, mas política. As novas forças guerrilheiras não mais consistem em bandos isolados, protegidos pela população local, mas são capazes de contar com amplo apoio de uma grande parte da população de países inteiros, apoio que ainda mais se amplia “através de partidos e movimentos de âmbito nacional e, às vezes, internacional” (Hobsbawm, 1985, p. 168). Vimos como isso funcionou no caso angolano e não funcionou no caso brasileiro, mas nos dois casos travou-se uma luta política *contra o poder* (do colonialismo, da ditadura militar) e também *pelo poder*. Vimos como os romancistas de que nos ocupamos se engajaram e envolveram nessas lutas políticas em seus respectivos países. E como, diante desse envolvimento, as obras literárias por eles produzidas de algum modo mimetizam essa luta política e com ela dialogam. Portanto encontramos entre os guerrilheiros que figuram nas obras também essa dimensão política presente na *guerrilha moderna*, sem prejuízo de sua dimensão estética, como tentaremos demonstrar.

O crítico literário Fredric Jameson, ao refletir sobre o simbolismo social da Literatura e explanar sobre o que ele chama “inconsciente político”, afirma, em sua primeira proposição, a “prioridade da interpretação política dos textos literários” e esta “como horizonte absoluto de toda leitura e de toda interpretação” (Jameson, p. 15). Mais adiante ele ainda vai afirmar “o reconhecimento de que nada existe que não seja social e

histórico — na verdade, de que tudo é, ‘em última análise’, político” (Jameson, p. 18). Concordamos com a afirmação, mas nem precisamos argumentar muito, pois nosso objeto é bem mais restrito que o proposto por ele (“tudo”). No caso dos romances de nosso *corpus*, para qualquer um que os leia, fica mais que evidente a presença do social, do histórico e do político em quase todas as suas páginas. Principalmente do político como o conflituoso, a luta dos que não têm contra os que têm, e a tentativa destes de manter tal *status*, contra os outros, esse é o caráter geral da luta de classes que Marx e Engels definiram como eixo da história das sociedades humanas.²⁹

Mas isso é a História, e aqui estamos tentando definir como a política entra na Literatura e como a crítica literária pode entender essa presença. Para isso vamos nos socorrer de algumas reflexões de outro professor e crítico literário norte-americano, Irving Howe. Em *A política e o romance*, há um capítulo introdutório em que o ensaísta trata da concepção do romance político, antes de se dedicar à abordagem dos diversos autores de que se ocupa. Antes de tudo, afirma não estar tentando definir um gênero:

[...] quando empregamos termos tão vagos quanto romance político ou psicológico, dificilmente estamos falando de gêneros, uma vez que estes não caracterizam quaisquer distinções fundamentais de forma literária. Quando muito, assinalam uma ênfase dominante, um acento significativo no tema do autor ou em sua atitude quanto ao tema. Isto é, eles podem ser formas convenientes de falar sobre pequenos grupos de romances. (Howe, p. 4)

Acreditamos ser o caso deste nosso estudo, discutir os personagens-guerrilheiros presentes num pequeno grupo de romances que, sem dúvida, podem ser pensados como romances políticos.

Nessa discussão inicial, Howe busca definir seu conceito, que não é de gênero, como ele afirma, mas uma procura de distinções para limitar uma espécie de categoria. “Por romance político entendo um romance no qual idéias políticas têm papel dominante, ou no qual o *milieu* político é o cenário dominante [...]”. Insatisfeito com a possível inexactidão ou ambiguidade da palavra *dominante*, ele faz nova tentativa. Assim, o romance político seria “um romance no qual assumimos serem dominantes as idéias ou o *milieu* político, um romance que permita essa pressuposição sem que com isso sofra qualquer distorção radical e que, em decorrência, propicie a possibilidade de algum lucro analítico” (Howe, p. 5). Mais adiante, para maior clareza do que está

²⁹ “A história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes. / Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burguês da corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, aberta outras, uma luta que acabou sempre com uma transformação revolucionária de toda sociedade ou com o declínio comum das classes em luta.” (Marx e Engels, p. 81-82)

buscando dizer, ele situa o tempo histórico em que surge esse tipo de romance, a segunda metade do século XIX, quando se iniciam as disputas que passarão a marcar cada vez maior presença dentro das sociedades humanas.

É nesse ponto, aproximadamente falando, que o tipo de livro que denominei romance político passa a ser escrito — o tipo em que a idéia de sociedade, distinta das meras obras inquestionadas da sociedade, penetrou na consciência das personagens em todos os seus aspectos profundamente problemáticos, de forma que pode ser observada em seu comportamento, e elas próprias estão geralmente côncias de alguma lealdade política coerente ou identificação ideológica. Elas agora pensam em termos de apoiar ou opor-se à sociedade como tal: elas se arregimentam a um ou outro segmento fortificado da sociedade, e fazem isso em nome de e sob a inspiração de uma ideologia. / [...] / O romance político — tenho em mente sua forma “ideal” — é peculiarmente uma obra de tensões internas. Para ser um romance, deve conter a representação usual de comportamento e sentimento humanos; ainda assim, deve também absorver em seu fluxo de movimento os blocos duros e talvez insolúveis da ideologia moderna. O romance trata de sentimentos morais, paixões e emoções; tenta, acima de tudo, capturar a qualidade da experiência concreta. A ideologia, entretanto, é abstrata como deve ser e, portanto, provavelmente recalcitrante sempre que seja feita uma tentativa para incorporá-la ao fluxo de impressões sensuais do romance. O conflito é inevitável: o romance tenta confrontar a experiência que é imediata e íntima, enquanto a ideologia é, por natureza, geral e abrangente. Mesmo assim, é precisamente desse conflito que o romance político ganha seu interesse e assume a aura de um drama solene. Dizer simplesmente que a ideologia é, num certo sentido, uma carga ou um empecilho num romance ainda não é especificar seus usos — ainda não nos diz se o empecilho pode ser valioso ao forçar o romancista a uma concentração de todos aqueles recursos que são necessários para superá-lo. (Howe, p. 6-7)

Ainda que os romances de que nos ocupamos estejam muito distantes, inclusive esteticamente, após a sucessiva passagem de tantas vanguardas, da produção do século XIX, podemos concordar com Howe ao perceber que também neles “a idéia de sociedade”, seja a brasileira da segunda metade do século XX ou a de Angola ainda submetida ao colonialismo, “penetrou na consciência das personagens em todos os seus aspectos problemáticos” e essa *ideia de sociedade* é perceptível no comportamento deles. Howe fala ainda em personagens conscientes da lealdade política ou identificação ideológica, e agindo em função dessa consciência. Esses seriam aspectos presentes nas relações, digamos assim, *interpersonagens*, as relações sociais entre os vários figurantes da obra, aquilo que os une em oposição ao que os separa de outros grupos presentes na sociedade e se não presentes, pelo menos subentendidos nos romances. Essa é apenas uma das “tensões internas” que Howe reconhece como representativas do romance político. Mas há pelo menos outra a ser lembrada, a tensão *intrapersonagem*. Howe a reconhece ao falar na “representação usual de comportamento e sentimento humanos” que deve conviver com “os blocos duros e talvez insolúveis da ideologia moderna”.

Estas podem ser algumas pistas que devemos acompanhar no exame dos nossos personagens-guerrilheiros, de que modo eles se movimentam entre “sentimentos morais, paixões e emoções” que dão “a qualidade da experiência concreta”, individual, pessoal, “imediata e íntima”, e a abstração cerebral, racionalista, da ideologia, “por natureza, geral e abrangente”, além de, em alguma medida, redutora. E como é que o romancista vai lidar com a quase insolubilidade dos blocos duros da ideologia moderna e integrá-los com harmonia ao seu trabalho de arte? Howe também tem uma proposição para isso.

Como um dialético engenhoso, o romancista político deve ser capaz de manipular várias idéias ao mesmo tempo, vê-las em suas relações hostis, mas ainda assim interdependentes, e compreender o modo no qual idéias no romance são transformadas em algo diferente do que as idéias de um programa político. As idéias da vida real, que podem ter estimulado o escritor a compor seu romance, devem permanecer invioláveis; o romancista não tem direito de adulterá-las em seu próprio domínio e tampouco tem, geralmente, as qualificações para fazê-lo. Porém, uma vez que essas idéias são postas em ação dentro do romance, não podem mais permanecer meras massas de abstração. Em sua melhor forma o romance político gera um calor tão intenso que as idéias das quais se apropria são dissolvidas em seu movimento, fundindo-se com as emoções de suas personagens. (Howe, p. 7-8)

E já que o crítico nos aproxima da problemática da construção dos personagens, vamos lembrar algo de algumas reflexões teóricas a respeito do *personagem* feitas por outros estudiosos e que levantam diferentes aspectos e questões dessa construção.

Primeiro um pequeno levantamento etimológico. Se consultarmos a palavra *personagem* no *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, veremos que ela existe desde pelo menos a metade do século XVI (1560), que a segunda acepção remete ao teatro (“papel representado por um ator ou atriz a partir de figura humana fictícia criada por um autor”) e que só a terceira remete à espécie de personagem que pretendemos estudar, ou seja, “figura humana imaginada pelos autores de obras de ficção”. Também podemos constatar que a palavra portuguesa deriva do francês *personnage* com um percurso semântico que nos interessa em algumas de suas passagens. As três primeiras ainda estão presas ao sentido teatral: em 1384 seria “pessoa fictícia posta em ação numa obra dramática”, em 1403, “cada uma das pessoas que figura numa obra teatral e que deve ser encarnada por um ator, uma atriz”, em 1461, “representação teatral de pessoas tiradas da história ou da imaginação”; só em 1754 será definida como “personagem que figura numa obra narrativa”. Informa ainda que *personnage* deriva de *personne*, “pessoa, indivíduo”, e que *personne* deriva do latim *persōna,æ*, “máscara de ator, figura”, o que confirma, na origem, a prevalência teatral, só muito depois transferida do gênero dramático para o gênero narrativo.

E tratando exatamente do gênero narrativo, Antonio Candido, num ensaio intitulado “A personagem no romance”, ensina que “da leitura de um romance fica a impressão duma série de fatos, organizados em enredo, e de personagens que vivem êstes fatos” e ainda: o “enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo”, e mais: a “personagem vive o enredo e as idéias, e os torna vivos” (Candido, Rosenfeld, Prado, Gomes, p. 53-54). Isso tudo faz da personagem o elemento mais *vivo* presente no romance, e que quanto mais *verdadeiro* ele parecer ao leitor, maior será a aceitação, a empatia com o romance. Mas como pode ser verdadeiro aquilo que já é, declaradamente, de partida, uma ficção, ou seja, uma mentira? De que modo ele vai ser verdadeiro para o leitor? Candido também se interroga a esse respeito e fala no paradoxo que sustenta a narrativa.

A personagem é um ser fictício, — uma expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção *ser*? Como pode existir o que não existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. (Candido, Rosenfeld, Prado, Gomes, p. 55, *itálico do autor*)

William Gass, escritor, ensaísta, crítico e professor de filosofia norte-americano, concorda com o *vivo* e o *verdadeiro* dos personagens (uma “presença viva” é uma presença verdadeira) ao dizer que criar essas figuras é “fixar na memória do leitor, como uma presença viva, uma viva imagem humana”, e diz ainda que o “grande personagem é o único e o mais óbvio sinal da grande literatura” (Gass, p. 42). O caráter de um personagem, grande ou pequeno, será construído, e percebido, seja pelos espectadores, seja pelos leitores, mais por sua ação que por seu discurso.³⁰ Isso é algo

³⁰ Porque o discurso (Aristóteles chama-lhe *pensamento*) serve menos que a ação para definir o caráter de um personagem pode ser bem exemplificado em duas falas do escravo Esopo a Xantós, seu senhor, na comédia *A raposa e as uvas*, de Guilherme Figueiredo. Falas que acentuam a capacidade do discurso argumentativo em demonstrar uma determinada coisa e igualmente o seu contrário. Na primeira, Esopo faz o elogio da língua: “Que há de melhor do que a língua? A língua é que nos une todos, quando falamos. Sem língua nada poderíamos dizer. A língua é a chave das ciências, o órgão da verdade e da razão. Graças à língua é que se constroem as cidades, graças à língua dizemos o nosso amor. Com a língua se ensina, se persuade, se instrui, se reza, se explica, se canta, se descreve, se elogia, se demonstra, se afirma. É com a língua que tu dizes ‘mãe’, e ‘querida’ e ‘Deus’. É com a língua que dizemos ‘sim’. É a língua que ordena os exércitos à vitória, é a língua que desdobra os versos de Homero. A língua cria o mundo de Ésquilo, a palavra de Demóstenes. Toda a Grécia, Xantós, das colunas do Pártenon às estátuas de Fídias, dos deuses do Olimpo à glória sobre Tróia, da ode do poeta ao ensinamento do filósofo, toda a Grécia foi feita com a língua, a língua de belos gregos claros falando para a eternidade.” (Figueiredo, p. 32-33) Na segunda, demonstra o contrário: “A língua, Senhor, é o que há de pior no mundo. É a fonte de todas as intrigas, o início de todos os processos, a mãe de todas as discussões. É a língua que mente, que esconde, que tergiversa, que blasfema, que insulta, que se acovarda, que mendiga, que impreca, que bajula, que destrói, que calunia, que vende, que seduz, que corrompe. É com a língua que dizemos ‘morre’ e ‘canalha’ e ‘corja’. É com a língua que dizemos ‘não’. Com a língua Aquiles mostrou a sua

que já nos ensinou Aristóteles em sua *Poética*: “entendo [...] por ‘caráter’, o que nos faz dizer das personagens que elas têm tal ou qual qualidade” (Aristóteles, p. 448). Ora, os espectadores ou leitores só dirão que tal personagem é, por exemplo, corajoso, após, digamos assim, *vê-lo* agir com arrojo e bravura numa situação de perigo, não por ele mesmo afirmar essa coragem, o que, sem a prova da ação, tanto pode ser verdade como mentira. Consideramos este ponto de grande importância para determinar quais serão, nos romances do nosso *corpus*, os personagens-guerrilheiros a quem dedicaremos a nossa atenção analítica. Serão personagens-guerrilheiros aqueles que se engajarem num determinado tipo de ação, os que se mostrarem dispostos a enfrentar armados seus inimigos e matar ou morrer diante dos desafios que os conflitos do enredo vão lhes propor. E, para além da disposição, e do discurso, veremos que boa parte deles vai de fato matar, assim como talvez parte ainda maior vá morrer.

Quando definimos a ação como critério para escolher quais personagens serão estudados, e quando declaramos desconfiança diante do discurso dos personagens em geral, essa desconfiança prende-se ao exercício crítico, não significa nenhuma espécie de desvalorização do discurso. Os personagens falam muito e pensam muito, e isso tem dilatada importância para que os leitores possam conhecê-los. Bakhtin, ao tratar de “A pessoa que fala no romance”, quarto capítulo do ensaio “O Discurso no Romance”, destaca isso como fundamental “característica [...] do gênero romanesco: o homem no romance é essencialmente o homem que fala; o romance necessita de falantes que lhe tragam seu discurso original, sua linguagem” (Bakhtin, p. 134). Afirma ainda que o “sujeito que fala no romance é um homem *essencialmente social*, historicamente concreto e definido e seu discurso é uma linguagem social (ainda que em embrião), e não um ‘dialeto individual’” e, além disso, “é sempre, em certo grau, um ideólogo” (Bakhtin, p.135, *italico do autor*). Mas ele destaca o que há além do discurso, no romance, e como isso é importante para aferir o grau de confiabilidade exatamente do discurso.

Mas no romance, naturalmente, não se representa apenas o homem que fala, e este mesmo homem não é representado apenas como falante. O homem no romance pode agir, não menos que no drama ou na epopéia — mas sua ação é sempre iluminada ideologicamente, é sempre associada ao discurso (ainda que virtual), a um motivo ideológico e ocupa uma posição ideológica definida. *A ação, o comportamento do personagem no romance são*

cólera, com a língua Ulisses tramava seus ardis. Com a língua a Grécia vai tumultuar os pobres cérebros humanos para toda a eternidade. Aí está, Xantós, porque a língua é a pior de todas as coisas!” (Figueiredo, p. 34)

indispensáveis tanto para a revelação como para a experimentação de sua posição ideológica, de sua palavra. (Bakhtin, p. 136, *italico nosso*)

Décio de Almeida Prado, falando sobre o personagem no teatro, aponta três vias para sua caracterização, modos de ver que também podemos levar em conta quando se examinam narrativas: o que o personagem revela sobre si, informação, como já vimos, que deve ser aceita com desconfiança; o que ele faz, sua ação, em que ele não poderá fugir do que realmente é; a terceira via para a qual nos alerta o estudioso da arte teatral é o modo como o personagem é visto pelos outros personagens, o que eles dizem a respeito dele, o que, em certa medida, também merece alguma desconfiança (cf. Candido, Rosenfeld, Prado, Gomes, p. 88).

O professor Anatol Rosenfeld, discorrendo sobre o tema “Literatura e personagem” lembra-nos: é “a personagem que com mais nitidez torna patente a ficção, e através dela a camada imaginária se adensa e se cristaliza” (Candido, Rosenfeld, Prado, Gomes, p. 21). Ora, tornar a ficção nítida e patente é outra forma dela ser percebida como viva e verdadeira, como querem Candido e Gass. Outra contribuição valiosa do ensaio do professor Rosenfeld é a reflexão sobre o que permite ao leitor fazer a distinção entre um texto fictício e um não fictício, e como isso se sustenta a partir da presença dos personagens no texto.

Como indicadora [...] manifesta da ficção é [...] marcante a função da personagem na literatura narrativa (épica). Há numerosos romances que se iniciam com a descrição de um ambiente ou paisagem. Como tal poderiam possivelmente constar de uma carta, um diário, uma obra histórica. É geralmente com o surgir de um ser humano que se declara o caráter fictício (ou não-fictício) do texto, por resultar daí a totalidade de uma *situação concreta* em que o acréscimo de qualquer detalhe pode revelar a elaboração imaginária. [...] Numa obra histórica pode constar que Napoleão acreditava poder conquistar a Rússia; mas não que, *naquele momento*, cogitava desta possibilidade. Só com o surgir da personagem tornam-se possíveis orações categorialmente diversas de qualquer enunciado em situações reais ou em textos não fictícios [...]. / É altamente improvável que um historiador recorra jamais a tais orações. Advérbios de tempo (e em menor grau de lugar) como “amanhã”, “hoje”, “ontem”, “daí a pouco”, “daí a dias”, “aqui”, “ali”, têm sentido somente a partir do ponto zero do sistema de coordenadas espaço-temporal de quem está falando ou pensando. Se surgem num escrito, são possíveis somente a partir do narrador fictício, ou do foco narrativo colocado dentro da personagem, ou onisciente, ou de algum modo identificado com ela. (Candido, Rosenfeld, Prado, Gomes, p. 23-24, *italicos do autor*)

V. Chklovski, integrante do grupo dos formalistas russos, em seu ensaio “A construção da Novela e do Romance”, faz a seguinte observação: “[a]s oposições entre certos personagens ou certos grupos de personagens nos romances de Tolstói são um exemplo mais complexo do paralelismo” (Chklovski, p. 219). Nem só nos romances de

Tolstoi isso está presente: quando examinarmos os personagens-guerrilheiros Sábio e Mundial, de *A geração da utopia*, poderemos verificar essa construção em paralelo e aferir de que modo ela nos permite um maior entendimento das duas figuras. O romance *Reflexos do baile* em parte se estrutura na oposição entre três grupos de personagens: os guerrilheiros, os membros do corpo diplomático, as forças repressivas.

O romancista e crítico inglês E. M. Forster, num famoso ensaio de 1927 intitulado *Aspectos do romance*, ao tratar das personagens, afirma que elas “[s]ão reais não por serem como nós (embora possam sê-lo) mas porque são convincentes”. Depois dá uma definição do quão real a personagem pode ser no romance:

[...] ela é real quando o romancista sabe tudo a seu respeito. Ele pode não querer nos contar tudo o que sabe — muitos dos fatos, mesmo os que chamamos de óbvios, podem estar ocultos. Mas ele nos dará a sensação de que, embora a personagem não tenha sido explicada, ela é explicável, e conseguimos disso uma realidade de tal espécie como nunca teremos na vida cotidiana. (Forster, p. 48, vale para as duas citações)

A mais conhecida contribuição de Forster para uma *teoria dos personagens* é sua classificação delas em planas, ou estáticas (umas vezes chamadas tipos, outras, caricaturas); e redondas, ou esféricas. “As personagens planas [...] [e]m sua forma mais pura são construídas ao redor de uma única idéia ou qualidade: quando há mais de um fator, atingimos o início da curva em direção às redondas.” (Forster, p. 54) Ele ainda aponta como vantagens das personagens planas “serem reconhecidas com facilidade sempre que aparecem: reconhecidas pelo olho emocional do leitor, não pelo olho visual, pois êste só nota a repetição de um nome próprio”, e também o fato de “mais tarde” serem “facilmente lembradas pelo leitor”. A personagem redonda

[...] não pode ser resumida numa única frase, e nos lembramos dela em conexão com as grandes cenas pelas quais passou e como elas modificaram-na — quer dizer, não nos lembramos dela tão facilmente porque apresenta alterações, possui facetas como um ser humano. (Forster, p. 55, vale para as citações anteriores)

O romancista de *Passagem para a Índia* ainda declara a superioridade das personagens redondas sobre as planas: “devemos admitir que as pessoas planas não são, em si, realizações tão notáveis quanto as redondas e que também são melhores quando cômicas” (Forster, p. 58).

Edwin Muir, poeta e crítico inglês, num ensaio também importante, *A estrutura do romance*, publicado no ano seguinte (1928) ao de Forster, levanta objeções a essa declarada superioridade. Ao tratar do que ele chama romance de personagem, em que os

“personagens não são concebidos como partes de enredo; pelo contrário, existem independentemente e a ação lhes é servil” e suas “fraquezas, suas vaidades, seus defeitos, eles os possuem desde o início e nunca os perdem até o fim; e o que de fato se transforma não são estes mas nosso conhecimento deles” (Muir, p. 11), desafia a declaração de Forster e propõe um outro modo de olhar para os personagens bidimensionais.

Forster dá a estes personagens o nome de planos e lamenta que eles deveriam ser planos. Ainda assim eles existem e deve haver uma razão para sua existência. No romance de personagem, deveremos encontrá-los aos milhares e é mais razoável acreditar que haja um método na sua planeza do que acreditar serem eles equívocos que todos os grandes romancistas de personagem tenham tido a infelicidade de cometer. Por que, em verdade, um personagem não deveria ser plano? A única resposta legítima a isto é que o gosto atual da crítica prefere personagens esféricos. Pelo que sabemos, o gosto da próxima geração poderá preferir os planos. Mas a questão é qual a razão suficiente para que devam existir ambos os tipos, os planos e os esféricos. [...] / Entretanto, aceitemos a imutabilidade dos personagens planos antes como uma qualidade do que como um defeito. Dada a sua planeza, o que pode o escritor fazer deles? Qual será a função de seu enredo? É óbvio que não será esboçar o seu desenvolvimento, pois sendo planos não podem se desenvolver, mas sim colocá-los em novas situações, alterar suas relações uns com os outros e em todas estas fazê-los comportar-se tipicamente. A tarefa do romancista de personagens é mais parecida com a do coreógrafo do que com a do dramaturgo; precisa manter em movimento as suas figuras, ao invés de mantê-las atuando; e na maioria dos casos ele as tem mascaradas. (Muir, p. 11-12)

Apesar de tudo isso, na descrição que Muir faz do que corresponde, em seu ensaio, ao personagem esférico de Forster, e que pode ser encontrado no que ele chama “romance dramático”, em que “desaparece o hiato entre personagens e enredo” (Muir, p. 21), é possível ver, só na necessidade que ele teve de estender-se para explicá-lo, como é necessário mais energia, mais concentração e mais trabalho para construí-lo e caracterizá-lo, o que não deixa de ser um reconhecimento da sua superioridade sobre os personagens estáticos. Vejamos quanta coisa Muir precisa dizer para nos dar uma ideia do tipo de personagem presente no romance dramático.

Num romance deste tipo, a correspondência entre a ação e os personagens é tão essencial que mal se pode encontrar termos para descrevê-la sem parecer exagerar; poder-se-ia dizer que uma mudança na situação sempre envolve uma mudança nos personagens, enquanto toda a mudança, dramática ou psicológica, externa ou interna, ou é causada ou é configurada por alguma coisa existente em ambos. Sob este aspecto, o romance dramático se coloca à margem tanto do romance de ação como do de personagem. Nos dois há um hiato entre o enredo e os personagens; no romance dramático não deveria haver nenhum. Seu enredo é parte de seu significado. / [...] O romance de personagem revela o contraste entre aparência e realidade, entre as pessoas como elas se apresentam à sociedade e como elas são. O romance dramático mostra que tanto a aparência como a realidade são idênticas, e que o

personagem é ação e a ação, personagem. / [...] [O enredo terá] uma progressão que é ao mesmo tempo espontânea e lógica visto que os personagens se modificarão e a mudança criará novas possibilidades. Esta lógica espontânea e progressiva é o verdadeiro aspecto distintivo do enredo do romance dramático. Tudo de fato deriva de fatores declarados e inalteráveis no início, mas ao mesmo tempo os termos do problema sofrerão alterações, levando a resultados imprevistos. (Muir, p. 24-25)

Em nossa dissertação de mestrado tivemos oportunidade de associar esta formulação de Muir ao romance *Nós, os do Makulusu*, de Luandino Vieira, e acreditamos que também para o exame dos personagens e da forma peculiar d'*O livro dos rios* e d'*O livro dos guerrilheiros*, a noção de romance dramático será funcional e poderá se revelar útil.

Em consulta ao verbete “Personagem” num *Dicionário de termos literários*, verificamos que o texto começa discutindo a dualidade entre pessoa e personagem, que personagens seriam “seres fictícios construídos à imagem e semelhança dos seres humanos: se estes são pessoas reais, aqueles são ‘pessoas’ imaginárias; se os primeiros habitam o mundo que nos cerca, os outros movem-se no espaço arquitetado pela fantasia do prosador” (Moisés, p. 396). Forster considera que, sendo os protagonistas dos romances “geralmente humanos”, não há problema em chamá-los pessoas, e é assim que denomina as partes do seu ensaio que tratam desse aspecto do romance. Mas acaba por reconhecer que os personagens não são como as pessoas no mundo físico, são “massas verbais” a quem o romancista dá “nomes e sexos”, determina “gestos plausíveis e [...] faz falar por meio de aspas e talvez comportarem-se consistentemente” (Forster, p. 34). Ele acaba estabelecendo a distinção entre a pessoa do mundo físico, mundo sublunar, como se costumava dizer, e a pessoa presente nas narrativas como sendo, respectivamente, *homo sapiens* e *homo fictus*. *Homo sapiens*, como sabemos, é a classificação (um tanto pretensiosa, devemos reconhecer) dada por humanos à própria espécie. *Fictus* (segundo o *Dicionário escolar latino-português*) é o particípio passado de *fungo* (Faria, p. 223), que significa, em sentido próprio, “modelar em barro” e em sentido figurado “imaginar, inventar, produzir, criar, fingir” (Faria, p. 224). Portanto, *homo fictus* é o homem imaginado, inventado, produzido, criado, fingido. Isso evidencia a diferença entre as duas denominações, o primeiro é o demiurgo do segundo. E como o mais importante aspecto do *homo fictus*, Forster destaca o fato de que

[...] podemos saber mais sobre ele do que sobre qualquer um dos nossos semelhantes, porque seu criador e narrador é um só. Estivéssemos preparados para uma hipérbole, a esta altura poderíamos exclamar: “Se Deus pudesse contar a estória do Universo, o Universo se tornaria fictício”. (Forster, p. 43)

Esse conhecimento mais completo que nós, leitores, podemos ter a respeito do *homo fictus* em relação ao pouco que podemos saber “dos nossos semelhantes”, ou seja, sobre os outros *homo sapiens*, é uma diferença que Antonio Candido considera importante para a criação de personagens convincentes, bem realizados. “Verifiquemos [...] que há afinidades e diferenças essenciais entre o ser vivo e os entes de ficção, e que as diferenças são tão importantes quanto as afinidades para criar o sentimento de verdade, que é a verossimilhança.” (Candido, Rosenfeld, Prado, Gomes, p. 55) E a diferença principal consiste em que, embora possamos ter uma visão completa do exterior, da aparência, do ser físico, não só dos outros, mas também de nós mesmos, no caso do conhecimento interior, íntimo, pessoal, temos uma visão parcial e limitada, não apenas dos outros, até de nós mesmos. Se não fosse assim não precisaríamos da máxima inscrita no átrio do templo de Apolo em Delfos: *conhece-te a ti mesmo*, e nem haveria tanta dificuldade em alcançar o que ela indica. Por isso Antonio Candido nos diz “que a noção a respeito de um ser, elaborada por outro ser, é sempre incompleta, em relação à percepção física inicial. E que o conhecimento dos seres é fragmentário” (Candido, Rosenfeld, Prado, Gomes, p. 56). Assim o contato com o *homo fictus* é um modo de saber mais sobre os outros, transpor suas inacessíveis opacidades interiores, mas é também um modo de conhecermo-nos melhor a nós mesmos. No entanto essas são questões mais pertinentes à busca do autoconhecimento e ao estudo das funções da literatura, questões que não compete tratar aqui.

O que importa reter é essa noção do personagem como um ser fictício que nos franqueia, através da subjetividade, da elaboração e da arte do romancista, seu mundo interior. Antonio Candido lembra “a lógica da personagem”, que consiste numa “linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo-de-ser”, e que faz a personagem “relativamente mais lógica, mais fixa do que nós”, mas não “menos profunda”. Essa profundidade “é um universo cujos dados estão todos à mostra, foram pré-estabelecidos pelo seu criador, que os selecionou e limitou, em busca da lógica”, e, além disso, “a compreensão que nos vem do romance [...] é muito mais precisa do que a que nos vem da existência” o que resulta ainda em “podermos dizer que a personagem é mais lógica, embora não mais simples, do que o ser vivo” (Candido, Rosenfeld, Prado, Gomes, p. 58-59). É por isso que o leitor de romances costuma ficar, após o término de uma grande obra, com a impressão de ter estado lá, onde tudo se passou, e de ter conhecido e convivido com os personagens (ou

as pessoas?) que nela encontrou. É talvez o mais perto que se pode chegar da impossível transmissão de experiência pessoal.

Há quem sustente que de fato, na literatura do século XX, a personagem adquiriu complexidade suficiente para passar a ser chamada pessoa. É o caso do crítico francês Michel Zérafra, autor de monumental estudo que se chama justamente (e talvez provocativamente) *Pessoa e personagem: o romanesco dos anos de 1920 aos anos de 1950*. Antonio Candido, no seu ensaio de 1968 “A personagem no romance”, já apontava o rumo dessa transformação. “O romance moderno procurou, justamente, aumentar cada vez mais esse sentimento de *dificuldade* do ser fictício, diminuir a idéia de esquema fixo, de ente delimitado, que decorre do trabalho de seleção do romancista.” (Candido, Rosenfeld, Prado, Gomes, p. 59, *itálico do autor*) O estudo de Zérafra foi publicado pela primeira vez em 1971.

A pessoa, que não substitui o personagem, mas talvez se sobreponha a ele dando-lhe maior consistência, encorpando-o, digamos assim, aparece nos romances inovadores, vanguardistas, que surgiram nas primeiras décadas do século XX, alimentando-se no grande realismo do século XIX, mas estabelecendo novas formas romanescas, é esse o objeto do estudo de Michel Zérafra. Sua hipótese de trabalho é destacada logo no início do prefácio: “[t]odo romance exprime uma concepção da pessoa que sugere ao escritor a escolha de certas formas e confere à obra seu sentido mais amplo e mais profundo; se esta concepção se modifica, a arte do romance se transforma”. Assim, a forma da obra seria suscitada e sugerida pela figura, pela pessoa concebida pelo romancista, que encontra no ‘universo real [...] uma matéria, não um modelo’ e nele “[d]escobre estruturas, não formas” (Zérafra, p. 9). Isso resulta numa ligação inseparável entre pessoa e forma. É um pouco como o sugerido por Edwin Muir quando fala no romance dramático, mas vai além disso.

Em romances como os de Proust, Joyce, John dos Passos, Virginia Woolf, Malraux, Celine, entre vários outros, por mais diversificados que sejam, “uma ideia do homem tornou-se uma imagem do homem, concretizada por um conjunto de meios de expressão que representa noções e sentimentos, funções psicológicas e fatos sociais, atos e sonhos” (Zérafra, p. 10). A distinção que o crítico propõe “entre *pessoa* e *personagem*” busca “reduzir a ambiguidade que se prende aos dois termos” pois quando referimo-nos à dramaturgia ou à narrativa “falamos comumente da personagem como de *uma* pessoa”. Isso nós já tínhamos visto. Mas o autor acrescenta: “a questão, a nossos olhos, era saber se tal herói representa, encarna *a* pessoa”. (Zérafra, p. 11, *itálicos do*

autor). Mais adiante afirma não haver “pessoa sem personagem, mas a pessoa não poderia ser reduzida a um herói de romance; doravante este não poderia ser sintético” (Zéraffa, p. 12). Dá ainda mais duas razões que o levaram a distinguir a pessoa do personagem: “um fenômeno de acumulação das obras romanescas” que implicou na

[...] mais ampla das reflexões sobre a arte do romance que jamais foi efetuada, e que foi uma das causas de desconfiança unânime com respeito à personagem — ou ao menos ao tipo. Com efeito, passou-se com o romance, depois de 1919, o que acontecera com as artes plásticas antes de 1914: muitos séculos de arte haviam acumulado e proposto tantas representações do homem que as próprias noções de forma e de discurso se tornaram suspeitas. Lendo Tolstói, que aliás admirava, o romancista inovador procurava [...] outras vias além daquelas do figurativo. A recusa da “personagem” não manifesta somente a exigência de verdade e de autenticidade; sendo a do *retrato*, esta recusa procedia de móveis estritamente estéticos e inscrevia-se, por reação e negação, na história de uma arte.

Zéraffa diz ainda que sua análise versa sobre romancistas que “julgando necessário destruir ou transformar formas antigas, elaboraram estruturas correspondentes a uma concepção nova da pessoa”, e acrescenta “que a linearidade do relato lhes inspira tanta desconfiança quanto a representatividade da personagem” (Zéraffa, p. 13, vale para as citações não referenciadas, *itálico do autor*).

A distinção proposta pelo crítico francês associa personagens a *clichês fotográficos* e à aparência, enquanto o que ele chama pessoa é associado à consciência. O romancista deve expor a experiência da pessoa e trabalhar a partir dela, não descrever sua substância. Ele até sugere uma sucessão das transformações que é possível observar no tratamento que alguns escritores dão à pessoa e consequentemente ao romance. Em Proust e Joyce, por exemplo, temos concentração no indivíduo e nos estados do Eu. Depois, com Malraux, Hemingway, Steinbeck, há um retorno à História, à necessidade de existir no mundo, com ou contra os outros. (Se fôssemos situar os romancistas do nosso *corpus* em alguma parte desta sucessão, seria aqui.) Com Fitzgerald e Kafka, a marcha da sociedade, sem um projeto da História, sem um *fim*, só obriga a seguir em frente no rumo do nada. Os heróis de Sartre e de Camus, embora tenham a ideia da Existência para irem além da própria individualidade, movem-se em meio à suspeita e ao desenraizamento, a historicidade substituída pela simples sucessão. Em Beckett chegamos “ao romance da pura constatação” que é também o “da pura incerteza”, em que a pessoa “parece ser constituída de fatos registrados, sem ordem” (Zéraffa, p. 453).

Mas Zéraffa parece reconhecer alguma coisa comum (“um princípio”) em toda essa diversificada sucessão de olhares para esse gênero narrativo. “O romance original é

quase sempre antirromance, em que se descreve uma antipessoa. No século XX, um princípio parece certamente reinar sobre a expressão da pessoa no romance: a recusa da certeza.” (Zéraffa, p. 456) É óbvio que o crítico francês não fala em romances africanos e tampouco brasileiros, fala em franceses, ingleses, americanos, alemães, italianos, russos, mas só atravessa os Pirineus para mencionar Cervantes e só lembra a América do Sul por causa de Borges. Ainda que falasse em brasileiros ou africanos, os romances que nos interessam estão muito fora do recorte temporal que ele fez. Mesmo não adotando a terminologia pessoa para referir-nos às personagens do nosso estudo, as reflexões sobre a *pessoa no romance* poderão sugerir novos modos de olhar para as narrativas que nos interessam. Essa ideia, da “recusa da certeza” é algo que poderá iluminar aspectos presentes em muitas das *pessoas* que povoam nosso *corpus*.

Para mostrar que não há descontinuidade no contato entre o *corpus* com que trabalha Zéraffa e os romances que elegemos para estudo, vamos nos louvar num trecho em que ele descortina a ligação entre todos os romancistas.

Todavia, os romancistas originais dos anos de 1950, que querem caracterizar o mais exatamente possível a ausência de senso das coisas e dos seres, *contam-nos ainda, como seus antecessores, a história da pessoa humana*. História da qual cada nova figura é parcial e injusta: não existe homem romanesco total. (Zéraffa, p. 466, *itálico nosso*)

Antônio Callado, Pepetela, Luandino Vieira, como seus antecessores e sucessores, também contribuíram (e ainda contribuem) com a parte deles (ainda que “parcial e injusta”, por incompleta, como todas as outras) para essa “história da pessoa humana” que é, de alguma forma, toda a nossa História.

Há ainda uma questão de que costumam tratar os teóricos do personagem, que é o modo como são elaboradas as figuras que povoam as narrativas, se através da memória do romancista, da sua experiência autobiográfica, se da observação das pessoas e da sociedade à sua volta, se da pura imaginação, ou se de todas estas formas mescladamente. Mas essa é uma discussão puramente teórica, especulativa, visto que a maior parte das vezes não é possível saber como um determinado personagem foi criado, que processo utilizou o romancista em sua construção. Talvez nem o próprio romancista saiba com certeza. Graham Greene, no prefácio a um de seus romances, fala nisso, quando nega a existência de modelos reais para seus personagens. O que ele dizia aproveitar dos modelos reais era um “traço físico apanhado aqui, uma maneira de falar, uma anedota — e eles são cozidos na cozinha do inconsciente e surgem irreconhecíveis, na maioria dos casos, até mesmo para o cozinheiro” (Greene, 1966 p. viii). Sendo assim,

em vez de tentar saber como este ou aquele personagem foi concebido, melhor será, verificar na prática, na análise do texto, com que elementos eles foram construídos, o que poderá nos fornecer, pelo menos, sugestões de como se chegou a essa elaboração.

Em seguida faremos um comentário sobre as obras que compõem nosso *corpus*, dando uma ideia de sua trama, de como estão construídas, do espaço em que acontecem, do tempo em que decorrem, de como se relacionam dentro da obra de cada romancista, e assinalaremos quais personagens serão objeto de nossa análise, para que nos capítulos subsequentes possamos nos dedicar exclusivamente a eles.

Num texto intitulado “A ficção em prosa de Antonio Callado (1917-)”, o brasilianista Malcolm Silverman, estudioso da ficção brasileira do século XX, trata, além dos dois primeiros romances de Callado, *Assunção de Salviano* e *A madona de cedro*, de dois dos romances que nos interessam aqui, *Quarup* e *Bar Don Juan*. É de notar, pelo próprio título do estudo, com a data de morte de Callado em aberto, como não se trata de texto recente. Foi publicado em livro no ano de 1978, o que poderia fazer pensar que *Reflexos do baile*, de 1977, também poderia ter sido incluído, mas o autor esclarece, em “Nota prévia”, que os ensaios reunidos foram escritos ao longo de sete anos, e que os “concernentes à obra de Antonio Callado” e mais dois outros autores “já saíram em revistas especializadas” (Silverman, 1978, p. 7), portanto antes da publicação do terceiro romance da tetralogia que tem por pano de fundo o panorama político do Brasil antes e durante a ditadura militar. Vamos ver como ele dá, aos seus leitores, uma primeira ideia do romance que abre a tetralogia.

Em síntese, *Quarup* relata a transformação do Padre Nando de celibatário tímido, intelectual e sexualmente frustrado, em revolucionário fornicador e turbulento. A ação começa e termina em Pernambuco [...], embora muitas das aventuras de Nando o conduzam ao Rio e ao interior do País. O tempo estende-se por dez anos (1954-1964), em que a metamorfose pessoal de Nando corre paralela à do Brasil: os derradeiros e amenos [*sic*] dias da presidência de Vargas, seguidos mais tarde pela de Goulart, abrem caminho à desesperada politização desencadeada pela Revolução de 1964. (Silverman, 1978, p. 22)

Silverman não poderia ser mais sumário na descrição da trajetória — “a transformação do Padre Nando de celibatário tímido, intelectual e sexualmente frustrado, em revolucionário fornicador e turbulento” — do personagem principal. Quase faz aquilo conhecido entre os roteiristas como *story line*. Num segundo estudo, muito mais vasto e abrangente, sobre o que ele chama *romance de protesto*, publicado em 1995 e com nova edição revista no ano 2000, o crítico norte-americano, e entusiasta

da literatura brasileira³¹, retorna a Callado, podendo agora comentar também seus últimos romances, inclusive *Reflexos do baile* e *Sempreviva*. É interessante assinalar como, desta vez, o crítico dá uma descrição bem mais matizada, com detalhes, do percurso do protagonista de *Quarup*.

A trama [...] inclui uma desordem deliberada na qual aparecem: Nando deixando a Igreja; suas aventuras eróticas iniciais; suas peregrinações no parque nacional do Xingu; a expedição ao centro geográfico do Brasil; sua relação homossexual com Francisca; seu trabalho organizando as ligas camponesas e a dissolução das ligas em seguida à queda de Miguel Arraes, governador esquerdista de Pernambuco; sua resultante detenção, tortura, libertação e contemplação esotérica; sua recuperação em casa de Padre Hosana; e, finalmente, sua decisão de adotar o nome e o estilo de vida de Levindo, seu companheiro politizado, morto como guerrilheiro. (Silverman, 2000, p. 294)

Com exceção do fato de que Levindo não é “morto como um guerrilheiro”, visto que não está armado para enfrentar seus adversários, é simplesmente assassinado por um proprietário rural que não quer que ele continue a organizar e a agitar seus trabalhadores, o resumo menciona todas as passagens importantes da trama.

Quarup divide-se em sete partes, sem divisão interna das partes em capítulos. A primeira (“O ossuário”) e as três últimas (“A palavra”; “A praia”; “O mundo de Francisca”) situam-se em Pernambuco, entre Olinda, Recife e o campo. A segunda parte (“O éter”) tem por espaço a cidade do Rio de Janeiro. O cenário da terceira (“A maçã”) é o posto Capitão Vasconcelos, do Serviço de Proteção aos Índios, na área do rio Xingu (ainda não havia o Parque Nacional). O cenário da quarta parte (“A orquídea”) é o da mata amazônica, em que os personagens se deslocam para alcançar o centro geográfico

³¹ Luiz Ruffato, em artigo publicado no *Rascunho*, jornal literário de Curitiba, em fevereiro de 2009, e intitulado “A ingratidão cultivada”, dá notícia do crítico: “A partir de meados da década de 1970 e por toda a década seguinte, bateu pernas por aqui um jovem professor norte-americano, alto e magro, irônico sempre, sarcástico às vezes, apaixonado pela literatura brasileira. Chamava-se Malcolm Silverman e dava aulas de português e espanhol na Universidade Estadual de San Diego, na Califórnia. Dava aulas? Não, na verdade, arregimentava novos entusiastas para a nossa cultura. Nome sempre presente nas revistas e suplementos literários brasileiros da época, tornou-se amigo de escritores, editores e ensaístas — leitor voraz, edificou, destemidamente, um dos melhores panoramas críticos da literatura daquele período. / No entanto, na década de 1990 Silverman começou a sair de circulação. O Mal de Parkinson o consumia. Suas viagens ao Brasil diminuíram de frequência e aos poucos seu nome deixou de ser lembrado. [...] Em 2002, Silverman esteve em São Paulo (creio que pela última vez) [...]. Embora bastante depauperado pela doença, mostrava entusiasmo com as pesquisas sobre os novos autores que iriam compor o segundo volume do *O novo conto brasileiro*, livro que não chegou a editar. / Naquele mesmo ano, recebi um cartão de natal, procedente da Costa Rica, último contato efetivo que mantivemos. Por mais que me esforçasse, não consegui mais saber notícias suas. Amigos meus procuraram-no nos Estados Unidos, mas a única notícia concreta foi a de sua aposentadoria, por problemas decorrentes do agravamento da doença. Os anos se passaram e em junho do ano passado [2008] a romancista e contista Miriam Mambini me escreveu comunicando a morte de Silverman. Tinha 62 anos e, como prêmio pela sua dedicação exaustiva à literatura brasileira, ganhara o silêncio, o mais absoluto silêncio...” (Ruffato, 2009)

do Brasil. O espaço do romance, portanto, abarca campo, cidade e mato, mapeando simbolicamente os principais cenários do país.

As três primeiras partes do romance decorrem ao longo do ano de 1954, até o mês de agosto. Nesse ano padre Fernando, ou apenas Nando, prepara-se para seguir ao Xingu, como missionário entre os índios. Vive num mosteiro em Olinda, dirigido por dom Anselmo, entre seminaristas e padres como Hosana, inveterado mulherengo e André, obcecado pela segunda vinda de Cristo. Entre os leigos, convive com a linda estudante Francisca, filha de um industrial; o noivo dela e candidato a revolucionário, Levindo; o casal de intelectuais ingleses Leslie e Winifred, interessados na realidade do nordeste brasileiro (Winifred será também a primeira sedutora de Nando); os trabalhadores rurais Lázaro, Zequinha, sua mulher e sua filha Maria do Egito; e ainda com Januário, organizador das Ligas Camponesas. Também vai surgir pela primeira vez o major Ibiratinga, já preocupado com o avanço do comunismo.

No Rio de Janeiro, atrás dos trâmites burocráticos necessários à transferência para o Xingu, Nando conhece Ramiro Castanho, chefe do Serviço de Proteção ao Índio, que odeia mato e tem pouca simpatia pelo contato com os protegidos do seu serviço; sua sobrinha, a “morena” Vanda, também funcionária do S. P. I., outra amante do jovem padre; o jornalista “mulatão” (*Q*, 76, vale para as duas citações) Luís Souto, mais conhecido como Falua; o comunista Otávio Cisneros, veterano da Coluna Prestes e estudante de medicina que não concluiu o curso; a psicanalista Lídia, que também vai tentar ajudar Nando a vencer a ejaculação precoce; a dançarina Sônia Dimitrovna, em quem Ramiro e Falua estão interessados; o ministro do Interior, Gouveia, também interessado em Sônia; Fontoura, chefe do posto Capitão Vasconcelos e protetor apaixonado dos índios; o sertanista Rolando Vilar.

Nando voa para o Xingu com Olavo, piloto do Correio Aéreo Nacional. Em terra, é apresentado a Cícero, “caboclo simpático”, “braço direito de Fontoura” (*Q*, 123). Vai conhecer e conviver com muitos índios, entre eles o vaidoso e vistoso Anta, também com Aíca, que sofre de fogo selvagem, terrível doença de pele. Por lá aparecerão Lídia, Otávio, Vilar e seus dois chefes de turmas, Eleutério e Vanderlei. Mais tarde chegarão o ministro Gouveia, trazendo Sônia, e Ramiro Castanho. No voo seguinte, quando o ministro já foi embora, chega Falua. Durante o *quarup*, a cerimônia fúnebre em honra de um *tuxaua* (chefe) morto, em que se evoca a criação do mundo e dos homens, Sônia, cansada de ser objeto de disputa entre homens brancos, foge com Anta para as profundezas da mata. Ao amanhecer da noite da festa, chega pelo rádio a notícia do suicídio de Vargas. Fontoura quer um avião para levar os índios ao Rio de Janeiro e resistir à ameaça de golpe, Otávio quer a lancha para chegar a Xavantina e se deslocar para o Rio, mas a lancha está com Falua e Ramiro desesperados ao saber da fuga de Sônia. A narrativa se interrompe no dia 24 de agosto de 1954.

O espaço ainda é o posto Capitão Vasconcelos, mas Nando já não é o mesmo em 1961, deixou de ser padre, deixou-se ficar no mato, virou sertanista, auxiliar de Fontoura. Rápida rememoração de Nando recupera o acontecido entre o *quarup* e aquele momento. Padre Hosana matou dom Anselmo ao ser surpreendido com a prima, Nando vai a Olinda, sabe por Hosana da morte de Levindo, que lhe lembra também Francisca, agora uma mulher livre. Comunica a dom Ambrósio, novo superior, que vai abandonar a batina. Inicia seu trabalho de contato com tribos afastadas. Ramiro entendeu-se depressa com o novo governo, continua chefe do S. P. I., pelas costas dizem que ele é na verdade chefe do S. P. S., Serviço de Procurar Sônia. Chega ao Xingu voo com os membros da expedição que sairá em busca do centro geográfico do Brasil. Nando se surpreende ao reconhecer Francisca entre eles, foge dela. Além de Francisca, reaparecem Olavo e Ramiro, e aparece Vilaverde, jovem sertanista que depois da expedição substituirá Fontoura na chefia do posto. Depois de muitas marchas exaustivas pela floresta, muitas peripécias, incluindo a consumação do amor de Nando e Francisca em meio a um magnífico orquidário natural, problemas com grupos indígenas doentes, desvios para procurar Sônia, chegam enfim ao centro geográfico, ocupado por imenso formigueiro de saúvas. Fontoura morre no local. A expedição perde contato com seu apoio aéreo por vários dias. O atraso é resultante da tensão política em que o país mergulhou após a renúncia de Jânio Quadros.

Depois de deixar a floresta e de um interlúdio amoroso no Rio, Nando e Francisca voltam a Pernambuco e se engajam na campanha de alfabetização de adultos promovida pelo governador Arraes. Nos cenários que lhe lembram Levindo, Francisca não consegue mais se entregar ao amante. Nando, ainda aturdido, indo à casinha na praia onde mora, vê padre André, louco e desligado do sacerdócio, pregando aos jangadeiros a vinda do Cristo-Fidel.

No ambiente de disputa com os proprietários rurais e também entre eles, atuam Januário, com as Ligas Camponesas, Otávio e padre Gonçalo liderando um sindicato rural. Os estudantes Jorge e Djamil participam da efervescência. Também Lídia aparece, para rever Otávio, Nando e verificar a situação política em que padres e comunistas são aliados. Outro novo amigo de Nando é o tropeiro Manuel, interessado em entender as mudanças que acontecem na região, fazendeiros pagando salário decente, americanos comprando açúcar ali só para não comprar o de Cuba. Lembra a Nando que, se o Governador precisar de uma força de guerra, ele tem o primo Leôncio e toda a parentada que vive no sertão, sempre disposta a uma luta. Nando encontra Hosana, que, pena cumprida, vive com a prima numa chácara ali perto.

Enquanto parte da esquerda procura transformação pacífica e outra advoga solução armada, a direita promove o golpe militar, depõe o Presidente. Nando é preso na manifestação de 1º de abril em apoio ao Governador, também já preso, assim como Januário. Otávio fugiu. Nando é interrogado sem violência por major. Ibiratinga, agora coronel, diz a Nando que continua sua cruzada contra o comunismo, se dom Anselmo tivesse lhe dado ouvido não estaria morto. Entregue a subordinados de Ibiratinga, Nando é torturado. No porão há trabalhadores das Ligas e do sindicato, não sabe se Francisca está presa. Ibiratinga diz que tortura para salvar o Brasil, que queria por as mãos no Governador, em Januário, padre Gonçalo, mas só pode interrogar o doido André. Nando fica chocado. De volta ao porão, vê Manuel Tropeiro no pau de arara para que entregasse os fuzis que vieram de Cuba. Ibiratinga chama Nando novamente, diz que o governo militar está estragando tudo, deram *habeas corpus* a Januário, a moça Francisca, após dois interrogatórios, foi enviada pelo pai ricoço à Europa, e ainda recebeu ordem para soltar Nando. Livre, percorre o estado e vê destruído o que tinha sido feito para benefício da população. No regresso, encontra cartas de Francisca, mas não recebe autorização para deixar o país.

Impedido de viajar, sem perspectiva nem disposição para voltar à política, Nando, em sua casinha na praia, ensina amor às mulheres feias, solitárias, tristes, desesperançadas. Primeira é Margarida, a quem ele salva de suicídio no mar. Pescadores observam Nando. Amaro dos Santos pede que lhe ensine a lidar com mulheres, vira espécie de discípulo. Mulheres sucedem-se, Jandira, Júlia. Esta quer apossar-se de Nando, é repelida. Procurado por Cristiana, noiva, Nando a acolhe por loira, lembra Francisca. Quando se cansa da praia, frequenta pensões de mulheres, às vezes dorme com alguma. Procura Raimunda, de quem Manuel Tropeiro, ainda preso, gosta. Ela quer deixar aquela vida, turco ofereceu-lhe casa, Nando pede que espere Manuel sair da cadeia. Amaro avisa Nando que Júlia andou de conversa com homens que faziam anotações. Vida segue. Amaro aparece com sua rede e pede pousada. Não vai mais pescar, vai colher ostras como Nando ensinou, o pai brigou com ele por isso. Jorge e Djamil aparecem falando em reorganizar luta, mas Nando declara-se recolhido à vida privada. Jorge censura-o, Djamil não. Nando faz retiro no interior acompanhado por Jandira. Na pensãozinha onde se hospedam, ela, que já foi casada, diz sonhar ser mulher-dama. De volta, Nando encontra Djamil abrigado em sua casa. Recebe visita dos pais de Amaro. Velho Joselino quer que Nando lhe devolva o filho. Fará todo mal que puder a Nando. Do Rio, vem Lídia saber se é verdade o que corre. Otávio está no interior, organizando revolta. Nando: ele faz isso desde a Coluna Prestes. Mais pescadores se juntam a Nando, mais mulheres. Djamil ouviu de Júlia palavras que Nando reconhece como de Ibiratinga. O estudante lembra que se ele for preso outra vez, não contará com antigos companheiros, se oferece até para conseguir armas. Nando propõe, em vez de fugir para o interior, organizar grande festa em memória dos dez anos da morte de Levindo. Teve a ideia ao receber Manuel Tropeiro, que apareceu vinte dias após ser solto, na volta de visita ao primo Leôncio que arregimenta gente para ir à guerra contra a situação. Não teve coragem de lhe falar em vida privada, falou no jantar para Levindo, Manuel se entusiasma, será manifestação política. Nando omite que depois irá atrás de Francisca, não à guerra de primo Leôncio. Mais presos recém-libertados são convidados para o jantar. Tropeiro volta e vai com

Nando procurar Raimunda, mas ela foi com o turco. Nando recebe visita da mãe de Amaro para avisar que polícia procurou seu marido e ele falou de Nando como diabo que enfeitiçou seu filho. Cecília procura Nando com outro aviso: sargento Xiquexique ameaça esfaqueá-lo com licença do coronel. Hosana adverte contra o jantar, Jorge diz que não é momento para provocações, avisa que até autorizaram sua saída do país. Sai, sim, após o jantar. Fica sabendo que haverá marcha da família na mesma data. Nada o demove. Acontece o jantar, reúne muita gente. Manuel Tropeiro pede Raimunda em casamento. A marcha da família alcança a festa e a confusão começa. A Polícia, à espera disso, agride convidados. Manuel, as mulheres, somem no coqueiral. Nando e mais três são apanhados e surrados até perder consciência. Xiquexique resolve afogar Nando. Margarida e Cristiana, fazendo-se prostitutas, atraem soldados. Tropeiro e outros resgatam Nando. Hosana oferece abrigo em sua chácara para recuperação. Pensaram que não sobreviveria, após muito tempo começa a melhorar.

Apesar de recuperado fisicamente, um olho está ferido, manca de uma perna e tem dificuldades de entendimento e comunicação. Temem que fique como padre André. Ele recupera movimento e entendimento, mas não aquela vista. Precisa sair dali, é um dos mais caçados pela repressão. Nando concorda em acompanhar Manuel ao sertão, mas ainda pensa se reunir a Francisca. Sabe, por Hosana, que há carta em sua casa, sob constante vigilância. Decide buscá-la no domingo de carnaval. Tropeiro diz que se encontrará com ele, dali seguem viagem. Nando traz gibão, punhal e revólver fornecidos por Manuel. Vê guarda bebendo no bar, entra na casa antes do combinado. Cai na armadilha preparada por cabo Almeirim e soldado Quirino. Tiram-lhe revólver. Xiquexique está na cadeia desde que ele escapou, coronel cobra todo dia sua prisão. Notam mais alguém se aproximando, pelo coqueiral. Tropeiro também será preso. Tira punhal e o enfia nas costas do soldado, que cai sobre Almeirim, atento ao muro. Ao se voltar, pensando ser atacado, cabo é surpreendido por Manuel, que o mata com peixeira. Saem da casa, alcançam cavalos, Nando percebe que não irá mais atrás de Francisca. Tropeiro vai adotar nome de Adolfo Meia-noite, homenagem a famoso cangaceiro. Nando declara que passará a chamar-se Levindo. A cavalgada noturna prossegue. (Cf. *Q*, 1-496)

Como se pode perceber pela sinopse, não é um romance sobre guerrilha. A primeira ação guerreira de Nando acontece na última cena do romance. Ele será o personagem a ser estudado, mas não em sua totalidade, apenas num aspecto específico. Por ele poderemos acompanhar a formação do guerrilheiro. Também será preciso estudar Levindo, uma espécie de *protoguerrilheiro*, e traçar um rápido esboço, pois não será possível mais que isso, de Manuel Tropeiro, representante das camadas populares, não intelectualizadas, que leva Nando para a luta.

O romance teve uma extraordinária aceitação, foi avidamente lido assim que publicado. Vejamos algo sobre sua recepção crítica. Partindo de um comentário feito por Glauber Rocha em 1980, que acusava a intelectualidade de não ter entendido e desdenhado *Quarup*, Lúcia Chiappini Moraes Leite faz uma análise dos críticos de primeira hora, como Nelson Werneck Sodré, Paulo Hecker Filho e Wilson Martins, que o receberam com alguma desconfiança, e também de Helio Pellegrino e Ferreira Gullar, declarados entusiastas da obra. Sodré, como já vimos no primeiro capítulo, em texto de 1965, analisando a ditadura vitoriosa, já havia se pronunciado duvidando da solução armada para a crise brasileira, não é de estranhar que desconfiasse de romance que

parecia fazer pregação disso. Mas suas restrições eram mais estéticas que políticas. A professora Lígia Chiappini relativiza, em seu estudo, que é de 1982, o comentário do cineasta e até a distância aparente entre os desconfiados e os entusiastas.

Entretanto, lidos assim à distância, os textos dos três críticos [Sodré, Hecker, Martins] têm muito em comum, pois, além de coincidirem quanto às restrições feitas a *Quarup*, concordam ao valorizarem a última parte do romance, especialmente o final, que corresponderia a uma expectativa da época. [...] / Dessa forma, esses três críticos, representantes daquela “intelectualidade” que, segundo Glauber, não teria compreendido o livro, encontram-se com aqueles que o receberam entusiasticamente, de forma altamente elogiosa [...]. (Leite, p. 132-133)

Para pelo menos uma parte do seu público, *Quarup*, “corresponderia a uma expectativa da época” porque, no entender de Marcelo Ridenti,

[...] apresentava uma visão esperançosa e otimista, típica de certos setores sociais intelectualizados nos anos em que foi escrito, sobre as possibilidades de uma revolução brasileira após o golpe de 1964. Oferece uma perspectiva idílica e redentora da futura guerrilha a ser implantada no campo, tida como capaz de levar o conjunto do povo à sua emancipação econômica, política e social. Mostra, no sentido positivo do termo, a utopia que levou tantos militantes à luta armada. [...] / O romance de Callado fazia a profecia da aliança entre o povo e os intelectuais, corporificada na guerrilha rural a ser deflagrada, na perspectiva típica daqueles que pegaram em armas contra a ditadura. Talvez hoje se possa dizer, olhando o passado, que essa visão era um tanto idealizada, otimista, utópica, idílica, romântica, enfim, um *whishful thinking* das camadas intelectualizadas de esquerda ou dos guerrilheiros sobre o sentido social do enfrentamento armado proposto. [...] A utopia libertária presente em *Quarup* é fundamental para entender a adesão, na segunda metade dos anos 1960, de centenas ou milhares de pessoas ao projeto de guerra revolucionária, em suas várias vertentes. (Ridenti, 2010, p. 100-102)

Não significa que os leitores do romance aderiram à luta armada por causa dele, mas é interessante notar como a História vivida pelo país e pelo autor é recriada na Literatura e acaba por, em alguma medida, ter repercussão e influência na História.

O entusiasmo com que *Quarup* foi recebido, ao falar em algo que seu público ansiava por ouvir, não se repetiu com o segundo romance do autor sobre a ditadura, *Bar Don Juan*, talvez, como diz o provérbio, por zangarem-se os compadres quando se lhes dizem as verdades. Vejamos como Silverman apresentou o romance nos dois momentos em que dele tratou. No ensaio publicado em 1978, diz:

Bar Don Juan retoma o tema revolucionário, tratando-o não como resposta séria aos males do Brasil, mas [...] de modo satírico, como fútil e até ridículo desperdício de energia. [...] A sua anárquica galeria de participantes está espiritualmente unida pela causa e, na dimensão física, pela atração dipsomaniaca por certo bar do Rio (o Bar Don Juan). À semelhança do Nando de *Quarup*, cada um dos seis personagens centrais luta contra os seus próprios problemas, enquanto se empenha em derrubar o governo. Os incidentes da ação são tão atuais quanto a novela (1971), e representam

frequentemente relatos romanceados de fatos reais: cenas de tortura, atentados, assaltos a bancos, pirataria aérea e inclusive os últimos dias de Ché Guevara. (Silverman, 1978, p. 22)

A abordagem no estudo posterior, dos anos 1990, é, outra vez, mais detalhada, mais analítica, embora a visão sobre o romance não mude:

Parodiando como não deve ser feita uma revolução, ele [Callado] mostra como a retórica revolucionária pode levar a uma procura vazia pela auto-satisfação, óbvia mesmo no título erótico-etílico do romance. / [...] / Durante a primeira parte, isto é, quase a metade de *Bar Don Juan*, a bebida e as ligações casuais caracterizam o seu estilo de vida indisciplinado enquanto eles planejam, com relutância e no pequeno bar, reunir-se a Che Guevara e espalhar a revolução no Brasil e mais além. [...] / O caos derrama-se para a segunda ou “compromissada” parte da narrativa, focalizando ambos os lados da selva distante: João e sua trupe, agora em Mato Grosso, esperando um momento propício para atravessar a fronteira; e o compatriota Eustáquio, junto com Guevara e seus guerrilheiros, na Bolívia. Entre cenas de miséria, brutalidade e morte, ambos os bandos são dizimados, e mesmo assim João jamais consegue passar para o outro lado simbólico. É um final realista (e, para Guevara, fatalmente real), apropriado para a busca quixotesca proverbial. E, no entanto, é como se o autor quisesse oferecer frágil esperança, pois Laura, enviuvada, consegue voltar ao Rio de Janeiro, agora um membro mais engajado e experimentado do movimento de resistência, e só alguns pontos abaixo de Nando na conclusão de *Quarup*. (Silverman, 2000, p. 334-335)

Embora não se saiba de quem Eustáquio é compatriota, visto que ele é cubano, Guevara argentino, “João e sua trupe” brasileiros, e lembrando que um dos da “trupe”, Murta, chega ao outro lado, os dois sumários de Silverman servem para dar uma ideia inicial do romance. Mas precisaremos de uma sinopse mais detalhada, uma espécie de mínima condensação, mencionar “seis personagens centrais” e falar em “João e sua trupe” é insuficiente para nosso propósito. Precisamos saber quem são esses seis personagens centrais e também quem são os coadjuvantes, como aparecem na trama, para podermos especificar quais deles serão objeto de nosso estudo.

Bar Don Juan se divide em três partes e doze capítulos. A primeira (capítulos 1 a 5) tem por cenário predominante o Rio de Janeiro, com algumas incursões por outros lugares. A segunda (capítulos 6 a 9) passa-se nos dois lados do rio Paraguai, em Mato Grosso e em território boliviano. A terceira (capítulos 10 a 12) embora tenha algumas cenas ainda na Bolívia, é marcada por um regresso ao Rio de Janeiro.

O intelectual João e sua mulher estão ligados a projeto de revolução continental. Presos, torturados, nada disseram. João quer vingança contra torturador que violentou Laurinha. Mansinho, jornalista e revolucionário, após bebedeira amanhece com Mariana. Tirou-a do escritor Gil Setúbal, agora, vaidade satisfeita, não quer mais Mariana. Volta de ônibus para casa, onde vive com pais e Jacinto, irmão estudante e pintor. Mansinho leva irmão até quadro de Portinari (primeira missa) na sede dum banco, esperando ser resgatado para o povo. Laurinha, da janela, espia vida feliz de vizinhos alemães, crianças, piscina. Chega Murta, candidato a

cineasta, declarando-se sem esperanças. *Flashback*: menino Eustáquio, filho de empregado nas terras do velho Cuevas, em Cuba. No Rio, ex-padre Geraldino encontra Eustáquio, apanha envelope. Sítio em Mato Grosso, Joelmir, ex-sargento, casou-se com Valdelize, guarda e conserva armas; é dono da lancha *Faceira*. No Bar Don Juan trabalha Aniceto, pistoleiro alagoano. Chegou ao Rio fugido, foi recrutado por João, gerente do bar. João leva Aniceto à casa do torturador, mas desiste da vingança. Enquanto serve ao balcão, Aniceto lembra catimbó em que Mestre Laurênio lhe fechou corpo. Em Mato Grosso, Gil não encontrou Joelmir, cavalga pelo Pantanal sempre pensando em Mariana, convive com vaqueiros, aprende plantas e animais.

Noite típica do bar. Aniceto falsifica uísque para finanças da revolução, João senta-se com Murta, proíbe falar em política ali. Chegam Mariana, depois Geraldino e Mansinho, que avisa não conseguiu onde reunir, mas não é preciso, plano é procurar Gil Setúbal levando Mariana de isca. Discussões: política, amor e arte. Paulino, bêbado chato, discursa revoluções. Geraldino lembra Alagoas, quebrou imagem de São José diante de beatas, fugiu com órfã Ermelinda. Briga atrai polícia. Após comer e beber, policiais levam Paulino, pelos discursos.

João fala de poesia mística e ditaduras ibéricas com Andrés, antifranquista dono do Don Juan; vai a São Paulo encontrar Adolfo Mena, cubano a caminho da Bolívia, é informado que o próprio Guevara comandará guerrilha. Mansinho leva sueca Karin a almoço na casa dos pais. Teme que irmão, depois de mostrar quadros de protesto, mostre coquetéis molotov e bombas caseiras. Vai com ela ao Don Juan e faz Aniceto lembrar Da Glória, deixada em Alagoas, depois de tiros em despótico deputado. João vai com Geraldino a São Paulo, Mansinho não está disponível.

Laurinha visita velha amiga, portuguesa e florista, dona Maria, queixosa da solidão e da falsidade dos homens. Deseja, depois da viagem a Mato Grosso, vida normal, sem revolução. Karin se espanta com mortandade de peixes na lagoa. À noite, no bar, Mansinho convence Murta a participar de assalto a banco. Dia seguinte, cineasta ao volante, Mansinho e mais dois fazem assalto.

Cubano Maldonado, em São Paulo, fala do grupo guerrilheiro em Ñancahuazu, João diz que seu grupo vai tentar se reunir a eles. Outro encontro: Eustáquio, em trânsito para voltar à guerrilha, afirma vitória garantida com Che, sabe disso desde Sierra Maestra. Do Rio, Mariana telegrafa a Gil sobre viagem do grupo, visita família de Mansinho, único ausente. Ao ver novos quadros de Jacinto, repara em sacola com dinheiro dos assaltos. Chega resposta afirmativa de Gil desde que ela vá. Vê-se de novo dividida entre Gil e o jornalista assaltante revolucionário. Mansinho traz mais dinheiro para irmão guardar, avisa que vai a Mato Grosso, sumirá por uns tempos. Noite no bar, Mariana se arrumou para Mansinho, que vai embora com Karin e Murta. Karin procura Mansinho no jornal, quer participar da revolução, naturalizar-se brasileira. Ele ameaça não mais falar com ela. Laurinha encontra João em São Paulo. Na volta, sabem do afogamento de Amelinha, criança dos alemães. Dia seguinte, João vê piscina aterrada. Laurinha fecha janela, quer ir para Mato Grosso.

João vai a Miranda, atrás de Joelmir. No sítio, Joelmir o reconhece. Ex-sargento desistiu de esperar sinal da revolução, casou, Valdelize espera criança. Fala das armas, pode mandar entregá-las em Corumbá. João vai encontrar grupo na cidade. No sítio, próximo a Corumbá, Gil fala a vizinho, caçador Ximeno, sobre Mariana. Lembra despedida no Rio em meio a desordem da mudança. Desarruma casa do sítio como se mudança acabasse de chegar. Escreve *Livro do que fazer*. À beira do Ñancahuazu, Eustáquio, Pacho, El Rubio caçam, discutem política por metáforas escatológicas, talvez PC boliviano queira liquidar Che como Stálin a Trotski. Laurinha, em Corumbá, diz a Mariana que procure Gil. Diante do sítio, pensa voltar. Ximeno não deixa, leva Mariana até Gil, estranha bagunça de mudança. Mariana entende. Cama é único móvel no quarto. De madrugada, falam da guerrilha. Gil critica grupo, Mariana diz que vão se juntar a Che, Gil diz que ele não precisa de brasileiros para acabar de afundar. Na Bolívia, Eustáquio lembra morte de Tuma, como achou que Che ia dissolver guerrilha quando bolivianos encontraram depósitos de armas, munições, remédios. Camba procura Eustáquio, pensa ir embora. Eustáquio manda-o avisar Che, que não deserte e vá informar inimigo. Eustáquio fala a Che dos depósitos perdidos, do Camba. Guevara diz estar atento, fala de estudante presa em La Paz que se matou para não denunciá-los. De manhã, atravessam rio Grande para fugir ao cerco.

No sítio, Mariana avisa Gil, cumprirá palavra dada. Laurinha, João, Murta, Geraldino, Aniceto chegam. João informa que Joelmir recolheu-se à vida privada, Gil avisa que também. Debatem perspectivas e falta delas na revolução brasileira. Gil, para agradar Mariana, convida todos ao almoço. Vai, com Aniceto, único de quem teve vergonha ao anunciar desistência, à casa de Ximeno buscar cachaça. Pistoleiro e caçador de onças logo se entendem. Aniceto pega zagaia e Ximeno mostra como usar. Em Corumbá, Mansinho planeja um ou mais assaltos antes de voltar ao Rio. A João, diz que guerrilha boliviana está acabada, vai embora, ele e Murta. Aniceto procura animar João, não é homem de desistir, recomenda a ele e Geraldino um catimbó para fechar corpo. Esperam, beira rio, chegada da *Faceira* com carregamento de armas. À noitinha, Aniceto sinaliza chegada. João alegre-se, é Joelmir quem as traz, pretende usá-las. Chega a sonhar com reintegração de Gil. Dia seguinte, João, Aniceto, Geraldino vão de carro a Puerto Suárez. Ponce, contato dos cubanos, diz que tinham de ter vindo antes, Che contava com brasileiros e argentinos, situação agora é crítica. João fica sabendo que Adolfo Mena, do encontro em São Paulo, era o próprio Guevara. Anseia por reencontrá-lo. Na Bolívia, guerrilheiros são atacados, Camba deserta, vários morrem. Continuam marcha, sem água há dois dias, Che sem calçados ou remédio para asma, rumo a Quebrada do Yuro. Rádio fala em dois mil soldados, eles são dezessete. Encontram água, bebem, levam cantil a Che. Em Corumbá, no banco, Gil reconhece Mansinho que, com outro, anuncia assalto. Murta está lá fora. Caixa reage, mata Mansinho. O outro é imobilizado. Gil sai antes da Polícia chegar, vê Murta fugindo no carro, vai ao hotel buscar Mariana. Na volta a Corumbá, João e os outros percebem agitação. Afastam-se do hotel, circulam, ouvem notícia da morte do terrorista Amâncio Pereira, prisão do outro assaltante, buscas pelo foragido Juvenal Murta. Vão para a *Faceira*. Policiais estiveram ali, nada encontraram. Laurinha está a bordo. Jantam, esperam noite para cruzar rio. Joelmir apanha armas, distribui. Marinha e Polícia patrulham área. Tiros são ouvidos. Joelmir vai a terra, ouve que fugitivo foi metralhado dentro do rio. Laurinha tem vontade de chorar por Murta. Aproveitando passagem de chata de minério, Joelmir leva *Faceira* para meio do rio. Tensos, dentro da cabine, ouvem bater no casco. Pensam em Murta. João sobe ao convés com fuzil, é metralhado. Geraldino também. Ao verem Laurinha, tiros cessam. Joelmir e Aniceto pulam n'água sem serem vistos.

Guevara e grupo entram em combate na Quebrada do Yuro. Che é ferido, capturado. Há guerrilheiros mortos. Eustáquio, preso, ampara Comandante que mal pode caminhar. São conduzidos à escola no povoado La Higuera. Eustáquio é separado de Che. Oficiais obrigam sargento a atirar em Guevara. Depois cortam as mãos do cadáver com machadinha.

Ao ouvir tiros, Murta afundou no rio, deu com chata de minério, subiu à carga e escapou do local. Longe, pulou no rio, alcançou margem boliviana, único do grupo. Encontra abrigo com seringueiro Martinez e sua mulher Carmencita. Murta quer saber se ali há índios bravos, antropófagos. Martinez não gosta de falar, manda Carmencita responder. Murta acostuma-se a falar ao seringueiro de João, Laurinha, Mansinho, Geraldino. Um entardecer, fala na morte de Che Guevara. O outro diz que ele mente, Murta confirma. Martinez reage apanhando fuzil e atirando a esmo, aos berros. Surgem três índios carregando outro, morto por tiro, matam Martinez a bordunadas.

Depois de presa em Corumbá e Ladário, Laurinha é solta, volta ao Rio, trabalha na floricultura Flora do Freixo. Um dia vê notícia do enterro de Mansinho. Não quer lembrar, ver ninguém, deseja que Murta tenha tido morte horrível, mas vai a velório, encontra pais de Mansinho, acabados, Jacinto, Karin. Adelaide, a mãe, pede visita das amigas do filho. Karin volta à Suécia. Laurinha promete ir, não cumpre. Dona Maria, ao dar abrigo e trabalho à amiga, achou que fizesse mau negócio, enganou-se. Admira trabalho dela, plantando, indo por espécimes ao morro de Santa Teresa. Laurinha recomeça a trabalhar no índice do livro que João deixou pronto. Uma noite, vai ao Arpoador, entra em carro de desconhecido, quase pede que a leve ao Bar Don Juan, mas quando ele começa a acariciá-la, desiste, sai do carro, caminha até a floricultura. Lá aparecem Jacinto e amigo, João Batista. Estão na luta clandestina, falam de João como herói, querem publicar livro dele no Brasil e na Argentina, dão notícia de Murta, apanhado em Manaus, trazido preso ao Rio, está no hospício do Engenho de Dentro, afirma ser primeiro homem latino-americano e que espera perdão de Laurinha. Ela cala, ainda tem ódio de Murta. João Batista deixa telefone de tia para contato. Jacinto sugere volta à luta, pede

apartamento para esconder companheiros. Ela diz que busca virar planta. Quando saem, joga fora telefone anotado. Mas, pela primeira vez, volta a pensar na luta do marido. Um dia, resolve rondar prédio onde foi violentada, quer ver Salvador, policial de quem João queria vingar-se. Pergunta por ele, fica sabendo que morreu. Aparece na floricultura sua antiga vizinha alemã, compra ramo de saudades, se espanta quando, ao pagar, Laurinha diz ser presente para Amelinha. Vê alemã, afastando-se de carro, jogar fora ramo. Manhã bem cedo, Laurinha passa pela antiga casa dos alemães. Não olha seu prédio, nem sua janela, mas vê casa ocupada por instituição para crianças deficientes. Tem mal-estar, é socorrida por Matilde, da instituição, rejeita convite para entrar. Conta ocorrido à florista, ela lhe diz para levar rosas a Matilde e esquecer caso. Aceita convite para entrar, conhecer as crianças, Matilde fala como gostaria que as crianças fizessem natação. Laurinha diz que há uma piscina soterrada no pátio.

Após deixar Laurinha na *Faceira*, Gil e Mariana refugiam-se em rancho no chapadão, convivem com casal de caseiros índios. Vivem meses em lua-de-mel cósmica escrita no *Livro do que fazer*. Mariana, grávida, organiza rotina em torno da espera. Gil escreve e joga fora. Mariana tem raiva do livro que ele escreve. Aniceto aparece com Da Glória. Mariana aprecia presença de novo casal. Da Glória, ao ver cegonha, teme anúncio de gravidez indesejada. Aniceto lamenta descumprimento de promessa feita a João: dizer a Guevara que ele morreu longe, mas na mesma luta. Mariana lembra que morto não recebe recado. Gil escreve todo dia e rasga à tarde. Aniceto sai para caçar e ficar sozinho. Confidencia a Gil que, contra vontade de João, matou torturador, no Rio. Mariana quer ir embora mesmo com risco de prisão, Gil quer esperar nascimento. Da Glória conta a Mariana que não pode ter filho porque é irmã criada longe de Aniceto, apaixonaram-se sem remédio no reencontro. Ele foi buscá-la porque padre Geraldino dizia que mundo começou assim. No Rio, Jacinto, agora clandestino, resolve pegar dinheiro escondido na casa dos pais. É surpreendido e morto pela polícia. No rancho do chapadão aparece Luciano, engenheiro e funcionário federal, Gil se encanta com projeto que pretende unir bacia do Amazonas e bacia do Prata, convida-o a pernoitar. Mariana lê notícia da morte de terrorista irmão do assaltante morto em Corumbá. Sente pena dos velhos, agora sem filho nenhum, quer ir vê-los. Intima Gil a ir embora com todos, acompanhando os colegas de Luciano que voltam para o Rio. Gil diz que serão presos. Na manhã em que pretende obrigar Gil a viajar, ele foi embora, deixou bilhete, ia para a região das Águas Emendadas terminar livro e a encontraria em alguns meses. Olha o envergonhado Luciano, primeiro rival capaz de afastar Gil dela. No aeroporto de Cuiabá, Aniceto vê cartaz de *terroristas procurados*, foto de Joelmir marcada como *faturado*. Embarcam sem problemas, colegas do engenheiro levam artesanato indígena, até zagaia, Aniceto percebe. No voo, pensa que não será tranquilo chegar ao Rio, pensa em Joelmir, em todos os mortos, decide que vai levar recado de João a qualquer guerrilheiro sobrevivente da Bolívia. Apanha zagaia, entra com ela na cabine, obriga piloto a seguir para Cuba.

Piscina foi recuperada no casarão de Santa Teresa, mas Laurinha afastou-se, não quer se envolver. Um domingo Matilde aparece para levar Laurinha à inauguração. Ela não quer, dona Maria diz que vão as duas. Crianças festejam muito Laurinha, Matilde insiste que ela trabalhe ali. No prédio em que morava, vê todas janelas abertas, menos uma. Sai sem que notem, entra no prédio, vai ao apartamento, abre janela, espia festa. Sente-se em paz, vai alugar apartamento, não vai morar ali ou trabalhar no casarão, quer terminar livro, voltar à luta política, até com Murta quer se encontrar. Na floricultura, dona Maria fala a Laurinha em mendigo esquisito perguntando por ela, a florista expulsou. Ele volta, cabelo cortado, sem barba, roupa do hospício, é Murta, acompanhado de mulher baixinha, escura. Fala que é Murta-Martinez, primeiro homem latino-americano. A mulher, Carmencita, diz que como ele também comeu do seu homem, ficou com ela. Laurinha não entende, pergunta se ele foi obrigado a comer carne humana. Murta fala de Paulino, preso no Bar Don Juan, torturado, está agora no hospício, não quer sair. Laurinha promete visitá-los. Laurinha decide-se, uma noite vai ver pais de Mansinho e Jacinto, surpreende-se ao encontrá-los felizes, bem dispostos. Adelaide diz frequentar centro espírita, fala com filhos toda semana, a morte não é verdade, ela precisa ir também, falar com João. Laurinha chora no regaço de Adelaide. Decora o endereço do amigo de Jacinto, sai disposta a encontrá-lo, a voltar à luta, sente-se livre, dona de “liberdade que ninguém escolhe, que ninguém prefere, que chega para alguns como chega, para todos, a noite”. (Cf. *BDJ*, 1-218)

Deste romance serão destacados e analisados os personagens João, Mansinho, Geraldino, Joelmir, Che Guevara e seus guerrilheiros, Jacinto, Murta, Mariana, Gil, Aniceto e Laurinha.

Publicado com o enfrentamento entre a esquerda armada e a ditadura ainda em curso, mas já definido com o evidente esmagamento da resistência, ao contrário do livro anterior, o novo romance não agradou muitos dos que estavam envolvidos no confronto, foi mal recebido por eles. Marcelo Ridenti chama a atenção para isso.

Nos depoimentos colhidos, mais de um ex-guerrilheiro apontou o caráter falsificador dado à esquerda armada em *Bar Don Juan*, até por razões pessoais e sentimentais do Autor, como o fracasso do projeto guerrilheiro nacionalista com as prisões na serra do Caparaó, no qual o próprio Callado estaria envolvido. Um dos entrevistados afirmou que Callado teria tido uma desilusão amorosa com uma guerrilheira, projetando-a no romance.

Pena que o depoente não diga quem seria a guerrilheira (no romance) projetada em decorrência de tal desilusão amorosa. Seria Laurinha? Ou Mariana, e Gil seria um *alter-ego* de Callado não só como escritor, também como preterido por uma mulher? Outro depoente considera *Bar Don Juan* um livro “profundamente desonesto”. Em sua opinião, o autor “conversou com algumas pessoas que os latino-americanos chamam de ‘whiskierda’ e se convenceu que a luta fora isso”. Além de desonesto, o depoente classifica o livro como desrespeitoso e de uma “incompreensão profunda” (Ridente, 2010, p. 111, vale para as outras citações, não identificadas). Imaginamos que, no entendimento deste depoente, essa incompreensão seja do próprio Callado, que não entendia a sociedade, o movimento e, talvez, as ótimas intenções que não deveriam ser alvo de crítica, mas de celebração, além de escrever só por ouvir-dizer, comprando barato e reproduzindo opiniões alheias. Desse modo seria um completo equívoco a

[...] perspectiva cética, desencantada e pessimista com a luta desenvolvida pelos grupos armados, apresentada como reação voluntarista, sem participação popular, trágica e inútil, embora até certo ponto heroica, de grupinhos de esquerda compostos por militantes intelectualizados de classe média alta, frequentadores dos bares da noite, idealistas e ingênuos. (Ridente, 2010, p. 110)

No entanto, passados alguns anos do fim do conflito armado, poderemos encontrar a mesma “perspectiva cética, desencantada e pessimista” expressa em testemunhos (ou em autoficção) de participantes na luta armada, escrevendo o que teriam vivido e não,

como Callado no entendimento daquele depoente, só por ouvir-dizer.³² É o caso de *A fuga*, de Reinaldo Guarany, militante da ALN que publicou seu relato em 1984. Malcolm Silverman já havia reconhecido a identidade entre as duas narrativas. “Não é de admirar que *A fuga* lembre *Bar Don Juan* [...] ao ridicularizar os jovens marxistas de classe média que, embora corretos nos seus motivos para a revolução, não compreendem nada de como dirigi-la.” (Silverman, 2000, p. 72) Um trechinho da narrativa de Guarany pode nos dar claro exemplo de como ele tratou sua própria experiência.

Tínhamos urgência de um outro motorista e já não podíamos tentar recrutar ninguém no movimento estudantil. [...] / Não tive outro recurso a não ser procurar Cap, ex-colega meu e do Gago dos tempos do Atheneu São Luiz, um dos assíduos da caterva que atazanou a cabeça do diretor do colégio. É bem verdade que Cap nunca esteve muito “apaixonado” pela política, era mais um libertário, mas também um bom lutador de karatê e sempre disposto a uma briga. / O detalhe foi que, além de concordar com a análise que fiz do Brasil, naquela tarde chuvosa de maio de 1970, passeando no calçadão de Copacabana, Cap ofereceu-me uma “nova” visão do mundo. Esse mundo oco, fantástico e à mão. Mudaríamos um pouquinho a concepção de Marighela da tal crise econômica permanente no Brasil. Quer dizer, pequeninos detalhes tais como a aceitação da nova geografia terrestre, o mundo de Agharta e uma ida a São Lourenço para tentarmos entrar em contato com os “hiperbóreos”, os homens da civilização avançada. / E assim se iniciou uma nova fase na ALN, eu concordei com tudo e Cap foi recrutado pela ALN. Na semana seguinte, ele já entraria em ação. (Guarany, p. 10-11)

Aqui temos algo para notar, o mesmo “maio de 1970” em que Cap teria sido recrutado para a ALN é o mês em que o romance de Callado foi concluído. É só coincidência, claro, mas de alguma forma indica que o escritor, em sua ficção, trabalhava diretamente com o que de fato estava acontecendo na luta política, não estava, como quiseram alguns, falsificando ou fantasiando imaginativamente a realidade.

³² É uma injustiça, diante do que já vimos da vida, experiência e engajamento de Callado, atribuir-lhe a condição de discípulo do mestre Ouvir-dizer, ainda com grande prestígio nos tempos que correm, agora ensinando à distância pela internet. A figura foi personificada por François Rabelais no clássico *Gargântua e Pantagruel* desta maneira: “vimos um velhinho corcunda, aleijado e monstruoso. Chamava-se Ouvir-dizer; tinha a boca aberta até as orelhas, e dentro da boca sete línguas e cada língua, fendida em sete partes; com todas elas falava ao mesmo tempo, apresentando diversos assuntos e em idiomas diversos; tinha também na cabeça e no resto do corpo tantos ouvidos quantos olhos tinha Argos; no resto, era cego e paralítico de ambas as pernas. Em torno dele, vi um número incrível de homens e mulheres ouvintes e atentos, e reconheci alguns entre a multidão de fisionomia alegre, e no meio deles um que tinha um mapa-mundi, e lhes expunha sumariamente por pequenos aforismos, tornando-os assim doutos e sábios em poucas horas, e falavam de coisas prodigiosas elegantemente e com boa memória, pela centésima parte das quais não seria suficiente a vida do homem: pirâmides do Nilo, Babilônia, trogloditas, himantópoles, canibais, montes Hiperbóreos, egipãs, todos os diabos e tudo por Ouvir-dizer. Vi, segundo penso, Heródoto, Plínio, Solin, Berosse, Filostrato, Mela, Estrabão e tantos outros antigos; mais Alberto o jacobino, Pedro Testemunha, papa Pio segundo, Volaterran, Paulo Jóvio o valente homem, Jacques Cartier, Chaiton armênio, Marco Polo veneziano, Ludovico romano, Pedro Alvarez e não sei quantos outros modernos historiadores escondidos atrás de uma peça de tapeçaria, escrevendo em tapeçanês belas descrições e tudo por Ouvir-dizer.” (Rabelais, p. 360)

Outro participante, Carlos Knapp, publicitário bem sucedido no fim dos anos 1960, morador em bairro nobre de São Paulo, que chegou a abrigar Marighella em sua casa, conta, em depoimento publicado em 2013, portanto bastante posterior aos acontecimentos, como veio a participar da luta armada, o que resultou em longos anos de exílio e a perda da guarda de dois filhos pequenos. Também evoca, em alguma medida, o voluntarismo um pouco inconsciente que acomete alguns dos personagens de Callado. Em seu livro o publicitário lembra discurso que ouviu de um amigo, ambos na praia em Ipanema, sobre a decretação do AI-5 e de como a classe média presente naquela praia, eles dois incluídos, nada faria contra isso, voltaria para casa e à noite assistiria sossegada mais um capítulo da novela.

Ouvi as palavras do meu amigo em silêncio, não comentei nada, mas foi naquele instante que tomei a resolução de “fazer alguma coisa”. Considerava-me vagamente “de esquerda”, isto é, era contra as iniquidades, contra a desigualdade social, contra a exploração do homem pelo homem e dos países pelos países. Pretendia ser “um justo”. Entretanto, nunca pertencera a partido político, nem sequer participara de manifestações ou comícios. Jamais lera aquelas obras fundamentais, obrigatórias, nem conhecia alguém que as tivesse lido. E costumava ridicularizar minha ignorância. Karl Marx? Sei, é aquele irmão menos conhecido de Groucho. / Eu não tinha a menor noção de que havia uma luta dentro do Partido Comunista. Uma dissidência que, por defender a tomada do poder pela força, fora excluída do partido e estava explodindo bombas em São Paulo com boa cobertura da imprensa. Um caminhão-bomba tinha sido lançado contra o Quartel do II Exército, matando o sentinela. Eram demonstrações de força só para comunista ver. Eu, que não sabia da história, pensei que eram sinais de uma insurreição popular prestes a acontecer. E queria participar. À distância, agora, é difícil determinar o que realmente me motivou. Não teriam sido apenas aqueles canhões da Marinha apontados contra mim na praia de Ipanema. Parece que a mola foi de nobreza menor. Provavelmente eu queria me valorizar perante o seletivo grupo de amigos que frequentava. Eram cultos, educados, brilhantes. Perto deles eu era uma figura apagada. Tinham discussões acadêmicas e políticas em que eu boiava. Mas me sentia bem entre eles. (Knapp, p. 20-21)

Depoimentos como os de Guarany e de Knapp serão úteis quando examinarmos os perfis de alguns dos personagens de *Bar Don Juan*. Mas o próprio Marcelo Ridenti, contrapondo-se às acusações de fabulação fantasiosa e desonesta feitas por alguns ex-guerrilheiros que ouviu, reconhece que a ficção de algum modo não está distante do que se verificou na realidade histórica.

Talvez o livro represente um voo de imaginação de setores céticos da esquerda sobre o que seria deles se deixassem os bares e partissem para a “utopia” da guerrilha, no sentido negativo do termo. Mas algo em comum parece ter havido realmente entre as esquerdas dos bares e as que empunharam armas na resistência à ditadura: os componentes de ambas eram predominantemente originários das camadas intelectualizadas urbanas e fruto do mesmo processo histórico e cultural. (Ridenti, 2010, p. 111)

Como esta é uma discussão externa ao romance, interessa menos neste momento. A obra pode ser ácida, desiludida, *sátira política absurda*, categoria em que Silverman (2000, p. 311) a classifica em seu estudo, mas não é desonesta, nem desrespeitosa, é clara e emocionadamente simpática à causa daqueles a quem estaria satirizando.

Há uma observação sobre *Quarup* e *Bar Don Juan* feita no primeiro ensaio de Silverman sobre Callado, que aproxima os dois romances e os afasta do seguinte a eles, *Reflexos do baile*. “O conspecto geral da ficção de Antonio Callado é o de uma reportagem feita às pressas.” (Silverman, 1978, p. 32) Essa enganosa impressão (há muito mais que isso nas obras) é entendida por Lígia Chiappini como resultado na “forma do romance” de uma “intenção participante” do autor, procurando “contar uma história linear, numa linguagem clara, facilmente compreensível” (Leite, p. 151). Mais à frente ela detalha a questão.

No caso de Callado, o que se busca é uma solução para o romance brasileiro moderno que nem retome simplesmente os velhos moldes do século XIX, nem se prenda demasiadamente às novas tendências do romance europeu. Pesquisa formal que visa não só encontrar formas adequadas para conteúdos específicos, mas atingir um público maior possível. (Leite, p. 153)

O comentário vale principalmente para *Quarup*, com certeza o mais conhecido romance do autor. *Bar Don Juan* também despertou grande curiosidade, no mínimo por tratar de assuntos do momento político do país que a imprensa não estava autorizada nem sequer a mencionar. *Reflexos do baile* parece romper com essa preocupação de atingir o maior público possível. Sua leitura representa um desafio e isso não ajuda a “atingir um público maior possível”. Mas o propósito agora parece ser outro.

Coincidindo com a sua aposentadoria como jornalista, esse romance inaugura uma fase de maior lentidão na escrita, maior atenção aos detalhes, maior artesanato na composição do romance, num desejo talvez de se livrar de uma vez por todas do estigma que parece representar para o romancista brasileiro o fato de ser também um jornalista. (Leite, p. 150-151)

Há uma progressão de mudança que pode ser observada na construção dos três romances, uma progressão que marcha de uma estrutura fortemente unificada para a fragmentação e depois para uma quase pulverização. *Quarup* é o romance fortemente unificado em torno da figura de Nando, ele está presente em quase todas, senão todas, cenas do romance, e quase todos, senão todos, personagens relacionam-se com ele. A fragmentação aparece no romance seguinte marcada pela falta de um personagem central. O grupo envolvido com a luta armada chega perto de formar um personagem

coletivo. A fragmentação também aparece na multiplicidade de cenários e situações. Apesar disso, nos dois casos, há um tratamento linear da trama e um narrador em terceira pessoa capaz pelo menos de uma onisciência parcial. O terceiro romance faz desaparecer a figura explícita do narrador (implicitamente ele aparece como o compilador da documentação, o responsável pelas notas do tradutor), e a estrutura, mais que fragmentária, torna-se quase caleidoscópica. O leitor é quem deve desentranhar as formas da movimentação dos fragmentos. A narrativa talvez possa ser vista como pertencente àquela categoria que Roland Barthes classificou como *escrivível* (em oposição a *legível*), ou seja, aquela em que “o que está em jogo no trabalho literário (na literatura como trabalho) é fazer-se do leitor não só um consumidor, mas um produtor do texto”, que poderá (se quiser, se se dispuser a isso) “entrar no jogo, [...] ter pleno acesso ao encantamento do significante, à volúpia da escrita” (Barthes, p. 12). Outro exemplo de texto *escrivível* são as narrativas de Luandino Vieira que fazem parte de nosso *corpus*.

Davi Arriguci Jr., num dos mais lembrados e celebrados ensaios escritos sobre o romance de Callado, “O baile das trevas e das águas”, faz uma afiada descrição do sofisticado jogo que a obra propõe:

[...] existe aqui uma complexa organização interna: a perspectiva geral entra num jogo intrincado de determinações e relações com respeito à pluralidade dos focos particulares que vão dirigindo o relato. Por sua vez, cada fragmento, composto por uma determinada personagem na função de narrador, apresenta uma *relativa* autonomia com referência à perspectiva geral, mas é também determinado pelo todo e com ele se relaciona. Citar a fala de uma personagem como se fosse absolutamente autônoma, atribuindo-a à pessoa empírica do romancista, seria, portanto, um erro palmar e lamentável de interpretação, por não se levar justamente em conta a complexa rede das relações que configuram a estrutura da obra como um texto de ficção. Ao ser mediada exatamente por esse complexo feixe de reflexões particulares, a perspectiva geral se mostra como distanciada e oblíqua. Ora, o distanciamento e a obliquidade são as marcas características do modo irônico de narrativa, a que se ajustam com precisão estes *Reflexos do Baile*. / É a ironia que permite ler entre os fragmentos, pois tece as entrelinhas entre um “esconde” e outro, determinando a coerência interna do mosaico e garantindo a unidade estrutural do enredo. É da perspectiva irônica que se pode perceber a maestria na estilização da linguagem, manipulada em diferentes níveis, em cada um dos fragmentos: os mimos ecianos de Carvalhaes, a glosa machadiana de Rufino, os tiques e trocadilhos do embaixador inglês, a oralidade desabusada do discurso cotidiano dos bilhetes, o monólogo atabalhoado e ingênuo de empregada Joselina, a vulgaridade raivosa e bêbeda do relatório final etc. É ainda a ironia que faz, por fim, do baile um drible, ao permitir ver como as águas da História, mesmo sem trevas e sem enchente, continuam a escoar por entre as grades, delineando a perspectiva final do autor. (Arriguci Jr., p. 67-68, *itálico do autor*)

Reflexos do baile retoma, portanto, uma velha tradição literária, é um romance epistolar constituído de três partes: “A véspera” (54 capítulos, que também poderiam ser chamados *fragmentos*, cada um deles uma comunicação escrita, bilhete, carta, ofício, memorando, nota num diário); “A noite sem trevas” (44 capítulos, *idem*); “O dia da ressaca” (49 capítulos, *idem*). Como já vimos no excerto de Arriguci Jr., cada um desses capítulos é um texto diferenciado em sua linguagem e esses múltiplos, digamos, *estilos* são elementos que auxiliam a caracterização dos personagens. Ou seja, neste caso o estilo não é o homem, é o personagem. A sinopse que preparamos procura imitar a estrutura fragmentária da obra.

Primeira parte. Rio de Janeiro, cerca de 1970. Após sequestro de alemão corpo diplomático discute perigos até em *breakfast*. Antônio de Carvalhaes, embaixador português detesta esse hábito de americanos. Rufino Mascarenhas, diplomata brasileiro aposentado, vizinho de Carvalhaes, do embaixador inglês e do americano, contrata jardineiro Válder e sua mulher Valdelise, recomendados pela filha Juliana. Capitão Roberto, aliás Beto, aliás Pompílio, aliás Das Águas, militar da ativa, amado de Juliana, faz parte, como ela, do grupo de Dirceu, veterano da Coluna Prestes, são guerrilheiros que planejam múltiplo sequestro em baile na embaixada britânica. Sir Dewar, embaixador britânico apresenta Mascarenhas a Carvalhaes, depois, tocado pelo gim, zomba deste pelas costas, por intermediar regresso dos restos mortais de Pedro I, chama-lhe *Old Bones*. Mascarenhas e Carvalhaes gabam-se de suas genealogias. *Beto escreve a Dirceu*, quer dar baile adiado há século, sem sangueira de franceses e russos, entra com trevas, desliga postes do Rio. Carvalhaes, inaugurando escola pública com nome do poeta português João de Deus, encanta-se com chorinhos, música para ele desconhecida. *Mejía a Dirceu*, Pompílio vai mesmo dar baile, desligar meio Rio. Mascarenhas espera volta da filha pródiga Juliana, longe há três anos. Ela volta não pelo pai, pela causa. *Beto manda a Dirceu*, plano para trevas no baile, não irá, fica nos controles. Carvalhaes em visita a Mascarenhas repara no livro de navegações do ancestral Pedro Mascarenhas, escudo com Leão de ouro e Doudo, talvez quisesse falar nos ossos régios, só perguntou por Juliana. Dos empregados antigos de Mascarenhas só restam governanta Joselina e lavadeira Zulmira. Vítor e Amália devem ir a festa para conhecer casa de alemão. *Esposa do embaixador Jack Clay escreve*, malas prontas para ir ao Brasil. *Carvalhaes escreve a filho em Portugal*, vizinho tem filha muito bela, é convivência apreciada pelos diplomatas. *Mascarenhas anota* obsessão do português por Inês de Castro, defunta erótica, viu jesuíta americano, *father* Collins, entrar na embaixada portuguesa. *Juliana a Beto*, viu piscar de luzes para ela no café Flor da Penha, não faça mais isso. *Autoridade de Brasília a embaixador português*, Ipiranga está pronto para traslado, fanáticos rondam reservatório de águas do Rio, logo serão apanhados. Mascarenhas vê filha lendo velha obra sobre açudes, diz ela devia vestir com mais apuro, deixa-a irritada. *Filipe a Dirceu*, exalta cólera de Beto, de padres guerreiros, Camilo Torres, Helder Câmara. *Embaixador americano à esposa*, difícil conseguir artesanato indígena, conheceu vizinho dos fundos, embaixador aposentado. *Bernardo a Dirceu*, visitou Juliana e o pai, não roubou prataria para finanças, comportou-se. *Juliana a Beto*, sonhou com ele, queria fosse verdade, nunca terão casa e filhos? Joselina sentiu falta de cinzeiro de prata. Pai e Juliana encontram nascente perdida no quintal, momento feliz. Americano aprecia seu viveiro de beija-flores, convive com vizinho e filha. Beto quer pegar embaixadores do Vaticano, do Japão, de Portugal, da França com falsos motoristas, se falhar plano das trevas. Vítor, basco de tara poética, declara amor terrestre a Amália, na biosfera, ama Juliana. *Americano à esposa*, quer ir com caçador a Mato Grosso escondido de Harry, segurança da embaixada, fala nos beija-flores. *Amália a Dirceu*, Mejía apoia baile, passou tarde ouvindo sobre Inês de Castro podre, à noite, festa do alemão, estátua de Goethe nu e morto. *Amália a Vítor*, vai de criada na noite do baile, dê peça de lamê a Juliana

por quem baba, mas ela vai mandar para escola de samba fazer fantasia, não fará vestido. *Americano à esposa*, relaciona-se com outro vizinho, embaixador britânico, sua bela esposa. *Lady Dewar à amiga Penélope*, fim de semana do corpo diplomático em praia distante, francês interessado em Juliana, chegada de Clay em iate monopoliza moça. *Amália a Dirceu*, levou tiro de raspão na bunda durante assalto, se não dava para combinar panes de luz e ataques a bancos. Mascarenhas feliz com Juliana, soube do vestido de baile. *Beto a Vítor*, nada feito sobre panes de luz durante assaltos, seria apanhado e fuzilado. *Americano à esposa*, Harry arrumou tal de Capixaba para beija-flores, se não gostar manda embora, o homem, não Harry, em quem não manda. *Esposa a embaixador Clay*, fez festa, na hora dos drinques não tinha ingredientes, viu quanta falta ele faz. *Vítor a Dirceu*, preocupado com Juliana sem notícias de Beto, foram ao Municipal ver peça sobre Inês de Castro, fingiram não se conhecer, Carvalhaes os apresentou, português mencionou Guevara, Juliana animou-se, mas falava em Velez de Guevara, também autor sobre Inês. Pai e Juliana conversam sobre vestido de baile olhando velha foto de família, lembram Ilha, namorado a pintou no jardim, tela virou abstração *Jardim sem Juliana*. Quando sumiu com jovem capitão, Ilha falou a Mascarenhas em Juliana sem jardim.

Segunda parte. *Vítor a Dirceu*, Amália e ele jantaram com Juliana e pai, velho contou plano de republicanos para sequestrar Pedro II, princesa, marido, embaixadores durante baile, igual ao de Pompílio, um século antes. *Português ao filho*, passeio a cemitério marinho com embaixador americano e padre Collins. Carvalhaes visita Mascarenhas, provou que caixão do imperador não cabe na cripta do Ipiranga, trouxe livro com soneto de Camões (*alma minha gentil...*) em muitas traduções, até em basco. *Amália a Dirceu*, procurou embaixada inglesa, empregado quis boliná-la, topa ser copeira, mas só na véspera da ação, não vai dar para empregado nem abrir porta de touquinha à companheira Juliana. *Rufino no diário*, foram com Carvalhaes à peça sobre Inês no Municipal; estavam lá Vítor, Amália, Bernardo; Juliana mostrou-se esnobe, só queria identificar embaixadores. *Carvalhaes ao filho*, Brasília propôs envio não só dos ossos de Pedro I, quer também Inês de Castro. *Nova carta ao filho*, outra comunicação de Brasília, falam em coisas que afetam cidade e serras, Troglodítia e Fanatídia, inimigos do progresso e do Brasil. *Brasília ao Departamento de Águas e Energia*, alerta perigo de panes elétricas capazes de fazer favela baixar ao asfalto, criar Fariséia e Filistídia, convoca debate com capitão Roberto e Serviço de Segurança. Mascarenhas quer reclamar a Clay do empregado Capixaba, já lhe invadiu duas vezes o quintal. *Carvalhaes ao filho*, conversou com argentino Miguel Mejía sobre Inês, ele falava em Evita; Brasília insiste em traslado de Inês. *Brasília a Secretaria de Segurança*, continuar busca pelo tal Das Águas sem transformá-lo em herói de cordel, mostrar panes elétricas como acaso; contra candidatos a mártir está providenciando ossos de Inês, tragédia bonita, antiga. *Carvalhaes ao filho*, quase foi sequestrado, governo prefere considerar roubo de carro, recebeu embaixador Clay acompanhado de Harry, que se pôs à disposição para segurança. *Agente a Secretaria de Segurança*, capitão Roberto assegura panes foram acaso, ele controla sistema de desligamento, vai dobrar vigilância. *Embaixador britânico ao americano*, Carvalhaes apavorado após tentativa de sequestro, agora anda sempre com Harry, segurança de Clay, somem juntos; quer informações para Londres. *Agente a Secretaria de Segurança*, vasculharam zona inundada pela barragem com capitão Roberto, não encontraram ninguém nas casas submersas, padre Colinos ajudou mudança de moradores. *Esposa a embaixador americano*, está preocupada, deixou-o ir sozinho ao Rio para salvar casamento, é hora de se reunirem. *Mascarenhas anota* espanto e interesse de Juliana ao ver pescar passageiros afogados de ônibus caído no rio quando voltavam de viagem; quis acompanhar tudo. *Beto a Dirceu*, só em dois lugares ainda se reúne com desligadores, na represa de Pirai e no reservatório novo do Dona Marta. Carvalhaes fala a Mascarenhas em Troglodítia, onde ainda esperam rei Sebastião que não deixou ossos. *Beto a Dirceu*, se à noite desligar dois grupos é sinal que perdeu credibilidade e cada um que se salve, caso contrário apagará cidade inteira na noite do baile. *Mascarenhas anota* maçante jantar com Carvalhaes e *father* Collins, só falavam numa tal Troglodítia, padre é engenheiro-eletricista, ambos pedem não divulgue. *Juliana a Beto*, desastre do ônibus, retirada dos afogados, medo, era em sua zona de águas, procurou carta, não havia. *Investigador a Secretário*, detetor de mentiras ninguém soube montar nem quis testar, não sabem onde dói. *Juliana a Beto*, esperou sinal (não houve) em festa do alemão, estátua de Goethe parecia cadáver, Carvalhaes achou-a interessada em

agouros, contou das sepulturas de Inês e Pedro, frente a frente para dia do Juízo, fez pensar neles dois, cutucou ferida. *Investigador a Secretário*, plano subversivo de pane geral, tiroteio, feridos nossos, descobriram serpente, o próprio capitão Roberto. *Amália a Dirceu*, quer saber dos outros, apagou quando luz apagou, provava uniforme para baile, ouviu tiroteio no morro Dona Marta, imagina Beto morto, perderam outra vez, como na Quebrada do Yuro. *Carvalhaes ao filho*, susto na noite da escuridão, fugiu para fundos da casa, luz de volta, trancou-se bem iluminado, teve notícia que guerra foi vencida, já podem vir ossos do imperador. *Vítor a Amália*: acompanhou Juliana até próximo a Piraí, viúva ia mesmo ver marido morto, pararam em barreira policial, patrulheiro disse que corpo estava pesado de bala, flutuava amarrado à torre da igreja, populares comentavam aparição de Beto, Juliana chorou muito. *Delegado a Secretário de Segurança*, sociólogo trazido por padre Colinos deu dica, havia gente na igreja submersa, foram lá, traidor matou cabo Clodoaldo e vários nossos, mataram, traidor ficou amarrado na torre para exemplo. *Americano à esposa*, deve ir com padre do *Peace Corps* que insiste em mostrar miséria que ele não quer ver para lados de Piraí. *Vítor a Dirceu*, Juliana quer plano mesmo sem as trevas, Filipe tem medo. *Brasília a Secretário*, retire cadáver da torre, pode virar romaria, enterre anônimo. *Amália a Dirceu*, foi com Vítor e Filipe visitar Juliana, estava no quarto olhando foto de Beto na torre em revista estrangeira, Mascarenhas viajou, Juliana diz que vai para exterior só depois do baile que Beto planejou. *Lady Dewar a Penélope*, parece que Juliana quis sequestrar rainha no baile da embaixada, Henry apareceu e levou majestade, embaixador americano sumiu, deve falar de Juliana ao horrível Harry? *Carvalhaes ao filho*, estranhos acontecimentos no baile britânico para rainha em visita, Dewar recusa falar nisso, Clay desapareceu, é vice-rei como aqueles que Portugal antes mandava, encontrou motoristas estranhos, talvez fosse rapto, pede insista por sua volta a Portugal, teme acabar sequestrado ou morto.

Terceira parte. *Amália a Dirceu*, porre dos motoristas alertou português, veio segurança, plano aborta, trocou roupa, caiu fora. *Vítor a Dirceu*, providencie lista de companheiros a libertar, estão com americano e brasileiro aposentado, viu espanto quando Juliana entrou, Clay sob mira, depois voltou ao baile, pai dela agora só fala inglês, Mejía recusa entender, Bernardo é carcereiro, Válter cortou telefone. *Lady Dewar a Penélope*, marido insiste com Londres, não acreditem em jornalistas, baile correu em ordem, ouviu que polícia matou moça Juliana, destrua carta. *Vítor a Dirceu*, avisa sobre padre gringo, apareceu acompanhado de tiras, ele com dois embaixadores, teve de fugir. *Amália a Dirceu*, apresse lista, oficial de justiça apareceu com ordem de despejo, Mascarenhas fugiu de Vítor, rasgou documento, polícia logo vem. *Delegado a Secretário*, prenderam maluco com maleta, tal de Ilha, queria fazer máscara mortuária, repor Juliana no jardim, esparramou gesso, deve ser do bando. *Vítor a Dirceu*, apresse libertação dos companheiros, Rufino o chama *boy*, Clay só fala em beija-flores, Bernardo quer queimar retrato de racista Gobineau, ele, Vítor, sequestrou livro com traduções de único soneto, decora em todas as línguas. *Delegado a Secretário*, cercaram casa, só acharam governanta amarrada. *Depoimento de Joselina*, patrão voltou de surpresa, dona Juliana chegou com vizinho, estavam os amigos dela todos armados, patrão passou a falar só gringo, mandaram ficar no quarto, só sair para fazer café. *Vítor a Dirceu*, vai com Juliana a Montevideú, ela faz questão de passar antes onde encontrava Beto, apesar do perigo. *Delegado a Secretário*, preocupado com ordens de cima sobre moça Juliana, Amália falou tudo sobre Piraí, à outra nem perguntaram, não podiam por a mão, souberam que era amásia do tal Beto, deu revertério, vão ter de usar caixaão lacrado. *Carvalhaes ao filho*, morreu *father* Collins afogado em Troglodítia, outro jesuíta martirizado, quer regresso rápido a Portugal, sucessor que entregue urna, mandaram-lhe caixa com osso, espera não seja humano. *Delegado a Secretário*, haviam prendido tal Capixaba, iam começar trabalho, veio ordem de cima para soltar, assim não dava. *Britânico a americano*, que fazer com Mascarenhas, instalou-se em sua embaixada, diz ser o embaixador, até usa roupão dele. *Delegado a Secretário*, moça Amália sem problema, família reconheceu, levou embora, não permita exumação de Juliana, lá de cima mandaram cortar cabeça, isso deixa marca, americano e pai dela estiveram lá, vale como reconhecimento, Rufino levou uns tapas, ver se falava língua de gente, está doido segundo americano, segurem americano. *Português ao filho*, visita de Mascarenhas que diz ter se fundido ao doido de seu brasão; continua recebendo ossos pelo correio mesmo depois de carteiros presos, quer ir embora logo. *Delegado a Secretário*,

envia para decifração papel em código, estava com Armando Azcárate, aliás Vítor. *Lady Dewar a Penélope*, viu no jornal foto de moça que trabalhou no baile, está morta e enterrada, marido nega, não reconhece foto. *Filho do embaixador português à noiva*, pai chegou, não parece bem, só faz ouvir chorinhos do Brasil. *Secretário a delegado*, pede mais informações do papel encontrado com Vítor, não conseguiram decifrar, talvez seja basco, documento de ligação com terror internacional. *Perito-legista a delegado*, identificou moça, rosto preservado, americano e o trazido pelos tiras viram, exumação destruirá laudo, mistério é papel indecifrável achado sob corpo. *Esposa ao americano*, lamenta beija-flores, despachado chegou em ordem, quando vier escreverá livro, todos querem saber história. *Delegado a Secretário*, papel encontrado sob corpo é igual ao de Vítor, documento teve ampla circulação entre terroristas. *Filho do embaixador português à noiva*, pai morreu tentando tirar osso a mastim, chegou a morder cachorro. *Delegado a Secretário*, morreu Vítor, apanhado com Juliana na armadilha, tentou fugir com carro, bateu, quebrou bacia, assim foi interrogado, falou de paixão por Juliana mesmo casado com Amália, morreu repetindo código indecifrável. *Inspetor a presidente da companhia aérea*, aeromoça não teve culpa em incidente com embaixador português, assustou com mão de pelos ruivos na caixa. *Esposa a americano*, escondeu viveiro com beija-flores empalhados no fundo do quintal. *Filho do português à noiva*, cortejo fúnebre com chorinhos em surdina, autorizado por padre Bartolomeu. *Britânico ao americano*, psiquiatra recomendou cuidados com Rufino, o pobre perdeu filha e casa, talvez devessem notificar ONU. *Americano à esposa*, não escreverá livro, esquece tudo, pergunte ao Harry. *Bispo a padre Bartolomeu*: esclareça se houve feridos e um morto no bailarico de bêbados que funeral virou, prepare-se para paróquia na costa d'África. *Administrador a diretor de Serviço Funerário*, que fazer com velho que inglesa fala e quer morar em sepultura. *Padre Bartolomeu a bispo*, erro dos eletricitas deixou música muito alta, daí povo dançando, outro morto foi cachorro do defunto, precisou ser abatido a tiros; está pronto a evangelizar o gentio. *Delegado a Secretário*, reclama de enxeridos no serviço, chefe do tal Beto queria cabeça dele, das moças, antes de cair com escândalo; é inútil tal detetor de mentiras, soro da verdade, só assustou Dirceu, deu barato, assim ninguém dá informação. *Serviço Funerário a cônsul inglês*, senhor com problemas mentais diz ser diplomata britânico e vaga pelo cemitério dos ingleses, desejam repatriar ou deve ir para hospício? *Agente a delegado*, em Piraí circulam estatuetas de torre de igreja com cabeça em lugar de sino, mandou quebrar meia dúzia encontrada. *Embaixatriz americana a médico*, fique atento a Jack, veio com tal Capixaba, diz que por ordem de Harry. *Secretário a investigador*, descubram onde fazem estatuetas antes de quebrá-las. *Inspetor a presidente da companhia aérea*, informa descarrego feito no avião depois do episódio da mão do finado, funcionários nervosos com aquilo, com beija-flores empalhados e cadáver estátua despachados pelo correio diplomático, também seguiram estatuetas de torre de igreja saindo da água, deve ser exposição no exterior. *Britânico ao americano*, ajude convencer mulher a não enviar Rufino para Inglaterra. *Investigador a Secretário*, reclama da pressão de jornalistas, antes não era assim, soltar Válter não, delegado deu uns pegadas na mulher, ele não sabe, podemos soltar Mário Vilarinho, aliás Marcondes, aliás Filipe, ele dá entrevista de madalena arrependida, também esse Zeca Taborda, aliás Dirceu, foi muito recomendado mas não sabia nada, falou no pau de arara mesmo que no detetor de mentiras, soltando os dois a gente engana na coletiva. (Cf. *RB*, 11-194)

Os personagens que serão destacados desta narrativa e analisados são os que compõem o grupo guerrilheiro: capitão Roberto; Juliana Mascarenhas; Amália; Vítor; Mejía; Bernardo; o casal Válter e Valdelise; Filipe e Dirceu. Nossa análise deverá considerar uma dificuldade apontada por Davi Arrigucci Jr. para estabelecer a possível individualização de cada uma dessas figuras.

Como em *Bar Don Juan*, à primeira vista, a tendência do romance é para a criação de personagens coletivas. São grupos em choque. O grande número

de personagens individuais que compõem esses grupos não permite, dada a concentração do enredo, uma caracterização profunda de todas elas. As diferenças no tratamento da linguagem que acompanham as mudanças de narrador em cada segmento, funcionam como índices de caracterização, mas não bastam por si só para dar complexidade a cada um dos narradores. A carga de problemas deverá vir de outro lado, e, como se poderá observar, de fato vem para alguns deles. Espera-se a particularização em nível coletivo. Ora, os grupos em si mesmos não são problemáticos. O conflito está sempre fora deles, nunca dentro. Certamente o conflito exterior reflete dentro, mas não é um problema que nasça de dentro do grupo enquanto tal. Isto faz com que as personagens coletivas sejam percebidas apenas por marcas genéricas e abstratas — são embaixadores, seqüestradores ou polícia e agem de acordo com isso —, ou por traços singulares que vão do estereótipo à caricatura, sem jamais se arredondarem com o estofado de particularizações complexas que constituem o verdadeiro tipo realista. Ou seja, neste nível da personagem grupal, a passagem da singularidade à generalidade se faz diretamente, sem as mediações problematizadoras do particular que criariam uma personagem realmente complexa. (Arriguci Jr., p. 68-69)

Será parte de nossa tarefa procurar definir qual densidade cada um deles apresenta. O próprio ensaísta vai contradizer em parte sua última afirmação ao reconhecer o caráter complexo da personagem Juliana. “Juliana é de fato a personagem central do romance, onde, embora apareça pouco como narradora, é foco da atenção de todos e, mais tarde, alvo supremo da ‘ressaca’, que mutila seu cadáver.” (Arriguci Jr., p. 74)

Para Marcelo Ridenti (2010, p. 112) *Reflexos do baile* apresenta “uma ótica menos idealizada e menos envolvida sentimentalmente do que seus outros dois romances sobre a guerrilha brasileira”. Acrescenta ainda:

[...] Callado fez-se porta-voz artístico de uma luta social de seu tempo: constatava-se que a batalha da guerrilha estava perdida, mas restavam eles e forças, simbolizadas pela sobrevivência de Dirceu, que permitiriam dar seguimento à luta contra a ditadura e pela emancipação humana, por setores mais amplos do que a aguerrida elite de esquerda que pegou em armas. (Ridenti, 2010, p. 112-113)

Era o momento em que a ditadura, vitoriosa pelas armas, viu-se derrotada nas urnas na eleição de 1974, início do longo processo que a desalojaria do poder. Em *Bar Don Juan* a continuação da luta aparece simbolizada na atitude final de Laurinha, e o leitor fica sem saber se ela vai de novo pegar em armas ou se vai partir para uma ação política que se sobreporá à ação militar. Em *Reflexos do baile* a continuação da resistência aparece, depois da derrota do grupo guerrilheiro, na preservação simbólica através das estatuetas e dos ladrilhos que celebram o herói Beto, caído em batalha, e também na ação misteriosa dos que liquidaram o padre Collins e assombraram Carvalhaes até a loucura com a mão do finado e com ossos remetidos pelo correio.

Lígia Chiappini aponta mais uma vez para a diferença formal que separa *Reflexos do baile* e *Sempreviva*, os dois últimos romances da tetralogia calladiana, do

aspecto de “reportagem feita às pressas” percebido por Silverman nos dois primeiros. Ela afirma que os “caminhos realistas” percorridos naqueles romances tornaram-se “insuficientes”, e acrescenta:

A desconfiança e a desesperança impõem o mosaico composto de fragmentos dos discursos quase ininteligíveis, como em *Reflexos do Baile*, onde o escritor se mantém de fora, negando-se a socorrer o leitor interrogante; ou impõem a visão de dentro, repartida entre os diversos personagens, opção de *Sempreviva*, onde há um esforço do escritor em desvelar-nos, mesmo que por retalhos da memória, as suas vidas interiores. Em ambos os romances, o trabalho artesanal, a atenção para o detalhe, a técnica das alusões tentam tornar sensível, pela linguagem mesma, o impenetrável da tragédia que vivemos. (Leite, p. 171-172)

Sempreviva também se distingue do caráter realista-jornalístico dos dois primeiros romances por uma acentuada presença do fantástico romanesco em sua trama. Aqui mortos e vivos (Lucinda e Quinho) convivem como num romance de Juan Rulfo ou de Gabriel Garcia Márquez. É, em alguma medida, um acerto de contas ficcional com a ditadura, incluindo sua associação com as ditaduras vizinhas para maior eficácia da repressão, que de fato não aconteceu (o acerto) na realidade histórica até os dias de hoje, como bem provam os esforços da Comissão Nacional da Verdade em pelo menos expor publicamente a figura dos torturadores e assassinos do regime e a resistência que encontrou a isso. O mais improvável e frágil dos opositores volta do exílio para, quase involuntariamente, derrotar, ajudado por uma menina de dez anos, duas figuras mais que simbólicas dos porões da ditadura. O que não pôde ser feito por diferentes injunções políticas na realidade histórica, pode ser feito na ficção, campo em que o mundo pode ser reordenado com pelo menos um mínimo de justiça. E isso não significa falsear a realidade visto que o vingador também conhecerá a derrota pessoal (que, simultaneamente, pode ser também uma vitória, permitindo, tarefa acabada, a reunião com a amada morta) não contrariando o sentido histórico geral da derrota da guerrilha. O romance se divide em três partes: “Regresso à chácara materna” (capítulos 1 a 26); “O dia da caça” (capítulos 27 a 35); “A deusa-arrumadeira” (capítulos 36 a 52). Oferecemos em seguida uma sinopse da obra.

Vasco Soares Lanceiro, Quinho, volta em “viagem clandestina para a prática de mais antiga justiça, vingadora” (S, 14) após dez anos de exílio. Sonha com Lucinda, noiva assassinada pela repressão. Boliviano Pepe orienta Quinho a entrar como se mal tivesse saído, fala em sobrinha. Moça surge e manda entrar no carro. Quinho teme traição, passam fronteira, moça parece Lucinda. Na casa de Jupira Iriarte, sobrinha de Pepe, Quinho lembra morte de Lucinda, seu obsessivo fantasma, a quase impotência. Pensa estar maluco: Jupira é igual à morta. Veio para expor ao mundo carrascos da noiva. Conhece Herinha, filha de Jupira, e seus macaco Jurupixuna, sábia Verdurino, cascavel Joselina.

Quinho, no disfarce de escritor, visita fazenda de Claudemiro Marques, agora Antero Varjão, carrasco de Lucinda. Lá encontra (não esperava) Marques/Varjão, que mostra tédio, justifica caça às onças para defender gado, manda peão Dianuel mostrar a Quinho curtume, canil, onças vivas presas e exposição de onças mortas.

No hotel, Quinho responde carta de Liana, da Anistia Internacional, sobre incerto paradeiro de Ari Knut, legista da repressão, outro carrasco de Lucinda. Quinho recorda momento em que ela foi presa, assistiam *Ano passado em Marienbad* num cinema, só ele escapou. Recebe Herinha e Jurupixuna. Macaco carrega embornal furado, deixa trilha de milho onde passa. Menina diz que mãe quer vê-lo. Jupira cuida dos viveiros de cobras, família faz contrabando e exporta peçonha. Pensa no pai de Herinha, morto longe dela. Quinho chega. Herinha vai tratar da cascavel Joselina, do sabiá Verdurino. Na sala *escritório do califa*, Quinho conta o visto na fazenda, os olhos da oncinha moribunda, revela ligação com *Wildlife International*. Jupira quer denúncia de torturas a homens, não a animais. Quinho fala em possíveis sepulturas de militantes argentinas na senzala da fazenda, repara nas peles no chão.

Na noite quente, Quinho pensa procurar Palhano, estudioso do canto das aves, a quem trouxe carta. Diante da casa de Jupira, vê luz no *escritório do califa*, sente vago desejo por ela, imagina-a com alguém. Jupira olha sono da filha, dos bichos. Pensa em Quinho. Ouve bater, é ele. Abraçam-se. Depois, muito satisfeito (não costuma ser assim), Quinho quebra clima, menciona carrasco. Jupira beija-o, pergunta por Liana. Quinho fala no triângulo com Liana e Lucinda. Jupira chama Lucinda de súcuba.

Dia seguinte, Quinho dá com Herinha e Verdurino, sabiá em chapeleira com buracos, vão à casa de Palhano. Quinho ia ao escritório da fazenda atrás de Melquisedeque, que talvez seja Knut, muda planos, acompanha Herinha. Entrega carta a Palhano, falam de pássaros, plantas carnívoras. Malvina, mãe, Cravina, filha, trazem café, suco. Mais tarde, Quinho encontra pai de Jupira, velho fala dos Iriarte brasileiros e bolivianos, explica como contrabando desvia atenção, nem reparam na militância comunista.

Nova visita de Quinho à *Onça Sem Roupa*, onde agora tem passe livre. Além de Dianuel, Quinho conhece Paraguaio, Lino Mano, Edmundo Sem Fundo. Vê morte de bezerro coberto de sangue de onça, atacado por cães. Quinho recebe Jupira no hotel. Cobrado por ela (quando ia procurar Melquisedeque?) fala em Edmundo Sem Fundo, preso político argentino forçado a trabalhar no curtume da *Pantanera*. Pediu ajuda, contou história de Corina, cavou a própria cova, ele a cobriu de terra. Fala noutra morta, Violeta, que não viu. Na cidade, Quinho encontra Melquisedeque, falam em exportação de peles. Nada o associa a Knut. Imagina decepção de Jupira.

Indo à cidade, monólogo interior de Marques é à base de palavrões, lembra torturas a freis e freiras, pouco se importa se sabem quem é, segredo foi invenção de Knut, sente-se protegido por corrupção geral, lembra morte de Corina, tiros que lhe deu, a mãe-maracajá a quem cortou rabo na frente da ninhada, imagina provocar acidente com morte na estrada. Em Corumbá, vê Quinho saindo do escritório da fazenda, depois Jurupixuna no ombro dele, Herinha abraçando-o, percebe ligação com os Iriarte, passa a desconfiar (ou a ter ciúme) dele. Só macaco, inquieto, percebe campana. Quinho e Herinha surpreendidos pelo silencioso Marques, que convida Quinho a levar os amigos à fazenda, diz a Herinha que qualquer hora visitará mãe e avô dela. Macaco sossega quando ele vai embora.

Quinho sonha que Lucinda quer lhe dizer algo, talvez que persista na vingança sem se bandear para outra saia, outras tarefas. Acorda sufocado, Jupira dorme serena. Pela manhã, nova visita a Palhano. Malvina e Cravina trazem café, suco. Quinho mantém silêncio embaraçoso. Anfitrião fala em papa-moscas, Darwin, evolução. Vem mais café, quitutes. Quinho quase fala em Lucinda, lembra recado: perguntar a Palhano sobre musicólogo que vive no Paraguai.

Fundo do quintal da casa de Jupira, com passarinhos em gaiolas, cobras em caixotes e engradados, galinhas ciscando, pegando minhocas, Herinha chama lugar de *pai*. Menina pergunta à cascavel onde anda o sumido Jurupixuna. Promete levá-la a passeio na caixa de Verdurino se der notícias do macaco. Jupira vai sem aviso à casa de Palhano, encontra-o com Quinho, lembra atração de Palhano por ela, volta sem que eles deem por sua presença, pensa na distância que obsessão de Quinho põe entre os dois; em Herinha, suas esquisitices de aprendizagem (subtrair, sim, somar, multiplicar, não), seu séquito de bichos, talvez criasse

estigma para vida futura na localidade. Encontra filha no *pai*, abraçam-se, menina pergunta pelo macaco. Quando Quinho aparece, Jupira acusa-o de só cuidar do seu caso, abandonar questão política coletiva, outras vítimas de Marques e Knut, diz que foi ela quem identificou Marques depois da operação plástica. Quinho pergunta como viu a cicatriz, Jupira diz que ele dormia bêbado numa festa.

Marques caminha casa de Jupira e loja importadora, respeita velho Iriarte por pai dela. Recorda jaguatirica-maracajá quando lhe cortou rabo, ausência que teve no meio da mata até sentir mão queimando apoiada em galho cheio de formigas, jaguatirica do rabo cortado postada à frente dos filhotes feito mãe suplicando por filhos na delegacia. Desperta ao volante depois de babar em nova ausência. Caminhão que encobria sua camioneta partiu, populares olham-no espantados. Quinho deixa casa de Jupira distraído, lembrando como enchia Lucinda de perguntas. Marques o vê, arranca, disposto a atropelá-lo. Quinho pula. Marques pensa dar ré, esmagá-lo, mas não com testemunhas, diante daquela casa. Ficava aviso. Dá volta, mais calmo, estaciona na porta de Jupira. Lembra ordem dela: só aparecesse quando chamado, para ouvir sim ou não. Três dias antes desobedecera, surgira para vê-la acenar *não* com cabeça.

Quinho, assustado com freada qualquer, entra no jardim de Palhano, que dorme sentado na sala. Surpreendido por Malvina, é convidado a entrar. Perto de Palhano está mesinha com carta, chaleirinha, ele segura faca de cortar papel, acorda sobressaltado. Quinho dá explicações confusas. Palhano guarda correspondência, oferece cadeira de balanço. Ainda pálido, diz a Palhano como quase foi atropelado por Claudemiro Marques. O outro diz não saber quem é. Quinho corrige, quis dizer Antero Varjão. Palhano declara querer distância da figura. Quinho nada fala de suas relações com ele. Na cadeira de balanço, adormece. Palhano volta à correspondência.

Herinha continua atrás de Jurupixuna, encontrou milho na porteira do porqueiro, mas macaco não entrou para perturbar suínos. Teria sido raptado pelo circo? Procura apavorada mãe e avô. No outro dia, encontra milho na bomba de gasolina. Zebinho diz ter visto macaco entrar em carro que parecia conhecer. Menina acha garoto muito mentiroso, confia isso à cascavel Joselina.

Jupira sozinha no *escritório do califa* imagina Lucinda num fantasioso necrotério. Seios das duas se reconhecem como gêmeos que enfim se encontram, Jupira conta à morta sua ligação com Marques, como mentiu a Quinho. Irmãos Iriarte descarregam juntos mercadorias para festa do secretário de segurança. Veem-se pouco, aproveitam para conversar com cuidado, sabem perigos de ser ouvidos, pois semeiam microfones em lugares estratégicos. Falam da confirmação da história de Corina e Violeta. Pepe: “[a]cho que a calma acabou” (S, 161).

Segunda parte. Quinho não abre carta de Liana, deve ir à festa do secretário, onde reencontrará Marques após quase atropelamento. Imagina duelo à antiga, com pistolas. Lembra caso de deputados baianos que trataram morte de Rui Barbosa com mãe de santo. Encantado avisou: morrendo o deputado, ela morreria. Tinha empenhado palavra, morreu com o conselheiro. Quinho queria encomendar morte de Marques assim. Prometeu arrumar coragem para serviço.

Marques sonha cadáveres carbonizados, Jupira e ele sós na fazenda, aroma da carne humana assada. Pensa quanto a quer e como ela vai se entregar de novo ao saber do que ele é capaz. Vestido e armado para guerra completa, deseja muito acabar com algo que não seja bicho. Mata Edmundo Sem Fundo, fará companhia às mulheres enterradas na senzala. Melquisedeque e os outros pedem caçada. Marques assente. Vão passar pela festa, já armados, a cavalo, com cachorros, e seguir para mata.

Arrumando-se para churrasco, Herinha só quer rezar, a S. Longuinho ou ao lacrau, pela volta de Jurupixuna. Jupira recorda história do lacrau que picou menina. Para descobrir peçonha, Jupira deitou, sozinha e nua, no chão de terra, rezou chamando o Mal. Lacrau aparece, fere-a, mas ela o mata e médico sabe como salvar Herinha. Jupira contou isso à filha, mas a outra entrega dela, ao outro lacrau, cala.

Na festa, surge cavallhada de Marques e bando. Quinho bebe para ganhar coragem. Jupira tenta tirá-lo dali. Herinha pergunta a Palhano se macaco vai achar caminho de casa. Marques, montado, come bocado de carne, atira resto a cão. Iriarte manda Quinho embora. Ele vai, meio trôpego, ao hotel, apanhar máquina fotográfica. Em rápido cochilo, sonha com

Lucinda. Marques ameaça Jupira com sofrimento alheio. Jupira pensa que foi erro não contar tudo a Quinho. Diante da ameaça do Onceiro, quer alertar o amante e a filha. Procura por ele no hotel, informam que já saiu.

Quinho ruma à *Pantanera* vazia. Na senzala, vê roupas femininas, montinhos assinalando covas, exuma e fotografa restos das mulheres, dá com corpo de Edmundo Sem Fundo ainda pendurado, solta-o. À noite, caçadores atravessam cidade, barulhentos, trazendo onças mortas, macacos, três onças vivas. Quinho ouve tropel dos caçadores que regressam. Após esfolar das onças e recolha do sangue, cães no canil, Melquisedeque e os outros bebem sangue de onça e cachaça até cair, bêbados. Onceiro lembra Jupira, mija no cadáver de Jurupixuna, nos comparsas adormecidos. Deita na rede da varanda e, bêbado, dorme. Quinho aproxima-se do círculo dos macacos mortos, ao centro, cadáver de Jurupixuna empalado, embornal a tiracolo. Recolhe saco, apanha tacho com sangue fresco de onça, ensopa Onceiro dormido como vira fazer com bezerro. Apanha embornal, roupas das mortas.

Jupira vela sono de Herinha. Ouve bater, pensa em Marques, a quem expulsará. É Quinho, fala da morte do Onceiro, do macaco, só Jupira percebe que Herinha ouve. Quinho diz que volta para Bolívia, ninguém vai ter noção do que aconteceu. Jupira vê sangue na camisa, pede que tire para lavar. Vai ao quarto, sente Herinha chorar em silêncio, ao lado o embornal de Jurupixuna.

Dono da bomba de gasolina despertado no meio da noite por Lino Mano para avisar secretário Trancoso da morte de Antero Varjão mastigado pelas onças; Paraguaio está meio louco, diz chegado dia da caça. Pesadelo de Jupira com cavalhadas e camisa de Quinho. Desperta do cochilo na sala, ele ainda dorme, ouve agitação, vozes nas ruas antes da madrugada. Jupira sai, leiteiro diz a todos que onças saíram da mata, invadiram cidade. Dono da bomba fala na onça que comeu o Onceiro. Jupira entra, diz a Quinho que vista camisa, vá ouvir o que corre, não precisa fugir para Bolívia. Dia avança, falatório sobre morte do Onceiro vitimado por suas vítimas aumenta, se espalha. Jupira conta verdade ao pai, velho prefere acreditar no povo, voz de Deus.

Terceira parte. Jupira adormece desejando se transformar em Jurupixuna. Filha a acorda, Palhano procura por ela na loja do avô. Quando chega, Palhano inicia surpreendente confissão. Quinho acorda, vê carta de Liana ainda fechada. Imagina retorno à Europa, com Lucinda e Jupira. Em sala da loja, Palhano anuncia própria morte. Herinha sai, vai ao quintal, fica embaixo da janela, mexe nos grãos de milho. Palhano quer se antecipar à notícia de Londres para Quinho. Mostra cópia de carta.

Antes da conversa de Palhano com Jupira, secretário Trancoso examina fotos do cadáver ao lado de Knut, lamenta morte. Legista fala na vinda do Ministro e do chefe da Polícia. Fez perícia no cadáver. Trancoso, após lamentar abandono em que Marques largou Knut, pergunta quem é responsável pela morte. Knut aponta Molambo e os outros cães. Quinho continua devaneio, Liana e as outras mulheres, começa a ler, relaxado, carta de Liana, senta na cama, tenso. É a carta que Jupira viu, identifica Knut como Juvenal Palhano. Na Secretaria, Knut, superior, pergunta por empregados da fazenda, sabe da morte de Sem Fundo. Dianuel vigiará Quinho, manda abrir para que entrem asseclas do Onceiro. Trancoso quer retomar autoridade, Knut instalou-se, ignora sua presença, fala aos da *Pantanera* quem armou morte do Onceiro, Quinho tem de ser apanhado vivo. Retomou autoridade (delegada por Brasília) para contra-atacar campanhas difamatórias no exterior. Onceiros são escalados para fechar saídas da cidade, impedir fuga, apanhar vivo agente da subversão internacional. Dianuel deve só vigiar, nada fazer contra Quinho. Knut também vigiará, de sua casa.

Jupira entendeu, Palhano é Knut, só não sabe o que ainda quer. Legista diz que foram cães, não onças, como queria *Wildlife* divulgar, algozes do Onceiro, e quem soltou os cães. Jupira interrompe, diga o que quer. Quer Verdurino. Herinha, sob a janela, ouviu Palhano, leva novas informações à sua Joselina. Jupira pergunta o que acontecerá a Quinho. Knut diz que será detido por regresso, insiste, quer Verdurino. Jupira diz que sabia não é dela, menina já perdeu macaco. Knut lamenta macaco, diz merecer sabiá. Vai embora, desfazer sua casa, ficará à espera do pássaro. Jupira observa Herinha que apareceu na janela, sorriu para a mãe, apanhou a chapeleira de transportar Verdurino, rumou à casa de Palhano/Knut. Pensa nos males que

afligem a inocente menina. De repente, o susto. Verdurino não está na chapeleira, canta, como só ele é capaz, no jardim ou no quintal.

Knut transplanta exemplar de carnívora para vaso. Chega Herinha trazendo chapeleira. Knut, de joelhos, aproxima ouvido, abre a caixa. Velho Iriarte vê Herinha voltando com caixa de chapéu. Pai avisa Jupira, Quinho não passa ali, deve ter percebido guarda que lhe faz Dianuel. Entram Malvina e Cravina dando notícia que o patrão foi picado por cascavel, farmacêutico mandou buscar soro. Iriarte apanha soro, mas se assegura da morte antes de correr lá. Herinha conta grãos de milho.

No hotel, Quinho queima carta de Liana. Knut não sabe que ele já sabe, pensa. Dianuel ouve buzina de viatura à espera de Quinho, não desvia olhar. Quinho sai, vai avisar o que descobriu. Vê multidão na casa de Knut, vai lá. Sabe da morte, vê corpo coberto de formigas, como cadáver expulso do meio de mortos mais antigos, vê Jupira, Iriarte, Trancoso, os outros. Atacado também pelas formigas, começa a sapatear.

Dianuel enfim repara que a casa está se enchendo de gente, Knut está no chão, coberto por formigas. Vê Quinho bater pés como se formigas o atacassem, aproxima-se em silêncio, dá coronhada possivelmente mortal, enfia-lhe capuz, arrasta-o consigo. Quinho não ouve nem vê Dianuel, recebe coronhada e capuz. Devolvido ao escuro do cinema, para não mais soltar-lhe a mão, encontra Lucinda, “sempreviva”. (Cf. *S*, 11-289)

Este, como *Quarup*, não é um romance sobre a guerrilha. Quando Quinho chega a Corumbá e conhece os Iriarte, conhece também a “menina Hera, de uns dez anos” (*S*, 27). Recordando o passado, na primeira vez em que se deitou com Quinho, Jupira lembra a “noite já longínqua em que, prenhe de Herinha [...] soubera [...] da fuga do chefe da nação e da morte do noivo” (*S*, 61-62). Como “a fuga do chefe da nação”, o presidente Goulart, deu-se em 1964, estando Jupira grávida de Herinha, e como a filha tem agora dez anos, podemos situar a ação do romance por volta de 1974 ou 1975. A essa altura o enfrentamento entre a esquerda armada e o regime já havia terminado, com a derrota da resistência, e também a ditadura estava para ser, ou havia sido, derrotada nas urnas na eleição parlamentar de 1974. Esse é um dos motivos para os carrascos de Lucinda, duas figuras sinistras do porão da ditadura viverem incógnitos na fronteira com a Bolívia, afastados do centro do poder. Apesar do fim da luta armada, haverá um enfrentamento entre Quinho, um improvável guerrilheiro, e o delegado responsável pela morte de Lucinda. Quinho será um dos dois personagens que analisaremos neste romance. A outra personagem é a própria Herinha, que irá “arrumar” uma situação que começava a pender para a vitória dos assassinos. Tentaremos demonstrar como é ela, com seu nome de deusa, a *deusa-arrumadeira* que dá nome à terceira parte do livro.

Passemos a Pepetela. Deste autor nunca poderá ser dito que escreveu sobre a guerra de libertação em Angola, recriando na ficção vários personagens-guerrilheiros, só por ouvir-dizer. Teve participação efetiva, e de armas na mão, na luta pela independência de seu país. Mas não há, na verdade, romancista que dispense, entre suas

ferramentas, o ouvir-dizer. Se o fizesse, só poderia utilizar a própria experiência como matéria de escrita, e por mais ampla que fosse essa experiência, sempre teria limites. O próprio Pepetela, quando perguntado por Carlos Serrano a respeito dos elementos para construção dos personagens de *Mayombe*, disse que acabou “utilizando por vezes um ou outro dado de uma pessoa existente ali ou fora do contexto, numa versão” (Serrano, p. 135). Escrito em 1971, quando o autor participava da luta em Cabinda, na 2ª RM, só veio a ser publicado em 1980, cinco anos após o fim da guerra de libertação.

Duas versões cercam o nascimento do texto. Segundo o autor, numa recente entrevista a estudiosos de sua obra, em São Paulo, o texto nasceu como um trabalho jornalístico a respeito de um episódio da guerrilha. Há muitos anos atrás, porém, em conversa com duas pesquisadoras brasileiras, ele reconhecia na obra indícios de seu desejo de escrever um roteiro para um filme. (Chaves, 2009, p. 125)

As duas versões podem ser identificadas pelo leitor do romance. Ele tem algo daquela forma de “reportagem feita às pressas” que Silverman constatou nos dois primeiros romances de Callado vistos neste estudo, tem também a forma dramática intensamente dialogada que poderia, sem grandes dificuldades, virar um roteiro de cinema.

Mayombe compõem-se de cinco grandes capítulos (“A missão”, “Base”, “Ondina”, “A surucucu”, “A amoreira”) e um curto “Epílogo”. O tempo da ação é o ano de 1971. Podemos afirmar isso pela leitura de trecho de uma fala de Sem Medo. “Vê o Ingratidão! Combatente no Norte de 61 até 65. Combatente em Cabinda desde essa data. Há dez anos que combate o inimigo.” (M, 65) O espaço da ação já está declarado no título, a floresta tropical que ocupa boa porção do enclave de Cabinda. Parte do enredo ocorre na retaguarda, em Dolisie. Damos em seguida uma sinopse do romance para que conheçamos as posições dos personagens no decorrer da trama.

A missão. Guerrilheiros na floresta. Teoria, professor, fere joelho. Dizem-lhe volte, recusa. Acampam, Pangu-Akitina, enfermeiro, faz curativo. *Teoria recorda Gabela, terras do café onde nasceu, mãe negra, pai branco.* Comissário Político pede-lhe volte ou espere, retarda marcha. Quer falar com Comando e Chefe de Operações, afirma poder seguir, é autorizado. Esforça-se por ser único mestiço, só Comandante Sem Medo percebe. Dia nasce, floresta continua escura. *Teoria recorda Manuela, sua mulher, a quem renunciou pela luta, dividido entre ser branco ou negro.* Sem Medo e Comissário falam da missão, encontrar madeireiros, impedir exploração da floresta, fazer contato com povo, não sabem se há tropa tuga. Comissário aprova ação política, teme resultado militar. Sem Medo e Teoria, kikongo e kimbundo, falam no tribalismo que desune, na pouca formação política. Professor da Base, Teoria não precisava ir a todas missões, ia para não dizerem é filho de branco. Chefe Verdade queria fuzilar traidores cabindas empregados dos colonialistas, Lutamos era contra. Comissário e Comandante proíbem qualquer fuzilamento ou tribalismo, devem conquistar povo. Marcham, Teoria aguenta dor. Sem Medo proíbe caçador Ekuikui atirar em elefante, alertar tugas. Ouvem serra elétrica, param. Lutamos, distraído, avança e volta. Chefe de Operações viu seis trabalhadores, nenhum soldado.

Do outro lado, Comissário viu oito trabalhadores, branco motorista no caminhão, nenhum soldado. Entre atacar ou esperar tropa, decidem ataque. Grupo cerca trabalhadores assustados diante das armas, serra silencia. Reúnem todos para encontrar outro grupo. Chefe de Operações atrasou-se, outra turma estranhou silêncio, muitos escaparam, houve tiros, português fugiu com caminhão, Sem Medo poupou-o, era civil. Reuniram-se a Chefe de Operações e seus três prisioneiros. Destruíram buldozer, deixaram aviso em cima, minaram terreno. Afastam-se, saltariam prisioneiros após um dia, fingiriam voltar ao Congo, armariam emboscada aos tugas. Comeram todos juntos, prisioneiros ofereceram cigarros, viram que Lutamos era cabinda, aumentou confiança, Sem Medo pensou tribalismo às vezes ajudava. Das Operações desconfia de Lutamos. *Milagre, o bazuqueiro, recorda infância em Quibaxe, região kimbundo, viu massacres em 1961, fugiu para Congo, teve gosto em destruir buldozer, acha que MPLA expulsa os melhores porque deixa kikongos dominar, não confia em Lutamos que pode dizer mentiras aos prisioneiros na língua fiote.* Comissário doutrina prisioneiros quando acampam. Sem Medo repara nos dois grupos de guerrilheiros, kimbundos, à volta do Chefe de Operações, e o outro, kikongos, umbundos, destribalizados. Marxismo de Mundo Novo ultrapassara tribalismo, isolava-o. Sem Medo, ex-seminarista, diz a Comissário que ele fala como padre. Libertaram prisioneiros pela manhã, devolveram pertences. Mas nota de cem escudos, guardada por Ekuikui, fora roubada. Comando planeja emboscada, discute roubo, Sem Medo ordena revista, percebe Ingratidão do Tuga dispensando nota. Será julgado na Base. Após ataque, querem devolver dinheiro. Marcham com pouca comida. Pescam. Comandante e Teoria falam no medo. Almoçam peixe, avançam por montanha sob chuva, acampam, comem frio, dormem molhados. *Milagre pensa Comandante brigou por dinheiro do cabinda por ser kikongo, parente dos fiote, tem raiva dos kimbundo como Ingratidão, intelectuais também são tribalistas, há tribalismo justo, quando se defende a tribo mais avançada, os verdadeiros filhos do povo, é justo, esses devem governar.* Mal dormidos, seguem. Ouvem explosão das minas. Começa espera. Quase cinco da tarde, aproximam-se inimigos a pé. Sob fogo, caem vários, muitos respondem. Sem Medo manda retirar. Muatiânvua conta dezesseis mortos e feridos. Eles, um ferido. Protegidos no Mayombe não temiam ataque. Comissário quer procurar dono da nota, os outros regressem. Encontram dono na mata, dinheiro é oferecido ao MPLA. Falam no combate, morreu capitão. Trabalhador segue, guerrilheiros marcham para Base. Julgamento de Ingratidão do Tuga, Comissário quer fuzilamento por roubar povo, comprometer MPLA. Sem Medo discorda, é excessivo. Chefe de Operações teme revolta, deserções. Comissário insiste, fiquem os bons, acusa Sem Medo de covardia para execução. Sem Medo, alterado, conta já executou traidor a punhal. Das Operações lembra fuzilamento é decidido pela Direção. *Milagre pensa na injustiça de seis meses de prisão por roubo a traidor cabinda; na Primeira Região, onde mandam kimbundos, já teriam feito fugir Comandante e Comissário.*

Base. Mayombe pariu base guerrilheira, esconde-a sob copas das árvores. Dá-lhe “comunas”, grandes amêndoas para comer, o “comunismo” engorda homens. Protege os que desafiam os deuses. Grupo de oito chega, treinaram um mês em Brazzaville, alguns ainda miúdos, reclama Sem Medo. Na casa do Comando esperam emissão de rádio do MPLA. Chamaram Vewê o cágado ao miúdo kikongo, aparentado do dirigente André e de Sem Medo, deram nome aos outros, ouviram programa. Comando discute, mandam bocas e não comida. Sem Medo quer que Comissário vá a Dolisie, ele fica para não brigar com André, dirigente seu primo. Comissário sugere Das Operações, Sem Medo nega, quem for levará Ingratidão preso, ele e Das Operações são parentes, é capaz de deixá-lo fugir. Comissário partiu com grupo e preso. Sem Medo treina novatos, Mundo Novo observa, conserva com Lutamos sobre estudo e futuro de Angola. Em intervalo, Sem Medo palpita, discorda do idealismo de Mundo Novo, luta sem grandes ilusões, conhece falhas humanas, não há desinteressados. *Mundo Novo pensa Sem Medo fala de boca, seu exemplo nega-lhe palavras, dedicado à causa e ao interesse coletivo de acordo com marxismo-leninismo, faz-se anarquista por vaidade pequeno-burguesa.* Em Dolisie, responsável André deixa Comissário à espera, não estava em casa nem no *bureau*. Comissário pensa nos guerrilheiros sem comida, vai à escola ver professora Ondina, sua noiva, zangada por ele andar atrás de André e não procurá-la, mais ainda por ele logo ir. Encontra André, almoçam, dirigente diz entregará comida à noite. Avisou Verdade que regressavam aquela noite, procura Ondina, ficam juntos, insatisfeitos, noivos, não amantes. Comissário fugia à intimidade.

Conversam, Ondina defende André, falam em Sem Medo, avisa que volta à Base. André arranja comida pouca. Discutem, Comissário não aceita jantar, zangou-se mais ao saber André autorizara Verdade a ficar. Voltou à Base quase fugido da desilusão de Dolisie. Sem Medo riu da rigidez dele. Agora tinha de mandar outro atrás da comida, André nada faria sem pressão. Das Operações caçara cabra, havia carne. À beira do rio, Comissário fala dos problemas com Ondina, Sem Medo nota quieto que principal era noivo intimidado, noiva experiente, pensa ir a Dolisie. Comissário pede fale a Ondina. Sem Medo pensa não ser boa ideia, lembra provocação quando a conheceu. Sem Medo grita com Vewê que apostou aproximar-se dele, Comissário reclama dos gritos. Noutra cabana, guerrilheiros discutem atitude de Sem Medo com Vewê, alguns desaprovam, enfermeiro defende, parente não tem privilégio, discussão descamba para tribalismo, ameaças. Chefe de Operações separa grupos. Mundo Novo vê conflito dialético entre Sem Medo e Comissário, prestes a superá-lo em grau de consciência, pois Sem Medo insiste no niilismo pequeno-burguês. André não mandou comida, as reservas estão para acabar. Sem Medo sai em patrulha com Muatiânvua e Lutamos. Conversam sobre divisões, alguns querem destituir André, Sem Medo diz não há divisão no Comando. Voltam já noite, sob chuva. Sem Medo a Comissário, não veja política como religião, nessa forma ele é herege, será perseguido quando o outro estiver no poder. Enquanto conversam, Muatiânvua e Ekuikui vigiam, ver se voltaram à harmonia, acham que sim. *Muantiânvua recorda mãe kimbundo, pai bailundo trabalhava na Diamang, morreu tuberculoso; lembra que foi marinheiro, teve muitas mulheres, está além do tribalismo, sua força vem do que viveu, não da tribo.*

Ondina. Fome irrita guerrilheiros, Chefe de Operações não voltou de Dolisie. Mundo Novo a Comissário, disciplina está relaxando, é preciso endurecer. Comissário fala da repreensão que lhe passou Mundo Novo. Discutem levantamento contra André, por sabotar guerra. Apesar da fome, continuam atividades, treinamento. Vewê evita-o, Sem Medo nota e toma-o por parceiro nos treinos. Grupo chega de Dolisie, todos se alegram, acabam disputas tribais. Chefe de Operações informa Sem Medo que André anda escondido, daí demora; foi apanhado com Ondina no capim, todos sabem, traz carta dela para Comissário. Sem Medo manda entregar, depois falará com ele. Imagina confusão em Dolisie, kikongo e noiva de kimbundo, André está perdido. Irá lá, Comissário vai se quiser. Ele quer, sai com arma e mochila, Sem Medo vai atrás, diz que irão juntos amanhã, tenta acalmá-lo. Consegue que volte, almoçam. Na beira do rio, Sem Medo conta da mestiça Leli, traição, reconquista, desinteresse, acabou morta pela UPA. Sem Medo nadou, falaram de outras mulheres, Comissário distraiu-se. Sete da manhã seguiram para Dolisie com três guerrilheiros. Chegaram duas da tarde, Comissário foi à escola, Sem Medo ao *bureau*. Só estava velho Kandimba, nem lhe deu almoço por ele ser kikongo, esperou, apareceu membro da Direção trazendo André preso. Dirigente conta a Sem Medo assembleia, acusações a André, corrupção, tribalismo, sabotagem. Conversam sobre dificuldades da Direção, problemas da guerra. Almoçam. Dirigente avisa, Sem Medo substituirá André provisoriamente. Pensam em Mundo Novo para responsável. Dirigente anuncia futura transferência de Sem Medo para Frente Leste. Na escola, Comissário encontra Ondina, trocam aperto de mão, ela diz não devia ter vindo, ele quer saber o que se passou, tenta reconciliação, fazem amor, mas ela insiste, vai mesmo embora. Volta tarde a Dolisie, diz a Sem Medo ela ficará, pede que também fale com ela. Sem Medo acha melhor não, Comissário deita-se amuado. *André, rumo a Brazzaville, pensa no desterro, no abandono dos companheiros temerosos dos kimbundos que até libertaram Ingratidão, Ondina foi isca para derrubá-lo, fazer Sem Medo responsável, Comissário comandante da Base, decerto plano de Sem Medo, direção não acreditará no complô ou nele, mas fará autocrítica, tem amigos, só será transferido, precisam de quadros, Sem Medo fique com os problemas.* Na partida do comboio com André e dirigente, Sem Medo soube da fuga de Ingratidão, ia cuidar disso. Mandou prender guardas kimbundos, mesmo contra vontade de guerrilheiros. No *bureau* estava Comissário, que trouxera Ondina. Queixou-se dela não o querer, tornou a pedir que lhe falasse. Sem Medo foi, viu que ela está firme, diz isso ao Comissário para ser acusado de traidor, de não ajudar, talvez homossexual, está histérico, leva chapada. Comissário sai, furioso. Sem Medo bebe cerveja, pensa em Comissário, parecia crescer, ameaçava resolver próprios problemas. Sem Medo riu, voltou a *bureau*. Encontrou Ondina assustada, Comissário invadiu quarto, fez-lhe discurso, acusou Sem Medo, ia provar ser melhor que ele, ia para a Base, despiu-a e foi

embora. Sem Medo acha que ele vai bem, apesar dos rompantes. Sem Medo vai jantar. De manhã, velho avisa Sem Medo que tugas fizeram acampamento no Pau Caído, abandonada base guerrilheira. Avisara Comissário. Saiu velho, entrou Chefe do Depósito, cansado por vigiar presos, kimbundo ele próprio, teme que kimbundos os soltem. Sem Medo fala dos tugas no Pau Caído, na ameaça à Base e à rota de abastecimento. Chefe alerta guerrilheiros. Ondina pergunta se pode sair. Militante pede calças. Sem Medo tem saudade do Mayombe. *Chefe do Depósito, acordado, vigia presos, lembra luta na Primeira Região, deslocava-se dali ao Congo, voltava, saúde já não permite guerra, administrar também é fazer Revolução, há traidores em todas as tribos, confia em Sem Medo, por isso vigia, não quer fugas como a de Ingratidão.*

A surucucu. Dois dias em alerta sem novidades. Jantam, Ondina e ele. Conversam na varanda, Sem Medo não pode sair do *bureau*. Falam de relacionamentos, comportamentos, moral cristã e moral africana, ciúmes. Dormem juntos. Ondina diz que seria capaz de viver com ele. Vewê aparece de madrugada anunciando ataque tuga à Base, não vê Ondina. Professora pede a Sem Medo que salve Comissário. Vewê conta, Chefe de Operações foi vigiar tugas no Pau Caído e eles avançaram sobre Base, Vewê ouviu tiros, gritos, viu guerrilheiros correndo, ele e um guarda fugiram. Sem Medo pediu voluntários, ia à Base. Seguiram em veículos até fronteira. Encontram Chefe de Operações e guarda. Marcham com cautela. Sem Medo e Das Operações aproximam-se para observar. Ouvem sussurros. Recuam, com os outros esperam amanhecer. *Enquanto aguarda, Chefe de Operações lembra Dembos, plantações de café, sua participação no março de 1961 ainda criança, crendo nos feiticeiros que diziam balas dos brancos eram água, tudo mentira, sabe hoje, depois foi ao Congo, entrou no MPLA, aprendeu a fazer guerra organizada, quer ser livre, Sem Medo é um intelectual, não sente como o povo, mas luta bem, por isso luta ao lado dele.* Cinco da manhã, hora do ataque. Formam dois grupos, Sem Medo atacará pelo rio, Das Operações pelo outro lado. Comandante e Mundo Novo chegam bem próximos, veem mestiço lavando-se no rio, estragará surpresa do ataque. Sem Medo não dispara, reconhece Teoria. Base não havia sido atacada, confraternizam. Comissário recebe Sem Medo com frieza. Supostos tiros tugas foram de Teoria contra surucucu. Vewê se precipitou, Sem Medo gargalha, Comissário diz não ver graça no esforço inútil. Sem Medo elogia mobilização e solidariedade. Vewê é inocentado, Teoria apanha guardas a mais. Sem Medo quer atacar acampamento tuga. Volta a Dolisie. *Chefe de Operações pensa que Sem Medo deu grande lição a Comissário, ganhou apoio de todos guerrilheiros até na gargalhada que o outro censurou, já ninguém se importa se é kikongo.*

A amoreira. Sem Medo recebe ordens da Direção, Mundo Novo passa a responsável, ele reassume Comando da Base para atacar tugas, depois irá para Frente Leste. Ondina espera um encontro por lá. Manda chamar Mundo Novo, organiza material para ataque, à noite encontra Ondina em sua cama, manda-a embora. Mundo Novo chega surpreso com nomeação. No meio da noite chega trabalhador da nota roubada, quer juntar-se à guerrilha. Após recebê-lo, Sem Medo vai ao quarto de Ondina. Coluna segue para Base. Sem Medo diz Comissário comandará, ele só vai participar. Marcham para atacar de madrugada. *Lutamos pensa que é único cabinda a participar, outros acham cabindas traidores, Sem Medo sabe que ele é leal, lutaram juntos desde início, era guia, ele professor, amanhã lutaria como Sem Medo pelo seu povo.* Perto do Pau Caído preparam-se para espera do ataque, dispõem morteiros, bazucas. Sem Medo e Teoria conversam. Começa ataque. Tugas fogem ao fogo. Comissário tenta surpreendê-los sozinho. Lutamos vai com ele e é morto. Sem Medo ordena ataque para salvar Comissário, avançam, ele é atingido. Comissário aproxima-se, o ferido manda vá comandar ataque. Vitoriosos, destroem acampamento, recuperam armas. Tiveram um morto e dois feridos. Sem Medo também morre. Mesmo sob ataque de morteiros inimigos, cavam sepultura embaixo de grande amoreira, enterram Sem Medo e Lutamos. Chefe de Operações lembra que um cabinda e um kikongo morreram para salvar um kimbundo. Saúdam caídos com salva de tiros.

Epílogo. Comissário político, no Bié, no lugar para onde devia ir Sem Medo, pensa na transformação que a morte dele representou em sua vida, Sem Medo talvez tivesse nascido cedo demais para o futuro anunciado, ficou lá no Mayombe. (Cf. M, 5-270)

O leitor de *Mayombe*, se por acaso tiver tido contato com algumas obras literárias do chamado *realismo socialista* poderá, num primeiro momento, reconhecer algo daquela proposta de política cultural. O realismo socialista, dominante na literatura soviética do período stalinista, mais que uma proposta artística na literatura, foi uma proposta ideológica. Visava influenciar leitores exaltando a construção do socialismo, a luta contra os sabotadores e contrarrevolucionários, apresentando heróis positivos sem contradições que pudessem servir de estímulo e exemplo para educação das massas. Carlos Nelson Coutinho, num velho artigo intitulado “Problemas da literatura soviética”, celebra Mikhail Cholokhov como “o maior escritor da literatura soviética, o mais típico exemplo do grande realismo socialista” (Coutinho, p. 200), mas o grande romance deste autor, um épico sobre os cossacos do Don na revolução de 1917 e na guerra civil entre *vermelhos* e *brancos*, com seu protagonista Grigori Melekhov oscilando entre as duas facções e terminando numa situação de completa desesperança pessoal, dificilmente pode ser vista como típica daquela tendência que Otto Maria Carpeaux afirma ser “um instrumento literário, mas não um estilo literário” (Carpeaux, p. 3417). O crítico austríaco-brasileiro diz ainda que *O Don silencioso* é “obra perfeita até a última página”, mas “já estava superado quando fôra publicado” (Carpeaux, p. 3416), e atribui isso ao fato da obra estar mais próxima do grande realismo crítico do século XIX, sem se aproximar dos avanços vanguardistas do século XX. O próprio Carlos Nelson Coutinho reconhece que o caminho literário soviético não foi o do, em sua opinião, excelente “realismo socialista” de Cholokhov, mas o do

[...] surgimento de obras esquemáticas ou naturalistas ou românticas, ou ainda, no melhor dos casos, a uma justaposição desorgânica destas duas tendências anti-realistas. [...] Assim, ao lado de obras que apresentavam um relato jornalístico da construção do socialismo (sem apreender nenhum dos seus momentos problemáticos essenciais), vemos o surgimento no romance soviético de obras nas quais a perspectiva subjetiva do autor — que era quase sempre idêntica às vazias palavras de ordem e às afirmações mentirosas da propaganda oficial — transformavam-se idealisticamente em realidade imediata e efetiva. O escritor se transformava em um burocrata (“um engenheiro de almas”, segundo o modelo proclamado por Stálin), perdendo a visão global e a fidelidade à realidade que caracterizam o grande realista. (Coutinho, p. 211)

Mayombe, portanto, que é sim capaz de “apreender [...] momentos problemáticos essenciais” adiantando-se ao que haveria no futuro de Angola, como veremos na análise de seus personagens, está mais próximo, na postura crítica, de um romance como *Um*

dia na vida de Ivan Denissovitch,³³ de Alexandre Soljenítsin, em sua denúncia dos campos de concentração stalinistas, do que de obras como *Assim foi temperado o aço*, de Nikolai Ostrovsky, ou *Um homem de verdade*, de Boris Polevói, ou ainda *O grande norte*, de Tikhón Siomúchkin, com seus heróis positivos e relatos exemplares para a construção da nova sociedade. Mas esses velhos romances só podem ser lidos nos dias de hoje como documentos de uma época e para avaliação da capacidade humana de crer acriticamente em qualquer coisa. Não é o caso de *Mayombe*, pois “sem se despir de um

³³ *Um dia na vida de Ivan Denissovitch e Mayombe* têm pelo menos mais uma coisa em comum. As duas obras conseguiram ser publicadas com aval direto dos chefes de Estado de seus respectivos países, Nikita Kruchóv, no primeiro caso, Agostinho Neto no segundo. Quem conta o primeiro caso é o próprio Soljnetsín em sua autobiografia literária *O carvalho e o bezerro*. Aproveitando o clima de desestalinização decorrente dos XX (1956) e XXII (1962) Congressos do Partido Comunista da União Soviética, ofereceu o trabalho baseado em sua própria experiência como prisioneiro à revista *Novy Mir*. Embora o editor Alexandre Tvardovsky mostrasse entusiasmo com o texto, sabia das dificuldades com a censura estatal para conseguir publicar algo sobre aquele tema. Para superar isso, conseguiu que o dirigente máximo ouvisse uma leitura da obra. “Nikita ouviu com atenção a novela divertida; ria-se quando era preciso rir, soltava ahs! e grassitava quando era preciso fazê-lo e, chegando à metade da história, mandou chamar Mikoyan [outro dirigente] para ouvir com ele. [...] Mikoyan não fez objeções a Khruchchev, e selou-se o destino da novela por ocasião dessa leitura doméstica. Entretanto, Khruchchev desejava fazer tudo democraticamente.” (Soljenítsin, 1976, p. 52) Quinze dias depois de mandar exemplares do texto aos membros do Comitê Central, em outubro de 1962 (às vésperas do início da crise dos mísseis em Cuba), durante “sessão ordinária do Politburo [...], Nikita exigiu dos membros que concordassem com a publicação. [...] E decretou-se que *Ivan Denissovitch* seria publicada. Em todo caso, não se ergueu nenhuma voz decididamente contrária à publicação.” (Soljenítsin, 1976, p. 52-53) Em nota de rodapé o autor acrescenta mais uma curiosidade ao caso. “*Novy Mir* caçou elegantemente dos censores; a revista mandou-lhes sem uma palavra de explicação a primeira prova paginada de *Ivan Denissovitch*. Ora, a censura, enterrada em seus redutos, nada sabia da decisão do Comitê Central, tomada a portas fechadas, como sempre acontece entre nós. Quando recebeu a novela, a censura, estarrecida por aquela ‘sabotagem ideológica’, telefonou para a revista, fulminando: ‘*Quem* mandou este manuscrito? — Nós, respondeu inocentemente o secretário da redação. N. P. Bianki. — Mas *quem* o aprovou pessoalmente? — Nós todos gostamos dela’, balbuciou Bianki. Ouviram-se algumas ameaças e o telefone foi desligado. Meia hora mais tarde, eles tornavam a chamar, alegremente: ‘Mandem mais dois ou três exemplares’ (também estavam com vontade de vê-la). Khruchchev era Khruchchev mas, fosse como fosse, o visto da censura devia figurar em cada folha.” (Soljenítsin, 1976, p. 55) No caso de *Mayombe*, Pepetela falou, em entrevista dada a Michel Laban, da oposição que surgiu quando se cogitou sua publicação. “Eram [...] pessoas que acharam que — ou ainda era cedo para tornar públicas certas contradições, ou, fundamentalmente, que isso desmistificava um bocado o papel do guerrilheiro, do herói-guerrilheiro, que ali os heróis eram pessoas, eram homens, como os outros..., e as pessoas gostariam que a sociedade os considerasse realmente heróis sem mácula — e no livro não apareciam heróis sem mácula! Portanto houve uma certa reação em certos sectores, nesse sentido. [...] Agora, como o presidente Neto tinha lido o livro — porque eu dei-lho a ler — não para obter dele apoio, não foi nesse sentido... [...] Porque era uma pessoa que fazia uma crítica literária sucinta, extremamente sucinta, mas que me ajudava. De maneira que eu, como habitualmente, quando achei que era o momento de mostrar o livro, podia ser publicado, já não ia trazer problemas — não tanto problemas a mim, mas problemas que os inimigos poderiam utilizar contra o MPLA, naquela altura os inimigos estavam extremamente fracos — [...] disse-lhe que gostava da opinião dele. Ele leu-o e disse: ‘Sim senhor, é um livro que retrata as coisas — e é bom começar a falar dessas coisas. [...] Entretanto, o presidente Neto morreu, o livro atrasou muito na edição e houve pessoas que, indirectamente, acharam que era mentira que o presidente Neto tivesse lido o livro, tivesse aprovado... Ele não podia estar de acordo com esse livro... Só que o presidente Neto tinha falado a muitas pessoas do livro, portanto foi fácil juntar quatro ou cinco testemunhas que diziam: ‘Não, a mim ele disse-me que era um bom livro. Que, sim senhor, devia ser publicado...’ E pronto, aí acabou, foi cortada pela base, essa tentativa, enfim, de silenciar um pouco o livro.” (Laban, 1991, p. 793-794) Os opositores à publicação de *Mayombe* esperavam, talvez, que o romance estivesse mais de acordo com os princípios do realismo socialista.

certo didatismo que estava na ordem do dia” do momento em que foi escrito, e que pode induzir a uma enganosa aproximação com o realismo socialista, “propõe novas abordagens do fato colonial e das consequências cuja gestão seria um dos legados de todo o processo histórico” (Chaves, 2009, p. 133, vale para as duas citações).

Mayombe, no âmbito de nosso estudo, é um romance povoado quase só por personagens-guerrilheiros. O inimigo não merece qualquer espécie de destaque. “O ‘tuga’, como eram chamados os portugueses, já não tem sequer estatuto de personagem essencial. Como uma espécie de figuração é só uma sombra que corta o caminho dos guerrilheiros.” (Chaves, 2005, p. 92) Listamos a seguir as figuras que serão destacadas do texto e analisadas. São os guerrilheiros Comandante Sem Medo; Lutamos; Teoria; Mundo Novo; Chefe de Operações; Ingratidão do Tuga; Milagre; Muatiânvia; Ekuikui; Vewê; Verdade e outros; Comissário Político.

As aventuras de Ngunga, texto escrito com declarados propósitos doutrinários e didáticos, parece ter mais traços de realismo socialista do que *Mayombe*.

Ressaltamos que Ngunga representa o homem novo, aquele capaz de combater através da revolução o sistema em voga. [...] / Correspondendo ao projeto pedagógico do movimento, pretendia-se que o leitor angolano absorvesse o modelo de guerrilheiro estabelecido na figura de Ngunga, reconhecendo no seu desenvolvimento os aspectos morais, sociais e políticos a serem seguidos, ou seja, a formação do cidadão angolano ocorreria também por meio de seu processo de alfabetização. (Lima, p. 5)

Mas o empenho crítico com que Ngunga, um adolescente, examina os personagens à sua volta também desvia o pequeno romance de tal rumo. Dividido em 28 capítulos curtos e um epílogo (“Para terminar”), o livro foi escrito, como já vimos, com o propósito de suprir a falta de material de leitura complementar para pioneiros e guerrilheiros recém-alfabetizados. Foi publicado pela primeira vez numa edição artesanal, na Frente Leste. Eis o argumento do texto.

Ngunga, órfão de treze anos — colonialistas mataram pais, levaram irmã —, chora com ferida no pé. Nossa Luta manda-o procurar socorrista. Não quer, teme injeções, é longe. Guerrilheiro avisa, tomará injeções se não tratar, vá logo, durma lá. Ngunga lava-se, separa comida, sai para aldeia do socorrista. Dormiria no caminho.

Chega, fala ao socorrista. Dormiu no kimbo do Presidente Kafuxi, encontrou camarada Chefe de Seção Avança e guerrilheiros, procuravam mandioca. Socorrista agradece notícias, ali houve fome, colonialistas queimaram lavras, iam longe buscar comida, agora lavras cresceram, estão bem, farão festa pelo filho do Kayondo, caçaram palancas, virá povo das outras aldeias. Ngunga tornou a lavar os pés para tratar ferida, teme que remédio arda. Fica para festa, ouve conversas, notícias da região. Imba, filha do Presidente Kafuxi, acompanha Ngunga. Ele reparou como todos ouviam quietos quando pai dela falava, mas ele interrompia sempre, achou errado. As mulheres assavam pedaços das palancas, faziam pirão de massango, de milho, mel

fermentado. Pronta a bebida, animação aumentou. Comandante do Esquadrão, guerrilheiros e mulheres chegaram. Ngunga admirou arma do Comandante. Houve dança.

Ngunga aprecia por do sol e paz à beira do Kuando [leste de Angola], nem parecia zona de guerra. No kimbo ninguém o esperava. Podia ir onde quisesse. Nossa Luta partira, quem se lembraria do órfão além de Nossa Luta e Imba? Ele, longe, ela, uma miúda. Pôs suas coisas — cobertor, frasco, pau de dentes, fiska, faca — num saquinho e meteu-se na mata.

Presidente Kafuxi convidou-o a ajudar suas mulheres, participar da família, aceitou. Imba ficou contente. Ngunga trazia água, trabalhava nas lavras, comia sobras, lavava panelas antes de dormir. Se Imba ia vê-lo, mulheres mandavam que não parasse, chamavam-lhe preguiçoso, Presidente Kafuxi dizia era preciso produzir comida para guerrilheiros, trabalhar muito. Pensando em Nossa Luta, trabalhou mais. Responsável visita Kafuxi, quer que dê mais comida, com três mulheres dá o mesmo que outros com uma ou nenhuma. O outro diz dá tudo que pode. Ngunga, tudo ouviu calado, mostra-se para que Responsável lembre que além das mulheres, ele também trabalha. Responsável não repara, aceita dito pelo mais-velho. Ngunga viu que Presidente Kafuxi guardava comida para trocar por pano, escondia quando apareciam guerrilheiros. Ngunga era generoso, adultos eram egoístas, um chefe escolhido pelo Movimento só pensava em si. Um dia em que Presidente disse não ter comida, Ngunga apareceu diante dele e do Comandante do Esquadrão com duas quindas com farinha. Kafuxi ficou envergonhado e enfurecido, Ngunga foi embora com suas coisas.

Atravessou Kuando, foi até rio Quembo. Povo dava-lhe comida, admirado dele sozinho em meio à guerra, que se cuidasse. Comendo frutas e mel, chegou ao Contuba. Encontrou Livingue, velho cuja família foi para Zâmbia. Tinha lavra, convidou Ngunga a ficar, ele não quis. Seguiu para ver se homens sempre só pensavam neles. No Quembo eram mais generosos, mas podia ser só aparência. Chegou à Seção escondida na mata. Disse de onde vinha, do kimbo de Nossa Luta, guerrilheiros disseram morreu em emboscada. Ngunga procurava por ele, sentiu-se só no mundo, chorou. Deram-lhe presentes, apito, calças, punhal. Ficou a viver na Seção, pegava água, fazia mais coisas. Ouvia histórias da guerrilha ao pé da fogueira, falavam do Comandante Mavinga, era bom, mas pensava primeiro em si. Para Ngunga adultos eram assim, menos Nossa Luta, mas estava morto. Um dia chegou Mavinga, comeu, bebeu, reparou em Ngunga, ia ser bom guerrilheiro, mas era melhor viver num kimbo. Ngunga falou com ele, não era criança, se houvesse ataque, ajudaria. Mavinga divertiu-se, disse-lhe para estudar, havia um professor ali perto, ia levá-lo. Ngunga ficou curioso. Assim deixou a Seção.

Mavinga passou com Ngunga em muitos povos, discursou sobre guerra e tarefas a realizar. Apresentava rapaz como exemplo, ia para a escola, depois seria bom guerrilheiro. Crianças rodeavam-no, queriam façanhas, como não mentia contando vantagens, viam que era como eles, desinteressavam-se. Ngunga reparou que Mavinga aumentava sempre suas façanhas.

Mavinga apresentou Ngunga ao professor União, ele era mais novo que o Comandante. Ficaria ali com outro aluno, Chivuala. Demais crianças vinham dos kimbos, voltavam. Povo daria comida a professor e aos dois. Mavinga trazia uns papéis que o professor leu em voz alta. Ngunga reparou que Comandante não sabia ler. Houve discurso ao povo, vantagens da escola trazida pelo MPLA, ao fim, dança.

Ngunga mal conseguia ficar sentado na aula, preferia ver árvores, pássaros. Ele e Chivuala carregavam água, faziam batata-doce ou mel para mata-bicho. À tarde, os outros voltavam aos kimbos. Professor tinha AK e deixara pistola SKS com Chivuala, mais velho, mas também ensinara Ngunga a atirar. União caçava cabras-do-mato, deixava-os atirar nas rolas. Ngunga não matara nenhuma. À fogueira, União falava da Natureza, dos homens, da luta, Chivuala da sua terra natal, Ngunga ficava quieto. Uma noite falou no kimbo do Presidente Kafuxi. União disse que escola era para ser lá, mas ele recusara alimentar professor, era mais-velho, já chefe no tempo dos tucas, não podiam tirá-lo. Ngunga achava errado, mas era miúdo. Um dia professor saiu, demorou, os dois comeram a parte deles da comida, deixaram alguma. Quando União chegou, não havia nada. Tinha sido Chivuala, Ngunga nada disse. Professor ficou decepcionado com eles. Sós, Ngunga reclamou com Chivuala. Brigaram, Ngunga apanhou, nada disse, problema era só deles, mas acabou amizade. Professor notou silêncio. Ngunga matou sua primeira rola. Chivuala não o felicitou, empurrou Ngunga sobre moita de espinhos. União viu. Ngunga pediu que professor o tratasse, não denunciou. União quis saber de

Chivuala como Ngunga se ferira, ele disse que não sabia. União desmascarou-o, mandou-o embora. Para Ngunga o outro era mau por ser quase homem, só crianças eram boas. União mandou Ngunga dizer-lhe que voltasse, mas ninguém sabia dele.

Colonialistas atacam escola. Professor e Ngunga resistem, ele acerta soldado. União, ferido, manda Ngunga fugir, ele fica, talvez Mavinga chegue. União mata colonialista. Munição está no fim, Ngunga mata outro, União desmaia, munições acabam. Capturados, helicóptero leva-os a Posto de Cangamba. União é levado, Ngunga fica na cela. À noite trazem Chitangua, homem de kimbo próximo à escola, muito machucado para a cela. Preso na véspera, indicou escola para não apanhar, hoje bateram-lhe muito, também ao professor, por não falar das instruções lidas a Mavinga. Ngunga acha Chitangua covarde e tem orgulho do professor. Ngunga é levado a trabalhar para chefe da PIDE, nunca tinha visto um branco. Faz plano para fugir e levar professor. Vê que GEs eram criados dos brancos, não ajudariam. Fez-se amigo dos guardas do escritório a quem levava café. Ouvia gritos do professor, nunca podia vê-lo. Se soubesse escrever, podia mandar bilhete. Passaram-se dias, viu União conduzido a helicóptero, aproximou-se, prometeu contar que ele não falara, União disse-lhe para lutar onde estivesse. Levaram-no. Ngunga tinha ficado por causa do professor, já podia fugir. Chefe da PIDE surrou-o pela conversa. Ngunga entrou à noite no escritório, apanhou pistola do chefe, matou-o, fugiu.

Estava livre e perdido na mata. Trouxera uma G3 e a pistola, queria achar Mavinga, entregar-lhe armas. Após três dias comendo algum mel, escondido de helicópteros, chegou a um kimbo. Fome venceu medo, apresentou-se. Prometeram levá-lo à Seção do Comandante Avança. Seção de Mavinga era longe. Contou sua história a todos, jovem Uassamba muito atenta. Ngunga sonhou com ela. Pela manhã seguiram para Seção, pensava na jovem, chegaram à tarde. Avança louvou-lhe coragem, mandaria guerrilheiros levá-lo a Mavinga. Ngunga queria passar pelo kimbo, rever Uassamba, mas iam para outro lado. Avança não deixou levar armas. Discutiram, Avança disse que Mavinga viesse buscá-las, Ngunga partiu furioso. Acompanhantes disseram não ligasse, Avança era invejoso, pouco gostavam dele. Encontraram Mavinga após quatro dias. Grupo festejou-o muito, ouviram suas aventuras, a atitude de Avança, só não falou em Uassamba. Mavinga ia dar lição em Avança, mas Ngunga iria a outra escola. Ngunga insistiu em ir com ele, contou sobre Uassamba. Ngunga iria com Mavinga. Antes, tinha missão. De volta, foram procurar Avança, que recebeu-os desconfiado. Mavinga, diante de todos, acusou Avança de querer armas só para chateá-lo, de fugir aos combates. Avança ficou envergonhado. Guerrilheiros entregam armas. Já na mata, alguém disse que era ruim para disciplina chefes discutirem frente a combatentes, mas ali havia caso de mulheres.

No kimbo de Uassamba foram bem recebidos pelo chefe Chipoya, Ngunga não via rapariga. Quando apareceu, Mavinga soube logo quem era pela reação do rapaz. Viu-a no rumo do rio, mandou-o atrás. Ngunga desiludiu-se ao saber que era casada com ciumento chefe Chipoya. Não gostava dele, mas família recebera alambamento, fizera-a casar. Ngunga propôs fuga, ela não quis, família não tinha dinheiro para devolver. No kimbo, contou tudo a Mavinga. Ele disse se era casada, esquecesse, tinha de estudar, na vida e na guerra era preciso saber quando retirar. Ngunga estava revoltado contra alambamento, compra de mulheres. Ngunga olhava Chipoya vaidoso ao lado do Comandante, igual a Kafuxi, era preciso mudar o Mundo. À noite, todos na dança, encontrou Uassamba na mata. Conversaram de mãos dadas. Ela não ia com ele. Ngunga viu que tinha mudado muito, queria também mudar de nome, pediu que ela lhe escolhesse novo nome, ela segredou-o em seu ouvido. Despediu-se apenas de Mavinga, não lhe disse seu novo nome. Ia estudar, preparar-se para ser bom guerrilheiro, lutar contra colonialistas, contra costumes antigos, por muitas mudanças. Ngunga foi sozinho para a escola.

Não se soube mais dele. Ninguém lhe conhece o nome. Pioneiro, pode ser esse camarada aí a teu lado. Ou talvez já não seja pioneiro. Guerrilheiro, sabes quem é e o que já fez esse novo combatente do teu grupo? (Cf. AN, 5-59)

Deste pequeno romance serão destacados (alguns muito sumariamente, por falta de maiores elementos) Nossa Luta, Comandante Avança, Comandante Mavinga, professor União e, claro, o aprendiz que também será guerrilheiro, Ngunga. É essa

transformação que constitui o fio condutor do texto. Maria do Carmo Sepúlveda Campos, ao escrever sobre o texto, identificou esse fio.

Os passos da personagem, a princípio inseguros, vão traçando as rotas, abrindo trilhas que são construídas a cada movimento do desbravador. Cada marca deixada no chão é única e cada passo define em que direção seguirá o novo caminho. Um guerrilheiro não aprende na escola oficial os segredos de sua batalha, nem o manuseio das armas que, para livrá-lo da morte, deverão ser detonadas contra outro ser humano. [...] Em sua leitura do mundo, Ngunga aprende a decifrar a realidade. (Campos, p. 232)

Passemos então ao terceiro texto produzido, segundo seu autor, ainda em plena atividade guerrilheira, quando se vivia “nos tempos da crença utópica”, tempos que se prolongaram até ser alcançada a independência e ainda um pouco além dela. A referência entre aspas está num trecho de Rita Chaves em que a pesquisadora reconhece como incipiente em *Mayombe* o que vai ficar muito explícito nesse terceiro texto, parte inaugural, mas não inicial, de um romance que só será completado perto de duas décadas depois.

A falta de sintonia que ali [em *Mayombe*] se verifica, nos tempos da crença utópica, era frequentemente lida como um dado justificado pelas circunstâncias; com o passar dos anos, o cenário convida-nos hoje a atentar ali para os sinais da desagregação que já ameaçava o projeto, como seria confirmado, pelo próprio Pepetela, em *A Geração da Utopia*, livro editado nos desencantados anos 1990. (Chaves, 2009, p. 133)

A oposição francamente explicitada entre os projetos de dois comandantes guerrilheiros, primeiro dialogicamente, depois, já acabada a guerra, com resultados práticos em suas atitudes pessoais diante da nova realidade angolana, é um dos elementos estruturais que amparam “A chana (1972)”. Em seguida damos a sinopse dessa parte, acrescentada do que a antecede na primeira parte e das informações que a completam, na terceira e quarta partes.

[Na primeira parte, “A casa (1961)”, ambientada em Lisboa, aparecem Aníbal, originário de Luanda, formado em Histórico-Filosóficas, aspirante miliciano fazendo serviço obrigatório no Exército Português, deserta e vai para a França em 1961; Vítor Ramos, um pouco mais novo que Aníbal, originário do Huambo, mau estudante de veterinária, deixa Portugal em 1961. Serão, na segunda parte, “A chana (1972)”, os guerrilheiros Sábio e Mundial, respectivamente.]

A chana é um terreno de capim rodeado por uma floresta ou um terreno sem árvores que cerca uma floresta? Será apenas um terreno sem árvores que é preciso atravessar para chegar à ansiada floresta? (Anotação de Sábio numa página ao vento.)

Minúsculo homem caminha na imensidão da chana, segue rumo do sol nascente. É guerrilheiro. A chana está seca, coberta de pó, capim novo começa brotar. Marcha para fronteira-refúgio. Ia com grupo de onze combatentes do Bié para a Zâmbia. Mantinham-se afastados da população que se deslocava para fronteira fugindo da falta de comida e das ofensivas inimigas. Apanhados em emboscada, fugiu sem mochila, carregada por outro.

Lembrou que Sábio sempre carregava própria mochila. Teve frio à noite, sem cobertor. Recorda xinguijila, dança coletiva e individual, de que Sábio falara há dois anos. Sábio dançara entre Maria e Mussole, deitou-se com ambas; Mussole, menos interessante na aparência, despertara nele paixão inesquecível. Sábio apreciava dar lições, humilhar os outros. Crê ouvir helicóptero, abriga-se sob arbusto, espera, não há nada. Cansado, não come há dois dias, tem sede. Cava, consegue água. É difícil orientar-se, como responsável tinha sempre quem o guiasse. Está perdido. Lembra Europa, vida com Marilu. Duas da tarde, marcha há oito horas, floresta continua distante. Lembra férias em Paris, lembra Colônia, onde dizia estudar. Perdeu bolsa, Movimento chamou-o para guerra, injustiça, outros como ele ficaram. Veio também por já não suportar revolucionários de boca dos comitês e cafés. Após treino militar, virou formador político, responsável zonal. Pensa em comida, frutas, num vinho argelino, lembra-se de Francine, Helga, Erika, pensa no orgulho de ser negro, quase símbolo sexual.

Aproxima-se da mata, acautela-se contra emboscada. Imagina inimigos à espera entre as árvores. Não há ninguém. Ri, nervoso. Se escapar, não voltará à guerra, às privações enquanto outros gozam vida na retaguarda. Descansa, prossegue à noite. Na Zâmbia falará nos apadrinhamentos, nos incapazes, ladrões, no fracasso militar dos nortistas. Tenta orientar-se pelas estrelas, mata esconde-as, troca rumo. Ouve rio, vai pegar água. É o Ninda, há quartel tuga próximo. Está muito cansado. Lembra algo que lhe contou Sábio como se tivesse acontecido a si mesmo: quando ia pagar alembamento de Mussole encontrou povoado destruído, ela morta, despedaçada pelos inimigos, sepultou-a, jurou vingança. Avista o Posto do Ninda, amanheceu, não pode atravessar estrada e ponte, deve esperar na mata dia cair, teme não aguentar. Na espera Mundial recorda longo diálogo com Sábio, dias antes da partida para a fronteira, sobre a guerra, o povo que já não crê nos guerrilheiros. Mundial, homem do Sul, culpa os do Norte, comportaram-se no Leste como senhores coloniais. Sábio diz que luta no Leste há cinco anos, agora notaram que é kamundongo, os do Leste fazem agitação para conseguir melhores postos. Mundial diz que os do norte, bonzinhos, vieram civilizar os atrasados, estes agora mostram-se ingratos. Discutem regionalismo e tribalismo, Mundial afirma que o outro, por ser do Norte, não enxerga o mal feito pelos seus. Sábio: a questão não é regional, a crítica deve ser à Direção, devem criar partido revolucionário dentro do Movimento. Para Mundial a Direção devia ser meio a meio com gente do norte e do leste.

Meio-dia. Homem continua deitado na mata, sonolento e alerta. Lembra passagem por Paris a caminho da Argélia. Volta a pensar em Sábio a quem convidou para acompanhá-lo à Zâmbia, clima não estava bom para kamundongos, ele recusou dizendo preferir guerrilheiros a conchavos políticos. Despediram-se. Entardecer. Antecipando a noite de fome e frio que o espera, homem pensa se entregar a tugas. Será considerado traidor, mas estará livre da guerra. Lembra-se do Onça, mutilado de guerra, de Kapangombe, morto num ataque para que chefe kamundongo ficasse com sua mulher. Melhor render-se agora, antes da derrota completa. Lembra outra conversa com Sábio, sobre como era possível recusar mística da guerra. Levanta-se ao cair da noite. Que pensarão companheiros quando o ouvirem pelo rádio falando contra o Movimento? Não se importa, outros também chegarão a isso, menos Sábio, terá de ser abatido. Vai dizer que já esperava esse comportamento de Mundial. Desvia-se do Posto. A salvação está na Zâmbia. Não vai impedir Sábio de vingar Mussole.

Atravessa correndo a estrada, enfia-se na mata. Caminha horas à procura do Tundombe, seguirá margem até fronteira. Ao amanhecer o cansaço vence, dorme até meio-dia. Com dificuldade chega à orla da mata, encontra lavra de mandioca, come crua. Descansa, sente-se revigorado. Precisa água. Duas da tarde chega ao rio e vê que andou às voltas, está ao lado do Posto. Esconde-se nos caniços da margem. Às quatro sai um grupo do Posto, patrulham a margem. Mundial mete-se na água pronto a atirar. Ouve soldados, guia é Simão, abandonou guerrilha e tornou-se pisteiro dos tugas. Vai achá-lo. Soldados concentram-se em algo na mata, dão costas ao rio. Oficial chama-os a participar de recepção a major. Pronto a se render, Mundial nem crê que escapou. Ainda pensa entregar-se quando anoitecer, evitar noite fria com roupa molhada, não quer andar mais setenta horas. Entregará Sábio, fará o que pedirem para poder descansar. Que lhe importa se Sábio não vingará Mussole? Entra na mata para depois aproximar-se do Posto. É apanhado por dois guerrilheiros. Apresenta-se como sendo do Movimento, perdido. Desconfiam, ia render-se ou era informante? Caminham na mata,

encontram grupo de cinco. Mundial come. Andam mais, acampam, fazem fogueira, Mundial se aquece. Sangue Forte é chefe de seção, Mukindo, Culatra, Dinamite, outros três, guerrilheiros. Mundial conta sua história, admiram sua resistência, discutem a guerra. Mukindo questiona mentiras ao povo, desigualdades, reuniões e assembleias inúteis, falta de empenho. Censurado, diz aquilo é o que pensa a maioria, camarada precisa saber, transmitir à Direção. Questiona troca de responsáveis, os que substituírem kamundongos farão como eles, já não acredita em ninguém. Todos falam contra Mukindo. Discutem tribalismo. Mukindo diz mau chefe é mau não por kamundongo, mas por não se empenhar na guerra. Pararam para comida quente. Mundial pergunta qual dirigente do Norte merece ainda confiança. Mukindo lembra Sábio. Mundial finge que não ouve. Vão dormir, Mukindo pouco convencido, Mundial satisfeito com sua habilidade política.

Mundial quer contrariar a lei, seguir para fronteira sem se apresentar ao Comandante da Base. Sangue Forte hesita, acaba convencido. Também quer levar dois guerrilheiros. Incentiva-os a atacar Posto do Ninda, sabe que não vai acontecer, mas evita ser associado à falta de empenho dos kamundongos. Culatra e Dinamite vão com ele. Marcham por doze horas. Acampam na chana. Conversa sobre tribalismo. Dormem, vão atravessar chana. Pela última vez, Mundial pensa. Avião sobre fronteira atrasou-os. Fome volta. Mais duas horas até a fronteira. Ouve tiros, joga-se ao chão. Seus companheiros tentam caçar mbambi. Após perseguição matam fêmea prenha. Comem carne mal assada. Mundial pensa no passado, nos ideais coletivos, depois em seu futuro, ele teria futuro, e Sábio? Dois meses depois, ouviu dizer na Zâmbia que Sábio morrera num cerco por recusar retirada sem ordem da Direção.

[Na verdade Sábio não morreu, aparece na terceira parte “O polvo (1982)”. Antes de 1975 havia sido mandado estudar na União Soviética e recuperar-se do desmoronar da guerrilha no Leste, recuara por fim para a fronteira com apenas um guia, alimentando-se de mel. Na Zâmbia, após tanto boato de sua morte, era visto como cazumbi. Em rebelião contra os do Norte, deixavam-no ileso, não mexiam com espírito. Participou da luta contra sul-africanos em 1975. Desligou-se do Exército em 1977, vive isolado em praia de Benguela, descrente de tudo. Mundial hoje é ministro. Sábio, numa visita à Delegacia de Saúde local, encontra mutilado sem perna, guerrilheiro Mukindo. Falou a Sábio do encontro com Mundial a caminho da Zâmbia, como ele defendeu os do leste contra os do norte, afinal mudou de lado, virou ministro. Sábio confirmou o que já desconfiava. Na quarta parte “O templo (a partir de julho de 1991)”, Vítor, Mundial, ministro corrupto, tem ódio à integridade de Aníbal, Sábio.] (Cf. *GU*, 12, 15, 16, 19-22, 49-52, 79-82, 92-95, 113-115, 117-184, 236-238, 269-271)

Deste romance examinaremos os comandantes Sábio e Mundial, incluindo nesse exame o que pudermos apurar sobre o chefe de seção Sangue Forte e os guerrilheiros Mukindo, Culatra e Dinamite. Os outros guerrilheiros mencionados aparecem apenas como figurantes.

Quando Inocência Mata, num estudo, faz referência às “falas de Aníbal”, ou seja, Sábio, no sentido “de que os propósitos da revolução foram traídos” e afirma que tais falas são “antecipadas mais de uma década antes nas de Sem Medo” (Mata, p. 201), está contando o tempo que separa as publicações de *A geração da utopia* (1991) e *Mayombe* (1980). Visto desta maneira, deveríamos considerar que o autor, ao criar a figura de Sábio, já teria distanciamento temporal suficiente para perceber o grau de, digamos assim, *desutopização* do projeto político angolano, estaria apenas constatando o já acontecido e transferindo ao personagem uma visão que poderia ser acusada de anacrônica. Mais surpreendente seria a postura crítica do outro personagem-guerrilheiro

mencionado, Sem Medo, dado à publicidade quando o projeto utópico ainda tinha alguma credibilidade, pelo menos a independência havia sido alcançada. Mas, a crer no que diz o autor, e não temos motivo para duvidar dele (ressalvado o fato de se tratar de um ficcionista, de certo modo um mentiroso profissional) quando informa datas e condições em que foram escritos esses trabalhos, não há, ou há muito pouca distância temporal entre as profecias críticas de Sem Medo e a profunda descrença e desilusão expressas por Sábio. Um texto é de 1971, o outro, de acordo com o que Pepetela disse a Michel Laban, é do ano seguinte, escrito ainda antes de *As aventuras de Ngunga*. Isto sim é de surpreender e motivo para cumprimentar o autor por sua capacidade analítico-antecipatória apontando as fissuras na construção utópica muito antes que qualquer um fosse capaz (ou quisesse) apontá-las. O clima desutópico está muito bem expresso e captado no trecho de um estudo de Rita Chaves que transcrevemos abaixo.

Radicalizando alguns sinais captados nas matas do Mayombe, aqui é perfeitamente possível detectar as contradições e insuficiências que levariam aos desvios do projeto em parte tão alimentado em “A Casa”. Na dureza das ações, a solidariedade já não é a tônica, e os procedimentos divisionistas cumprem a terrível função de anunciar a precariedade da vitória. O desencanto parece chegar antes do fim da guerra de libertação, e o discurso do narrador não oculta o sentimento de frustração a prenunciar a descrença. O clima favorável à identidade dos primeiros tempos da luta se dilui. [...] / O clima de diálogo, predominante em *Mayombe*, desaparece e as conversas são atravessadas pelos sinais de incomunicabilidade. A incompreensão, a rivalidade, as intrigas manifestas ou tão-somente sugeridas fazem prever a irrealização dos propósitos que teriam levado à luta. O projeto de uma nação livre se vai estilhaçando na condução de um processo inicialmente banhado pela generosidade de um sonho coletivo. A utopia tem como adversário os próprios homens que investiam em sua construção. As diferenças deixam de ser diversidade para se transformarem em capital de negociação, em patrimônio para obtenção de vantagens na sociedade ainda em formação. (Chaves, 2005, p. 100-101)

Os três trabalhos de Pepetela que ficcionalizam a luta guerrilheira foram escritos ainda no transcurso da guerra de libertação e no próprio teatro de operações. Mas Pepetela vai retomar o tema agora sim, num momento bastante distanciado daquele em que foram produzidos os três primeiros. Se considerarmos que *As aventuras de Ngunga* foi escrito em 1972, o tema da guerrilha é retomado pontualmente num romance escrito e publicado mais de 25 anos depois. Estamos nos referindo a *O planalto e a estepe*. Aqui não há só desutopização da sociedade angolana, há uma espécie de autópsia da utopia soviética³⁴ paralela à trajetória do protagonista Júlio Pereira em suas andanças

³⁴ Isso pode ser verificado, por exemplo, na passagem em que é comentada a queda de Kruchóv (ou Kruchchev, como quer Pepetela), em outubro de 1964, e a ascensão de Brejnev. É uma primeira afirmação de falência da utopia e um desprestigiado retrato de seus líderes. Júlio Pereira, o narrador,

anteriores e em sua intercontinental história de amor contrariado, andanças que se estendem por Europa (Portugal, Rússia), Ásia (Mongólia), África (Marrocos, Argélia, Congo e Angola) e América (Cuba). Nesse longo percurso, Júlio Pereira também vai participar da guerra de libertação, também será guerrilheiro, o camarada Alicate. O que nos interessa deste romance ocupa pouco mais de um (“As guerras e os silêncios”) dos oito capítulos e epílogo que o compõem. Vamos ao resumo.

[Branco, olhos azuis, Júlio Pereira, nascido no Lubango, sul de Angola, vai estudar em Portugal no início dos anos 1960. Ligado aos nacionalistas, deseja ser combatente anticolonial, foge para Marrocos, mas é mandado pelo Movimento a Moscou, estudar economia. Lá conhece estudante da Mongólia, apaixonam-se, ela engravida, são separados por ordens do pai dela, poderoso ministro em seu país.]

Após formatura em Moscou, Júlio vai com outros a treino militar no mar Negro, sul da Rússia. Movimento enfim concordara prepará-lo para luta de libertação. Instrutor principal era veterano da resistência contra nazistas na Ucrânia. Ensinava ações de sabotagem, minas, armadilhas. Júlio preferia armas simples, homens em grupo, infantaria. Dali embarcou para Argel. Continuavam *dificuldades subjetivas* para incorporar angolanos brancos na guerrilha. Após temporada grande na Argélia, foi selecionado para ir ao Congo-Brazzaville, dali para Angola. Pensou iria para o sul, mas ficou em Cabinda até fim da guerra. No princípio foi afetado pela pouca prática e falta de discernimento, mas logo recupera o aprendido no Mar Negro. Para nome de guerra lembrou como brancos davam nomes de objetos a negros no Lubango, escolheu com ironia chamar-se camarada Alicate. Em combate evita pensar no inimigo, podia ser primo, amigo de infância. Nomeado chefe de pequeno grupo contra vontade, obedece disciplinado. Seus homens desconfiam dele, não tem corpo fechado como todos, isso anulava efeito do feitiço. Era causa de hesitação, recusa de marchas noturnas. Comandante Alicate, aconselhado por Comissário Político, diante de homens reunidos ao pé da fogueira, resolve problema. Conta-lhes como procurou kimbanda no Congo, especialista no feitiço do galo e fechou o corpo. Os guerrilheiros escutaram com atenção, olhos arregalados, aplaudiram. Ganhou confiança absoluta. Em suas unidades todos comiam igual, sem privilégios ou reclamações. Com a independência, continuou na luta contra os sul-africanos. Passou a encarregado de toda logística militar em Luanda. Chegou a general, nunca foi apontado por corrupção. (Cf. *PE*, p.103-107, 119-132)

classifica o até então poderoso secretário-geral do PCUS como “mal-amado por ter denunciado anos antes, uma série de crimes e erros do endeusado Estaline, dando assim munições ao inimigo, foi derrubado e sucedeu-lhe o cinzento Brejnev, buldogue de cara e corpo, de cuja boca opaca nunca sairia nada de que o Partido se arrependesse. Havia golpes e contra-golpes na pátria perfeita do socialismo, cartas escondidas debaixo da mesa, pior, facas escondidas nos casacos, sangue escorrendo pelas paredes. / — Vês? — disse Jean-Michel na altura da queda de Kruchtchev. — Ensinam-nos a pureza das ideias mas praticam todas as sujidades. Isto foi um verdadeiro golpe de Estado.” (*PE*, 46) Ou ainda no ácido comentário, que dá conta de quem mais teria contribuído para o fim da utopia, da revolução e da União Soviética. “E, agora que esses regimes se corroeram por dentro e desapareceram, os antigos responsáveis ainda se perguntam porque foram derrotados.” (*PE*, 155) Ao contrário dos que atribuem (ou se auto atribuem) o fim da União Soviética ora ao papa João Paulo II, ora a Ronald Reagan, ora a Mario Vargas Llosa, ora a Lech Walesa, Júlio Pereira não tem dúvida: tudo foi obra dos próprios comunistas soviéticos, a começar de Stálin (ou Estaline, como quer Pepetela). Quando Rita Chaves, escrevendo sobre Angola, diz que a “utopia tem como adversário os próprios homens que investiam em sua construção” (Chaves, 2005, p. 101), acerta também neste caso. Júlio Pereira só reconhece um país como sempre fiel em seus compromissos de solidariedade internacional: “Cuba nunca me traiu, essa ilha me dava de facto sorte” (*PE*, 171).

Neste texto teremos apenas o camarada Alicate para examinar. Também poderemos fazer alguma reflexão sobre seu embasbacado grupo guerrilheiro. *O planalto e a estepe*, como já dissemos numa resenha sobre o romance, pode ser visto “como um desdobramento de [...] *A geração da utopia* [...], quase formando com ele um díptico” (Veiga, 2010a, p. 1). Como Sara Pereira, branca do sul de Angola (Benguela), Júlio Pereira (coincidem no sobrenome, mas não são parentes), branco do sul de Angola, são ambos membros daquela geração, assim como o também branco do sul de Angola criador das duas figuras. Podemos notar algo de aproveitamento autobiográfico na composição do personagem Júlio Pereira. O padre Noronha que o adolescente Artur Pestana conheceu no Lubango e a quem Pepetela se referiu, em entrevista a Michel Laban já citada neste estudo (cf. Laban, 1991, p. 781-782), como importante em sua formação, em sua “tomada de consciência”, lembra a figura do padre e professor de filosofia que esclareceu o protagonista do romance sobre bolchevismo, colonialismo e racismo (cf. *PE*, 23-24). Para exemplo da similaridade entre os dois, podemos assinalar que tanto o padre Noronha real como o fictício padre professor de filosofia têm origem indiana e são expulsos de Angola, exilados para o Vaticano, por suas ideias consideradas subversivas para a situação colonial. Não estamos dizendo aqui que Júlio Pereira seja um *alter-ego* do autor, o próprio Pepetela afirma que o romance conta uma história real, acontecida a um seu amigo de infância, que ele transformou compondo, a partir dela, personagens fictícios. Só estamos verificando como o autor utiliza episódios autobiográficos na composição de seus personagens.

Por fim, chegamos aos romances de Luandino Vieira. Da prometida trilogia *De rios velhos e guerrilheiros*, até esta data (2015), só temos dois romances. Os últimos textos literários novos publicados, escritos ainda no Tarrafal em 1971 e 1972, são as duas histórias, “Kinaxixi Kiami! (Lourentinho)” e “Estória de família (Dona Antónia de Sousa Neto)”, que compõem o volume *Lourentinho, Dona Antónia de Sousa Neto & eu*, de 1981. Interrompendo um silêncio literário de décadas, foi publicado em 2006 o primeiro livro da anunciada trilogia, *O livro dos rios*.³⁵ Numa resenha escrita logo após a publicação, Rita Chaves lembra como uma das primeiras questões que o livro suscita:

³⁵ Em 2003 Luandino havia publicado o romance *Nosso musseque*, mas advertia em nota que o livro “foi escrito no pavilhão prisional da PIDE, em São Paulo, Luanda, entre os meses de dezembro de 1961 e abril de 1962” (Vieira, 2003, p. 6). Antes disso, em 1998, saíra o texto *Kapapa: pássaros e peixes*, para a Expo 98, sediada em Lisboa. Em nota na página de créditos, podemos ler: “[e]sta narrativa fez parte do romance *Águas-do-Mar, o Guerrilheiro*, inédito por incineração” (Vieira, 1998, p. 7). Trata-se de uma

[...] a indagação sobre a validade de se recolocar em cena a figura do guerrilheiro, conferindo-lhe o papel de protagonista e, mais ainda, situando-o no centro da fabulação, mediada pelo discurso em primeira pessoa. Insólita, a atitude revela coragem, pois atenta contra a diluição das contradições que, tendo motivado a duríssima guerra, continua a repercutir no cotidiano do país. A noção da utopia, tão marginalizada pelos discursos da hegemonia, insinua-se na busca angustiada que a fala de Kene Vua exprime, fazendo reemergir um passado que selou a mudança sobre a qual é preciso pensar. [...] Ao [...] refundar a atmosfera de tensão tão forte nos anos 1960, o escritor parece advertir-nos de que ainda há muito a conquistar nesse processo que tem conhecido avanços e recuos. (Chaves, 2006, p. 249)

Para nossa pesquisa, pelo menos, o foco na figura do guerrilheiro não só se mostrou perfeitamente adequado, foi o motivo gerador de todo o trabalho. O romance de Luandino e a sua retomada do tema foi o que nos levou a pensar nos guerrilheiros de Pepetela e nos de Antônio Callado. Enquanto os personagens destes dois autores movem-se em sua maior parte naquilo que se poderia chamar *o calor da hora*, Kene Vua, distanciado no tempo, parece examinar por si e pelos outros guerrilheiros de Luandino cinzas aparentemente frias para ver o que restou do calor daquela hora e se é ainda possível reavivar as brasas.

Antes de fazer alguns rápidos comentários sobre a estrutura e linguagem dos dois primeiros volumes da trilogia, vamos à sinopse d'*O livro dos rios*.

Rios, I. Negro recorda no presente rios que conheceu, seu avô Kinhoka falando na rebelião dos rios, sapador Batuloza enforcado longe de música de rio, rios rebeldes, raivosos, rebelados, raros calados de medo sob voo dos helicópteros. Chegou à Base de Sambulenu em 1965, lá ouviu sapador Amba-Tuloza zombar seu nome de guerra, Kene Vua, Sem Azar.

Eu, o Kene Vua. Lembra dia em que só cabeça está fora d'água, céu é como rio com pássaros na corrente, ouve meia rajada no tronco da acácia à margem, coração acelera, mijo amarela água, é só passarinho sumbo bicando tronco. Dois fuzileiros em barco de borracha procuram por ele, não ia morrer em dia de chuva na boca do Kwanza, nuvens correm do mar para barra sobre ilha flutuante. Viriam a pé pela margem, arma pronta, precisava nadar de volta, ao se virar não vê ilha no meio do cacimbo. Lembra quando ia a bordo do *Ndalagando*, em criança, com seu pai Kimôngua Paka, piloto, e patrão do barco, capitão Lopo Gavinho. Mas ilha está lá, deu com ela. Bote e fuzileiros atrás dele, querem liquidá-lo, sente cheiro do tabaco dos fuzileiros. Para no jango onde se reuniam homens, adormece no chão de barro, sonha com Ela, para quem o dia era, avô Kinhoka Nzaji também revoltava no sonho. Acorda, não há gente, nem motor, nem voz, nem botas, só silêncio de fumo de cigarro, relâmpago amedrontador. Chega ao outro lado da ilha, maré enchendo, fuzileiros nem precisam ligar motor para procurar rasto. Lembra pai Kimôngua, capitão Gavinho. Aquele branco de Portugal ganhou cor de açúcar mascavo, tratava-o rapaz, pediu ficasse com ele quando pai já tinha falecido, não ficou, queria dar encontro em maravilhas de que falava avô. Dizia rapaz como quem diz filho, mas filho era

versão anterior de *O livro dos rios*. O guerrilheiro Águas-do-Mar reapareceria mais distante do litoral e mais ligado às águas fluviais agora como o guerrilheiro Kene Vua (que também neste romance é Kapapa). Os principais episódios do primeiro volume da prometida trilogia já estão esboçados na narrativa de 1998. Quem fez algumas interessantes observações sobre a reelaboração lexical, sintática e textual perceptível nas duas diferentes versões foi Zoraide Portela Silva em sua tese de doutorado *José Luandino Vieira: memórias e guerras entrelaçadas com a escrita*, principalmente nas páginas 144 a 147.

pensamento proibido em boca de branco. Não ficou, ia atrás da liberdade. Hoje sente no coração partido os olhos daquele homem amigo. Lembra entrar na mata do Kalelu para enforcar homem ao amanhecer. Lembra grupo reunido para julgamento e sentença do traidor e ladrão do povo Batuloza. Comandante dá ordem e responsabilidade da execução a Kene Vua, se deixasse fugir, pagava com vida. Lembra noite na mata com choraminjar do prisioneiro. Cumprida sentença, pediu ao comandante mudar nome, quer fugir de feitiço dos parentes do morto, queria Kalunga, seria Kapapa, nome que já teve. Argumenta muito com comandante pela mudança. Lembra medo na ilha, iam aparecer fuzileiros, caçá-lo, amarrar no mangue, deixado para jacaré comer. O caminho dos homens na morte e as maravilhas da vida: peixe a voar, cobra a andar, sombra do ar. Hoje não mataria Amba-Tuloza calado, talvez desamarrasse, dividisse cigarro. Pensa no caminho do homem na morte quando está na barriga do Kwanza, fuzileiros atrás dele.

Rios, II. Lembra rios, Ngangu, rio ruivo, insultado por Pedro Álvares Canhoto no antigamente, defendido pelo avô Kinhoka Nzaji sempre em pé. Álvares Canhoto e sobreviventes do Mussende passaram assustados, caiu sobre eles como nuvem de gafanhotos do Senhor Cágado, isso na era de 14, a todos mataram cortando cabeças. Às margens do Kamukembi andou Quitério de Souza, Kafiaka, matando, até se enforcar, feitiço! gritaram carregadores. Lembra pai, Kimôngua Paka, infância com Agostinho Neto. Nas várzeas do Kabibikusu, antigamente, os espíritos derrotaram capitão de artilharia César António Octávio de Paurilha, chamado Lengalengenu, na batalha do vau do Mbudi. No vau do Mbudi, quadrado português. Lutaram Kibaia e seus três muenes contra Lengalengenu, também com três muenes que eram filhos de África. Derrotado o português, morto um de seus muenes, dois restantes foram julgados. Em 1925 portugueses vieram, dominaram tudo, obrigaram povo a tirar chapéu para cachorro de madeira de chefe branco, até 1961. Kene Vua conheceu rios, alma escorre funda como rios, um dia também vai ser rio.

Eu, o Kapapa. Ainda nome de infância, Kapapa, lembra manhã de fevereiro, ano de sessenta-e-cinco, pescador em seu bote de remo que virava mastro, vela, procura sereia quituta ou peixe-mulher, despedida marítima para depois fugir na mata. Vento empurra canoa muito depressa, vem chuva, Kapapa tira vela, rumo à praia. Ouve longe motor de popa. Vê sombra de nuvem no fundo da água, a mancha se ergue do fundo, vira canoa de Kapapa, sai da água enorme raia, voo da jamanta-negra, falava o avô, quem via estava perto da morte. No ar de chuva ronca motor de fuzileiros. Abrigado na ilha, Kapapa percebe fuzileiro de cada lado, gente bem treinada, bote amarrado sozinho, afunda na água, quer desamarrar bote, nascer de novo ao sol poente. Perto do bote de borracha, jamanta-negra sai da água, fuzileiros abrem fogo já desviados de sua presa, atrás da nuvem saída do fundo do mar. Kapapa ia alegre, rio acima, antes do Amba-Tuloza, *Ndalagando* naufragado na memória, Kwanza rodeia pátria da nossa luta, missão era ir aonde principia nas serras do Bié, onde mundo acaba e águas começam.

Rios, III. Peregrinando nos rios do mundo, chegou até caverna, deitou ali, sonhou com rio Kwanza, desenhado como jiboia de três caudas. (Cf. *LR*, 15-128)

No texto vamos encontrar o antigo guerrilheiro Kene Vua como narrador-protagonista. Talvez fosse mais adequado dizer: Kene Vua é o narrador do romance e protagonista de alguns de seus episódios, reconstruídos pela memória. Os episódios (ou sequência de episódios) são basicamente três: a formação, tempo de convivência e aprendizado com mais-velhos, espécie de mestres, o avô, o pai, o amigo capitão fluvial português; o jogo mortal de esquiva contra dois fuzileiros que o perseguem na barra do Kwanza no dia mesmo escolhido para reunir-se à guerrilha; o conselho de guerra que condenou Amba-Tuloza e seus desdobramentos. Tirante estas passagens, que aparecem dispersas e fragmentárias na trama textual, quem protagoniza o romance são as águas,

as terras e as lutas (recentes ou antigas) dos habitantes do território contra o estrangeiro invasor. Laura Padilha, em resenha, destacou três aspectos que seria conveniente desenvolver e examinar, ao dizer que este é um “romance de estrutura linguageira, gráfica e genérica desafiante” (Padilha, p. 320).

O desafio na questão *genérica*, quer nos parecer, está menos em saber se a narrativa é ou não um romance, gênero que à maneira do mitológico Proteu pode assumir as formas todas que os romancistas forem capazes de engendrar, o desafio está em reconhecer as fronteiras precárias que levam leitores a ter pouca certeza sobre se pisam em território de prosa ou de poesia, ou se pisam, um pé em cada um, os dois ao mesmo tempo. *O livro dos rios* é uma narrativa de ficção com espaço definido, tempo histórico determinado (dois, o do presente rememorativo e o pretérito rememorado), personagens, trama, todos elementos estruturais do romance, mas os recursos e os efeitos de sua construção textual são similares aos da melhor poesia, pela concisão, pela palavra exata, pela imagética plástica e surpreendente, pelas cargas alusiva e sugestiva que convidam ao devaneio e à decifração. Exemplo da porosidade das fronteiras genéricas está na abertura do romance. Antes da prosa há o poema “The negro speaks of rivers”, de Langston Hughes, traduzido e recriado.³⁶ Também no romance de Luandino *o negro Kene Vua fala de rios*, fala também de muitas coisas mais.

O segundo desafio apontado pela professora Laura Padilha é de natureza *gráfica*. Tem, portanto, ligação com a natureza material do livro, com a mancha impressa que se oferece, ainda antes da leitura, ao olhar do candidato a leitor. Se ele fizer uma prévia passagem pelas páginas ficará intrigado com o desenho — a cobra de três caudas — que aparece à página 127; também com os caracteres destacados ao centro da página 81, que talvez lhe pareçam enigmáticas runas, e nessa mesma página notará, abaixo das tais *runas*, a alteração no texto: margem recuada, corpo menor, espécie de interpolação, isolada entre parênteses, ao texto principal; e abaixo ainda, o fio parcial que separa a nota do autor no pé, elemento que fecha a variedade gráfica que pode ser encontrada naquela única página. O leitor poderia ter até a impressão (falsa) de estar diante de um

³⁶ O poema original: “I’ve known rivers: / I’ve known rivers ancient as the world and older than the flow of human blood in human veins. / My soul has grown deep like the rivers. / I bathed in the Euphrates when dawns were young. / I built my hut near the Congo and it lulled me to sleep. / I looked upon the Nile and raised the pyramids above it. / I heard the singing of the Mississippi when Abe Lincoln went down to New Orleans, / And I’ve seen its muddy bosom turn all golden in the sunset. // I’ve known rivers: / Ancient, dusky rivers. // My soul has grown deep like the rivers.” (Hughes, p. 23) A tradução-adaptação-recriação (parcial) de Luandino: “Conheci rios. // Primevos, primitivos rios, entes passados do mundo, lodosas torrentes de / desumano sangue / nas veias dos homens. // Minha alma escorre funda como a água desses rios.” (LR, 15)

texto acadêmico, com suas citações destacadas e notas de rodapé. A passagem de olhos pelo resto das páginas mostrará outras ocorrências de texto destacado e notas do autor (muitas vezes apenas tradução de trechos em quimbundo), e o candidato a leitor imaginará que tudo vai ficar esclarecido pela leitura. Quando começar a ler, verá que não é tão simples assim. Embora, como dissemos, Kene Vua seja o narrador do romance, não é a única voz presente. E com isso falamos em voz narrativa, não na polifonia que existe nos romances, como ensinou Mikhail Bakhtin. Essas vozes narrativas variadas se distinguem e dialogam com a voz principal. A voz narrativa *notas do autor* (N. do A.), que surge no pé de algumas páginas, completa informações, desfaz algo das opacidades presentes no discurso do ex-guerrilheiro e, conforme acreditamos, não deve ser lida como intervenção do escritor real, José Luandino Vieira, a pessoa física habitante do chamado mundo sublunar. Este *autor das notas*, embora se declare homônimo do escritor, como teremos oportunidade de ver ao comentarmos uma das notas constantes n' *O livro dos guerrilheiros*, é também um personagem do romance. As *notas do autor* não constituem paratextos, são parte do texto. E isso indica algo mais da estrutura da obra. Kene Vua é o narrador, mas suas experiências e reflexões foram relatadas ao mencionado *autor*, que as transformou em texto, reproduzindo na escrita interrupções e retomadas, desordem característica da narrativa oral. É uma estrutura mais próxima, considerados os romances de Luandino, daquela que encontramos em *João Vêncio: os seus amores*, na qual um preso conta passagens de sua vida a um companheiro de cela, e mais distante do monólogo interior de *Nós, os do Makulusu*, em que o fluxo de consciência de Mais-Velho não se dirige a nenhum interlocutor externo. É mais próxima de *João Vêncio*, mas tem sua própria e particular estrutura a ser decifrada. Trata-se, não nos esqueçamos, de uma narrativa *escrevível*, no dizer de Roland Barthes, e o leitor terá de fazer sua parte na *escrita*.

O terceiro desafio que o romance propõe é o *linguageiro*. A linguagem literária de Luandino não começou a ser desafiante n' *O livro dos rios*. É um repto permanente desde *Luuanda*, ruptura, enfrentamento com a língua do colonizador em que ela é matéria-prima a ser remodelada e refeita, misturada com a cultura local e popular de Luanda, amálgama de português e quimbundo que, no entender de alguns, estabelece um língua literária que já é angolana, independente e separada da literatura portuguesa. O próprio Luandino fala nisso, em entrevista a Margarida Ribeiro Calafate em 2005, quando *Luuanda* completou quarenta anos de publicação, lembrando o caráter subversivo daquelas três *estórias* que compõem o livro.

Este livro era um material perigoso, tinha uma mensagem política inscrita. Naquela linguagem que mostrava uma autonomia cultural, naquelas personagens, naquele contra-mapa da cidade de Luanda, que trazia para primeiro plano a cidade dos musseques, estava registada a diferença cultural que justificava a independência política. (Ribeiro, p. 4)

Esse processo de modificação e remodelagem da língua, iniciada com *Luuanda*, prossegue durante os anos de prisão em Cabo Verde, como declara Luandino na mesma entrevista.

Foram dez anos de aprendizagem, de convívio com colegas no campo de concentração: escritores como António Jacinto, António Cardoso, Uanhenga Xitu, Manuel Pedro Pacavira. Uanhenga Xitu, Manuel Pedro Pacavira nunca tinham escrito literatura, começaram a escrever na prisão e confiavam-nos os seus textos. Ver como os meus companheiros utilizavam a língua portuguesa, discutir isso, foi-me ajudando a amadurecer meu processo criativo desta linguagem literária. (Ribeiro, p. 5)

Algo mais sobre esse processo de criação ele contou a Alexandra Lucas Coelho, em entrevista publicada no jornal português *O Público*, em 2009. É ainda sobre o Tarrafal que Luandino fala, sobre quando conseguiram autorização para organizar aulas para os presos.

Eu dava instrução primária. Às vezes tinha problemas, porque tinha de riscar aquela palavra que não existia, mas depois copiava para o meu caderno de termos literários. Devo um termo ao que também foi meu mestre marceneiro, Bernardo Loureiro, que já faleceu, era da FNLA. Numa redacção sobre os meios de transporte, ele escreveu que podiam ser rodoviários, ferroviários e “fluviários”. Então copiei os “fluviários” para o meu caderno [...]. E no Livro dos Rios [...] está lá “fluviários”.³⁷ (Coelho, 2009)

Desse modo, Luandino nos dá algumas pistas de como sua linguagem literária foi sendo construída. Mas *O livro dos rios* traz uma novidade. Pela primeira vez o texto de Luandino é narrado por um negro, que esteve na guerrilha de libertação nacional e rememora episódios e companheiros daquela experiência, ou seja, Luandino dá voz a um personagem que nada tem de autobiográfico, demonstra maestria na capacidade de meter-se na pele do outro, de criar um ponto de vista, um olhar para o mundo totalmente distinto daquele que poderia ser construído a partir de sua experiência pessoal.

Uanhenga Xitu é citado por Luandino como alguém com quem ele aprendeu muito no período de convivência do Tarrafal, e também é citado n’*O livro dos rios*,

³⁷ “[...] cadavez o fumo do vapor *fluviário*, palúdico, tinha-lhe agarrado aquela cor de açúcar mascavado, se confundindo todo ele com esses brancos camurços, sulenhos da Umpata, xicoronhos das pedras, raciosos...” (LR, 32, itálico nosso.)

numa das notas do autor, como alguém que domina o quimbundo de um modo que o dito *autor* não faz.

Gostaria de dar ao leitor, saudavelmente céptico, a versão original, em língua quimbunda. É tarefa quase impossível. A menos que a escrevesse meu mestre e amigo Uanhenga Xitu; ou promettesse corrigir meus erros se me autorizasse, a mim, tal empresa. (LR, 90)

Será que, a partir desses indícios, e do aprendizado que Luandino diz ter feito com o camarada de prisão, podemos relacionar a linguagem literária de Xitu com a dele? Vejamos como o próprio Uanhenga Xitu define sua linguagem, no final das “Dedicatórias” do seu romance *Manana*. “Vocês vão ver: este livrário não tem português caro, não. Português do liceu, não. Do Dr., não. Do funcionário, não. De escritório, não. Só tem mesmo português d’agente mesmo, lá do bairro, lá da sanzala, lá do quimbo.” (Xitu, 1985, p. 15)

A linguagem literária de Luandino, e não estamos fazendo aqui nenhum juízo comparativo de valor, reconhecemos a qualidade particular de cada um dos dois escritores, difere em muito da linguagem de Xitu, originalíssima em sua simplicidade quase clássica e de grande comunicação com seu público pouco afeito à literatura de maior erudição. Em passagem da “Introdução” a *Os sobreviventes da máquina colonial depõem...*, ele explica isso. “Procuramos escrever de forma possível a ser compreendidos pelos leitores que se identificam com a nossa linguagem e forma de viver. E estes leitores já se manifestaram dando-me todo o apoio.” (Xitu, 1980, p. 13)

O que, no enfermeiro nacionalista que virou escritor enquanto estava prisioneiro, parece ser criação espontânea, linguagem compartilhada com as pessoas mais simples entre as quais ele viveu, em Luandino é mistura de linguagem popular com sofisticado conhecimento erudito. É linguagem construída com viva consciência de um trabalho refinado, quase artesanal. A linguagem literária de Luandino, como lembrou Laura Padilha, e como já dissemos, é um permanente desafio. Cabe aqui citar algo que dissemos numa resenha sobre o romance.

O autor nunca será lido por nenhuma multidão e, pelo texto que escreve, podemos dizer, não está preocupado com isso. Oswald de Andrade, se provocado, talvez dissesse que a massa dificilmente comerá, mas que é, com certeza, muito, muito fino o biscoito que ele fabrica. (Veiga, 2009b)

Mas a construção linguística elaborada de Luandino acaba, em algum momento, por se encontrar com a simplicidade da linguagem de Uanhenga Xitu. Tomemos uma passagem d’*O livro dos guerrilheiros*, em que o narrador é o personagem Kene Vua.

Se os verdadeiros escritores da nossa terra exigirem a certidão da história na pauta destas mortes, sempre lhes dou aviso que a verdade não dá se encontro em balcão de cartório notarial ou decreto do governo, cadavez apenas nas estórias que contamos uns nos outros, enquanto esperamos nossa vez na fila de dar baixa de nossas pequeninas vidas. / Quero então com-licença apenas para a formosura destas vidas; a das minhas palavras é muito duvidosa. E mesmo que não fosse, mesmo assim nunca ia bastar para ordenar a verdade. (LG, 12)

Depois tomemos outra passagem da já citada “Introdução” a *Os sobreviventes da máquina colonial depõem...*

Literatura fazem os homens possuídos de muita bagagem académica, isto é, segundo a minha maneira de ver, são os homens que frequentaram liceus e universidades, que assimilaram muita matéria no campo científico, económico e social, que têm uma visão global e ampla das ideias da Humanidade. Ao passo que nós, que o nosso liceu foi no arranjo da estrada, carregar sacos, apanhar algodão, rachar lenhas, e o pagamento bofetada e pontapé no rabo, pela máquina colonial, e a Universidade foi a cadeia, compreende-se, portanto, que o mais podemos oferecer aos leitores são as imagens que recolhemos durante esses anos de observação directa dos factos vividos na sanzala, sem preocuparmos-nos com rendilhados e o estilo de bom português de verdadeiros escritores. Sou escritor de *MULALA NA MBUNDA*, misturando português, quimbundo e umbundo. (Xitu, 1980, p. 13)

Os dois excertos, se lermos e ouvirmos com o devido cuidado e bom ouvido, em alguma medida parecem ecoar um no outro. E não é apenas porque tanto o personagem como o enfermeiro-escritor se mostrem separados daqueles a quem ambos chamam “verdadeiros escritores”, mas por algo que aproxima os dois na dicção textual.

Para demonstrar a erudição do texto de Luandino, podemos discutir brevemente a intertextualidade como aspecto presente n’*O livro dos rios*, fazendo um jogo entre narrador, autor e leitor. Na já citada resenha de Laura Padilha também este aspecto é apontado. Depois de lembrar o poema de Langston Hughes, a quem considera “um mote glosado pelo romance”, a emérta professora lembra “um segundo mote poético, desta vez buscado na redondilha camoniana evocada em uma das dedicatórias — ‘sôbolos sonhados rios’ [LR, 9]. Tal redondilha é, por sua vez, uma reescrita de um dos salmos de Davi, como sabemos.” (Padilha, 320, vale para as duas citações.) O salmo de Davi é o 136, e numa das muitas traduções disponíveis, lemos os primeiros versículos. “Junto dos rios de Babilônia, ali nos assentamos a chorar, lembrando-nos de Sião. / Nos salgueiros daquela terra penduramos as nossas cítaras.” Em outras traduções teremos *harpas* no lugar de *cítaras*, mas são sempre instrumentos musicais que permanecem em silêncio, pois pergunta o salmista no quarto versículo “[c]omo cantaremos o canto do Senhor em terra estranha” (Soares, p. 685, vale para as duas citações). Nas redondilhas

camonianas a imagem é retomada e, como diria o professor Francisco Maciel Silveira, reescrita sobre a primeira, como num palimpsesto.

Sôbolos rios que vão / Por Babilônia, me achei, / Onde sentado chorei / As lembranças de Sião / E quanto nela passei. // [...] // Como homem que, por exemplo / Dos transe em que se achou, / De[s]pois que a guerra deixou, / Pelas paredes do templo / Suas armas pendurou. // Assi[m], de[s]pois que assentei / Que tudo o tempo gastava, / Da tristeza que tomei, / Nos salgueiros pendurei / Os órgãos com que cantava. (Camões, p. 498)

A referência às redondilhas “Sôbolos rios que vão” não está só, como lembrou Laura Padilha, na dedicatória de *O livro dos rios*. Luandino retoma a imagem do salmo reescrita por Camões e também a reelabora no corpo da obra. A voz é de Kene Vua. “Estarei sentado nos meus calcanhares, escorregam as águas que têm de descer sobre as águas que vêm por Massangano, pendurarei a minha calaxe, calada.” (LR, 31) Assentado junto às águas do Kwanza, Kene Vua, exilado em sua terra enquanto não expulsar o estrangeiro, não chora, mas mantém seu instrumento pendurado e em silêncio. Não se trata mais de um instrumento musical, o instrumento do guerrilheiro é sua arma, a “calaxe”, a *kalashnikov*. Essa transição, do instrumento musical para a arma, está presente em Camões. Os versos “Pelas paredes do templo / Suas armas pendurou” alinham-se em paralelo com “Nos salgueiros pendurei / Os órgãos com que cantava”.

A intertextualidade com textos bíblicos não para por aí. Quase ao final d’*O livro dos rios*, quando Kapapa lembra as disputas linguísticas entre o quimbundo do pai e o português do capitão fluvial, fala “no escorregar do quimbundo em peleja de jacob com o anjo português” (LR, 124). Com isso está evocando a luta de Jacó com o anjo, contada no capítulo 32 do *Gênesis*. E também há uma passagem do *Livro dos provérbios* que vai ser reescrita palimpsesticamente e funcionará quase como um refrão (em português e em quimbundo) ao longo do texto. Damos abaixo duas ocorrências.

Três coisas maravilham na minha vida, a quarta não lhe conheço: voo da jamanta-negra no ar de chuva; rasto da jibóia no sussurro da pedra; sombra das águas em fundo do mar — o caminho do homem na morte... (LR, 23) “*Sai-ku ima itatu ia ngidiuanesa...*” — essas coisas: o caminho da águia no céu; da cobra, na rocha; o caminho do barco no mar. Mas sempre não dou encontro com a última, a quarta: o caminho do homem na morte. (LR, 38)

No *Livro dos provérbios*, capítulo 30, versículos 18-19, encontramos: “Três coisas me são dificultosas (*de entender*), e uma quarta eu a ignoro inteiramente: O caminho da águia pelo ar, o caminho da cobra sobre a pedra, o caminho da nau no meio do mar, e o caminho do homem na sua mocidade.” (Soares, p. 718) Em outras traduções as três primeiras coisas se mantêm, mas a quarta aparece como sendo “o caminho do homem

com uma jovem” (Storniolo, Balancin, p. 857), “o caminho de um homem junto a uma jovem” (Castro, p. 814). Mas isso pouco importa, porque na reescrita luandina não será “o caminho do homem na sua mocidade” e tampouco “junto a uma jovem”, mas será “o caminho do homem na morte”. Esta relação intertextual só chegou a ser decifrada porque o próprio Luandino dá a referência, não n’*O livro dos rios*, mas em *Kapapa, pássaros e peixes*, na página 26. Embora em algumas das ocorrências intertextuais da citação no romance aproveitem-se os elementos constantes no texto bíblico e em outras não, a variação do verso final não é de estranhar porque o que está sendo respeitado e aproveitado é a forma mais ou menos fixa do provérbio ou *máxima numérica*. Mais adiante, nos versículos 24 a 28 do mesmo capítulo, podemos rever essa forma.

Quatro coisas há sôbre a terra, que são muito pequenas, e que são mais sábias do que os mesmos sábios: As formigas, êsse fraco povo, que faz o seu provimento durante a messe; os coelhos, êsse povo tímido, que faz a sua habitação nos rochedos; os gafanhotos, que não têm rei, e que todavia saem todos ordenados em seus esquadrões; a saramantiga [lagartixa], que trepa com suas mãos, e que habita no palácio dos reis. (Soares, p. 718)

Mas a relação intertextual da linguagem de Luandino não acontece apenas em diálogo com textos bíblicos. Outras passagens d’*O livro dos rios* estabelecem relações com diversas obras e autores da literatura ocidental. Essas relações funcionam em dois níveis, pelo menos: fazem parte da articulação interna do texto, da trama, das relações entre personagens, ao mesmo tempo em que apontam para fora da obra, aludindo, homenageando autores a quem Luandino parece apontar como importantes antecessores ou companheiros nessa tarefa individual da escrita que acaba por estabelecer um corpo coletivo de construção literária em ininterrupta e milenar retomada. Esse diálogo é também apontado por Marcelo Brandão Mattos, assim como a diversidade complementar das vozes narrativas, em seu estudo sobre *O livro dos rios*.

Ao convidar outros autores a integrar o texto que compõe o romance, Luandino dá à sua proposta narrativa dimensões amplificadas. Kapapa deixa de ser um homem ficcional e passa a ser símbolo de representação nacional. O que ele diz é também o que outros já disseram, ou têm a dizer, inclusive o próprio Luandino — que se coloca como participante da enunciação narrativa; [...] seja em citações a autores como Cadornega, Heráclito de Éfeso ou Langston Hughes, cujo conhecimento requer certo grau de erudição, incoerente com a trajetória do personagem; seja pelos textos assinados no rodapé como “notas do autor”, marcadas com asterisco. Elas sustentam o referido na escrita e apresentam aos leitores experiências culturais diversas daquelas por que passou o personagem do romance. (Mattos, p. 102)

Pudemos identificar algumas dessas ocorrências intertextuais, mas é muito possível que outras permaneçam ocultas. O livro abre com Langston Hughes. Mas há

outra presença intertextual logo em seguida. Kene Vua, quando fala nos rios que conheceu (“são rios demais — vi uns, ouvi outros, em todas mesmas águas me banhei é duas vezes”, *LR*, 15), está ecoando sentença clássica atribuída a Heráclito de Éfeso: *ninguém se banha duas vezes no mesmo rio*.³⁸ Ao falar do rio “Mukoco, o das águas de verde chá-de-caxinde”, fala em “suas *terceiras margens*” (*LR*, 17, itálico nosso), o que remeterá o leitor ao conhecido conto de Guimarães Rosa “A terceira margem do rio”, integrante do volume *Primeiras estórias*. É conhecida e já foi mencionada neste trabalho a relação de Luandino com a obra do escritor brasileiro.

Ao ler a narrativa sobre o interrogatório a que um dos personagens foi submetido pela PIDE, o leitor vai dar com esta passagem: “ele, Elias Caturra, sacristão aposentado, *muitos anos mais tarde diante do pelotão de suas insónias*” (*LR*, 85, itálico nosso), e poderá então lembrar a frase de abertura de *Cien años de soledad*: “Muchos años después, frente al pelotón de fusilamiento [...]” (Márquez, 2007, p. 9). A alusão parece ser homenagem a Gabriel García Márquez, confrade colombiano de Luandino, não de Kene Vua, o que indica movimento para fora do texto do romance.

Em outra narrativa integrada ao corpo do romance, “A guerra dos fazedores de chuva com os caçadores de nuvens” (*LR*, 91-96), que o *autor*, numa de suas notas, já mencionada, diz que ficaria melhor se aparecesse em quimbundo, mas para isso seria necessário o auxílio de seu “mestre e amigo Uanhenga Xitu”, narrativa dividida em capítulos e versículos (como os textos bíblicos) que conta episódio antigo das lutas contra o invasor de que tomou parte o avô de Kene Vua, podemos ler a seguinte passagem:

8. Então, por seis dias e seis noites, as crianças cartaram balaio, quindas e cestos de sanguessugas; e essas mazaia encheram a cacimba do Kinaxixi, na honga do Kipakasa; / 9. E as crianças amarraram lá o traidor; e ele ali ficou para morrer chupado; e seu sangue cagado na água podre; e ficou vazio; [...]. (*LR*, 95)

Como quem quer que tenha lido *A ilustre casa de Ramires* não se há de lembrar do desfecho da novela histórica que escrevia o protagonista Gonçalo Mendes Ramires em seus lazeres de aristocrata decadente?

³⁸ Talvez seja interessante assinalar que um dos personagens de Callado, o intelectual francófilo Vicentino Beirão, na sátira *A Expedição Montaigne*, também propõe reescritura da máxima de Heráclito. Beirão dirige-se a Ipavu, índio recrutado como único outro membro da tal expedição: “— Mas você sabe como é o pessoal por aqui, não é mesmo, pernóstico a mais não poder, ia falando o Beirão, e por isso eu tratei, um dia, de botar certa obscuridade nessa conversa de ninguém se banha duas vezes no mesmo rio, Ipavu. ‘Ninguém se ria duas vezes no mesmo banho!’ apostrofei, dando ao apotegma não só verdadeira opacidade como uma indefinível ameaça de oráculo.” (Callado, 1982, p. 62)

Na encosta do outeiro, junto do seu balsão, que o Alferes cravara entre duas pedras, e como ele tão quedo, o velho Ramires não despregava os olhos do corpo do Bastardo, com deleite bravio, num fulgor sombrio. Nunca ele esperara vingança tão magnífica! O homem que atara o seu filho com cordas, o arrastara numas andas, o retalhara a punhal diante das barbacas da sua Honra — agora, vilmente nu, amarrado também como cerdo, pendurado dum pilar, emergido numa água suja, e chupado por sanguessugas, diante de duas mesnadas, das melhores de Espanha, que miravam, que mofavam! [...] / O Bastardo morria. Entre os nós das cordas ensanguentadas todo ele era uma ascorosa aventesma escarlate e negra com as viscosas pastas de bichas que o cobriam, latejando com os lentos fios de sangue, que de cada ferida escorriam, mais copiosos que os regos de humidade por um muro denegrido. / [...] / Estava morto. Dentro das cordas que o arroxavam, o corpo escorregava, engelhado, chupado, esvaziado. (Queiroz, p. 403-407)

Apesar do contraste agudo entre a concisão discreta e elegante do texto de Luandino e a profusão descritiva empenhada em produzir asco no leitor, com que o romancista português Eça de Queirós carregou o estilo de escrita do seu personagem, o modo como um texto ecoa no outro, aproximados pelo que poderia ser chamado *tópos* do castigo ao traidor, pareceu-nos bastante evidente. A mera coincidência talvez não possa ser de todo descartada, mas é caso de credibilidade bastante duvidosa.

Por fim, sempre lembrando que isto não esgota as relações intertextuais do romance, quando Kapapa narra o desfecho do jogo em que ele era a caça e a dupla de fuzileiros fazia o papel de caçador, há a bastante enigmática alusão a alguém, dono de um barco cuidado por Kapapa, dono também do remo, uma das primeiras coisas que ele perdeu na fuga aos fuzileiros. Essa figura seria “meu amigo, o americano, [...] meu patrão, Guilherme Faulkner, [...] muito dono mas bom advogado das tartarugas das Palmeirinhas” (LR, 111). Esta é a única menção a tal figura em todo o romance. Fez-nos pensar em William (que em português corresponde a Guilherme) Faulkner, e a associação deste nome às Palmeirinhas, uma praia ao sul de Luanda, próxima à barra do Kwanza, reforçou a lembrança de um dos romances escritos pelo *americano* Faulkner, *Palmeiras selvagens*, que, como é sabido, intercala duas histórias escritas em contraponto, uma delas com o mesmo título do romance e a outra, “O velho”, evidencia no título o modo como é chamado o rio Mississipi, *old man river*, pelos habitantes da sua bacia. A ação da história acontece durante uma grande enchente desse rio, importante presença entre os rios mencionados no poema de Langston Hughes, e que faz do romance de Faulkner uma espécie de *meio livro do rio*.

Em 2009 foi publicado o segundo volume da trilogia, *O livro dos guerrilheiros*.

EU, OS GUERRILHEIROS. Ex-guerrilheiro, Diamantino Kinhoka não mente ao falar dos companheiros na luta de libertação. Se gabar, alguém dirá que foi mais do que poderia, se

maldisser, dirão é inveja dos feitos alheios. Fizeram revolução, memórias têm sangue do tempo, verdade está nas estórias contadas uns aos outros enquanto se espera dar baixa da vida.

CELESTINO SEBASTIÃO (KAKINDA), DE TENDA RIALOZO. O herói dos cinco combates. 1939: aos doze anos atacou a pedradas com colegas de escola cipaio que levavam prisioneiro. Apanhado, levou palmatoadas e um ano na apanha de café. 1948: queimou sacristia da igreja do Makondo. Um ano nas cordas, abrindo estrada. 1951: empregados do Zequela tomaram-lhe terra, emboscou um, fugiu para Luanda. Na páscoa de '59, marceneiro no Banco de Angola, imprimia panfletos, ninguém descobriu mas foi despedido. Deixou Luanda em fevereiro de 1961. Quinto combate, 11 de abril, durou horas e horas, mataram vinte brancos, carregaram munições e mantimentos, povo recebeu com alegria. Cinco combates contra o colonialismo antes de entrar para o esquadrão. Nas matas atacavam tugas, tugas respondiam, guerra é só miséria. Foi a Brazza buscar Esquadrão Cienfuegos, povo festejou chegada. Sebastião Kakinda saiu de sua casa em Luanda pela manhã em 27 de maio de 1977 e nunca mais foi visto. Se está vivo, tem oitenta anos, se morto, espírito habita suas roças em Tenda Rialozo.

EME MAKONGO, MAU PÁSSARO, O MAU-DOS-MAUS. No tempo de nossa guerra Makongo cheirava chão, mata e ar, voluntário em caminho perigoso, nosso comandante Ndiki Ndía, assimilado, aceitava. Makongo no voo da mina cambalhotava, placado depois do estoiro e nessa hora se ouvia piado do holococo, a águia. Se apresentava: — Makongo! Mau pássaro, o mau-dos-maus... Sempre calado, um dia contou sua vida, filho de pássaro, dizia sua mãe. Escola no alto do morro, apanhava para arredondar pronúncia, quedos velhos, bata curta recebida de favor. Pior era Felito, filho do capataz, morava perto da escola, ia de bicicleta, zombava: — Pretos a pé!... Professora punha Makongo de parte. Quando saiu revolta em Luanda, tio vingou humilhação, matou Felito, família. Só bicicleta vivia ainda. Makongo rasgou pneus a faca, quebrou com martelo, pau, pedra. Tio veio buscá-lo voando, ele não fugia, urrava palavras podres. Correu matas, cresceu pioneiro, agora guerrilheiro no destacamento do Kitote, mas sofria saudade de bicicleta, sonho-pesadelo, bicicleta mordida mãos e pés dele. Professora falava nossa língua era de matumbos, Felito dizia nem tinha palavra bicicleta. Perguntou ao tio, ele ensinou: kadimbula, karimbula. Falou na aula, ganhou castigo. Felito: — Carimburro é que tu és, escarumba! Nunca mais vai falar assim, é pena não lhe matar todos os dias. Depois calou, nem se despediu de Kene Vua. Nunca mais se encontraram, constou que morreu na Frente Leste em 1972. Anos depois, Kene Vua leu notícia de homem em festa de terraço, quis voar, caiu sobre colchão, cortaram-lhe perna, vive aí, pede cerveja do pássaro, *Cuca*, para lhe crescerem penas. Tem perna de pau esculpida por ele, não quis prótese de plástico. Seria camarada Makongo, mau-dos-maus? Avô Kinhoka Nzaji diria: sim, pessoa é pássaro, pássaro é pessoa. O pai: não, homem honesto não voa. Kene Vua: talvez...

KIBIACA, A QUEM CHAMAVAM O PARABELO. Aqui se fala de vida e morte do camarada Kibiaka, herói da nossa região, para seus companheiros da guerrilha e heroico povo analfabeto, memória dos dias de nossa luta. Kibiaka, pelas costas o Parabelo, dava exemplo de coragem, sacrifício, não perguntava condições. Bater funji ou aguentar firme emboscada com igual honra, dignidade. Dividia com todos sua experiência, macanha-de-corda, diamba, cigarro recuperado. Só não deixava tocar sua pistola *Parabellum*. Kene Vua conheceu-o passarinho de fama; nas reuniões, falava sua experiência; esteve na missão em que ele morreu. Sabia canto de todos pássaros, respondia, em missão era precioso, enganava inimigos, tugas e flechas não percebiam silêncio dos pássaros. Se desaparecia na retirada, voltava vivo e magro. Tinha dois feitiços, diziam. O dos passarinhos dava proteção em grupo. Outro era nascido com ele, homem-do-feitiço-do-espelho. Flecha Macio deu com ele, viu Kibiaka com dois cacetes, cada mão seu, sentiu pancadas na nuca até mata apagar, acordou sem *Mauser* nem pente de munição. Corria notícia que tinha morrido nas ofensivas dos tugas, nos hélis, nas caçadas dos flechas, mas se preparava para renascer na mata, aprendia não olhar nos macacos para não provocar algazarra, evitar cobra-quitassambo. Na chuva sua roupa se desfazia, nu sentia menos fome, farejava melhor, inimigo tinha muitos cheiros, cigarro, roupa, comida. Tugas viram em emboscada três guerrilheiros, um era Kibiaka, atiraram no nada, atacados pela retaguarda pelos mesmos três, alferes tuga ferido gritava um tinha arma na mão direita, outro na esquerda, ficou maluco. Desde então Kibiaka lutava com armas nas duas mãos. Parabelo, nome de zombaria, vinha de pistola

sem munição recebida, dizia, num amigo em Luanda, antes de vir para mata. Morreu mal, flecha Macio ainda lhe arrancou lábios esperando apanhar feitiço dos pássaros, mas outro, do espelho, nascia com cada um, aparecia na união da luta, era pago com própria vida.

ZAPATA, MELHOR DIZENDO: FERRUJADO E KADISU. *Zapata, mexicano revolucionário, bigodes negros, sombrero, sua quijunga de soba, comandante, sempre por cima de cavalo branco. Católico, respeitava Nossa Senhora da Muxima deles, Virgem de Guadalupe. Lutava por independência e terra. Mataram-lhe em emboscada, um dos dele vendeu-o aos imperialistas americanos. Mas vive até hoje quando se fala nele. De seu cavalo branco nunca mais desceu, fitas cruzadas de munição no peito, negro rifle, onde morrem camponeses e índios, pode dar-se-lhe encontro em seu combate eterno.* (Assim Ndiki Ndia explicou Zapata ao guerrilheiro Kadisu.) No vale do rio Loji, nasceram Mezala Moisés, nosso mais-velho camarada Ferrujado, e aquele como sua sombra, guerrilheiro Kadisu, de nome que já esqueceu, Mateus Vélinho Madeira. Não queriam ser chamados Ferrujado ou Kadisu, porquê só comandante Ndiki Ndia podia saber. À voz de ordem: — Guerrilheiro Zapata! levantavam depressa os dois, ouviam fala, crítica, recado ou tarefa. Se era para um só, comandante designava, o outro sentado quieto sumia nas sombras dos paus, só voltava ao trabalho quando o outro lhe tocava o ombro. Desistiram de lhes dar tarefas individuais. Eram corajosos e fiéis guerrilheiros para vitória ou morte. Grupo esqueceu eram dois. Juntos chegaram em 1966 ao nosso quartel de Ngalanza, Ferrujado evadido de base upista, trazia miúdo de catorze anos, de olho camões, armado até os dentes, camuflado, cantil, cartucheiras, uma *Thompson* americana. Delegado do MPLA, quatro meses preso, nosso camarada Moisés Mezala dera de convencer jovem guerrilheiro em muitos dias de conversa. Amizade deles era amizade só, como animais da mesma ninhada. Camarada Ferrujado chegou em 1961, depois da morte dos patrões e do avisado capataz Emiliano que não quis fugir. Moisés levou caçadeira e livro da cantina. Foi enterrado com a arma quando traiçoeiros flechas atacaram acampamento na Kitubia. Do camarada Kadisu, Kene Vua soube que tinha livraria no Uíge aí por 1976, anos depois só encontrou quiosque vazio, ninguém falava dele. Zeca d'Olim, da polícia política, informou que ali não, camarada tinha morrido com Henda em 1968. Kene Vua sabia não era verdade, tinha fugido com ele dos flechas em 1971. Notícias desencontradas, podia ainda estar vivo? Lembra o que dele falou Zeca d'Olim: “Perigoso, perguntador demais, incorrigível!...” Morte deve tê-lo corrigido.

KIZUUA KIEZABU, NOSSO GENERAL KIMBALANGANZA. 1. Marcos Gaspar vivia em casas próprias perto da Sanzala Grande do Martins, zona do Golungo. Tinha três filhos e lhe nasceram Judite e Kikulu. Job João, o mais novo, um dia será guerrilheiro Kizuua-Kiezabu. Marcos Gaspar tinha animais, lavras. Chegou Páscoa de 59 e houve traição, prisões, cunhado Lucas Ngombe morreu de porrada e sede no Sul. Acusavam Marcos Gaspar de informante. Veio 4 de fevereiro, chefe-do-posto prendeu filho mais velho. Correu escárnio contra família de Marcos. Veio março e muitas mortes, matas ficaram povoadas, sanzalas, quimbos, vilas vazias. Milícias convocaram reunião na igreja de S. Roque. Job João disse, vamos na mata. Mãe e irmão foram. Marcos Gaspar foi à reunião, morreu na igreja incendiada. Nas matas morreram mãe, cunhada, irmã Judite. Ficaram apenas Job João e irmã Kikulu. Irmão Jacob Gaspar, Kimamuenhu, morreu em combate contra tugas. Em 1966, Job João viu do alto chegada de homens, queimaram quimbo, levaram bichos e Kikulu. Desceu depois, entrou na mata com catana e machado, lágrimas secou com palavras: — *Kizuua, kieza-bu; kiuituilu, kieza-bu*, dia chegou, vingança chegará. 2. Job João Gaspar, ex-guerrilheiro Kizuua Kiezabu, tinha sido comandante, mandado ao estrangeiro voltou general Kimbalanganza, rico, muitas casas, na cidade, subúrbios, ilhas, só não queria quimbo, família. Kene Vua o encontrou em casa no Mussulo, com quintal de mar cercado, proibido. Iate maior era seu. Povo murmurava: “General de monacaxito, nem nadar sabe... Tem tudo de mais, nós, tudo de menos...”. Outros compreendiam: “Sofreu? Lutou, recebeu...”. Família refugiada cuidava da casa, pendurou aviso de terreno minado. Contra vizinhos que reclamavam fechou cara, falou em russo: “Onde estavam quando nós sofriamos nas matas?” Em 1991, ex-guerrilheiro Kizuua Kiezabu ficou frente e frente com ex-guerrilheiro Kene Vua. General Kimbalanganza tinha aprisionado canoa do Kapapa invasora do quintal de mar. Ofereceu lugar de marinheiro e logístico de seu iate, Kapapa não quis. Miúdas no iate zombaram dele, guerrilheiro Kizuua Kiezabu nada falou do desrespeito, riu com boca sem dentes, atirou-lhe lata de cerveja, Kapapa desencavilhou feito

granada. Na despedida: — Não tens vergonha de andar numa chata?!... Kene Vua: — Tenho! Mas é pro camarada general poder andar de iate, mar não cabia para os dois... General fez sua má caradura, mas entristeceu: — Kene Vua, meu kamba, estamos juntos... Kapapa pensou e não disse, *mas não misturados*... Despediu-se: — Tenho de fazer meu neto. Pensou nesse neto, não vai passar nas encruzilhadas que eles tiveram de viver para chegar na Dipanda, independência, lições da vida devem ser passadas a limpo, só morte fica em rascunho.

NÓS, A ONÇA. Kene Vua fez um desenho na areia: malhas da onça. Avô Kinhoka Nzaji, malha de pata de onça em movimento, com sua cropoxé ao lado do bravo Kazuangongo, tomaram armas contra injustiça. O pai, pequena malha em cabeça de onça, discípulo de Agostinho Neto, escutador da palavra do Manguxi, com dignidade resistiu sempre. Mais-velhos viram chegado tempo da coragem, uma nova idade na nossa terra. Uns levantaram cabeça, outros nunca mais tiraram chapéu à autoridade, usaram seus velhos nomes vindos da cinza do passado, ou nomes novos nascidos na barriga da luta — outros se apegaram a linhagens e famílias, fidalguias para dignidade de privilégio e exigem ser chamados excelência e de camaradas só tratam seus motoristas e seguranças de suas riquezas. A bela pele mosqueada da onça não deixava ver as pulgas em seu pelo. Seguiu a coluna de nossa base até Kalongololo e volta, atacados no Kididi Katubia, deixando nosso bom guia Batuloza pendurado no Kialelu. Voz de comandante Ndiki Ndia era ouvida cantando hino religioso em quimbundo: ainda não são ossos dispersos. Ele ia na malha central e mandou Kene Vua para retaguarda, fosse de cauda de onça. Kene Vua ganha futuro nome, Mukilango, rabo da onça. Ao lado do comandante, na esquerda, Makongo, na direita Mundo-Dorme. Na retaguarda, flanqueando na esquerda, vai Ferrujado com o grupo para Kalangololo, mesmo se morreu ontem, no lado direito vai Kadisu, em silêncio para dentro. Na vanguarda, malha que foi apagada, nosso bom sapador Amba Tuloza. Diante de Kene Vua vai Kibiaka, árvore que anda, assobiando todos passarinhos. Agora desenho já pode ser apagado. Assim foram homens, guerrilheiros — assim ficaram, ossos dispersos. (Cf. *LG*, 9-106)

Vemos, relacionando os dois resumos, que esta é a segunda parte de um romance cíclico. Ao contrário das quatro obras de Antônio Callado, que constituem uma tetralogia apenas pelo aspecto temático, a resistência à ditadura militar, de resto são romances isolados, cada um com seu próprio espaço, tempo e personagens, sem que uns continuem nos outros, as duas obras de Luandino de fato constituem um romance cíclico (por enquanto um díptico), em que espaço, tempo e personagens são comuns. O que não é comum é a estrutura narrativa, muito diferente em *O livro dos guerrilheiros* da encontrada n' *O livro dos rios*.

No primeiro volume da obra, quando está reunido o conselho de guerra para julgamento do Batuloza, acusado de traição, são nomeados, entre outros, os seguintes guerrilheiros: “o monitor político Celestinho Mbaxi, [...] nosso querido camarada Kakinda Bastião” (*LR*, 38), “Makongo, dito o Mau-dos-Maus, [...] a caradura do Kizuua-Kiezabu; Kibiaka, o parabelo, [...] Farrapado e o camarada Kadisu [...], sentados junto” (*LR*, 39). Como dissemos numa resenha sobre o segundo volume,

[...] em torno de cada um desses guerrilheiros [...] serão construídas as cinco narrativas que, reunidas a um texto de abertura e a uma espécie de epílogo, vão compor este tão *sui-generis* romance [...]. Ao primeiro combatente corresponde a primeira narrativa [...]: “Celestino Sebastião (Kakinda), de

Tenda Rialozo”. Ao segundo, a segunda narrativa: “Eme Makongo, Mau Pássaro, o Mau-dos-Maus”. Ao terceiro, [...] a quinta narrativa: “Kizuu Kiezabu, nosso general Kimbalanganza”. O quarto guerrilheiro, personagem conhecido dos leitores de *Nós, os do Makulusu*, aparece na terceira narrativa: “Kibiaka, a quem chamavam o Parabelo”. E aos quinto e sexto guerrilheiros, que agiam como se fossem um só, corresponde a quarta narrativa: “Zapata, melhor dizendo: Ferrujado³⁹ e Kadisu”. (Veiga, 2009a, p. 281)

Se Kene Vua era narrador-protagonista no primeiro romance, agora ele é espécie de editor, organiza documentos e relatos e, às vezes, atua como narrador-testemunha ou coadjuvante nas histórias de alguns de seus companheiros de guerrilha. Dessas trajetórias individuais compõem-se o personagem coletivo que é o verdadeiro protagonista do romance. Essa dialética está expressa no jogo entre singular e plural presente nos títulos dos textos que abrem e fecham a obra: “Eu, os guerrilheiros”, “Nós, a onça”. Mas afinal, poderia perguntar o leitor, se este é parte de um romance cíclico, se é por si só um romance, porque é constituído de relatos que parecem independentes, descosturados, por que lemos na página de rosto e na capa a indicação “narrativas”? Responderíamos do mesmo modo que fizemos na já citada resenha, ainda acrescentando algo sobre o que o autor explícito espera de seus leitores.

É provável que seja porque, mais uma vez, o autor quis jogar com seu público, dando-lhe mais que um texto a ler: propondo enigmas a decifrar e desvendar. Em nota assinada por Andrea S. Sanches e publicada num semanário angolano (Novo Jornal, nº 90, de 9/10/2009, p. 15), com os títulos “Luandino Vieira com novo livro” e “Memórias fictícias de um ex-guerrilheiro”, o próprio autor dá instruções de como se aproximar do texto, diz que o livro “deve ser lido devagar pois exige um grande esforço de interpretação”. (Veiga, 2009a, p. 282)

Prossigamos, portanto, no “grande esforço de interpretação”. Algo que se mantém da estrutura do romance anterior é a presença das intrusas notas de rodapé, com a voz narrativa atribuída ao *autor*. Tentemos entender com maior clareza o que significa, qual o papel dessa instância do texto. Para isso vamos acompanhar algumas reflexões publicadas em 1960 por Jacinto do Prado Coelho sobre “Gênese e técnica da novela” em Camilo Castelo Branco, quinta parte do ensaio intitulado “Raízes e sentidos da obra camiliana”.

Em vários passos da sua obra Camilo se nos apresenta em busca de histórias acontecidas e “romanceáveis”. Ora pressente em determinada pessoa uma “personagem” virtual, por adivinhar nela um drama escondido ou uma alma de exceção, ora se interessa repentinamente por algo que lhe contam, quer saber mais, quer aproveitar a história. Um dos seus amigos, “Antônio Joaquim”, seria a fonte oral do primeiro e do último dos *Doze Casamentos*

³⁹ Notem-se as pequenas variantes (Celestinho vira Celestino, Farrapado vira Ferrujado) que indicam trabalho de reescritura.

Felizes [...], dos contos de Vinte Horas de Liteira e da novela O Sangue. E Camilo mostra-se ávido desses “esqueletos” — designação adotada por ele próprio, em conversa com o tal “Antônio Joaquim”, para os esquemas de novela assim colhidos da realidade. Simples processo, fictício ainda, de convencer o leitor da veracidade das histórias narradas?
(Coelho, p. 47, *itálico nosso*)

Nesta passagem é interessante notar como o ensaísta marca sempre com aspas (“Antônio Joaquim”) as menções ao *personagem de ficção*, e o nome *Camilo* aparece sem aspas, como se esta figura tivesse um estatuto diferenciado em relação à outra. Devemos entender que o primeiro é ficção e o segundo é a pessoa física Camilo Castelo Branco, nascido em 1825 e morto em 1890, autor de uma centena ou mais de narrativas? Devemos entender que aquela longa viagem de liteira desde Ovelhinha, na serra do Marão, até a cidade do Porto é real para Camilo e ficção para “Antônio Joaquim”? Preferiremos ficar com uma resposta positiva para a questão proposta pelo crítico e destacada em *itálico*. Camilo, o narrador-testemunha, é *personagem de ficção* tal e qual Antônio Joaquim. O próprio Prado Coelho vai reconhecer isso mais adiante.

Quando Camilo nos diz que se limitou a evocar ou historiar, que tão-somente escondeu os nomes dos protagonistas que eles ainda vivem, que nesta ou naquela região há testemunhas presenciais dos sucessos narrados, etc., só em parte pretende enganar: a parte de invenção, de “ficção”, com que, legitimamente, “enovela” as biografias por ele desfiadas (gloso uma expressão sua: “biografias enoveladas”), visionando à sua maneira as figuras, imaginando situações concretas e diálogos, alterando muitas vezes o enredo para o tornar mais romanesco ou melodramático, sobretudo no desfecho [...].
(Coelho, p. 48)

Também aqui nos parece haver um excesso de credulidade (ou de suspensão da incredulidade) da parte do crítico. Não é “só em parte” que o autor explícito “nos pretende enganar”: ele quer nos enganar completa, legítima e consentidamente, visto que está escrevendo ficção, ou seja, está, por definição, mentindo, inventando, imaginando. Se consegue fazer isso com verossimilhança e realismo suficientes para convencer seu público, mérito dele, mas isso não torna real a representação literária, assim como a advertência presente no pórtico de tantos filmes e que anuncia: baseado em fatos reais, não tira o caráter de ficção do que vamos ver projetado na tela.

Uma terceira passagem do ensaio talvez possa lançar luz sobre algo que também parece presente nas notas do autor d’*O livro dos guerrilheiros*.

O fato de Camilo expressamente se considerar biógrafo, cronista, memorialista, de qualquer modo narrador de “casos” acontecidos, determina a sua técnica de novelista. Seja ou não inventada a matéria narrativa, Camilo procede como se o mundo das suas personagens tivesse existência não dentro mas fora dêle; trata-as como anteriores à concepção da novela, e, em vez de

se ocultar por detrás do mundo em que se movem, fala delas como quem infere dos atos que praticaram ou das palavras que disseram, e de modo incompleto ou dubitativo, o que lhes foi na alma. (Coelho, p. 48-49)

Embora a voz narrativa que se apresenta como *autor das notas* no romance de Luandino em nada se aproxime do grau de presença, interferência, participação e comentário do narrador-personagem *Camilo* na obra camiliana, essa atitude de proceder “como se o mundo das suas personagens tivesse existência não dentro mas fora dêle, trata-as como anteriores à concepção da novela” também será encontrada no texto de Luandino. Vejamos uma das *notas do autor* em que a ficção formada pela mistura entre realidade biográfica e criação a partir do imaginário resulta num quase vertiginoso jogo de espelhos e perspectivas capaz de confundir até os mais atentos leitores. A nota aparece quase ao fim da narrativa sobre o guerrilheiro Kibiaka.

Quando ouvi, pelo ex-guerrilheiro Kene Vua — o meu amigo Diamantinho Kinhoka, o Kapapa — esta biografia, apressei-me a ler-lhe, do meu livro *Nós, os do Makulusu* umas passagens referentes a uma personagem. Chamava-se igualmente Kibiaka. Tinha-me surgido, em sonhos, no Tarrafal de Santiago, Cabo Verde, naquela semana do ano de 1967 em que todas as noites me apareciam os factos ou as palavras que davam origem, no dia seguinte, à escrita. Sentado numa pedra, encostado ao tronco de uma velha acácia, frente à capela-biblioteca do campo de concentração, escrevia sem poder mudar de sítio: só debaixo daquela árvore adquiria o estado meio sonâmbulo que ditou o romance. / Conteí tudo isto ao Kapapa. Ele me olhou, assanhado, com minha dúvida e ripostou sem pestanejar: “E qual é, ô branco?!... O quilulo do avô dele t’avisou nos sonhos. Te confiou entanto que escritor...” — e acabou de beber sua cervejinha sem nunca mais. Sempre achei questão de preguiça mental aceitar coincidência ou intervenção sobrenatural para explicar factos reais. Para tudo tem que ter uma explicação cabal, mesmo que ninguém a saiba. É só questão de paciência e tempo. Paciência, vou tendo; tempo é que a cada dia que passa, fica mais curto. Terei de aceitar a coincidência? (LG, 53)

Ai está: o *autor* e Kene Vua, a acreditarmos na nota, existem fora do mundo interno do romance. Também fica explicitado como o texto teria sido construído, conforme contado (oralmente) pelo antigo guerrilheiro ao *autor*. Além disso ficamos sabendo que o *autor* também escreveu *Nós, os do Makulusu*, o que poderia levar os leitores a identificá-lo com o autor explícito daquela (e desta) obra, José Luandino Vieira. Mas, à semelhança do caso apontado por Jacinto do Prado Coelho, se o *autor* é uma figura do mundo dito real (um *homo sapiens*), o seu “amigo Diamantinho Kinoka, o Kapapa” tem a mesma condição; já se Kene Vua é um personagem de ficção (*homo fictus*), o *autor* compartilha do mesmo estatuto. Para complicar, o *autor*, na nota, mesmo duvidando, quer que o leitor creia numa história de “intervenção sobrenatural”. Tal intervenção é afirmada por Kene Vua (que estaria fora do mundo interno do romance)

como sendo do espírito do avô de Kibiaka. Note-se aqui a caracterização dos personagens por suas diferenças culturais: o *autor*, ligado à cultura racionalista, materialista (“tudo tem que ter uma explicação cabal”) duvida do que para o universo cultural de Kene Vua, a ligação, a troca com os antepassados (“quilulo do avô dele t’avisou nos sonhos”), mesmo com os já mortos. Muitos anos antes de saber, por Kene Vua, da história de Kibiaka, que nesse caso seria guerrilheiro tão *real*, ou seja, do mundo externo, quanto o informador de sua história, o *autor* teria escrito sobre a vida de Kibiaka antes dele seguir para a mata. Ele era chamado, segundo Kene Vua, o parabelo por causa da arma que levava consigo e que guardava com cuidado, mesmo sendo ela inútil por falta de munição própria, impossível de ser encontrada. Assim Kibiaka explicava o carinho que tinha pela arma: “— Recebi-lhe no natal de 63, num menino-jesus meu amigo...” (LG, 53). Em *Nós, os do Makulusu* podemos ler a cena contada pelo amigo, Mais-Velho, o narrador do romance.

Noite de Natal. Ponho no sapatinho o único brinquedo que merece um homem digno como o meu amigo Kibiaka: Parabellum, de 9 milímetros. Se pôs a caminho para a mata direcção nas Mabubas e nem tinha uma estrela no oriente para lhe guiar. (Vieira, 2004, p. 148)

Se Kibiaka, como Kene Vua, tem o mesmo estatuto do autor explícito, ou seja, pertencem todos ao mundo sublunar, então Mais-Velho também pertence ao mundo externo ao romance? Aos dois romances, o escrito em 1967 e o outro, terminado décadas depois? É fato que Luandino contou, em entrevistas, que a princípio pertencem a uma categoria genérica em que a verdade factual é pelo menos uma convenção, que *Nós, os do Makulusu* foi escrito em uma semana, num estado meio sonambúlico, sempre debaixo da mesma árvore no pátio do campo de concentração do Tarrafal, o que corrobora o afirmado na nota, também é fato que ele disse em entrevista que conheceu a pessoa que teria inspirado o personagem, único negro entre as quatro crianças que cresceram juntas no musseque do romance, muito antes do Tarrafal, muito antes que algum espírito de avô lhe soprasse a história de seu neto. Depois de comentar o personagem Kibiaka no romance de 1967, Luandino revela a Michel Laban algo que a convenção nos leva a crer verdadeiro, uma reminiscência do passado: “Kibiaka é um companheiro meu de escola cuja alcunha era realmente Kibiaka e que se chamava — era um mestiço muito escuro —, chamava-se Tristão. Nunca mais o vi, não sei o que foi feito dele, desde os tempos da escola...” (Laban, 1980, p. 41).

Portanto, pelo menos no nosso entendimento, tanto Kibiaka, quanto Kene Vua, quanto o autor das notas fazem parte do mesmo estatuto ficcional, e a verdade de suas vidas é interna ao romance, e, como Camilo cerca de um século e meio antes, Luandino também usa processos fictícios para “convencer o leitor da veracidade das histórias narradas”, como sugere Jacinto do Prado Coelho. O *autor* acaba por fazer uma advertência aos leitores numa de suas notas constantes n’*O livro dos rios*. Ao comentar uma história ouvida (presumidamente fora do mundo interno do romance) a Elias Caturra, chega à conclusão de que é “muito difícil que isto venha a ser verdade” (LR, 91). É apenas verdade ficcional, ainda que isso sempre soe como um paradoxo. Talvez fosse mais adequado dizer que se trata de uma tensão dialética. Ou é verdade naquele sentido que lhe dá Novalis em sua conhecida sentença que afirma: *quanto mais poético, mais verdadeiro*.

Em outra *nota do autor*, que comenta a abertura do capítulo “Zapata, melhor dizendo Ferrujado e Kadisu”, de novo aparece o recurso que desloca personagens para o mundo externo ao romance. Segundo a nota, estariam reunidos no Mussulo ex-combatentes como Pepetela, um amigo deles, e o *autor*. Kapapa estivera ali até pouco antes, mas saíra para pescar. O artifício da autenticidade dá até o dia e o mês exatos, “dez de dezembro” e para reforçar o verdadeiro, sujeito a esquecimentos, hesita quanto ao ano, “em 1983 ou 1984”. Entre aquele grupo reunido acontece uma discussão quase metalinguística sobre o “modo invulgar como o ex-guerrilheiro Kene Vua sempre começava esta estória”. Depois do *autor* reproduzir as palavras (“Conheces tu a terra onde brilham, na verdescura folhagem, as laranjas de ouro?”) utilizadas por Kene Vua e que o ex-guerrilheiro atribuía ao seu comandante Ndiki Ndia, o amigo dos ex-combatentes, professor mestiço que havia estudado na Alemanha, denunciou aquilo como “um plágio indecente, má cópia, no mínimo tradução espúria” de “versos de um grande poeta (disse o nome, difícil de ouvir tanto mais de falar!)” (LG, 59, vale para todas as citações não referenciadas) e ainda recitou os versos originais em alemão, que Pepetela teria anotado para que o *autor* pudesse guardar e citar, visto que nem o nome ele era capaz de dizer. Nesta nota o texto de Luandino (o autor explícito) não está apenas jogando com a dialética dos mundos interno e externo do romance, está jogando também, e de novo, com a intertextualidade. As palavras que abrem o capítulo são de fato tradução (com pelo menos um corte) de versos que abrem o Capítulo 1 do Livro III do romance *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister*, escrito por Johann Wolfgang Goethe. Numa tradução brasileira do romance os versos aparecem assim:

“Conheces o país onde florescem os limoeiros, / Em meio à folhagem escura ardem os pomos de ouro, / Uma brisa suave sopra no céu azul, / E o mirto e o louro em silêncio crescem?” (Goethe, p. 143). Embora o professor tivesse razão, o *autor* agradece o fato de Kene Vua não estar presente. “Senão ia sair porrada de certeza: ele não ia deixar traduzir assim, à toa, em língua de dar-ordem-e-obedecer, as falas de nossos heróis.” (LG, 59) Notemos que a língua alemã, do celebrado Goethe, ficou reduzida, no dizer do autor e possivelmente no entender de Kene Vua, a “língua de dar-ordem-e-obedecer”. Em tudo isso fica reforçada nossa percepção do caráter de jogo que o texto literário de Luandino sempre apresenta, e que inclui o diálogo constante com a grande literatura de que ele também é parte.

O diálogo é com todas as épocas da história literária ocidental. O início da primeira narrativa do romance (“Cantarei o herói, o que sempre exemplificou seu povo”, LG, 13) faz lembrar a abertura das grandes epopeias da Antiguidade, a *Ilíada* (“Canta ó musa, a ira de Aquiles”, Homero, 1996, p. 9), a *Odisseia* (“Canta, ó musa, o varão que astucioso”, Homero, 2000, p. 65), a *Eneida* (“Canto os combates e o herói”, Vergílio, p. 11), e até mesmo dessa última e tardia epopeia clássica, *Os Lusíadas* (“As armas e os barões assinalados / [...] / Cantando espalharei por tôda parte”, Camões, p. 11). Há também um eco dos romances de cavalaria e das canções de gesta da literatura medieval na proposição com que Kene Vua declara celebrar “ALGUNS SUCEDOS DE SUAS VALEROSAS VIDAS OU DE SUAS EXEMPLARES MORTES” (LG, 9, assim mesmo, em maiúsculas) daqueles cavaleiros, melhor dizendo, guerrilheiros-andantes, constituídos em irmandade não pela demanda do cálice sagrado, mas pela luta de libertação e pela busca da independência nacional. Também o Renascimento, e no Renascimento o grande Shakespeare, celebrado em várias declarações de Luandino como um dos seus mais destacados mestres, não poderia ficar ausente. A penúltima frase do romance (“E, por isso mesmo, fechar meus olhos, dormir, esquecer — quem sabe? — morrer?”, LG, 106) não traz um eco do famoso monólogo de Hamlet, “[...] morrer — dormir, / Nada mais;”, “[...] morrer — dormir; / Dormir, talvez sonhar [...]” (Shakespeare, p. 453-454).

Vamos aos personagens-guerrilheiros.

TERCEIRO CAPÍTULO

OU

PERSONAGENS-GUERRILHEIROS EM ANTÔNIO CALLADO

Ainda antes de *Quarup*, personagens de Antônio Callado pegaram em armas para solucionar impasses políticos. O primeiro deles talvez seja João Camargo, um chefe de posto do Serviço de Proteção aos Índios no Xingu, espécie de antecessor do personagem Fontoura no romance de 1967. Camargo aparece na peça *Frankel*, de 1954. É o responsável pela morte do personagem-título, já ocorrida quando se inicia a trama. Frankel era um cientista que outro dos personagens define como “uma espécie de súpula do europeu, do indivíduo superior” (Callado, 2010, p. 156). Ele pretendia terminar com uma “Última Experiência” sua obra *Síntese histórica*, provocando e observando uma guerra entre índios. É para impedir isso que o sertanista Camargo usa o fuzil. “Chegando lá compreendi que Frankel tinha sido morto por Camargo. Camargo sem dúvida o fuzilou quando o viu a ponto de matar o chefe suíá, e imaginou assim que tivesse evitado a guerra.” (Callado, 2010, p. 210)

Em 1957, antecipando a tendência que seria explorada pelo Teatro de Arena, de levar figuras das camadas populares ao palco, Callado escreve *Pedro Mico*, que é logo encenada. A peça tem por ambiente a favela do morro da Catacumba, sobre a lagoa Rodrigo de Freitas, e como protagonista um jovem negro, malandro muito romantizado. Além disso, lembra as lutas dos negros contra a escravidão. Num trecho da peça, Aparecida fala de Zumbi a Pedro Mico, evocação que traz do passado a resistência ao regime colonial, espécie de exemplo que poderia ser seguido no tempo da ação da peça.

O Zumbi fugiu com os outros negros que estavam cheios de apanhar de chicote e de viver nuns barracos imundos e meteu os peitos no mato até chegar ao tal morro dos Palmares. Lá não perdeu tempo com samba nem com nada disso tudo que se faz hoje não. Fêz muro, botou lá uma fortaleza, cercou o morro e aquilo ficou feito um país. Não me lembro quanto tempo durou não, mas enquanto durou foi pra valer. Todo mundo tinha casa decente, quintal, comida. (Callado, 1957, p. 53)

Ao fim da peripécia, depois de Pedro enganar os policiais que vieram prendê-lo, Zumbi é de novo lembrado num sonho de luta social não em tempos remotos, no presente: “se êle estivesse aqui no Catacumba já tinha reunido todo o pessoal do morro em volta dêle. Êle era um chefe de gente, um pai dégua. Se o Zumbi quisesse, êste morro inteiro baixava com êle e tomava as casas da Lagoa” (Callado, 1957, p. 75). A peça talvez seja, na dramaturgia de Callado, a mais conhecida. Foi adaptada para o cinema e têm

remontagens periódicas. Suas edições impressas trazem há tempos apenas o título *Pedro Mico*. Mas a que foi, é provável, a primeira, reunindo duas peças de 1957 (a outra é *O colar de coral*), trazia na folha de rosto: *Pedro Mico, Zumbi do Catacumba*. Embora Pedro Mico não se disponha, ao fim da peça, a liderar essa descida do morro sobre o asfalto, lembrando que se tomassem as casas da Lagoa a polícia logo os tiraria de lá, o primeiro título da peça em alguma medida enfatizava a esperança de que ele viesse a ser um líder na luta contra os poderosos.

Em *Forró no engenho Cananéia*, um grupo de trabalhadores rurais arranja armas e com isso consegue impedir que capangas do Coronel Fuão transformem o cemitério local num açude para irrigar as terras dele. Zé Gato, um dos personagens, diz ao vigia Marcolino, feitor do Coronel Fuão: “Não adianta, Marcolino, a gente tem armas. Espingarda e bala que não acaba mais” (Callado, 1964, p. 123). A peça, publicada no ano do golpe militar, propõe a resistência armada como única forma de efetivo combate aos poderosos. Mas é em *Quarup* que isso vai ser elaborado literariamente com grande fôlego, em profundidade.

QUARUP. LEVINDO, O PROTOGUERRILHEIRO

Levindo, um “quase menino ainda” (*Q*, 6), aparece na primeira cena do romance, escondido no ossuário, ferido a bala, sangrando. Nando, então padre, é quem o encontra e, exagerado, teme que ele perca a mão se não procurar um médico. O jovem ativista discorda e já dá algumas pistas de sua disposição de luta.

— Qual o quê! Levei um desses tiros com que a gente sonha quando se mete na luta: de raspão, abaixo do dedo pequeno da mão esquerda. Bastante sangue mas nenhum osso partido. De encomenda. Acho que a Fôrça Pública tinha ordem de atirar para o ar. Nenhum camponês ficou ferido. Meu tiro foi de camaradagem. (*Q*, 4-5)

Mesmo sendo “um desses tiros com que a gente sonha” porque dá prestígio junto aos companheiros, sem fazer grande estrago na vítima, também faz Nando pensar nele como um “jovem desmiolado” (*Q*, 5) e perceber que a coragem demonstrada não o impede de se comportar quase como uma criança, ante os primeiros socorros: “Levindo, muito branco, desviava o olhar para não assistir ao curativo” (*Q*, 6).

Estamos em 1954, últimos meses da presidência Vargas. Em Pernambuco as depois chamadas Ligas Camponesas começam a ser organizadas. Levindo, noivo de Francisca, amigo de Nando e dos intelectuais ingleses Winifred e Leslie, expõe seu

projeto político de mudança ao se contrapor à assistência social proposta pela inglesa e ao auxílio externo oferecido pelos americanos.

[...] — O ruim na atitude de vocês estrangeiros é que a gente faminta e maltratada *faz mal a vocês*. Então vocês ajudam os miseráveis que encontram e que perturbam a digestão de vocês. Eu não quero a miséria extinta no Senhora do O, do B ou do C. Quero acabar com ela tôda, revoltar o mundo todo. (*Q*, 22, *itálico do autor*) [...] Juro que prefiro uma guerra externa ao auxílio externo. Tenho vontade de vomitar quando o Nordeste recebe caixas de comida e de remédios. Eu dizia ainda ontem ao Januário. Se houver uma outra sêca e vierem víveres de fora palavra que eu enveneno o que puder. (*Q*, 23)

Winifred aconselha-o a que “pegue em armas”, não use “veneno” (*Q*, 23) e Leslie já havia dito: “— Só há mesmo estudantes e ex-estudantes, como Levindo, pensando em alterar as coisas erradas do país [...]. Crianças brincando de revolução” (*Q*, 22).

Januário, o organizador dos trabalhadores rurais caçado pela Polícia e pelos proprietários, citado por Levindo, e com ele afinado ideologicamente, também fala nele mais de uma vez numa conversa com Nando e com os ingleses:

A gente tem que acabar derrubando tudo isto na marra, como quer o Levindo. [...] O engraçado é que quando se fala em violência no Brasil é como se a gente pudesse decidir contra ou a favor da violência quando a verdade é como diz o Levindo: *êles* escolheram a violência há muito tempo. [...] A violência contra mim é do sistema inteiro. [...] Se ao menos a Igreja nos benzesse as armas! (*Q*, 31, *itálico do autor*.)

Januário evidencia diferenças de opinião entre Levindo e ele. O jovem candidato a revolucionário discorda de qualquer via mais legalista. “— A mim me repugna a violência [...]. Levindo quase briga comigo porque venho aos engenhos como advogado, porque discuto em juízo, porque tento fazer ver aos senhores de engenho que estão extintos como classe.” Levindo, sabemos também por Januário, só concorda em participar de atividades como reunião da Sociedade de Plantadores, que começava a ser chamada Liga Camponesa, despido de sua condição revolucionária. “Eu convenci o Levindo a vir também. Êle me disse que vem mas não oficialmente, isto é, como agitador trotsquista. [...] Por isso vem de noiva em punho.” (*Q*, 32, vale para a citação anterior.) A vida pessoal ficava separada da militância política, atividade na qual a noiva não tinha parte. Isso vai ficar bem evidenciado num diálogo entre Winifred e Levindo, na ausência de Francisca. Afirmando que a atitude do jovem repete o comportamento machista geral do brasileiro, em que o homem decide pela mulher, aparentemente incapaz de escolher o próprio caminho, a inglesa acaba por encontrar defeitos em sua política revolucionária.

— Em resumo, Levindo, sua revolução não inclui as mulheres. Você nunca menciona as mulheres no seu esquema. Ou digamos que *inclui* as mulheres. Mas não inclui a *sua* mulher, inclui? / Levindo se encolerizou. / — Ora, Winifred, pergunte a Francisca se ela quer marchar a meu lado nos campos. Garanto que ela não quer. / — Você só fala assim — disse Leslie — porque Francisca não está aqui, seu brasileiro. / — Eu juro que era capaz de ficar em casa e deixar minha mulher fazer a revolução, se a vocação revolucionária fôsse dela, e não minha. / Tanto Winifred como Leslie e até Nando sorriram. / — Palavra! — disse Levindo. — Puxa! Vocês não me acreditam? Palavra! / — Palavra de brasileiro, e brasileiro nortista — disse Leslie. / — Bem — disse Levindo — se você sair para o insulto é diferente. / Levindo saiu furioso pela porta afora. (*Q*, 37-38, *itálicos do autor.*)

Assim vão ficando expostas as contradições do personagem, ele vai adquirindo um caráter menos unidimensional. Em outro diálogo, desta vez com Francisca, Winifred adverte com sutileza para o comportamento dominador dele para com a noiva. Descobre que Francisca tem de Levindo uma visão muito diferente da sua.

— Mas não se entregue totalmente a êle. / — Bem que eu tenho tentado — riu Francisca. / [...] / — Não falo nesse sentido — disse Winifred. — Ou apenas nesse sentido. Não se deixe ficar como um enfeite na vida dêle. / — O que me assusta é que a vida de Levindo não tem enfeites. É tudo vida, Winifred. / — Você não está dizendo isto só porque o ama muito? / [...] / — Sabe o que é que eu acho, Winifred? — disse Francisca. — Ninguém pode amar Levindo suficientemente. Êle é bom demais. Puro demais. / [...] — E não me vai dizer que você está apaixonada a êste ponto. / — Não estou tanto quanto Levindo merece, isso eu garanto. / [...] — Mas quer dizer então que você está disposta a ficar em casa cuidando das crianças. / Francisca riu. / — Não vão ser crianças dessas que andam por aí. São os filhos de Levindo, que vai fazer um mundo nôvo para as crianças morarem. / — Ai, ai — suspirou Winifred — é difícil emancipar as mulheres. (*Q*, 39-40)

Numa camioneta a caminho de um engenho, sentado no banco de trás com Francisca enquanto Leslie dirige e Winifred e Nando se apertam com ele na frente, Levindo faz Francisca responder, sem que saiba que o está fazendo, às acusações de Winifred.

— Você acha que eu sou muito tirano? Quer dizer, em relação a você — disse Levindo. / — Você, meu bem? — disse Francisca. — O que é isso? Quem é que te acusou disto? / Levindo deu um discreto puxão na ponta dos cabelos de Winifred, como a chamar a atenção dela para o que dizia Francisca e ao mesmo tempo pedir-lhe que não se metesse. [...] / — Eu também não acho que sou tirano não — disse Levindo — muito ao contrário. Eu me considero o próprio arauto de tôdas as liberdades possíveis e imagináveis. / [...] / — Quem foi que disse? / — Não, ninguém. Mas me lembrei disto porque quero te pedir uma coisa. Caso eu não possa ir, é claro. (*Q*, 46-47)

Ao mesmo tempo em que lança o primeiro augúrio sobre o seu destino, talvez seja mesmo bom demais para este mundo, como diz Francisca, e já comece a perceber que o mundo não vai lhe permitir viver para cumprir seu libertário destino, Levindo anuncia o papel que espera dela: que seja sua continuadora caso ele não consiga fazer tudo que

deseja. Pede que ela vá, como ele quer, ao Centro Geográfico do Brasil, no Xingu, e recolha terra para trazer até a sede do Sindicato, se alguma coisa lhe acontecer.

— Digamos que eu esteja prêso, por exemplo. Ou foragido da Polícia, escondido em algum canto. Você vai? / — Vou, meu amor, vou onde você quiser. Mas francamente, espero que você venha comigo. / — Se eu não puder, quero que você apanhe a terra com suas mãos. É importante. É bom a gente poder dizer às pessoas: “Fui eu que apanhei esta terra”. Ou: “Foi minha noiva que apanhou esta terra. Eu não pude ir”. / — Prefiro que você diga: “Fui eu que apanhei esta terra quando estive no Centro Geográfico com minha noiva”. (Q, 47)

A radicalidade e ambição do projeto de Levindo é exposta mais uma vez quando Nando sugere trocar sua ida ao Xingu por trabalho missionário nos engenhos, “até que se restabelecesse lá a justiça de Deus”. O rapaz responde com um exemplo que evoca mudança de épocas históricas. “— Bichados, Nando, todos bichados êsses engenhos. Nem com um milhão de boas ações a gente dá jeito nêles. Jesus Cristo teve que acabar com a Roma dos césaes, não teve, para implantar a Roma dêle?” (Q, 51)

Depois disso Nando vai para o Rio de Janeiro e para o Xingu, acaba por largar o sacerdócio e se torna sertanista. Deixa de acompanhar a trajetória de Levindo. Só vem a ter notícias dele anos depois, quando vai a Olinda visitar padre Hosana, que está na cadeia por matar a tiros dom Anselmo, o superior do mosteiro.

— Quem morreu foi aquele rapaz que era anarquista, trotsquista, sei lá. Mas você provavelmente foi informado pela Francisca. / — Não — disse Nando — não sei de nada. / — Pois foi — disse Hosana — ela agora está livre. Perdeu o noivo. Como é que ele se chamava? / — Levindo. Mas o que foi que houve? / [...] / — Foi... também assassinado a tiro, o pobre. Invadiu um engenho, com camponeses que iam reclamar salário atrasado. Uma coisa assim. / — Quando foi isso? / — Hum... Pouco antes do *meu* tiroteio. Pena é que a família dela, cheia da erva de cana e de cerâmica, mandou logo a Francisquinha para a Europa. Logo agora, que ela precisa de consôlo dos amigos. (Q, 220-221, itálico do autor)

Cumpriram-se os augúrios de Levindo, ele de fato não poderá ir ao Centro Geográfico, e não é por estar preso. Mesmo sem oportunidade de iniciar sua luta armada, morreu como um guerrilheiro, atingido pelas forças da ordem *velha* antes de conseguir alcançar sua *nova* ordem, o “mundo nôvo para as crianças morarem”, como disse Francisca. E Hosana, padre femeeiro e cínico, explicita o que já percebia quando Nando ainda era padre idealista e Levindo e Francisca, noivos: o interesse (oculto até dele mesmo) pela noiva do revolucionário. Assim como Levindo convocou Francisca a fazer o que ele já não pudesse, Hosana dá a entender que Nando também deve suceder Levindo, nos braços de Francisca.

Nando reencontra Francisca em 1961, entre os membros da expedição ao Centro Geográfico do Brasil, que enfim vai acontecer e de que ele também participará. É inevitável que recordem Levindo.

— Você ainda vive muito em função de Levindo, não? — disse Nando. / — A única coisa que eu tenho feito que de longe possa parecer um serviço de amor prestado à memória de Levindo tem sido ensinar camponeses a ler e escrever. Agora surgiu essa oportunidade de pagar uma promessa minha a êle. (Q, 232)

Francisca diz ter ficado “noiva da luta de Levindo, sabe. Juro que não me incomodava de morrer por lá, como êle.” Francisca diz que o pai teve quase de levá-la à força para a Europa quando Levindo morreu. Ao perguntar se ela pretende viver fora do país um dia, ouve que ela não sabe e algo que deixa ainda mais clara a relação que a prende ao noivo morto. “Por lealdade a Levindo eu acho que tenha de fazer o trabalho dêle. Pelo menos durante algum tempo. E se me acontecer alguma coisa, tanto melhor.” (Q, 233, para as duas citações.) A visão cínica, um tanto canalha, de padre Hosana afinal se confirma. Se Francisca é a continuadora do trabalho político de Levindo, Nando cai nos braços de Francisca e, não contente, quer casar com ela, quer ser o noivo sucessor. Mas Levindo, agora transformado em espécie de *cazumbi* ou *quilulo* (se é que podemos misturar assim as duas culturas com que estamos trabalhando), continua entre eles.

— Eu me sinto como se tivesse enganado Levindo desde aquêle tempo, como se tivesse escolhido você e sido por você escolhida quando ainda pretendia casar com êle. Eu traí Levindo antes de me casar e trairia êle depois. É um pecado esquisito e mesquinho. / — A religião católica é estrita mas de uma objetividade sábia — disse Nando. — O seu é um pecado de escrúpulo, de especulação mental. Casa comigo, Francisca. (Q, 273)

Se Levindo não viveu como um guerrilheiro, morreu como um guerrilheiro, como um mártir da sua causa. E a cena do martírio merece um grande quadro, e tem sua principal discípula como narradora e o futuro discípulo como ouvinte.

— Eu vi o corpo de Levindo, Nando, morto duas vêzes, no mesmo dia. Primeiro no pátio do Engenho da Estrêla. O portão do Engenho estava fechado, a Polícia cercava os cadáveres. Agarrada nas grades, chorando de amor e de raiva, vi o corpo de Levindo entre os dos camponeses que tinham ido reclamar salário atrasado. Meu pai me abraçava pelos ombros, com uma lealdade e um carinho que eu nunca tinha sentido nêle. Levindo não tinha carregado nenhuma arma e em tôrno dos camponeses estavam arrumados as que carregavam: duas peixeiras, três foices. E todos fuzilados, ali. Levindo ensangüentado e empoeirado. Quando eu gritei me levaram embora, mas fui vigiar o Instituto Médico Legal na cidade. Quando os corpos chegaram entrei sòzinha, em silêncio, e vi Levindo morto pela segunda vez. Êle e os outros tinham tido as roupas rasgadas no Instituto, para contagem de buracos de bala. Apesar daquela sua doce vaidade de estudante que queria ser camponês, Levindo, de camisa de algodão, calça de brim, sandálias de couro cru era o

chefe daqueles mortos. Um buraco no pescoço, dois buracos no peito. A gente quase ainda via uns fios de vida saindo com pena dos buracos. Acho que eu nunca teria tido força de sair de lá, se um outro braço não me ajudasse. E falando de vingança. Era Januário me dizendo: “A família de Levindo está apavorada. Se me entregasse o corpo eu botava cinco mil camponeses para enterrar Levindo. Vão levar êle para casa como se tivesse sido atropelado por um jipe”. Depois acompanhei Levindo fechado no caixão. Um entêro discreto, de menino que ficou embaixo de carro. E que agora está sendo chorado aqui pela noiva nua em pêlo. / — Agora não — disse Nando — anos depois. A vida continua. / — Não diga — disse Francisca. / — Por que é que você não há de casar comigo? (Q, 274)

A proposta de Januário de arregimentar “cinco mil camponeses” para conduzir o corpo ao cemitério é uma forma de prosseguir a luta e dar a Levindo uma última oportunidade de ação política, para além de sua morte. É de notar o inventário de armas junto a Levindo e aos outros mortos. Quem foi aconselhado a pegar em armas não trazia nenhuma consigo, e os que foram mortos a bala junto com ele traziam apenas “duas peixeiras, três foices”, instrumentos não de guerra, mas de trabalho. A morte é o início do mito. O personagem muda de estatuto, mas continua a participar no romance. O mito vai prosseguir na luta muitos anos depois da extinção física do personagem. Quando as condições da Expedição ficam mais duras e difíceis, Francisca prossegue fortalecida pelo exemplo de Levindo. “— Você não está arrependida de ter vindo, Francisca? [...] / — Agora menos do que nunca. Levindo sempre se sonhava posto à prova. É essa a diferença entre... entre nós. Levindo não sofria as coisas. As coisas é que sofriam com êle.” (Q, 300) A hesitação na fala de Francisca parece indicar uma pensada e pesada comparação entre o superior Levindo e um Nando inferior, que não chega a ser dita, que é amenizada pelo plural, Levindo é melhor que eles dois, os dois são inferiores a ele, aproveitam sem merecimento a vida que ele generosamente lhes ofereceu, é o que parece estar no subtexto do que diz Francisca.

Só após o término da Expedição e da curta temporada que Nando e Francisca passam no Rio, celebrando um amor civilizado, em cama de quarto de hotel, não no meio da mata, só quando retornam a Pernambuco é que Nando, disposto a se dedicar ao que ele chama “um trabalho de devoção total, de amor” (Q, 307), trabalho para o qual Francisca se faz desentendida, vai perceber como o *cazumbi* em que Levindo se tornou vai se colocar intransponível entre ele e Francisca. Ao notar como ela se esquivava dele depois da volta e ao procurar saber o motivo disso, se havia ali algum compromisso que a impedisse de continuar com ele, Nando vai ouvir o que não espera nem quer.

— Você sabe qual é meu compromisso — disse Francisca — a outra pessoa de minha vida. / — Que outra pessoa? / — Pessoa? Não sei se é. Os mortos

são o quê? / — Francisca! Pelo amor de Deus! / — Não consigo. Não posso te amar aqui, onde êle viveu. (*Q*, 322)

Francisca explica a presença do morto entre os vivos porque Levindo

[...] não morreu a morte dêle. Se tivesse morrido a morte dêle, estava morto e eu, gostasse ou não, estava livre e me habituava e ia morar agora na tua casa da praia. Levindo morreu uma morte que envergonha a gente de viver a vida da gente sem pensar nêle, aceitando êle como morto. Não posso, Nando. E por favor, não me siga agora não. (*Q*, 323)

Numa nova ocasião em que Nando busca Francisca, surge entre eles o *cazumbi*.

[...] sei que sou olhada, vigiada, êle está sempre conosco. Quando você me acaricia, me beija, é como se êle estivesse olhando a gente. Eu devia ter sido de Levindo, Nando. Eu não me incomodava. Seria dêle quando êle quisesse. Mas êle queria que eu me casasse pura. Ah, como vocês complicam essas coisas! (*Q*, 339)

E ficamos sabendo mais uma das razões para o morto estar tão presente na vida de Francisca. Assim como ele não foi ao Centro Geográfico, ele também não se deitou com a noiva, estava esperando o casamento. Francisca tem consciência de que Nando nada tem a ver com isso, ao mesmo tempo em que lembra vivamente a incompletude que marcou a curta vida do noivo.

O erro foi dêle, é o que você deve estar pensando. Mas você sabe o que é uma vida pura, tôda voltada para o futuro, e tôda rasgada de balas antes de chegar a qualquer resultado? Levindo não chegou ao mundo que queria, à mulher que tinha escolhido, a nada. O mundo em torno dêle era um nojo, as mulheres que procurava depois de se alvoroçar comigo eram prostitutas. [...] É isso que ele me diz quando eu quero ser sua outra vez, Nando.

Para Nando, a incompletude da vida de Levindo decorreu da própria ambição do projeto de Levindo. “Levindo morreu uma morte de herói. Não teve você porque como todo herói queria antes de tudo arrumar o mundo e a vida, a vida em geral e a vida dêle próprio.” (*Q*, 340, para as duas citações.) Mas a vida não espera que o herói complete as suas arrumações e ajeite o mundo, continua sem se importar com projetos individuais ou coletivos. Apesar disso, as transformações que parecem caminhar no sentido de fazer com que o “sacrifício de Levindo” esteja “dando resultados”, de que o mundo novo esteja surgindo — aproxima-se o dia 1º de abril de 1964, mas os personagens ainda não sabem o que vai acontecer nesse dia⁴⁰ — também propiciam mudanças na percepção que Francisca, em novo diálogo com Nando, tem do seu *cazumbi* particular.

⁴⁰ Não sabem, mas desconfiam. “— Você sabe que a situação política anda de mal a pior? O que de menos ruim se pode esperar é que de fato se trave a luta e que Jango tenha tropa para resistir. O melhor que se pode esperar, como você vê, é guerra civil. (*Q*, 360) A fala de Nando para Francisca dá a dimensão da expectativa, ainda confiada numa possível resistência.

— Acho que estou ficando catimbòzeira, macumbeira, sei lá, supersticiosa. [...] O sacrifício de Levindo está dando resultados, Nando. Não foi em vão não. / — Ué, o que é que isto tem de macumba? / — *Isto*, não. Isto não tem. / — Então o que é que tem? / — É o fato de que *isto* faz a lembrança dele se adoçar dentro de mim. Não é que ela comece a se apagar não. Ao contrário. Vai ficando até mais nítida. Mas ao mesmo tempo fica mais tranqüila, carinhosa. Sossegada, sabe? Minha avó dizia que as almas penadas que têm quem reze por elas um belo dia *sossegam*. (Q, 360, itálicos do autor.)

O sossego das almas, mortas ou vivas, é ilusório. Vem o golpe, a ditadura, Nando é preso, Francisca vai para o exílio o mundo novo em embrião é destruído. Símbolo disso é o que Nando encontra em Palmares, depois de sair da prisão, numa volta por Pernambuco, para ver o estado das coisas. Lá, diante da sede do Sindicato dos Plantadores, no tanque de azulejos desenhados por Francisca para atender a desejo de Levindo e servir de monumento à sua memória, Nando vê, materializada, a substituição de um mundo pelo outro, e também materializa sua repulsa à mudança.

Já bem perto procurou na base o único azulejo diferente, a inscrição em letras verdes no ladrilho branco: *Terra do Centro Geográfico do Brasil. À memória de Levindo, amigo dos camponeses*. O azulejo tinha sido arrancado. Tapando o buraco, apoiada contra a base do monumento, uma tábua quadrada, provisória, com os dizeres: *Terra do Centro Geográfico do Brasil. Viva a Revolução. 31 de março de 1964*. Sem olhar para os lados, sem pensar em nada, concentrado a fundo no que fazia Nando abriu a braguilha das calças e mijou pausadamente em cima da placa. (Q, 391)

Podemos dizer que essa é a primeira ação concreta e ativa da resistência de Nando contra a ditadura militar, iniciando o processo que vai levá-lo à luta armada e que examinaremos melhor ao traçar o seu perfil de personagem.

Levindo, antes de adquirir seu contorno completo de personagem de ficção, parece ter tido um modelo inspirador na realidade histórica nordestina que Callado observou durante o governo de Miguel Arraes e sobre a qual escreveu reportagens para o *Jornal do Brasil*, depois reunidas em livro. Numa delas o jornalista menciona “o moço trotskista Jeremias”, morto “às mãos de latifundiários que resolveram fazer por conta própria o trabalho que a Polícia não faz mais para eles” (Callado, 1965, p. 24). Em outra passagem, dá mais detalhes sobre

[...] curioso grupo de *jovens trotskistas*, que não me pareceu apoiado em [...] organização [...] importante, [...] intitulando-se Vanguarda Leninista e outros apelativos assim, [...] espécie de mosquitos da revolução. São ativistas e comandam pequenos grupos de camponeses para sortidas românticas. *Já têm seu mártir no desventurado Jeremias, que, no consenso unânime, era o melhor elemento do grupo*, e conseguiram ser encanados pela Polícia sem qualquer ordem judicial. Só mesmo eles têm o direito de acusar a Polícia de Arraes de uma arbitrariedade. (Callado, 1965, p. 29, itálicos nossos.)

A condição de trotskista do grupo é comum com Levindo personagem, bem como o elogio ao mártir Jeremias como “o melhor elemento do grupo” ecoa pelo menos a visão que Francisca tinha de Levindo. Mas há elementos que distinguem o Jeremias real do Levindo fictício. A procedência geográfica, por exemplo. Jeremias veio de São Paulo, Levindo é pernambucano. Ainda falando no jovem assassinado, em outras das reportagens Callado dá mais informações, detalha sua morte. Essa sim, parece ter sido copiada pela ficção.

[...] êste gráfico em São Paulo, chamado Paulo Roberto Pinto e cujo nome de luta era Jeremias. Jeremias, que foi para Pernambuco em busca da revolução, agitou a mais não poder os camponeses e deixou um nome romântico entre êles. Tinha 23 anos. Foi ao Engenho Oriente, em Tambémé, chefiando camponeses que faziam reivindicações, e caiu numa emboscada armada por Oscar Veloso e outros proprietários. (Callado, 1965, p. 105)

Este paralelo é lembrado porque pode esclarecer algo sobre o modo como o romancista compunha seus personagens. Mas tudo que sabemos sobre Jeremias a partir do trabalho de Callado como jornalista é o que está exposto nas citações selecionadas. Levindo, ainda que seja um personagem secundário em *Quarup*, é bastante mais elaborado, aprofundado, definido, exposto em suas contradições, como cremos que tenha sido possível demonstrar. É personagem que nos parece importante por ter no romance uma função bastante definida. Figura como espécie de *precursor do guerrilheiro Nando*, no mesmo sentido em que se considera, no texto evangélico, João Batista como um precursor de Jesus Cristo. Mesmo que as trajetórias de Cristo e do padre, depois expadre, Nando, ambos presentes na frase de abertura do romance,⁴¹ enganosamente pareçam tomar rumos diferentes. Nando, ao lado de Francisca, algumas vezes, e, por fim, sem ela, vai levar a termo vários projetos anunciados por Levindo e, por motivo de força maior, deixados em aberto, por cumprir.

QUARUP. NANDO, ALIÁS, LEVINDO

Em premiado estudo que tem por título *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*, José Luís Cabaço, sociólogo que teve ele próprio participação na luta pela independência de seu país, faz referência a um costume que acabou transformado em

⁴¹ “Vivos ali só Nando com a lamparina de querosene e Cristo na luz da sua glória.” (Q, 3)

padrão (o pesquisador chama-lhe “ritual de passagem”) para que um candidato a combatente pudesse ser aceito como guerrilheiro da Frente de Libertação de Moçambique durante a guerra anticolonial e de independência. Vejamos qual a parte do ingressante na celebração do rito.

O acesso ao espaço da revolução nacional obedecia a um ritual de passagem que ganhou o nome de “narração de sofrimentos”. / Sem exceção, todo moçambicano que aderisse à luta passava por ele. Perante uma assembleia de todos os combatentes presentes no local, o elemento recém-chegado deveria declarar sua minuciosa identificação (nome, família, aldeia, chefe etc.) e narrar a própria [...] vida, [...] as motivações da sua decisão de se juntar à luta: as situações de opressão e exploração vividas, as humilhações sentidas, os sofrimentos físicos e psicológicos pelos quais passara. (Cabaço, p. 298)

Se imaginarmos que Nando, com seu nome de guerra Levindo, tivesse que se submeter a algo semelhante quando chegasse ao destino, depois da cavalcada ao lado de Manuel Tropeiro, cuja partida é a última ação do livro, talvez possamos pensar que a “narração de sofrimentos” que ele vai fazer, diante dos companheiros reunidos no sertão para a guerra contra o governo, é a mesma que constitui o conteúdo do romance acabado de ler. Portanto o romance não conta a história de um guerrilheiro, mas a história de como alguém chegou à decisão de se reunir aos que pretendiam iniciar uma luta de guerrilha e resistência contra governantes que se apossaram ilegalmente do poder, e participar dessa luta na condição de combatente.

Mas Nando é um personagem complexo, e essa é apenas uma das histórias vividas por ele e que o leitor pode acompanhar ao longo do romance. Há a história da crise religiosa, o sacerdote que vê a vocação se desmanchar e desfazer. Há a história do relacionamento com as mulheres, a superação das dificuldades até chegar à condição de ensinar aos inábeis como elas devem ser amadas. Há Francisca, amada primeiro impossível, depois amor consumado e feliz, por fim, amor contrariado em definitivo. Há a procura do entendimento e da identidade de um país já velho mas que ainda não sabe exatamente o que é e o que pretende vir a ser. Nosso objetivo não é traçar todos esses possíveis perfis de Nando, mas acompanhar como, do padre avesso a “teses de violência contrárias por completo ao Sermão da Montanha” (*Q*, 20), quase incapaz de olhar para uma arma de fogo, que dirá pegar nela, surgirá alguém capaz de cravar em silêncio um punhal nas costas de um inimigo e disposto a se empenhar na morte de outros ou a morrer na tentativa.

Ferreira Gullar, num ensaio escrito ainda no calor do lançamento do livro, identifica um processo de “deseducação” na trajetória de Nando e associa isso ao que seria a afirmação fundamental do romance.

Talvez não seja justo extrair um sentido definido e direto do romance de Callado, mas me parece possível afirmar que êle descreve um processo de desalienação de um homem, que termina por se transformar em povo, que pode ser qualquer um. Pode-se discutir se o único caminho de reintegração do intelectual brasileiro é o seguido finalmente pelo padre Nando e mesmo se a melhor maneira de lutar contra a opressão é essa a que ele adere. Mas êste é o aspecto episódico da questão: o fundamental é a afirmação, implícita no romance, de que é preciso “deseducar-se”, livrar-se das concepções idealistas, alheias à realidade nacional, para poder encontrar-se.
(Gullar, 1967, p. 256)

Sem contradizer a leitura do poeta e ensaísta, propomo-nos a demonstrar como essa “deseducação para brasileiro virar gente” contém um processo *de educação*, talvez fosse melhor dizer *de treinamento*, ainda que não consciente do objetivo, para que o padre tímido e indeciso se transforme num resistente armado. Não nos cabe, como propõe o ensaísta, discutir “se o único caminho de reintegração do intelectual brasileiro” ou “se a melhor maneira de lutar contra a opressão” seriam esses pelos quais o padre Nando envereda, pois essa é uma discussão que buscava alcançar a sociedade para além do romance, e nós procuraremos perceber, considerando a lógica interna da obra, como ele chegou a esse caminho e escolheu essa maneira de luta. É o que acontece ao padre Nando que nos interessa, não as possibilidades abertas ao intelectual brasileiro por esse proposto caminho da deseducação.

Comecemos pela repulsa, primeiro contato e posterior aprendizado no manejo de armas. Ainda no tempo do mosteiro em Olinda, um revólver será posto diante de Nando. É o padre Hosana quem faz isso, ao confidenciar sua intenção de matar a prima Deolinda, sua amante. Proibido pelo superior de se aproximar da prima, ele toma tal decisão ao saber que ela arrumou novo amante.

Hosana [...] [s]acou do bolso da batina um revólver. / — Smith & Wesson, calibre 32. Jeitosinho e maneiro como você, Nando. Segura êle. Segura mesmo. / — Não! / — Ah — disse Hosana — está sentindo essa volúpia de homem por pistola. A morte compacta. Está vibrando de amor à primeira vista mas não ousa. Toma. Pega no revólver. / Hosana segurou a mão direita de Nando, abriu-a, aninhou na palma a coronha, fechou os dedos em torno. Nando cerrou a mão instintivamente, enfiou o indicador na alça do gatilho. / — Está carregado? / — Até o pescoço — disse Hosana. / Hosana retomou a arma, empurrou o fecho lateral e fêz saltar o tambor. Girou-o para mostrar a Nando as balas douradas nos nichos negros. O revólver parecia um bicho vivo e palpitante na mão de Hosana. (Q, 25)

De novo, como quando conta a Nando a morte de Levindo e insinua que ele deve aproveitar a liberdade em que ficara Francisca, Hosana identifica no colega de sacerdócio uma possibilidade que Nando insiste em negar. Não sabemos se é exato que Nando sinta “essa volúpia de homem por pistola”, mas ela talvez esteja contida no *instinto* que o leva a fechar a mão em torno do revólver e a enfiar “o indicador na alça do gatilho”. Também parece forte a impressão de ver na arma “um bicho vivo e palpitante”. Impressão que vai repercutir no segundo momento em que Nando é confrontado com uma arma. Ele já está no Xingu, ainda é padre missionário, mas já abandonou o celibato. Uma das suas amantes, Lídia, está “imóvel debaixo de uma árvore enorme”, tem com ela “uma Winchester” (*Q*, 175), e chama por ele, que passa sem vê-la. A arma era para caçar uma arara, mas Lídia preferiu continuar admirando a beleza da ave viva. Em seguida há um pequeno diálogo entre os dois. “— Você sabe atirar? — disse Lídia. / — Não, e espero não aprender nunca. / A bela espingarda. O brilho animal do revólver de Hosana.” (*Q*, 176) A fala de Nando é de inequívoco repúdio, mas o discurso indireto livre que o segue aponta para aquela volúpia de que falou padre Hosana, expondo uma contradição do personagem. O repúdio de algum modo associado ao fascínio é reforçado quando a notícia do assassinato de dom Anselmo chega ao Xingu. “Por que não considerara mais o perigo? Várias vezes pensara no revólver no bolso da batina, sem dúvida.” A lembrança do brilho da arma também está presente no dia de uma dolorosa decisão. “Principalmente no dia da resolução de abandonar a Igreja: a visão da estrada de Vilar, do rio Negro e da triste prelazia era dominada pelo tom animal do revólver.” (*Q*, 216, vale para a anterior.)

Desligado da igreja, Nando dedica-se inteiramente ao trabalho de sertanista, de aproximação com tribos bravas, refratárias ao contato com o homem branco. Para isso, embora ainda se conserve distante das armas de fogo, vai adquirir domínio sobre outro tipo de arma.

Tinha aprendido a usar arco e flecha, levava presentes para índio bravo. O embornal cheio de carne seca de veado ou capivara entrava na brenha, longe dos cursos d’água, colhendo piqui nas árvores, chupando coquinho. Via gostosamente a comida acabar no embornal para depender do acaso de ave, cobra, macaco, formiga.

As longas temporadas “de meses e anos” que passou “na selva bruta em que vivia” (*Q*, 222, também as anteriores) não serviram só para aprender o manejo do arco e flecha, deram-lhe um treinamento de sobrevivência na mata que teria sido de muita utilidade a

qualquer guerrilheiro, no Brasil ou em Angola, e que seria sem dúvida superior a quaisquer seis meses de treinamento que pudessem ser feitos em Cuba.

Embora não saibamos quando, nem em quais circunstâncias, Nando em algum momento aprendeu a lidar com arma de fogo. O desejo que ele expressou a Lídia, de “não aprender nunca” a atirar, não se realizou, provavelmente por necessidade. A vida de sertanista exigiu isso dele. Um dos personagens, Olavo, explica porque anda armado na mata. “Eu também trago meu revólver na cinta, que diabo. Sempre ando com êle. Pode surgir de repente um bicho ou lá o que fôr.” (Q, 252) Talvez Nando também tenha aprendido a usar armas para o acaso do encontro com alguma fera. O fato é que vamos vê-lo, durante a Expedição ao Centro Geográfico, já capaz de empunhar sem repulsa uma arma longa, com propósito intimidatório. Isso acontece durante desentendimento com grupo de índios doentes que segue a expedição e se apossou dos fardos de mantimentos atirados pelo avião que dá apoio aos expedicionários.

Fontoura, Vilaverde e Nando falaram com os índios. Se êles avançassem daquele jeito sôbre qualquer fardo que os aviões jogassem os brancos iam ficar furiosos e matar êles. Os fardos traziam comida para todos e não comida para ser desperdiçada estúpidamente. *E ficaram os três com três rifles nas mãos até o avião repontar de nôvo no céu.* (Q, 303, itálico nosso.)

Com esse treinamento ele voltará a Pernambuco, mas sem intenção de usá-lo, embora a ideia da luta armada já esteja presente na agitação política anterior ao golpe militar. Nando mostra consciência disso ao responder a padre Gonçalo, que atua ao lado do Partido Comunista organizando os trabalhadores rurais, por qual razão Januário, das Ligas Camponesas, não se reúne a eles e insiste em ir além da boa política que o Governador vem implementando. “Januário tem tentado por tôdas as maneiras conseguir armas de Cuba e até agora não vieram.” (Q, 345) Nando não concorda com Januário, acredita na política do Governador, acredita que os donos de terra vão perceber “que não existe saída para êles, tudo pode ser feito com calma, sem se matar ninguém, sem derramar sangue” (Q, 333). Essa divergência ficará bem explícita num diálogo entre Nando e Januário, pouco antes deste iniciar a destruição de leite em pó e ampolas de vacina enviadas pelos americanos, o auxílio externo que Levindo, anos antes, já execrava como prejudicial ao desenvolvimento da revolução.

— Cada um entende o Governador ao seu jeito. Eu, por exemplo, sempre achei que êle nos dava a oportunidade de iniciar neste Estado a luta armada que salvaria o Brasil inteiro. / — Eu já acho diferente — disse Nando. — Por que não havemos de levar o Governador à Presidência da República? / — Não se iluda que isso a gente não consegue fazer — disse Januário. — Tem muita vacina, muito leite em pó no caminho. E depois, você sabe como é, a

gente deve muitas emoções boas e muitas lições bonitas a Cuba, mas por outro lado ela nos criou um grande abacaxi. Fêz a Revolução antes. Agora, tome leite, tome remédio, tome gorjeta — e tome pau no lombo se fôr preciso que o Exército está aí para isso mesmo. Vamos acabar todos como o Padrezinho André eternamente a reunir jangadas para chegar à Terra Santa de Cuba. Fidel para nós acaba transformado num meigo Jesus de padre doido. [...] Uma lástima [...] que a Revolução tivesse sido feita numa ilhota de oito milhões de habitantes. — Em vez do grande palco e do grande ator, que era naturalmente o Brasil com os brasileiros, armou-se o espetáculo em Cuba. Ainda se o Guevara tivesse feito na terra dêle o que fêz em Cuba nós íamos a reboque da Argentina mas íamos de verdade. Agora vai ser muito mais duro. [...] E cada vez que se inventa um nôvo programa de auxílio nossa arma perde mais um pouco de gume, como dizia o Levindo. (*Q*, 350-351)

Aqui podemos notar que o *cazumbi* de Levindo não assombrava apenas Francisca. Apesar de todo entusiasmo de Januário, ainda que crítico, pela antecipação revolucionária que alertou o poder norte-americano, em torno de seus modelos Castro e Guevara, Nando vai manter sua postura contrária à violência ainda por muito tempo, quase até o fim do romance, mesmo diante da violência desencadeada pelo golpe militar e de que ele também será vítima, experiência a ser incluída naquela sua hipotética “narração de sofrimentos”. Procuraremos mapear, em seguida, como ele vai sustentar sua posição contrária à violência e como vai, por fim, abrir mão dela.

O primeiro propósito de Nando, depois da experiência de prisão e tortura, não é o de se voltar contra seus algozes. Assim como deixara o Xingu por causa de Francisca, seu desejo é se reunir a ela exilada na Europa. Fica em Pernambuco não por sua vontade, mas pela negativa das novas autoridades em lhe conceder passaporte. Nem para o Rio é autorizado a ir. Ao procurá-lo e descobrir seus propósitos particulares, padre Gonçalo conclui que ele anda atrás de uma “soluçãozinha de fita de cinema” e que “não merece a atenção de ninguém mais” (*Q*, 393) o problema dele conseguir ou não deixar o país. A isso segue-se a temporada na casinha de praia, herdada dos pais, em que Nando só procura contato com mulheres e arregimenta entre pescadores, e depois estudantes, discípulos para sua academia do bem amar.

Os primeiros a tentar atrair Nando de novo para a luta política são estudantes, Jorge e Djamil, que participavam da organização dos trabalhadores rurais antes do golpe. Travam debate a respeito da retomada do projeto de luta coletiva e o recolhimento à vida pessoal que Nando agora defende, muito afastado de qualquer propósito guerrilheiro. “— Eu ainda não tinha procurado você — disse Jorge — porque achava inútil, prematuro. Agora creio que já podemos reorganizar alguma coisa. / — Não conte comigo não — disse Nando. — Não vejo nada de reorganizável do ponto de vista político.” (*Q*, 415) Mais adiante, explica as razões da enfática recusa.

— Eu acho a tua disposição de luta a qualquer preço profundamente louvável — disse Nando. — Todo homem tem uma vida no mundo que pode ser histórica se êle quiser: altera o mundo, as condições do mundo, adapta o mundo a suas idéias. E tem a vida-vida, vida privada de todos os homens. Em relação ao mundo ela é um pouco como a vida das plantas, feita de água, de sol, de ar. E de amor principalmente, no caso dos homens. Amor de bicho, quero dizer, amor de mulher. Eu estou concentrado nesta vida, que tem pouca ligação com a outra. / [...] / — Se entendo certo — disse Djamil — Nando não quer que o mundo fique como está mas quer alterá-lo de forma diversa, mais lenta. Talvez no fim mais permanente. / [...] / — O postulado — disse Jorge cruzando os braços — é de que é mais proveitoso dormir com as mulheres do que trabalhar pelos homens. Não é isto? / — A proposição — disse Nando — foi colocada com sarcasmo mas não sem propriedade. / — Certos tipos de educação — disse Jorge — tornam os homens mentalmente ginásianos no período da grande maturidade. Adeus, Nando. (Q, 415-416)

Esse debate algo escolástico termina com Jorge considerando a educação de Nando no seminário como causa provável do que ele considera um imaturo posicionamento político. Mais tarde seriam criadas palavras para descrever essa atitude: desbunde, desbundado. Na opinião de Jorge, Nando era um desbundado *avant la lettre*. E o adjetivo ginásiano pode remeter também à sexualidade reprimida, possível causadora daquela tardia explosão de hormônios.

A notícia do comportamento de Nando corre. Lídia vem do Rio saber o que se passa. “O que é que você está fazendo, Nando? Juro que não entendo nada. Estive com Jorge, que também não entende.” (Q, 422) Quando ela diz que o comunista Otávio está no interior do Brasil organizando a revolta, como sugerindo que Nando devia juntar-se a ele, ouve um comentário que ela toma como irônico.

— É o que ele faz desde os dias da Coluna. / — O que é muito melhor do que passar o dia inteiro falando em mulheres e na arte de amar e não sei mais que tolices. / Nando acariciou a cabeça de Lídia. / — Você imaginou ironia no que eu disse porque está com raiva de mim. Eu admiro a vida de Otávio como a gente só admira o que está além das possibilidades da gente. Palavra. / — Desculpa, Nando, mas então vai ao encontro dêle. Ou colabora com Jorge aqui. Ou segue para o interior do Estado. Você não pode continuar fazendo nada. (Q, 422-423)

Nando diz a Lídia que se considera no exílio, pois a pátria viajou, e por isso nada pode fazer. Diz ainda que se houver algum levante, alguma ação, estará a postos, podem contar com ele, mas acredita que nada vai acontecer. Lídia diz que ele estará a postos para ser preso, se continuar ali, afrontando as autoridades com um comportamento que elas não de considerar no mínimo contrário aos bons costumes. Desse diálogo, o que nos parece mais importante para marcar o momento de Nando está na afirmação “como a gente só admira o que está além das possibilidades da gente”. Nando não está só avesso à participação nos projetos de enfrentamento contra o novo poder, como

considera isso impossível, ou seja, algo que está além de suas possibilidades. Mas tal postura vai começar a sofrer uma transformação. E nessa mudança o *cazumby* de Levindo vai ter presença cada vez mais crescente. Quando Djamil, preocupado com a segurança de Nando, fala no interesse que a repressão continua a mostrar por ele, vigiando-o, fazendo-lhe ameaças veladas, ouve uma proposta surpreendente.

— Acho que devemos dar um jantar. / — Um quê? / — Um jantar, Djamil / — A quem? / — A nós mesmos. E à memória do nosso Santo Estevão, nosso primeiro mártir. Daqui a dois domingos faz dez anos da morte dêle. O jantar vai ser alegre, como condiz à memória de Levindo. / — Levindo? — disse Djamil. / — O môço Levindo, que não tinha mais que a tua idade quando foi assassinado diante da Usina da Estrêla, à frente dos camponeses que iam reclamar salário. / — Eu me lembro do nome de Levindo, e da história dêle. Mas não tinha idéia de quando tinha sido, ao certo. Mas você conheceu êle, é claro. / — Conheci. / — Essa idéia é boa. E bonita. Talvez ninguém mais se lembre da data, além de você. / — Acho que alguém mais se lembra, sim. / — Mas por que um jantar, Nando? Não fica muita provocação? (*Q*, 429-430)

O caráter político do jantar é logo percebido por Djamil. Mas o porquê daquela ideia e a mudança na postura de Nando que ela implicava ficaram sem resposta. Para isso era preciso que Djamil soubesse de um encontro que Nando tivera no dia anterior.

Manuel Tropeiro reaparecera, depois de temporada na prisão, para uma visita a Nando. E ele merecia uma mudança de comportamento. “Não podia receber Manuel, falar a Manuel como falava a Jorge ou Lídia ou lá quem fôsse. Manuel Tropeiro não se tinha o direito de decepcionar.” (*Q*, 430.) Quando o visitante disse que vinha do sertão, Nando soube que ele ia falar nos preparativos para a guerra, mas isso “partindo do Manuel era diferente. Com Manuel se entendia. Não havia livros separando os dois” (*Q*, 431). Ou seja, e isso fazia para Nando toda a diferença, Manuel era um homem do povo, não era um intelectual, como os outros, ou como ele mesmo. Nando podia desdenhar seus pares, mas não podia trair a confiança, não “tinha o direito de decepcionar” um homem como Manuel, que o considerava um chefe, “e os chefes sabem o que é melhor para cada um dos outros” (*Q*, 432). Quando Nando fala em Levindo e numa homenagem aos dez anos de sua morte, percebe que a desconfiança presente em Manuel se desfaz. “— O senhor tem um jeito engraçado de avisar a gente das coisas [...]. E eu de mau juízo, pensando que o senhor não queria falar no Primo Leôncio e nas coisas da luta da gente. O senhor está voltando para o meio da rinha!” Note-se o tratamento respeitoso, de cerimônia, que Manuel dá a Nando. Diante das alternativas para a homenagem, passeata, comício ou jantar, Manuel faz sua análise: “passeata a gente não anda muito e comício, cruzeiros, quando a gente olhar para baixo o palanque da gente está

montado num tanque”. No comentário sobre o jantar, Manuel reafirma a confiança no caráter de chefe, de líder, que vê em Nando.

[...] esta é uma idéia que não medra na cabeça da tropa, está vendo? Tem quem nasce madrinha de tropa e tem quem segue a sinêta no cachaço da pastôra. Eu já estou vendo tudo, Seu Nando. Dá Polícia e dá milico em cima da gente, isso não tem vacilação. Mas eles ficam na sem-razão! Não é bem isso? A gente volta para a prisão mas eles têm que explicar muito. E assim o povo entende. (*Q*, 433, vale para as citações anteriores.)

A mudança de postura de Nando para não decepcionar Manuel Tropeiro não é tão completa como o companheiro de luta é levado a pensar. Há algo escondido e que continua, intimamente, a afastá-lo do caminho que Manuel acredita que ele voltou a trilhar. Nando não pretende ir para a “terra tórrida e bela encostada no Ceará”, mas para “o outro lado do mar” (*Q*, 434), atrás de Francisca. Mas não tem coragem de dizer isso a Manuel. Num segundo encontro, Nando vê reafirmada a confiança que Manuel tem nele, mesmo diante do que ouviu de Jorge no sentido de que ele, Nando, “desistiu de querer dar jeito na vida do povo”. E conta o que respondeu.

[...] que o senhor é do bando da pouca gente, que não se acha assim na sombra de qualquer cajueiro. E falei que o senhor estava vivendo bem escancarado aqui perto dos quartéis para aperrear o coronel Ibiratinga e que o senhor ia dar um jantar para o Levindo que era feito fazer uma marcha contra o Governo. Só que ele, Seu Nando... Ele disse... / Nando riu. / — Disse que não sabia de jantar nenhum. (*Q*, 443, para as duas citações.)

O ex-padre explica que o estudante nada sabia porque falara do jantar primeiro ao Tropeiro, ainda não avisara os outros, e assim desfaz a insegurança em que a afirmação de Jorge deixara Manuel. Mas era para espalhar a notícia porque o jantar ia acontecer. E acontece, mesmo depois das várias advertências que Nando recebe para que não insista na provocação, e até da oferta das autoridades, que lhe concederiam licença para ir ao Rio, pedir asilo em qualquer embaixada, caso ele desistisse do evento. O próprio Jorge traz a oferta, fazendo-se porta-voz dos inimigos. “— Aceito sair do país, claro — disse Nando. — Mas *jantado*, Jorge. Só saio daqui *jantado*.” (*Q*, 448, *itálico do autor*.) Durante o jantar e para toda gente reunida no quintal da casa e na praia, diante da comida, diante da celebração que era como um *quarup*, a homenagem festiva dos índios aos chefes mortos e à criação do homem, Nando discursa explicitando o sentido político do evento, o sentido de celebração da luta e do exemplo.

— Estamos aqui reunidos em espírito de festa para relembrar o único brasileiro morto em luta por uma idéia. Brasilidade é o encontro marcado com o câncer. Brasilidade é a espera paciente da tuberculose. Brasilidade é morrer na cama. À frente de um grupo de camponeses, morrendo pelo salário

do camponês, Levindo morreu uma bela morte estrangeira. Estamos hoje aqui para comer o sacrifício de Levindo, comer sua coragem e beber seu rico sangue de brasileiro nôvo. (*Q*, 456)

O ritual simbolicamente antropofágico, a celebração do *cazumbi*, a afirmação da luta e da disposição para morrer quase levam Nando de fato à morte. A Marcha da Família convocada pelos adversários invade o espaço do jantar e a polícia aproveita a confusão. Dois policiais, o sargento Xiquexique e o soldado Almeirim, só não castram e afogam Nando no mar depois de arrebatá-lo de pancada porque são enganados, atraídos por duas de suas discípulas. O resgate de Nando vai enfurecer o coronel Ibiratinga, fanático religioso que se atribui função de inquisidor do Santo Ofício, portanto autorizado por Deus a torturar para salvação das almas. Guarda especial ódio ao renegado sacerdote a quem ele também considera, como Manuel Tropeiro, um líder, líder perigoso. Durante longo período de recuperação os amigos de Nando nem sabem se ele vai sobreviver sem sequelas. Fica suspensa a escolha do rumo futuro: Francisca ou o sertão?

Recuperado, embora tenha perdido uma vista, e manque de uma perna, a questão volta. Djamil vem se despedir de Nando e anuncia que vai para a terra de Manuel Tropeiro. “— Guerrilhas?”, Nando pergunta e Djamil diz que por enquanto estão apenas reunindo gente. Diz que os pescadores discípulos de Nando seguiram para lá, dá notícias de Otávio. “— Otávio não foi nessa conversa de se asilar não. Anda se movimentando lá pelo Sul, parece. E me disseram que contrabando de armas tanto na fronteira do Uruguai como do Paraguai é uma canja.” (*Q*, 482, para as duas citações.) Nando sugere que, embora a repressão ali ainda seja grande, as coisas no Rio podem já estar mais amenas, com a oposição talvez se organizando. Djamil tira-lhe as ilusões. Atentemos à alusão a algo similar ao salazarismo como um dos cenários aventados para futuro da ditadura. Naquele momento o regime português ainda dava a impressão de que nunca acabaria.

— Ah, meu velho, desiste. Meses e meses se passaram e eles continuam moendo todo o mundo em IPMs, confiscando livros, e dando tudo quanto é pôsto importante aos milicos. Na melhor das hipóteses a gente vira uma falsa democracia de presidentes nomeados, como o México, *e na pior a gente segue a mãe-pátria e sai para um salazarismo que não acaba mais*. Temos que partir para a resistência armada. Eu pelo menos vou tentar. (*Q*, 482-483, *itálico nosso*.)

As palavras finais de Djamil não deixam dúvidas sobre o que ele está propondo. Mas Nando se esquivava, secretamente deseja que ele vá logo embora, diz que talvez vá depois, com Manuel Tropeiro. Djamil adverte que já houve ataque ao agrupamento no

sertão, sem resultado, mas acreditava que a tropa queria pegar o Tropeiro, Nando não devia arriscar a segurança dele, o coronel Ibiratinga adoraria prender os dois. Também Tropeiro, ao despedir-se de Nando numa longa conversa em que dá notícias de Januário, reunido a remanescentes das Ligas Camponesas em Goiás, organizando lá a resistência armada, e que pretende lhe fazer uma visita, depois de todos os rodeios, acaba fazendo a Nando a mesma proposta que fez Djamil. Surpreende o ex-padre ao dizer que, quando fosse a Goiás, “queria chegar em dois cavalos, o senhor no outro” (Q, 484). Nando promete ir, mas lembra que Francisca espera por ele fora do país. Expõe, agora com maior franqueza, o dilema em que se encontra. Não quer decepcionar Manuel Tropeiro, mas também não quer decepcionar a si mesmo. Um dos argumentos para se justificar é lembrar a Manuel que ele tem sua Raimunda lá no sertão, não ficará longe dela. Manuel diz que não há pressa, que ele acabe de recuperar a saúde e enquanto isso poderá chegar a alguma decisão.

Nando está disposto a tomar uma decisão dupla, o que é o mesmo que dizer que não quer fazer nenhuma escolha definitiva. Irá com Manuel Tropeiro ao sertão, rever os companheiros, mas depois disso não vai se colocar à disposição para combatente, pretende deixar o país, ir à procura de Francisca. Isso fica mais evidente, e, para ele, Nando, reforçado, quando Hosana lhe diz que há, na caixa de correio da casinha da praia, pelo menos uma carta vinda do exterior, portanto de Francisca. Nando, contra todas as disposições de segurança, quer ir até lá apanhar a correspondência. É advertido que a casa está mais que vigiada, ir lá é cair nas garras do frustrado mas esperançoso coronel Ibiratinga. Insiste em ir, aproveitando o domingo de carnaval — já estamos em 1965 — quando, tem certeza, a vigilância estará relaxada. Certeza fundada apenas nos desejos dele. Fará isso antes de seguir com Manuel Tropeiro para o sertão. Nando pede a Manuel um gibão de couro para criar um disfarce, uma fantasia de cangaceiro. O Tropeiro não só fornece o gibão, arma Nando para a guerra, numa espécie de investidura assemelhada a de um cavaleiro andante, em que ele receberá armamento e armadura, com direito a invocação (ainda que por interposta pessoa, o padre Gonçalo) da divindade, além de espécie de arripio premonitório, como quando, segundo a crença popular, passa um anjo, ou um espírito, isto é, um *cazumbi*.

Manuel apanhou no seu baú um gibão de couro, um revólver e um punhal de lâmina comprida e cabo colorido. / — O revólver está emprenhado das seis balas, e o punhal que é da Campina Grande viaja aqui. / Manuel tirou o punhal da sua bainha de couro e o fez desaparecer dentro da costura lateral do lado esquerdo do gibão. / — Não tem quem sinta o volume dêlezinho nesta

costura grossa e embolada, Seu Nando. E êle sai daí fácil como se estivesse em bainha de toicinho. Quando tiver um tempinho o senhor experimenta êle. / Nando riu. / — Experimentar o punhal? / Manuel estava sério. / — Tome duma melancia ou jerimum. Até laranja serve. Fure elas. / Antes de ir embora Manuel falou: / — Eu ainda não tinha lhe dito, Seu Nando, mas Padre Gonçalo estourou lá no Primo Leôncio. Quando eu disse a êle que achava que o senhor acabava indo com a gente, êle ajoelhou no chão e rezou duro uns dois minutos a fio. E olhe que era chão dum cascalho de cortar brim de calça e ficar encravado no joelho. (Q, 489)

No domingo de carnaval, ao entardecer, Manuel deve esperar nos coqueiros atrás da casa, Nando insiste em apanhar sozinho a correspondência. Sabe do risco a que expõe o outro e sabe do caráter pessoal, particular, da sua atitude: “eu proíbo você de arriscar sua vida por causa dos meus caprichos” (Q, 488). Depois de examinar os arredores e concluir que não havia vigilância, Nando entra na casa e mete duas cartas de Francisca nos bolsos. Comprova então o que todos lhe avisaram e ele insistia em negar, caiu numa armadilha. “Vi o soldado que lhe apontava o revólver e ria muito. / — Feito rato atrás do queijo.” (Q, 491) Revistado, tiram-lhe o revólver, mas não encontram o punhal. “ — A gente estava devendo você ao coronel [...]! Êle cobrava você todos os dias do Xiquexique. O Xique está prêso. ‘Tu deixou o diabo fugir, Satanás!’ É como o coronel falava para o Xique na noite da Marcha.” Almeirim, agora cabo, estava com Xiquexique na noite em que Nando quase foi morto. Nando parece mais aflito com a possibilidade de apanharem Manuel Tropeiro do que com sua própria prisão. Os soldados também percebem a presença de mais alguém, “o tal dos burros”. Se conseguirem apanhar Manuel, Almeirim diz que “é promoção na certa”, “a gente acaba Marechal!” (Q, 492, vale para as citações anteriores). No momento em que é proferida voz de prisão a Manuel, Nando toma sua decisão, abandona todo seu passado de repúdio à violência, faz o que não se acreditava, como disse a Lídia, capaz de fazer, o que estaria além de suas possibilidades.

Nando tinha ficado um pouco para o lado. À sua frente Quirino e à frente de Quirino Almeirim. Nando tirou da costura do gibão o punhal de Campina Grande. [...] Foi quando Nando enterrou até os cabos o punhal [...] nas costas do soldado Quirino que despencou sem um ai-jesus nas costas do Cabo Almeirim que se voltou pensando que era atacado e tentou disparar o revólver contra Quirino enquanto Nando saltava sobre Almeirim e Manuel Tropeiro de nôvo bicho lustroso e ágil deu um bote do muro contra Almeirim peixeira em riste na mão feito guampa ou prêsa e Almeirim foi varado quase de couro a couro e tombou no chão embolado em Quirino. Armas na mão Nando e Manuel esperaram em silêncio [...]. (Q, 493)

Depois de concluírem que não apareceriam mais soldados, Nando repara no olhar de Manuel, olhar de quem olhasse para homem a quem ele ainda não conhecia. “Manuel

guardou a peixeira e Nando reparou que de soslaio, como quem não quer nada, o Tropeiro olhava para êle. Nando enfiou na bainha do gibão o punhal molhado. / — Boa idéia essa da faquinha de Campina Grande enfiada na costura, Manuel.” O novo Nando, recém-surgido, muito diferente daquele que se negara a pegar no revólver de Hosana, era alguém que teve o cuidado de recuperar sua arma: “se abaixou perto dos soldados mortos, abraçados no chão. Procurou o revólver que o Cabo Almeirim tinha botado no bôlso da farda. / — E êle já tinha me desarmado, Manuel.” Era agora capaz de encarar os inimigos mortos para saber como se sentia. “Quando apanhou o revólver Nando viu bem de perto a cara morta do Cabo Almeirim, do Soldado Quirino. Não sentiu remorso nenhum.” (*Q*, 494, também as anteriores.) Já a cavalo, ao lado do companheiro a quem mal ouvia, o sentimento de Nando era outro. “Sentia que vinha vindo a grande visão. Sua deseducação estava completa.” Como também estava completa sua educação para guerrilheiro, para cavaleiro andante e ungido pela divindade. “— Manuel — disse Nando — eu vou para ficar. / — Assim tenho pedido a Deus que seja sua resolução.”

Sentia-se desligado da sua vida anterior, “descontínuo, leve, vivendo de minuto a minuto”, sentia que Francisca não era mais o centro do mundo, disse a Manuel que “Francisca é apenas o centro de Francisca”. O que ele guardou “como sensação de continuidade” foi “o fio de ouro de Francisca”, um fio que não “vinha propriamente do passado”, era “fiado com astúcia na trama do mundo a vir”. (*Q*, 495, vale para as anteriores.) Esse ouro (e o verde que o acompanha) percorrem o romance antes de Nando chegar àquela constatação. Está na “nuvem de ouro dos cabelos de Francisca” (*Q*, 7) quando o ainda padre olhava para ela no mosteiro; está na “crepitação de fagulhas em campo verde” que Nando vê mesmo “sem olhar” (*Q*, 227) nos olhos da Francisca que ri ao se reencontrarem no Xingu; e ainda nos “olhos verdes sem qualquer fagulha” (*Q*, 281) num momento mais grave da expedição. No monumento erguido diante do Sindicato, em Palmares, Nando viu “o mastro com a bandeira subindo feito uma flor de ouro e verde” (*Q*, 391) antes de urinar sobre a placa comemorativa do 31 de março que substituíra o azulejo de Levindo. Quando Nando descobre que “Francisca é apenas o centro de Francisca” e que “aquêlê mundo todo com sua cana, suas gentes e seus gados era Francisca molhando os pés na praia e de cabelos ardendo no Sertão” (*Q*, 495), o cavaleiro está pronto para lutar por sua dama, que é também a sua terra, o país do seu desejo, pronto a seguir o fio de ouro, e é a imagem de verde e ouro (verde amarelo?) que fecha o romance, imagem provocada pelo choque das ferraduras nas pedras da estrada: “Nando viu o fio fagulhar ligeiro entre as patas do cavalo como uma serpente de ouro

em relva escura”. Pouco antes disso declara a Manuel Tropeiro seu escolhido nome de guerra: “— Meu nome vai ser Levindo” (*Q*, 496, vale para as duas). Assim Nando acaba por cumprir todos os projetos que Levindo formulou e não pôde levar adiante: foi ao Centro Geográfico; teve uma lua de mel com Francisca, senão à beira do Xingu, em suas proximidades; ajudou a levar terra do coração do Brasil a Pernambuco; engajou-se na transformação do mundo, e agora está pronto a lutar de armas na mão para recuperar a roubada esperança no mundo novo. Nando incorporou o *cazumbi*, os dois personagens tornaram-se um só, Levindo também vai participar da luta.

QUARUP. MANUEL TROPEIRO, ALIÁS, ADOLFO.

Manuel Tropeiro e Nando se conhecem em meio à agitação promovida pelo Movimento de Educação Popular empenhado na alfabetização dos trabalhadores para tirá-los da ignorância e da submissão, para que tivessem direito de voto, negado aos analfabetos, e ganhassem força política. Nando e Francisca participavam desse trabalho ensinando. Manuel Tropeiro era um dos alunos. “Na sua própria casa, à noite, Nando recebia os camponeses que quisessem repetir as lições e, principalmente, conversar. [...] Sempre que estava na cidade Manuel Tropeiro era presença infalível.” (*Q*, 326) É a primeira menção ao personagem, que vai se mostrar uma espécie de herói positivo no romance, como tentaremos apontar. Talvez haja um resquício de realismo socialista no personagem, a celebração um tanto idealizada do homem do povo. Sua segunda aparição, também na casa de Nando, compõem-se de um longo diálogo entre os dois. Tropeiro, como bom aluno, tem grande empenho em entender o que está acontecendo, por que os donos de terra estão pagando salário bom aos trabalhadores e, quando não querem pagar, por que a Força Pública do Governador agora obriga fazendeiros, donos de usina a cumprir a lei. Nando fala da conjuntura internacional, como os Estados Unidos comprem agora o açúcar brasileiro para não comprar o açúcar produzido por Cuba, daí haver maior circulação de dinheiro, chega até para pagar melhor os trabalhadores. Mas Manuel quer saber como serão as coisas se Cuba fizer as pazes com os americanos, se os fazendeiros não quiseram mais pagar o que a lei manda, como o Governador poderá ser defendido. Ele não acredita na mudança dos fazendeiros. “Como é que essa gente dona das terras está pagando lavrador direito? É contra a natureza.” (*Q*, 329) “Profissão de dono de terra vai ter sempre. Só acaba com o mundo.” (*Q*, 330)

Como uma possível resposta ao que fazer no caso dos fazendeiros quererem restaurar a situação anterior, em que eles eram a lei, Tropeiro fala no primo Leôncio e na tradição de sua família. Neste momento parece acontecer uma mudança de posições: é Nando quem tem algo a aprender sobre o modo como o mundo, no entendimento de Manuel, continua organizado em torno da violência. Primeiro conta uma história de vingança protagonizada pelo primo Leôncio. Depois dá um histórico geral da família.

Meu tio pai dêle, e o tio dêle, quer dizer meu pai, e meu avô e o avô dêle era gente desembestada, Seu Nando. Gente boa e temente de Deus, Seu Nando, disso não tinha dúvida não. Mas era gente jagunça, gente de a-cavalo. E quando tinha um torto a endireitar não adiantava botar a Polícia atrás deles não. Era gente de fazer o que tinha que fazer e sumir com a família inteira. A gente acabava botando a justiça de Deus nesta terra, a cavalo.

Embora não afirme isso diante de Nando, por enquanto não será necessário, visto que “a justiça de Deus” parece estar sendo alcançada sem necessidade de apelar à “gente de a-cavalo”, Manuel Tropeiro compartilha em plenitude das crenças e dos comportamentos do primo Leôncio e da família em geral. Desconfia muito do otimismo de Nando.

— E o senhor acha que os donos da terra vão mudar de profissão, Seu Nando? Seu Januário diz que a terra é de todo o mundo. Isto não tem dono de terra que concorde. Não tem mesmo. Eu posso aprender a ler tudo quanto é tijolo e enxada que Dona Francisca ensina mas isto não tem palavra que ensine não, Seu Nando. (*Q*, 332, para as duas citações.)

Depois de falar do seu caso sentimental, Raimunda, a quem ele não se decide a tirar definitivamente da prostituição para viver casada com ele, insiste na utilidade que pode ter o primo Leôncio.

Mas agora que ninguém está olhando muito não era boa hora da gente falar com gente feito o Primo Leôncio, o resto da minha família, os amigos da gente? Só pra ficar assim de sobreaviso, Seu Nando. Primo Leôncio não erra um tiro. Se o Governador precisar fazer uma guerra... (*Q*, 334)

Um ponto a assinalar na construção do herói positivo está nas qualificações que Manuel dá à sua gente, “boa e temente a Deus”, mesmo que “desembestada”, “jagunça”, “de a-cavalo”, capaz de botar “a justiça de Deus nesta terra”. Elas servirão para afastar do leitor a ideia de jagunços a serviço dos proprietários de terra, alugados para sustentar o poder deles. Mais adiante vamos ver como Manuel vai associar sua gente à ideia do cangaço, a serviço de si mesma, não de outros, da justiça e da vingança como eles próprios as entendem.

De qualquer modo, Manuel é quem tinha razão, a violência dos proprietários de terra, representada e incorporada pelos militares golpistas, foi a que prevaleceu, não o

convencimento pacífico e inevitável de que falava Nando. Quando os dois personagens voltam a se encontrar, isso está mais que patente. Nando, conduzido ao porão de torturas do coronel Ibiratinga, vê Manuel Tropeiro sendo descido do pau de arara e largado no chão. Mas ao sertanejo duro, *forte*, no qualificativo de Euclides da Cunha, não fizeram falar.

— Queriam que eu dissesse que a gente tinha armas vindas de Cuba e que Seu Januário mais o senhor treinava a gente com os fuzis. Para fazer guerrilha. Me maltrataram quando eu disse que se tivesse fuzil fazia guerra mesmo. [...] Eu disse para o major o que estou repetindo aqui, Seu Nando. Se tivesse alguma combinação da gente sair para o tiro e combinação que se eu contasse ia dar em prisão dos companheiros eu não abria a bôca. Mas jurei e jurei calmo que não tinha nada disso. Perda de tempo me pendurarem nesse poleiro e me meterem toalha molhada na cara, uai. (*Q*, 384)

Nando, ao sair da cadeia, como um serviço que pode prestar ao companheiro, vai procurar Raimunda na pensão de Pórcia e diz-lhe que espere por Manuel. “Manuel Tropeiro ainda estava prêso e não era homem de ter medo de prisão nem de luta. Nando não conhecia outro homem tão inteiriço e tão forte e socado em si mesmo. Mas no caso de Raimunda, de seu amor por Raimunda, Manuel era uma vacilação.” (*Q*, 407) O trecho, ao mesmo tempo em que reforça a imagem de herói positivo, expõe uma contradição do personagem, um desguarnecido flanco sentimental que acaba por humanizar, com uma fraqueza, aquele homem inteiriço. Embora Raimunda chegue a deixar a pensão de Pórcia para viver com o turco em Jaboatão, cansada de esperar por Manuel, os dois vão se reencontrar e se acertar, com pedido de casamento, anel e tudo, ou seja, a vacilação será superada, no jantar comemorativo dos dez anos da morte de Levindo. Naquela mesma noite, depois de resgatar Nando e levá-lo a lugar seguro, ele segue para o sertão com Raimunda. E ela se dá muito bem por lá, a crer no que Manuel disse a Nando quando ele, já recuperado, mas ainda sem saber se ia à guerra ou ia para Francisca, mostrou preocupação pelo ataque de tropa do Exército de que falara Djamil.

— Que o quê, seu Nando, aquilo lá do Salgueiro foi uma arruacinha de coisa nenhuma. Não deixou buraco na cartucheira de ninguém e olhe que a Raimunda por exemplo estava lambendo os beiços para queimar a virgindade do rifle dela. Tôda encourada que ela estava feito uma Maria Bonita. Quando a tropa chegou lá no sítiozinho do meu Tio Amâncio não encontrou nem fumaça no fogão da cozinha. (*Q*, 483)

A alusão a Raimunda “feito uma Maria Bonita” vai dissociando Manuel e os seus da ideia de jagunçada, vai aproximando-os da figura do cangaceiro, um bandido social, um

rebelde primitivo, no dizer de Hobsbawm⁴². Ao se despedir, ao fim daquela última visita, pois o próximo encontro será o da partida dos dois, no domingo de carnaval, Manuel mais uma vez contraria o otimismo de Nando, e fala de sua disposição para não cair outra vez na mão dos torturadores. A crença na justiça de Deus e no fato de que a divindade não há de punir um justo como ele é decorrente do misticismo que também faz parte de seu caráter.

Manuel tinha tirado o rifle duma das bruacas da sua montaria e passava óleo nêle, com uma flanela. / — Ninguém muda de profissão não, Seu Nando. Êsses Ibiratingas vão continuar com bôca de jacaré e pau de arara. O Tropeiro aqui êles não agarram mais não. Eu já disse até a Raimunda onde é que eu tenho uns cobres escondidos, se caso, como peço a Deus, ela ainda ficar na terra depois de mim. Dá até para ela abrir uma pensão. Pensão decente, como nem vale a pena esclarecer. / Manuel apoiou no chão a coronha do rifle, depois se curvou um pouco para encostar a garganta na bôca do cano. / — Primeiro eu destroço uma grosa dêles, depois vou conferir se gente suicidada entra ou não entra no céu. (Q, 485)

Já vimos como Manuel Tropeiro, de aluno, passa a mestre iniciador de Nando, investindo-o de armas e vestimenta para conduzi-lo à sua nova vida de guerreiro, como ambos se irmanam ao enfrentar e derrotar os inimigos que tentaram, depois de longa tocaia, apanhá-los numa armadilha. Pode-se dizer que é este o batismo de combate deles dois na luta clandestina, espécie de cangaço social, idealizado, de que pretendem participar. Uma última advertência a Nando, e a escolha de seu nome de guerra encerram a participação de Manuel Tropeiro no romance.

⁴² Em *Rebeldes primitivos*, o historiador britânico escreveu: “Os bandidos e os salteadores de estradas preocupam a polícia, mas deveriam, também, preocupar os historiadores sociais. Pois, num certo sentido, o banditismo é apenas uma forma primitiva de protesto social organizado, talvez o mais primitivo que conhecemos.” (Hobsbawm, 1970, p. 25) Tratando de bandidos sociais na Itália em períodos da primeira metade do século XIX, o historiador diz que eles “se consideravam os paladinos do povo contra os nobres e os ‘estrangeiros’. O Sul da Itália, durante êsses períodos, talvez tenha apresentado o que há de mais próximo a uma revolução de massa e a uma guerra de libertação conduzidas por bandidos sociais. (Não é por acaso que o termo ‘bandoleiro’ se tenha tornado a designação habitual com que os Governos estrangeiros descrevem o guerrilheiro revolucionário.)” (Hobsbawm, 1970, p. 35) Em outro estudo, *Bandidos*, os cangaceiros são mencionados no capítulo “Os vingadores”. Eis algumas considerações a respeito deles: “A moderação ao matar e agir com violência faz parte da imagem do bandido social. Não há razão para esperarmos que, como grupo, ajam de conformidade com os padrões morais que aceitam e que seu público deles espera, mais do que se espera do cidadão comum. Não obstante, à primeira vista causa estranheza encontrarmos bandidos que não só praticam o terror e a crueldade numa medida que não pode ser explicada como simples retaliação, mas cujo terror na verdade faz parte da sua imagem pública. São heróis, não *a despeito* do medo e do horror que inspiram suas ações, mas, de certa forma *por causa* delas. São menos desagregadores de ofensas do que vingadores e aplicadores da força; não são vistos como agentes de Justiça, e sim como homens que provam que até mesmo os fracos e pobres podem ser terríveis.” (Hobsbawm, 1976, p. 54, itálicos do autor.) E ainda: “Entre os cangaceiros do nordeste do Brasil havia aqueles que, como o famoso Antônio Silvino (1875-1944, ativo como líder em 1896-1914), são lembrados, principalmente por suas boas ações, e outros, como Rio Preto, que se tornaram conhecidos pela crueldade. Contudo, num sentido amplo, a ‘imagem’ do cangaceiro combina os dois tipos.” (Hobsbawm, 1976, p. 55)

— Com seu perdão, Seu Nando, a roupa preta não fêz o senhor padre. Êsse gibão de couro não vai fazer o senhor cangaceiro não. / Nando riu: / — Não se assuste, Manuel. Eu agora viro qualquer coisa. / — Eu vou perfilhar o nome de Adolfo para me esconder nêle, Seu Nando. Não tem um som de gente forte? Adolfo? / — Você é que é forte e que vai fazer a fôrça do nome. De qualquer nome. / — Sempre ouvi meu pai falar num tal de Adolfo Meia-Noite, cangaceiro importante — disse Manuel. (*Q*, 496)

Assim Manuel e Nando, aliás, Adolfo e Levindo, espécie de novos cangaceiros, dispostos a enfrentar com a violência revolucionária das armas a violência dos inimigos do mundo novo sonhado e destruído, terminam com uma disposição de heroísmo romântico e esperança otimista essa primeira incursão ficcional de Antônio Callado sobre a resistência à ditadura militar. Era, como o próprio autor definiu informalmente, o porre. Depois viria a ressaca.

BAR DON JUAN. JOÃO, POETAS MÍSTICOS E REVOLUÇÃO CONTINENTAL

João, assim mesmo, sem sobrenome ou codinome, antes do golpe militar conduzi-lo à resistência contra o regime e à luta armada pela revolução continental, estudava os poetas místicos espanhóis, escrevia sobre eles. Também era gerente do “*Bar Don Juan*, ou *Don Juan’s*”, localizado “na Rua General Urquiza, Leblon” e frequentado pela “roda boêmia”, o “pessoal de teatro e cinema,” a “esquerda festiva” (*BDJ*, 27). O bar era do velho Andrés, veterano da Guerra Civil Espanhola, inimigo de Franco e, segundo ele, também de Deus, que tirara a vitória aos republicanos para dá-la ao caudilho. Há, na ligação entre Andrés e João uma espécie de sucessão geracional de lutas da esquerda, uma evocação internacionalista. Admirador da pessoa e dos estudos do brasileiro sobre poesia mística da sua terra, o “velho Andrés batizara seu bar de *Don Juan* por causa do João” (*BDJ*, 34). Com ele, teórico materialista da poesia dos místicos espanhóis, Andrés discutia a existência de Deus, “na sala de seu apartamento” onde o espanhol “insistia em manter de cabeça para baixo um crucifixo”. Note-se que o repúdio de Andrés não é só à ditadura franquista, atinge os dois regimes ibéricos, igualmente autoritários.

“Há séculos Deus bate na Espanha”, dizia Andrés. “A Espanha dorme com Deus, é a sua barregã, e Portugal lava os lençóis. Como é que você ousa dizer que Deus não existe, João?” / “Não é bem assim, eu...” / “Está escrito no seu livro sobre a poesia espanhola que ‘San Juan de la Cruz plantou Deus no chão. Deus é o cedro que êle plantou e que ainda vive no jardim do convento de Granada. San Juan foi o primeiro místico marxista’. O que é que quer dizer essa embrulhada tôda?” / “Quer dizer que, transformando poesias

populares de amor em poesias do amor a Deus, San Juan foi um místico marxista, que pôs a religião com os pés na terra, o amor começando entre o homem e a mulher para depois virar amor a Deus. A religião, ao contrário dêsse seu crucifixo, ficou com as raízes na terra. Como o cedro de Granada.” / “Não entendo muito bem mas o que você quer dizer é que Deus não existe. Sou contra. A Espanha tem sido escudeira e rameira de quem, senão dêsse canalha?” (*BDJ*, 50)

Mariana, frequentadora do bar, e também parte do grupo revolucionário articulado à volta de seu gerente, contempla “a figura vigorosa” e lembra “o cabelo de João, de duros cachos”, quando ainda “não tinha fios brancos, como agora”, “suas mãos duras e finas” (*BDJ*, 34). Mansinho, também frequentador do bar e membro do grupo, “lembrava de João, pequeno mas forte de ombros” (*BDJ*, 35). Tudo isso dá aos leitores uma ideia do aspecto físico geral do personagem. No seu comportamento, embora João ainda beba uísque com vontade, parece que houve modificações.

— João agora vai ao porre — disse Murta. / — Vai mesmo — disse Mariana — conheço aquele jeito dêle beber. Daqui a pouco começa a bradar que o Cristo é o Vietcong, pôrra! / — Não, não mais — disse Mansinho. — Agora se controla. Não se compromete mais. (*BDJ*, 35)

O comportamento anterior era, ao que parece, de provocação inconsequente, não o de um revolucionário duro, dedicado, como ele pretende ser agora. João está, na abertura do romance, ao lado de Laurinha, sua mulher, relembrando, já em liberdade, na sala de seu apartamento, episódio de sua terceira prisão, a primeira dela.

Era a primeira vez que o prendiam na companhia de Laurinha mas sôzinho fôra preso antes duas vêzes, o que não lhe impedira de sentir de nôvo, prêso com ela, a mesma áspera alegria das ocasiões anteriores, a alegria de ser pôsto à prova. Não ia falar, não ia dizer nada, continuariam sem confirmação seus contatos com os cubanos. (*BDJ*, 4-5)

Essa “alegria de ser pôsto à prova” pela tortura é índice de estranheza neste personagem que parece estar construindo um personagem (o duro revolucionário) para ele mesmo interpretar. A poesia e o sonho revolucionário fazem de João um imaginativo. Cria figuras de linguagem de gosto duvidoso para o momento que os dois viveram.

Laurinha sem dúvida lhe contaria depois como se sentira em cada estágio dessa aventura esperada há algum tempo. Eram suas bodas com a revolução. Sim. João chegara a isto. Entrando na Polícia com Laurinha tinha formulado essa imagem meio tôla, que tomaria forma tão insólita. Bodas de Laurinha com a revolução. (*BDJ*, 5)

A imagem passa de tola a insólita no comentário crítico do narrador intruso (“Sim. João chegara a isto.”) porque as imaginadas bodas acabam consumadas diante de João, com Laurinha estuprada por um torturador. Estamos em 1966, a tortura ainda era limitada e,

junto com o assassinato ainda não eram política de Estado, e o torturador, no entendimento de João, tinha passado limites. “A ligação entre torturador e torturado é ao mesmo tempo totalmente violenta e totalmente impessoal, pensou João, mas no caso de Laurinha, não, não foi. O sujeito tinha ido além das suas ordens. Passado para o pessoal.” (*BDJ*, 4)

Apesar do motivo não exatamente político, aqui veremos a primeira ação de guerra clandestina: João procura, localiza, segue e descobre onde mora Salvador, o policial que violentara Laurinha. Planeja um justicamento. Diante da janela da sala do apartamento rés-do-chão num carro em baixa velocidade “a pontaria de Aniceto podia fácil e limpamente fazer o serviço”. Mas a sensibilidade de João, depois de acompanhar o policial e vê-lo em comportamentos corriqueiros, cotidianos, recebido por filho e mulher em sua casa, vai humanizando em demasia o inimigo, tira a força do sentimento de vingança. “Só que tinha de ser hoje, agora, antes que o monstro que torturava mulheres e se cevava nelas ficasse de todo incompreensível.” (*BDJ*, 10, vale para a anterior.) Ainda assim ele prossegue: vai com o pistoleiro Aniceto, um companheiro fiel, à procura de Salvador. Mas João muda de ideia. “Aniceto tirou a pistola do cinto, apontou. Ouviu a respiração opressa de João. / ‘Não atira não, Aniceto’ — e movimentou o carro devagar.” Sobre o instinto primitivo da vingança prevalece o personagem construído que deve, como ele dirá mais tarde, diante da “luta de verdade”, “manter pura a luta”, “não [...] desfigurar o combate” (*BDJ*, 131). João vai lembrar o episódio com Salvador quando estão prestes a atravessar o rio e entrar na Bolívia, para se juntar a Guevara. Aniceto pouco aprova a hesitação do seu mentor, considera tal disposição para não matar o inimigo e até para perder a guerra, preservando seus padrões éticos, um modo equivocadamente de começar a luta. Mas estamos nos adiantando.

Laurinha identifica a divisão, o degrau que há entre o cotidiano comum e a vida em que João quer entrar, sonha entrar, ou acredita já ter entrado, o estágio superior em que se move o personagem que ele criou para si mesmo, estágio a que ele chama “a História”. Ao acordar muito cedo depois de noite tumultuada no Bar Don Juan, com muito trabalho para o gerente, Laurinha lhe diz que descanse, durma mais um pouco.

— Não posso, não dá tempo. Tenho muito que fazer antes de sair do Rio. Agora é a vida, Laurinha, é a grande jogada, a História. / João nunca falou em História conversando comigo, na cama! — pensou Laurinha. História! A vida mora nas camas, nas salas de jantar. (*BDJ*, 49)

Os contatos com os cubanos de que o leitor fica sabendo e que João silenciou sob tortura, foram três no Brasil, todos em São Paulo, e um na Bolívia. Por eles podemos acompanhar o andamento do projeto de revolução continental. O primeiro havia sido com o misterioso “Adolfo Mena, um cubano da classe média, bem tratado, cabelos grisalhos, mas voltado para a guerrilha e para algo além da guerrilha”, num café e bilhar da avenida São João. O encontro é para convocar apoio brasileiro à guerrilha que o Che pretendia estabelecer.

Mena não sabia onde ia começar a guerrilha, mas era preciso que os brasileiros estivessem atentos em Mato Grosso, que dispusessem de um grupo capaz de dar apoio quando chegasse o momento. Sabia que havia lá um grupo armado, brizolista, que podia e devia transformar-se num foco. / “Lembre-se, essa é a grande cartada da vida do Che. Se ele tiver apoio no Brasil, na Argentina, no Paraguai, os americanos, queiram ou não, têm de abrir aqui as sucursais da Guerra do Vietnã. Imagina se o Brasil instala um foco, dois, se a guerrilha no Brasil cruza a fronteira, vai ao encontro do Che e...” (BDJ, 51, vale para a anterior.)

Ao fim da partida de bilhar que jogaram e do encontro, João expôs as dificuldades que antevia,

[...] falou no seu temor de que fôsse impossível organizar em tempo algum movimento importante no Brasil. Então olhou Mena e viu uma fuzilante mas benigna ironia em seus olhos. / “Nós nos conhecemos”, disse Mena, “em nosso Continente. Não é por gosto nem por lógica que o Che acredita no foco gerando a revolução. Por conhecer sua gente é que chegou à conclusão de que na América Latina o filho há de parir a mãe.” (BDJ, 52)

O segundo encontro foi meses depois, com Maldonado, disfarçado de pintor, no MASP. O cubano expôs a João o que se passava na Bolívia:

[...] umas trinta boinas pretas guerrilheiras da vanguarda de Miguel, da retaguarda de Joaquín, do centro do Che, já dizimadas por dentro e perdidas entre si, e apertando o cerco em torno delas milhares de soldados bolivianos [...]. / — Quase tão ruim quanto a apatia dos camponeses bolivianos é a impassibilidade dos países vizinhos. Dos revolucionários, quer dizer, porque Onganía, Stroessner, Costa e Silva estão atentos. (BDJ, 74).

João afirma estar partindo para Mato Grosso, quer saber se há algum brasileiro com o Che, e oferece o que não tem certeza de poder cumprir.

— Temos em Mato Grosso o grupo do ex-sargento Joelmir, aguardando ordens de Montevideú. Ele pode criar um foco em território brasileiro enquanto outro grupo nosso atravessa a fronteira e junta-se ao Che na Bolívia. / Que certeza tinha ele do que dizia? Que certeza tinha sequer de encontrar Joelmir? Podia ver que Maldonado se animara com a menção da guerrilha de Joelmir em Mato Grosso. / — Algo assim nos prometeram — disse Maldonado. / — Bem — disse João — ainda que isto malogre eu estou disposto a atravessar a fronteira e... / [...] / — O risco é imenso e o resultado muito duvidoso. (BDJ, 74-75)

O terceiro encontro, logo após Maldonado, é com Eustáquio, guerrilheiro do grupo de Che. Ferido, teria voltado a Cuba para se recuperar e voltado pelo Brasil, tratando ainda de transporte de armas. É uma passagem em que a ficção prepondera sobre o histórico. A guerrilha do Che, no tempo que durou, não teve oportunidades de mandar feridos a Cuba e, muito menos, tê-los de volta às matas bolivianas com qualquer espécie de reforço material. Neste encontro João terá mais detalhes sobre o que se está passando na Bolívia. Quando Eustáquio lamenta a morte de um companheiro, despenhado numa corredeiras, a empatia é total. “João tinha entendido tão bem o que Eustáquio sentia que não teve ânimo de consolá-lo.” Também fica sabendo das diferenças entre o PC boliviano e a guerrilha. Como Guevara não entregou o comando aos comunistas, estes lhe negaram apoio. A sensibilidade imaginativa do brasileiro continuava trabalhando. “João viu a guerrilha buscando seu caminho no sertão bruto e desconhecido como uma primeira idéia articulada esgueirando-se entre as cóleras e mêdos duma cabeça de selvagem.” (*BDJ*, 76, vale para a anterior.) Nova promessa é feita a Eustáquio: a criação de um foco em Mato Grosso, ou a travessia para a Bolívia, para reforçar os revolucionários cercados.

Para cumpri-la, o grupo se desloca para Corumbá, Mato Grosso. Na viagem de trem, em mais um exercício imaginativo, “João via alternar-se diante dos olhos [...] as imagens de Salvador, policial, torturador [...], e de Joelmir, ex-sargento do Exército, cassado e expulso das fileiras.” (*BDJ*, 97) Procurava enquadrar, aleatoriamente, “por alguma parecença”, a todos que via, “entre Salvadores e Joelmires” (*BDJ*, 98). João desce do trem antes dos outros, sozinho, em Miranda. Apesar do sucesso em localizar Joelmir, num sítio nos arredores da cidade, João vê sua expedição guerrilheira acumular reveses. Joelmir, depois de esperar pela ordem de combate, ordem que não veio, em Mato Grosso conheceu Valdelize, casaram, em breve será pai. Mas disse a João que ainda tem as armas que ficaram sob sua guarda e que elas estão em bom estado e tem como fazê-las chegar a Corumbá, pelo rio. No trem, João já não viu uma alternância entre rostos de Salvadores e Joelmires, só “via a cara de Salvador, via Salvador inteiro” (*BDJ*, 102) na paisagem.

Ao se reunirem no sítio de Gil, que João acreditava pudesse servir como base para o grupo, nova decepção o espera. O projeto em que João está disposto a jogar a própria vida é reduzido, pelo anfitrião, a uma possível “vontade de dar tiro”.

— Eu prefiro — disse Gil — deixar claro uma coisa. Se vocês se convencerem da inutilidade de uma revolução sem preparo e sem chances de ganhar, podemos fazer várias coisas, inclusive alguma caçada de onça, que alivia a vontade de dar tiro. Se continua em vigor sei lá que plano de sublevar o Continente com meia dúzia de gatos pingados, eu pediria a vocês que ficassem em minha casa o mínimo possível de tempo. Se ficarem aqui muito tempo, me comprometem. (BDJ, 121)

Ao falar das notas que tomou sobre as tentativas de revolução brasileira que, segundo ele, o grupo também não ia fazer, Gil dá ideia sobre o que pensa de João, ao lhe entregar algumas folhas de papel.

Para João há de tudo, do cristianismo marxista dos santos espanhóis que, segundo êle, foram buscar o canto dos esposais da alma com Deus na cama do povo, até a história do Partido Comunista, [...] do brilhante Prestes dos inícios ao morigerado pai de família em que êle se transformou, e até a rebelião de Marighela, contra Prestes. (BDJ, 122)

Os dois chegam a sustentar um pequeno duelo verbal. Quando Murta pergunta se a história da “onça que se domestica a si própria ao ponto de ajudar o fazendeiro a encontrar o boi fujão”, que Gil está escrevendo, “é símbolo de alguma coisa” (BDJ, 123), inicia-se o duelo.

— Talvez — disse Gil — mas menos hermético do que o símbolo de João, de que a revolução brasileira existe mas ainda lhe falta o inimigo. / — Gil! — disse João ofendido — não foi isso que eu falei. / Gil ri: / — Bom, não foi bem isso, mas foi por aí. Você chegou a garantir que se todos os americanos que nos ocupam ficassem fardados de repente a revolução estourava. Isto você disse, não disse? / — Ora, Gil — disse João — um detalhe, uma expressão de desespero contra o inimigo sofisticado e competente. Agora temos a revolução em marcha na Bolívia, ali, do outro lado do rio Paraguai. Se você não quer agir, não aja, mas não adote também êsse tom de Moisés cansado de vagar pelo mundo com seu povo. Se não quer correr os riscos da ação, perfeito. (BDJ, 123-124)

O resultado de tudo isso é, no dia seguinte, dia em que as armas deveriam chegar a Corumbá, João estar de “humor sombrio”, “desalentado”. Antes de Gil, mais gente do grupo havia comunicado a decisão de não seguir para a Bolívia. Mansinho dissera:

— Não adianta, João. Esta guerrilha michou. Basta ouvir o rádio boliviano para ver que ela não escapa. Já tem mais americanos lá do que no Texas. Vamos continuar preparando a revolução no Brasil. Temos de juntar dinheiro. De assaltar bancos. / Murta estava de acôrdo. (BDJ, 130, vale para as anteriores.)

Mas se os que se dispuseram “a correr os riscos da ação” estavam dando para trás, desistindo, o ânimo de João se recupera com a fidelidade de Aniceto e ao saber que um dos que havia desistido, voltara atrás. Quem chega, na lancha *Faceira*, trazendo as armas prometidas, é o próprio Joelmir. Do ânimo, João passa ao entusiasmo (que,

etimologicamente, não nos esqueçamos, tem o sentido de *estar possuído pela divindade, ter um deus dentro*) expresso nos versos que Geraldino o vê reproduzindo de memória numa folha de papel.

— É o mais belo soneto da língua espanhola. O amor a Deus a despeito da inexistência de Deus: // *Que aunque no hubiera cielo yo te amara / y aunque no hubiera infierno te temiera.* // A Espanha declara sua paixão pelo Nada. Não me diga que os versos não são lindos, Geraldino. A Espanha desenrolando fervorosas galerias para que desfile o Nada: “*aunque lo que espero no esperara, lo mismo te quiero te quisiera*”. (BDJ, 136)

O entusiasmo é tanto que, contra os receios e cuidados de Geraldino pedindo pressa, temeroso de que sejam apanhados antes de chegar à Bolívia para “apodrecer depois num cárcere de Corumbá, enquanto o Continente pega fogo na revolução”, ele responde com a teoria da revolução desorganizada.

— Não é isso não, Geraldino, é que nossa organização é de outro tipo. Nós não sabemos pensar consecutivamente. Não conseguimos produzir um feixe de pensamento que analisa. Nossa barreira de vísceras e de sangue é densa demais. A gente pensa com o corpo inteiro, dentro do problema. Eu sei que isso nos torna cômicos para a outra família humana, a família dos que ganham a guerra, mas é assim que somos. (BDJ, 137, vale para a anterior.)

A fala de João, embora talvez não seja exatamente isso que ele quer dizer, mas é o que ele diz, termina concordando com as avaliações de Gil, de Mansinho, de Murta, e dando razão aos cuidados de Geraldino. Se João acha que eles não são da “família dos que ganham a guerra”, isso vai, sem dúvida, colocá-los na família *dos que perdem a guerra*. Ele parece tomado de maneira completa pelo personagem que criou para si.

O quarto contato com um cubano, Ponce, acontece numa birosca, em Puerto Suárez, de acordo com as instruções recebidas no primeiro encontro, no bar e bilhar da avenida São João.

— Você vem em nome de quem? / — De Mena, Adolfo Mena, estive com êle em São Paulo. [...] / — Isto já tem muitos meses, não? / — Quase um ano. / — Há quase um ano eu aguardo notícias aqui dos brasileiros. [...] Quando o Comandante passou por aqui, naquela ocasião, tinha muita esperança no Brasil. Tanto quanto na Argentina. / — O Comandante esteve aqui? / — Nesta mesa em que estamos sentados. Exatamente depois de passar por São Paulo.

João fica sabendo que já estivera pessoalmente com Che Guevara, disfarçado de Adolfo Mena, lembra “o jogo preciso [...] no bilhar de São Paulo, sua ironia, as mãos capazes e sensíveis”.

— Naquele tempo — continuou Ponce — as esperanças dêle eram grandes. / — Caparaó foi descoberto, os outros núcleos de Minas desbaratados, mas

salva-se ainda alguma coisa em Mato Grosso. / — Dá para uma ação imediata? / — No Brasil, não — disse João — mas podemos nos reunir ao Comandante na Bolívia. / Ponce meneou a cabeça, cheio de dúvida, como Maldonado, e João pensou com horror na hipótese de regressar ao Rio, de discutir a situação no Bar Don Juan, de voltar, provavelmente, a vigiar uma janela do Estácio. (BDJ, 141, vale para as anteriores.)

Contagiado, em alguma medida, pelo entusiasmo de João, Ponce dá-lhe as indicações de como poderá chegar até onde está o grupo de Che Guevara.

— Amigo brasileiro — disse Ponce ao terminar — você me parece disposto a tentar mas fique sabendo que vai tentar uma loucura que pode terminar num cárcere boliviano e que provavelmente termina é com sua morte. Mas se quer vai. / — Quero — disse João. — Algum brasileiro há de chegar à Bolívia. / [...] / — Adiante, vá! Já estou achando que os brasileiros vão mudar a sorte da guerrilha. E não se diga que um cubano como eu vai desaconselhar alguém a fazer alguma loucura, merda!

Ao fim da conversa o imaginativo João já sentia “um cheiro de mato e de pólvora. Via-se perto do Comandante, agora que a figura do Mena fundira-se à sua. Via o encontro dos dois na selva boliviana com a certeza simples dos visionários” (BDJ, 142, vale para a anterior).

Ao regressarem a Corumbá, a situação mudou completamente. Morreu Mansinho numa tentativa de assalto, Murta está em fuga, Polícia, Exército e Marinha estão em alerta máximo, à caça do *perigoso terrorista*. Joelmir recebeu Laurinha, que tinha abandonado o hotel, a bordo da *Faceira*. Gil foi embora com Mariana. Geraldino, Aniceto e João também se abrigam na lancha, vão tentar a travessia assim que escureça. Preparam-se. “Joelmir desprende um dos fuzis do seu invólucro de peles e passou-o a João. Entregou outro a Aniceto, outro a Geraldino e empunhou o seu. Laurinha estendeu a mão para receber também um fuzil.” (BDJ, 154) Joelmir desce ao cais, ouve boatos sobre a morte do *terrorista*, metralhado dentro do rio. Anoitece. Murta ainda está vivo, tenta avisar disso aos outros batendo no casco quando a lancha já está no meio do rio. Eles ouvem, mas os ocupantes das lanchas da Polícia e da Marinha ouvem também.

— Murta sabia que nosso barco era a *Faceira*, não? — disse Laurinha. / João, fuzil nas mãos, assentiu com a cabeça. / — Vocês acham... — ia dizendo Geraldino. / — Bem capaz de ser ele — disse Aniceto. / — Psiu! — disse João, que se levantou. / — Espera — disse Laurinha. / — Vou subir um instante — disse João. / — Não — disse Laurinha. — Espera que o barco chegue do outro lado. / O holofote iluminou em cheio a *Faceira*, por cima, pelas escotilhas. Às batidas agora juntou-se um berro do Murta seguido pela metralha, balas assobiando dentro d'água e mordendo a madeira do barco. / Ouvia-se perto a lancha da Polícia quando João se precipitou para o tombadilho, buscando o Murta. Foi João quem caiu primeiro, varado de balas. (BDJ, 155)

Assim termina a guerra para João, de fuzil em punho, mas atingido antes de disparar um único tiro. Morreu como um valente, não precisaria voltar ao Bar Don Juan, tinha afirmado a coerência do personagem que para si criara, o revolucionário duro, capaz de ir até o fim por suas ideias, e também em acordo com o que ele mesmo definira como sua família humana, não a dos que “ganham”, mas a dos que perdem a guerra, os que são destruídos, mas não são derrotados, para lembrar uma frase famosa de Hemingway. Veremos, no perfil de outros personagens, como João sobrevive à sua morte, virando símbolo de luta, entrando no estágio superior da vida que ele almejava, “a História”.

BAR DON JUAN. MANSINHO, JORNALISTA, MULHERENGO, EXPROPRIADOR

Jornalista de profissão, de origem “paraense, cabelo preto e escorrido de índio, franzino, cara fechada” (*BDJ*, 32), Amâncio Pereira, mais conhecido como Mansinho, na primeira cena em que aparece, descobre-se onde não queria: no apartamento de Mariana, para ali levado por ela depois de porre no Bar Don Juan. Imagina-se “num contexto de dramalhão, levantando-se da cama, a nudez oculta pelo lençol, escancarando a janela para bradar patético a Mariana: ‘Abusaste de mim!’” (*BDJ*, 10). A rigor, quem poderia erguer semelhante brado era a própria Mariana, a quem Mansinho roubou de Gil. “Tinha desejado Mariana, sem dúvida, mas tinha sobretudo agido magicamente ao furtá-la de Gil Setúbal: na obscura esperança de participar, pelas entranhas de Mariana, do gênio de Gil.” (*BDJ*, 88) Era mais inveja, menos um interesse durável por Mariana. Interesse durável era o que ele não conseguia sentir pelas mulheres. Essa é uma de suas características. Se pensarmos nos versos “Uma cidadela após outra cidadela / êle as abandonava depois de as conquistar, / como ao amante importa a amada por amar” (Sant’Anna, p. 47), presentes no “Poema del mio Che”, de Affonso Romano de Sant’Anna, veremos que também Mansinho, se trocamos *cidadela* por *mulher*, comportava-se dessa maneira. Além de Mariana, o personagem se interessará (e vai começar a se desinteressar) por Karin, a sueca, além de se envolver com Dora, frequentadora do bar, e vai lançar olhos para uma corumbaense (“o homem magro e baço, de cara triste, em quem a moça sentia que causava uma paixão desesperada”, *BDJ*, 128) enquanto instrui estudantes locais sobre atividades de expropriação. Estas são as mulheres explicitadas no livro, mas podemos imaginar Mansinho atirando-se a mais cidadelas. Há menções fugazes a outras mulheres ao longo do romance. Aniceto “tinha suas prevenções com Mansinho. Provavelmente por causa

daquele jeito dêle de desperdiçar mulheres” (*BDJ*, 61). Nem Adelaide, mãe dele, aprova tal comportamento. Quando foi com Karin à casa da família, no Rio Comprido, a mãe mostrou-se pouco satisfeita.

Dona Adelaide não se deixou derreter porque, quando ia cedendo aos encantos exóticos de Karin, lembrava as olheiras de Mariana, tão dedicada a Mansinho e tão jogada fora. Karin, aliás, teria feito bem em localizar, nos doces olhos castanhos de Adelaide, uma espécie de preocupação por aquela moça que devia ter mãe em algum lugar e que corria tão grandes riscos na companhia de seu filho. (*BDJ*, 57)

Murta não esconde sua opinião sobre o comportamento predatório de Mansinho nem para Mariana. “— Um dos teus encantos é exhibir com tanto descaro tua lamentável paixão por êsse calhorda. / — E um dos teus é dizer exatamente o que te passa pela cuca. / — Você acha que êsse amor pelo pulha é eterno?” (*BDJ*, 32) Pulha, a mesma palavra que Gil usa para se referir a Mansinho quando Mariana vai ao encontro dele no sítio em Corumbá. “Passou sua loucura por aquê pulha, Mariana?” Mas ao contrário de Murta, que não tem problemas em conviver com Mansinho, a ponto de colaborar com ele nas atividades clandestinas, Gil tem de fato ódio (motivado) pelo rival. “Eu podia matar o farsante e...” (*BDJ*, 113, vale para a anterior.) O que Mansinho sente pelas *ciudades caídas* fica explicitado no texto, num momento em que ele percebe que começa a se sentir assim em relação à sueca: “aquê principio de enjôo que sempre lhe davam as mulheres quando passavam do porre da posse e da boa cegueira física inicial para uma fixação de sentimentos. Domesticadas e ciscando o chão até as garças viram galinhas” (*BDJ*, 59). Para seguir nas metáforas aviárias, temos de lembrar também como Mariana via “as mãos miúdas e escuras de Mansinho, feias e misteriosas como as garras de milhafre. [...] Cravam-se e não saem mais. O jeito era ficar perto, pois arrancar-se de tais unhas era o dilaceramento. Milhafre, só morrendo” (*BDJ*, 34).

Estes primeiros traços do perfil de Mansinho não fazem dele um personagem muito simpático. Mas o jornalista não é só um femeeiro, um porco chauvinista, habituado a fazer das mulheres objetos sexuais, como diriam as militantes vanguardas feministas da época. Faz parte do grupo de João e escolheu tarefa bastante específica, prover de fundos a atividade revolucionária. Observemos que a função é reconhecida e estudada por historiadores. Hobsbawm dedica ao assunto todo um capítulo de seu *Bandidos*, capítulo denominado “Os expropriadores”. Depois de mencionar razões de caráter ideológico ou resultantes da imaturidade de revolucionários, menciona outros motivos, que parecem mais de acordo com os de Mansinho e do grupo.

[...] as razões podem ser técnicas, como em movimentos guerrilheiros obrigados a seguir táticas substancialmente semelhantes às dos bandidos sociais, ou nas fronteiras de capa-e-espada de movimentos revolucionários clandestinos em que operam contrabandistas, terroristas, falsários, espiões e "expropriadores". Neste capítulo estudaremos basicamente a "expropriação", a denominação tradicional e eufemística para os assaltos destinados a fornecer fundos aos revolucionários. (Hobsbawm, 1976, p. 109-110)

Mansinho reconhece, em discurso indireto livre, que os dois interesses, mulheres e assaltos, estão misturados, não necessariamente na causa coletiva, mas na sua busca de satisfação pessoal, individual.

Acontecia a Mansinho ficar agora em êxtase diante de um Banco como outrora só ficava diante de uma mulher. Eram os templos do invasor, gostava de racionalizar, e jamais esqueceria sua primeira experiência de assalto, na pequena agência de um Banco na Piedade: seu coração batendo forte, seu dedo no gatilho do revólver, a docilidade com que os funcionários entraram no banheiro. [...] Mansinho sabia que a chefia revolucionária estabelecera um prazo limitado para as *expropriações*, mas esperava levar ainda a cabo seu grande assalto [...]. [...] E pensar que iniciara sua carreira de salteador num desespero pessoal que seu consumo seletivo e intensivo de mulheres não consolava mais! [...] Só lhe restava a revolução, os bancos a assaltar, a vocação descoberta através de tão tortas linhas. [...] Renunciava à possível glória da revolução latino-americana. Salteador de Banco. Operário da ação direta. (BDJ, 88-89)

Foi Mansinho quem arregimentou Murta para a ação direta. Recrutou-o, no Bar Don Juan, usando, entre outros, argumento de personagem histórico nosso conhecido.

— Eu um dia, como jornalista, conversei com o Comandante Galvão, quando êle esteve no Brasil depois de apresar em alto-mar o navio *Santa Maria*, você se lembra? Pois o português me disse: “Se me arranjam dez mil dólares, tomo Portugal”. Não acreditei na cifra e é claro que só os dólares não fazem a revolução. Mas a gente padece de um excesso de idéias e de uma escassez de dólares, isto é, da base para realizar a propaganda, a educação revolucionária. João, por exemplo, tem um ímpeto de líder e a consciência do que estou dizendo, mas às vezes mal arranja dinheiro para ir conspirar em São Paulo. Assim não vai, Murta. A receita ainda é a de tirar de quem tem para dar a quem não tem.

Depois de dizer que já deu mais de dez mil dólares à revolução, faz a proposta.

— Quer guiar um carro para mim amanhã? Talvez a gente recolha, em três minutos, a soma de que precisava Galvão para tomar Portugal. / — Mas o que é que eu tenho de fazer? / — Guiar num fusca chapa fria eu e mais dois companheiros. Num outro carro vão outros dois. / — E onde é? / — Banco Andrade Arnaud, ali na Rua Visconde da Gávea, perto da Central.

Murta nota a transformação no outro. “Era um nôvo Mansinho que falava, frio, olhos duros, gestos exatos.” (BDJ, 70, vale para as anteriores.) Mas, mesmo sendo novo, esse Mansinho ainda padecia de desorganização e de pouco compromisso. Numa das

passagens indicativas disso, depois de prometer providenciar local para reunião do grupo fora do alcance de ouvidos indiscretos, chega ao bar e diz a João:

— Não arranji a chave. / João escondeu a cara nas mãos. Depois olhou Mansinho. / — Por que é que não avisou, rapaz? Isto esculhamba tudo. / — Ué, a mulher dona do apartamento voltou da viagem. / — Fala sério — disse João. / — Ora essa. Estou falando sério — disse Mansinho. — O negócio era ideal, mas a mulher voltou. A sueca. (*BDJ*, 32)

Em outro momento, quando devia acompanhar João a contato com os cubanos, em São Paulo, telefona na última hora dizendo não poder ir. João faz uma avaliação do descompromisso de Mansinho para a mulher.

Laurinha ouviu a voz irritada de João a princípio, e depois a conformada voz de João. / — Era o Mansinho — disse João. — Vinha encontrar comigo mas não pode. / — Por quê? / — Ah, sei lá. Ele está levando a sério o ofício de provedor de fundos, mas também se acha no direito de desmarcar qualquer coisa. Disse que tem um encontro importante. (*BDJ*, 52)

O narrador esclarece que encontro importante era esse. “Mansinho tinha mentido a João. Karin, que regressara na véspera, acordara-o pelo telefone, de manhã.” (*BDJ*, 53)

A audácia demonstrada é capaz de renovar o fascínio de Mansinho sobre Mariana, balançando-a emocionalmente com “sua sedutora metamorfose de assaltador de bancos” (*BDJ*, 82) às vésperas do reencontro com Gil. Ela descobre, em visita aos pais dele, por acaso, examinando as pinturas de Jacinto, o irmão mais novo, uma valise cheia de dinheiro. “— De onde é que vem essa dinheirama tôda? / — Essa [...] vem do tal de Andrade Arnaud. Ainda não foi encaminhada. / Mariana sentiu uma fraqueza nas pernas. Então, quando falava em assaltos Mansinho estava realmente assaltando.” (*BDJ*, 81) Antes dessa descoberta a imagem de Mansinho não estava em bom estado para a apaixonada Mariana, resultado, talvez, da paixão amargurada.

Mansinho vivia a querer provar alguma coisa, afirmar-se de algum modo. Sua preocupação atual residia em demonstrar que era o único revolucionário de verdade do grupo inteiro. Continuava no seu jornal burguês [...] e inventara uma reportagem a fazer no Pantanal [...] para poder fazer a revolução e voltar ao emprego de redator e cronista. Mas quem o ouvisse falar! Era o tal. Era um senhor Lênin, só que refocilando em dez Krupskaias de cada vez. Mariana deteve aquele enxurro de ressentimento. (*BDJ*, 80)

Chegando em casa com outra maleta, depois de um último assalto antes de seguir para Corumbá, Mansinho mostra bom humor no comentário que faz ao irmão, a quem pede que guarde o dinheiro. “Os bancos são grandes instituições. Fizeram a acumulação primitiva de capital para a gente.” (*BDJ*, 82)

O fascínio da revolução em que Mansinho está implicado também atrai Karin, e a faz tomar decisão inesperada. Às vésperas da partida para Mato Grosso, ela vai atrás dele na redação do jornal. É a única cena do romance em que Mansinho está em seu local de trabalho. Depois de dizer que quer participar da revolução no Brasil e que ele precisa ajudá-la, ouve um comentário sarcástico. “— O que é que você quer? Um fuzil M-16? / — Eu quero ser aceita por vocês.” (BDJ, 91) Karin, com sua visão de fora do grupo, depois de muito pensar naquela gente “doida [...] com sua vida pessoal intensa, à espera de não sabem que vida coletiva que justifique a preciosa perda de si mesmos” (BDJ, 85), em contraste com o seu país, que ela considera “um jardim de infância de velhos” (BDJ, 90), ali no jornal, diante dos presentes, de fato surpreende Mansinho, e provoca nele reação inesperada até para os outros jornalistas, quando declara:

— Eu vou me naturalizar brasileira. / Os colegas de redação não se lembravam de nenhum Mansinho tão severo e autoritário quanto aquele que se levantou diante de Karin com um ar de chefe selvagem admoestando o sol:
/ — Escuta aqui, Karin, se você fizer uma besteira dessas eu nunca mais falo com você. (BDJ, 91)

Parece que, na opinião de Mansinho, tornar-se brasileiro voluntariamente, sem ter sido a isso obrigado pelo fatal nascimento, era a pior decisão que alguém poderia tomar.

Poderíamos, ao se aproximar seu último ato, associar Mansinho ao herói trágico e lembrar duas palavras do universo da tragédia. A primeira delas é *hamartia*, “o erro de julgamento e a ignorância [que] provocam a catástrofe” (Pavis, p. 191), a outra é *hybris*, termo grego “para ‘orgulho ou arrogância funesta’” (Pavis, p. 197). Em Corumbá, ao se desligar do projeto de travessia para a Bolívia, ainda sustentado por João, e ao decidir “continuar preparando a revolução no Brasil” (BDJ, 130) com assaltos a bancos, Mansinho vai mostrar *orgulho ou arrogância funesta* e vai cometer *o erro de julgamento que desencadeará a catástrofe*, levando alguns do grupo à morte, outros à prisão e à fuga.

Mansinho e Murta, constituídos em grupo de ação tática que não se subordinava a ninguém, procuravam iniciar estudantes mato-grossenses nas atividades expropriatórias. Reunidos numa mesa de restaurante contemplavam “extasiados [...] a paisagem do outro lado da rua” (BDJ, 128), constituída de mais de uma instituição bancária. A excitação da aventura e a excitação erótica continuavam associadas em Mansinho.

A penca era tão sedutora, na sua ponta de rua perto do rio, e o esquema anfíbio de fuga — fusca, abandono do fusca na garagem beira-rio, lancha para

a margem boliviana, trem de volta a Corumbá e a São Paulo — tão perfeito, tão feminino na sua doce mescla do sensacional com o recatado, que Mansinho mal evitava uma tumescência amorosa ao conferi-lo mais uma vez, como se houvesse fêmea no meio [...]. Resolveu-se afinal pelo mais sensato, que era o assalto a um só banco, mas que serviria de exercício e batismo de fogo para os corumbaenses: haveria tempo para os demais bancos da rua e muitos outros. Com a sua autoridade de especialista vindo do Rio, Mansinho consolou-os: / — Vocês terão tempo de sobra. Uma das coisas que acontecem quando a gente começa a fazer finanças para a revolução é que pela primeira vez se adquire consciência do número de bancos que existem no Brasil. É como quando se descobre, meninote, o número de mulheres que há no mundo. Primeiro vem o desânimo, a melancolia. Depois a determinação cega de dar em cima de tôdas, que leva ao desperdício, à confusão. No caso dos bancos leva em geral à prisão. Raia depois a era tecnológica, a do máximo aproveitamento das melhores chances com um mínimo de esforço. Vamos começar pelo Mercantilzinho, que tem boa pinta. / Aos rapazes que o escutavam com atenção, Mansinho abriu então, depois de pagar a conta, o grande panorama vindouro: / — Depois vocês serão os garimpeiros da revolução. Vão extrair ouro da rêde bancária do Planalto inteiro. (BDJ, 129-130)

O discurso de Mansinho mostra bem a confiança cega, o orgulho, a arrogância funesta de que está imbuído o personagem. Considera como consequência máxima de um revés, a prisão. Chega a imaginar o clima bucólico, quase idílico, em que se daria o assalto, em visita prévia e avaliadora à agência escolhida.

O caixa, a quem êle se dirigira, tinha cabelos brancos e usava pala verde sôbre os olhos, o que lhe dava um glauco toque submarino à expressão benigna. Perto dêle, a funcionária que entregava fichas aos clientes enquanto o cheque se processava era gorda, grisalha também, tão maternal que fez Mansinho pensar em dona Adelaide. Mansinho se divertiu discretamente imaginando a velha a chamá-lo, depois do assalto, se êle tivesse deixado de vasculhar alguma gaveta com maços das Santos Dumont atadas com elástico: “Você está deixando mil novos aqui, meu filho. Não é muito mas pode fazer falta.” (BDJ, 129)

Mas a realidade contraria o devaneio, conforme a ação testemunhada ironicamente pelo próprio Gil, o rival de Mansinho.

Gil se voltou e viu os dois homens armados de pistolas, lenços amarrados na cara. Um deles, magro, imóvel, impassível, cobria todo o recinto com o revólver, enquanto o outro ia à porta do banheiro e retirava a chave da fechadura. O magro então se adiantou, levantou firme a tábua do balcão, indicando o caminho por onde deviam passar os funcionários e clientes: / — Todos ao banheiro, por aqui. Você, seu caixa, abra primeiro o cofre-forte. / A voz fez Gil estremecer. Pela porta aberta do banco Gil viu um fusca do lado de fora. Ao volante, Murta. [...] Mansinho vigiava a ordeira operação dos cinco funcionários tomando o rumo do banheiro atrás da cliente [...]. Gil se levantou para ir também para o banheiro, enquanto o caixa escancarava o cofre.

E então se dá a *hamartia*, o erro que desencadeia a catástrofe.

Foi quando Mansinho tirou um segundo os olhos do caixa da pala verde para sussurrar a Gil: / — Desculpe o mau jeito, companheiro, mas é melhor você

entrar para não ficar sus... / Não chegou a dizer suspeito porque o caixa retirou do cofre um revólver e disparou na direção de Mansinho esticando o braço de qualquer jeito, num movimento brusco, como quem nunca deu tiro na vida. A bala se alojou em cheio no pescoço de Mansinho. (BDJ, 148, vale para a anterior.)

O episódio termina com uma imagem grotesca da involuntária vitória de Gil sobre o rival. “Gil resolveu se esgueirar dali. Teve de passar por cima do corpo de Mansinho e muitas vezes, no futuro, evocaria com certo vexame a incontrolável satisfação com que viu a poça enorme de sangue e os olhos já meio vidrados de Mansinho.” (BDJ, 148-149) Aquele excesso, fazer um assalto desnecessário, comprometer a segurança de todo grupo, e aquela primeira morte são o início da cadeia de acontecimentos que culminará com as mortes na *Faceira*. Murta também é vítima, em alguma medida, do orgulho e da confiança desmedida de Mansinho. Com certeza ele não tem caráter de herói positivo, embora não se possa dizer também que seja um vilão. É apenas um personagem construído e movendo-se em torno de contradições muito humanas. Talvez seus coevos, se examinassem o caso, viessem a classificá-lo como um caso de voluntarismo individualista. Isso se não acrescentassem os componentes psicanalíticos de afirmação e incapacidade de fixação sentimental.

Para epitáfio do personagem podia servir uma frase atribuída a Che Guevara e lembrada por Elio Gaspari num comentário sobre a prática de expropriação pela guerrilha urbana brasileira.

No Brasil quase todas as organizações envolvidas em assaltos separavam um pedaço dos butins para comprar fazendas que seriam usadas como bases para a guerrilha rural. Fazia-se de conta que roubar bancos era parte da tradição revolucionária. Afinal, o próprio Che assaltara um em 1958. Desprezou-se a diferença entre uma guerrilha que produz assaltos e assaltos para produzir guerrilha. Ela fora percebida por Guevara, quando aconselhou um combatente argentino a descartar esse caminho enquanto não controlasse áreas rurais: “Se você começa roubando bancos, acaba virando assaltante de bancos”. (Gaspari, 2002a, p. 348)

Fica a questão: Mansinho morreu como revolucionário ou como assaltante de bancos?

BAR DON JUAN. GERALDINO, PADRE ICONOCLASTA FUGINDO DE DEUS

Geraldino, como Nando, foi padre no nordeste, não em Pernambuco, mas em Alagoas, na paróquia de São José da Laje (ou das Lajes), abandonou o sacerdócio, juntou-se ao projeto de luta armada. Ao contrário do que acontece com Nando, os leitores acompanharão sua trajetória pessoal após esse passo. Seu passado e seu presente

são postos em contraste logo na primeira cena em que ele surge, indo a uma igreja de São José, no Rio, para apanhar um envelope com o cubano Eustáquio. A coincidência do santo causou-lhe um “enjôo físico” que não “era apenas o cheiro da vela, de flor, de beata e sim o cheiro barato de milagre”.

O passado era “o padroeiro da igreja alagoana, um subdesenvolvido santinho de massa, de um metro e sessenta de altura”, o presente era “um santarrão imenso, barbudo como um guerrilheiro, mãos enormes segurando o Menino, manto marrom e túnica azul envolvendo um corpo de atleta madurão, bem capaz de cuidar de mulher nova”. Diante da imagem do santo na igreja do Rio, Geraldino interrogava-se.

Que tinha S. José a ver com a revolução para levar o ex-pároco de S. José da Laje a recolher um recado de cubanos no segundo lugar da terceira fila de genuflexórios da sua igreja no Rio? Geraldino recusava com ira a coincidência, que parecia representar uma adesão do santo à causa e que um dia, vitoriosa a causa, poderia enxertar nas hagiografias josefinas o auxílio concedido.

O ex-sacerdote chegou a pensar em fazer com aquela imagem o mesmo que tinha feito com o santinho da sua paróquia,

[...] teve ganas de repetir a façanha: puxar a toalha de linho, com seu babado de renda, ornada de pombas do Espírito Santo, e ver José desequilibrar-se, como um pugilista tonto de murros, curvar-se no espaço, e afinal cair de bruços, partindo-se ao meio na quina do altar. (*BDJ*, 17, vale para as anteriores.)

Nada fez, apanhou o envelope que Eustáquio largara sobre o genuflexório antes de deixar o local, mas teve ainda o gosto de ver São José representado de forma menos gloriosa antes de deixar a igreja.

Espremida entre o altar-mor e a parede do fundo, encontrou uma horrível cripta de vidro com o nome de Trânsito de S. José. [...] Deitado no seu leito de morte, no fundo da cripta, um José lívido, senil, enfiado num camisolão e velado pelas estátuas de Cristo e Maria, nédios e jovens. Geraldino resmungou com alegria a oração dos agonizantes e se esgueirou pela passagem estreita. (*BDJ*, 17-18)

Na rua, ainda com a imagem nas retinas, “parou um instante na calçada, ofuscado pela luz do dia e deixando-se encharcar pelo côro furioso das buzinas — missa profana, hino de júbilo a celebrar a morte do velho em sua cripta de vidro” (*BDJ*, 18). Esta primeira sequência mostra não apenas como Geraldino está envolvido na tentativa de revolução continental, mas a guerra interior que ele vive sozinho, em disputa, em desafio, com os santos e com o próprio Deus em que deixou de crer, mas não completamente. Muito mais tarde Gil fará um comentário que poderia servir de epitáfio para o personagem,

descrevendo-o “como típico herói moderno que enxotou Deus do céu para buscá-lo até debaixo das pedras” (*BDJ*, 190).

Em sua segunda aparição, chega, com Mansinho, ao Bar Don Juan, para se reunir a João, Murta, Mariana. Um esboço de sua aparência física é traçado, em contraste com a aparência de índio que tem o paraense. “Claro e cheio Geraldino parecia um europeu [...]” Ele mais assiste que participa das conversas, os outros parecem saber pouco sobre seu passado, as coisas com que se debate. Mansinho, sempre encrocado com mulheres, acha que Geraldino é que leva uma vida boa. “— Não é mais padre mas continua fugindo das mulheres como o diabo da cruz.” E o leitor tem acesso a mais fragmentos da vida interior secreta do alagoano.

Geraldino ficou meio corado mas sorriu. Pensava numa mulher tão diferente de Mariana ou Laurinha! Seriam do mesmo sexo, Mariana, Laurinha e a sua Ermelinda trágica, de orfandade absoluta, só na crosta da terra como algum ser que de repente os astronautas encontrassem vagando pelas crateras da lua? (*BDJ*, 32, vale para as anteriores.)

Em outro momento daquela mesma noite, nova visão assombra o personagem. “Geraldino viu Cristo passar ao longe, frio, fino, branco e clorótico como uma virgem romântica.” Depois de muito ouvir, quando Mariana comenta com ele que João, já tocado pelo uísque, vai falar em Laurinha, Geraldino diz pela primeira vez algumas palavras. “— Deve ser bom um amor assim.” (*BDJ*, 35, vale para a anterior.) A segunda reação de Geraldino é de repúdio à conversa inconsequente dos revolucionários de boca. “Geraldino teve pela primeira vez um movimento brusco. Olhou Paulino com nojo. Conseguiram chocar Geraldino, pensou Mariana, não sem se divertir com a reação dele.” (*BDJ*, 36)

Mais tarde, noite alta, quando Paulino discursa enfaticamente sobre o “espectro que ronda a América Latina”, seus gestos derrubam meia garrafa de cerveja sobre Geraldino e o frio e a umidade, fazem-no mergulhar em nova lembrança, a crise, a ruptura na sua vida, a inundação na igreja, beatas e velhos carolas, sempre os mesmos, ele ia sair, os outros que ficassem, foi impedido por Ermelinda exigindo que ele a confessasse, atribuída a inundação aos xingamentos que dirigira ao santo José por não mandar chuva.

Geraldino sentiu grande piedade. Como dizer a Ermelinda que tinha insultado uma estátua? Em nome dos vivos. Chuva para bicho, gente, planta. Mas ninguém com a coragem de dizer a ela que José só tinha existido séculos depois de morto. Êle nunca tinha dito, enquanto ganhava a vida à custa dela, como padre. / “Escuta, minha filha, a penitência que eu te dou é a de vir comigo socorrer o povo lá fora. O seu pecado foi cometido por amor a êles, a

todos nós. Você rezou com raiva, foi o que você fez. Vai em paz. Eu te absolvo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.”

Mas ela não aceitou a absolvição. Queria ser castigada. “A gente não tem mais padre em S. José das Lajes, povo!” (*BDJ*, 43, vale para a anterior.) Confessou publicamente a blasfêmia, queria deixar-se afogar em meio metro de água. Então veio o gesto iconoclasta do pároco, prova de que se podia ir muito além do xingamento à estátua.

Todos os tocheiros já haviam tombado. A única luz da igreja alagada vinha das velas acesas pelos fiéis no altar-mor. Geraldino de um salto se acercou do altar, puxou pela barra a toalha bordada por Ermelinda. As velas caíram com a toalha e também o santo que se curvou nos ares, menino nos braços, e antes de mergulhar nas águas partiu-se em dois contra a quina do altar. Geraldino enlaçou na escuridão o corpo esquelético de Ermelinda e marchou para a porta da igreja. (*BDJ*, 44)

Desperta do mergulho na memória ao ser acusado, por um dos policiais chamados por causa de uma briga no bar, de posse de cigarro americano, contrabando. Avisa que o maço não é dele, não fuma, nunca fumou.

Ao contrário do pouco responsável Mansinho, Geraldino é membro sério do grupo, cumpridor de suas tarefas, alguém com quem se pode contar, e é com ele que João vai a São Paulo quando Mansinho se furta a isso na última hora. “Laurinha levou João e Geraldino até a [...] Rodoviária, onde tomaram o ônibus [...]. Geraldino ia estabelecer contato com os companheiros de São Paulo, enquanto João ficaria à disposição dos companheiros que vinham de Cuba e Venezuela.” (*BDJ*, 62)

Já em Mato Grosso, reunidos no sítio, ele também recebe umas folhas de papel, das anotações de Gil, que indicam, no entender do escritor, o rumo dos interesses de Geraldino, ainda ligados à sua vida passada. “Ao camarada Geraldino ofereço os padres na revolução, o retorno de Cristo às multidões, a missa de iê-iê-iê.” (*BDJ*, 122) Podia ter juntado algo sobre Camilo Torres, o padre guerrilheiro colombiano.

Aproxima-se a hora de atravessar o rio e entrar na Bolívia. Aniceto recomenda aos futuros guerrilheiros João e Geraldino, o crítico marxista e o padre descrente, “uma pajelança aqui em Corumbá, com bacia e tudo” (*BDJ*, 132), para fechar o corpo contra morte por tiro, procedimento que ele, já tendo feito, acreditava muito útil antes de entrarem numa guerra.

Ao procurar João no hotel, antes de irem a Puerto Suárez, Geraldino encontra-o reproduzindo versos de um soneto anônimo, atribuído a Santa Teresa ou a San Juan de la Cruz, entre outros. Depois de ouvir comentários entusiasmados, (“— É o mais belo soneto da língua espanhola. O amor a Deus a despeito da inexistência de Deus.” *BDJ*,

136) instado a comentar, mostra que não compartilha os mesmos sentimentos. “Geraldino deu de ombros. / — Confesso a você que tôda discussão da idéia de Deus me repugna. Não se esqueça que Deus era minha profissão.” Já vimos, ao tratar de João, os receios que Geraldino sentia ao ouvi-lo falar num estado quase delirante sobre a luta que iam empreender (“nossa organização é de outro tipo”, “não sabemos pensar consecutivamente”, *BDJ*, 137, vale para a anterior) mas que não usava perto de Aniceto. Apesar da descrença, o ex-sacerdote continuava atormentado por augúrios e presságios, nenhum deles exatamente positivo.

Geraldino viu com gratidão, à distância, o vulto de Aniceto na porta da garage. Sabia que com Aniceto João nunca falava assim e tinha medo de ouvir João falando assim porque revolvia dentro dêle lembranças absurdas, como a da sua última visão na gruta dos arredores de S. José: o pavoroso ruflar de asas, a juriti descomunal estremecendo a terra com o soluço dos seus arrulhos de viúva e pendente de suas garras o esposo morto. A lembrança era mais nítida e importante do que qualquer das idéias que lhe dirigiam a ação, e Geraldino não queria estar de acôrdo com João. (*BDJ*, 137-138)

Quando voltam do encontro de João com Ponce, encontram Corumbá já em polvorosa. Enquanto João e Aniceto divergem quanto ao significado da movimentação de jipes com oficiais e soldados, o alagoano permanece calado, sombrio.

Geraldino não opinou. Geraldino pouco opinava. Queria arriscar-se, e preferivelmente morrer, antes que morresse dentro dêle o que sobrara de tantos anos de uma vida espiritual lembrada como quem relembra um vômito estatelado numa calçada. Sobrara uma grande compaixão pelos homens, não a compaixão de alguém que salvo contempla o sofrimento alheio e sim a de quem espera poupar aos outros a abjeção em que se encontra. Só temia que não durasse muito essa compaixão e que antes de morrer se sentisse integrado ao vômito na calçada. (*BDJ*, 149-150)

Esta é a última expressão de Geraldino no romance. Depois disso ele acompanha, participa em silêncio daquela espécie de última ceia a bordo da *Faceira*, apanha seu fuzil com Joelmir, ouve as batidas no casco sai para o convés, logo atrás de João (“O segundo foi Geraldino.” *BDJ*, 155), para também cair “varado de balas”. De algum modo viu atendidas suas preces, ou pelo menos o desejo de morrer antes de perder de todo a compaixão pelos homens. Seus últimos atos, por menos que ele assim desejasse, tem alguma semelhança com a trajetória de Cristo: depois da última ceia, o sacrifício. Mas sem ressurreição.

Ao surgir no romance, sentado em seu alpendre, tomando mate, vendo correr o rio Miranda, esperando a carne que sua mulher, Valdelize, está assando no fogão a lenha, nenhum sinal externo liga o ex-sargento Joelmir a projetos de revolução. Mas o narrador nos dá indiretamente os pensamentos da contemplativa figura, e ali está o que o pacato quadro rural esconde, um frustrado veterano de guerrilha que não houve, com algo de romântico (“a esperança da bela morte”) e de nostálgico desgosto (“por que se semeava em vão a vontade de luta e a coragem dos homens”).

Só nessa altura da vida Joelmir descobria de que eram feitas as pessoas por dentro: de perguntas. Na longa espera da Serra mineira do Caparaó tinha talvez feito a descoberta, mas escurecida, dominada pela pergunta tirânica de querer saber por que se semeava em vão a vontade de luta e a coragem dos homens. [...] Trocada a esperança da bela morte na Serra pela vida plácida no chão pantaneiro, Joelmir olhava para dentro de si mesmo e via as perguntas que subiam incessantes [...]. (*BDJ*, 18)

Uma delas vai ser uma espécie de chave para definição e compreensão do personagem: “olhava a palmeira carandá, [...] igualzinha à carnaúba e perguntava por que o carandá não dava cêra. Joelmir examinara dúzias [...] de leques de carandá nôvo e velho, leques iguaizinhos aos da carnaúba, e nem fantasma de cêra. Por quê, gente?”

Mas não é só em pensamento rememorativo que a luta está presente na vida bucólica de Joelmir. Está presente de forma palpável, material. “Nas noites assim, de passadio bom demais, Joelmir sentia que os aços do galpão de ferramentas puxavam por êle feito um imã.” (*BDJ*, 19, vale para a anterior.) Com um pedacinho de flanela que pedia a Valdelize, caminhava até o galpão e abria tampa disfarçada no tabuado do soalho que ocultava pequeno compartimento.

Descoberta a argola, levantou a tampa do alçapão e a luz do candeeiro tirou reflexos azulados do cano dos fuzis. Joelmir desceu o meio metro de fosso e se ajoelhou diante das armas. (Por que é que aquele jornal dizia que ninguém mais tinha coragem de chamar uma guerra de guerra santa?) Examinou a munição nas caixas; com as escôvas articuladas em hastes de arame limpou os canos por dentro; com a flanela nova passou óleo e graxa nas juntas dos fuzis. Depois, feito aqueles garimpeiros do Aquidauana que procuravam com amor uma faísca amarela nas peneiras de areia, Joelmir procurou com severidade qualquer grão de ferrugem nos metais. Colocou de nôvo no lugar as armas, como se pusesse filhos na cama depois do banho.

Joelmir tinha o zelo e o cuidado do bom profissional por suas ferramentas. E a nostalgia volta a ser explicitada ainda com mais força. Lembremos que nostalgia é, etimologicamente, a dor causada pelo desejo do retorno a algum lugar ou a alguma

situação. Havia “noites em que a visita às armas doía muito” (*BDJ*, 20, vale para a anterior), então ele precisava caminhar até ser vencido pelo cansaço, visitava a lancha *Faceira* no atracadouro do rio, caminhava pelo curral, entre o gado adormecido.

Aquele isolamento, aquela nostalgia da luta, nada indicava que teriam mudança. Gil, quando se mudou para Mato Grosso, procurou por ele sem sucesso. Depois, mudando de ideia a respeito das perspectivas revolucionárias, em que deixara de crer, achou isso uma boa coisa. “Ainda bem que não encontrara Joelmir.” (*BDJ*, 24) O frágil fio que ainda ligava Joelmir (sem que este soubesse) aos projetos de João quase se rompera. Havia um nome borrado, pouco legível, no bilhete de Gil que informava um possível modo de chegar ao ex-sargento, ao mesmo tempo em que se despedia da revolução: “o bilhete molhado de cerveja se transformara de repente em fonte de angústia e de longas especulações acerca de Joelmir, do mistério de sua retirada para Miranda, do significado do nome de Valdiliza ou Valpoliza” (*BDJ*, 48). A angústia deve aumentar quando João fala ao cubano Maldonado no grupo do sargento Joelmir que ele nem sabe como encontrar. Já vimos como João vai superar essa angústia encontrando Joelmir nos arredores de Miranda como a angústia vai persistir pela situação em que encontra o antigo guerrilheiro.

Até aquele instante João ainda esperara que o marido de Valdelize fôsse outro, que do sítio o encaminhassem a Joelmir, em algum outro lugar, com os companheiros de guerrilha. [...] Talvez o melhor fôsse falar apenas nas armas, se ainda existiam, e tratar de ir embora. (*BDJ*, 100)

O que não vimos foi o diálogo entre eles, a definição que Joelmir deu a si mesmo, através de uma metáfora botânica. Começa contando os quatorze meses de espera sem notícias de lugar algum, nem de Montevideu, nem de São Paulo, nem do Rio. Mesmo depois de conhecer Valdelize, ele continuou “firme, aguardando ordens”, esperava o sinal. João diz que o sinal só veio agora. Em resposta, Joelmir diz a João como se desperdiça a vontade de luta e a coragem dos homens.

— Não sei qual é o sinal de agora, mas o sinal que me fez fugir de Corumbá em fim de março você sabe qual foi. / Por um momento João pensou. / — Caíram os guerrilheiros na Serra do Caparaó, João, caíram de armas na mão, caíram apodrecidos de esperar, como eu esperava. / João abaixou a cabeça. Dias a fio, no Rio, no Bar Don Juan, haviam discutido a queda de Caparaó, mas quem pensara nos outros grupos que esperavam, que apodreciam pelo Brasil afora? Joelmir falava agora com a voz cheia de emoção. / — E deu muito camarada valente em Caparaó. Não eram frouxos não. Tinham armas, tinham de comer, tinham vontade de lutar. Mas não tinham, nunca tiveram data. Começaram a entrar na vida da região, a descer da montanha para ir às cidades, a facilitar com o sistema de segurança. Isto mesmo estava acontecendo com a gente, lá perto de Corumbá. O outro sargento meu

companheiro deu para beber. O João Piancó se empregou de vaqueiro. Ainda esperando a data mas vaquejando, indo cada vez mais longe, Pantanal adentro. Eu então achei que o sinal que a gente estava esperando era Caparaó mesmo: sinal de debandar. Para mim, sinal de procurar Valdelize, como você imaginou. (BDJ, 100-101)

João nada tinha para contrapor. Estava mais ou menos conformado. E mostrou um grande erro de avaliação do caráter do outro na pergunta que fez em seguida.

— As armas você abandonou por aí? / Joelmir abriu os braços, ofendido. Falou baixo mas com voz intensa: / — As armas estão areadas, engraxadas, novas. Se a gente nunca fizer nada no Brasil eu queria que elas pelo menos ficassem como prova da intenção da gente. / Joelmir bateu no tronco em que sentavam como se batesse no assoalho do galpão. / — Elas estão embaixo das tábuas, mas tratadas como se estivessem no quartel. Se quiser elas em Corumbá eu tenho até um barqueiro que era da gente, o Nogueira, que leva elas entre os couros dos bois. Entrega a você em Corumbá. (BDJ, 101)

É já na despedida, quando Joelmir acompanha João até a porteira do sítio, que a metáfora botânica vai ser formulada, como uma avaliação geral do estado em que andava a proposta revolucionária brasileira. Mostrando a João “umas palmeirinhas carandá ao longe”, Joelmir diz que no nordeste ela é conhecida como carnaúba e produz cera, coisa que a carandá não produz. Explica a João por quê.

— É que a carnaúba, como eu aprendi no Norte, dá cêra para guardar na árvore a água, que é pouca. Aqui no Pantanal água sobra. Por isso é que a carandá não dá cêra, não é mesmo? / João balançou a cabeça afirmativamente. / — Assim são as coisas — disse Joelmir. — A gente dá água à carnaúba ela não faz mais força, vira carandá, largada aí pelos campos. Revolucionário sem ocupação também não dá mais cêra não, João. Os guerrilheiros da gente aqui virou tudo carandá. (BDJ, 102)

Na primeira conversa que tem com Mariana no sítio, Gil, explicando porque resolveu desligar-se do projeto revolucionário, faz uma distinção entre Joelmir (“um simples, um duro”) e o resto do grupo (“os faisões da revolução”).

— Mas então a gente não deve fazer a revolução, Gil? / — Deveria, provavelmente. Mas acho que ninguém está querendo mesmo, eis a verdade. Eu vim aqui encontrar o Sargento Joelmir, que simplesmente desapareceu. E êsse era um simples, um duro. Nossos companheiros não querem realizar a revolução e sim realizar-se nela. [...] Talvez até morram nela como carne de canhão, carne rara. São os faisões da revolução. (BDJ, 113)

Essa distinção também era feita por Mansinho, citado por Aniceto, quando este é apresentado por João a Joelmir. “Pois o Mansinho não diz que eu sou, mais o Joelmir, a massa da sua revolução?” (BDJ, 135) Joelmir veio pessoalmente trazer as armas na Faceira, provando que não tinha, afinal, mudado sua natureza.

— Que boa surpresa, Joelmir. Aconteceu alguma coisa com o tal do Nogueira? / — Aconteceu que a Valdelize é mulher às direitas. Viu que eu vinha mesmo e então me deixou vir. / João continuou, cauteloso, com medo de entender mais do que devia: / — Ela deixou você mesmo trazer as armas? / — Pois para falar tôda a verdade, João, ela deixou eu vir usar as armas. Afinal de contas tem tanto tempo que eu desmonto elas, e passo óleo e tudo, não é mesmo? / João abraçou Joelmir um longo instante. / — Aniceto — disse João — êsse é o nosso Sargento Joelmir, nortista como você, palmeira de dar cêra. Joelmir é carnaúba da boa, não é carandá, não. (BDJ, 134-135)

Na última ceia a bordo da *Faceira* há uma homenagem de Joelmir a Valdelize. Depois de estender “uma toalha engomada sôbre a mesa estreita” e dispor “pratos, talheres e copos de estanho reluzente de asseio”, serviu “ovos, frutas e carne de sol” (BDJ, 152) e disse: “— Valdelize apanhou os ovos no galinheiro, apanhou as frutas nas árvores, secou a carne, moeu o mate, engomou e passou a ferro a toalha. Só faltou mesmo botar a mesa, que eu botei para vocês como se ela tivesse pôsto”. É uma refeição alegre, em que, prestes a seguir para a guerra, falam no fim da guerra, em como, depois da Bolívia, “o nosso Comandante toca o mais provável é para Buenos Aires [...] visitar a família” (BDJ, 153, vale para a anterior.) Planejam até, Joelmir e Aniceto, como vão dar um jeito de apanhar suas mulheres, uma em Miranda, outra em Alagoas, antes de continuar a seguir Che Guevara em sua inapelável vitória.

Mas a guerra nem chega a começar, para eles, embora não seja na sua lancha que Joelmir vá morrer. A “massa da revolução”, no dito de Mansinho, os simples, os duros, no entendimento de Gil, não se deixam apanhar no ataque da lancha da Polícia, durante a frustrada travessia. Depois das mortes de João e Geraldino, “[s]ombras escuras escorregaram para dentro do rio protegidas pela súbita parada da metralhadora diante do aparecimento de Laurinha no tombadilho feito uma doida, no centro do feixe de luz dos holofotes” (BDJ, 155-156).

Joelmir escapa da *Faceira*, mas não será um dos personagens sobreviventes do romance. Não há informação sobre o que ele fez depois da fuga, o que lhe aconteceu, mas a repressão de algum modo alcançou-o, talvez em outra tentativa de ir à guerra, talvez em batalha, como desejam os guerreiros e não num cárcere, sob tortura, mas há notícia de sua morte. Quase um ano depois, quando Aniceto, Da Glória e Mariana estão no aeroporto de Cuiabá preparando-se para voltar ao Rio, depois de temporada no chapadão mato-grossense, veem a informação afixada na parede.

Mariana viu os olhos de Aniceto fixados num cartaz [...]. Sôbre o retrato dum estudante morto havia a palavra, escrita a tinta, *Faturado*, e uma grande cruz de tinta lhe barrava a cara imberbe. Depois um revolucionário desconhecido, ao lado do carão másculo de Marighela procurado pelo Exército. Depois...

depois Joelmir, um velho retrato, fardado de sargento. Cruz na cara. *Faturado*. Mariana estremeceu. (BDJ, 206)

BAR DON JUAN. CHE GUEVARA E SEUS GUERRILHEIROS

Como uma história dentro de outra história, há na trama do romance uma crônica romanceada da guerrilha de Ernesto Che Guevara na Bolívia, do fim de 1966 a outubro de 1967, e que termina com a morte do chefe guerrilheiro, ou, talvez um pouco mais tarde, quando cinco sobreviventes conseguem se por a salvo no Chile. Episódio histórico transformado em ficção é como tal que deve ser lido.

Antônio Callado, em *Assunção de Salviano* e *A Madona de cedro*, seus primeiros romances, foi associado a um escritor inglês cuja obra mistura tramas detetivescas e dilemas da consciência católica. O crítico norte-americano que estudou o romancista brasileiro lembra essa relação. “Graham Greene é, por sinal, freqüentemente citado como influência neste aspecto.” (Silverman, 1978, p. 20) Mas não é apenas no aspecto da trama detetivesca e da problemática dos crentes da fé católica que os dois escritores se aproximam. Também acabaram se encontrando no campo da literatura engajada. Romances como *O americano tranquilo* e *Os comediantes*, se não chegam a constituir-se em exemplo dessa espécie de literatura, tem pelo menos as consequências do colonialismo e o engajamento pessoal como temas de discussão. A partir disso, gostaríamos de lembrar algo que Greene diz em uma espécie de dedicatória-prefácio a *O americano tranquilo*. Ambientado na Indochina ainda sob domínio dos franceses, o romance, de 1955, antecipa o envolvimento bélico dos americanos naquela região. Vejamos o que diz trecho do prefácio.

Mesmo os acontecimentos históricos foram reordenados. A grande bomba de perto do Continental, por exemplo, foi antes e não depois das bombas das bicicletas. Não tive escrúpulos quanto a essas pequenas modificações. Isto é uma novela e não um trecho de história [...]. (Greene, 1964, p. 10)

Também *Bar Don Juan* é uma novela, ou um romance, não “um trecho de história”, e a sequência da guerrilha boliviana nele inserta deve ser lida como ficção, não como História. Para exemplo disso podemos destacar a figura de Eustáquio, o personagem melhor delineado entre os guerrilheiros de Guevara no romance. Também havia, entre as figuras *históricas* que acompanharam Guevara na Bolívia, um Eustáquio. Mas ao contrário do Eustáquio fictício, que é cubano, o Eustáquio real era peruano, chamava-se Lucio Edilberto Galván Hidalgo. E ao contrário do Eustáquio ficcional, que parece ter sobrevivido a Che Guevara e retornado a Cuba, o Eustáquio real foi morto pelos

rangers bolivianos em 12 de outubro de 1967, três dias após a morte do Che. Benigno, um dos reais sobreviventes da guerrilha, refere-se a isso em suas memórias. “Los soldados [...] sabían que hacia el sur iba un grupo que había logrado escapar: Pablito, el Médico, Chapaco y Eustaquio; el ejército los persiguió y logro asesinarlos el 12 de octubre en la desembocadura del río Mizque y el Río Grande.” (Benigno, p. 162-163) De modo que todo o episódio boliviano que corre paralelo à trama, digamos assim, brasileira, deve ser sempre vista como uma recriação ficcional da História.

Eustáquio faz a ligação entre as duas tramas. É ele quem deixa o envelope para Geraldino na igreja de São José, no Rio. Também é ele quem se encontra com João em São Paulo, após uma inverossímil recuperação em Cuba e retorno à Bolívia, como vimos antes. “Já ferido na guerrilha da Bolívia, convalescera em Cuba e regressava ao fogo agora, por Puerto Suarez, com armas e munição.” (*BDJ*, 75) Mas a inverossimilhança só existe se comparada aos acontecimentos históricos, não na lógica interna da trama, não se levarmos em conta que devemos estar, os leitores, sob estatuto da suspensão da incredulidade.

O leitor conhecerá episódios da infância de Eustáquio em Cuba. Filho de um trabalhador rural miserável, colono numa plantação de bananas, estabelece identificação imaginária entre árvores e pessoas, prática que ele conservará ao longo da vida, vai retomar nas matas da Bolívia. Na adolescência, quando já trabalhava com o pai para o patrão Romero Cuevas, terá de sair dali por se apaixonar por Lindalva, a jovem esposa do velho patrão, e por imaginar, num delírio alcoólico, que plantava membros para o velho possuir a esposa. Escapou de afundar no rum pelo encontro, no corte de cana, com “dois camaradas que lhe falavam em voz baixa sobre a luta nas montanhas e que descreviam a Serra com tão persuasivo amor que ninguém deixaria de ver na Serra uma representação do amor de que fôsse capaz” (*BDJ*, 79). Assim ele se juntou aos guerrilheiros de Fidel Castro e conheceu Che Guevara.

No encontro com João em São Paulo, Eustáquio conta os problemas com Mário Monje, secretário-geral do Partido Comunista Boliviano, que negou apoio à guerrilha. Também conta a morte de Benjamin por afogamento, primeira baixa na guerrilha. O leitor que tiver curiosidade em comparar ficção e documento histórico, vai encontrar esse fato anotado no dia 26 de fevereiro de 1967 no *Diário da guerrilha boliviana*. (Guevara, p. 58) Desde os tempos da *Sierra Maestra* Eustáquio ganhou a convicção que defende mesmo diante dos maus sucessos na Bolívia, e que ele assim definiu a João: “com o Comandante à frente a guerrilha triunfa. É matemático” (*BDJ*, 76).

Na primeira aparição de Guevara ele está disfarçado como Adolfo Mena e se encontra com João em São Paulo, que desconhece com quem tem a honra de se encontrar. Jogam uma partida de sinuca e discutem o projeto guerrilheiro.⁴³ Depois disso não haverá mais encontros entre os brasileiros e os combatentes na Bolívia, as duas tramas vão correr paralelas.

A primeira cena da guerrilha propriamente dita reúne Eustáquio, Pacho e El Rubio parando para assar e comer uma peça de caça antes de fazer a travessia do rio Ñancahuazu. Os três guerrilheiros discutem a crise do comunismo com metáforas escatológicas. Associam Mário Monje e o PC boliviano à URSS e a Stálin, enquanto eles são considerados trotskistas.

⁴³ O encontro entre Adolfo Mena/Che Guevara e João, em São Paulo, não pode de maneira nenhuma ser contestado, visto que é ficção, só acontece dentro da trama romanesca. Apenas como curiosidade vamos anotar aqui algo da polêmica histórica das informações e contestações a respeito da passagem do Che por São Paulo, que de fato parece ter acontecido. Só não há consenso a respeito do que aconteceu durante essa passagem. Em *Che Guevara: a vida em vermelho*, o biógrafo limita-se a anotar, falando das viagens antes da entrada na Bolívia: “[d]epois seguiu de avião para Madri e São Paulo e, novamente de trem, chegou a Corumbá, na divisa com a Bolívia, em 6 de novembro” (Castañeda, p. 404). Nada menciona sobre atividades em São Paulo. Outro biógrafo, numa nota sobre a passagem pelo Brasil, acrescenta alguma informação. “Em São Paulo aparece novamente a personalidade de Mena. Lá ele é detido pelas autoridades alfandegárias que lhe exigem um atestado de vacina [...]” Teria sido liberado para apresentar o documento no dia seguinte. “No dia 3 pede um visto de turista para a Bolívia e, de novo como Mena, viaja para La Paz [...]” (Taibo II, p. 675) Mas o relato que mais se parece com a ficção de Callado é do jornalista Luís Mir. “A parada de Che em São Paulo, tramada e operada por Farid Helou, foi um primor de segurança. Somente quatro pessoas — ele, Câmara, Marighella e Castor da Nóbrega — estiveram com o argentino. As duas pessoas encarregadas de propiciar uma segurança discreta para o visitante em nenhum momento souberam ou perguntaram algo. / Helou terminaria sua missão levando Che e seus acompanhantes até Corumbá. Foram três dias de viagem. De lá, onde já o esperavam dois bolivianos, pegaram um voo para La Paz. [...] / [...] / Quando Che passa por São Paulo e negocia com Marighella e Câmara Ferreira a entrada dos comunistas dissidentes na revolução continental, já havia um esboço revolucionário de luta armada feito pelo Agrupamento Comunista de São Paulo.” (Mir, p. 196-198) Ora, essa versão, e todo o livro de Mir, é violentamente contestada por Jacob Gorender, numa resenha publicada na *Folha de S. Paulo*. “Aparentemente, temos em mãos um livro. Ao término da leitura de suas 755 páginas, somos obrigados a indagar se tudo que é impresso e encadernado com a forma de livro merece receber esta denominação. Um livro contém o texto organizado segundo normas de ordenação e estrutura, conforme o gênero. O texto de ‘A Revolução Impossível’ é uma lengalenga fastidiosa, na qual as informações se atravancam e superpõem através de centenas de páginas, no meio de longos parágrafos atamancados de questões desconectadas, às vezes com duas ou mais versões para o mesmo fato. A conclusão é que a editora Best Seller não publicou um livro, mas um pseudol livro.” Sobre a versão do encontro que Mir atribui a informação de Helou, Gorender é impiedoso. “Uma vez que o enxotou de sua residência, o arquiteto Farid Helou suscitou o rancor mesquinho de Mir. Por isso, foi ‘queimado’ por ele: teria sido o homem de confiança de Fidel Castro no Brasil e, nesta condição, recebeu, a 4 de novembro de 1966, no aeroporto de Viracopos, nada menos do que Che Guevara, promovendo, no seu apartamento, logo em seguida, um encontro do comandante guerrilheiro com Marighella e Câmara Ferreira. Ora, precisamente naquela data é que Guevara chegou à Bolívia, conforme a cronologia elaborada por Régis Debray. A questão não é somente de data, porque, se é verdade que Guevara passou por São Paulo, nunca se encontrou com Marighella e Câmara Ferreira, de cuja atuação possuía idéia vaga, de acordo ainda com o relato de Debray. Todo o episódio se reduz a uma rematada falsidade.” (Gorender, 1994) Continuemos analisando a ficção, que tem pelo menos o mérito de abdicar da pretensão de ser verdadeira. Sua verdade é de outra natureza.

— Mas onde é que entra o trotskismo nessa cagada? / — O Trotski achava que todo mundo devia cagar ao mesmo tempo, numa caganeira universal, até sair o último verme capitalista dos intestinos dos países pobres. Fedia tudo ao mesmo tempo e depois fazia-se a faxina. / — Tem lá sua graça — disse Pacho. — E o que é que aconteceu com êle? / — Mataram êle com uma picaretada na cabeça, isso eu sei — disse Rubio. / — Os capitalistas mataram êle? — disse Pacho. / — Não, os comunistas — disse Eustáquio. / — Para ficar só a Rússia cagando, lendo o *Pravda* na latrina — disse El Rubio. / — É — disse Pacho — mas Cuba não quis saber disto não. Cansou de trancar a merda no corpo e abriu o rabo num peido que até hoje dá maremoto no Caribe. O Comandante, que é médico, veio dar purgante a esta Bolívia que tem uma prisão de ventre de pedra. (BDJ, 108-109)

A rudeza da linguagem, típica de homens em campanha militar e distantes do convívio social e com mulheres, em alguma medida, metaforiza também a rudeza da guerrilha. Os personagens Pacho, El Rubio (e todos os outros que aparecem na crônica da guerrilha) têm nomes que correspondem aos dos personagens históricos. É de notar também a presença constante de Eustáquio nas cenas, o único guerrilheiro a ter as reflexões apresentadas pelo narrador, e é por elas, pelo ponto de vista de Eustáquio, que o leitor acompanha fatos como a morte de Tuma, baleado na barriga.

Tuma nublou os olhos do Comandante quando tirou do pulso o relógio para o Comandante entregar ao filho nascido na sua ausência. O Comandante tentou operar o Tuma que era aquela confusão de intestinos sanguinolentos e que tirava do pulso o relógio para o filho como quem tira a única coisa que não sangra e não se mancha de sangue como êle todo, encharcado das botas à boina. (BDJ, 114)

Há um momento em que o próprio Eustáquio principia a duvidar, com Comandante e tudo, da possibilidade de sucesso daquela empresa.

Mortes muitas presenciara Eustáquio e padecimentos tinha visto todos mas até um determinado momento soubera que ali como outrora na Serra a guerrilha antes de vencer tem de beber seu próprio sangue e comer suas carnes, mas no meio do mês de agosto Eustáquio pensou que honrosamente embora o Comandante ia dissolver a guerrilha na Bolívia, atravessar alguma fronteira. Por que insistir depois de meados de agosto quando o exército boliviano encontrou os esconderijos de armas, de víveres, de remédios da guerrilha? (BDJ, 114-115)

Mas, quando Camba vem procurá-lo com dúvidas semelhantes, Eustáquio nega suas reflexões íntimas, reafirma a fé na vitória, é provável que faça isso para não deixar diminuir o moral, e não é no do grupo que ele está pensando, é no seu próprio.

— Ter medo de ser covarde é uma merda, sabe. Esta guerrilha começou com o pé esquerdo. Não tem nada que dê certo. E agora eu duvido que alguém saiba o que é que a gente está fazendo aqui. Não ser covarde nessas circunstâncias é ser burro ou maluco, você não acha não? / — Fala o que você quiser, Camba, a voz é sua — disse Eustáquio, querendo ouvir mais. — Com o Comandante a gente ganha. É matemático. / [...] / — Até agora — disse Camba — não grudou na gente nenhum camponês, e só falam com a

gente os camponeses que a gente paga muito bem para nos contarem mentiras e venderem leitão magro. Soldado só liquidamos uns pouquinhos. Nem os cães policiais dos soldados a gente consegue matar. A guerra estava assim há muito tempo, bêsta para o nosso lado, sem saída. Mas agora é o pega para capar, Eustáquio, é o fim da gente. Vão nos comer os culhões. / — Quem tem, não é mesmo? Você vai deixar um soldado com fome. [...] Se você está querendo passar sebo nas canelas, Camba, fala antes com o Comandante e vai embora. Se você desertar para ir falar na gente com o pessoal do Ovando eu te meto uma bala nessa cara de banana. / [...] / Camba se afastou e Eustáquio angustiado viu dentro de si mesmo que lhe dava razão, que os pulhas podem ter razão, que não tinham mais estoques, não tinham mais refúgio. (BDJ, 115-116)

Logo depois do diálogo com Camba temos a primeira imagem do Che, mais uma vez vista pelos olhos de Eustáquio. “Orientou-se na direção do Comandante por ouvir em surdina o rádio ligado em que êle escutava as notícias, ao pé de uma lamparina mortíça, sentado no chão.” A princípio Eustáquio acha uma desatenção o líder falar com ele sem nem erguer a cabeça, mas acaba vendo “que o Comandante estava, isto sim, concentrado no abcesso que rasgava com um bisturi no próprio pé” (BDJ, 116, vale para as duas). Ao perguntar se pode fazer algo, ouve: “— Gostaria que você guardasse minha asma uns dois minutos, para a mão ficar mais firme.” A cena caracteriza o Comandante como uma espécie de herói das epopeias antigas, alguém que contra todas as adversidades, contra as dificuldades corpóreas (“abcesso”, “asma”), com a indiferença de um estoico à dor, ele é ainda capaz de inverter uma má notícia ouvida pelo rádio e transformá-la em algo para levantar o ânimo da tropa.

— Pois em La Paz, devido às fotos e documentos encontrados nos esconderijos, a Polícia prendeu Loyola Guzmán, lembra-se dela? A môça estudante de Direito que nos ajudava e que esteve conosco no início, em Ñancahuazu? / — Lembro, como não? / — Pois dizem as notícias que ela se atirou do segundo andar da Polícia ao ser interrogada. / — Então... Quer dizer que foi atirada, não? / — Foi. Sabe por quê? Porque não falou nada, porque acreditou em nós e em nossa capacidade de vencer.

Depois de falarem na situação do Camba, Guevara diz a Eustáquio: “— Então, vá descansar que amanhã antes da marcha discutiremos a figura de Loyola Guzmán. Vamos saber do Camba o que acha dela.” (BDJ, 117, vale para as anteriores.)

Guevara consegue, com suas palavras, seu exemplo, e às vezes até com sua fúria (“a voz [...] do Comandante rugiu o nome de Antônio como se existisse [...] um felino que rugisse *Antônio* e o pobre [...] foi violentamente sacudido pelo Comandante como se fôsse uma árvore que se devesse abalar para soltar no chão os frutos do medo”), restaurar a disciplina, levantar o ânimo e reorganizar a tropa. “Nunca um rio foi cruzado com maior ordem e garbo do que o rio Grande naquele dia, a tropa cautelosa mas

pisando firme, os homens em silêncio entre as árvores e as capoeiras mas num silêncio de serpentes que sabem onde vão [...]” A El Moro, conduzido sobre um mulo, “dobrado em dois de dor” pelo lumbago, pedindo para ser deixado para trás, o Guevara de Callado cita uma frase que ficou célebre. “E o Comandante, afagando o pescoço do mulo, não se sabendo bem se respondia ao Moro ou se falava ao mulo: / — A gente precisa se endurecer, mas sem perder a ternura.” (*BDJ*, 118, vale para as anteriores.)

Entre emboscadas, mortes e deserções, vai se fechando o cerco sobre o grupo guerrilheiro. Até água fica difícil de encontrar em meio à constante fuga. A figura de Guevara vai se deteriorando, mas sua determinação permanece inquebrantável.

Sem remédio para o fígado e para a asma, sem sapatos para os pés que não mais olhava como não olhamos na rua os pés doentes dos mendigos, o Comandante mantinha a coesão dos homens implantando a rotina no centro da tragédia, como quem faz casa e lavoura no beijo do vulcão. Não havia dia sem objetivo tático e o objetivo seguinte era chegar à Quebrada do Yuro [...]. (*BDJ*, 144)

Escolhido com Pablito para um reconhecimento do caminho do Yuro, se ainda estava livre de soldados, Eustáquio chega a pensar em se render.

O fiozinho da voz do rádio deitara raízes dentro de Eustáquio e era agora voz sua, insistente, dizendo que dezessete homens famintos e andrajosos, de goelas e cantis secos, jamais haviam escapado a um cerco de dois mil soldados e que chegar ou não ao Yuro não era uma diferença entre morte e vida mas apenas um espaço temporário colocado entre morte e morte, morte hoje e morte amanhã. (*BDJ*, 144-145)

Encontram água, mas a ideia não o abandona, chega a se reforçar. “Aquilo de água fresca sabia ao rum da paz. Agora tinham fôrça para andar, andar e para enrolar no cano dos fuzis uma nova bandeira, a bandeira branca de quem fêz o que pôde e mais não pode fazer.” Foi o encontro com uma bananeira a lhe lembrar o patrão, o velho Cuevas, que fez Eustáquio cair em si, ao perceber “que o recebiam no batalhão dos Cuevas e dos Cambas” (*BDJ*, 145, vale para a anterior). Depois de derrubar a bananeira a golpes de facão, retorna ao acampamento com medo que os soldados o tenham encontrado e todos estejam mortos. “E o Comandante, onde estava o Comandante? Um filête mínimo de lanterna elétrica se acendeu na forquilha duma árvore e lá o Comandante escrevia em seu diário [...]” Depois de dizer que o caminho estava livre se partissem de imediato, ficou parado diante de Guevara, que fechara o caderno e se preparava para acordar os outros e comandar a marcha noturna. E Eustáquio, já livre da tentação, mostra-se até feliz com o que trouxe para ele. Aqui o ponto de vista é de Guevara.

Quando enfiava o caderno no bolso para descer da sua forquilha o Comandante viu Eustáquio ainda imóvel e pôs seu fino feixe de luz na cara do companheiro. Cabelos úmidos da água do riacho, cara molhada, Eustáquio erguia no alto seu cantil: / — Água para você, Comandante Che. (*BDJ*, 147, vale para a anterior.)

Logo após as mortes de João e Geraldino, começa o capítulo nove, que fecha a segunda parte e é inteiramente dedicado à guerrilha, ou melhor, ao fim da guerrilha. É de reparar aqui como uma espécie de linguagem religiosa, espécie de paródia de misticismo, dá o tom do capítulo. As mortes mais antigas são lembradas (“em maio, bala na testa, fôra enterrado El Rubio, Jesus Suarez Gayol, que seu xará tenha em sua mão direita”, *BDJ*, 160) e novas baixas continuam acontecendo.

A morte de Coco Peredo, Miguel e Júlio encontrou o Comandante espremendo o pus e desinfetando a ferida de Benigno, dando injeção em El Médico. O rádio noticiava as mortes perto de Vallegrande e um Benigno desfeito e assustado deu de ombros, olhando o Comandante que lhe limpava a ferida. Para que cuidar de cadáveres, hem, Comandante? Para que dar injeção nos mortos? O Comandante tinha falado, como em resposta ao rádio, que eles estavam completando apenas onze meses de guerrilha e que era muito pouco tempo para prever quem ia levar a melhor. / — Tive vontade de enfiar o cano do fuzil na bôca e disparar para não ouvir mais loucuras — disse Benigno depois a Eustáquio. / — Mas onze meses é mesmo pouco — disse Eustáquio. — Na Sierra estivemos três anos. Com o Comandante a gente vence. É matemático. / — A guerrilha aqui entrou pela goela da Bolívia feito um caroco de fruta e feito um caroco vai sair pelo cu da Bolívia. (*BDJ*, 158)

Até que acontece o último combate, narrado do ponto de vista do cubano guerrilheiro, com fúria antiamericana, anti-imperialista.

Eustáquio nunca esqueceu o sono que dividiu a vida em dois. Sono de guerrilha. Suas pernas dormiram, seus braços. Mas os olhos continuaram sentindo as pálpebras. O sono não separou um dia do outro. Foi vadeado no meio de espantos como um rio atravessado nas trevas. Os guerrilheiros acordaram de pé, fuzil na mão. Uma vara de porcos do mato de cerdas eriçadas entre caçadores e cães. Eustáquio viu retalhos de sono furados a bala no ar. Disparou na direção dos tiros mas os tiros saíam das árvores feito pássaros. Correu para lutar perto do Comandante mas o Comandante caiu sobre o joelho direito. Aproximou-se mais e o Comandante levou outro tiro no braço e no fuzil, que eram uma coisa só. A arma da revolução quebrada e jogada fora pela América Latina arriscada de perder seu emprêgo de criada e puta. Criada e puta, pensava Eustáquio furioso de ver morrer o Comandante no mato do Yuro quando devia ser fuzilado domingo ao meio-dia na frente do maior edifício de New York. (*BDJ*, 158-159)

Neste capítulo a figura de Guevara parece tomar consciência de que deve deixar um legado de ensinamentos para as gerações seguintes.

[...] o Comandante tinha dito, com aquele jeito meio sério e meio burlão, que — caralho! — não se salva um Continente faminto de barriga cheia [...]

(BDJ, 159). “Lavem-se, rapazes, mas não muito. Precisamos ser miseráveis e sujos como o povo da terra que vamos libertar.” (BDJ, 160)

Consciência também da proximidade da morte, e de como ela deve ser transformada num último ato político, último de sua vida, ato fundador da sua transformação em mito. E caberá a Eustáquio o papel de preservar esses ensinamentos, quem sabe escrever, no futuro, um *evangelho de Che Guevara segundo Eustáquio*. Mas ele não tem muita clareza disso, sofre uma espécie de delírio, acredita que o Comandante vá se transformar em árvore ou assumir o comando dos soldados seus captores.

— Aqui você assumiu o comando também, não foi, Comandante? Eu vi, eu senti quando os soldados começaram a lhe obedecer. / O Comandante respondeu num murmúrio: / — Assumi o comando mais importante, Eustáquio. Alguma coisa eu tinha de aprender a planejar, na Sierra e no governo. / — O quê? / — A morte. Todo revolucionário tem o dever de transformar sua morte em vida. O homem é o único bicho que melhora as condições de vida da espécie por meio da morte. Vou usar toda a minha astúcia para morrer direito. Para quem sempre teve de pensar em muitas coisas ao mesmo tempo é um prêmio pensar nesta coisa só.

Em seguida temos a primeira indicação da sobrevivência de Eustáquio.

— Não me humilhe assim, Comandante, que eu estou pensando que tenho medo, pensando numa menina, Ricarda, numa mulher, Lindalva, e pensando muito numa garrafa de rum. / — Então é porque ainda há no teu futuro uma menina, uma mulher, uma garrafa de rum. (BDJ, 161, vale para a anterior.)

E até um diálogo sobre como se comportar no pós-vida.

— Comandante, o que é que a gente diz se encontrar no outro mundo os homens que a gente matou? / O Comandante riu: / — Eu digo “Che!” e passo. / — E os que você fez fuzilar? / — Eu digo “Che!” e vou em frente. Quem quiser que ganhe sua boa morte, merda. O que me preocupa é assunto de vida. Foi quando estive com Granados no rio Amazonas, pisando ao mesmo tempo Peru, Brasil e Colômbia? Ah, cada um de nós virando dez, pensei, cem, mil, até dar jeito neste puto deste Continente desgraçado! (BDJ, 162)

E um último ensinamento, para Eustáquio recolher e juntar aos outros, com mais uma indicação alusiva à sua sobrevivência. “Você, Eustáquio, que ainda tem pela frente mulheres e garrafas de rum, diga a quem perguntar que eu espero que os homens futuros compreendam êstes nossos tempos em que os médicos desceram dos lazaretos para matar homens sãos.” (BDJ, 163)

Para o momento final da paixão, posicionam-se o Comandante, vítima sacrificial, e Eustáquio, testemunha. “Foi Eustáquio quem entrou trêmulo na escolinha de La Higuera, onde algemaram o Comandante e o sentaram contra a parede. / Eustáquio foi largado a um canto do chão como um fardo, apesar da púrpura que lhe

cobria os ombros.” Dali ele ouve a última homilia, com ecos do *Eclesiastes* (“um tempo de plantar”) e do segundo dos dez mandamentos (“usar seu santo nome em vão”).

Disse o Comandante que como em sua vida não acumulara nenhuma riqueza e como os países leprosos eram muitos deixava de herança pedaços de si mesmo a serem semeados por tôdas as terras em que vivera. / Que mandassem à Argentina sua mão direita e ao Brasil sua mão esquerda pois ambas continuariam fazendo a única coisa que tinha aprendido a fazer a fundo, a saber, a revolução. / Há um tempo de plantar com as mãos, e há um tempo de plantar as próprias mãos. / De suas mãos não necessitavam os cubanos que já fizeram a revolução, em lugar de usar seu santo nome em vão, mas mandava aos cubanos seu coração para que não perdessem a ternura. (BDJ, 164, vale para as anteriores.)

E assiste ao *consumatum est*, o ato final.

E o Comandante ficou em silêncio, esperando que o fuzilamento libertasse de seu corpo a lição, feito uma alma. / Os oficiais apontaram as armas para o Sargento Terán, que para não morrer desfechou o tiro no coração do Comandante. / Quando o viram morto os oficiais arrastaram o corpo do Comandante e colocaram seus pulsos sobre uma mesa. / Depois ergueram juntos uma machadinha de açougue e decepavam primeiro a mão esquerda e depois a mão direita do Comandante. (BDJ, 164-165)

A leitura de qualquer uma das volumosas biografias de Che Guevara hoje disponíveis (Anderson, Castañeda, Taibo II) mostrará quão fantasiosa é esta versão da sua morte, mas lembremos que Callado não podia ter acesso a elas em 1970, e isto é ficção, não “um trecho de história”. Os pesquisadores dizem que o guerrilheiro capturado com Guevara usava o codinome Willy, era boliviano, chamava-se Simon Cuba Sarabia, e também foi assassinado na escola de La Higuera. O narrador do romance não nos diz como Eustáquio teria sobrevivido, escapado e voltado para Cuba, aposta mais uma vez na adesão dos leitores à suspensão da incredulidade, ao pacto ficcional. Mas há pelo menos uma indicação, ainda que não taxativa, um pouco ambígua, de que foi esse o destino do discípulo do Comandante. Quando Aniceto sequestra o avião e leva Mariana e Da Glória (sem falar no resto dos passageiros) para a ilha do Caribe, pensa no “recado que ia dar a Eustáquio, a algum deles” (BDJ, 208).

Se pensarmos no contemporâneo Guevara do *Método prático de guerrilha*, o Guevara recriado por Marcelo Ferroni com a aparente intenção de questionar, diminuir e desmitificar o chamado *guerrilheiro heroico*, e o compararmos com o Guevara de Callado, fica patente a diferença: o escritor carioca celebra o herói, dá-lhe uma dimensão sobre-humana, torna-o uma espécie de semideus num tempo em que a revolução, palavra que não precisava de complementos, tinha uma própria e vibrante

ressonância, se não arrastava multidões, pelo menos falava à sensibilidade de muitos leitores.

BAR DON JUAN. JACINTO, MAIS-NOVO, PINTURA E COQUETÉIS MOLOTOV

Quando surge no romance, Jacinto é um estudante meio garoto, tem quase dez anos menos que Mansinho. Admira o irmão, para ele um modelo, inclusive na luta política. Interessado em artes plásticas, pintor, estuda no Museu de Arte Moderna. Mansinho, naquela manhã em que fugira do apartamento de Mariana, havia prometido “levar seu irmão caçula a visitar a princesa em sua torre” (*BDJ*, 11). A torre era o edifício do Banco Boavista, na Praça Pio X, e “Jacinto ficou meio decepcionado” quando soube disso. Notemos que a cena contempla, em simultâneo, os interesses dos dois personagens: Mansinho olha guloso para a agência bancária, Jacinto se deslumbra com a pintura.

— Ué! E a princesa? / Entraram no Banco, Mansinho olhando atento os tabiques de vidro onde os caixas trocavam cheques por dinheiro, a disposição das mesas, os guardas armados, a circulação do imenso andar térreo. Um elevador estava parado, o cabineiro esperando passageiros. Entraram e quando a porta abriu no quinto andar um funcionário uniformizado se levantou da mesa: / — Dá licença — disse Mansinho — viemos ver o quadro. / Jacinto se adiantara, sem nada dizer, olhos arregalados para a grande tela flamejante de sol que refulgia nas alabardas e no cálice da consagração que o frade erguia nos ares, mergulhara na ordem alarmante que reinava por um fio entre flechas, arcabuzes, capacetes: no instante seguinte, as alabardas iam furar a pele do céu e o sangue jorraria no cálice antes de escorrer pelas mangas do padre, pelo altar, pela floresta. Aquela primeira missa rezada no Brasil era também a última. (*BDJ*, 12, vale para a anterior.)

A tela mais famosa, que tem por assunto a primeira missa no Brasil, é a de Victor Meireles, pintada em 1860, leitura acadêmica, bem comportada, harmoniosa, do motivo histórico. Portugueses assistindo devotamente ao ritual, multidão de índios presente, movida, assim imaginamos, pela curiosidade. Representação pictórica de um dos atos fundadores da nacionalidade ao gosto ideológico do século XIX. Mas não é diante dessa tela que Jacinto arregala os olhos. Em ensaio sobre Candido Portinari escrito pelo próprio romancista de quem tratamos, podemos ler: “no ano de 1948, vamos fixar, com a ‘Primeira Missa’, do Banco Boavista, outro marco miliário — o de Portinari pintor histórico” (Callado, 1978, p. 57).

O quadro havia sido encomendado pelo português Thomaz Oscar Pinto da Cunha Saavedra, terceiro barão de Saavedra (Virgílio, 2013) para decorar a sede do seu

banco, em prédio projetado por Niemeyer. Muito diferente da concepção acadêmica de Meireles, homenageia seu predecessor reproduzindo o mesmo momento da liturgia, a consagração do vinho, mas usa recursos bastante diferentes, reunindo aspectos das vanguardas modernistas, como o cubismo, e algo do rústico realismo da arte popular, além do tratamento das cores e da luz. Mas as flechas que deveriam entrar em confronto com os arcabuzes constituem uma tensão latente, visto que, ao contrário da tela de Meireles, não há índios, só há europeus na de Portinari. Se também trata da fundação da nacionalidade, é uma nacionalidade estabelecida pelo colonizador.

Depois da visita ao quadro, Mansinho aproveita, mestre, a oportunidade da lição para um reforço na consciência social do seu caçula. “—Viu? A tua princesa. Sequestrada no quinto andar de uma casa bancária como se fôsse uma barra de ouro ou um saco de dólares.” E o modo como o narrador descreve a reação de Jacinto dá bem a medida da admiração do mais novo pelo mais velho. “Foi com certo medo e muito orgulho que Jacinto viu a expressão de Mansinho, que olhava o Banco como um terrorista árabe olhando uma sinagoga.” (*BDJ*, 13, vale para a anterior.) A imagem final, nos dias correntes, tem boa chance de ser apontada como pouco própria, por antissemita, pelos incansáveis patrulheiros do politicamente correto.

Jacinto surge de novo, demonstra timidez de estudante, orgulho pelas conquistas eróticas do irmão e por colaborar nas atividades clandestinas, quando Mansinho leva Karin ao Rio Comprido para conhecer sua família, depois dela fazer “uma observação sociológica [...] segundo a qual os brasileiros costumam muito a convidar pessoas para uma visita a sua casa”. Foi preparado “um jantar paraense de tartaruga, pato, e o açaí” e “o velho Frederico e o rapazola Jacinto sentiram um orgulho tribal ao ver entrar pela porta da casinha do Rua do Bispo aquela *Viking*” (*BDJ*, 56, vale para as anteriores). O irmão mais novo esforçou-se em mostrar seu bom comportamento, mas ainda assim precisou ser contido.

Jacinto falou pouco, entrou em surdina, não enxugou o molho de nenhum prato com miolo de pão e mostrou a Karin o pé de arará dos fundos do quintal. Não fôsse a intervenção de última hora de Mansinho, teria mostrado também, no sótão, os coquetéis Molotov e as pequenas bombas caseiras que ajudava Mansinho a fabricar. Mas mostrou-lhe uns quadros de protesto que pintava lá em cima e a vista da janela, que antigamente abarcava o canal do Rio Comprido mas que agora morria contra o paredão do edifício ao lado. (*BDJ*, 56-57)

Já vimos as ressalvas de Aniceto em relação a Mansinho pelo modo como ele trata as mulheres. Mas isso não alcançava o irmão. “Aniceto conhecia bem a família de

Mansinho e até pedia a Deus que se um dia lhe desse um filho o menino fôsse como Jacinto.” (BDJ, 61) É por involuntária indiscrição de Jacinto, ao convidá-la a ver sua nova série de gravuras, que Mariana vê confirmada a *ação direta* de Mansinho como expropriador.

Uma das alegrias da vida de Mariana era acompanhar o florescimento da pintura de Jacinto. Ela própria, anos atrás, tinha dado ao garoto, que era então Jacinto, massa para esculpir, aquarela de loja de brinquedo, tubinhos de óleo que êle pedia — e até hoje guardava extraordinárias amostras dêsse tempo, com mêdo que fôsse uma fase precária e que o talento do menino se esvaísse com o buço. Mariana conhecia as pastas, os álbuns, os baús em que Jacinto guardava a produção recente. Enquanto Jacinto tirava de um armário cartazes incendiários que fazia, para passeatas, Mariana descobriu uma maleta que não conhecia, preta, compacta, e abriu o fecho. A mala continha pacotes, pacotes e mais pacotes de cédulas de dez cruzeiros, sólidamente comprimidas. Jacinto, como se de repente se lembrasse de algo que Mariana não devia descobrir no canto em que se achava, chegou ao pé dela. (BDJ, 80-81)

Ao saber que era dinheiro de assaltos, ela se assusta.

— Jacinto, você não está metido nisto, está? / — Ainda não, mas para o ano Mansinho promete que me leva. A gente tem de preparar a revolução, não tem? Papo só não resolve. O Murta desta vez foi com o Mansinho. Correu tudo na maior ordem. A turma está ficando o fino. Da outra vez, lá na Piedade, o guarda que morreu deu um tiro antes. Raspou o braço de Mansinho. Mas foi a única vez. / [...] / — Mas é um perigo guardar o dinheiro aqui — disse Mariana. / — Não te apoquentes não, Marianinha. É que a gente está esperando o emissário. Tem muita graxa nas engrenagens. As águas vão rolar, Mariana. (BDJ, 81)

Os assaltos prosseguem, e Mansinho continua levando malas de dinheiro para casa. Jacinto, como guardião do dinheiro, ainda que não participe dos assaltos, sabe de tudo, já é no mínimo cúmplice da luta clandestina. Uma etapa da vida de Jacinto aproxima-se do fim. Ao saber da viagem do irmão, mostra-se ansioso em participar mais da luta.

— Escuta, maninho, não diz nada por enquanto aos velhos, mas eu não sei quando é que vou poder aparecer aqui de nôvo. A partir de Mato Grosso, me mando aí pelo interior. Depois você transmite a êles o que estou te dizendo. / — Mas... você não vem mais cá? disse Jacinto. / — Claro que sim, mas talvez fique clandestino algum tempo. Recados te mando com frequência, pode estar tranqüilo. / — E eu? Quando é que eu entro? / Mansinho sorriu: / — Ano que vem, sem falta. Agora escuta. Nós seguimos para Mato Grosso amanhã. O dinheiro que está aí só pode ser recolhido três dias depois da minha partida. (BDJ, 89)

Dá em seguida indicações sobre o recolhimento do dinheiro. Jacinto passa recado de Karin, e é este, embora eles não saibam, o momento de despedida definitiva dos dois irmãos.

Jacinto é um personagem cuja trajetória pode ser dividida em antes e depois da derrota do projeto de Guevara para a revolução continental. Periférico quando a ação guerrilheira está a cargo dos mais velhos, passa a primeiro plano da luta política após a morte de João, Geraldino, Che e seus guerrilheiros, e, principalmente, depois da primeira morte, a de seu irmão. Esse segundo momento de Jacinto ocorre num ambiente de acirramento da ditadura que se consolidará após a edição do AI-5, e a radicalização da juventude estudantil no confronto com o poder autoritário. É preciso lembrar que há uma distorção cronológica que condensa a realidade histórica no modo como a trama está construída, na dramatização. A prática dos assaltos a bancos pela esquerda armada é posterior, e não anterior, à morte de Che Guevara. Como não se trata de relato histórico, mas prosa de ficção, a arte literária autoriza tais licenças.

O personagem vai reaparecer, já em sua segunda pele, quando os restos mortais de Mansinho, provavelmente mais de um ano depois de sua morte, são trasladados ao Rio de Janeiro onde, após cerimônia fúnebre, serão sepultados.

Pouco antes de chegarem à gaveta que ia receber o caixão de Mansinho, Laurinha sentiu a mão de Adelaide que se contraía no seu braço. Com os olhos Adelaide apontou ao longe um vulto esguio de rapaz, entre um pé de acácia e um anjo de sorriso alvar. Jacinto. Apesar do bigode que deixara crescer, bem Jacinto. Laurinha olhou dona Adelaide, espantada. / — Veio ver de longe a passagem do irmão — disse dona Adelaide. / — Mas... por quê? / — A Polícia foi lá em casa, revirou tudo, vasculhou tudo, e queria encontrar Jacinto. / — Quando foi isso? / — Logo que Mansinho... Nós ainda nem sabíamos. Tivemos a notícia da morte dele pela visita da Polícia. / Quando Laurinha de novo o procurou com os olhos Jacinto havia desaparecido. (BDJ, 176)

O rapaz também deve ter visto Laurinha no funeral do irmão. Pouco dias depois foi procurá-la, na floricultura onde ela trabalhava depois de libertada e de voltar ao Rio, “um rapaz de bastos bigodes e óculos de aro de metal, acompanhado de outro, pouco mais velho” (BDJ, 178-179) e o “do bigodão deu um beijo estalado no rosto de Laurinha. Era Jacinto, menos reconhecível agora com os óculos além do bigode”. No modo como responde aos cuidados de Laurinha, demonstra o menosprezo à eficiência de seus inimigos. “— [...] Nunca durmo em casa, por via das dúvidas, mas os caras não são de nada. Eu passo lá umas duas vezes por semana, para ver os velhos e trocar de roupa. Vou assim de noitinha. Eles nunca mais voltaram.” O amigo de Jacinto, João Batista, se declara admirador de João e de sua luta, discorre sobre as diferenças entre as duas gerações de revolucionários.

— [...] Em comparação com êle somos duros e frios e por isso nossa revolução há de vingar. Mas será graças a êle, sabe, até graças aos erros dêle, que seriam os nossos. Estamos organizados para uma luta que morte nenhuma pode alterar. Só incendiando as cidades do Brasil conseguiriam destruir todos nós. (BDJ, 179)

Segundo esses novos revolucionários, que avaliam a si mesmos como “duros e frios”, a luta não mais será rural, como pensava Guevara, será nas cidades, será guerrilha urbana. Para derrotá-los a ditadura precisará destruir as cidades, e, possivelmente, muitos dos que as habitam. Jacinto também dá notícias da sobrevivência de Murta, agora internado no hospício do Engenho de Dentro, e reage como o antigo Jacinto (“intimidado, criança”) à repulsa de Laurinha contra aquele que ela considera responsável pela morte de João. “— E vocês se arriscando a visitar êsse idiota! / Jacinto falou intimidado, criança por trás dos bigodões: / — No hospício é fácil. Não perguntam nada não.” (BDJ, 180) A visão que Jacinto e o amigo têm de si mesmos e de seu movimento, no qual querem que Laurinha se integre, não é de modo algum compartilhada pela viúva de João. “Laurinha olhou os dois rapazolas com ternura e pena. Na informe luta brasileira eram como os garotos que os exércitos em desespero convocam no fim das guerras, quando os homens já foram aniquilados.” (BDJ, 181)

O último ato da trajetória de Jacinto serve para demonstrar, na prática, os enganos da sua concepção (“os caras não são de nada”) e o acerto da avaliação de Laurinha. Vai à casa dos pais com todos os cuidados, faz antes um telefonema codificado para saber se há vigilância ou estranhos nos arredores, pretende apanhar um resto de dinheiro que ficou debaixo de umas tábuas do assoalho do sótão, depois disso pouco pretende voltar à casa do Rio Comprido. E parece ter havido uma troca de papéis entre os irmãos, na memória de Jacinto.

Êle era agora, depois da morte do irmão, uma tal fonte de aflição para Adelaide e Frederico, que sabia que os dois se conformariam com sua ausência. Logo que ampliasse o número de aparelhos com que contava o movimento, nem êle nem seus companheiros necessitariam mais de suas casas como ponto de apoio. E assim teria de ser, doravante. À medida que recuava um pouco no tempo e adquiria seu contorno definitivo, a morte de Mansinho cada vez mais parecia a de um irmão menor. Era de quase dez anos a diferença de idade, mas, depois de morto, Mansinho surgia na sua lembrança como o caçula. Isto não significava menos e sim mais ternura. Até mesmo a acusação meio absurda que se fazia Jacinto de não haver protegido o irmão como devia, não representava nenhuma idéia de superioridade. (BDJ, 197)

Numa feira livre que encontra no caminho compra uma abóbora grande e algumas verduras. Pretendia usar a abóbora para esconder o dinheiro. A agitação da feira traz-lhe alguma coisa à memória.

Um crioulo gigantesco [...] fazia prestidigitação com batatas da terra. As cores, o sol enfiando espadas pela lona das barracas, o negro de braços para cima aparando as batatas: Jacinto estacou sentindo o quadro que crescia ao seu redor, êle participante do quadro, o povo na feira-livre vivendo a Primeira Missa que Mansinho lhe mostrara trancada num cofre e que um dia, vingando Mansinho, êle retiraria do cofre para erguer como um estandarte à frente do povo em revolta nas ruas do Rio. (BDJ, 198)

Mas Mansinho não verá essa revolta. Estava levantando as tábuas no sótão para apanhar o dinheiro que enfiaria dentro do oco da abóbora

[...] quando soou na casa o grito estrangulado, o mugido de angústia de dona Adelaide abafando o ruído sêco da porta da frente arrombada pelo golpe conjunto de dois homens. Eram os mesmos da visita anterior. Conheciam a casa e tomaram o rumo do sótão. Jacinto tentou num frenesi recolocar a porta no lugar mas ela lhe escapou das mãos, rolou a escada ao encontro dos invasores que ao verem o rapaz armado de canivete e chave de parafuso atiraram. Jacinto recuou, ferido, buscando onde se esconder, onde se acobertar e como os homens viessem subindo e atirando precipitou-se para a janela, passou uma perna pelo peitoril e foi praticamente empurrado ao espaço pelo impacto das balas calibre 45 que lhe entraram pela cara, pelo ombro, pelos rins, até que Jacinto, seguro pelas mãos que desmaiavam na ponta dos braços, escorreu lentamente pela parede e foi se estatelar morto no quintal, não longe do pé de aracá. (BDJ, 200-201)

O mesmo pé de aracá que, um dia no passado, ele mostrara tão feliz a Karin.

Talvez Jacinto gostasse de saber que no final de 2012 o painel de Portinari *A primeira missa no Brasil* deixou de ser a princesa sequestrada por banqueiros e tornou-se um bem público, adquirido pelo Instituto Brasileiro de Museus do Ministério da Cultura para o Museu Nacional de Belas Artes, localizado na Cinelândia, Rio de Janeiro, e pode ser visto por qualquer um que visite o local. (Vírgilio, 2015) Talvez não gostasse tanto de saber que o quadro não foi expropriado aos banqueiros por uma revolta popular, mas foi pago com dinheiro público, ou seja, dinheiro dos impostos, ao banqueiro seu último proprietário particular.

BAR DON JUAN. JUVENAL MURTA ENCARNA MURTA-MARTINEZ

Murta surge sorrateiro, surpreendendo Laurinha na sala do seu apartamento enquanto ela contempla, no meio da noite, a piscina e o jardim do casarão dos alemães, no bairro de Santa Teresa. Entra com um gravador reproduzindo o canto do rouxinol, efeito especial, parte da encenação que ele criou e vivencia atribuindo a si mesmo o papel de Tristão, a Laurinha o papel de Isolda e a João o papel de rei Marcos.

— Ah, seu patife, era você? — disse Laurinha. / — Era o rouxinol. / — Francamente, Murta, me fazendo de pateta. Bem feito para eu não deixar a porta aberta. Fiquei quase em êxtase. / — O êxtase está correto. Em êxtase ficava Isolda quando o caçador Tristão a acordava imitando o canto do rouxinol e lhe mandava pétalas de flor pelo riacho que passava por dentro da câmara em que dormia a Rainha. O rouxinol é verdade, está gravado aqui. Isolda é verdade. A história se repete, agora que estamos todos vivos de novo. / — Tristão é um vigarista. (BDJ, 13)

Essa declaração de Murta, “agora que estamos todos vivos de novo” constitui um motivo ligado a ele que vai ecoar ao longo do livro. Quando atira, na piscina dos alemães, uma pedra de gelo que pescou em seu copo de uísque, Laurinha diz que ele é um chato, acordou seu lago. Murta continua a representar seu personagem.

— São os primeiros gêlos que chegam ao país de Tintagel. Pode deixar que eu atendo. Alô, João. / — Como é que você sabia que era eu? / — Ó rei Marcos, rei burro, quem havia de telefonar para Isolda a estas horas? Precisarrei dizer a Vossa Majestade que aqui fala Tristão de Leonis? / — O que é que vocês estão fazendo? / — Nada do que você devia temer, nada do que eu devia ousar. Estou tomando uísque só que com gelo importado da Irlanda do Morholt. Laurinha continua à janela, contemplando a neve que transforma em paineiras os carvalhos de Perceval. (BDJ, 14)

Nesta primeira cena já é possível vislumbrar o personagem: um artista, cineasta, poeta, hábil com as palavras, que não se contenta com a banalidade do cotidiano, recria a prosaica realidade transformando-a pela fantasia, e a fantasia vai levá-lo além das fronteiras dos seus delírios imaginativos, performáticos, espécie de teatro invisível (ou cinema invisível) que acaba mudado em real.

Frequentador habitual do Bar Don Juan, é nesse *habitat* que temos uma descrição de sua aparência física, misto de *hippie* e bicho grilo, na terminologia da época. “O primeiro a chegar ao Bar foi o Murta, cabelo ainda mais comprido que de costume, calça *Lee* rapada, medalhão de fôlha de Iemanjá pendurado duma corrente sôbre o peito magro e peludo.” E uma primeira amostra de sua indiscrição. “— Como é João, vai falar com o homem em São Paulo? / — Nem uma palavra aqui sôbre o assunto.” Mas não é com a primeira advertência que Murta vai se conter. O uísque que ele se põe a tomar ainda acelera mais sua atividade cerebral e ele precisa expor suas visões do futuro, sobre mais uma espécie de *homem novo* em gestação, tese tão cara a guerrilheiros da América Latina ou da África.

— Aceito o convite para entrar na tua revolução, João, mas... / — Não fala nisto aqui, já disse! Aqui não discuto mais nem a Revolução Russa, com o Paulino. / [...] / — Aceito o convite para o baile, João, mas a vocação brasileiro vai mais fundo. Nós vamos mudar os culhões do homem. O bicho está pronto para virar espécie nova. Os países adiantados estão procurando novos símbolos e o Brasil odeia símbolos, mitos, velharias. Meu filme está

todo bolado e você vai ver como é que a gente encarna nos troços. O que é que você pensa que é a palhaçada da nossa vida política? / — Não é símbolo não, é palhaçada mesmo. / — Exato. A gente vai é encarnar. Eu ontem filmei um negro numa macumba da Praia do Pontal. Está encarnando nêle um cavalo de santo. Fizemos uma vaquinha para comprar para êle uns sapatos especiais porque o seu pé está virando casco. O crioulo vai cair de quatro. Não sabe mais ficar em pé feito a gente. A tua revolução... / — Cala a bôca, Murta. (*BDJ*, 31, vale para as anteriores)

Atentemos para o bestialógico, a confusão, no discurso de Murta. O santo encarna ou baixa no cavalo, que seria o tal participante no terreiro da Praia do Pontal, em quem, segundo Murta, estaria encarnando, parece que literalmente, um cavalo de santo e provocando uma mutação zoomórfica que já necessitaria de sapatos especiais, aparentemente sapatos para cavalos que não sejam ferraduras, se é que existe tal coisa. A garrulice de Murta muda de direção.

— E Laurinha, quedê Laurinha? Já virou Isolda, a Rainha? — Laurinha está em casa — disse João, sêco. / — Não me honre com seu ciúme de Don Juan taverneiro. Bem sei que sou jovem e belo e você, sem ser feio, é quarentão. Mas apesar de jovem e belo sou impotente. Pelo menos com as mulheres que amo, como Laurinha. Sou um retardado sexual, perseguido pela beleza de minha mãe, a qual beleza herdei. As mulheres que amo são santas para mim. Posso me deitar com elas, os dois nuinhos, e ficar ouvindo através dos tempos canções de ninar menino. (*BDJ*, 31-32)

Murta não para. Critica Mariana pela “lamentável paixão” por Mansinho, chama este de “calhorda” e de “pulha”, refere-se a Geraldino como “padre renegado”. Murta está, como diz Mariana, exercitando seu encanto de dizer “exatamente o que” lhe “passa pela cuca”. (*BDJ*, 32) No bar estão também “jovens cineastas do grupo contrário ao Murta”, mas ficam em outra mesa, arregimentados, ao que parece, por “Cabanès, o jornalista francês” (*BDJ*, 33). Murta quer saber se Mariana dormiu com João, antes de Laurinha, declara que se fosse mulher “dava” para ele e, quando Mansinho diz que isso “de sexo igual não quer dizer nada”, que fosse em frente, Murta declara: “— A você eu não dava nem que você me cercasse com o bando inteiro de Lampião” (*BDJ*, 34), o que parece indicar que ele tinha João em melhor conta. Quando começam a falar no romance de Gil Setúbal, Murta também tem o que dizer, continua no tema das encarnações: “— Um livro da cacêta [...] o maior que já saiu dessa bugrada brasílica. Encarnou a choldra. / — Acho exatamente hermético para o Brasil — disse Mansinho. / — O Brasil é hermético.” (*BDJ*, 36) Murta sabe da inveja que Mansinho tem do talento de Gil. E explica o que ele deve fazer para, não superar, “emparelhar” com o escritor.

— Não se trata de hermetismo, Mansinho, mas das coisas vistas por dentro [...] O Gil encarna. Se você quer emparelhar com êle faz o mais fácil: mostra as coisas por fora, a mania do brasileiro com a realidade. E mostra antes do

meu filme, porque depois dele não vai ficar nada a dizer sobre o Brasil demente da realidade. Faz isto em livro. Vira o Gil pelo avesso. (BDJ, 37)

Em meio à confusão de briga que encontram no Bar, quando Murta volta após buscar Laurinha, Cabanès tenta abordá-la em francês e em inglês. Murta repele o jornalista, ao mesmo tempo fica-lhe agradecido e ritualiza o agradecimento. “— Ela é surda e muda [...] *Sourde-muette*, sabe. *Circulez!* / — *Ah, pardon, c’est votre femme.* / — Quem me dera. Deus te abençoe. / Murta mergulhou um guardanapo no copo de uísque e borrifou Cabanès.” (BDJ, 41)

Apesar de sua rebeldia quase juvenil e de suas críticas desaforadas a Mansinho, Murta comporta-se como se fosse escudeiro dele, parece considerá-lo alguém que merece seus serviços. O primeiro exemplo é o episódio do encontro com Karin. Embora Mansinho a tenha avistado antes, “[d]escalça, de *short*, e blusão azul-marinho, loura e tostada de sol”, no réveillon de 1967, no Leblon, na festa de Iemanjá, foi Murta quem “num deslumbramento marchou para Karin, ajoelhou-se a seus pés, braços erguidos, e bateu três vezes na areia, bradando: / ‘Iemanjá encarnou! Ela encarnou, saravá!’” Tamanho entusiasmo assustou a moça e fez Murta levar uma bronca. “‘Seu idiota’, disse Mansinho, ‘aquilo é caça que se afugente assim?’” (BDJ, 54, vale para as anteriores.) É Karin a musa inspiradora do poema que Murta começa a escrever ali na praia e do qual aparecem três fragmentos. É uma oportunidade dada aos leitores para fazer juízo próprio a respeito da qualidade (ou falta de) do personagem como verzejador. Os fragmentos, citados em seguida, não estão na ordem em que aparecem no romance, mas numa ordem que considera a lógica do seu desenvolvimento: cenário, problema, conclusão.

Todo coberto de lírios / de velas, fogos e círios / o ano estava estendido / das areias de Ipanema / aos rochedos do Leblon. / Diante do ano morto / Iemanjá dá reveillon. (BDJ, 58) Dançando no gume fino / da meia-noite lunar / fora de qualquer ano / fora do tempo e da vida / suspenso em cima do nada / me diga alguém se é da terra, / meu amor, o se é do mar. (BDJ, 54-55) Ai! amor que não vai sarar, / nascido fora do tempo / que tempo é que o vai curar? (BDJ, 55)

Ele próprio se tem em boa conta, diz que o fecho do poema, os três últimos versos constituem “um grito de desespero amoroso que me mergulha para sempre na corrente principal da lírica lusa”. Mansinho pouco está interessado na “lírica lusa” ao vê-lo surgir já dia claro, descalço e sujo de areia, quer saber se ele encontrou a mulher.

“A Vênus de Cirene, a Iemanjá de Leica? Claro. Do contrário como é que eu ia fechar o poema? É sueca, fotógrafa e repórter. E louca.” / “Quedê ela?” /

“Dentro d’água. Estava de biquíni por baixo do *short*. Quis me arrastar ao banho mas eu tive medo da iara.” / “Enderêço?” / “Ali pela Lagoa, apartamento, sei lá.” / “Telefone?” / “Telefone anotei.” / Mansinho avançou no pedaço de papel que Murta tirou do bolso. (*BDJ*, 55, vale para a anterior.)

Murta deixa Mansinho levar o telefone como o cão que, depois de fazer todo o trabalho, entrega a caça (com todo respeito a Karin) ao dono.

O segundo exemplo da submissão de Murta a Mansinho é o seu recrutamento.

Estava o Murta convencido de ser provávelmente o único ser vivo a ter senão a honra pelo menos a originalidade de dever sua conversão a Mansinho: fora por êle convertido à ação revolucionária direta. Mansinho viera com o intuito exclusivo de transformá-lo em chofer da revolução, mas começara astuto, manhoso, desmoralizando Murta como falso subversivo, como cineasta que não fazia filmes, poeta amoroso que não amava ninguém. (*BDJ*, 69)

Embora ainda descrente da proposta, Murta aceitou o convite-desafio de Mansinho. “Graças a Deus o dia estava tórrido porque, mesmo assim, Murta ao volante se controlava para que os dentes não se entrechocassem de frio em sua bôca.” Depois que Mansinho e os companheiros entraram no Banco, Murta ficou ao volante, estacionado na porta, apavorado pela proximidade do Ministério do Exército.

Murta soube depois que o tempo de espera não ultrapassara três minutos e meio [...] mas para êle o mundo havia parado e o tempo soldara-se na eternidade. Desfilavam ao seu redor [...] os três bilhões de homens que haviam vivido desde os tempos do Tigre e do Eufrates, na Mesopotâmia original, até os seres nascidos em Brasília. Ao sentar de nôvo ao seu lado, Mansinho lhe dera uma valente cotovelada, para que seu pé apertasse o acelerador e o fusca rodasse pela frente da sentinela do Ministério do Exército e tomasse o rumo combinado do Túnel da Gamboa, que ao Murta pareceu mistagógico e vaginoso, como se pelo sombrio tubo regressasse êle próprio da Mesopotâmia em nova encarnação. (*BDJ*, 71)

O novo Murta, agora um revolucionário de verdade, não de boca, como havia dito Mansinho para recrutá-lo, surge mais uma vez no Bar Don Juan em espalhafatosa entrada, salvando Mansinho, encrencado com Karin, Dora e Mariana.

Mas chegava o Murta, eufórico, desgrenhado, o blusão aberto descobrindo a placa de Iemanjá sobre o peito cabeludo como se a deusa das águas tivesse fugido para a floresta. Murta beijou a nuca de Mariana que se levantava, obrigando-a a sentar, e beijou o decote da blusa de Karin. / — Que dia! Que dia! — disse o Murta. — Dia da encarnação, na terra da encarnação. Hoje ingressei nas grutas da consubstanciação. / Feliz como estava com a chegada do Murta, Mansinho teve medo que o assalto ao Banco tivesse desengonçado de vez as velozes e delicadas engrenagens mentais do companheiro e que ali fôsse relatar o acontecido. Mansinho pigarreou, pisou o pé de Murta mas Murta se limitou a olhá-lo com sobranceira. (*BDJ*, 85-86)

Murta não pretendia falar no assalto, vinha ansioso por contar a maravilhosa história que ouvira a um marinheiro da Amazônia, “num botequim da Praça Mauá” onde havia

tomado “umas batidas de fogo e luz”. História sobre os perigos que correm marinheiros e passageiros, ameaçados por “índios que envenenam as flechas na corola das flôres monstruosas e com o fel de bichos peçonhentos”, e que ao anoitecer “os gomos de plantas católicas e plantas de pajé” se abrem, produzindo “choque dos cheiros doces e das exalações de podridão” que fazem “passageiros tontos” cair “nas águas” e emergir “na esteira do navio, de bôrco, uma flecha cravada no dorso” (*BDJ*, 86). Murta não podia saber que estava diante de uma antecipação de seu destino, que em breve incluirá índios, flechas e canibalismo, distante da planejada luta guerrilheira.

Na reunião do grupo, no sítio, em Mato Grosso, Gil entrega algumas das suas páginas de notas também ao Murta, e talvez quisesse fazer dele portador da parte que cabia a Mansinho.

— Para o camarada Murta, tenho aqui Arraes, Julião e a revolução nos campos. Documentei o trabalho das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais do Nordeste. Para Mansinho ausente, se lhe interessar, tenho a revolução pelo foco de Brizola, com a formação, e em seguida o abandono, de grupos guerrilheiros por tôda parte. (*BDJ*, 122)

Ao fim da partilha com os outros e da exposição de razões que levaram o escritor a desistir do projeto, o escudeiro de Mansinho ainda está confiante o suficiente para largar algum sarcasmo sobre o anfitrião. “Murta exagerou um bocejo natural em ruidosa demonstração de tédio: / — Agora, minha gente, temos mesmo de fazer a revolução, para Gilzinho não perder as notas dêle.” (*BDJ*, 123)

Depois disso sucedem-se o assalto frustrado, a morte de Mansinho, a fuga de Murta, o ataque à *Faceira* e o fim do projeto dos brasileiros de se reunir a Guevara. O próprio Che não duraria muito mais. Murta, como sabemos, sobrevive, graças a uma chata de transporte de minério na qual se refugia e desce o rio por alguns quilômetros, aproveitando para dormir e se recuperar dos acontecimentos e do excesso de adrenalina. “Quando acordou, noite ainda, saiu do seu minério para as águas e para a margem boliviana. Negro, exausto, pingando água, lembrou-se de João e disse a si mesmo, esmurando a própria cabeça: / — Eu! *Isto!* O único brasileiro que chegou à Bolívia!” (*BDJ*, 170) Também para Murta, como já havia acontecido com Jacinto, vai se iniciar uma nova etapa da vida, sua encarnação em Murta-Martinez.

Abrigado com o casal Martinez e Carmencita, que vivem na floresta, da exploração da borracha, Murta terá um tempo para refletir sobre sua vida. No começo, entre o silencioso Martinez e a sociável Carmencita, Murta mostra-se preocupado com “a vizinhança de índios bravos”, talvez canibais. “— Êles não comem gente? — disse o

Murta. / Martinez fez um sinal afirmativo. / — E não pode acontecer que êles te ataquem um dia? / Martinez fêz que não, continuou empilhando sua borracha. / — Você já viu êles comerem alguém?” (*BDJ*, 171, vale para a anterior.) Murta adquire o hábito de falar a Martinez mesmo sem conseguir respostas. “— Eu preciso ficar algum tempo aqui para tentar pela última vez botar minhas idéias em ordem. [...] Cada vez que penso em Laurinha só tenho vontade de morrer.” (*BDJ*, 172) Até desenvolvem um diálogo de surdos, Martinez calado, Carmencita dizendo que gostaria “de ver de nôvo uma cidade como Cuiabá”, e Murta falando naquilo em que não pode parar de pensar.

— João eu vi quando caiu e a metralha em cima dêle era como se a gente batesse com uma vara um tapete pendurado para tirar o pó. Os outros vai ver que morreram também. E Laurinha, meu Deus, Laurinha! E o Comandante que morreu no mato dêle sôzinho, cercado de bolivianos treinados por americanos e por cães e helicópteros. Eu vi o helicóptero no dia da morte dêle, juro, carregando nas patas um homem e até me lembrei da juriti do Geraldino carregando o esposo morto e talvez esteja morto Geraldino como morreu o Comandante Che...

Ao mencionar “o Comandante Che”, Murta provoca inesperada e mais que estranha reação em Martinez, que mostra “o rosto intenso, [...] a cara pela primeira vez vincada, interessada, fascinada” (*BDJ*, 173, vale para a anterior) e mais, contrariando sua postura até aquele momento, toma a iniciativa da palavra.

— Ucê fabló? Ucê ijo nombre? / Murta olhou Carmencita como a pedir auxílio e socorro, mas Carmencita olhava Martinez aterrada. Martinez se levantou e cresceu para Murta, sem dúvida encolerizado: / — Vusted mira que miente como filho da perra. / — Que é isso, Martinez? O que é que você quer de mim? Eu sou seu amigo Murta. / — Falló que Che... / — Che Guevara? / Martinez assentiu com seu menear de cabeça, mas os olhos fuzilantes. / — Che Guevara morreu — disse o Murta. (*BDJ*, 173-174)

Murta deve ter estranhado muito, provavelmente pensava que Martinez nunca teria ouvido falar em Che Guevara. Mas, estranhamente, um mistério que o romance não desvenda, o outro não suportou aquela notícia, parecia ter perdido toda e qualquer razão para viver. Apanhou um fuzil e, com ele na mão,

[...] de repente deu no mais puro castelhano e na mais total fluência o berro que atroou os ares do Paraguai e do Amazonas como um soluço de fúria e desconsôlo: / — Ca-ra-joooo! / Depois uivando e chorando disparou o fuzil para cima, para os lados, para baixo, e índios apareceram na bôca do mato assombrados, carregando o corpo do índio que Martinez tinha acertado no meio da testa. Puseram o morto no chão e desandaram a falar enfurecidos, andando na direção de Martinez que carregava o fuzil e atirava a êsmo, outra vez sem falar, mas agora uivando muito, e os índios com suas bordunas o abateram a cacetadas. (*BDJ*, 174)

O leitor só terá novas notícias de Murta, e uma ideia do que aconteceu após a morte de Martinez quase ao fim do livro. Primeiro Jacinto dá a Laurinha notícia da sobrevivência de Murta, de seu atual destino e de seu remorso. A figura é lembrada quando Laurinha tem a impressão de ouvir, em algo que o amigo de Jacinto diz (“é importante saber que estamos todos vivos agora”, *BDJ*, 179), um eco de algo que Murta costumava dizer.

— Todos os que já viveram vivem conosco? — disse Laurinha. / — Isso era o Murta que nos dizia, falando no remorso dêle, dizendo que todos os homens, de todos os tempos, voltaram para condená-lo. / — Murta? Quando? / — Tem poucos dias — disse Jacinto — no Engenho de Dentro. / — Então está vivo? / — Vivo mas internado no hospício de doidos. Foi apanhado em Manaus e chegou ao Rio prêso. Depois enfiaram êle no hospício. / — E... Está doido mesmo? — disse Laurinha. — Porque êle sempre foi meio esquisito, não? / — Isso é que eu disse a João Batista, mas o Murta agora está magro de meter medo e muito mais sombrio. Diz que é o primeiro verdadeiro cidadão latino-americano, o único por enquanto. Mas tem uma coisa, Laurinha, que êle fala brando e sério, com uma sinceridade de dar pena. Que êle só se salva se tiver o seu perdão, se você disser que êle está perdoado. (*BDJ*, 179-180)

Laurinha ainda não está disposta a nenhuma espécie de perdão. Antes de chegar a isso precisará acertar-se consigo mesma, como veremos mais adiante, em seu perfil, até ser capaz de abandonar qualquer resquício de ódio, “encontrando e acolhendo de nôvo o Murta”. Este já procurara por Laurinha na floricultura, mas ela não estava e ele foi expulso pela portuguesa “brandindo um cabo de vassoura”. A proprietária o considerou “um mendigo ou coisa semelhante” e se enfureceu vendo-o “mastigar uma avenca enquanto esperava” (*BDJ*, 212, vale para as anteriores). Dona Maria contou o sucedido a Laurinha. “— Êle tinha um colar no pescoço — disse Laurinha — com um medalhão de Iemanjá? / — Que eu visse, não. Não tinha nada. Não sei como é que um imundo daqueles conhecia você. Espero que não me ponha mais os pés aqui, para comer as plantas.” (*BDJ*, 212-213)

Murta voltou quando dona Maria não estava e Laurinha ficou meio chocada com a mudança da aparência. Viu-o “com o uniforme de zuarte azul do hospital de alienados do Engenho de Dentro, sem barba, cabelo aparado rente.” Não viera sozinho. “Entrou com êle no telheiro das mudas uma mulherzinha encardida, morena escura. Sentou-se no chão a um canto, cachimbo na boca.” Não falou sobre o que se passara na Faceira. Começou um diálogo que irá aludir ao que se passou após a morte de Martinez, com intervenção da mulher que Laurinha não tinha ideia quem fosse.

— Eu estou aguardando, entre os doidos, disfarçado em doido, o instante de me revelar como o primeiro cidadão latino-americano de verdade, com meu verdadeiro nome de Murta-Martinez. / — Você é bem tratado lá no... no hospital? / — No hospício? Muito bem. Passei os testes de tortura na Polícia Civil e no Cenimar. Eles tentaram me separar, pela eletricidade, do Martinez, que encarnou em mim. / A mulher tirou o cachimbo da boca, cuspiu para o lado e resmungou, rancorosa: / — Comeu meu homem, teve de ficar com a mulher dêle. / — Esta é Carmencita Martinez-Murta, minha mulher pela metade. / Carmencita cuspiu de novo: / — Ele é que é marido pela metade. Já que tinha de comer o pobrezinho devia ter comido o que devia. (BDJ, 213, vale para as anteriores.)

Murta acaba por falar em João. E Laurinha se espanta cada vez mais com seu insólito relato.

— Eu vim aqui pedir perdão a você. E a João, à memória de João. / Laurinha ia apressadamente dizer que estava tudo perdoado, que ela iniciara vida nova, mas o Murta prosseguia: / — Foi difícil engolir. Então eu fingi que estava comendo você, que era você que os índios serviam. Assim foi fácil passar o Martinez pela garganta. Depois veio o deslumbramento eucarístico, a encarnação. Fiquei cidadão das duas Américas! Mas eu queria pedir perdão porque de certa forma mastiguei você. / [...] Que havia de verdade e de loucura em tudo aquilo, no que dizia o Murta, no que dizia Carmencita? [...] / — Você foi forçado a comer... carne humana? / — Era difícil recusar, mas em parte senti meu destino se realizando. Eu não agüentava mais os símbolos. O pior é que eu não tinha uma câmara! Nem uma kodak! / Que dizer, meu Deus, que dizer? (BDJ, 213-214)

Na despedida, Murta convida Laurinha a aparecer no Engenho de Dentro. “— Venha me visitar que eu te recebo. A dificuldade é que eu perdi a família que tinha, depois de me tornar o primeiro cidadão da América Latina. Quando você fôr lá, não esqueça. Pergunte por Murta-Martinez.” (BDJ, 214-215)

Murta é, ao mesmo tempo, uma sátira bastante corrosiva e cruel da confusão da esquerda armada, mas é também um personagem de pungente humanidade, chega mesmo a granjear simpatia com suas loucuras, seus sonhos, seus medos, suas bravatas transformadas, um pouco por orgulho e vaidade em feitos reais. Sua extraordinária síntese (encarnação?) final seria uma réplica à proposta guevarista de integração latino-americana?

BAR DON JUAN. MARIANA, PERDIÇÃO, SALVAÇÃO, PALAVRA HONRADA

Uma das primeiras características lembradas a respeito de Mariana, na segunda sequência em que ela aparece no romance, é a sua beleza peculiar, a princípio passando despercebida, depois elevada ao superlativo, capaz de provocar paixões poderosas.

Vinha chegando Mariana de lenta beleza, traços talvez um pouco fortes, olheiras talvez acentuadas demais, mas de rosto que se compunha quando olhado, se fazia na hora. Ao cabo de quinze minutos era belíssima, tinha escrito Gil no romance. Quem ficasse perto dela os quinze minutos marcados podia ir tomando cuidado.

Mariana tem nome de personagem de Camilo Castelo Branco e, como outros personagens do escritor português, vive um amor de perdição e um amor de salvação no romance de Callado. O amor de perdição é, obviamente, a paixão insensata por Mansinho. Já vimos alguma coisa sobre isso no perfil deste personagem. O amor de salvação, e no caso a palavra tem um sentido literal, não metafórico, já que é um amor que a salva da morte, ou, no mínimo, da prisão, é o amor de Gil por ela, que se manteve mesmo no tempo em que ela lhe deu as costas para se entregar a Mansinho e, rejeitada, afundou no sofrimento daquela “lamentável paixão por êsse calhorda” (*BDJ*, 32, vale para a anterior) no dizer de Murta. Além dos encontros e desencontros amorosos, há ainda a questão política do estabelecimento do grupo guerrilheiro para complicar o imbróglio. Um diálogo no Bar Don Juan dá bem a medida de toda essa mistura.

— A idéia básica não é tocar para Mato Grosso e nos hospedarmos com o Gil? — perguntou Mansinho. / — Sim, mas antes disto, antes de ir, precisamos nos entender — disse João. / — Para quê? — disse Mansinho. — Gil não procurou Mariana? / Mansinho falou, erguendo uma sobrancelha, irônico e ao mesmo tempo desejando que ela voltasse a Gil. Por que roubara Mariana de Gil Setúbal? Que besteira. / — Procurou — disse Mariana. — Me escreveu várias cartas. / — Pois então — disse Mansinho — é só pedir a Mariana, que pedirá a Gil, que emprestará o sítio à revolução. Temos a isca infalível. / — A isca faz questão de antes dizer ao Gil que vai como isca. / — E por favor não fale em revolução como um idiota — disse João. (*BDJ*, 33)

Mansinho está, de maneira cínica, tentando simplificar o que considera uma tendência burocrática de João a fazer reuniões desnecessárias e, ao mesmo tempo, atirar de novo Mariana nos braços de Gil, livrando-se da chateação que ela representava agora em sua vida. Parece não ter grande problema em fazer uso de pessoas e sentimentos para seus propósitos, políticos ou pessoais.

O conflito em que Mariana se debate está representado num parágrafo que mistura a técnica do discurso indireto livre com uma espécie de monólogo interior.

Mariana bebeu mais. Ah, o remorso. Por que não amava Gil Setúbal como era amada por êle? Ou como tinha sido amada por êle. Tomara que Gil já estivesse curado. Mas será que desejava de fato isto? Ser esquecida? O orgulho doce, mau, terno, egoísta de ser amada por um homem como Gil e a raiva de não amá-lo. Claro que gostava dêle, quem não gostaria, e tinha aquela ternura por êle que agora mesmo, se não fizesse força, lhe enchia os olhos de água. Mas podia e devia estar vivendo a vida dêle. Nunca mulher nenhuma tinha tido um amor melhor, e oferecido assim, tão de graça, sem pedir nada em troca. Fazia sofrer um homem que não era só a tôrre

esplêndida, tal como vista da planície. Quem via apenas o perfil da torre e do farol na borrasca e na maresia não podia adivinhar os salões tranquilos e os jardins internos que a torre abrigava. E no entanto a torre se mantinha vazia, cama feita e mesa posta para ela, ela, ela, Mariana, ela. (BDJ, 36-37)

Apesar dos titubeios, vacilações, incertezas no campo amoroso, e de uma fé minguate nos projetos de revolução, Mariana tem como parte sólida do seu caráter a lealdade e o respeito ao compromisso político assumido (“ia cumprindo sua parte no combinado”). É uma característica que a diferencia de Gil. Ao mesmo tempo podemos notar a ironia que ela própria considera amarga presente na fórmula “tirava férias para fazer a revolução”.

Mariana ainda esperava que a dissolvente bagunça brasileira liquidasse o projeto da ida a Mato Grosso, mas ia cumprindo sua parte do combinado. Telegrafara a Gil em Corumbá: “João e filhos desejam visitá-lo propor negócio e pedem extraia você resposta rápida afirmativa”. Depois tinha pedido férias na repartição, para ir a Mato Grosso, pensando com amargura nos revolucionários do Brasil: tirava férias para fazer a revolução. [...] Temia que Gil não respondesse ao telegrama, como não tinha respondido a um de João, de quinze dias antes. (BDJ, 79)

Seu temor não se sustentava, Gil não ia nunca deixar um contato seu sem resposta. Lá estava, à espera dela, quando voltou para casa, abalada pela confirmação que Mansinho andava mesmo assaltando bancos, de novo oscilando entre o amor de perdição e o amor de salvação.

Chegou ao seu apartamento zonzinha, incapaz de pensar. [...] Só então viu, enfiado por baixo da porta, o envelopinho da *Western*. “Com você porta-estandarte hospedo todo exército Brancalione vem depressa. Gil”. Mariana sentiu os olhos úmidos, o calor do reconhecimento e do amor. Mas, pensou com tristeza, seu ego estaria muito mais triunfante com a prova da permanência do amor de Gil se Mansinho não tivesse acabado de entrar na sua sedutora metamorfose de assaltador de bancos. Mansinho sempre com um truque novo, o filho da mãe. (BDJ, 82)

Mariana vai, por conselho de Laurinha (“— Vá logo ver Gil que amanhã estarão todos lá. Aproveita hoje, Mariana.” BDJ, 109), antes dos outros para o sítio de Gil, mas vai dividida, insegura.

Em algum ponto de Corumbá, sardônico, Mansinho devia saber que ela ia ao encontro de Gil, dando de ombros com alívio, ou talvez satisfeito por poder experimentar de novo sua força, atraindo-a de volta, enquanto no seu sítio, bem perto dela, estava Gil, que ela nunca mais devia procurar e que agora só temia que estivesse de fato com outra mulher, roceira ou não. [...] Ela o que era? Um lixo, um nojo, um nada. Precisava de Mansinho, queria ter a certeza de que Gil precisava dela, e gostaria de ser revolucionária, atleta e santa. (BDJ, 110)

A recepção que Gil imagina para Mariana será comentada quando traçarmos o perfil dele, mas podemos adiantar que vai muito além de qualquer expectativa (má ou boa) imaginada por ela, e que a fez entender

[...] que Gil entregava a ela um tempo não vivido mas muito sofrido por culpa dela, por não ser ela nada, só lixo e nojo e ela quis falar com Gil, tratando principalmente de não chorar feito uma fingida que abandona o sujeito e depois chora no ombro dêle porque êle não a abandonou, nem se vingou, nem nada, mas aí Gil começava como um bárbaro a descontar o tempo perdido e era inútil querer falar por enquanto [...]. (*BDJ*, 111)

Acalmadas as primeiras urgências do amor, nas quais Gil demonstrou sua superioridade moral, volta à cena a questão política, em que a superioridade moral de não fugir aos compromissos assumidos é de Mariana. Quando Gil fala em viajar ainda mais para o interior do país, “para a zona das Águas Emendadas, lá para as nascentes do Paraguai”, onde pretende escrever novo livro sem “mais nada de cidade, de revolução, de comunismo, de possessos”, “livro atravessado de rios, de raízes, de bois e boiadeiros” (*BDJ*, 112), e a convida a acompanhá-lo, Mariana se contrapõe a ele.

— Nós estamos aqui para fazer uma revolução, Gil, para derrubar a ditadura militar, meu amor! Nós somos soldados, guerrilheiros, vamos transformar o mundo a partir de Corumbá. / — Eu não mais — disse Gil. — Pedi demissão. / — Mas então a gente não deve fazer a revolução, Gil?

Ele faz um arrazoado explicando seus motivos, muito racionais, equilibrados, sensatos, criticando a postura de todos os outros, metaforizando-os como “fragatas”, inúteis na falta “de um couraçado, de um Lênin” (*BDJ*, 113, vale para a anterior).

— Você pode ter razão, você tem razão em relação a nós, em relação talvez ao próprio João. Mas trata-se agora de seguir um couraçado de verdade, Gil. Quem está na Bolívia e o Comandante Che. É couraçado ou não é? / Gil assentiu com a cabeça. / — É sim. E eu não pretendo cooperar no seu afundamento. Pelo jeito, bastam os bolivianos. (*BDJ*, 113-114)

A insistência de Gil por uma resposta mostra de novo a determinação de Mariana em honrar sua palavra, ainda que esteja balançada pelos argumentos, e talvez mais ainda, pelo encanto do amor (de salvação) reencontrado. “— Logo que cumprir minha palavra com João, sigo com você para o Chapadão. / Doava alguma coisa à revolução durante uns dias e depois ia comer anta com arroz selvagem entre duas bacias hidrográficas.” A meia concordância de Mariana fará Gil acirrar a luta para que ela vá logo com ele. Mostra-lhe toda a coleção de manuscritos que preparou para cada um dos revolucionários e, para ela, havia “um fichário de capa preta com folhas escritas à mão:

Livro do Que Fazer” (BDJ, 120, vale para a anterior), onde escrevera todas as aventuras e fantasias eróticas que imaginara para os dois enquanto ela não voltava.

A campanha de Gil continua quando o grupo se reúne a eles no sítio. Distribuiu os manuscritos e explica, mais uma vez, porque não ia acompanhá-los se iam “partir mesmo para as cruzadas” (BDJ, 121), e nem os queria ali para não se comprometer. Percebe que desagradou Mariana, fazendo-a reagir “num impulso de mau gênio”, ao praticamente solicitar que fossem todos embora, só ela devia ficar e ir para o Chapadão com ele.

Mariana se levantou: / — Chapadão ou não, ninguém sai daqui sem almoçar que o feijão está no fogo. / Gil, que começava a nutrir esperanças de ver todos partirem, resolveu agir com cautela. Mariana tinha se levantado num impulso de mau gênio, carregando Laurinha para a cozinha. Precisava não espantá-la demais. (BDJ, 125)

Mas tudo acaba sendo precipitado pela *hybris* e *hamartia* de Mansinho. Gil, tendo assistido ao assalto frustrado, teve tempo para apanhar Mariana no hotel e tirá-la de Corumbá, livrando-a da morte ou da prisão. “No instante em que Laurinha fugira para bordo da *Faceira*, ao encontro de João, Gil e Mariana tinham tomado o avião de Cuiabá e daí viajaram para leste, para as solidões do Chapadão [...]” (BDJ, 187) Ali os dois vão desfrutar a “lua-de-mel cósmica”. “Dentro de pouco tempo Mariana e Gil iniciaram, vagabundando pelo Chapadão, uma espécie de lua-de-mel cósmica, como se sentissem que, caso a interrompessem, graves desapontamentos geológicos fariam estalar o coração de ferro do mundo [...]” (BDJ, 188) E, depois de Mariana engravidar, vão cair na rotina da vida de casal, coisa que costuma mesmo acontecer com os amores de salvação e que não é necessariamente má coisa. Ela, “a despeito dos protestos de Gil, organizou a rotina caseira em torno da espera da criança, pôs-se a cuidar da casa, espanou a máquina de escrever [...] e limpou o teclado com um pano de flanela e gasolina” (BDJ, 189). Do passado revolucionário ficou algo na nova obra que Gil planeja.

— [...] Vou escrever o livro de nossa vida, Mariana. Os revolucionários só aparecerão nos pontos em que entram em contato com ela. / [...] / — Nossa vida é uma história pouco exemplar. Pelo menos na parte que me toca eu me sinto como se estivesse comendo sòzinha, às escondidas, a ração de felicidade de uma geração inteira. (BDJ, 190)

Como ele parecia nada ligar para as restrições e reparos que ela fazia ao projeto, Mariana, talvez num novo “impulso de mau gênio”, considerou que “o momento era de remédios duros” (BDJ, 190) e resolveu atingir Gil com um golpe de sarcasmo cruel. “—

Imagino que um herói do seu livro será Mansinho. / — Isto me parece inevitável — disse Gil pensativo.” (*BDJ*, 191) E algo do passado e do mundo exterior reaparece com a chegada de Aniceto, que se juntou a eles acompanhado de Da Glória, a quem foi buscar em Alagoas.

A vida calma nos paradisíacos ermos talvez acabe por aborrecer quem conheceu outro tipo de vida, e dela começa a sentir falta. “Mariana começou a discutir com Gil a necessidade de irem todo embora dali, qualquer que fôsse o risco, mas Gil dizia que precisavam aguardar que ela desse à luz.” (*BDJ*, 194) Por mais isolada que Mariana estivesse, a notícia da violência do regime ainda era capaz de alcançá-la e tornar presente a dor que já deveria ser passado.

Dois dias antes chegara ao rancho, vinda de Cuiabá num jornal, a notícia, sob a forma local de “morte do irmão do assaltante do Banco da Rua Frei Mariano, em Corumbá”. Ali se dizia que Jacinto Pereira “resistiu à prisão e suicidou-se, atirando-se pela janela do primeiro andar de sua casa, no Rio”. Mariana tinha chorado ao ler a notícia [...]. Vagamente se prometia visitar Adelaide e Frederico, no Rio longínquo. (*BDJ*, 202)

Doloroso era imaginar a vida sem esperança dos velhos na casa do Rio Comprido. A lembrança ficou muito mais viva com a chegada de Luciano, que falava no projeto das Águas Emendadas com o mesmo entusiasmo com que o velho Frederico falava do Amazonas e seus afluentes no tempo em que era feliz e os filhos estavam vivos. Esse mesmo Luciano, engenheiro de águas, acaba por realizar o que Mariana já acreditava impossível: afastar Gil dela. Tanto falou no projeto que iria unir as bacias do Amazonas e do Prata que Gil, quando tudo estava pronto para voltarem ao Rio, foi-se embora sem despedidas, quase à francesa, poderíamos dizer, não fosse ter deixado algo para Mariana.

A carta deixada na mesa de cabeceira marcava encontro com Mariana no Rio, dentro de alguns meses. “O Aguapeí e o Alegre vão ser atados pela ficção, meu anjo. É o único jeito. Diga ao editor que pode programar o livro para o ano que vem. Todas as mulheres do livro são variações sobre o mesmo tema. Não deixa que o tema se esqueça de mim”. Relendo e relendo a carta, Mariana sentiu vergonha do próprio assombro com que a lia de tal forma se habituara a confiar na servidão de Gil. Traída por dois riachos e um livro. [...] Mas no meio das suas dúvidas e da náusea que sentia por si mesma, Mariana viu, ou inventou, ou imaginou, que não estava abandonando Gil, que jamais amaria outro homem (e era com alívio, Deus a perdoasse, que pensava em Mansinho morto e enterrado) e sim que o servia, arrastando-o de volta ao Rio, aos bares, às conversas e a uma perda de tempo mais fecunda de que aquela vida de deuses de pedra da ilha de Páscoa extraviados no Chapadão.

Ao dar a notícia aos outros, Mariana percebe que Luciano fez com ela, ainda que apenas culposamente, o mesmo que Mansinho fizera dolosamente com Gil. “— Gil não vem.

Foi para a serra do Aguapeí. / Aniceto e Da Glória a olharam com olhos redondos de espanto. Luciano mergulhou a cara na xícara de café. Ele sabe, pensou Mariana. O primeiro rival que afasta Gil de mim.” (BDJ, 206, vale para a anterior.)

Mas Mariana ainda não voltaria ao Rio e talvez ficasse muito mais tempo do que imaginava longe de Gil. No aeroporto de Cuiabá, vendo os cartazes de *Terroristas Procurados*, Aniceto e Mariana percebem que afinal Gil tinha razão: eles seriam presos ao desembarcar no Rio. E Aniceto, que não tinha isso nos planos, nem para ele, nem para elas, faz o piloto mudar de rota.

Foi a Da Glória quem primeiro entendeu o que acontecia e que cravou as unhas no braço de Mariana. [...] Mariana sentiu o coração feito um pássaro aterrado dentro do peito, cercou instintivamente com os braços o ventre habitado, só vendo ao seu redor nas caras assustadas o reflexo do seu medo, até que viu a de Luciano, a cara de Luciano, pálido mas que se iluminava num sorriso. Mariana, então, olhou a Da Glória, que também sorria, e sentiu que o coração se aquietava no seu peito e o filho no seu ventre, e que um grande sossego a possuía à medida que o avião descrevia no céu um círculo tranqüilo e tomava o rumo do Norte, a direção da ilha de Cuba. (BDJ, 208)

Mariana, apesar de todas as inesperadas voltas que transformaram sua vida desde que pedira, há tanto tempo, suas últimas férias na repartição, acabou perdendo seus dois amores, e com certeza também seu emprego, por abandono, mas manteve-se até o fim, mesmo contra a sua vontade, ou sem fazer quase nada por isso, mais uma vez fiel à palavra que empenhara com João.

BAR DON JUAN. GIL SETÚBAL, AMADOR, ROMANCISTA, TRÂNSFUGA

Na cena em que surge Gil Setúbal, a última do primeiro capítulo, as primeiras frases que o narrador lhe dedica definem seus dois atuais objetivos e falam em outro, de que ele voluntariamente abdicou.

No dia em que alugou o pequeno sítio nos arredores de Corumbá, Gil resolveu que o que mais lhe importava na vida era Mariana, recuperar Mariana, colocar de novo a cabeça de Mariana no travesseiro ao lado do seu. Depois, escrever livros. E nada mais. Ainda bem que não encontrara Joelmir. (BDJ, 23-24)

Os dois objetivos estão bem claros: conseguir a volta da amada que Mansinho lhe roubou, continuar seu trabalho de romancista talentoso, celebrado pela crítica. O objetivo abandonado ficará mais claro nas frases seguintes.

Mergulhou no Pantanal de poros abertos, para ingurgitar o que encontrasse e suar depois o Brasil tal como conhecido das toupeiras, dos tatus e dos mortos

de bôca cheia de terra, no máximo o Brasil rente ao chão, bem rente, jamais atingindo a altura de um homem e nunca a altura de um revolucionário.
(BDJ, 24)

Originalmente ligado ao grupo de João e ao projeto de resistência armada, sua última tarefa tinha sido a de procurar o Sargento Joelmir em Mato Grosso. Desconhecendo realizá-la, escreveu a João informando o sumiço do sargento e sua decisão pessoal: “peço minha demissão da revolução. Arranje outro homem para Corumbá, se é que faz falta” (BDJ, 48). Esse “se é que faz falta” que fecha o bilhete dá a medida da descrença de Gil no projeto de que está desertando.

Para alcançar seu primeiro objetivo, ao saber que Mariana vinha “de isca” (no dizer de Mansinho) à frente do “exército Brancaleone” (como ele mesmo disse na resposta ao telegrama dela), Gil procura um modo de recebê-la que não deixasse dúvida possível sobre seus sentimentos e desejos. “Era preciso um presente que a envolvesse, categórico.” (BDJ, 102) Chega a ir se aconselhar com o “vizinho Ximeno, velho zagaieiro” (BDJ, 103), caçador de onças. Mas o presente, a prenda, é ele mesmo quem desencava da sua imaginação de romancista que sabe do tempo perdido e que quer recuperá-lo. A recepção será uma forma de dizer, não com palavras, mas com um cenário erguido à volta dela na casa de Gil, que o tempo da ausência nunca existiu. Desarruma a casa, empacota livros, desmonta e encaixota móveis, quer que ela pense que a mudança que ela viu sair do Rio chegou junto com ela a Mato Grosso.

Gil revivia seu último encontro com Mariana, o dia em que ela viera ajudá-lo a desfazer o apartamento de Avenida Niemeyer antes da sua vinda para Corumbá, fugindo de Mariana que não o queria mais, em busca de Joelmir e da revolução que não encontraria. (BDJ, 105-106)

A instalação, a cenografia levantada por Gil, “que Mariana não notou” a princípio, acaba alcançando efeito depois do diálogo inicial entre os dois: “— Desculpa de eu ter vindo, Gil. / — Você ainda não saiu, meu bem. / Só então Mariana reparou na desarrumação e entendeu que Gil entregava a ela um tempo não vivido” (BDJ, 111, vale para a anterior). E tal como na Avenida Niemeyer, entre pilhas de fardos e caixotes só a cama, a mesma cama, estava montada no meio do quarto, pronta para uso.

Ainda na campanha pelo primeiro objetivo, manter Mariana agora que ela voltou, Gil discursa contra a insensatez daquele projeto guerrilheiro que já está prestes a naufragar com *couraçado Che Guevara* e tudo. Primeiro discursa para Mariana, depois para o resto do grupo, avisando logo que não deseja ser comprometido pois não quer ir escrever na cadeia. João e Murta confrontam-no com seus compromissos passados. “—

Você deve sua fama a romances brasileiros sobre o preparo da revolução. / — Pois agora abandonei a ficção. / Murta bocejou: / — Para adotar a ação, foi o que imaginamos, a ação revolucionária.” (*BDJ*, 122) A resposta é a distribuição das diferentes páginas de notas sobre as goradas revoluções brasileiras, acompanhada de um comentário particular para cada um, e um arremate geral do discurso.

— [...] Documentei tudo, arrumei tudo, e esperei até agora o fio condutor, uma bela história qualquer, uma resistência armada de seis meses e quatro cadáveres. [...] Os personagens estão aí nessas folhas feito troncos secos armados em fogueira. Mas ninguém me deu uma fagulha, nada. Ninguém tinha gasolina, fósforo, isqueiro. Pode-se fazer ficção de quase tudo, mas inventar uma revolução é impossível. / — Vivemos uma pré-história — murmurou João. / — Então, João, você trate de fazer a história e me deixe com meus livros sobre o Brasil pré-histórico. O Brasil é um urso que hiberna inconsciente, vivendo das gorduras. Nós somos no máximo pulgas no pêlo dele. O Brasil de hoje só terá a história que eu lhe der. Eu posso inventar o Brasil aprofundando aquilo que ele é, assim como aprofundi vocês nestes papéis. Mas não posso inventar fatos históricos. / — A revolução a gente tem de fazer — disse Geraldino. / — Pois então façam — disse Gil. — Fidel fez a revolução dele. Cuba já dava um romance. Mas essa atividade de aliciar patuscos para roubar metralhadoras e assaltar um banco ou outro e depois não acontecer nada, isso não leva a coisa nenhuma. (*BDJ*, 122-123)

A única resposta a tudo isso é dada zombateiramente por Murta, com a licença que tinham os bobos dos reis para dizer o que os outros pensavam mas não diziam, já que as palavras deles, bobos e Murta, nunca eram sérias e não deviam ser levadas a sério. “— Em nome da Revolução — disse o Murta — nos penitenciamos, por haver assim dissipado vosso esforço mental, e os tipos de vossa máquina de escrever.” E depois ainda vai chamá-lo “[t]raidor e renegado” (*BDJ*, 125, vale para a anterior) ao solicitar cama para dormir, nomes que alguns dos outros, é muito provável, também achavam adequados para Gil, mas não declaravam, por pudor e urbanidade.

A segura racionalidade de Gil tinha pelo menos uma brecha, algo de incerto, incômodo. Era um sentimento semelhante ao que aparece em *Quarup*, entre Nando e Manuel Tropeiro, o tratamento um tanto idealizado do intelectual pelo homem do povo, pelos simples, pelos duros. Quem deixava Gil um tanto encabulado e menos seguro em seu discurso e posição era Aniceto.

[...] enquanto fazia seu sermão aos revolucionários, só a presença de Aniceto perturbava Gil, Aniceto calado no seu canto, olhando-o com os claros olhos na cara cabocla. De todos os presentes só aquele o envergonhava. Até que ponto Aniceto poderia entender e aceitar suas razões? E até que ponto suas razões podiam talvez salvar a vida de Aniceto, encaminhando-o de volta a um nível anterior? (*BDJ*, 126)

A que nível Gil desejava que Aniceto regressasse, ao de pistoleiro alugado, talvez? Aniceto, ao contrário do que demonstrara Gil, era “fiel a sua palavra [...], feito Mariana” (*BDJ*, 127). Num comentário feito para animar João, o alagoano, sem mencionar nomes, dá sua opinião sobre Gil.

— Negócio de guerra é bom a gente entrar nêle alegre, não é mesmo, João?
— disse Aniceto. / — Alegre? / — Sem muito prestar atenção a quem senta na beira de estrada. Tem sempre uns cabras de frouxa teimosia. E desalento é feito sarna, João. Basta a gente falar no nome e já está se coçando.
(*BDJ*, 130)

Ainda bem que não foi dito na frente dele, ser incluído entre os “cabras de frouxa teimosia” não seria motivo de orgulho para o celebrado escritor, agora voltado para os tipos simples, rudes, como Ximeno e Aniceto, ou mesmo Joelmir, que ele também admirava. O antigo pistoleiro mostra mais tino que o sonhador João, sempre esperançoso. Animado pelo retorno de Joelmir, João expressa, para Geraldino, opinião que mais representa um desejo: “— Gil também volta, feito Joelmir” (*BDJ*, 137).

Os acontecimentos se precipitam e Gil, depois da “incontrolável satisfação com que viu a poça enorme de sangue e os olhos já meio vidrados de Mansinho” (*BDJ*, 149), vai alcançar seu primeiro objetivo e viver a “lua-de-mel cósmica” (*BDJ*, 188) com Mariana, no Chapadão. Vamos agora verificar se o segundo projeto, o de escrever narrativas, será ou não igualmente alcançado.

Antes de partir de Corumbá rabiscara às pressas um telegrama ao seu editor pedindo novo prazo pois precisava alterar o livro. Queria rudes personagens da América do Sul para fixar a forma sempre repetida e sempre enigmática mediante a qual indivíduos se aglutinam em tribo encarregada de transformar em templo o túmulo do pai e as circunstâncias do seu assassinato. Uma nova seiva sombria fervia ao Sul do Continente e através do pênis da América Central, Iucatán e México inundava os refolhos antissépticos da outra América, loura e gorda. Depois achou que um livro assim teria um sabor arcaico de epopéia ou riscos sérios de tombar no panorâmico vistavision metrocolor e fechou-se em romance do ponto de vista de João, do Brasil-Sancho fazendo o dom da sua prudência à América Espanhola e recebendo em troca o reflexo fidalgo do delírio quixotesco, depois fechou-se mais ainda, numa espécie de biografia romanceada de Geraldino como típico herói moderno que enxotou Deus do céu para buscá-lo até debaixo das pedras, trancou-se quase por completo no plano de um fino estudo psicológico dos brasileiros mortos em Corumbá e finalmente anunciou a Mariana: / — Ou bem eu estava querendo escrever livros que já escrevi, ou bem ia escrever livros que não são meus. Vou escrever o livro de nossa vida, Mariana. Os revolucionários só aparecerão nos pontos em que entram em contato com ela.
(*BDJ*, 190)

A reação de Mariana ao trabalho de Gil não é exatamente de incentivo e entusiasmo. “Mariana começou a odiar o livro que Gil escrevia e tinha ímpetos [...] de amassar bem as páginas que saíam da máquina para suprir a falta do papel higiênico

[...]. De qualquer forma as páginas eram poucas, Gil dormia até tarde, engordava.” (BDJ, 191) O próprio escritor parece não valorizar o que faz, sua prática de escrever e rasgar contradiz o seu discurso autoelogioso. Passava o dia

[...] batendo máquina horas a fio e rasgando depois a maioria das páginas, em caprichosas tiras finas que soltava ao vento como se escrevesse para os arenitos e os carandás. / — Cuidado que assim o papel acaba — dizia Mariana exasperada. / — O livro está se concentrando, meu bem — respondia Gil. — Nada dêle está se perdendo. Será meu livro menor, e o mais intenso. No fim poderei inscrever a história num lenço como uma verônica. (BDJ, 193)

Com a chegada do entusiástico e esfuziante Luciano e a sua veemente história das Águas Emendadas, projeto de 1750 que o engenheiro jurava que agora saía sem falta, unindo os rios Aguapeí e Alegre, acontece a última reviravolta nos inconstantes projetos literários de Gil.

Quando Mariana voltou à sala, Gil tinha armado cachaça e cinzeiro perto da máquina de escrever e começava a bater no velho ritmo. / — É o livro? — perguntou Mariana. — Ou é outro livro? / — Outro livro mas agora é o livro. As primeiras notas para o livro. O que falou Luciano. Vou gravar Luciano. Esse engenheiro é uma mina, Mariana, um possesso. E sabe que é meu leitor? Que conhece todos os meus romances? (BDJ, 203, *itálico do autor.*)

A Mariana não há de ter escapado a ponta de vaidade que participava do entusiasmo de Gil. A mudança de projeto literário é de novo mencionada na carta em que ele se despede de Mariana. “O Aguapeí e o Alegre vão ser atados pela ficção, meu anjo. É o único jeito. Diga ao editor que pode programar o livro para o ano que vem.” (BDJ, 206)

Gil Setúbal é uma espécie de contraponto a João, sonhador, imaginativo, esperançoso, de um romantismo que chega a roçar a irracionalidade. Ao contrário do estudioso e crítico dos poetas místicos espanhóis, o romancista é determinado em sua condição de amador, no sentido com que a palavra aparece na lírica camoniana, aquele que se ocupa em amar. É rancoroso com o rival, embora dissimule esse rancor com a aparente indiferença. É capaz de julgar com mais critério crítico e racionalidade a conjuntura política e avaliar melhor a desproporção das forças em conflito. Mas o mais sensato não é necessariamente o mais simpático. Gil terá muita dificuldade para se livrar da impressão de tráfuga que deixa no leitor. Abandonou os companheiros e, ao fim, a mulher amada, isso sem falar nos sucessivos projetos literários que foram ficando pelo caminho.

Aniceto surge *in media res*, convocado por João para dar fim a Salvador, torcionário que violentou Laurinha. Enquanto *acampana*, numa inversão de papéis, o policial, João deixa Aniceto em alerta. “Usou o telefone público para discar o número do *Don Juan* e pedir ao Aniceto que, se entrasse de folga no Bar, ou fôsse ficar afastado dali por alguma razão, o avisasse antes, pois tinha um favor importante a lhe pedir.” (BDJ, 7) Localizada residência e apartamento do alvo, o imaginativo João antecipa o ato. “Até de um carro a pouca velocidade um homem com a pontaria de Aniceto podia fácil e limpamente fazer o serviço.” (BDJ, 10) O próximo fragmento que se ocupa dessa caçada indica a passagem do devaneio para a prática, mas não esclarece o leitor do resultado, apenas dá notícia de como Aniceto e João vieram a se conhecer, e como o alagoano foi incorporado à *tropa* (Gil diria “exército Brancaleone”) de João.

Aniceto tinha voltado aquêlo dia do Estácio, com João, sentindo que no lugar de sua cabeça funcionava à tôda o liquidificador maior do *Bar Don Juan*: o vulto recortado por trás do vidro, o cabo do 45 na mão, e ele lembrando sua chegada de Alagoas, fugido da Polícia, João lhe arranjando emprêgo de leão-de-chácara no Bar. / “Não sei fazer nada neste mundo. Só mesmo dar tiro em desafeto dos outros.” / “Pistoleiro?” / “Sim senhor.” / “Você agora vai dar tiro nos desafetos de todos nós [...]” (BDJ, 21)

Da sua vida passada nas Alagoas ele recordava, ao balcão do Bar, antes de ir “dar tiro nos desafetos de todos nós”, o tempo em que “na barranca inteira do São Francisco crescia seu nome de pistoleiro afamado” (BDJ, 21) e ainda não tinha a proteção que Mestre Laurêncio depois lhe daria. “Seu corpo fechado era o corpo do inimigo aberto à sua mira, era um amor entre sua mão direita e o revólver igual ao amor entre Aniceto e Da Glória.” (BDJ, 21-22) Só aceitou “a armadura que Mestre Laurêncio, como um armeiro do catimbó, lhe pregara na própria carne” e “lhe trancava o corpo contra bala e faca” (BDJ, 21) depois de ouvir do Mestre alusão ao seu maior segredo. “[...] Quem mata os outros querendo matar uma coisa nêle mesmo, morre vivo.” / [...] / ‘Mestre Laurêncio eu lhe digo perdão’ — falou Aniceto [...]. — ‘O que é que eu quero matar em mim?’ / ‘Se você pergunta é porque sabe.’” (BDJ, 22) Lembra ainda que havia deixado “Pão de Açúcar menos por matar Sesostris que para fugir da Da Glória” (BDJ, 21), com quem compartilhava o segredo. A história da morte do “fazendeiro e deputado estadual Sesostris Firmino Chagas”, se era do conhecimento de João, deve ter contribuído para que ele decidisse engajar Aniceto no projeto guerrilheiro. Era caso em que o matador, ainda que alugado, ajudou a combater a injustiça dos poderosos.

Sesostris era homem de comprar na feira um abacaxi inteiro, ou até uma melancia, e depois de duas dentadas jogava a fruta no chão e chutava, para emporcalhar ela bem e ninguém poder comer. Na festa do Prefeito Remígio, que era inimigo político dêle e que se cagava de medo quando via Sesostris, êle arrancava uma coxa ou uma asa de cada frango ou galinha-d'angola e jogava a ave no chão para pisar em cima.

Conhecedor do caráter do deputado, fora sem nenhuma vacilação, como aliás de hábito, que Aniceto o “despachara desta para a melhor com um tiro só no meio das costas por conta do dono da fazenda da Laje, cansado de demandar na Justiça contra Sesostris, que tinha avançado a cerca em terras da Laje” (*BDJ*, 61, vale para as anteriores).

Aniceto não apenas fora contratado pelo gerente, crítico de poesia e revolucionário como leão-de-chácara, também “era homem de confiança do velho espanhol Andrés, proprietário do bar” (*BDJ*, 27) e não era pessoa, vide sua pregressa profissão, de se preocupar muito com a legalidade de seus atos. Ao apanhar Aniceto no escritório do bar, com uma seringa na mão, falsificando uísque, espantoso é o comentário que ocorre a João, que pretende ajudar a por fogo no continente. “— Aniceto, meu filho, isto dá cana. E é uma falta de respeito.” E faz um discurso sobre os únicos controles a manter no “mundo salvo do futuro”, do uísque escocês e do vinho *Jerez de la Frontera*, “para que todos tenham a sua garrafa”. No diálogo que se segue, confrontam-se a visão meio materialista, meio idealista, espécie de pizza ideológica de dois sabores, de João, e o modo pragmático de Aniceto encarar o mundo.

— E como é que a gente chega lá, João? / — Lá onde? / — Lá nesse mundo de xerez e de uísque para a cabroeira tôda? / — Você ainda não acredita na revolução? Logo você, meu instrutor de tiro? / — Acredito, desde que haja dinheiro para fazer ela, quer dizer a revolução. E êste serviço aqui ajuda. Como eu não assalto bancos faço finanças assim. O velho Andrés acabou concordando. / João balançou a cabeça. / — Aniceto, você me agride sem piedade com o dilema eterno dos fins e dos meios. Você acha que o caminho que leva ao uísque generalizado passa pelo uísque falsificado. / — É uma coisa assim. / — Então falsifica, Aniceto, falsifica.
(*BDJ*, 28, vale para as anteriores.)

Fazia isso sabedor que o freguês, depois de quatro ou cinco doses, já não era capaz de distinguir escocês de paraguaio. Sabia por experiência própria, do seu tempo de bebedor de cachaça em Alagoas. Mas agora também havia mudado de bebida. “Êle próprio tinha acertado o bico no escocês. [...] E êle era homem sério, tomava uísque puro, enquanto a freguesia do *Don Juan's* enchia o copo de gelo, sem falar nos que botavam água.” As primeiras doses servidas eram sempre de uísques legítimos, não batizados. Mas havia sempre bêbados “bacanas” que reclamavam, mesmo com *scotch* da maior pureza no copo.

Aniceto coçava o cinto no lugar onde antigamente usava estôjo e pistola e onde agora só havia mesmo a correia do cinto. Tinha gana de abrir a bala o bucho do porrista como quem baleia um odre e depois chamar um médico para dizer se aquela bexiga da peste tinha uísque que não fôsse importado. Resolveu ir à forra. (*BDJ*, 29, vale para as anteriores.)

Assim começou sua oficina artesanal de falsificação de uísque, atividade auxiliar das finanças revolucionárias.

Há também momentos de Aniceto no exercício do cargo de leão-de-chácara propriamente dito. Como na madrugada em que quase esmaga os dedos de Murta “entre porta e batente. Um pé imperioso tinha empurrado o tôlido para baixo” procurando manter controle do acesso ao bar, enquanto impedia o prosseguimento de uma briga. É de notar o símile usado pelo narrador e sua ligação com o universo cultural do personagem. “Pelo postigo dois olhos o fitaram como dois canos de pistola.” (*BDJ*, 40, vale para as anteriores.) Aniceto quer, antes de abrir a porta, saber quem deseja entrar. Já dentro, Murta, que chegava com Laurinha, vê a cena completa.

Entre a porta e a quina do balcão do bar, Aniceto estrangulava na gravata um camarada mais alto e que parecia tão forte quanto êle mas que apenas agitava os braços no ar feito uma borboleta ainda viva, varada por um alfinête. [...] / [...] / João foi a Aniceto. / — Solta êle. / Aniceto afrouxou a gravata em Juca Souto, Juca Tapon, fecha-bar e fecha-birosca na orla atlântica de Ipanema, Leblon e Barra. Aniceto afrouxou com pesar, pois estava no justo equilíbrio entre o amolengamento do cabra e seu direito de respirar um pouquinho. Podia ficar assim o dia inteiro. (*BDJ*, 40-41)

È exatamente para conter tipos como aquele é que se contratam leões-de-chácara.

Para Aniceto, entre batismos no uísque, servir os frequentadores e manter a ordem no bar, havia também a saudade de Da Glória, escassa, distante.

Que estaria fazendo em Pão de Açúcar da beira do São Francisco, ela da voz rouca e que sabia falar longa e misteriosamente — como se tivesse aprendido a falar com o rio — mas que era tão breve de carta e de escrita tão vazia? Tinha medo dos escritos. / [...] / Como pedras para sua fome eram as cartas de agora, lisas e frias. Seixos na sua mão, aqueles breves recados no papel pautado a régua e lápis para que não saíssem da reta as linhas em que Da Glória dava notícia do pai, dos tios, do primo que tinha trazido de vapor um boi de carro lá do sertão da Bahia. Sempre dizia se estavam ou não estavam dando bem a mandioca, o quiabo, as couves, num desespero de ter o que contar sem dizer nada, de encher a folha de papel comprada no armarinho do velho Martiniano de modo que ela ficasse cheia só de caligrafia, de letras, de regos vazios cavados na areia branca do papel entre riscas de lápis. (*BDJ*, 60-61)

È também Aniceto, espécie de lugar-tenente, quem receberá de Mariana o recado a ser transmitido a João, a notícia que Gil os receberá em Mato Grosso. Há alguma ironia no fato de ser Mansinho, um dos vértices do triângulo entre a *isca* e o futuro anfitrião, o

primeiro a ficar sabendo da novidade no bar. “— Eu vim aqui falar com Aniceto — disse Mariana — vim deixar um recado para João. / — Notícia boa? — disse Mansinho. / — Afirmativa — disse Mariana. / — Eu sabia que você não falhava.” (*BDJ*, 84)

Depois disso o cenário de Aniceto deixa de ser o bar, ele viaja com os outros para Mato Grosso. Além do que já ficou dito a respeito dos acontecimentos de Corumbá, há que destacar o encontro entre Aniceto e Ximeno, o vizinho de Gil.

Ximeno, depois de apresentado a Aniceto, declarou com firmeza que só emprestava a garrafa de cachaça se os dois visitantes tomassem antes um trago com êle. E Gil, voltado agora para outro tipo de gente, reparou [...] que Aniceto de súbito parecia regressar a um elemento seu, ao olhar as peles de onça, as zagaia, a velha Springfield de caça que Ximeno mantinha perfilada a um canto. (*BDJ*, 126)

E o alagoano, nessa visita, vai ser apresentado a um objeto que lhe será de grande utilidade em futuro momento decisivo da trama.

Aniceto empunhou uma das zagaia, o cabo longo, a lâmina pesada. Em silêncio, mediu um palmo de fôlha de aço, da ponta até o travessão. Olhou, sob o travessão, a parte ôca da base do ferro, onde a lâmina se entronca na vara de metro e meio de madeira. [...] Se Aniceto estava fascinado pelas zagaia e pela densa atmosfera de caça, o velho Ximeno não estava menos impressionado por aquêle môço que nunca tinha visto zagaia na vida e segurava zagaia como se fizesse parte do cabo de louro prêto. (*BDJ*, 126-127)

Convidado pelo velho a participar de uma caçada, Aniceto mostra mais uma vez a Gil a firmeza de sua determinação. “— O Gil sabe que eu tenho de voltar para Corumbá, seu Ximeno. Depois, mais para adiante, quem sabe? / Aniceto metido na revolução verdoenga, fiel à sua palavra talvez, feito Mariana.” (*BDJ*, 127)

Para combater o desânimo de João, Aniceto, que em relação a ele é uma espécie de veterano, ensina com que disposição se deve ir para a guerra. “— Negócio de guerra é bom a gente entrar nêle alegre [...]” Mas a alegria não era motivo para atrapalhar a determinação. “Aniceto continuou: / — Só que agora a gente tem de entrar na guerra decidido, não é mesmo? Pensar pouco e ir em frente. Carece de não ter pena de filho da puta não.” (*BDJ*, 130, vale para as anteriores.) Aniceto está aludindo ao comportamento de João, quando o convocara para matar Salvador. ““Aniceto, eu sei onde mora um torturador. Ninguém me contou que êle tortura não. Eu vi.’ / Aniceto tinha tirado do fundo da gaveta o revólver que não matava ninguém desde Sesostri.” João o levava até o alvo. “Aniceto tirou a pistola do cinto e apontou. Ouviu a respiração opressa de João. / ‘Não atira não, Aniceto’ — e movimentou o carro devagar. / [...] Aniceto tinha falado quase súplice: / ‘É êle, não é? Está quase no inferno. Atiro?’” (*BDJ*, 131, vale para as

anteriores.) Mas João não tinha permitido que ele atirasse. Quando falam disso em Corumbá, João continua defendendo seu escrúpulo e Aniceto cala uma revelação.

— [...] Eu quase cometi um assassinato — e pela tua mão, Aniceto, feito um covarde. Botando o crime na tua conta. / — Minha conta é grande, e o cabra era um torturador, não era? / — Era. Mas eu sozinho é que tinha julgado e condenado êle. / — Estava bem condenado, não estava? / — Mas por mim. Era uma vingança, Aniceto. Êle torturou Laurinha. / Aniceto respirou fundo, severamente feliz consigo mesmo. Não que tivesse remorso, mas... Ah, o canalha! Deteve-se antes de falar porque João escondia o rosto nas mãos dizendo: / — Graças, graças a Deus que eu parei teu braço! (BDJ, 131-132)

Na iminência da partida para se juntarem à guerrilha de Che Guevara, João, depois de tantas deserções — Gil, Mansinho, Murta —, mostra-se capaz de duvidar até de Aniceto.

— Você fica também ou vem comigo? / — Eu não sou cabra de ficar não. Estou sempre indo. Ainda mais na sua companhia. / João agradeceu, apertando o ombro de Aniceto com a mão: / — Mas eu quero que você pense antes, Aniceto. Nem sei se a gente chega na zona da guerrilha, se morre antes. / — A coisa é a seguinte, João. Morrer nesse caso é de tiro, não é mesmo? O que eu acho é que você, mais o Geraldino, têm de se preparar direito. De tiro, João, eu não morro não.

Afirma que João também devia se preparar para a guerra como ele, que descobriu “uma pajelança aqui em Corumbá com bacia e tudo”, que ele e Geraldino deviam ir lá. “— Se você quiser, eu marco dia com o homem do catimbó. Não custa nada. Êle bota na gente uma couraça leve de carregar como um anel no dedo. Não se tira nem para dormir.” (BDJ, 132, vale para as anteriores.)

Mas João e Geraldino não foram ao catimbó e, coincidência ou não, caíram varados pela metralha no convés da *Faceira*, enquanto Aniceto e Joelmir saltam ao rio e sobrevivem. Os leitores não são informados se Joelmir também tinha alguma proteção sobrenatural. Provavelmente não, visto que será morto mais adiante, como Aniceto ficará sabendo ao ver a foto dele marcada com uma cruz no cartaz do aeroporto.

Aniceto vai reaparecer, acompanhado de Da Glória, no sítio do Chapadão onde Gil e Mariana se abrigaram. Ali será revelado o segredo que os afastou e os liga. Mas não por Aniceto. A coragem dele é grande mas não chega para tanto. Quando Gil pergunta se eles casaram, o recém-chegado desconversa. Mariana, pelo aspecto do casal, vai intuindo o segredo, sem chegar a desvendá-lo.

A semelhança entre Aniceto e Da Glória, Mariana não adivinhou que fôsse de sangue irmão, mas qualquer um veria e sentiria entre êles uma afinidade que ia muito além das coincidências e fatalidades do parentesco estabelecido em

cartório e sacristia: se tivessem nascido nos antípodas os dois cavariam a terra, cada um pelo seu lado, até se encontrarem no meio. (*BDJ*, 191-192)

É a própria Maria da Glória quem vai fazer a revelação, quando as duas conversam sobre a criança que Mariana espera e o medo que a outra tem de engravidar. Mariana quer saber até quando o ventre de Da Glória vai ficar deserto, e ela começa a falar confusamente, meio por enigmas.

— Deserto? Eu espero que deserto para todo o sempre seja o meu ventre. Pois meu pai não morreu morte de outro, para evitar de conhecer a verdade? Minha mãe nunca falou nada, nada, mas que sabia estou ciente que sabia, e morreu, pode ser, de saber. Aniceto foi me buscar de vez porque amigo dêle que era padre, tal de Geraldino, disse a êle que o mundo começou dêsse modo mesmo. Você acha que foi? Acha? Começou assim? / — Como? — disse Mariana contagiada pelas perguntas que começavam. — Assim como? / — Irmão tomando irmã por mulher? Foi assim? Você está me olhando assombrada porque não sabia da desgraça não é? A mãe morreu de saber e o pajé do catimbó adivinhou. (*BDJ*, 195)

Geraldino, que no seu antigo tempo de padre teria a obrigação de anatematizar aquela situação de incesto, de impedir que o tabu fosse rompido, no seu novo sacerdócio da compaixão é que dera a Aniceto a justificativa para viver aquele amor de que ele não podia (nem queria) se afastar.

Outros segredos serão revelados, um deles o próprio Aniceto não considera muito secreto, só tem vergonha dele. Numa ocasião, diante dos outros, faz um comentário a respeito de promessa que deixou de cumprir.

— Isto é segredo, Aniceto? / — Só é segredo pela vergonha que eu tenho de não estar pagando ela, Gil. Foi promessa feita a João. Se êle morresse antes de travar a luta eu dizia ao Comandante que êle tinha caído na mesma guerrilha, só que longe dos companheiros. / — O Comandante morreu, Aniceto — disse Mariana. / — E morto não aceita recado — disse Aniceto. — Assim é. Se eu tivesse ido correndo, antes de secar a roupa depois de saltar do barco, no rio Paraguai! (*BDJ*, 193)

O outro segredo, que permaneceu secreto para João, foi revelado a Gil na volta de uma excursão de caça, atividade em que Aniceto se afastava às vezes por três dias. Aniceto também expressa, no comentário sobre o desprezo dos bichos por ele, sua frustração de guerreiro a quem faltou guerra.

Gil gostava de puxar por Aniceto, de ouvir suas histórias, mas o outro andava curto de confidências. Num dêsses regressos de caça Gil perguntou: / — Deu sorte hoje? / — Qual! Só um tatuzinho. Assim mesmo porque me virou as costas. Bicho sabe quando a gente se mete numa guerra e nem chega a dar um tiro. / Gil suspirou: / — De guerreiro só tinha mesmo você. Por isso não chegou a matar ninguém. / — Bem, quer dizer. Na guerra mesmo não — disse Aniceto. / — Alguém à margem? / Aniceto rilhou os dentes, uma onda

de fúria avermelhando sua cara: / — Um torturador da peste. Dia antes da gente sair do Rio. (BDJ, 194)

Seu código pessoal de honra prevaleceu até ao ponto da desobediência à ordem de João, aquele a quem Aniceto considerava seu superior comandante. E o guerreiro ainda não estava liquidado, nem se havia rendido. Quando Gil inventa a viagem à região das Águas Emendadas, Mariana e Aniceto põem-se em acordo contra ele. “— O Gil me contou que você não quer ir na tal região dos rios, Mariana. / — Não quero não, Aniceto, eu quero ir ao encontro da nossa gente, no Rio de Janeiro. / — É também minha tenção, conforme eu disse a êle. Lá a gente volta à vida da gente.” (BDJ, 205) Com a retirada solitária de Gil, nada poderia impedi-los de voltar.

Mas havia uma coisa sim, que eles pareciam ter esquecido ou ignoravam deliberadamente. O cartaz de *Terroristas Procurados* no aeroporto era uma evidência do resultado quase certo da viagem ao Rio. No mesmo voo em que eles embarcam vai Luciano e sua turma de engenheiros e técnicos de águas fluviais. Aniceto nota que um dos técnicos conseguiu levar uma zagaia embalada como bagagem de mão, dizendo que era o tripé de um teodolito. E pensou que talvez fosse possível levar o recado de João a algum sobrevivente da guerrilha boliviana de Che Guevara.

Da Glória e Mariana sentaram-se lado a lado e êle num assento de fora, paralelo ao do homem da zagaia. Depois, enquanto as turbinas aqueciam, Aniceto afivelou o cinto, recostou-se na poltrona e cerrou os olhos, revendo o retrato de Joelmir, caboclo de boa carnaúba. Depois viu, com uma cruz de tinta e um *Faturado* por cima, os retratos de João, de Mansinho, de Jacinto, do Comandante, e começou a formular mentalmente os termos do recado que ia dar a Eustáquio, a algum deles. [...] Aniceto abriu os olhos, desafivelou o cinturão com a mão esquerda enquanto com a direita pegava a zagaia de despedaçava o papel que lhe cobria a lâmina afiada. Zagaia em punho, no meio daquele silêncio dos aviões que decolam, marchou para a cabina de comando. (BDJ, 207-208)

Ia mesmo levar o recado de João a alguém que pretendia encontrar em Cuba.

Aniceto, mesmo na sua condição de bandido-herói, talvez seja o maior herói positivo do romance. Como disse Gil, de “guerreiro só tinha mesmo” ele. Fazia parte, com Joelmir, no dizer de Mansinho, da (única) “massa da [...] revolução” (BDJ, 135). À semelhança do que se costuma dizer sobre a Coluna Prestes, também Aniceto poderia ser chamado *invencível*, não derrotou seus inimigos, mas também não foi derrotado por eles. Uma das características mais marcantes do personagem é seu pouco respeito pelas regras da legalidade, mas respeito pleno pelo seu próprio e particular código pessoal. É quase um herói de Hemingway, e sua disposição de ir à guerra com alegria ecoa, em

certa medida, a definição de coragem do escritor norte-americano (que os cubanos também consideram cubano), coragem que ele definia como *graça sob pressão*.⁴⁴

BAR DON JUAN. LAURINHA BELA E TRISTE RETORNA À LUTA

A causa de Laurinha é o amor de João (“João [...] era a sua vida e a sua alegria, [...] ainda que reformasse o mundo, como tencionava fazer e como Laurinha acreditava com aflição que ele faria”, *BDJ*, 92), e é por ele e para ele que ela participa do grupo revolucionário. Quando o romance se inicia, ela tem saudade dos “velhos tempos” em que não era a heroína um pouco entristecida que já havia passado por tortura e violência sexual.

De quando em quando Laurinha ainda acordava de manhã como nos velhos tempos, abrindo os olhos antes de João mas sem despertá-lo, seu homem debaixo do lençol ao seu lado, ela e êle num casulo de linho, latejando nos dois tôda a vida de que necessitava. Ainda acordava assim, de vez em quando, mas só durava um instante, até surgirem as sacadas avarandadas, o fundo do pátio, a Rua da Relação, a testa curta de Salvador. (*BDJ*, 47)

Acredita já ter contribuído acima e além do dever com o projeto político do marido, embora só diga isso a si mesma, não seja capaz de dizer a ele.

[...] se tivesse coragem [...] teria falado, dramática e verdadeira: “João, meu corpo já tem sua história de revolução para você e chega, chega, agora chega, olha as medalhas roxas que eu ganhei na luta, as pancadas, os chupões, aquele bruto entrando em meu ventre sêco. Me ensaboei no chuveiro, na banheira de água quente, lavei a baba, o cuspe, lavei a revolução tôda, e agora chega, chega. Não disse nada de você e dos seus encontros, protegi você, menti por sua causa para você se orgulhar de mim e agora chega, pelo amor de Deus.” (*BDJ*, 48-49)

Queria uma vida como a que ela espiava pela janela da sala no casarão dos alemães, vizinho ao seu prédio, com as crianças e os adultos, “as cadeiras na varanda, pára-sóis no gramado, a mesa de pingue-pongue ao lado da porta da garagem, as bolas pensativas boiando na piscina” (*BDJ*, 48). Esperava que, “para lá do que devia acontecer em São Paulo, em Mato Grosso, sabe Deus aonde, deviam ainda voltar um dia a uma vida normal” (*BDJ*, 65). Essa era a porção otimista de Laurinha. Mas havia também a pessimista ou, talvez, a realista. Arrumando a valise de João para a viagem a São Paulo em que ele encontraria os cubanos, não é na futura “vida normal” que ela cogita. “Um dia, pensou, seria o dia da mala definitiva, o dia de João não voltar.” (*BDJ*, 52) Ao ouvi-

⁴⁴ “Grace under pressure.” Em carta a Scott Fitzgerald, Paris, c. 20 de abril de 1926. (Hemingway, 1985, p. 200)

lo falar na “vida”, na “grande jogada”, na “História”, Laurinha pensava na “vida” que “mora nas camas, nas salas de jantar” (*BDJ*, 49). Ela tinha sua própria e particular concepção da História.

Voltando de São Paulo com João e ouvindo planos de libertação continental, Laurinha pensava no que é e sempre foi a história: milhões e bilhões de homens e mulheres que vivem a vida doce e racional de todos os dias, plantando e colhendo, copiando coisas em máquinas de datilografia, cuidando dos filhos e enterrando avós, até que um iluminado surge em seu carro de fogo e sobe aos altares, o Messias de barbas vermelhas de sangue. E jamais o enterravam, quando afinal morria... (*BDJ*, 91)

Poderia estar pensando em Lênin, cadáver em perpétua exposição na Praça Vermelha. Mas nem era preciso “o Messias de barbas vermelhas de sangue” para alterar brutalmente a marcha do cotidiano. Basta um simples acidente como aquele de que os dois tomam ciência na volta da viagem: o afogamento da menina Amelinha, após um choque causado por problema na fiação elétrica, na piscina dos vizinhos alemães.

Laurinha esperou que João voltasse ao interior do apartamento para ir à janela. A piscina tinha sido soterrada, tinha desaparecido, como se nunca houvesse existido. Do grande portão até o centro do gramado havia o sulco das rodas do caminhão que trouxera terra e mais terra para liquidar a piscina, apagá-la da memória das pessoas, enterrá-la para puni-la de haver feito enterrar a menina. A casa estava tôda fechada, portas, janelas, garage, tudo, uma casa sem teto, sem olfato, sem ouvido, apenas com o gôsto daquela terra que entrara pelos olhos azuis da piscina. A casa tinha morrido com a menina. Com um golpe sêco Laurinha puxou a veneziana, rodou a maçaneta para fechar o trinco. Acendeu a luz de um abajur. Pelo menos, agora, tinha pressa de viajar para Mato Grosso. E até então a janela não se abriria mais. (*BDJ*, 93-94)

Outra característica de Laurinha é sua beleza, que será celebrada por mais de um dos personagens do romance. Para Murta, Laurinha é personagem de conto de fadas, novela de cavalaria, é a rainha Isolda, e essas heroínas míticas são sempre figuras de extraordinária beleza. Também deve ser por isso que ela chama a atenção do velho jornalista Cabanès, que tenta abordá-la quando Murta e ela entram no Bar Don Juan na madrugada em que Aniceto imobilizou o beligerante Juca Tapona. A velha amiga dona Maria, patroa dela na floricultura Flora do Freixo depois que, segundo pensava a portuguesa, seu “marido doido tinha morrido no meio do mato, parece que ao lado do Che Guevara”, mostrava por Laurinha “uma supersticiosa admiração” diante da

[...] estranha operária que quando lavava de tarde as mãos sujas de terra e o rosto suado parecia aquela imagem que quando ela era menina haviam desenterrado lá nos campos de Freixo-de-Espada-à-Cinta e que depois de lavada na fonte começara a brilhar de beleza e a fazer milagre a torto e a direito. (*BDJ*, 177, vale para as anteriores.)

João Batista, amigo de Jacinto, admirador do trabalho intelectual e da ousadia revolucionária de João, faz um elogio de poeta à beleza de Laurinha. Quando, convidada a voltar à luta em que caíra o marido, ela pede que a “deixem sossegada por enquanto”, talvez mais tarde tome outra decisão, que agora está “procurando virar planta”, o estudante “falou sério, levantando-se: / — A senhora virava rosa fácil, fácil” (*BDJ*, 181). E quando ela diz a Matilde, a responsável pelo lar das crianças deficientes que ocupa o casarão onde moravam os alemães, que no pátio há uma piscina soterrada, ouve outra referência à sua beleza. “— Me ajude, minha filha, pelo amor de Deus. Eu senti, outro dia, que você nos trazia alguma coisa. Alguma coisa assim linda como você.” (*BDJ*, 186)

À beleza de Laurinha deve-se acrescentar sua empatia, sua capacidade solidária de compaixão. Primeiro por Mariana, num fim de noite no Bar. “Laurinha olhava morta de pena o rosto desfeito de Mariana enquanto Mansinho saía com Dora [...]. Aproximou-se [...], sentou-se ao seu lado, embora não pretendesse fazer a besteira de dizer nada [...]. Limitou-se a segurar-lhe a mão [...].” (*BDJ*, 46) É também ela que aconselha Mariana a ir logo ao encontro de Gil, quando chegam a Corumbá. Até num momento em que a personagem está sob grande tensão, pelos outros e por si mesma, a bordo da *Faceira*, prestes a iniciar a travessia para a margem boliviana, a notícia de que Murta teria sido metralhado dentro do rio é capaz de tocá-la sensivelmente.

Laurinha ouviu o gêlo de Tintagel partindo o espelho da piscina e sentiu uma onda de ternura pelo Murta, uma ternura antiga, como se houvessem brincado juntos na infância. Seu irmão Murta, pertencente a uma era que se encerrava com êle próprio, ali no rio Paraguai. Só o medo de parecer mulher frágil fêz Laurinha engolir as lágrimas que sentia mal represadas. (*BDJ*, 155)

Mal sabia ela que alguns minutos, ou algumas horas depois, quando, passado o choque, fosse capaz de pensar, passaria a nutrir um ódio profundo por Murta. Mas nesse capítulo da compaixão é preciso lembrar que ela, com tanto sentimento pelo outro, pelos outros, não é tratada da mesma maneira. Quando Joelmir chega com as armas e parece que a guerra vai mesmo começar, João mostra-se preocupado com as mulheres de Aniceto e Joelmir. “[...] pensou com um calafrio na Da Glória que um dia contava com Aniceto de volta e na figura patética de Valdelize que a estas horas teria os olhos perdidos na escuridão [...], mãos no ventre, sentindo mexer o menino [...].” (*BDJ*, 135) Como estaria se sentindo a mulher dele, parecia não preocupá-lo, talvez porque ela estivesse ali com ele, ao contrário das outras.

Em breve ela estaria no convés da *Faceira*, “feito uma doida, no centro do feixe de luz dos holofotes” (*BDJ*, 156) da lancha da Polícia, diante dos cadáveres do seu amado João e de Geraldino, “momento desesperado em que se abraçara [...] a João crivado de balas e em que tivera seu cadáver brutalmente arrancado dos braços”. Muita coisa havia mudado nela. “Não lhe sobrara nem piedade a sentir por si mesma quando foi prêsa, pela Polícia e pela Marinha, em Corumbá e Ladário.” (*BDJ*, 174, vale para a anterior.) É preciso destacar, nesta passagem, a figura da *amante dolorosa* que Laurinha compõe, aconchegando nos braços seu amado morto, equivalente à *mater dolorosa*, que aconchega o cadáver do filho, mas esta, ao menos está livre da ferocidade da repressão.

Depois da morte de João, quando ela volta para o Rio, inicia-se um segundo movimento na composição da personagem. A mudança começa com o esgotamento da piedade que ela sente ter sofrido. Mas não há esgotamento da paixão. A “ternura antiga” sentida por Murta transmutou-se na mais brutal ojeriza.

Preferia nunca mais enxergar ninguém que tivesse tido alguma coisa a ver com a lamentável história e sentia forças para cuspir na cara do Murta, caso jamais o revisse. Se ainda rezasse pediria honestamente a Deus que a morte do Murta tivesse sido severa e dura nas águas do rio Paraguai. (*BDJ*, 175)

O movimento acompanha nova transformação em Laurinha, o processo em que ela vai se livrando do ódio e do ressentimento e faz as primeiras tentativas para estabelecer uma ligação entre sua vida atual e sua vida passada. A primeira intromissão da vida passada é a notícia, vista acidentalmente no jornal, do enterro de Mansinho. Não queria ir, não queria encontrar Adelaide e Frederico, a quem não procurara, mas foi. Ao fim da cerimônia a mãe de Mansinho faz-lhe um pedido: “— Venha em casa tomar um café conosco — disse Adelaide. [...] A casa está triste, vazia de gente e de muita coisa que êles levaram. Sabe que levaram até o mapa do Frederico, aquele do vale do Amazonas? Cismaram que era coisa de guerrilha.” (*BDJ*, 177) A segunda é a visita de Jacinto e João Batista, o convite para voltar à luta, o pedido para que cedesse o apartamento vazio para abrigar companheiros caçados, ela diz não a tudo, ainda não está pronta, está “procurando virar planta” (*BDJ*, 181). São eles que lhe dão notícias de Murta, falam como ele deseja o perdão dela. Mas ela nem quer ouvir falar nisso. “Laurinha falou dura, encarando os dois rapazes. / — Se é esse o recado que vocês vieram dar, está dado. Passem bem.” Fala no ódio que ainda sente e ouve argumentos contra esse ódio que atrapalha a continuação da luta, argumentos embasados no pensamento de João, do

seu amado João, argumentos de confiança na vitória muito próprios da concepção isenta de dúvidas que domina o pensamento juvenil.

— Talvez vocês um dia odeiem também, mas eu preferia que outra pessoa, não eu, desse a vocês uma primeira demonstração de ódio. / João Batista se ajoelhou aos pés de Laurinha e falou em voz baixa e comovida: / — Demonstração de sofrimento, que a gente respeita. Mas a senhora sabe, dona Laurinha, tudo faz parte. É assim que eu coloco a questão. Só depois que a gente vence é que as coisas se revelam como são e as coisas que passaram por ser comédia e besteira se justificam. Antes não dá. Não dá para a gente bolar o desenho, sabe como é? Eu tenho um colega que foi aluno do João e me disse que o João no livro dêle chegou mais perto que qualquer um do desenho que serve para a gente. (*BDJ*, 180, vale para a anterior.)

Ainda que não soubesse, o estudante fizera referência à única parte da antiga vida que ela conservara. Entretanto, algumas das partes que ela havia deitado fora teimavam em ressurgir, recusavam os esquecimento.

Do passado Laurinha só guardara o livro de João. Precisava refazer parte do índice que ficara prêso com a cópia que levava a Corumbá mas isto era fácil. Esperava que pudesse voltar ao livro sem mais emoções, reencontrando João num plano natural, o mais natural que fôsse possível. A vontade que agora sentia de voltar ao trabalho no livro era violenta, excessiva como a vontade que tinha às vezes de entrar ou pelo menos rondar o *Bar Don Juan*.

Chega a ir, uma noite, a Copacabana, a aceitar carona de um desconhecido, a desejar que ele a levasse ao velho Bar. Quando ela se recusou a beijá-lo, ainda que permitisse outras carícias, o “homem olhou a beleza distante e ficou um pouco sem jeito” (*BDJ*, 178, vale para a anterior), desanimou. Deixou-a outra vez em Copacabana e ela voltou para a floricultura.

Mas quando ela é “tomada de um desejo de vida crua e sacrílega, de sentir-se realmente perto de João, punindo João pela sua ausência”, continuam as incursões ao passado e ela vai “rondar a Polícia na Rua da Relação, olhando os que entravam e saíam, procurando Salvador” (*BDJ*, 181, vale para as duas), sem saber que repetia algo que João havia feito. Então descobre o que, no grupo, só Aniceto e Gil sabiam. “— O Salvador está aí? / A sentinela olhou Laurinha espantada: / — Que Salvador? O Delegado? Cara grisalho? / — Não, investigador, moço. Sobrancelha fechada. / — Êsse morreu, uai.” Também o “velho Andrés” foi “achado morto debaixo do seu crucifixo de pernas para o ar, o livro de João nos joelhos” (*BDJ*, 182, vale para as duas).

Laurinha ia aprendendo que o passado permanece, mas apenas na memória individual, não há retorno a ele. E que a memória individual não é compartilhável. Quando Lotte, uma das suas vizinhas do casarão dos alemães, aparece na floricultura para comprar um ramo de saudades, a mulher se assusta quando Laurinha não quer

costrar, diz que é um presente dela para Amelinha. Laura vê, com o carro já em retirada, o ramo de saudades ser atirado pela janela. A alemã, com certeza, achou que tinha visto fantasma. Como aquela desconhecida, a quem ela nunca tinha visto antes, sabia para quem eram aquelas flores e até o nome da menina morta?

O encontro vai levá-la à primeira das armadilhas da compaixão que se oferecem como alternativas para que refaça a vida. Vai a Santa Teresa, ver o antigo casarão dos alemães. Para o prédio onde morava com João, nem olha. Fica sabendo do lar para crianças deficientes, conhece Matilde, fala da piscina soterrada, participa da ressurreição da piscina, apesar de sentir “um vago mal-estar de traição indefinida diante da alegria que medrava dentro dela feito um tufo de planta num penedo” (BDJ, 209). No domingo da inauguração, já vendo a armadilha fechar-se sobre ela, o convite para trabalhar com as crianças, não quer comparecer à festa. Mas dona Maria faz com que ela vá, vai também, e ela acaba sentindo-se feliz ao ver a felicidade das crianças. Repara que, do prédio, todos assistem à festa pelas janelas, só uma permanece fechada. Sai sem falar a ninguém, rumo ao prédio, ao seu apartamento. “À medida que avançava [...] despedia-se de uma Laurinha antiga, que ela em breve não entenderia mais. [...] Dentro do apartamento foi direto à janela e abriu-a de par em par, segura não tanto da vista das crianças suas amigas como da paz reencontrada.” (BDJ, 211-212)

Completa-se o processo que leva Laurinha das trevas de volta à luz, ou ao fim da *noche oscura*, como diriam os poetas místicos de João. Queria terminar o índice do livro e até voltar à luta política, não necessariamente armada, “retomaria os fios da vida de João, os fios que antes fiara tão mal, de medo de perder João. Para isto precisava do telefone que jogara fora, do amigo de Jacinto, e poderia obtê-lo do Murta ou de Adelaide e Frederico”. Era a segunda armadilha da compaixão. “Preferia não ter de falar com os velhos em nada que lembrasse a morte dos filhos, e, além disto, devia à sua nova vida a obrigação de ingressar nela sem ódio, isto é, encontrando e acolhendo de novo o Murta.” (BDJ, 212, vale para as duas.) A rainha Isolda, viúva do rei Marcos, estava disposta a perdoar Tristão.

Laurinha surpreende-se, quando finalmente vai à casa do Rio Comprido, pois ali esperava consolar dois velhos alquebrados, mas acabou acolhida, consolada ela mesma. Os velhos estavam firmes, pareciam felizes. Laurinha custa a entender que, convertidos ao espiritismo, não mais sofriam pela morte dos filhos, aceitavam a passagem, acreditavam falar regularmente com eles.

Laurinha não escutava mais. Adelaide que falava, e Frederico que assentia com a cabeça, confirmando o que ela dizia, afastavam-se e afastavam-se, até se transformarem numa miniatura de si mesmos, perdidos em funda distância, e essa lonjura dava a Laurinha a medida da solidão que a envolvia. (BDJ, 217-218)

Consegue o endereço de João Batista, promete, para contentá-los, ir outro dia com os velhos ao centro espírita. Sai à procura do estudante, que mora ali perto. Pelo caminho chega a dois acertos de contas. O primeiro com seu pesadelo.

No ar noturno viu surgir diante dos olhos, pela última vez, uma barrôca estrutura de balcões avarandados que se debruçavam sobre um pátio: as grades de ferro cediam, as pedras se desconjuntavam, ruíam os telhados em silêncio e em pouco a jaula do pesadelo era um punhado de fino pó que o vento carregava, deixando apenas um deserto escuro e limpo.

O segundo, com a consciência quase existencialista de sua condenação à liberdade. “Laurinha tinha explorado seu último caminho, só lhe restando agora o caminho da absoluta liberdade em que se movia — aquela liberdade que ninguém escolhe, que ninguém prefere, que chega para alguns como chega, para todos, a noite.” (BDJ, 218, vale para as duas.)

Laurinha, essa figura bela e trágica, de uma bondade tão arraigada que não consegue ser destruída nem pelo ódio, nem pelo ressentimento, é também a personagem que fecha o romance com uma nota de esperança. Por si, pelos outros, sempre por João, a quem ela nunca deixaria de amar, ela há de continuar a luta enquanto puder. Embora não possamos afirmar com toda certeza, quer nos parecer que a luta a que ela pretende se dedicar não é mais a luta armada, mas a luta da arregimentação política, da denúncia, da oposição constante pela restauração da liberdade geral. Alguns indícios nos levam a essa hipótese. Quando João Batista conversa com Laurinha na floricultura, sobre como admira João e da importância dele para os que o sucederam e que farão a revolução vingar, fala que “será graças a êle, [...] até graças aos erros dêle, que seriam os nossos” (BDJ, 179), parece estar fazendo uma crítica ao enfrentamento armado praticamente suicida a que João se dispôs, e que poderia ser um dos “erros dêle”. Na conversa com Murta-Martinez na floricultura, numa reflexão a respeito dos mortos, pensa que era “preciso doçura com todos êsses, com ela própria,” mas também pensa numa escolha de grupo político: “era preciso passar sem mais perda de tempo para os menos tocados pela idéia de uma revolução cujas granadas acabavam por explodir no bolso de cada um” (BDJ, 214). Callado terminou *Bar Don Juan* em maio de 1970. Ainda não podia saber, mas já poderia suspeitar que a ditadura seria derrotada pela articulação das forças

oposicionistas unidas no objetivo comum. Mas já parecia saber quase com certeza que a luta armada não ia derrubar a ditadura. Poderia perfeitamente ter emprestado essas duas noções à sua personagem.

REFLEXOS DO BAILE. CAPITÃO ROBERTO, ALIÁS BETO, ALIÁS POMPÍLIO, ALIÁS DAS ÁGUAS

Poderemos agora verificar na prática que espécie de perfis será possível esboçar a partir das fragmentárias informações retiradas dos pequenos e variados textos que formam esta narrativa singular. Nos dois romances anteriores, que trazem uma narrativa imitada diretamente da realidade, com recursos dramáticos e cenográficos capazes de mobilizar o imaginário, o leitor, digamos assim, *verá* em sua mente os personagens em ação. Tais narrativas estão na categoria que Barthes chama *legível*. Em *Reflexos do baile* não temos uma narrativa ordenada desenvolvendo-se mais ou menos linearmente, mas textos que são reflexos, como diz o título, reverberações dessa narrativa. Aqui o leitor não *verá* os personagens em ação, mas deverá retirar dos diferentes textos o que os personagens *viram* da ação e *rever* o que for possível através dessas *visões* mediadas. Precisarà analisar e interpretar antes de *ver*. Lembremos Barthes, caberá ao leitor *escrever* esta narrativa *escrevível*.

Para delinear Beto, o capitão Roberto, temos elementos no que ele diz de si mesmo nos bilhetes que escreve e no que os outros, em seus textos, dizem dele, os companheiros e os inimigos. Os bilhetes de Beto dividem-se basicamente em dois registros: o registro político nos que ele dirige a Dirceu e a outros do grupo, e tratam da conspiração em que estão metidos, ele na perigosa e precária posição de infiltrado entre inimigos; e o registro erótico-amoroso no único bilhete que ele escreve a Juliana, carta de amante separado da amada pelas necessidades da luta política em que ambos estão envolvidos.

Examinemos primeiro os *escritos políticos* de Beto. Vamos chamá-los assim, mas notando que não tratam, ou só tratam de modo muito geral de questões que se poderiam chamar de teoria política. O assunto é mesmo o da comunicação clandestina entre um oficial do Exército que aderiu à luta contra o regime — embora, obviamente, seus pares, entre os quais é tido como exemplar, não saibam disso — e seu dirigente na organização. Vamos considerar Dirceu um dirigente porque quase todas as comunicações dos guerrilheiros são destinadas a ele, para que possa coordenar o

conjunto das ações. Outra coisa a destacar é o fato das comunicações terem um destinatário explicitado, mas sem assinatura do missivista. Caberá ao leitor *escrever* esse nome, descobrir-lhe a identidade a partir do conteúdo e de outras características do estilo de cada um. É claro que entre um militante clandestino infiltrado e seu dirigente a comunicação (que, a rigor, não deveria existir nessa forma escrita — quem é o portador? —, mas aqui fica valendo mais uma vez a suspensão da incredulidade) não pode ser em linguagem explícita, entendível a qualquer um que consiga indevidamente apossar-se dela, e sim numa linguagem cifrada. Os revolucionários bolcheviques usavam em seus debates públicos algo que denominavam *linguagem esópica*,⁴⁵ e que também poderia servir para denominar o estilo de Beto, embora não fosse disfarçada o suficiente para evitar o pedido ao destinatário da destruição do material comprometedor. “Uma vez lido e assinado, você porá o esquema a arder feito Joana D’Arc no álcool daquela espiriteira que te acompanha [...]” (RB, 21-22)

A primeira coisa que Beto diz sobre si mesmo seria depreciativa se não fôsse irônica. “Eu sou um traidor convicto mas pretendo que a traição dê frutos e aqui não dá.” Ele se autoclassifica como traidor a partir do ponto de vista dos outros militares, mas todo traidor é leal a uma das partes, neste caso aos seus camaradas revolucionários. Beto até sugere que espécie de traidor ele é em outra passagem do bilhete. “A menos que rebente uma guerra não vejo quando é que teu trem lacrado vai entrar apitando para desovar na plataforma o traidor.” Como ele e Dirceu compartilham, é bastante provável, repertório comum da história das lutas revolucionárias de que acreditam ser uma continuação, a referência ao “trem lacrado” que leva “o traidor” deve remetê-los a Lênin e à sua chegada a Petrogrado em 1917, quando era grande a ebulição revolucionária.⁴⁶ Beto, portanto, se considera tão traidor quanto Lenin, que assim chegou a ser chamado por aceitar ajuda dos alemães. Seriam ambos traidores daqueles que dominavam e oprimiam as massas populares em seus respectivos países e tempos. Mas não é só para

⁴⁵ “E os debates públicos, embora longos e intensos, não se mantinham no nível do discurso político franco, mas sim nos termos prudentes das polêmicas tortuosas, conhecidos no partido como ‘*linguagem esópica*’ desde a época pré-revolucionária, quando era preciso despistar a censura czarista.” (Cohen, p. 316, *itálico* nosso.)

⁴⁶ “Foi combinado com o embaixador da Alemanha na Suíça que um grupo seria enviado através da Alemanha: os alemães tinham esperanças de que a presença de Lenin desorganizasse ainda mais o governo russo. Ficou acertado que, enquanto estivessem passando pela Alemanha, ninguém sairia do trem nem se comunicaria com qualquer indivíduo de fora, e que ninguém poderia entrar sem permissão do socialista suíço que os acompanharia. [...] Alguns dos melhores camaradas haviam ficado horrorizados ao saber que Lenin tivera a imprudência de pedir ajuda aos alemães e atravessar um país inimigo. Vieram até a estação para implorar aos viajantes que não fossem. Lenin entrou no trem sem lhes dirigir uma palavra.” (Wilson, p. 433-434)

falar de si que Beto escreve a Dirceu. Também fala em questões práticas, problemas de logística que o afligem. Para que “a traição dê frutos” ela precisa alimentar seus seguidores. “Você me fala em armas, mais armas, mas eu preciso de costelas, patinho, acém, chã-de-dentro e mocotó. Tenho uma grossa de guerreiros e até um santo ou dois mas não conseguimos vencer a mansa resignação dos que não comem.” A preocupante situação de duplicidade, o risco permanente a que está submetido, também ganha uma referência, de caráter antecipatório. “O medo é que meu fedor seja sentido pelos outros antes que eu me afaste e me declare.” (*RB*, 16, vale para as anteriores.)

Falamos da condição de dirigente que parece ser a de Dirceu, mas Beto também deve ter posição assemelhada. O plano de assalto ao poder durante o baile diplomático teria sido sugestão de Beto. “O jeito é darmos aquele baile de que te falei, projetado há um século. [...] O imperador e o gabinete vão simplesmente para a copa.” O golpe de mão seria favorecido pela pane geral da energia elétrica, providenciada por ele. “Eu entro, modesto, com as trevas. Pergunte às andorinhas do Rio se não conheço cada um dos fios, pergunte aos cães cariocas se não conheço todos os postes.” Há nova referência velada às revoluções francesa e russa. O plano do golpe em meio às trevas evitaria derramamento de sangue “como se fôssemos bárbaros, como se não passássemos de franceses ou russos” (*RB*, 17, vale para as anteriores).

A disposição de Beto em abandonar o Exército — talvez sinta que sua posição vá ficando menos sustentável — é exposta com veemência a Dirceu por outro membro do grupo, Filipe. “Pompílio furioso, intransigente, imprudente, pronto a desertar na marra. Vai com jeito ou sai da frente que o boi ficou bagual. Pompílio resolvido a executar seu plano de cem anos atrás.” (*RB*, 19) A referência a Beto como Pompílio remete ao republicano Pompílio de Albuquerque que, em 1871, elaborou um plano para prender o imperador, a família real e boa parte de corpo diplomático durante um espetáculo de gala, com recurso a dinamitar os encanamentos de gás, produzindo falta de luz (cf. Arriguci Jr., p. 59-60). O desejo de Beto por abandonar as fileiras pode ser resultado da pressão de ter como chefe — Beto reproduz vocabulário característico do superior — um “inimigo jurado de Troglodítia, favelas, Central e Linha Auxiliar, Leopoldina e Rio do Ouro” (*RB*, 22), ou seja, das massas populares em nome de quem os revolucionários dizem combater. O poder de Beto está no controle (ilegal) sobre o “Desligamento de [35] Circuitos por Bairros” que um dos camaradas chama a “cítara de Nero” de que Beto dispõe. Em comunicado a Dirceu, Beto fala nesse controle e sugere

alternativas para avisar o grupo no caso das coisas darem errado. Não será possível, Beto sabe, mandar uma mensagem escrita.

Dedilhada com ciência esta cítara de trinta e cinco cordas quase poderia secar apenas tua pia e teu chuveiro, ou obrigar exclusivamente você a acender uma vela em casa. Ou, como talvez ocorra numa noite de baile, poderia causar o desmaião da pane geral. Para tua tranqüilidade: se o processo embananar, se a traição fizer brotar dois chifres vermelhos na minha testa, adoto aquela primeira alternativa. Cloroformizo em plena noite um bairro só, que escolheremos de antemão, à guisa de aviso aos companheiros, que nesse caso irão ou não dançar, por entenderem a mensagem: falhou a treva geral, corrijam a rota do navio, o rumo único e certo é mesmo Porto Dirceu. (RB, 23, vale para as anteriores.)

Beto dá sua visão a respeito daqueles a quem quer libertar. É um olhar um tanto comovido a respeito daquilo que seu superior chamaria Troglodítia. Mas o olhar comovido não pode esconder que é um olhar distante, externo. Ele pode até querer estar do lado daquela gente, mas o “povo suburbano” não está do lado dele, por enquanto nem sabe dele.

A paisagem brasileira é composta de eucaliptos, de Volkswagens e de gente com fome. [...] Quando reorganizei o Rio em grupos de desligamento não vi aparecer nada brilhante diante dos olhos. Vi blocos de povo suburbano, um imenso muro de azulejos — Nilópolis — Vila Rosali — Éden — Pavuna; Nova Iguaçu — Heliópolis — Mesquita; Caxias — Lucas — Meriti — com caras de gente triste.

E fala mais um pouco de si mesmo, da sua condição de soldado. A luta, além de sua escolha, mais que sua escolha, é a sua profissão. “Acontece que não tenho porte de armas. Sou condenado a portá-las. Por obediência ou por decisão meu ofício é a briga. Entre nós, quem desiste de ser leão vira cristão. Só a decisão dos condenados às armas pode colocar nos azulejos caras alegres.” (RB, 27, vale para as anteriores.) As caras não ficarão alegres por suas próprias decisões, mas pela “decisão dos condenados às armas”. Há aí uma fratura que nem Beto nem os outros são capazes de perceber.

A condição de oficial do Exército mantém Beto isolado do resto do grupo guerrilheiro. De vez em quando há contato com um portador (“[a]proveito a visita do Mejía e te mando [...] esta nota”). Ele próprio não vai participar da ação planejada, do baile, vai contribuir à distância, com a pane elétrica, ou, como diríamos hoje, com o apagão. Mas a distância de que ele mais se ressentido é ficar longe de sua amada Juliana. Para superar (na medida do possível) essa distância, há a troca de correspondência entre os dois amantes. É de Juliana, em bilhete a Dirceu, a primeira alusão a essa troca amorosa. “Dirceu: Zumbo, não faço outra coisa. Zumbo. [...] Mesmo porque, a carta de Beto que você me mandou me deixou feito uma abelha: cheia de mel. Zumbo.” (RB, 21,

vale para a anterior.) Misturadas aos bilhetes que acertam detalhes da ação, essas cartas de amor privilegiam a dimensão lírica dos amantes separados. Na única que ele dirige a Juliana (as outras são dela para ele) fala do noivo “cujo coração deixa de bater a cada vez que a saudade, fazendo mágica, põe-lhe a noiva distante ao alcance das mãos” e pede que ela vá a determinado lugar no subúrbio e observe a pane elétrica. Ele fará do desligamento uma ligação entre os dois. “Sinta meu coração parando nas lâmpadas e nos letreiros.” (RB, 30, vale para as duas.) Ou seja, o que deveria ser instrumento de ação política será usado como declaração de amor. Em outra passagem, quando Amália sugere a Dirceu que Beto poderia cortar a eletricidade quando eles fossem assaltar um banco, Beto nega com veemência alvitre desse tipo.

Reforço, grifo e sublinho o *não*. Me convocaram até para discutir roubos banais ocorridos durante uma de nossas panes de teste. O mais tênue dos nexos que se estabelecesse entre um assalto a banco ou um seqüestro e um desligamento me poria perfilado entre um muro branco e a boca dos fuzis. A resposta é *não*. (RB, 65)

Os que convocaram Beto são os encarregados de investigar a natureza daquelas inexplicadas panes, os que, por enquanto, ainda têm plena confiança no capitão Roberto. É para notar a contradição: ele parece não ver problema em promover desligamento para mostrar a Juliana o seu amor. Nesse caso não haveria risco de segurança? Desligamentos sem propósito aparente como esses não bastariam para chamar a atenção das autoridades?

Aumenta a pressão sobre o personagem. As autoridades procuram auxílio de Beto para investigar os desligamentos misteriosos, ele procura fornecer desinformação. “Chefe: O Capitão Roberto está plenamente atento mas não consegue emprestar significação maior às panes, segundo alega.” (RB, 92) A ele também são entregues as providências preventivas contra “algum fanático e débil mental” que esteja desligando chaves sem propósito, pois só eles (capitão Roberto incluído) poderiam produzir um desligamento que tivesse consequências.

De qualquer maneira, o capitão já aumentou a segurança [...] para o caso de haver — o que ele considera inteiramente absurdo — um traidor entre nós, ou [...] entre o pessoal das Águas e Energia, talvez poluídas, as águas, pelo fanático, dito Das Águas. O capitão se sente, no geral, mais do que tranqüilo. Chega a sugerir que estamos talvez sendo vítimas dos fabricantes de velas. (RB, 93, vale para as duas.)

Cabe ao leitor imaginar (*escrever?*) a tensão da duplicidade que Beto vive, ajudando a procurar, e procurando convencer que não há nenhum *Das Águas* agindo na represa, que a área inundada está completamente vazia de gente.

Ao mesmo tempo em que ajuda a fazer buscas por si mesmo, Beto remodela os planos: no caso de falha do projeto principal, “se não ficarmos todos, de imediato, reinando no castelo escuro”, pretende que promovam “para consolo do nosso malogro” o sequestro de quatro embaixadores, “um gordo gado de raças puras, o núncio, o nipo, o portuga, o gaulês” (*RB*, 49, vale para as anteriores). As comunicações seguintes de Beto a Dirceu mostram que ele percebe como vão se estreitando suas possibilidades. Diz que reduziu a “dois os locais em que me reúno com meus desligadores-mores” (*RB*, 99), um na represa de Barra do Piraí, outro no morro Dona Marta, perto das casas dos embaixadores, na do inglês deverá acontecer o baile. Outro comunicado avisa quais grupos serão desligados “caso eu tenha perdido a parada e a credibilidade” (*RB*, 101). Beto tinha razão em pensar nisso. Não há mais comunicações suas. As notícias do personagem provirão agora de outras fontes. A primeira delas, um relatório policial ainda pouco detalhado, mas que evoca até Antônio Conselheiro, chefe de fanáticos no entender do relator, traz a bombástica revelação: “não se trata de endeusar ninguém como um dos nossos fez com o Antônio Conselheiro porque desta vez o Conselheiro propriamente dito é um dos nossos, o Capitão Roberto, chefe, aquele mesmo, da sua estima, serpente em nosso seio” (*RB*, 108). Num bilhete de Vítor a Amália surge a primeira imagem de Beto morto, descrito por um policial encarregado do bloqueio dos carros na proximidade da represa. Vítor foi até lá com Juliana e eles ouviram “o jovem patrulheiro pálido ‘Ele verga nas cordas de tanta bala, de tanto peso de bala, ficou assim feito chumbo amarrado na torre, a cara raspando na água’”. É a imagem inaugural da transformação — contra a vontade das autoridades — do morto em mito: “aquela aparição do Beto amarrado [...] ia se infiltrando pelos botequins, pelos ônibus parados, o posto de gasolina, a loja de balaio, couro de boi e mortadela” (*RB*, 114, vale para a anterior). Outro relatório policial conta como descobriram gente dentro da igreja já inundada pela represa, como aquela gente ia erguendo um soalho de madeira à medida que a água subia, e eram fanáticos, moradores que se recusaram a sair como ordenado e gente das próprias forças de segurança, “gente nossa [...] servindo o capitão nos desligamentos”. Também está no relatório a descrição do último combate de Beto, chamado “Capitão Iscariotes” (*RB*, 115, vale para a anterior).

A tropa cercou, o homem que a gente não sabia ainda quem era disparou feio, matando o Cabo Clodoaldo, a tropa revidou, e quando foi ver quem era o morto foi aquele pasmo e assombro, [...] e também o entendimento de como é que os fanáticos faziam a guerra tão direito. Aí deu uma cólera na gente de ver o desertor, o Joaquim Silvério. Agora só tem mesmo fora d'água [...] o cotoco da torre da igreja. [...] A gente então atou o cadáver pelos peitos [...], com água pela barriga, e deixou ele lá, para todo o mundo ver os cornos do apóstata e renegado. (RB, 115-116)

De Brasília, que já percebeu o perigo, talvez do antigo chefe de Beto, o autoproclamado inimigo de Troglodítia, vem a contraordem.

Tire imediatamente o corpo desse Beto ou como se chame de onde se encontra. O cadáver deve ser levado para o cemitério da capital, enterrado sem acompanhamento num canto de indigente, sem cruz em cima, sem choro, sem vela, sem nada. [...] Que idéia da roça [...] improvisar um monumento com um desertor e uma torre e inventar [...] romaria de basbaques e subversivos [...]. Enterre o traidor. (RB, 118)

Mas a contraordem veio tarde. A romaria era ainda evitável, mas a imagem do morto já corria o mundo, corria tanto que, tendo dado uma volta completa, foi capaz de alcançar Juliana, tornando-a quase catatônica, contemplando por horas e horas, nas páginas de uma revista estrangeira “a foto que saiu no exterior do Beto dentro d’água até o cinto queixo enfiado no peito cortado de cordas no meio daquela porção de canoas cheias de gente flutuando em volta duns telhados e do toco da torre” (RB, 119-120). A imagem não correu mundo só em revistas estrangeiras, começa a surgir uma espécie de culto popular, tudo que as autoridades não queriam.

Aqui no Piraí só teve mesmo aquilo que informei ao chefe e amigo e que foi umas figuras de barro que apareceram tão mal amassadas e mal cozidas que de princípio nem dá pra gente ver o que é que é mas que reparando bem é uma igreja, mesmo que falte a cruz em cima, porque tem a torre do sino só que em vez de sino tem uma cabeça de homem como se fosse o sineiro e nada mais, sem corda sem nada. Eu só informei que tinha aparecido essas bobagens, que quando primeiro se olha não dá nem para entender o que é, porque não apareceu só uma perto de vela aqui e ali na beira d’água não. Apareceu um punhado delas, uma meia dúzia. Pelo sim pelo não mandei recolher todas e foi tudo quebrado aqui na delegacia. (RB, 183)

A imagem do mítico Beto é capaz de fomentar dissensões entre seus inimigos. A informação sobre as estatuetas merece resposta malcriada. “Senhor delegado: Descubra [...] em que lugar são feitas. [...] comece [...] investigação nas olarias e padarias da zona. E não esqueça, para qualquer caso semelhante, em qualquer data ou ocasião: quebre depois, asno.” (RB, 185) Mas tais providências são tomadas tardiamente. Betos, transformados em ícones de arte popular, acabam distribuídos “para vários endereços no exterior” como “peças básicas de alguma mostra patrocinada pelo Ministério da Educação ou o Itamarati”. A peça é descrita num relatório do inspetor da companhia

aérea que os transportou sem saber muito bem o que fazia. “Quanto à cerâmica, lembra os trabalhos oriundos de Caruaru e Tracunhaém. É muito bem cinzelada, só que monótona. Representa [...] o mesmo açude engolfando as casas de um povoado, com uma aparição na torre da igreja.” (RB, 187-188, para as três.)

O crítico sintetiza o personagem cuja construção buscamos analisar aqui:

[...] é um herói proteiforme, inseminador, disseminador das trevas e das águas, autor do plano do baile, reencarnador da História. Através dele, a ação chega até o povo que o infunde, pela mesma via analógica e mítica da imaginação, no barro da cerâmica, que segue viagem. / É esse o único momento em que o povo aparece no livro. A História não passa pelo povo. O intelectual está distante do povo. (Arriguci Jr., p. 75)

Se quiséssemos procurar em alguma figura histórica a inspiração para o personagem, talvez fôssemos levados a pensar no capitão Carlos Lamarca. Mas Callado, neste romance, está muito menos ligado à realidade histórica que nos romances anteriores. Podemos notar também que o personagem é muito menos construído pelo detalhamento de suas particularidades individuais, sustenta-se na linguagem e nas tensões a que está submetido.

REFLEXOS DO BAILE. JULIANA MASCARENHAS, FILHA PRÓDIGA, GUERREIRA APAIXONADA

Pouco sabemos do tempo em que Juliana Mascarenhas ainda vivia na casa de seu pai, o aristocrático embaixador aposentado Rufino Mascarenhas, orgulhoso de linhagem que remontava a navegadores portugueses da época da expansão marítima. Num registro do seu diário, Mascarenhas lembra que ela teve um namorado, um jovem pintor conhecido por Ilha, autor do quadro *Jardim sem Juliana*. De retrato da moça, transformou-se em abstração de cores em que mal se distinguiam vestido, folhas, manchas de sol, muito menos jardim ou Juliana. “Abstraiu tanto, o Ilha, que um dia Juliana o abstraiu de sua vida, e sumiu da minha, com um jovem capitão que mal me apresentou, e quando o pintor me veio procurar eu sabia tanto quanto ele do paradeiro de Juliana [...]” (RB, 72) Mas este é um registro já avançado. Quando Mascarenhas inicia o diário, anota que Juliana arranhou-lhe um jardineiro, Válter, acompanhado da mulher, Valdelise, mas ainda não voltou para casa. Prometeu voltar em breve, como o filho pródigo da parábola evangélica. É o que comunica, com protestos, a Dirceu. “Estou há três anos andando na direção oposta à da casa paterna e meço meu progresso

na vida em termos da crescente distância. [...] Mas já avisei a papai que volto, pode deixar.” (RB, 21) Mascarenhas nem sonha que o mesmo capitão que a levou embora é um dos responsáveis coletivos pela sua volta. O pai pensa que ela volta como filha, mas ela retorna como guerrilheira em missão. A casa paterna tem valor estratégico na ação que o grupo planeja. Como Beto, o capitão Roberto, seu amado, ela também vive sob o signo da duplicidade.

A volta de Juliana implica na separação física do casal. Num progressivo crescendo outra tensão vai dominando Juliana, a da ausência do amado. Há um conjunto de cinco cartas (ou bilhetes) que ela dirige a Beto (capítulos 23, 30, 36, 48 da primeira parte, 26 da segunda) em que se pode acompanhar a exacerbação dos males psicológicos, pelo menos, resultantes da ausência. Na segunda carta, como Laurinha em *Bar Don Juan*, Juliana pergunta pelo futuro, pergunta se há um futuro. “Não se chega nunca? Não se pára em algum lugar, para fazer casa e filho?” (RB, 43) Relembra saudosa os encontros eróticos, o primeiro e o último destacados, conta os sonhos mais que eróticos, sonhos encharcados de amor, evoca o local dos encontros, a casa do subúrbio com enorme mangueira. Na quarta carta, em que ela emprega o vocativo Roberto e não o habitual Beto, Juliana narra algo que parece considerar quebra de segurança: a visita à casa dos encontros. Talvez por isso o vocativo mais formal, seguido de uma descrição de todos os cuidados que ela tomou para aquela visita solitária e sentimental. Os sonhos não são apenas eróticos, são algumas vezes sinistramente premonitórios, manifestações da angústia que a assalta: “você entre dois pesadelos, no meio de baleados e afogados, perdido nos meus braços feito um menino, os olhos embaciados dos mortos olhando você feito olhos de peixe do fundo do açude” (RB, 49). Também na visita solitária à casa dos encontros uma lembrança ganha um tom de augúrio, como o leitor constatará mais adiante. Juliana, depois de entrar na casa e sentir o coração acelerado “feito pássaro que acaba de cair no alçapão”, lembra história que Beto lhe contou, de não ter atirado numa juriti, mesmo necessitando da caça para matar a fome, porque associou a juriti a Juliana, e conta como se sentiu ao lembrar disso: “fiquei ali parada não sei quanto tempo quase estranha a mim mesma mais juriti que Juliana palavra num galho vertiginoso verde no espaço fascinada ao mesmo tempo pelo meu amor e pela minha morte” (RB, 64, vale para as duas). O tumulto interior de Juliana aparece no nervosismo capaz de tirar o fôlego também do leitor, toda a carta é escrita em prosa sem pontuação. Mas há nestas cartas de amor, além da celebração erótica e dos presságios de morte, pelos menos duas frases que apontam para o que

Juliana será após a morte de Beto. A primeira delas está na segunda carta. “Naquele dia você me forjou, fez uma espada.” (RB, 43) E na última carta, em que ela conta como ficou à margem do rio Paraibuna vendo pescar cadáveres nas águas, afogados após um acidente de viação “mesmo em zona de águas tuas”, ela vai lembrar o “dia em que você amante e armeiro me temperou feito uma espada, essa pobre e trêmula espada que eu virei” (RB, 103, vale para as duas). Também como Laurinha, mas numa radicalização oposta à da outra personagem, Juliana, espada de Beto, vai levar adiante a luta do amado morto.

Numa das cartas a Beto, Juliana lembra ele tê-la chamado “Rainha Midas” (RB, 64) durante um encontro amoroso. Várias características da personagem reforçam a propriedade da denominação. Juliana é uma rainha por sua beleza, por seu porte aristocrático — que conserva, mesmo tendo rompido com sua classe —, pelas paixões que provoca, em Vítor, por exemplo, sem falar no interesse dos embaixadores americano e português, até pelo ciúme que provoca, em Amália, mulher de Vítor, e também pela liderança que assume. Carvalhaes, o embaixador português, em carta ao filho, fala na “bela filha do vizinho Rufino”, compara-a à sertaneja, uma espécie de borboleta de “beleza quase alarmante” (RB, 30-31). É também Carvalhaes, obcecado pelo tema Inês de Castro, quem vai fazer Juliana pensar naquela “Que de[s]pois de ser morta foi Rainha” (Camões, p. 84) e associar-se, na tragédia amorosa pelo menos, a ela. Em bilhete a Dirceu declara: “O português me perturba porque adivinhou, sei lá como, que estou vulnerável a agouros de morte e acho que isso o excita”. Ele conta a Juliana como foram enterrados Inês de Castro e seu amante, dom Pedro I de Portugal, não lado a lado, como esposos num leito nupcial. “Pés contra pés, plantas contra plantas. Ao primeiro toque das trombetas do Juízo Final Pedro já se levantará com olhos mergulhados nos olhos de Inês, as bocas se encontrando, o peito dele contra o peito dela.” (RB, 106, vale para as duas.) Expressivo do alheamento de Juliana “quando escasseiam notícias de Beto” é o episódio narrado por um dos guerrilheiros, possivelmente Vítor, a Dirceu, contando ida ao Teatro Municipal a convite do português para assistir peça sobre Inês de Castro de autoria do francês Henry de Montherlant. A confusão se dá quando Carvalhaes se refere a outro dramaturgo, espanhol, autor de *Reinar después de morir*, que ousou por no palco a cena do beija-mão ao cadáver de Inês coroada rainha.

Peça patrocinada pela embaixada, por ele [Carvalhaes], *La reine morte*, e ele, no intervalo, falando com a companheira, estava amável, mas perguntador,

quase inquisitorial, abrumador. A companheira, ao melhor distraída, assistindo a alguma peça em sua própria cabeça. “Montherlant, como bom francês, não chegou sequer a botar um pé no abismo. Nem todo o mundo tem a coragem de Guevara.” O nome, o som do nome, seguindo-se ao som de coragem, fez Juliana arredondar os olhos, imprudente. “Guevara?” Carvalhaes nem chegou a sorrir, mas seu rosto se iluminou, se calentou. “Sim. Velez de Guevara.” (RB, 71, vale para as duas.)

Juliana deve ter se dado conta, se não continuou distraída, que há mais de um Guevara no mundo.

As relações de Juliana com o pai permanecem dúbias. O embaixador aposentado pouco entende os interesses que movem a filha. Notas no diário expressam esse desajuste. Ao surpreendê-la lendo e dar-lhe um beijo no cabelo, achou, pelo sobressalto produzido, que era algo licencioso o objeto da leitura, mas ela “mostrou-me a feia capa de uma velha monografia ministerial a propósito de açudagem” e ele ficou sem entender qual o interesse dela em águas represadas. Tentando aconselhar a filha a “vestir-se com mais apuro” (RB, 37, para ambas), mais de acordo com sua posição social, só conseguiu deixa-la “irritadíssima” (RB, 38). Há só um episódio em que pai e filha, ao reencontrar no quintalão a nascente desaparecida, parecem recuperar algo de uma antiga harmonia.

Lembrei, de repente lembrei. Caí de joelhos ao pé da pedra por trás do chorão e comecei a cavar com as mãos. Senti a presença de alguém atrás de mim e [...] vi Juliana que se pôs ao meu lado, cavei, cavamos, até o chorinho da água escondida, da água brotando da terra [...]. [...] Estávamos tendo um momento de entendimento perfeito, sem palavras, ela também colhendo águas nas mãos para molhar a cara, os cabelos, e deixá-las escorrer, águas passadas, águas de hoje, rindo, rindo, como eu, e bradando: “As águas! As águas!” (RB, 45-46)

É uma cena de comunhão entre os dois personagens, mas há nela um sentido particular para Juliana, de que o pai não participa. Mascarenhas se anima quando vê Juliana ocupada na escolha do vestido para o baile da embaixada britânica. “Minha *entente cordiale* com minha filha chegou afinal, assim espero, à época da paz e da colheita, pois só se pode confiar na estabilidade das casas e dos povos quando as mulheres se põem a maquinar um vestido de baile.” (RB, 62-63) Também aqui há um equívoco, um *malentendu*, como ele diria, na sua avaliação do comportamento da filha. O mais patético, já beirando o trágico, dos *malentendus* entre pai e filha ocorrerá depois da morte de Beto, quando Juliana contempla em choque a foto do cadáver amarrado à torre da igreja. Mascarenhas procura-a, na ocasião, para comunicar imagem literária que lhe ocorreu e que associa flores vermelhas dos mulungus de uma paisagem rural ao suicídio na banheira, pulsos cortados, do romano Petrônio.

Antes de anotá-la quis dar à Juliana, que lia alguma coisa, a primeira versão, o instantâneo do meu Petrônio fitológico suicidando-se perto de Valença, Estado do Rio. Juliana amarfanhou contra o peito o que quer que estivesse lendo e saltaram lágrimas dos seus olhos, o que muito me perturbou e intrigou, já que ninguém chora mais, e Juliana jamais a prantearia, a insigne vítima de Nero, [...] Petrônio, árbitro da elegância. (RB, 121)

Essa Juliana que, na opinião do pai, chorava sem propósito pelo romano antigo, recordava “os afrontososos mulungus floridos” (RB, 113) que também vira na estrada para Pirai, quando lá foi atrás de notícias de Beto. Ela também está pronta a se tornar, de fato, a espada que ele forjou. Vítor e Amália vão à casa Mascarenhas com medo de encontrá-la enlouquecida de dor, também com o propósito de comunicar que o coletivo decidiu que ela devia deixar o país. E Amália escreve:

[...] ela olhou a gente com uns olhos tristes que nem gosto de lembrar mas secos, secos. “Vou sim. Viajo para onde vocês quiserem. No dia seguinte.” “Seguinte? A quê?” “Ao baile que o Beto marcou.” Ai, Dirceu, a companheira fez uma doce tentativa mal-sucedida de sorrir. “Com o noivo acontece, mas a noiva nunca deixa de aparecer para as bodas.” (RB, 120)

O baile é uma recepção à rainha da Inglaterra em visita ao Rio, e quem narra a atuação de Juliana nele, é Lady Dewar, esposa do embaixador inglês, Sir Henry Dewar, anfitrião da rainha. A carta é escrita a amiga na Inglaterra e a narrativa reproduz as incertezas do absurdo dos fatos, que parecem produto de algum delírio alcoólico. A rainha repousava por um instante em companhia da anfitriã quando Juliana reuniu-se a elas.

“Você e a rainha vão me seguir ao jardim.” Não esqueça, tinha corrido muito champagne. A moça tirou alguma coisa da sua bolsa de festa, alguma espécie de arma, acho eu, de verdade, ou um outro objeto, quem sabe, para me intimidar. Mas como posso dizer uma coisa assim, plácida e linda como estava Juliana de vestido branco? E foi só. Sir Henry entrou, levou Sua Majestade a despedir-se de ministros que partiam. “Pouca sorte”, disse Juliana, “por outro lado, onde é que se guarda uma rainha?” (RB, 124)

Apesar desse sequestro não ter acontecido, nem o dos quatro embaixadores (“o núncio, o nipo, o portuga, o gaulês”, RB, 49), a noite do baile mesmo sem trevas não foi de total fracasso para os guerrilheiros-sequestradores. “Me socorra, Penny, por favor. Juliana parece que sequestrou o embaixador Clay.” Clay é o embaixador americano. Carvalhaes também dá notícia do sequestro, escrevendo ao filho, e dá a dimensão política do sequestrado. “Sir Henry negar não pode que [...] desapareceu do baile o seu colega Clay, cuja falta jamais sentirei mas cujo seqüestro me dá calafrios, visto ser ele, por obra e graça do posto que ocupa, algo como os vice-reis que para cá despachava Lisboa.” (RB, 125, vale para as duas.)

O local do cativeiro é a própria casa dos Mascarenhas, para onde Clay é conduzido. Vítor narra a transformação sofrida por Juliana aos olhos do pai e do vizinho e registra a transformação da própria Juliana, a rainha, a espada de Beto.

Quando entrou a Juliana deve ter reconhecido de estalo, sentido nos confins da alma, [...] que ia virando [...] outra pessoa para o pai, outra para o Clay, e o bacana é que não abriu a boca, não explicou nada, não falou porra nenhuma, quieta e íntegra, compacta e luminosa, lâmpada apenas velada pelo vestido de baile. [...] Não foi por nenhuma paúra que ela, com jeito de quem traz do mato uma paca e bota na mesa da cozinha, nos entregou a caça, o cara pálido de casaca e gardênia na lapela, e deu as costas a tudo aquilo, sem encarar mais o pai ou a puta que o pariu, e voltou para o baile, rainha ela, podes crer, e ninguém mais. (RB, 133)

Agora que, finalmente viu a verdadeira face da filha, muito diferente da que ele inventara para acreditar, o velho Mascarenhas vai enlouquecer. Juliana, quando saiu de casa, saiu mesmo para sempre. Sua lealdade passara a ser do capitão Roberto e do projeto revolucionário. Por fim, mais do amante morto do que da submissão ao coletivo. E isso também vai levá-la à morte. A notícia chega a Londres em nova carta de Lady Dewar, enquanto seu marido segue afirmando que o baile foi perfeito, nada de diferente, irregular ou excepcional aconteceu. “Bom, a novidade é que a moça Juliana morreu, brutalmente assassinada pela polícia, ou pelo governo, nunca se consegue apurar nada neste país. [...] Rasgue a carta por favor. A moça morreu. A rainha foi embora. Já posso ficar de bico calado.” (RB, 135)

Findo o sequestro, Juliana concorda em seguir para Montevidéu, Vítor vai levá-la de carro. Mas ela, Vítor avisa Dirceu, impõe “uma condição: parar o carro um instante em Padre Miguel onde quer aspirar a terebintina do quintal preto de mangueiras de uma casinhola onde ela se encontrava — um doce se você adivinhar com quem.” (RB, 147) Nando, antes de seguir para a guerra do sertão, insistiu em apanhar as cartas de Francisca na casinha da praia e caiu na armadilha preparada pela polícia. Mas a existência real e comprovada das cartas (havia sido vistas por Hosana) até confere alguma justificativa para a imprudência. Juliana, ao contrário, sabia que Beto não estava à espera dela na casa em nenhuma forma, a não ser na forma imaterial da lembrança e da saudade, mas insiste em ir até lá. E a frase que ela escreveu numa carta a Beto (“feito pássaro que acaba de cair no alçapão”, RB, 64) vai ecoar no relatório policial que conta a captura de Juliana e Vítor: “visto por elemento nosso do alto da mangueira mais copada, quando trazia a moça, que o senhor sabe que entrou no alçapão” (RB, 167). Outro relatório policial alude metaforicamente ao que aconteceu a Juliana “logo que descobriram que ela era amásia do Roberto, aliás Beto, aliás Pompílio, aliás Das Águas.

[...] Mas agora, pôxa. Botar a moça por assim dizer embaixo dum bate-estaca e largar o pilão em cima até tira a graça”. Os tempos já são outros, não há mais quem pare de atirar quando surge, como no caso de Laurinha, uma mulher na alça da mira.

Mesmo o cadáver de Juliana não vai gozar da imunidade e do repouso que costuma ser concedido aos mortos. A primeira providência, para esconder o estrago que fizeram na prisioneira é “pensar logo numa identificação sumária, quer dizer caixão de aço e tampa soldada, com uns rebites para rebater” (*RB*, 148, vale para a anterior). Depois, em resposta a pedidos de autoridades e a algum clamor da imprensa (possivelmente internacional, que a doméstica estava bem amordaçada pela censura), os responsáveis pela morte insistem. “Não desenterra ela não. No momento a gente ainda está sem poder jurar qual foi dos dois embaixadores que identificou o cadáver mas enquanto a gente apura vai dizendo que foi os dois.” (*RB*, 154) Quem tentou identificar Juliana na morgue foram o pai e o sequestrado. As pressões sobre a polícia deviam vir da embaixada americana. “Se o chefe e amigo permite a sugestão, alguém do calibre do senhor devia ir falar com o americano, levando aquele intérprete do Itamarati.” (*RB*, 155) O relatório policial esclarece detalhes do vilipêndio tentado contra o cadáver.

[...] com a tal da Mascarenhas, foi um bode só. Quando deu o revertere, chegou a vir ordem de cortar a cabeça da moça, coisa que ninguém aqui na DP tem prática nenhuma e ninguém queria nem experimentar o serrote que foram pegar na Carpintaria Ideal [...]. Mesmo assim, um ou outro andaram tentando e dessas coisas fica marca. (*RB*, 154)

E também há um relatório do legista.

Infelizmente eu não estava presente quando se procedeu à identificação do cadáver. Assisti, isto sim, ao exame do corpo para o laudo. O rosto dela estava perfeito, aliás muito bonito. E parecia sereno, com os cabelos espalhados. Para identificação é o rosto naturalmente que conta [...]. [...] Conversei, depois do seu pedido de informações, com o atendente encarregado de registrar a identificação. Ele ficou lá o tempo todo, com instruções para descobrir apenas o rosto da moça e só diante do pai dela. [...] Os homens da DP chegaram nervosos. Não queriam nem que se descobrisse a cara da moça, o que era um disparate. [...] De qualquer forma, [...] não permita em nenhuma hipótese, a exumação do corpo, pois precisamos a todo custo preservar o laudo. (*RB*, 162-163)

A observação do legista (o “rosto [...] estava perfeito, aliás muito bonito”) é uma espécie de homenagem final à beleza de Juliana, homenagem que a aproxima de Inês, outra rainha morta.

Davi Arrigucci Jr., como já vimos, considera Juliana, ao lado do pai, o velho Rufino Mascarenhas, uma das poucas personagens complexas do romance. Ela, diria um observador marxista, é a única, tanto quanto sabemos, que para viver o seu amor e

participar do projeto político que abraçou, rompe com sua própria classe social, pois nasceu na camada dominante. Mas ela talvez tenha percebido a marcha dos tempos e notado, bem antes do pai, que a família já tinha sido expulsa dessa classe. Em meio ao sequestro em andamento, com a casa Mascarenhas servindo de cativeiro, bate à porta oficial de justiça com ordem de despejo. Rufino Mascarenhas, depois da morte da filha, torna-se um louco sem teto. Pretende morar em sepultura que comprou no cemitério dos ingleses. Mas a motivação maior de Juliana, vetor de toda sua mudança, é mesmo o capitão Roberto, a quem uma ocasião ela escreveu declarando-se “fascinada ao mesmo tempo pelo [...] amor e pela [...] morte” (RB, 64). Sua fria determinação final é homenagem ao amado, é a continuação de sua luta. Sua queda também é resultado de um incontornável capricho sentimental. A vontade autocrática de uma rainha.

REFLEXOS DO BAILE. FLORINDA GUIMARÃES, ALIÁS AMÁLIA

Os outros personagens participantes do grupo guerrilheiro lembram algo como um coro, sem o destaque de solistas como Beto e, principalmente, Juliana. Funcionam como partes de um personagem coletivo que se opõem aos personagens coletivos grupo de embaixadores e grupo da repressão, conforme já indicou Davi Arrigucci Jr.

É o caso de Amália, mulher de Vítor. Ao contrário de Juliana, com sua ascendência aristocrática, ela parece uma moça de classe média, estudante talvez, embora passagem nenhuma do romance aluda a isso. A primeira menção à personagem é feita por Beto em bilhete a Dirceu e cita expressão usada por Amália, talvez por considerá-la pitoresca, criativa, divertida. Todos eles ainda estão sob o signo da esperança no sucesso e na vitória. Ao plano de desligamento dos bairros ela chama “Rio Desligação” (RB, 21). A linguagem habitual de Amália é um coloquial desabrido entre o chulo e o escatológico. Ao descrever a Dirceu sua tarde no Real Gabinete Português de Leitura e sua noite na recepção oferecida pelo embaixador da Alemanha (Occidental, com certeza), embaixador que será vítima de sequestro, dá exemplo desse seu peculiar estilo. “[...] nas últimas vinte e quatro horas de vida esta babaca ficou naquele pesadelo entre uma mulher podre de tarde e um homem polar de noite, entre a vaca da Inês na conferência do Carvalhaes [...] e a porra do Goethe na casa do Kahnweiler.” Está se referindo a uma estátua jacente do poeta que o embaixador mantém num caixão de acrílico e ao qual acrescenta barras de gelo, como se estivesse de fato tentando preservar o cadáver da putrefação.

O Gunther falando baixo, feito padre diante do corpo do Senhor, contando que foi assim que o putro do secretário viu o Goethe pela última vez, morto, pelado, caralho e bagos à mostra, cada bago de mármore de meter medo, entre blocos de gelo. Goethe on the rocks, porra. Fiquei pensando na mão descarnada de Inês. Fiquei olhando os colhões gelados do Goethe. Que quadro, companheiro. (RB, 54, vale para as duas.)

Uma das situações que separam o perfil de Amália do coro personagem coletivo é o triângulo amoroso-platônico em que a põe Vítor, e cujo terceiro vértice é Juliana. Ele argumenta política e libertariamente contra o ciúme, “a mais descarada das paixões pequeno-burguesas, [...] instinto de propriedade entranhado, como um percevejo, nos colchões do mundo”. Depois declara como está dividido. “E acrescento: meu natural são dois amores, não por bigamia mas por excesso de fidelidade à esfera terrestre, que é você, e à biosfera, Juliana.” O bilhete de Vítor a Amália termina com uma nota conjugal, de serviço do marido à esposa, embora seja parte da preparação de um plano revolucionário, do ponto de vista das autoridades constituídas, subversivo, terrorista. “Acompanha este bilhete o corte de fazenda que comprei para teu vestido de baile.” (RB, 50, vale para as anteriores.) A atenção do marido não alcança o agradecimento submisso da esposa. Amália não só repudia (por inadequação dupla, não serve para ela nem para Juliana) o presente, como ainda escancara posições de classe nos papéis reservados a cada uma delas no plano do baile. “Inútil você vir com estas babaquices de me comprar uma peça descomunal de lamê dourado. Eu vou ao baile vestida de criada e não de madama. Me compra um avental nas Lojas Americanas [...].” Posições de classe que não deixam de ressoar e acentuar diferenças entre membros da organização, além de mostrar como Amália se sente a respeito dos sentimentos de Vítor por Juliana. “[...] entrega esta porra de pano à nossa Jane Fonda, que não tem culpa de você ficar feito baba de quiabo quando olha pra ela, a Juliana.” Ela tem até a gentileza e a generosidade de avisar o marido de que tamanho (grande) é a ignorância dele acerca da sua musa platônica.

Mas vai te mancando que quem avisa amigo é. Ela vai te achar uma merda de um cocoroca que não entende porra nenhuma de soçaite e de granfinagem e vai mandar o lamê pelo chofer para vestir as alas indigentes do desfile da Mangueira Estação Primeira. (RB, 56, vale para as anteriores.)

Foi Amália quem teve a ideia de juntar panes elétricas e assaltos a bancos. Isso lhe ocorre após um assalto que ia bem até um alarme disparar. Se não houvesse energia elétrica, não haveria alarme. Houve tiroteio e ela levou um tiro de raspão numa nádega, e ainda vira alvo de gozações sobre isso.

O pior é que bem umas duas milhas em notas florianas tivemos que jogar no lixo. Ficou tudo chamuscado do tiro e grudado de sangue aqui da Amalinha e fiapo de calça bluejean. (Não foi cagado de merda como este merda do Filipe anda espalhando por aí de mangação mas que pega pega.) (RB, 62)

Assim o leitor fica sabendo que Amália, além de sequestradora, é também expropriadora. A resposta de Dirceu e de Beto para a ideia é um sonoro *não*, como já vimos. Mas no bilhete que Beto dirige a Vítor há algo que merece destaque e que poderia transformar o triângulo Amália-Vítor-Juliana numa troca de casais. Ainda vivem brincalhões, alegres, com esperança no futuro, e o guerrilheiro modelo de todos eles é lembrado e citado. “Mas nem por isso vamos esquecer a ternura, che.” Após rejeitar a sugestão dela, Beto deixa um afago para Amália. “Diga à tua Amália que ela é o segundo amor da minha vida e que se você um dia conseguir o impossível (tomar Juliana de mim) já sei quem vai me ajudar a encher berços e berços de revolucionários.” (RB, 65, vale para as duas.)

A volta de Juliana à casa paterna significou também a abertura dessa casa àqueles que Rufino Mascarenhas acredita constituírem o círculo de amizades da filha. Numa nota do diário o velho vai considerar “o casalzinho Vítor e Amália [...] algo mais passável” (RB, 82) que os outros. Convidados a jantar com o embaixador e a filha, ficam espantados quando Mascarenhas menciona, apenas por coincidência, para exibir sua erudição sobre o século XIX brasileiro, o plano do outro Pompílio, o original, para derrubar o império e implantar a república. Reportando o jantar a Dirceu, Vítor dá a medida do espanto da mulher em contraste com o controle demonstrado por Juliana. “Amália bebeu meio palmo vertical de creme de hortelã cowboy. Impávida só Juliana [...]” (RB, 75) Da casa Mascarenhas, Amália passa a rondar a embaixada inglesa, candidata-se a trabalhar lá, conhece o chefe de segurança, Claudionor, que se interessa eroticamente, digamos, por ela e a quem ela dá esperanças. É o início da infiltração preparatória para a noite do baile. No relatório que envia a Dirceu, acentua de novo as diferenças de posição social entre ela e Juliana, diferenças a que não pretende se submeter.

Se você achar útil, tenho emprego garantido lá, mas tem que ser para ação no dia seguinte, ali no calendário e na hora certa porque a mamãe não pretende dar para o Claudionor e ir de avental e bonezinho de renda branca abrir a porta para a companheira Juliana que só conhece a parte social do palacete e que hoje mesmo enquanto eu transava os criados saía de automóvel da casa do papai. (RB, 81)

O tempo da esperança e da crença na vitória desaparece para Amália (e para os outros) como a luz num apagão, mas não retorna com a volta da energia como se nada tivesse acontecido. Experimentando a roupa (afinal Vítor não parece ter lhe comprado, como sugerido, um avental nas Lojas Americanas) que vai usar no serviço de chapelaria do baile, sofre uma síncope premonitória, como adivinhando o que acontecia a Beto: quando a luz apaga, ela desmaia (“foi aí que minha cara sumiu. Desapareci de onde estava e de mim mesma. Morri”, *RB*, 108). Relata a Dirceu como se sentiu ao acordar e lamenta o destino geral amplificado da esquerda armada latino-americana.

[...] mas aí lembrei o pior de tudo, revi minha cara apagando, o Beto apagando também, longe, em alguma água longe, morrendo, deve ter morrido, porra, a gente só faz morrer e perder, perder, morrer e perder no mundo inteiro isso tem cabimento? Na quebrada do Yuro, em São Paulo, em Santiago, em Piraí, em São Clemente, na puta que pariu? (*RB*, 108-109)

É de assinalar a menção à quebrada do Yuro, metonímia da derrota de Che Guevara na Bolívia, situação dramatizada e apresentada no romance anterior, agora incorporada simbolicamente ao imaginário dos personagens deste romance. A premonição de Amália é quase confirmada pela embaixatriz inglesa, as perguntas que Amália dirige a Dirceu soam como espécie de desabafo retórico e inútil.

Até a Lady aqui da casa veio me ver quando a luz voltou e falou que a polícia tinha cercado o morro Dona Marta. Quer dizer que manjaram tudo? Que daqui a pouco fodem a gente também? Que o pão das trevas do Beto não vai mais ser roído no escuro por eles mas outra vez por quem só tem comido brisa e escuridão? (*RB*, 109)

Vítor escreve a Amália contando como levou Juliana, autorizado pelo próprio Dirceu, até próximo à represa de Piraí, mas não puderam seguir adiante, só ouviram a descrição do corpo amarrado à torre da igreja que começava a se espalhar pelos arredores. A informação passada a Amália é pertinente para que o grupo avalie mudanças estratégicas, uma possível debandada, mas o fato de reunir Vítor como informante, Amália como destinatária e Juliana como assunto repõe a tensão, ainda que frouxa, do triângulo. O próprio Vítor fala nisso. “Dirceu: Negócio seguinte. Eu sou suspeito, tá. Acusado até pela Amália de admirador doente da companheira Juliana e coisa e tal.” (*RB*, 117) Mas Juliana surpreende a todos afirmando o propósito de levar adiante o plano de Beto. Amália é a responsável por relatar isso a Dirceu.

Na noite do baile, ao perceber que Carvalhaes estranhou a presença de dois motoristas para o carro dele e alertou a segurança, Amália avisa Vítor pelo telefone interno e trata de ir “trocando o uniforme pelo vestido para dar o pira” (*RB*, 130), como

relatou a Dirceu. Amália também faz parte da guarda que mantém o embaixador americano e o dono da casa em cativeiro e é ela quem relata a Dirceu, com urgência e pavor, a visita de alguém com uma notificação, apanhada e destruída pelo próprio Mascarenhas, num vacilo da vigilância de Vítor. “Arrancou da mão da empregada o envelope, que rasgou em pedaços, e jogou na cara do outro, que emputeceu de vez: Agora é a polícia. É a polícia! O cara era oficial de justiça, em visita de extrema-unção. Estamos ameaçados de despejo, Dirceu!” (*RB*, 140)

Não há informações sobre o fim do sequestro. Quando a polícia invade a casa, só encontra ali a governanta, Joselina, não há embaixadores nem sequestradores. As próximas notícias a respeito de Amália constam de relatórios policiais, em que os horrores dos porões são velados por linguagem burocrática.

A primeira moça, tal de Florinda, vulgo Amália, já falou paca, como o senhor tem sido informado, e continua esclarecendo uma pá de coisas. Outro dia queriam parar o interrogatório dela, ou fazer só de boca, porque ela estava começando a variar, eles disseram, a falar bobagem e obscenidade, que os culhões do poeta ia explodir o mundo inteiro, e que a mão da finada não sei o quê, mas eu fui lá na severidade e ficou tudo normal. A loucura sumiu logo. Foi até quando ela falou muito direitinho sobre a represa de Pirai, conforme lhe comuniquei. Sem problema. (*RB*, 147-148)

A família de Amália, de condição social humilde, sem privilégios, como Juliana, por quem até o embaixador americano se interessa, não causa maiores problemas a seus assassinos nem à máquina burocrática. “A outra moça, vulgo Amália, de nome Florinda Guimarães, foi identificada direitinho pelo pai e pela mãe sem nenhuma novidade. Quando acabou a gente fechou o caixão e entregou, mediante recibo. O relatório dela está pronto, só falta bater.” (*RB*, 154) Seria esse relatório o epitáfio de Amália se Lady Dewar não tivesse visto alguma coisa no jornal e escrito para sua amiga Penélope, em Londres.

Hoje rocei, arrepiada, numa coisa irreal, um fantasma vindo do meio dos mortos. Vi no jornal o retrato de uma terrorista, amiga de Juliana, é o que dizem, e reconheci uma mocinha que trabalhou aqui no guarda-roupa da embaixada. Deve ter arranjado emprego conosco, com vistas ao baile, a serviço do grupo em que agia. Nova, bonita, com uns olhos pretos, redondos, cheios Deus sabe de que sonhos, pronta a morrer por eles, já morta, enterrada com os sonhos, quaisquer que fossem. (*RB*, 158)

Sem nenhuma espécie de proteção, torturada barbaramente, Amália parece ter dito o que sabia e o que não sabia também. A expressão que a embaixatriz inglesa utiliza em sua carta, “enterrada com os sonhos”, mostra-se adequada para ser inscrita em sua modesta e triste lápide funerária.

Já vimos duas singularidades que distinguem Vítor do coro coletivo: seu casamento com Amália, sua paixão idealizada por Juliana. Além dessas, ele próprio define, em bilhete à mulher, algumas outras características: “meu sangue basco, minha tara poética, me tornam, mais que o comum dos mortais, sensível, medieval, arcaico” (RB, 50). O sangue basco será aludido e lembrado mais algumas vezes, mas o que melhor pode ser acompanhado na trajetória do personagem é a tal tara poética, que vai deixar um mistério *insolúvel* para a polícia quebrar inutilmente a cabeça.

A primeira menção a Vítor está em bilhete de Beto a Dirceu. Diz que Vítor chama ao quadro de controle Desligamento de Circuitos por Bairro, sua (dele, Beto) “cítara de Nero”. O símile remete à cultura clássica e indiretamente à poesia (cantada ao som da cítara) e, talvez, a um mau poeta, Nero. Reza a lenda que ele entoava odes de sua própria lavra, acompanhando-se com a cítara enquanto via Roma queimar. Mas o rastro de intertextualidade começa de fato com um bilhete de Vítor a Mejía, em que ele antecipa como será o dia seguinte dos poderosos após a queda. “Os depostos e presos no máximo ouvirão, quando o dia entrar pelas varandas e terraços do palácio, a voz melancólica do poder que tinham na véspera a suspirar pelos salões: *Je suis le spectre de la rose que tu portais hier au bal.*” (RB, 25) Os versos citados são do poema “Le spectre de la rose”, de Théophile Gautier, publicado em 1838. Vítor deve ter escolhido o trecho pela presença do motivo *bal* (baile).

Outro motivo poético que vai ser muito caro a Vítor é introduzido não por ele, por Mascarenhas, numa nota do seu diário a respeito das obsessões de Carvalhaes: “Inês e também Natércia, pois, pensando bem, nosso Carvalhaes tem certo chamego pelas defuntas eróticas” (RB, 31). Mais adiante, Mascarenhas registra notícia sobre livro que recebeu de Carvalhaes.

[...] aqui surge a oferenda, Natércia, a doce noiva de todos os homens que falam português, e, como prova o livro raríssimo que me enviou Carvalhaes, de todos os que falam quase todas as línguas. [...] abri o livro em que, página após página, renasce o mesmo soneto, brota [...] a mesma música, sem cessar alterada, como se os poetas do mundo inteiro tivessem recebido, no mesmo dia, a visita de um único mensageiro, ditando-lhes o mesmo desespero. Alma minha gentil que te partiste. (RB, 80)

A figura de Natércia, musa de Camões, inspiradora de um dos seus mais famosos sonetos⁴⁷, será também obsessivamente perseguida pela *tara poética* do marido de Amália, que a si mesmo define, em outro bilhete a Dirceu, como “pobre poeta reduzido às palavras do obscuro português ou do basco hermético” (RB, 25).

Escrevendo à mulher, transforma em imagens a dualidade que o aflige, dualidade entre o cotidiano comum que ele diz viver ou promete que viverá, e os esplendores da imaginação delirante acrescentada de conteúdo ideológico. “Por você que eu sustento, em princípio, e pelos nossos filhos, os quais teremos, lutarei até na estiva. Por Juliana entrarei em justas e torneios e, armado cavaleiro, partirei em cruzada para libertar o santo sepulcro de Marx, em Highgate.” (RB, 50) Note-se como o marido define a si mesmo como provedor, mas apenas “em princípio”, o que permite ao leitor entender que de fato não é assim, Vítor está apenas se revestindo da máscara tradicional do marido padrão, que parece pouco lhe servir.

Contando o jantar na casa Mascarenhas em que Amália teria tomado “meio palmo vertical de creme de hortelã cowboy” ao ouvir o embaixador aposentado falar no plano subversivo do primeiro Pompílio, Vítor também descreve, a Dirceu, sua reação de surpresa. Para isso recorre a novas referências poéticas (e aos bascos). “Apesar do meu sangue basco, o mesmo sangue daqueles que derrotaram em Roncesvales um Roldão pelo menos tão bravo e furioso quanto o nosso, senti que o dito gelava em minhas veias como um arroio pirenaico no inverno.” (RB, 75, vale para a anterior.) Em carta a Amália, Vítor já havia se referido a Beto como Roldão. “Negócio de Roldão é isso aí, paixão com ele vira compaixão. Não pode ver sofrimento alheio que quer logo rachar.” (RB, 32) Juliana, sem demonstrar espanto diante do comentário do pai, é emparelhada com Beto, “nossa Roldana” (RB, 75), e elevada à categoria de heroína de gesta de cavalaria. Vítor, quando fala em Roldão e Roldana, está fazendo referência ao poema anônimo (atribuído a Turolde, trovador normando do século XII) *A canção de Rolando*, “célebre [...] épico medieval, que evoca as guerras de Carlos Magno contra os sarracenos invasores da Europa, a valentia sôbre-humana dos doze pares e, dentre eles, especialmente a figura de Rolando, o paladino excepcional entre os excepcionais” (Leoni, p. 7), como diz “Nota do editor” que abre a edição consultada. Roldão, como

⁴⁷ Eis a íntegra do soneto: “Alma minha gentil, que te partiste / Tão cedo desta vida, descontente, / Repousa lá no Céu eternamente / E viva eu cá na terra sempre triste. / Se lá no assento etéreo, onde subiste, / Memória desta vida se consente, / Não te esqueças daquele amor ardente / Que já nos olhos meus tão puro viste. / E se vires que pode merecer-te / Algũa cousa a dor que me ficou / Da mágoa, sem remédio, de perder-te, / Roga a Deus, que teus anos encurtou, / Que tão cedo de cá me leve a ver-te, / Quão cedo de meus olhos te levou.” (Camões, p. 269)

não é difícil constatar, é uma variante de Rolando. Interessante assinalar que, embora o poema tenha transformado em sarracenos os inimigos que o derrotam em Roncesvales, passagem nos Pirineus, Vítor faz referência aos que de fato enfrentaram os franceses no episódio histórico que inspirou o poema, e não eram sarracenos. “Mas um grupo de Bascos preparam uma cilada: assaltam a retaguarda, matam muitos soldados, saqueiam os abastecimentos e desaparecem.” (Leoni, p. 16) Quando escreve a Amália fascinado pela forma como Mascarenhas “acaricia, bolina, mima e mineteia os sons do idioma”, celebra a língua portuguesa e faz nova e saudosa evocação do seu País Basco, homenageando também sua primeira língua. “Ai, basco materno dos meus balbucios, ave Álava, eia unamúnica Bilbao, sus Guernica!” (RB, 79, vale para a anterior.)

Em carta a Mejía, Vítor introduz novo poeta, o espanhol Federico Garcia Lorca. O motivo gerador da alusão é a coincidência de sobrenomes do destinatário e do toureiro chorado no “Llanto por Ignacio Sánchez Mejías”. “Por haver levado uma cornada mortal em 1935 um possível tio teu inspirou versos de sangue, de areia e de iodo enquanto nós não sabemos sequer a que horas morreu Beto, em ponto.” (RB, 121) A menção ao horário (ou à falta de conhecimento do horário) dialoga com os versos que iniciam o poema: “A las cinco de la tarde. / Eran las cinco en punto de la tarde.” (Lorca, p. 283) Lamentando a morte de Beto, evocado como vítima sacrificial, “o touro, o cordeiro imolado, Isaac num desses momentos nada raros em que o Senhor se atrasa em sua nuvem”, Vítor continua intertextualizando, agora com passagens bíblicas. A mensagem retorna a Garcia Lorca, incorpora mais citações e termina com a transcrição literal de um verso do poeta fuzilado pelos fascistas espanhóis.⁴⁸

E não tenho versos para ele, só tenho esta raiva, este gosto de sal na boca, e a certeza de que levará muito tempo a nascer entre nós, se é que nasce, outro touro tão denso de amor e de vida mas, embora não saibamos a hora, morto, *muerto para siempre como todos los muertos de la Tierra.*
(RB, 122, vale para a anterior.)

Mas Vítor não faz só alusões a poetas do primeiríssimo time em seus comunicados, é capaz de apelar também para a cultura de massa mencionando “aquelas fadinhas do Disney” ao reportar o salve-se quem puder a que foram obrigados quando Carvalhaes praticamente bradou aqui d’el rei na embaixada britânica.

⁴⁸ Damos a íntegra de duas estrofes (a antepenúltima e a última do poema) com as quais o bilhete de Vítor dialoga: “Porque te has muerto para siempre, / como todos los muertos de la Tierra, / como todos los muertos que se olvidan / en un montón de perros apagados. // [...] // Tardará mucho tiempo en nacer, si es que nace, / un andaluz tan claro, tan rico de aventura. / Yo canto su elegancia con palabras que gimen / y recuerdo una brisa triste por los olivos.” (Lorca, p. 292)

Dirceu: Para completar o livro negro do baile: atenção ao padre gringo, que subiu com o galego, vindos da garagem, e que parecia aquelas fadinhas do Disney que onde batem com a vara sai estrela: cara com quem ele falava, nacional ou importado, mesmo de casaca, tinham todos no meio da testa pinta de tira. Só de ver a entrada do padre, mesmo antes de receber o aviso da Amália eu já estava pronto para pendurar o avental e pedir o boné, puto da vida de abandonar a operação de gala, seco para enfiar no curral a manada inteira de gado de pedigree coberto de condecorações. (RB, 136)

A debandada seguiu no rumo da casa vizinha, transformada em sede do cativo. “Dirceu: resolve *hoje* o problema dos companheiros que vamos resgatar ou enlouquecemos neste museu imperial de casa por mais julianos que tentemos ser.” (RB, 133, *itálico do autor*.) É de Vítor o pedido de urgência. Note-se também a criação do adjetivo *juliano* para designar comportamento de autocontrole, coragem e determinação. Vítor, vigia de Mascarenhas, “apanhado de surpresa”, segundo Amália, deixa que o pai de Juliana invada a sala, apanhe e destrua a ordem de despejo que o oficial de justiça acabara de entregar. Amália escreve não só para relatar as trapalhadas do grupo, pede urgência nas informações que esperam. “Dirceu: Pelo amor que você tem à sua velha, confirma pelo portador notícia do embarque dos companheiros.” (RB, 139, vale para a anterior.) Só aguardam tal confirmação para abandonar a casa.

Vítor também escreve a Dirceu sobre o mesmo assunto, e mescla seu texto com um verso do soneto de Camões: “se acaso pode merecer-te alguma consideração a estafa onírica de aguardar eu aqui que soltem os companheiros”. Além disso, comunica novo sequestro, do livro que Carvalhaes ofereceu a Mascarenhas, do qual ele cita, babelicamente, versos traduzidos em línguas diversas.

[...] realizei, dentro do seqüestro, o seqüestro de Natércia, ou do livro de Natércia, e até em mirandês ou siciliano sei de cor, *par cœur*, seu réquiem mimoso, *pid’ a Dias, q’ancurtou’ls tous anhos*, e para sempre hei de protegê-la de mãos lívidas de meirinho ou golpes secos de martelos de hasta pública: *Armuzza mia gintili chi tinni’isti*. (RB, 141, vale para a anterior.)

Terminado o sequestro, abandonada a casa, na última carta que Vítor escreve a Dirceu, comunica que, na qualidade de “*chevalier servant*” (RB, 147), seguindo a tradição da melhor cavalaria galante, acompanhará Juliana até Montevideu. As referências mitológicas e literárias nela presentes antecipam o destino dos dois. “À companheira Juliana declarei: a malandragem quando se sai do inferno é não olhar para trás: lembrai-vos do camarada Orfeu.” (RB, 146) Juliana, como Orfeu na tentativa de resgatar Eurídice, não ouve o conselho, quer olhar para trás, não só, quer voltar atrás, visitar a casa onde se encontrava com Beto e a um *chevalier servant* não resta alternativa: é seu

dever servir sempre sua dama, mesmo que a dama insista na insensatez de se precipitar no abismo. Ele fecha sua última comunicação com mais um verso traduzido do soneto de Camões. “Entrou Natércio no circuito. Juliana alopra: *mentras morro na terra que deixaches*.” (RB, 147)

Daí para a frente, o que sabemos dele está nos relatórios policiais. Um deles dá notícia do que aconteceu a Vítor quando ele e Juliana chegaram de carro à armadilha (“pássaro [...] no alçapão”, RB, 64) que os esperava na casa da mangueira e dos encontros com Beto.

[...] quando a gente partiu para ele acelerou na ignorância, ralou o pará-lama no muro e deu aquela marrada que chega bambeou o poste da esquina, quebrou a bacia dele e acho que as pernas também. Interrogamos ele assim mesmo, branco, frio, suando na testa feito um copo de água gelada. (RB, 167)

Outro informa a descoberta misteriosa, que, indecifrável, vai revolver e perturbar a parca inteligência de agentes, delegados e superiores atuantes no livro.

Senhor secretário de Segurança: Aí vai, por mensageiro da mais inteira confiança, o papel que a gente encontrou entre os documentos do carro de Armando Azcárate, aliás Vítor, o cara que foi pego com a amásia de Roberto, vulgo Pompílio, aliás Beto, aliás Das Águas. (RB, 156)

O mistério, em vez de ser resolvido, só aumenta com informação apresentada no relatório do legista responsável pelo corpo de Juliana. “Resta, senhor secretário, o mistério desta folha de papel que [...] se descobriu debaixo do cadáver, quando este foi levado a enterrar. Eu lhe confesso que não sei quem a teria colocado ali, e quando. Não se entende patavina do que está escrito.” (RB, 163) Novo relatório ao secretário de Segurança continua rodeando o mistério, avança alguma coisa, mas sem conseguir decifrá-lo. “Resultado da perícia é que o papel encontrado debaixo do cadáver da moça, no Médico Legal, é *cópia*, com outra letra, do papel encontrado no porta-luvas do carro de Armando Azcárate, vulgo Vítor, e que o senhor diz escrito em língua basca.” (RB, 165) O mistério poderia ter sido resolvido se os policiais fossem capazes de entender as referências literárias com que ele responde seu último interrogatório, no hospital, para onde o levaram.

E enfiamos o papel na cara dele avisando que se não falasse ali na hora ia falar com a Amália e a Juliana no cemitério, os três com a boca cheia de terra. Que treco era aquele? Que língua era? Queria dizer o quê? Mandado a quem? [...] O cara ficou assim feito quem quer morrer de propósito, [...] falando [...] num jeito de zombaria, quer dizer sem ligar para a gente de olho no teto e falando todo tranqüilão num homem só e dois viúvos, em duas torres abolidas, sete linhas para cada um amor [...] e ele aí [...] partiu para a

chacoalhão braba com o tal de só dizer araman ziñuben su, araman ziñuben zu, araman ziñuben zu. (RB, 168)

Como é que eles iam pensar que “cada um amor” eram justamente Amália e Juliana, as “torres abolidas”, que ele próprio era “dois viúvos” e as “sete linhas para cada um amor” perfaziam os quatorze versos de um soneto de Camões traduzido? Isso estava completamente fora do universo cultural em que eles viviam. Continuaram agindo dentro de seu próprio campo e de sua cultura da violência, e disso resulta que não será possível tirar mais nenhuma informação daquele preso.

Aí para encurtar a história o senhor sabe como é a gente tinha mesmo que saber o que é que estava escrito no papel e como ele tinha sido operado o médico então falou que ele teve uma síncope naquela hora que ele falou mais um araman e mais não disse nem lhe foi perguntado. (RB, 168-169)

Exemplar do mais grosseiro, redundante e estúpido estilo policialesco é a abertura do relatório. Um cultor da expressão elevada, sublime, áurea, como o guerrilheiro basco, só poderia agradecer já ter os ouvidos livres para sempre de barbarismos de tal naipe. “Senhor secretário de Segurança: O que complica a informação no caso do finado Armando Azcárate, aliás Vítor, é que ele morreu.” (RB, 167) Morreu, mas o mistério permanece. No último relatório policial, que fecha o romance, a solução não foi encontrada. “Só quero lhe precatar que soltar um magote desses vagabundos assim duma vez sem mais nem menos *e antes que a gente decifrou aquela merda basca* isso eu acho que é dose pra leão.” (RB, 192, *italico nosso.*)

REFLEXOS DO BAILE. MIGUEL MEJÍA, ARGENTINO, DEVOTO DE EVITA

O grupo dirigido por Dirceu e Beto, além de muito provavelmente ser internacionalista, é também internacional, com pelo menos dois não brasileiros incorporados a ele. Além do basco cujo perfil e trajetória acabamos de esboçar, temos também um argentino, Miguel Mejía. Como personagem, trata-se de um coadjuvante de pequena participação. É uma das figuras do coro que pouco se singulariza. A primeira menção a ele é na função de portador de mensagem de Beto. “Dirceu: Aproveito a visita do Mejía e te mando com esta nota o esquema do Rio Desligação [...]” (RB, 21) Depois ele aparece como destinatário de bilhete de Vítor, com autorização para nova tarefa. “Mejía: Pode transcrever em portenho a mensagem de El Tenebroso.” (RB, 25) Há aqui, talvez, sugerida apenas, uma ligação com algum grupo em Buenos Aires, ou em outro lugar da América Latina, a quem interessaria conhecer o conteúdo de um documento de

Beto (“El Tenebroso”). O castelhano é novamente lembrado em associação a Mejía, num bilhete de Vítor a Amália. “Não custa conhecer a casa, por si acaso, como diz o Mejía.” (*RB*, 26)

Mas é numa mensagem de Amália a Dirceu que o leitor ficará sabendo, ainda que de forma indireta, alguma coisa do que pensa Mejía. Ainda está em debate levar ou não adiante o plano de Beto, o assunto foi tema de conversa entre o casal e o argentino. Ela resume, para Dirceu, o que ele disse, incorporando até o idioma do outro.

[...] Miguel Mejía é vidrado no baile, que ele acha brasileiro paca, muy buñuelesco carajo, a lo mejor diríase macluanesco como primeira e genuína festa de aldeia global, ilustres babacas de todos os continentes olhando de cócoras e de boca aberta uma casa no Rio [...]. O que ele não sabe é se o baile viaja bem, se não estraga a bordo e se o mais aconselhável lá fora não é o forró irlandês-latino-americano mesmo, a solução castiça, como diz ele, o córdobo-bogotazo bolívio-guatemalteco, o chile com carne de mártir, o bum. (*RB*, 53-54)

As opiniões de Mejía reforçam no leitor a impressão de seus contatos internacionais e de sua postura internacionalista.

Mais uma vez de forma indireta, numa carta de Carvalhaes ao filho, em que conta palestra feita no Real Gabinete Português de Leitura — sobre Inês de Castro, claro —, ficará o leitor sabendo algo sobre a aparência física de Mejía (“jovem argentino de encaracolados cabelos negros e olhos coruscantes”), suas veleidades de cineasta e algo que o português e o argentino têm em comum, uma espécie de paixão mórbida por diferentes defuntas.

Meu filho: “Eu a vi, quando mal despira os panos da ressurreição, chegando à CGT quente ainda, por assim dizer, das mãos do Dr. Ara, de novo entre os operários.” Isto é pequena parte do que me disse, depois da conferência, o jovem argentino de encaracolados cabelos negros e olhos coruscantes, que está fazendo um filme “sobre nuestra Inés, Evita”. [...] Miguel Mejía, o moço argentino, comovido, a atropelar perguntas naquele castelhano com areia que falam em Buenos Aires, queria saber sobretudo quando — à noite, no dia seguinte, ao fim da semana? — podia ver, completo, o velho filme de que projetei cenas, da bela Alicia Palacios representando Inês. Convidei-o a vir à embaixada, para o filme e um vinho do Porto. Com Mejía sinto-me tranqüilo, pois sua Rainha Morta é outra, e não ambiciona as cinzas da nossa. (*RB*, 88-89)

Amália cita, para Dirceu, a variante criada pelo argentino para o sobrenome Mascarenhas, “segundo o Mejía, Mascarajos” (*RB*, 119). Vítor declara o argentino sobrinho de Ignacio Sánchez Mejías (“um possível teu tio”, o “outro, teu tio”, *RB*, 121) quando usa os versos que pranteiam o toureiro morto por uma cornada para lamentar a morte de Beto. A intransigente convicção antiamericana e anti-imperialista de Mejía

fica indicada durante o período do sequestro, com Mascarenhas transformado, pelo choque causado pela filha, em diplomata britânico, que só usava seu próprio presumido idioma “até com o Mejía, que faz questão de não entender lhufas de inglês” (RB, 134). Depois disso, só há uma possível menção a Mejía no depoimento que a governanta Joselina prestou à polícia, e que o situa como um dos guardiões do cativo. “Na sala tinha só uma luzinha pequena acesa no aparador e de primeiro o que eu enxerguei [...] foi um espanhol amigo de Dona Juliana, não sei o nome não [...]” (RB, 144)

Não há notícia nem de sua prisão nem de sua morte. Podemos pensar que Mejía sobreviveu, apoiado por seus contatos internacionais. Podemos até pensar que ele, associado a outros, está por trás da morte por afogamento de Father Collins (ou “Padre Colinos”, RB, 114, como escreve a polícia), ligado ao *Peace Corps*, ruivo informante das autoridades, implicado na descoberta do grupo escondido na igreja submersa e na morte de Beto. Ou por trás do envio de ossos humanos como encomendas destinadas a Carvalhaes, e da mão de um finado com pelos ruivos, que o português encontrou ao abrir, no avião em que retorna apavorado a Portugal, uma caixa endereçada a ele. Alguém será responsável por esses atos. Por que não Mejía?

REFLEXOS DO BAILE. BERNARDO CONTRA GOBINEAU E PRÓ PRATARIAS

Bernardo, outra figura do coro, participa com uma única comunicação sua em todo o romance, um bilhete a Dirceu em que narra visita feita à casa de Juliana, “casa em que a gente pensa, quando entra, que pegou, distraído, um desvio de retorno no tempo e caiu de quatro no século passado”. Fala ainda nas “tantas paredes com retratos de família pendurados entre pratos, uns barbados nojentos, uns velhos caquéticos, umas senhoras tristes, retardadas da cuca”. No bilhete ele já menciona os dois traços que vão precariamente individualizá-lo em relação aos outros personagens.

O primeiro é seu ódio ao diplomata e intelectual francês que teorizou a existência de raças superiores e inferiores e a degenerescência que adviria da mistura dessas raças.

Tem um armário cheio de livros com umas encadernações afrescadas e sabe o que é que eu encontrei no meio da merda toda? Dois livros, com dedicatória a não sei que avó ou tia do Rufino, do Conde de Gobineau, aquele racista filho da puta que tomava o tutu de Pedro II [...]. O veado me dá uma raiva insensata, como se tivesse me roubado uma namorada ontem.

O segundo traço resulta do encontro com “tantos aparadores e cantoneiras vergando ao peso de castiçal, caixa, cofre, sopeira de prata” e é uma compulsão para expropriar peças desse metal nobre na mansão Mascarenhas. “Fiquei com vontade de enfiar no bolso umas pratas do velho para fazer finanças [...]” Como o leitor poderá acompanhar, ele não ficou só na vontade.

Ao fim do comunicado, faz uma espécie de homenagem a Juliana, a revolucionária saída daquele lugar que ele considera de acentuada decadência representativa de uma classe dominante a caminho da extinção. “Fico admirando ela mais ainda depois de ver a toca sufocante de onde ela saiu.” (*RB*, 41, vale para as anteriores não identificadas.)

O sumiço da prataria pode ser acompanhado no diário de Mascarenhas. “Mas lá vem de novo Joselina [...] a choramingar o temporário desaparecimento de um tinteiro de prata francesa.” (*RB*, 44) Mascarenhas acredita que o tinteiro está apenas sumido, fora de lugar. Joselina aparece de novo no diário com nota em torno da mesma questão: “ela vive, estes dias, a pedir a São Longuinho que lhe encontre um castiçal, o qual não sabe onde pôs e garante que desapareceu” (*RB*, 56). De novo aqui está presente a dupla interpretação do fato: Mascarenhas crê que a culpa é da desatenção ou da desmemória de Joselina, a governanta está convencida que há a participação de alguém no desaparecimento do castiçal. Ao escrever sobre retrato de tios trajados de gala para o baile da ilha Fiscal, Mascarenhas anuncia a falta de mais uma peça de prata. “Encontrei-o [o retrato], não sei por quê, fora de caixilho e moldura de prata [...]” (*RB*, 63) Todas estas referências são espécie de rastro silencioso da ação de Bernardo, que passou a frequentador da casa na condição de amigo de Juliana.

Mascarenhas também vai notar o interesse (negativo) de Bernardo por Gobineau, e vai anotar isso no diário. Mas antes fará comentário sobre a aspereza da linguagem do novo amigo da filha: “este insondável Bernardo, com suas adstringentes, concisas e rudes exclamações de pô e paca e duca e quejandos”. Ao fazer referência ao diplomata francês em episódio ocorrido naquele mesmo Teatro Municipal onde estão reunidos para assistir peça sobre Inês de Castro, Mascarenhas percebe a “inesperada, e única, demonstração de interesse de Bernardo na conversa” e emenda com novo caso, em que, numa alteração entre Gobineau e o visconde de Saboia, “médico cearense [...] de zona bravia”, o ministro da França, “apaixonado estudioso das raças humanas”, levará a pior. “Por alguma razão teve o relato o condão de alegrar Bernardo, de despertar-lhe a

curiosidade, em busca do pormenor, eu quase diria da equimose.” (*RB*, 83, vale para as anteriores.)

O personagem só voltará à cena em bilhete de Vítor a Dirceu reportando andamento do sequestro, em menção a Mascarenhas “falando inglês com o Bernardo que cumpria papel de carcereiro, a trancar portas e janelas” (*RB*, 134). É Vítor outra vez quem o menciona em nova mensagem, indicativa do clima de tensão da espera em que estão todos. Escreve sobre “um Bernardo que desde ontem não me trata de nada e só fala comigo assunto de serviço: não permiti que ele tocasse fogo, com um fósforo, em plena sala, num retrato de Gobineau” (*RB*, 141).

Joselina, em seu depoimento, faz duas menções a Bernardo. Na primeira, afirma sua convicção sobre a conduta vergonhosa, larápia, dele: “aquele Seu Bernardo que vive de olho nas pratas da casa e que eu juro que passou a mão no tinteiro e nos castiçais”. Depois ela dá as últimas imagens que temos dele, em ação na sua tarefa de carcereiro do dono da casa. Joselina diz ter visto que “o tal Bernardo e o Válter empunhavam pistola na mão”, quando Mascarenhas correu para o banheiro movido por urgência fisiológica, ela viu “o Vítor e o Bernardo quase se agarrando nas fraldas do roupão” e ainda “o Bernardo [...] torcendo a maçaneta e perguntando se tinha telefone dentro do quartinho” (*RB*, 144, vale para as anteriores). Joselina conta o único episódio registrado de ameaça física a um dos sequestrados por parte dos sequestradores.

Bernardo então, aquele dos castiçais que eu falei, acho que falei, disse ao Seu Rufino que ele tinha que ficar quieto, que o vizinho embaixador estava preso ali, na casa dele, e que Seu Rufino era feito preso também na casa dele mesmo e que ninguém podia saber um pio de nada disto não. Seu Rufino berrou gringo para ele não sei o quê não mas no timbre da xingação que homem endoidece, e aquela peste do Bernardo levantou a pistola pelo cano e parecia que ia dar com o coice dela na cabeça de Seu Rufino [...]. (*RB*, 145)

Não chegou a se concretizar a violência por intervenção do embaixador americano, pedindo a Mascarenhas que falasse português, o que ele passa a fazer, mas com sotaque.

Notícias do que aconteceu a Bernardo após o sequestro não existem. Talvez tenha sobrevivido e se juntado a Mejía em ações de vingança e aterrorizando inimigos com ossos humanos e mãos de finados.

REFLEXOS DO BAILE. VÁLTER, JARDINEIRO; VALDELISE, BELA CABOCLA

Mencionado na primeira entrada do diário de Mascarenhas, o “jardineiro Válter” (*RB*, 15) foi contratado para tomar conta do quintal do casarão, cuidar de flores e de

árvores frutíferas. Ele anota também que foi Juliana “que me arranhou o jardineiro” (RB, 16), ainda antes de voltar à casa paterna, “presente que me fez Juliana quando ainda me recusava o dom de si” (RB, 42), de modo que é ele o primeiro do grupo a se infiltrar na área do futuro baile. Mas ele será personagem de muito apagada figura. Até a polícia, em seu relatório final, dirá algo que está de acordo com esta avaliação. “Tem o tal do jardineiro Válter, tão merdinha no movimento que nunca passou de Válter mesmo, não tinha nem codinome.” (RB, 192) Mas o argumento para demonstrar sua pouca importância é inconsistente: Juliana também nunca teve codinome e não se pode dizer que fosse “merdinha no movimento”.

A infiltração de Válter é bem planejada. Ele não surge sozinho, mas com a mulher, Valdelise. Um casal de empregados domésticos inspira sempre mais confiança. Ela ainda tem a vantagem de lembrar a Mascarenhas sua antiga ama, Luísa, grata memória da infância. Escrevendo sobre a refeição da véspera, o embaixador aposentado anota: “um cordeiro ao molho de hortelã, prato meu de ontem, as folhinhas vindas da horta nas mãos de Valdelise, Valdelisa, que também não é, de retorno, Luísa, mas que por assonância traz de volta algo de Luísa” (RB, 25).

Talvez por trabalharem como domésticos, Mascarenhas é quem tem melhor ocasião para observá-los e dar ao leitor mais alguns traços sobre o casal. Primeiro ele esboça o marido.

O Válter é um jovem e ensimesmado roceiro que me surpreende ao voltar mesmo de expedições mínimas como as que faz ao sopé do morro Dona Marta com as mãos cheias de gravatás e avencas e um embornal de nêspersas e carambolas [...], e que vale pela capacidade extraordinária que tem de levantar-se roceiro e transformar-se, no meio ainda a manhã, em fauno.

Mascarenhas não pode saber que Válter talvez tenha outras razões para ir ao morro Dona Marta, onde ainda atua Beto, ou homens de Beto, no reservatório. E essa transformação de Válter em fauno, a que ele alude, tem um inequívoco sentido sensual. Percebe-se pelas impressões que em seguida registra pela esposa do jardineiro, impressões de respeitosa mas visível admiração capaz de levá-lo a um delírio verbal que se poderia dizer joyceano.

Isto sem dúvida explica que tenha por mulher uma cabocla *fausse maigre* de peitos altos e miúdos que atende pelo nome pausado e heráldico de Valdelise, que mais se diria de alguma caçula da casa de Urraca Anes, primútero mascaranense, conavoenga, ogivulvaginal arco de triunfo. De Valdelise hei de chegar, por estágios que passem por minha distração, fatigada memória, descuido, a Valdelouise, Valdeluísa, com, ao jeito de pano de fundo, a imagem quase fulminante em sua derretida doçura de um vale repleto de

Luísas. Ontem ela passou por baixo da janela do meu quarto com uma tina de roupa na cabeça, torso apertado em malha rajada de azul, preto e vermelho, dando-me a cena a impressão [...] de que desfilava em meu jardim um Mondrian. (RB, 42, vale para a anterior.)

A admiração, talvez menos respeitosa, também atinge empregado do vizinho, encarregado de cuidar do viveiro de beija-flores da embaixada americana. Conhecido como Capixaba, já foi surpreendido duas vezes “do lado de cá do muro”, como anota Mascarenhas. E anota também o que talvez seja a única fala em discurso direto — não há bilhetes escritos nem por Válter nem por Valdelise — de um possivelmente enciumado marido. “‘Jardineiro nada, seu Rufino, ele trata dos chupa-mel aí do seu Clay mas é um xereta e larápio de marca maior, vive roubando flor daqui pro viveiro porque nem sabe pegar mosquito pros bichinhos.’ Isto o Válter quando quase se engalfinhou com ele.” Foi para cima do outro só por causa das flores? O embaixador aposentado também acha que Capixaba não vem pelas flores. Movido pelo “cio” o “especialista em beija-flores, cobiça aquele que me benze o jardim, o colibri que me lembra a amada ama”. A nota termina com renovada louvação à esposa de Válter como uma espécie de deusa local da fertilidade. “Ah, meu fruto e minha flor, palmeira de palmito, iúca de aspargo, botão de alcaparra, cínara de alcachofra, lírio do val de Luísa.” (RB, 88, vale para as anteriores.)

Só se volta a falar em Válter com o sequestro já em andamento. Vítor escreve a Dirceu e fala no “Válter jardineiro, que cortava fios telefônicos, podador de trepadeira no meio daquela zorra” (RB, 134). Amália, também a Dirceu, menciona “Válter guardando o Clay, pistola em punho” (RB, 139), o que também é lembrado no depoimento de Joselina: “o tal Bernardo e o Válter empunhavam pistola na mão” (RB, 144). Ela dá mais detalhes sobre a atuação do jardineiro com arma de fogo, com as quais não parece ter grande habilidade.

[...] Seu Rufino [...] estava falando com o Válter, encarando com o jardineiro da casa dele mas só saía gringo da boca dele, língua que ele fala com visita estrangeira. Com o Válter, veja só, assim feito quem dá ordem, só que falando fala incompreensível, e o Válter de boca aberta, tão baralhado das idéias que a garrucha escorregou da mão dele no tapete, por sorte não se desconteve e prorrompeu em disparo nas canelas do povo. (RB, 145)

Joselina dá também alguns flagrantes de Válter e Valdelise como casal, e da relação deles com ela.

Ah, é mesmo, o Válter jardineiro mais a mulher dele eles estavam ali porque na noite do baile no vizinho, tinha saído Dona Juliana e o patrão, quer dizer, Dona Juliana tinha ido para o baile mas o patrão estava viajando, e Dona

Juliana então falou que eu podia ficar sossegada que a casa estava tomada conta pelo Válder e a Valda, como a gente chama ela. (RB, 142-143)

Até este ponto, nada estranho acontecia. Mas Rufino Mascarenhas voltou para casa antes do esperado e Joselina começa a estranhar o comportamento de Válder e da mulher.

[...] quando o Válder veio me chamar no quarto estava de testa suada e olho arregalado e não é de depois que eu achei não, vá vendo, mesmo na hora achei muito assombro e muito arregalo só porque o patrão voltava antes oxente para a casa dele mesmo. [...] Quando voltei de abrir a cama do patrão a Valdelise estava sentada no canto da sala de terço na mão e o Válder do lado dela tinha o olho fechado, remexendo devagarinho a boca, rezando com força, mastigando ave-maria. (RB, 143)

Nesta passagem há alguma coisa que pode nos dar uma pista da origem do casal no movimento. Já os vimos caracterizados como oriundos do meio rural, o trato com os produtos da terra é indicativo disso, Mascarenhas designa Válder por *roceiro*, Valdelise por *cabocla*. Quando Joselina fala em Valdelise “no canto da sala de terço na mão” e em Válder “remexendo devagarinho a boca, rezando com força, mastigando ave-maria”, distingue os dois do resto do grupo guerrilheiro, já que em nenhum momento nenhum deles — com a possível exceção de Filipe, ex-seminarista, como veremos — mostrou inclinações ou tendências religiosas, pelo contrário, aproximam-se mais do materialismo. Ora, Válder e Valdelise, oriundos do meio rural, crentes devotos capazes de apelar para orações em momentos de risco, é provável que tenham sido recrutados por Beto entre a população descontente, desalojada pela inundação para formar a represa. Beto os teria posto em contato com Juliana e esta os teria encaminhado ao pai.

Válder e Valdelise acabam presos, provavelmente em virtude de informações arrancadas sob tortura, mas permanecem vivos. Na opinião do policial que faz o último relatório, e diante da necessidade de soltar alguns presos para acalmar imprensa e opinião pública, Válder até poderia ser solto, “tão merdinha no movimento que [...] não tinha nem codinome” (RB, 192). Mas a beleza de Valdelise, cobiçada por Mascarenhas, cobiçada por Capixaba, também encantou um delegado que, sem ter a quem dar satisfações, foi muito além da cobiça, e disso resulta a permanência do casal na cadeia.

Ah, mas ia me esquecendo, devagar com a procissão que o santo é de barro. O Válder não tinha nem aliás como eu ia dizendo mas tinha e tem uma mulher danada de bonita, uma égua pai dégua de jarrete fino e anca de muque, manga-larga. Está meio enxovalhadinha porque o delegado se interessou nela vidrado e mandou brasa. Não estou maldizendo não, o senhor me compreende e sabe que eu sempre digo que o delegado é homem de bem tanto assim que está pagando do bolso dele dois pivôs de dente que ela perdeu só de cabeçuda e cabaçuda quando ele cismou de dar o primeiro flagra

nas prendas dela e ela queria porque queria ficar de roupa. [...] Só que no vaid-avalsa e enquanto a tal da Valdelise perdia os dentes o Válder até na nossa cadeira de dentista urrava pela fêmea dele e por ordem do delegado a gente nem usou menção do nome dela para desemperrar a língua dele. O Válder ainda está naquela primeira comunhão de pensar que a mulher ficou o tempo todo direitinha e de uniforme lá na São Judas Tadeu. Se ele sair ela tem que sair também e se ela der com a língua nos pivôs vai ser uma poluição medonha. Não, chefe, deixa o Válder por enquanto cuidando do jardim da Ilha Grande. (RB, 192-193)

São as últimas notícias de Válder e Valdelise no romance.

REFLEXOS DO BAILE. MÁRIO VILARINHO, ALIÁS MARCONDES, ALIÁS FILIPE

Filipe só será Marcondes e também Mário Vilarinho no relatório final da polícia. Mário Vilarinho, não é difícil deduzir, é o seu nome verdadeiro, mas quando e em quais circunstâncias ele usou o codinome Marcondes só será conhecido pela polícia, fica em aberto para o leitor. Ao longo do romance será apenas Filipe, figura do coro, com mínima participação. Escreve três bilhetes a Dirceu. No primeiro menciona Pompílio e sua decisão de executar o plano “de cem anos atrás” e também “a desertar na marra” (RB, 19, para as duas). Deixa a marca de sua religiosidade nas alusões bíblicas para falar do domínio de Beto sobre a luz e as trevas.

Fará recuar os relógios do Rio ao caos anterior ao terceiro versículo do primeiro dia no primeiro capítulo do primeiro livro do Pentateuco, instante em que o Senhor, resolvido embora a criar a luz, já previa para o versículo vinte e um no dia quinto dedicado ao jogo do bicho a vinda ao mundo da pré-serpente. Bota pilha na lanterna, Dirceuzinho. (RB, 20)

Depois é mencionado num bilhete de Vítor. “Amália: Filipe descolou convite para a recepção do idólatra, o Kahnweiler. Dirceu pede que você vá com ele.” (RB, 26) Por esse tempo ainda estão planejando o sequestro do embaixador alemão. No fim do bilhete Vítor faz um desabafo contra Filipe e cita comentário dele, indicativo de suas preocupações, talvez obsessões, religiosas. “Filipe anda um saco. ‘Putos como vocês matam Deus e ele se desintegra numa porrada de deuzinhos de merda. Esbarro neles no meio da rua, na lanchonete, no Bob’s. Kahnweiler tem um deus num tanque na casa dele.’” (RB, 26-27) Note-se como o comentário em discurso direto menciona campos em oposição: o dos que matam Deus, englobados no pronome “vocês”, e, por exclusão, o do declarante, que esbarra nos “deuzinhos de merda”, o que o põe, em alguma medida, em contato com os fragmentos de Deus.

No segundo bilhete escrito por Filipe, ele afirma cantar “a cólera de Beto” e faz discurso sem pontuação reunindo alusões místico-revolucionárias que abrem com um Cristo bélico (“Se o Cristo tivesse expulsado os vendilhões do templo com Panzerdivisionem em lugar de vergastá-los com açoites [...]”, *RB*, 38) e terminam com a evocação de Camilo Torres, padre guerrilheiro, e dom Hélder Câmara, o religioso mais odiado pela ditadura militar (“os últimos bispos deveram formar uma casta de senhores e guerreiros do porte e envergadura de Camilo e Hélder.”, *RB*, 39).

Em bilhete de Beto a Dirceu ficamos sabendo mais alguma coisa mínima sobre a vida pregressa de Filipe: “além de coroinha foi alfaiate” (*RB*, 48). Beto quer que ele “observe, desenhe e copie o uniforme dos motoristas daqueles quatro embaixadores que gostaríamos de atrair [...] ao mesmo alçapão [...]. Tudo. Da pala do boné ao cadarço das botas” (*RB*, 48-49). Isso para, no caso de falha no plano das trevas, “os quatro companheiros calçados e vestidos pelo Filipe” (*RB*, 49) arrebanhem pelo menos quatro embaixadores.

No terceiro bilhete de Filipe, que sempre mostrou total confiança em Beto, ele levanta ressalvas em relação a Juliana. “Invariavelmente me preocupa a companheira Juliana quando escasseiam notícias de Beto. Até que ponto não passa a constituir um certo risco?” (*RB*, 71) Conta a Dirceu como ela quase denunciou suas preocupações e interesses a Carvalhaes ao ouvi-lo (e interessar-se) falar em Guevara, referindo-se ao dramaturgo Velez de Guevara, pensando que ele falava em Ernesto Che Guevara.

Após a morte de Beto, Vítor escreve a Dirceu bilhete em que defende a proposta de Juliana: seguir com o plano do baile mesmo sem o auxílio das luzes apagadas. Opõe-se à posição de Filipe, que parece disposto a desistir de tudo. Se já considerava Juliana um risco quando escasseavam notícias de Beto, que dirá agora, que Beto está morto? Vítor não só discorda, faz enfática diatribe contra o companheiro. Órfão da fúria de Pompílio e da cólera de Beto, parece, ao contrário de Juliana, ter se acovardado.

Risco é ele, que com qualquer caipirinha ou caju amigo vira de novo coroinha espinhento e punheteiro. Outro dia encheu o saco de todo mundo, repetindo no porre que a Virgem um dia ficou bicéfala brotando a cabeça de Lourdes numa gruta e a cabeça de Nossa Senhora da Mais Valia no crânio do barbaças. [...] Aqui entre nós, disso é que vem o rancoroso papo do Filipe. Diz que filho da mãe dele só mete uma polca no escuro. Paúra, Dirceu, paúra pura. (*RB*, 117-118)

Amália também escreve a Dirceu, contando visita a Juliana, a decisão dela em ir adiante com o baile. Informa algumas coisas que soube com Filipe, a viagem do velho Mascarenhas, a tristeza em que Juliana mergulhou, segundo Joselina.

O porra-louca do pai dela embarcou para a ilha Maurícia ou Mascarenhas, segundo o Filipe atrás dum peru que fugiu do escudo da família [...]. O Filipe não chegou a estar com ela [Juliana] ontem porque saiu pelos fundos às carreiras para não esbarrar naquele nojo do Carvalhaes que passa lá volta e meia, a pretexto de saber notícias do Rufino. [...] Mas acho que não foi só isso não. O Filipe deve ter perdido muito tempo ouvindo a beata da Joselina a dizer a ele que a Juliana anda muito emotiva e no retiro de si mesma. [...] Filipe contou à gente como ficou vidrado e esmaltado quando a Joselina disse a ele que a Juliana olhava o dia todo a revista tão carpideira e tão esquecida dela mesma que ficava igualzinha, mas igualzinha a Nossa Senhora da Piedade com o Filho desvanecido nos joelhos. (RB, 119)

Tudo isso pode ter contribuído para o voto de Filipe contrário à ação. É de notar também o deslumbramento diante da evocação da *sacra mater dolorosa*, que mexe intensamente com o imaginário beato dele, ainda muito chegado a uma carolice.

Talvez Filipe não tenha mesmo participado do sequestro, nem guardado o cativo. Nos bilhetes de Vítor e Amália a Dirceu, informando o andamento dos fatos, não há menção nenhuma a ele. Tampouco no depoimento de Joselina à polícia. Tenha participado ou não, o certo é que não escapou de ser denunciado e preso. O que lhe aconteceu depois disso também está incluído no último relatório policial.

Mas tem um outro detido de ninguém botar defeito nele, cara carola, o pessoal diz até que bicha pelo menos na divagação, tal de Mário Vilarinho, aliás Marcondes, aliás Filipe. Esse, alfaiate de ofício, parece que nasceu pra dar entrevista de Madalena arrependida na televisão. Na hora do tratamento chamava o eletrodo de Vadirreto e de Satanás e agora quando ele está na cela bem na dele mascando reza feito chiclete e um dos rapazes berra Satanás ele cai pra trás duro feito uma tábua de engomar. A gente previne ele que se falar falsidade a gente faz uma instalação permanente de Satanás anal no fiofó dele que é melhor que pregar esparadrapo na boca dele. Não vai dar alteração nenhuma. (RB, 193)

Ao fim, recomenda o relaxamento da prisão de Filipe, por inofensivo.

REFLEXOS DO BAILE. BRAZ TABORDA, ALIÁS DIRCEU, DA COLUNA INVICTA

Dirceu é o destinatário de 27 bilhetes: sete de Beto, sete de Vítor, sete de Amália, dois de Juliana, três de Filipe e um de Bernardo. E nenhum dos bilhetes que porventura tenha escrito aparece no romance. Tudo o que o leitor vier a saber sobre ele será por via indireta. Pelos companheiros, ou por relatório policial.

Na primeira comunicação de Beto a Dirceu, o capitão menciona algo que pode ser visto como indicativo da linha de ação proposta pelo dirigente. “Você me fala em armas, mais armas [...]” (RB, 16) Parece ser de Beto a proposta do baile, e se contrapõe ao “armas, mais armas” de Dirceu por almejar uma ação incruenta (“descalabro de

ensangüentar camisas engomadas e furar a bala vestidos de festa”, *RB*, 17), sustentada na surpresa do apagão. Filipe escreve apoiando Beto. “Bota pilha na lanterna, Dirceuzinho.” (*RB*, 20) Juliana agradece o papel de Dirceu na comunicação com o amado. “A carta de Beto que você mandou me deixou feito uma abelha: cheia de mel.” (*RB*, 21) Mas é no bilhete seguinte de Beto que vamos saber alguma coisa a respeito do próprio Dirceu, quando ele evoca aquela

[...] espiriteira que te acompanha com a escova de dentes pelo menos desde o dia já distante em que extraí de você uma história pessoal que começa com a Coluna, desaparece na terra do teu primeiro exílio, irrompe de novo numa segunda coluna, na terceira, em muitas outras que tentaram completar-se e que aí estão decepadas e sem nada a sustentar, como se o país fosse uma antiga Grécia, só que sem passado nenhum. Eu sei, eu sei que as lavouras que pegam nascem do mutirão suado dum milhão de foices e de enxadas. O golpe, o truque, a troca de efígies são como você disse no nosso último encontro, “feito esses coqueiros já criados que os caras espetam na beira das praias do Rio em tapete de grama comprado aos metros no Horto Florestal da Rua Pacheco Leão e que não vão virar um coqueiral honesto nunca”. (*RB*, 22)

Temos aí talvez o único exemplar de discurso direto de Dirceu. E a informação de ter ele começado sua vida política na Coluna que, assim, com maiúscula, só pode ser referência à Coluna Prestes, também conhecida por Coluna Invicta. Lourenço Moreira Lima, que acompanhou a Coluna e fez um registro quase diário dos anos de marchas e combates e depois transformou tudo isso em livro, ao se referir ao exílio na Bolívia, escreveu algo que justifica o epíteto de Invicta.

Assim se encerrou a Revolução armada, iniciada em São Paulo, a 5 de julho de 1924, sem que os nossos adversários tivessem conseguido esmagar a Coluna Prestes, apesar da imensa superioridade em recursos de todas as espécies que possuíam. / Não vencemos, mas não fomos vencidos. (Lima, p. 500)

Mas esse dado, da participação de Dirceu na Coluna Prestes, permite que possamos fazer uma estimativa de sua idade. Se ele tivesse, digamos, dezoito anos em 1926, quando a Coluna já estava no último ano de sua marcha, em 1971, que é mais ou menos o ano do baile (cem anos depois do plano do primeiro Pompílio), Dirceu teria cerca de 63 anos, e uma larga experiência e envolvimento com as tentativas revolucionárias no Brasil. Isso também explica sua prevalência sobre o grupo. Ao final do bilhete, Beto vai afirmar, numa espécie de “aviso aos companheiros”, que em caso dele ser apanhado devem corrigir “a rota do navio” e procurar “o rumo único e certo” que “é mesmo Porto Dirceu” (*RB*, 23).

Bilhete de Vítor a Amália serve para transmitir instrução de Dirceu. “Filipe descolou convite para a recepção do idólatra, o Kahnweiler. Dirceu pede que você vá com ele.” (RB, 26) Beto, em outro comunicado, reclama de algo que o incomoda no comportamento do dirigente, um provável resquício do debate sobre a escolha da ação a ser posta em prática. “Como você só é irônico em último caso sinto a farpa ao ouvir você dizer que escolhemos [...] a solução brilhante. [...] Sinto o impacto do apoio total que você dá ao Plano de Desligamento. Mas gostaria de sentir teu entusiasmo também.” (RB, 27) Vítor também pede a Dirceu apoio total ao plano. “Não pense mais, nada melhor do que essa idéia do Beto, duca, linda. Colher o Brasil em plena dança. Valsar com a pátria.” (RB, 45) A Amália ele vai escrever que está “estes dias a serviço de Juliana a mando de Dirceu” (RB, 50).

Amália, quando escreve pedindo a Dirceu que veja com Beto se não é possível combinar assaltos com panes elétricas, se penitencia por estar arriscando, com tanto bilhete, fornecer documentos contra eles à repressão. “Ó Dirceu eu sei que você fica puto dentro da roupa quando a gente escreve bilhete fazendo caderneta de Prestes pra Dona Justa ler na cama mas pô é tão difícil te ver.” (RB, 62) A referência é a um episódio acontecido com Luís Carlos Prestes em 1964.⁴⁹ Em certa medida, indica também a ruptura de Dirceu com o partido de Prestes, já confirmada pela sua participação na luta armada.

Quando Beto é morto, Vítor descreve a Amália um deslocamento de Dirceu resultante, sem dúvida, da gravidade da situação. “Ainda estavam apagadas as luzes do teu Grupo 8 quando saí do meu agourento — só pensei isso depois — 13, Bangu — Padre Miguel — Camará — Realengo, e cheguei com Dirceu à presença de Juliana.” (RB, 113) Durante o sequestro é Dirceu quem cuida da lista dos presos a serem trocados pelo embaixador (“resolve *hoje* o problema dos companheiros que vamos resgatar”, RB, 133) e quem trata das negociações (“confirma pelo portador notícia do embarque dos

⁴⁹ “De fato, a Polícia vasculhou a residência do secretário-geral do PCB somente no dia 9 de abril. Militantes do partido se arriscaram antes a retirar o que puderam. Mas os policiais ainda acharam 54 pastas de documentos e 20 cadernetas de anotações [...]. A questão a indagar é por que Prestes se permitiu acumular essa papelada, sobretudo as cadernetas, em local tão devassado quanto a sua residência (que não era aparelho, termo do jargão comunista já consagrado como lugar usado para fins clandestinos). / [...] / O estrago maior resultou do conteúdo das cadernetas. Prestes comparecia às reuniões munido de uma caderneta folhuda, de doze por dez centímetros, de capas cartolinadas presas por espiral. Enquanto os outros falavam, sua grossa caneta-tinteiro deslizava incansavelmente pelo papel. Identificava os oradores pelo nome verdadeiro, pois ninguém usava nomes de guerra. A caprichada caligrafia do anotador torna a legibilidade perfeita. Durante cerca de três anos, a partir de meados de 1961, as cadernetas registraram centenas de reuniões, encontros e informações diversas. Para os órgãos de repressão policial, elementos de primeira ordem sobre a intimidade de uma organização fora da lei.” (Gorender, 1999, p. 94)

companheiros”, *RB*, 139). Embora Vítor ainda comunicasse a Dirceu, no pós-sequestro, a intenção de acompanhar Juliana até Montevideu, o que não vai acontecer, como sabemos, depois disso Dirceu também foi preso, as últimas informações que o leitor tem sobre ele estão em relatórios policiais. Num informe sobre o detetor de mentiras, inútil na opinião dos policiais, Dirceu é mencionado, e também os métodos que usaram, seguindo as novas diretrizes superiores, para tirar informação dele.

Olha aqui, chefe, o detetor era da gente se lasciar de rir do alto do quengo ao rego dos bagos e ficar lascado pro resto da vida numa rede de dormir com uma cabrocha e uma brama chope se não fosse que a gente tem o batente duro de tirar informação séria e verdadeira de putos como esse Dirceu que o senhor recomendou. O tal do detetor não machuca ninguém nem um bocadinho, não aperta nada, não faz nem cócega no freguês e só serve mesmo antes de funcionar. O cara fica branco feito palhaço de circo que acabou de passar farinha nos cornos quando a gente começa a atar ele e a gente até vê que ele pensa porra pode não ser a cadeira mas é a banquetela elétrica, é a foda. Depois quase que até ele ri também enquanto a gente pergunta as coisas e a peninha vai riscando no papel umas garatujas que é a confissão trocada em suspiro e não me toques! Mais babaca que esse troço de detetor só mesmo o soro da verdade, um baratão só que de graça que a gente injeta no cara para ele dizer besteira e ele só corre mesmo o risco de se viciar e pedir bis, o filho duma égua. (*RB*, 179)

No segundo relatório policial em que Dirceu é citado (o último texto do romance), a polícia voltou aos seus métodos tradicionais, e dá ciência disso ao secretário de Segurança. Surpreendentes são as conclusões a que chegaram a respeito do velho revolucionário.

Menos alteração ainda dá o tal de Braz Taborda, codinome Dirceu. Esse cara não sabe porra nenhuma de subnitrato de nada. É aquele que o chefe recomendou conversa dura com ele porque o nome dele tinha pintado em dois depoimentos. Está lembrado? Pois agaranto que só pode ter sido mesmo de picardia, pra desgovernar o leme do inquérito. Ele entrou aqui pelo corredor polonês e um dia chegamos a esquecer ele no pau-de-arara, feito frango assado de porta de churrascaria que ninguém compra e que passa a noite no espeto. Até que era cabra esforçado no interrogatório, quer dizer encagaçado, aflito, assim feito quem quer facilitar o trabalho, e manso feito boi de canga. O que ele falou quando a gente botou ele na troça do detetor foi o mesmo que falou todo mordido de eletrodo e até cagando um sanguezinho. Sem mobral nenhum. Um pamonha. Acho que soltando o Filipe e o Dirceu na coletiva a gente vai maneirando. (*RB*, 193-194)

De modo que o leitor fica sabendo, ao fim de tudo, que o velho Dirceu, com mais de sessenta anos de idade, aguentou porrada, choque, pau-de-arara, detetor de mentira e soro da verdade, e conseguiu se fazer de bobo a ponto de convencer a polícia que era bobo de fato. Como Nando em *Quarup* e Laurinha em *Bar Don Juan*, Dirceu encerra o romance com uma nota de esperança e resistência que permanece. Não era a primeira vez que passava por aquilo, fora talvez endurecendo ao longo de uma vida de

marchas, combates, colunas, prisões e interrogatórios. Em certa medida a figura de Dirceu no final do romance faz pensar em algo escrito por um real participante da Coluna Prestes, no prefácio a suas memórias daqueles sucessos, evocando um de seus companheiros.

— Se sair com vida desta campanha e se me fôr dado voltar para a minha terra, a quem chorar as suas desventuras, perguntarei: — Você esteve na Coluna Prestes? / — Não senhor. / — Então, homem de Deus, você não sabe o que é sofrimento! — Assim disse o Major Vergílio numa das tais marchas forçadas. Andava êle com os pés feridos, envoltos em trapos, vencendo penosamente as léguas que estavam à sua frente. (Landucci, p. 7)

Dirceu talvez assinasse em baixo dessa fala, concordasse por inteiro com os sentimentos do Major Vergílio, e pensasse silenciosamente nisso quando estava nas unhas dos tortionários.

SEMPREVIVA. VASCO SOARES LANCEIRO, QUINHO, HERÓI DIMINUTIVO

Banido, exilado, distante do Brasil por cerca de dez anos, Vasco Soares Lanceiro abandonou capitais da Europa para retornar clandestino com ditadura militar e AI-5 ainda em plena vigência, antes de qualquer abertura, antes de qualquer perspectiva de anistia a presos e exilados, mas após a derrota e aniquilação das tentativas de resistência da esquerda armada. Seria inexato afirmar que ele é um personagem-guerrilheiro. Ao contrário de Nando, que vai se reunir no sertão aos que desejam enfrentar o regime; de João, que arregimenta um grupo para se reunir a Che Guevara na Bolívia; de Beto, Dirceu e os outros guerrilheiros-sequestradores, reunidos e organizados para desafiar os poder, Quinho, esse herói no diminutivo, é um lutador solitário, um infiltrado, uma espécie de agente secreto, cuja primeira motivação talvez não seja política ou ideológica, mas pessoal. Ele volta “para a prática da mais antiga justiça: vingadora” (S, 14), mas sua vingança pode ser amplificada e ganhar ressonância de justiça coletiva. Isso fica explicitado numa fala de Jupira Iriarte: “[...] sua idéia de [...] expor Claudemiro, vulgo Antero Varjão [...] à execução mundial, vale muito mais do que a simples detenção dele, e ele, acuado, fornecerá os nomes máximos. Meu pai sonha com uma Nuremberg que inclua os amos também, que...” (S, 27). — Note-se, de passagem, que os sonhos do pai de Jupira continuam irrealizados. A Comissão Nacional da Verdade, de 2014, cinquentenário do golpe, não passou nem perto de constituir “uma Nuremberg” em que fossem julgados os criminosos de guerra da ditadura.

Quinho é mais que um personagem-guerrilheiro, poderia ser analisado num viés psicológico ou psicanalítico ou mesmo erótico, mas nossa leitura vai se concentrar em sua atuação política e no substrato mítico em que o personagem é construído. Apesar de suas hesitações e obsessões, ele vai se transformar, levado pelas circunstâncias, num, digamos assim, guerrilheiro accidental, não nos chamados anos de chumbo, mas numa espécie de pequena guerra particular — não nos esqueçamos, guerrilha tem como primeiro sentido *pequena guerra, guerrinha* — contra os dois responsáveis pela tortura e morte de sua bem amada Lucinda, a noiva, também militante política, que lhe fora arrebatada grávida pela polícia durante uma sessão de cinema. O campo adversário está em parte nomeado por Jupira. Claudemiro Marques, delegado muito atuante na repressão, diante da nova conjuntura política, em que a esquerda armada já foi posta fora de combate, afasta-se dos centros urbanos e, sob a identidade de Antero Varjão, torna-se fazendeiro no Pantanal.⁵⁰ Deixou de torturar e assassinar *bandidos do terror*, como ele diria, passou a torturar e assassinar animais, onças, macacos, além de atuar no contrabando de peles e couros e no tráfico de drogas. O segundo responsável procurado por Quinho, Ari Knut, médico legista que colaborava ativamente com Marques nos porões e atestava morte accidental ou por confronto para os assassinados na tortura, assumira identidade que ele e seus aliados desconheciam. Suspeitavam fosse um dos empregados da fazenda de Varjão, talvez seu braço direito, Melquisedeque.

O campo aliado, que dá apoio a Quinho, tem duas frentes. Uma poderia ser chamada frente local e é constituída pelos Iriarte, família que atua nos dois lados da fronteira, na Bolívia e no Brasil, vive de contrabando e está acobertadamente ligada aos comunistas. Jupira Iriarte, seu pai, o velho Iriarte, e também o tio que vive em Puerto Suárez, Pepe Iriarte, além da filha, Herinha, mais uma Iriarte, constituem essa base de apoio sem a qual nenhum guerrilheiro pode agir. Esse seria “seu flanco Pepe-Iriarte” a

⁵⁰ O próprio Callado não escondia ter se inspirado no delegado Sérgio Paranhos Fleury para composição do delegado Claudemiro Marques, depois fazendeiro Antero Varjão. Sem querer misturar ou confundir a figura histórica com o personagem de ficção, parece-nos oportuno lembrar trecho da biografia de Fleury escrita por Percival de Souza, em que ele levanta possibilidade que também pode explicar a retirada de Claudemiro Marques para o Pantanal. O biógrafo está se referindo a tempos em que já está sendo desmontada a máquina repressiva da ditadura, desmonte iniciado no governo Geisel. “Nos últimos dias, Fleury sentia dificuldade em compreender o mundo em que vivia. A polícia, que moldou a sua personalidade, estava mudando lentamente. Os caçados, ao que tudo indicava, se transformariam em caçadores. Os militares que lhe davam cobertura, percorrendo os bastidores do Executivo (forçado a lhe dar cargos de destaque), do Legislativo (obediente à determinação de aprovar uma lei cujo destinatário principal era ele) e do Judiciário (usando fórmulas de coerção interna para amenizar a situação processual do mais ilustre dos réus), começavam a retirar-se de cena. / Ele pressentia não ter fôlego para suportar o que estava por vir. Talvez fosse o momento de retirar-se, viver longe da grande cidade que o projetou.” (Souza, p. 640-641) Se chegou a projetá-la, Fleury não teve tempo para fazer essa retirada.

partir do qual ele “poderia investir, à rédea solta e de lança em riste, contra La Pantanera” (S, 83). A um Quinho preocupado com o possível comprometimento de seus aliados pela mistura da atividade política clandestina com a prática do contrabando, capaz de atrair a polícia, o pai de Jupira tranquiliza, falando em nome de três gerações de Iriarte servidores da “sereníssima Senhora” (a revolução, ao que parece), demonstrando como a exposição descarada de uma atividade ilegal mas socialmente aceita tornava invisível a outra.

— Nós, os Iriarte, não achamos: *sabemos*, desde que passamos a vestir a libré da sereníssima Senhora, que é precisamente o contrário do que você teme. Ainda que odeiem e persigam o Partido as autoridades respeitam muito ele, do ponto de vista da moral e dos bons costumes, e como se dão conta, como todo mundo, de que somos contrabandistas — históricos, tradicionais e convictos — jamais abrigariam a suspeita de que somos comunistas. As duas ideologias, o contrabando e o comunismo, são incompatíveis, sobretudo quando o contrabando, e é esse o nosso caso, consiste em secos e molhados finos. (S, 85)

De modo que, valendo-se de uma visão conservadora da sociedade, puxada ao estereótipo e ao moralismo, que dissocia o Partido Comunista de atividades voltadas para o crime capitalista do lucro (ainda mais com o pecaminoso comércio de luxo), os Iriarte combatem pela “sereníssima Senhora” com armas econômicas do sistema que pretendem subverter. O próprio Quinho dá mostra de desconforto ao lançar um disfarçado “olhar moralista às prateleiras” carregadas de “fermentados e destilados de Europa e Eurásia, da oriental quinquilharia eletrônica nipônica, dos chocolates belgas, gordos de licor, e dos cigarros americanos” (S, 83). Como o crime de contrabando é atividade lesiva principalmente da máquina estatal coletora de impostos e taxas, que fica sem arrecadá-los, os Iriarte contam até com a simpatia dos consumidores, que preferem pagar menos e ter acesso às mercadorias. Já é um começo de subversão.

A segunda frente é indireta, constituída pela Anistia Internacional e pela *World Wildlife Foundation* (como se chamava à época o atual *World Wide Fund for Nature*), com quem Quinho se mantém em contato através de correspondência codificada com Liana, em Londres, e com essas organizações é que ele pretende garantir a repercussão internacional das denúncias contra Marques-Varjão e seu ainda não identificado comparsa, promover aquilo que Jupira chama “execração mundial”.

Note-se ainda que Callado retorna ao cenário de episódio importante de *Bar Don Juan*. É entre Corumbá e Puerto Suárez que João circula pela última vez, e é tentando alcançar a Bolívia que ele morre. Também ali acontece a morte de Mansinho. Mas neste romance o sentido é invertido. João queria deixar o Brasil, Quinho volta para o Brasil,

como retomando a guerra de João. Mas agora a guerra é diferente. Agora a conflagração político-ideológica se ampliou e inclui novos temas, a questão ecológica, a preservação da vida selvagem. São temas já incorporados na estratégia de Quinho, com sua vivência europeia, mas que vão ser motivo de desentendimento com sua aliada Jupira. Ao contar os horrores que viu, onças penduradas, semimortas, (e que, disfarçado, fotografou) em sua primeira visita à fazenda, na falsa qualidade de escritor e jornalista, ouviu dura reprimenda de Jupira.

— Quinho, você só viu isso, só caça, bicho, onça, jaguatirica? Eu gosto de bicho, como você sabe, você vê, mas no Brasil ainda tem muito mais gente sangrando e gemendo do que onça, muito mais criança agonizando de facada de pai bêbado do que jaguatirica esfolada e é até uma questão de... de respeito pelo Claudemiro, Jesus! pela grande maldade dele com os homens, rara, sabe, e tão natural nele, perigosa, ardendo nele, quase bonita, Deus me perdoe, não sei nem o que estou falando. Você não viu gente, Quinho, não teve a curiosidade de encontrar seres humanos, ou teoricamente humanos, além de Claudemiro, que você aliás estava certo de não ver, de não topar com ele nem pintado, Claudemiro que estava lá por acaso? (S, 51-52)

Ele responde tentando explicar como são os novos tempos. “— Escuta, Jupira, disse Quinho trêmulo, pálido, lá fora é mais fácil levantar dinheiro para fazer ecologia, proteger bicho, que para eles vale muito mais do que torturador, porque é muito mais raro do que torturador, na América Latina nem se fala.” (S, 53) É exatamente desse herói e guerreiro “trêmulo, pálido” que o narrador dirá “chegado de chofre a Tróia, precisava agora reescrever a *Ilíada*” (S, 31), associando-o a nada mais, nada menos que Aquiles, herói que também vai voltar a combater os troianos com o objetivo de matar Heitor para vingar Pátroclo. Disposto a enfrentar essa espécie de *dragão da maldade*, *maldade*, como diz Jupira, *rara, natural, quase bonita*, esse monstro encarnado em Marques-Varjão, o herói é visto pelos outros personagens um pouco como esse “Quinho trêmulo, pálido” diante de Jupira.

O primeiro a fazer um esboço de Quinho é Pepe Iriarte, ainda em Puerto Suárez, ao lhe dar instruções sobre como deve se portar na fronteira, entrando no Brasil.

Entre com um ar despreocupado, malandro, que sua pinta é bem brasileira, não podia ser mais, com esse tom morenito de pele, olho castanho, cabelo preto, metro e setenta, entre firme, rapaz, pise forte, a casa é sua. [...] A única coisa que você devia perder é esse ar meio nervoso, os, se me permite, trejeitos, feito isso de olhar a palma da mão esquerda e de passar de vez em quando o dedo pelo colarinho, feito quem usa gravata e sente pressão no pescoço. (S, 17)

A resposta de Quinho, dizendo que usava gravata até recentemente e não ia conseguir fugir ao tique, ao “trejeito”, dá bem a medida do grau de paranoia que ele ia cultivando

às vésperas do embate a que se propôs. Temia que os funcionários da alfândega pudessem imaginar

[...] que se eu usava gravata, como aliás meu pescoço branco também atesta, e se ninguém a usa em Corumbá, ou aqui, que eu venho de outras terras e portanto devia apresentar um passaporte de verdade, ou pelo menos um documento direito, com todos os selos e datas?... / — Qual o quê, tira isso do juízo que eu conheço todos os funcionários que estão hoje de serviço na barreira, um deles é até meu afilhado de batismo, moço ainda e já é influente na aduana. Não tem nada que ele goste menos — e os outros nem se fala — do que papel esquisito, Nações Unidas, bossa-nova, que eles têm de telefonar para saber se vale, se é aquilo mesmo. (S, 17-18)

Esse herói hesitante (“dobrou sua dose de Valium para subjugar a expectativa de visitar a fazenda”, S, 30) também vai causar impressão negativa ao inimigo, na primeira vez em que se encontram (contra a vontade de Quinho, que não queria vê-lo) na visita inaugural feita à fazenda. Basta acompanhar as impressões que o outro teve a respeito dele e de seu projeto de livro e que ficam consignadas pelo narrador.

Antero calculou que podia se desligar do papo do cara, que tinha toda a pinta de durar até o saco estourar, em frangalhos, porque gente era assim mesmo, só na porrada é que calava a boca [...]. (S, 36) Só querem falar e falar, os putos, pensava Claudemiro-Antero [...]. O jeito é a porrada que faz o cara cuspir dente da boca feito caroço de pinha, cuspir sangue e baba [...]. (S, 37) [...] Claudemiro-Antero não só não parecia suspeitar dele como, por alguma razão, mal lhe agüentava a presença. (S, 37-38) [...] Antero [...] bocejava, fazendo um evidente esforço, como quem espanta sono, para falar, com um trejeito vigoroso de cabeça. (S, 38)

Também Quinho, depois de se espantar diante das “mãos de Claudemiro-Antero que não tinha imaginado tão grandes” (S, 35-36) e de se sentir “varado de repente de dor pela indagação que se fazia diante das mãos prodigiosas: teriam elas próprias, fisicamente, com aqueles dedos grossos, de espatuladas unhas...” (S, 36), dá de si mesmo visão que o opõe, pequeno David, ao Golias que Marques-Varjão representa e que “estava longe de imaginar que o brasileirinho franzino, à sua frente, com hálito de hortelã e cânfora, de estreitos ombros e antigas ancestralidades tuberculosas” estivesse ligado a organismos internacionais capazes de constranger o antigo delegado “diante da hecatombe de couros e peles que exportava, freqüentemente com cocaína obturando os dentes das cabeças de onça” (S, 38, vale para a anterior). O próprio Quinho vai se identificar com o pequeno pastor hebreu em outra passagem, olhando-se ao espelho no hotel onde está hospedado: “imaginou que assim David sem dúvida contemplara os próprios cachos enquanto, depois de uma chuva de chuva na manhã da luta, punha-se a inspecionar, sem sequer pensar em Golias, a funda com que o mataria” (S, 98). Há que

ser lembrada também a descrição que Jupira faz dele, depois de se tornarem amantes, a partir do comportamento de sofredor impedido de consumir o prazer por causa da memória da noiva perdida mas sempre presente. Jupira sabe de pelo menos outra mulher, a inglesa Liana, na vida dele, e de quem ele nunca fala “a não ser de passagem, o discreto, songa-monga, dissimulado” (S, 69). Esses dois adjetivos e um substantivo que a amante usa para descrevê-lo podem levar o leitor a pensar em outro herói da guerra de Troia, e a *Ilíada* pode ser reescrita de outra perspectiva. De acordo com Jupira ele estaria, ao mostrar-se “discreto, songa-monga, dissimulado” mais próximo do astuto Odisseu que de Aquiles, o guerreiro poderoso que enfrenta de peito aberto seu inimigo Heitor. O próprio Quinho mostra ter consciência dessa condição.

A atividade que Quinho se atribuía [...] não era mais, como pudera supor antes, a de combater o inimigo, medir forças com ele, deixando ao capricho das armas, o resultado: ele era o astuto mensageiro das forças que, partidas do fundo da terra, cavam o chão por baixo dos transgressores, era o agente sutil da danação do Onceiro. (S, 34-35)

Até o mais tradicional adjetivo associado ao Odisseu, ou Ulisses, como queiram, *astuto*, aparece na qualificação de Quinho.

Na segunda visita à fazenda, onde agora tem passe livre, autorizado que foi por Antero Varjão, Quinho vai acumular novos conhecimentos, na condição de guerreiro que procura se informar ao máximo sobre o inimigo para melhor combatê-lo. Verá o quadro crudelíssimo do bezerro — “que o mirava terno, quase perplexo”, (S, 89) — banhado por Lino Mano com sangue de onça para treinamento dos cães.

Molhando as pontas dos dedos na cuia de sangue, Lino [...] borrifou a matilha no canil ainda trancado [...] e depois soltou os cães que [...] vararam o terreno [...] se atropelando na carreira, saltando um por cima do outro, ao mesmo tempo, e afinal, de cambulhada, derrubaram estaca e bicho amarrado, cravaram os dentes no bezerro untado de onça, afogaram as bocarras nele, no peito, no pescoço, na cara, no ventre. (S, 90)

Também ficou sabendo, por Edmundo Errázuriz, conhecido na fazenda como Edmundo Sem Fundo, algo de que ele e os Iriarte já desconfiavam: o antigo delegado transformado em fazendeiro não estava ausente por completo de suas atividades como agente da repressão. Agora que não atuava mais no Brasil, colaborava com outras ditaduras e esquadrões da morte: “graças aos depósitos vivos que nela eram feitos por países vizinhos, crescia o prestígio da Onça como La Pantanera, entre bolivianos, argentinos, uruguaios e chilenos” (S, 104). Este é um momento em que o romance parece evocar a chamada Operação Condor. Edmundo era um preso político argentino

que escapou da morte por saber curtir couros de gado, foi posto a trabalhar no curtume. Contou a Quinho que, no interior da senzala, estavam sepultadas duas outras militantes, pelo menos uma delas assassinada pelo próprio Varjão.

O cemitério é aí mesmo, só que nele os mortos se enterram, cada um se serve, cemitério-bandeirão, [...] se enterram feito Corina Hernández, e me garantem que a tal Violeta Linares também, mas essa não vi, não conheci [...]. Corina Hernández eu sei onde é que está porque me fizeram jogar terra em cima dela. O Onceiro mandou a coitada abrir a cova dela mesma e ela obedeceu, como eu lhe disse, mas quererem que ela se cobrisse de terra depois de morta era demais, não? (S, 96)

A morte horrível do bezerro destroçado pelos cães só serviu, por enquanto, para reforçar o asco de Quinho pela fazenda Onça Sem Roupa ou La Pantanera, lugar que ele chamava “reino dos mortos” (S, 86), mas a informação sobre as mulheres enterradas na senzala seria útil para a exposição pública do Onceiro. Só era preciso provar, e isso cabia a ele, que elas de fato estavam lá.

Enquanto Quinho procura saber mais sobre o inimigo para atacá-lo em melhores condições, também o inimigo vai mudar sua atitude de desprezo e indiferença para com o forasteiro, ao observar algo que lhe provocará não o medo ou a desconfiança, mas o ciúme. Ao chegar ao escritório da fazenda, na cidade, de onde Quinho saía depois de se encontrar com Melquisedeque sem descobrir nada que o ligasse à figura de Ari Knut, Marques-Varjão, sem ser percebido (a não ser pelo inquieto macaco da menina), assiste a encontro do suposto “sociólogo, putólogo, merdólogo” com “o viado do macaco Putuna ou Babacuna ou Olhodocuna que o pariu, e atrás do macaco da mochila a menina da Jupira, a Herinha” (S, 107). O leitor vai acompanhar as reações do Onceiro no registro característico de seu monólogo interior, um amontoado de chulices e tabuísmos misturados aos seus instintos de perversidade diabólica.

[...] eu hem, que intimidade, como se abraçam, Herinha, macaquinho, putinho, a surubinha na via pública. Intimidade? Intimidade? Que puta suspeita é essa, saindo do meu peito feito uma golfada de sangue preto jorrando da boca dum puto que acabou de levantar da água com merda a merda da cabeça dele que a gente enfiou lá dentro até o puto engasgar e desmaiar? E olha que é isso mesmo que ainda vou fazer com esse puto deste Vasquinho que começou a me torrar o saco e palavra que se eu tivesse aqui a Ina não sobrava chifre desse puto nem rabo de macaco nem bucetinha de menininha de olho bobo que eu estraçalhava eles e mais gente que pintasse na porra da calçada, da rua, da praça e da puta que pariu este mundo cheio de gente, gente e mais gente. Intimidade, intimidade. (S, 107-108)

Depois de observá-los por algum tempo, Marques-Varjão surge diante deles materializando-se do nada, como consta que faz o demônio. Cumprimenta a todos,

pergunta irônico se Quinho está entrevistando a menina ou o macaco para seu livro sobre o Pantanal, diz a Herinha que diga à mãe dela que em breve lhe fará uma visita. Quinho nota “os olhos duros de inimizade [...] como se fossem olhos novos, outros globos, meio vidrados de fúria e não mais de desdém e tédio” (S, 111). Depois que o Onceiro vai embora e o macaco volta a ficar sossegado, Herinha comenta: “— Só você, hem Pixuna, é que sentiu que ele vinha, não foi?” (S, 112). Mas isso não livraria o macaco de ser a primeira vítima naquela guerra.

Quinho era, para Marques-Varjão, até aquele encontro, apenas desagradável como quase todo o resto da humanidade, composta do que ele chamava “bundas-sujas”, mas ganhou novo estatuto quando o antigo delegado intuiu que havia uma ligação entre ele e Jupira. Ora, entre a pequena parcela da humanidade que lhe merecia alguma consideração estavam o velho Iriarte, por ser pai dela, e a própria Jupira, a única mulher que lhe interessava, com quem ele gostaria de viver. Jupira havia se deitado com ele uma vez, para poder examinar a minúscula cicatriz da operação plástica que removera uma grande cicatriz identificadora no pescoço de Varjão e assim comprovar, com certeza, a identidade do fazendeiro, para informar os organismos internacionais. Esse episódio ela escondeu de Quinho que, por isso, não sabia do interesse do Onceiro por ela. Agora Quinho tornara-se um inimigo, merecia ser morto. Parado dentro da camioneta, vigiando a casa de Jupira, na esperança de que ela o recebesse de novo, lhe desse a resposta que um dia prometera,

[...] viu que da casa saía o tal do Quinho, olhando em frente sem ver, [...] chegando na beirada da calçada e estendendo o pé para a rua e para a morte. Foi isso que Claudemiro bolou logo, engrenando pra valer e acelerando tanto que o putro do Quinho só teve mesmo tempo de recuar pra calçada pra escapar da camioneta que raspou o meio-fio. Ah, por pouco Claudemiro não meteu uma ré ali pra subir na calçada e espremer o babaca velha entre o pára-choque e o muro, [...] mas era besteira dar o vexame ali [...] bem na porta da casa de Jupira. O putro tinha recebido o aviso, [...] tinha manjado ele no volante, [...] sabia que a coisa agora era pra valer, [...] ou bem o babaca ia embora [...] ou alguém em breve ia catar os cacos dele no pedrame duma rua de Corumbá, embolado no chão feito um cobertor ensopado de sangue, esperando o caminhão do lixo. (S, 144)

A cena, que é uma declaração de estado de beligerância, é oferecida mais de uma vez, por mais de um ângulo, ao leitor. Declarada por Marques-Varjão, a comunicação, para que não fiquem dúvidas, é recebida pelo ameaçado.

Afastando-se do portão [...], Quinho, que ia atravessar a rua, mal teve tempo de repor na calçada o pé, para que não fosse amputado pela roda da camioneta de Claudemiro, ou para que, com um estalo de bambu, não se quebrasse sua canela contra o meio-fio. / Ele tinha visto, uma fração de

segundo antes de recolher o pé, Claudemiro, como se ajustasse a alça de mira de um fuzil para matá-lo, ajustando, para seu disparo de velocidade, o volante da camioneta com as mãos imensas, que teriam elas próprias vedado um dia o sopro de vida de Lucinda. (S, 150)

Adequada síntese da mudança que acaba de ocorrer na situação dos dois adversários é feita por Pepe Iriarte enquanto dispõe, junto com o irmão, as iguarias importadas que serão servidas na festa do clube para autoridades e convidados: “— Acho que a calmaria acabou” (S, 161).

A festa no clube, o churrasco, seria também, Quinho acreditava, a hora do “confronto [...] com o novo Claudemiro” (S, 165). Preparando-se, nem ousava pensar no trisavô, lanceiro, voluntário da pátria na guerra do Paraguai, “mas invocava heróis de sua predileção, antigos e distantes” como Siegfried ou Aquiles, “só que os tornava, quase sem querer, cautelosos como ele próprio, esfregando a garganta, preocupados com seus pontos fracos” (S, 166). Mas é a outro herói antigo que ele invoca quase como se estivesse se encomendando à sua proteção.

Só via na sua frente a furiosa tristeza, a melancolia assassina do Onceiro, e a si mesmo prometia que, durante o churrasco, isento, sóbrio, sem tomar um gole que fosse, só beberia, como David, da sua própria coragem, sonhando a funda, lapidando, como se fosse o mais raro dos diamantes, a pedra, afiando-a em cada aresta, tirando uma língua de fogo de cada plano, até que ao rasgar os ares, na hora de abater a besta-fera, o calhau feito jóia já contivesse em si a morte do Onceiro. (S, 167)

Mas isso é apenas o que o herói hesitante imagina para se encorajar. Ele não há de, simples e estritamente, cumprir seu programa, deixando de ser “o cavaleiro da irresolução, o involuntário da pátria” (S, 116).

Na manhã do dia da festa, Marques-Varjão acorda tomado pela lembrança “de um sonho da caceta” (S, 168) que lhe pareceu a visão de um diabólico paraíso: ele e Jupira juntos apreciavam a destruição geral da humanidade, transformada em fumegantes troncos carbonizados, espalhando no ar um cheiro de carne queimada. Vestiu-se para a guerra, “arreiado, selado, encilhado de couros e aços, revólver, rifle, machete, ele mesmo se achando um tanto espantoso e meio até de fazer rir”, querendo, desejando que alguém se atrevesse a fazer isso porque “depois daquele sonho, não tomava nem café da manhã sem pelo menos a satisfação [...] de parar uma boca de comer [...] ou um cu de jamais cagar de novo, e que não fosse, de preferência, simplesmente boca ou cu de bicho” (S, 169, vale para a anterior). Para satisfazer essa ânsia por morte ele, primeiro vai sangrar uma onça, deixar o sangue pingando no tacho, se acumulando, depois vai cortar o pescoço de Edmundo Sem Fundo, após saber que ele

andou conversando com Quinho, numa antecipação, um antegozo da morte do próprio Quinho pelo crime de se aproximar de Jupira. A preparação para a guerra continua após Marques-Varjão atender ao pedido de seus capangas para que saíssem numa grande caçada. Iam passar pelo churrasco no clube já a caminho da mata. Nesse cenário teremos novas imagens dos dois adversários, que expõe o contraste acentuado entre as figuras. Primeiro, Claudemiro e seu bando, entrando em cena com alarido e fanfarras.

O Onceiro invadiu o campo do churrasco a cavalo e a galope, seguido da mesnada dos de espingarda, dos de lança-zagaia, dos sopradores de buzina de caça e da matilha dos onceiros que uivavam e ganiam retesando no pulso dos tratadores e cachorreiros a correia das trelas. (S, 179)

Em seguida Quinho, já no cenário, o mesmo que em seus propósitos e resoluções havia estabelecido ficar “isento, sóbrio, sem tomar um gole que fosse” e preparar a pedra fatal que ia derrubar o gigante invencível.

Sem nem enxergar o caminho direito, Quinho, só, andando meio duro feito um cego cachaceiro, confiante no faro e no cheiro, chegou ao grande bar [...] meio escondido mas com boa vista do picadeiro. [...] / Embora se pusesse logo a beber com deliberação e firmeza, não bebia apenas [...] para escalar [...] o rio ancestral, e lá, na fonte, beber em goles fundos a coragem que nele durava tão pouco [...]: bebia para afastar o trivial e, contra o fundo da cavallhada [...] investigar a idéia que acabava de assaltá-lo, ligada [...] à funda bíblica, com a pedra que ele, Quinho, lapidara feito uma jóia e que agora lhe parecia ser tão pouco, transformada, na melhor das hipóteses, de projétil em anel enfiado no dedo. (S, 179-180)

A representação pictórica, ou tão pictórica quanto é possível ser com palavras, talvez ainda mais que pictórica porque, ao contrário da pintura, estática, é capaz de sugerir imagens em movimento, do cavaleiro Marques-Varjão, continua a ser desdobrada diante do leitor.

A estátua equestre atravessou, escura, o gramado verde, e Lino Mano, [...] churrasqueiro [...], estendeu na ponta do chuço carne a Claudemiro, que a mastigou enchendo a boca e deixando escorrer sangue pelas comissuras dos lábios [...]. / Atirada a carne que lhe restava ao fila Molambo, que se postava ao seu lado, atento, para lambê-los na queda, aos pingos de sangue que caíam das mãos do dono [...]. (S, 182)

Diminuído contra a figura agigantada do outro, Quinho “[d]evia se conceber assim, caçado, encurralado, onça em cima do pé de pau, cercada, no chão, pela ululante coroa de cães, onça na enchente, na ilha rodeada de cavaleiros por todos os lados, cada um com sua zagaia” (S, 181), quando viu Jupira se aproximar e o Onceiro, sempre sobre o cavalo, dizer-lhe algo que a deixou, pareceu-lhe, “perplexa” (S, 182). Quinho não sabe, mas Marques-Varjão acaba de lhe fazer uma ameaça velada. “— Eu primeiro vou caçar

mas quando voltar quero ter uma conversa com você e até lá só peço a você que tenha cuidado porque eu sei, me ensinaram, que tem gente que só sofre por causa dos outros, com o sofrimentos dos outros.” (S, 185) Ela sabe que a ameaça atinge Quinho, e vai procurá-lo no hotel, mas ele já saiu para sua parte na guerra. Está preocupada também com Herinha, que anda triste, desconsolada, com o desaparecimento do macaco. Não há mais nada velado, a não ser a identidade de Ari Knut. Os adversários estão alinhados para a guerra. O grande inimigo já fez suas ameaças e iniciou hostilidades. O pequeno guerreiro, o guerrilheiro involuntário, também terá de entrar em ação.

Sabendo a fazenda esvaziada de sua população, toda ela envolvida na caçada, Quinho parte para o ataque, não como Aquiles, desafiando Heitor diante dos portões de Troia, mas como Ulisses, infiltrando-se clandestinamente na cidadela — para reunir provas contra seu inimigo. Assim que entra na senzala, vê, num canto, amontoadas, roupas de duas mulheres, e nota também montículos de terra sob os quais repousavam as donas das roupas.

[...] Quinho gradava, alisava a terra para fazer aflorar, sem dano maior, como um tubérculo, a carniça das que haviam sido Violeta, Corina, e depois fixar-lhes o que sobrasse da cara à luz dos flashes que criavam um dia lívido entre ferragens, gargalheiras, correntes de suplícios para sempre olvidados.
(S, 193)

Cobre de terra outra vez as mortas, junta as roupas num fardo para levar consigo, e ainda esbarra no escuro com outro horror, o cadáver de Edmundo Sem Fundo, pendente de uma trave do teto, enforcado depois de sangrado no pescoço. Contava sair dali com as provas e sem ser percebido, num lance que Odisseu aplaudiria, quando sente “os cabelos se eriçando nos braços, no peito, na cabeça” com a aproximação da cavalhada, ao ouvir “patas, berrantes, trompas, esturros, miados” (S, 194). Mas como ninguém contava com um *cavalo de Troia* instalado na fazenda, Quinho manteve-se escondido na senzala.

Após trancar os cães, os únicos ainda dispostos e excitados diante das três onças apanhadas vivas, os cavaleiros tomaram as providências mais imediatas antes de caírem, exaustos e cheios de cachaça, em qualquer canto do pátio para entrar em sono profundo. Mas o chefe do bando não pode dormir antes de protagonizar mais uma cena de horror. “Claudemiro [...] lembrou de repente [...] Jupira, e, num assomo de ódio, foi até Jurupixuna no seu pau-de-arara, cuspiu na cara do macaquinho morto” (S, 196), depois urinou em cima dos que dormiam no pátio, antes de se enfiar numa rede, no alpendre, e apagar também.

É a hora em que o guerrilheiro, surpreendendo indefeso o inimigo, terá oportunidade de atacar. E a decisão do ataque, afastando qualquer vacilo, qualquer assomo de covardia, pode ter sido tomada diante daquele horror, resultado de maldade pura, gratuita, sem qualquer sentido concebível, sem qualquer propósito útil. Saindo “da senzala para um terreiro onde [...] só os cães pareciam vivos”, Quinho avistou o círculo de macacos mortos e, no centro, “o mais pequeno, isolado, visível entre todos [...] pelo embornal que trazia ainda a tiracolo: Jurupixuna, um galho novo e roliço a vará-lo do cu ao gogó” (S, 196-197). Depois de recolher o embornal e cobrir de folhas verdes o pequeno corpo, David estava pronto para enfrentar Golias e usando, como deve fazer um guerrilheiro, arma (o sangue da onça “sangrada pelo próprio Claudemiro”) recuperada, no dizer dos angolanos, ao inimigo. Para isso utiliza conhecimento adquirido ali mesmo, naquele “reino dos mortos”.

Em seguida, pronto para partir, Quinho largou por um instante o embornal de Jurupixuna e a trouxa das roupas de Corina e Violeta, retirou, no chão, debaixo da onça preta, sangrada pelo próprio Claudemiro, o tacho de cobre que lhe aparava o sangue, ainda gotejante, em grossos pingos, atravessou, com o tacho, e com cuidado para não entornar o sangue, o terreiro até a rede de Claudemiro, e começou a regar, com o sangue morno do gato preto, o Onceiro e sua rede, [...] até ficar o Onceiro como ficavam, na fazenda, para treinar onceiros, os bezerros-isca, Quinho pegou de novo, para ir embora, trouxa de roupa e embornal. (S, 197)

Cumprida a tarefa, executada a vingança, completada a gesta, pouco resta ao herói para fazer. A primeira coisa é procurar Jupira e declarar seu feito.

— Está morto Claudemiro Marques. Morreu. Não toquei nele, juro, nem fiz nada, mas ele morreu, e ninguém vai saber direito de que jeito foi, eu te afianço, porque tem muita gente que morre feito ele, por aí afora, quer dizer meio de acidente, meio de morte mesmo, o sujeito sozinho, não é verdade, e quando a gente vai espiar: morto, liquidado, aniquilado. (S, 200) ⁵¹

Também lhe caberá dar a triste notícia sobre Jurupixuna, com a qual o herói confirma o que afastou qualquer vacilação e lhe fortaleceu o braço: “— Eu devia essa morte a Herinha também, e juro que alguma dúvida, se ainda existisse em mim, teria se

⁵¹ A morte do delegado Fleury, embora não guarde nenhuma semelhança com a morte de Marques-Varjão, também deixou uma aura de mistério. “Esse homem [...] morreu afogado ao cair de um barco no início da madrugada de 1º de maio de 1979, em Ilhabela, no litoral norte de São Paulo [...]. Tinha 44 anos de idade. Era alto, forte, sabia nadar. ‘Quem matou?’, perguntavam-se os policiais, amigos, admiradores e inimigos naquele feriado do Dia do Trabalho.” (Souza, p. 15) “Não conseguiu proferir as últimas palavras quando caiu no mar, de pé. Não deu nenhum grito. Apenas afundou. / [...] / Entre a queda, a retirada do mar e a luta pela vida não se passaram mais do que quinze minutos. / [...] / O fim chegou naquele começo de madrugada [...]. Congestão? Traumatismo craniano? Afogamento? Infarto? / Fleury estava morto. Sem respostas.” (Souza, p. 641) Ao contrário de Marques-Varjão, nenhum legista apurou sua causa mortis: “o delegado-geral Celso Telles, ex-chefe do Serviço Secreto do Dops, proibiu que o corpo fosse submetido a necropsia [*sic*], o procedimento médico legal para definição oficial da causa da morte” (Souza, p. 15).

dissipado quando pensei em Herinha” (S, 201). Ainda será possível que ele ouça o eco do seu feito espalhando-se em meio aos que tinham ouvido a algazarra dos caçadores regressando, às “caras do povo de sempre, sem coragem de falar alto mas dando tudo para perguntar se tanto sangue assim podia secar antes que alguém prestasse contas” (S, 192), os mesmos que começam a espalhar pela madrugada por muitas bocas, a resposta a essa pergunta, pela boca do leiteiro, por exemplo, contando a Jupira o que se estava passando: “o Onceiro Antero Varjão tanto fez, tanta artimanha, maltratou de tantas formas o Senhor e sua criação que os bichos se revoltaram, saíram do Pantanal, estão a caminho. [...] Uma onça comeu ele, o Onceiro” (S, 210). O velho Iriarte identifica o fenômeno da transformação do feito em mito quando se recusa a ouvir da filha o que ela soube através de Quinho.

— Está tudo apurado pelo povo, minha filha, e você sabe de quem é a voz do povo, quando fala assim, segura e forte, [...] o finado Antero [...] se foi desta para melhor, em barriga de suçuarana, como me disse o Salcedo. [...] Nem que eu quisesse — e longe de mim querer tal sacrilégio — não ia conseguir mudar, alterar, tirar nem pôr nada nesse mito variado, frondoso, que estamos vendo quando ele mal saiu da oficina onde se forjam todos eles, desde que o mundo é mundo, perfeito e acabado [...] e que os homens futuros vão ouvir, pode escrever, pode tomar nota. (S, 213-214)

Estabelecido o mito imperecível, só restava ao herói morrer, já que não havia decifrado a outra metade do mistério, o destino de Ari Knut, e este provará ser ainda mais astuto que o herói, estabelecendo, como legista, a verdadeira causa da morte do Onceiro, e apontando o responsável por essa morte, sobre quem sabia, desde a chegada a Corumbá, identidade e propósitos. O povo pode imaginar suas desforras e mitos, mas os poderosos continuam a cuidar para que nada ameace seu vitorioso e permanente, acreditam eles sempre, lugar de domínio. Ari Knut sai das sombras para garantir o reequilíbrio dessa situação. Para confrontá-lo surgirá a segunda guerrilheira involuntária do romance, Herinha Iriarte, figura ímpar, singular, entre tantos personagens de Antônio Callado.

Também era preciso que o herói morresse para se reunir como sombra à sombra de Lucinda, no Hades, destino de Aquiles e de outros heróis mitológicos. Quando recebe a coronhada mortal desferida por Dianuel, ao final do romance, que também lhe enfia um capuz preto,

[...] impunha-lhe, num cone de escuro pano, a escuridão do cinema, onde Quinho ainda teve tempo de ver o copo que afinal se estilhaçava no chão. E desta vez ele guardou para sempre, na sua, sem soltá-la, a mão de Lucinda, e guardou ela própria, toda ela, Lucinda perene, perpétua, imortal, sempreviva. (S, 289)

Acompanhemos, para terminar a análise dos romances de Callado, como Herinha vai desempatar esse jogo, perturbando de novo o equilíbrio do poder.

SEMPREVIVA. HERINHA IRIARTE, MIÚDA HEROÍNA COM NOME DE DEUSA

Herinha Iriarte é uma personagem tão singular entre as figuras desta tetralogia de romances políticos (e mais que políticos) que merece destaque do autor e da pesquisadora crítica. O autor, em entrevista à pesquisadora, vai se referir a essa assinalada singularidade.

Aliás, quanto às personagens, há uma coisa curiosa. Eu, aliás, não gosto de afetar essa coisa de escritor, quando lhe perguntam sobre seus livros e ele diz: “Não sei, quando estou escrevendo, fico possuído...” Não gosto nada disso, mas a Herinha é um caso muito estranho. Aquela menina me surpreendeu. Era um menino, mas depois virou menina e eu me convenci que dava mais certo. A sensibilidade, aquele negócio do macaquinho... eu não sei... o surgimento dela no livro... sabe... não estava nem nos meus planos. Não estava decididamente nos meus planos. Ela surgiu... (Leite, p. 265)

A própria pesquisadora, Lígia Chiappini, vai assinalar várias das estranhezas (ou estranhamentos) que fazem parte da construção da personagem, e vai lembrar seu nome de deusa grega, das mais importantes e poderosas, irmã e esposa de Zeus, que com ele divide o governo do Olimpo, o que em alguma medida também coloca Herinha na possibilidade de leitura mitológica do romance.

Desfilam no romance plantas malévolas e plantas benévolas; animais selvagens e aves inofensivas; serpentes e macacos, símbolos de força interior, de resistência e de eternidade e, ao mesmo tempo, da traição e da morte. E, associada intimamente a esses bichos e essas plantas, uma curiosa personagem que vai ser agente indireto da morte de Knut, Herinha, a menina que conversa com serpentes, macaco, árvores e pássaros e que chama sugestivamente de pai ao quintal. Hera, também nome de planta, verde, rastejante, símbolo de fidelidade, ou nome de deusa, mulher de Zeus que tem um filho serpente. Sua cobra, Joselina, teria matado Knut? (Leite, p. 218-219)

Essa é uma das perguntas que tentaremos responder traçando o perfil da menina.

Jupira, recordando, é quem nos dá notícias de Herinha anteriores à chegada de Quinho. Lembra a morte do pai da menina na “noite já longínqua em que, prenhe de Herinha [...] soubera [...] da fuga do chefe da nação e da morte do noivo” (*S*, 61-62), “morte que ela sofrera a distância, em estado de mudez, sem se manifestar, sem se apresentar, nem como viúva nem como nada, o ventre cheio de Herinha mas o restante dela vazio” (*S*, 47). Herinha era órfã de pai por causa da ditadura, assim como Quinho

era viúvo pela mesma razão. Essa circunstância pode ser vista como marca do maravilhoso que sempre está presente na concepção do herói, da heroína, no caso. Não tendo conhecido o pai, Herinha escolheu um pai, adotou um pai para si mesma.

A mãe tinha lhe contado, uma atrás da outra, histórias do pai dela, Herinha, histórias que, sem dizer nada, com a maior delicadeza, a menina deixava entrar por um ouvido e sair pelo outro [...]. / Pai, paizinho, era o fundo do quintal a todas as horas do dia, com sol ou com chuva, e de noite também, com lua ou com vento, quando acontecia ela acordar e ouvir as árvores discutindo não sei o que e balançando a cabeça, nenhuma acreditando muito no que as outras diziam, ou pelo menos desconfiando, e era mais paizinho ainda de manhã cedo, com Joselina tocando o chocalho da cauda e Verdurino, com aquele bico mágico que só ele mesmo tinha, catando o sol lá do fundo do horizonte, enquanto o convencido do galo, todo ancho, catava minhocas na terra. (S, 125-126)

Há ainda a história do lacrau, que picou Herinha ainda muito pequena, quando estava junto com a mãe na cabana de um posseiro amigo, aonde Jupira “se escondera na esperança de ver o noivo, que ainda não conhecia a filha” (S, 175). Há, nesta passagem, uma contradição. Se o noivo de Jupira, pai de Herinha, fora morto quando ela ainda estava no ventre da mãe, como Jupira esperava encontrar ali o noivo e apresentar-lhe a filha? Mas isso é o de menos. Na história do lacrau importa a espécie de pacto que Jupira faz com o Mal, “assim mesmo, com M grande, pois assim a palavra tinha aparecido escrita na sua imaginação” (S, 47), deitando-se nua no chão da choça, rezando fervorosamente às forças das trevas, para atrair o bicho peçonhento que feriu a menina. O lacrau aparece, inocula seu veneno também em Jupira, é morto, identificado, e o médico pode aplicar o soro exato que vai salvar Herinha. Esse é o primeiro pacto. O outro é o da noite que ela passa com Marques-Varjão, para confirmar-lhe a identidade. Embora o romance possa ser lido num registro realista, há uma permanente ambiguidade, uma zona de sombra, um mundo subterrâneo que aparece (ou desaparece) escondido nos interstícios da narração.⁵² Herinha, com seus bichos, de quem ela é uma espécie de mãe adotiva, embora seja uma terna e pacífica menina de grandes olhos cor de mel, que mais ouve do que fala (pelo menos com gente), parece se mover entre esses dois planos da narrativa, a princípio com a ingenuidade infantil, depois transformada, com a determinação e a agudeza da única criatura poderosa o bastante para deter a

⁵² Num diálogo com Jupira a respeito de Lucinda e de sua presença na vida dele, Quinho vai dizer algo que afirma e contradiz o registro realista do romance. “— É evidente que não existem súcubas, mas, parodiando o espanhol das bruxas, elas agem, as súcubas, lá isto agem, e num caso como, especificamente, o meu, fui fulminado, no cinema, como me sugeriu, afinal, um padre — digo afinal porque você há de imaginar como tenho consultado analistas, médicos, xamãs — pelo anátema do desterro para a desolada região teológica da Invencível Ignorância, dos que ficam para sempre sentados no escuro.” (S, 70)

marcha da desordem que ameaçava toda sua família, a humana e a adotiva, esta última já alcançada pelo Mal, que fez uma vítima antes que ela estivesse preparada para reagir, para defender.

Nada disso será visto ou percebido pelos adultos do romance, os da família, que a princípio se divertem com as estranhezas da menina e depois passam a ficar preocupados com o futuro dela, e da vizinhança, que se oferece para como que velar a aparente fragilidade da menina. As reflexões de Jupira dão bem a medida desse modo de olhar para Herinha.

Ternura? Ou sentimento muito mais difícil de receber nome, mais elementar, tão intenso e copioso que se nutria da capacidade de concentração de Herinha, e a enfraquecia, levando Herinha a se fixar num aspecto isolado, um só, talvez o primeiro que percebia, amorosa, de qualquer conjunto: por exemplo, das quatro operações tinha aprendido, sem quase lhe ensinarem, a conta de subtrair, com total incompreensão da soma e positiva irritação de transformar adições, já de si inqualificáveis, na vertigem da multiplicação. Fenômenos assim, que eram a princípio o divertimento, quase a alegria de Jupira e do velho Iriarte, por renunciarem um toque incomum, uma originalidade na formação mental da menina, nas ojerizas e afetos da sua exploração do mundo racionalizado, passaram, devido à sua cristalização e endurecimento, a preocupar [...] auguravam uma futura dificuldade de viver. / Quase insensivelmente entre os vizinhos, um pouco pela cidade em geral, Herinha se transformava numa criança que, sem deixar de ser amada, suscitava nas pessoas aquele fácil orgulho de achar que protegem alguém, que usam, em relação a alguém, o tolerante amor que dedicamos, quando nos consideramos bons e sensíveis, aos que dele, segundo nossas luzes, carecem. Herinha estava criando — com o macaquinho empoleirado no ombro, os passeios com Verdurino na caixa de chapéu, a intimidade com Joselina — uma fama, um perfil que, talvez não anunciassem nada de bom para os dias a vir [...]. (S, 131-132)

Quando Quinho chega a Corumbá e vai pela primeira vez à casa dos Iriarte, vê surgir “a menina com o macaco no ombro e a gaiola na mão, o macaco com um vago ar de excursionista, devido ao embornal, à mochila que carregava a tiracolo e que a menina Hera, de uns dez anos, apresentou a Quinho: / — Aqui, Jurupixuna.” (S, 27) Conhece ainda “Verdurino, o sabiá-laranjeira, intenso, exibicionista, que cantava em torrentes, [...] um baita sabiá de costas morenas e papo bruno-róseo, sabiá destaque de desfile, porta-estandarte”. Ainda ficava por conhecer um dos animais que compunham a trindade inseparável de amigos da menina. “— Agora só falta apresentar Joselina, disse Jupira. Onde está a cascavel?” (S, 28, vale para a anterior.) Mesmo embasbacado diante do sabiá, o recém-chegado prestou grande atenção à menina que acabara de conhecer e que o fez lembrar outra criança. “Quinho reparou, mirando com enlevo Herinha, [...] que os olhos dela, de um castanho líquido e luminoso, eram grandes, lindos, um claro

mel” e também que “Herinha teria talvez a mesma idade da criança de mármore que tinha ficado emparedada no ventre de Lucinda” (S, 28-29).

No quadro da normalidade cotidiana Jupira, antes de se recolher, conferia “os três sonos” no quarto de Herinha. Só a cascavel Joselina não dormia ali, mas na gaiola, junto às outras gaiolas, no fundo do quintal, no *pai*. “Estavam em marcha os três sonos, na gradação cromática habitual, do ressonar leve de Herinha ao respirar quase inaudível de Jurupixuna, e, ao menos para ouvidos humanos, ao silêncio do repouso de Verdurino [...]” (S, 60) Em breve esse quadro será definitivamente alterado.

Acompanhando Herinha, Quinho irá à casa de um amigo da família Iriarte. “Pequeno, sólido e calvo, em mangas de camisa e, feito um simples dono de casa que ama seu jardim, ostentando manchas de terra nas mãos, nos joelhos das calças, Juvenal Palhano usava pincenê, como Zola, Machado e Olavo Bilac.” (S, 76-77) Tem uma carta a lhe entregar, de um naturalista suíço, com quem Palhano se corresponde. Associando-o à figura de “seu finado Tio Lulu, pobre, cachaceiro, que só discutia com calor o preço do alpiste e dos canários da terra” (S, 76), Quinho logo simpatizou com o estudioso de pássaros e de plantas carnívoras. Herinha viera justamente trazer, na caixa de chapéu com buracos para respiradouro, onde era de costume transportado, o sabiá Verdurino para passar uns dias no viveiro do Tio Juvenal, como lhe chamava a menina.

Também na companhia de Herinha, e do macaco Jurupixuna, Quinho será surpreendido por Marques-Varjão, que assim percebe a ligação entre ele e os Iriarte, e iniciam-se as hostilidades. O fato de Jurupixuna não ter se deixado surpreender pelo Onceiro deve ter lhe agridado o ódio contra o macaco. É depois desse encontro que começará a demanda da menina pelo macaquinho perdido.

A primeira indagação sobre o paradeiro do macaco vai ser feita a Joselina a cascavel, e conterà promessa que antecipa a ação final da menina, como o leitor ainda vai verificar. “Se você me disser onde é que está, onde é que se escondeu esse sem-vergonha e levado do Jurupixuna, eu te levo pra passear também, mesmo que você não aprenda a cantar, eu te levo pra passear na caixa do Verdurino [...]” (S, 127) Como a questão permanece mesmo depois de Herinha recolher todos os grãos de milho que encontrou, caídos do embornal do macaco justamente para deixar uma trilha que facilitasse sua localização, a mãe também é interrogada. “— Você viu meu Jurupixuna, mãe, em algum canto, sabe onde se meteu meu macaquinho? O trilho de milho, que ele deixou por aí, não vai muito longe, e não sei o que foi que aconteceu com o Pixuna, que ainda não voltou.” (S, 133) Em suas andanças atrás de Jurupixuna, Herinha ouvirá

versões desencontradas. Norivaldo, criador de porcos, onde o macaco “gostava de fazer pouso para assustar os leitões, se atirando brusco e leve das árvores para cair montado no lombo deles”, ouviu os porcos guinchando, achou que fosse o macaco, mas depois não o viu por ali. Assustou Herinha “dizendo que tinha visto passar o caminhão do circo, [...] e quem sabe, hem, um moninho jeitoso como aquele, de mochila nas costas e que quase conversava com a gente” (S, 146, vale para a anterior). No dia seguinte, na bomba de gasolina do Euzébio,

[...] Zebinho jurava que tinha visto o próprio Jurupixuna entrar num carro que ele achava que sabia de quem que era, mas isso também podia não valer nada como informação de paradeiro porque o Zebinho era mais fácil ele viver sem comer do que sem pregar mentira, conforme disse o pai dele, [...] mandando o filho calar a boca e ameaçando dar uma lapada nele com a mangueira da bomba de gasolina.

Talvez o velho Euzébio tenha tido essa reação assim um pouco exagerada por não querer que o filho falasse quem era o dono do carro que teria levado o macaco, por saber que se tratava de pessoa perigosa. A menina levava tudo isso até Joselina, que “era uma cobra costureira e sábia” (S, 147, vale para a anterior) e

[...] aguardava que Herinha deixasse cair na cesta de costura os retalhos que tinha juntado de conversa de gente grande e — zás! — num segundo Joselina tinha entendido e armado o desenho que contava a história [...]. Um dia, pregados um no outro, os panos de Joselina iam contar a Herinha a história feita de todas as histórias, que davam a impressão de não ser a mesma coisa só por falta de agulha e de linha. (S, 147-148)

Depois de ter feito apelos até ao lacrau, de quem a mãe lhe havia contado a história, na festa do clube, o churrasco assombrado pela cavalhada do Onceiro, Herinha continuava indagando o paradeiro do macaco.

— Deve ter ido longe o macaquinho, não é mesmo, Tio Juvenal, e vai ver que está agora procurando o caminho de volta e não acha, não encontra, mas você não acha que ele encontra, que ele aprende tudo, como lá na sua casa, não foi, quando ele se meteu com o novateiro, o pau-de-formiga perto da flor papamosca? / — Nunca mais, disse Juvenal Palhano, nunca mais cometeu o mesmo engano, porque é um primata sábio, prudente, como se dizia antigamente, e aprendeu, como um Lineu, o que é um tachi mirmecófilo, morada e fortaleza de formigas, e, aqui entre nós, acho que quem aprende isso aprende a voltar pra casa, não tenha dúvida. (S, 181)

A resposta, muito longe da desejada, Herinha ouviu da boca de Quinho, contada à sua mãe, na madrugada em que ele apareceu, camisa manchada de sangue de onça, vindo da fazenda de Marques-Varjão. Jupira percebeu a porta entreaberta, a menina ouvindo em silêncio.

— Jurupixuna foi torturado feito gente, Jupira, feito Lucinda, feito seu noivo, foi estrangulado e empalado como um comunista, atormentado, pendurado na vara dum pau-de-arara e varado por outra vara, nas entranhas dele, como se quisessem que ele desse endereços, dedurasse os outros, falasse e falasse. [...] Ele deve ter interrogado o Jurupixuna a respeito da gente, de nós, que estamos vivos, e que ele queria mortos, pelo menos eu. (S, 202)

Agora a menina “sabia de tudo, ouvira tudo, [...] entrara no conhecimento do mal, da morte e da desordem que era a vida”, no entender de sua mãe, que só não sabia ou desconfiava da transformação que viria a desabrochar nela. Pouco mais tarde Jupira iria ver “no quarto de Herinha, [...] a filha deitada, olhos fechados, mas, de perto, quando se debruçou sobre ela, viu no rosto, na face, nos cantos da boca, o brilho das lágrimas, e ao lado da menina, no travesseiro, o embornal de Jurupixuna” (S, 204, vale para a anterior).

A primeira ação da terceira parte do romance, e que tem por título, lembremos, “A deusa-arrumadeira”, é de Herinha. Acorda a mãe que adormeceu a seus pés, na cama, no lugar que era de Jurupixuna, e ali continuava depois da menina ter levantado. Avisa a mãe que “Tio Juvenal está lá na loja do avô, com um cachorro” (S, 219) e pede para falar com ela. Quando os dois adultos se instalam na sala, o visitante sempre com o cachorro pela trela, Herinha se retira.

Abúlica, sorrindo vaga e docemente, Herinha, com o pequeno embornal de Jurupixuna, que passara a usar a tiracolo, foi deixando a sala para se sentar do lado de fora, ao pé da janela, olhando a grimpada das árvores e contando, pela milionésima vez, como uma beata que desfia as contas do terço, os treze grãos de milho que tinham ficado dentro do embornal. (S, 227-228)

Ouve toda a conversa em que Palhano declara sua identidade de Ari Knut, conta como leu previamente a correspondência que chegava para Quinho, diz que ele terá de ser preso por retornar, banido que era, ao país, e pelo que fez ao Onceiro, usando os cães como instrumentos para a morte dele, inclusive aquele que o acompanhava, Molambo. Ao fim propõe, em troca do silêncio a respeito da parte dos Iriarte na conspiração, que Verdurino lhe seja entregue para acompanhá-lo em sua mudança para Brasília. A única coisa que Jupira consegue dizer é que o sabiá não é dela, é da menina, e que ela já perdera o macaco.

Herinha estava sentada do lado de fora, [...] ouvindo a voz do Tio Juvenal, que falava na pele que a cobra troca, só se levantando, afinal, pra levar à cobra Joselina, costureira, mais um retalho da história do boca-preta. Comprovou, diante da gaiola da cascavel, que Joselina também tinha mudado a pele e [...] transformada ela própria em agulhão, se costurava, se trançava, se enroscava, perigosa, na tapeçaria da história do Jurupixuna, criando um cintilante e venenoso pano vivo. (S, 264-265)

Quando Palhano-Knut se retirou, dizendo que enquanto preparava a mudança, aguardava a entrega do sabiá, Herinha pensava que sabia agora qual era “a casa dos bruxos” e, junto com Joselina, sabiam também o que fazer. Poderemos acompanhar agora, passagem a passagem, a ação que transforma a menina doce, terna, um pouquinho boba, no segundo, ou melhor, segunda guerrilheira involuntária do romance. Não há nenhuma reflexão de Herinha, o leitor não terá acesso a seu pensamento, o narrador só dará a ação da menina ou uma visão indireta, imaginada ou vista por outros personagens. Depois da saída do parceiro de Marques-Varjão, vemos a menina pelos olhos da mãe.

[...] Herinha, cuja cabeça aparecia agora na janela, sorrindo de longe à mãe, os olhos apenas um pouco folgados nas órbitas, Herinha sorrindo como se dissesse a Jupira que estava tudo bem, [...] não perturbaria com perguntas a mãe tão carente, tão pobre, tão necessitada de respostas. / Herinha desapareceu do campo de visão de Jupira ao deixar o retângulo da janela, [...] um instante depois, retornou a imagem ao retângulo e ao campo de visão de Jupira, só que alterando a composição anterior, pois agora Herinha trazia na mão a caixa de chapéu, a grande chapeleira em que mais de uma vez Verdurino tinha ido dar concerto no jardim, na varanda do então Juvenal Palhano. (S, 270)

Quando a menina se afasta, Jupira continua vendo a sua caminhada com subjetivos olhos da imaginação.

Viu Herinha que saía de casa, que atravessava a rua, que cruzava a outra rua, de onde já enxergaria, da esquina, a casa de... de quem, exatamente? do novo dono de Verdurino, digamos... que percorria a longa calçada de sebes floridas a carregar na mão direita, feito uma derrota, a chapeleira, a afagar com a esquerda o embornal de Jurupixuna que lhe pendia do ombro, feito uma saudade. (S, 271)

A imagem de Herinha continua a ocupar a mente de Jupira, parada num estado de quase estupor, sem força para um gesto, uma decisão: “lá ia Herinha a marchar pela rua carregando seus símbolos — a chapeleira, o embornal — uma criaturinha patética, absurda, a receber os eletrochoques de uma, de várias loucuras geradas fora dela [...]”. Mas alguma coisa estava em desacordo com o roteiro imaginado: se Herinha levava a chapeleira para a casa de Palhano-Knut, que era aquilo que ela estava escutando com os ouvidos físicos, não com a imaginação? “[...] vindo de fora, do jardim, do quintal, intenso, melodioso, um canto de sabiá como não havia outro, o canto de Verdurino, inundava a casa inteira.” (S, 272, vale para a anterior.)

A passagem seguinte do roteiro de Herinha não é imaginada por ninguém, é exposta, dramaticamente encenada pelo narrador, acrescentada de ironia na pergunta

que o legista faz a si mesmo, interrogando-se a respeito dos olhos de Herinha, se já seriam fatais.

O portão se abriu e Palhano-Knut sentiu que seus joelhos vergavam de ternura e alegria, pois vinha entrando — clara mensageira, luminosos olhos um tantinho luminosos demais, fatais que seriam um dia, se já não eram —, Herinha com a caixa de Verdurino, [...] Knut imaginou Verdurino no interior de sua caixa, em repouso [...] / — Verdurino, murmurou, mãos estendidas para a caixa mas coincidentes uma com a outra, em postura de prece. / Sorrindo docemente, os olhos apenas um quase nada girando nas órbitas, Herinha estendeu, nas mãos, a caixa de chapéu, a oferenda, como a via Palhano-Knut, que, de joelhos depois de beijar Herinha na face, colocou seu próprio rosto contra a chapeleira, amoroso, para sentir o palpitar do sábio na gaiola de papelão, e, bem devagar, ouvido à escuta, entreabriu a tampa da caixa. (S, 278-279)

Note-se que em nenhum momento Verdurino é colocado na cena, fala-se na “caixa de Verdurino” e no Verdurino *imaginado* por Knut dentro da caixa. A retirada após o ataque, trazendo de volta a arma, é (mal) testemunhada pelo avô.

Tão absorto, contra seus hábitos e usos, estava o velho Iriarte, sentado na penumbra da loja, que, igualmente ao contrário de seus costumes, não lhe pediu o beijo de sempre, e mal viu, para dizer a verdade, a neta Herinha, que acabava de voltar da rua, trazendo, na mão uma caixa de chapéu. (S, 280)

Algum tempo depois entram Malvina e Cravina, as empregadas de Palhano-Knut, atrás de soro anticrotático, que o Martinho da farmácia não tinha, e que o velho Iriarte não teve nenhuma pressa em ir buscar antes de ouvir de Malvina: “quando cheguei ele estava duro feito pedra, pior, aquele duro de morto, e tinha formiga andando nele, passeando nele” (S, 284).

Como “as arrumadeiras” antigas, “as puras servas da ordem” (S, 46), Herinha, homônima da deusa que pariu uma serpente, foi capaz de restaurar pelo menos uma parte da ordem que “os bruxos” haviam tentado destruir. O último quadro de Herinha no romance poderia ter o título *triste repouso da guerreira, da miúda heroína*. “Na sala de sombras só ficou, distraída, os olhos baixos, velados, Herinha, a desfiar seu rosário dos treze grãos de milho.” (S, 284)

O ÚLTIMO GUERRILHEIRO

Antes de encerrarmos este longo capítulo, é preciso mencionar um personagem-guerrilheiro que conseguiu escapar ao *corpus* selecionado entre as obras de Callado. Apesar de não surgir como cenário ou tema em nenhum dos quatro romances de que nos ocupamos, a guerrilha do Araguaia, pelo menos tangencialmente, não deixou de figurar

na ficção do autor. Vai aparecer muito de passagem na obra seguinte a *Sempreviva*, a sátira *A expedição Montaigne* (1982), em que se misturam política e uma visão desencantada do indianismo. Nela se conta a história da expedição organizada por Vicentino Beirão, intelectual francófilo, que arrastou com ele o jovem e decadente índio Paiap, mais conhecido como Ipavu, nome da lagoa que banhava sua aldeia na região do Xingu.

Nas lembranças de Ipavu, índio tuberculoso e que Beirão resgatara de um reformatório semiabandonado em Minas Gerais, para com ele iniciar a marcha que pretendia expulsar os europeus e seus descendentes e devolver a terra aos habitantes originais, aparece a figura de um guerrilheiro que deve ter atuado na campanha do Araguaia. Seu nome é variante de um topônimo da região que foi teatro de operações. “Paulatinamente, sobretudo a partir de 1970, chegaram outros militantes e o total atingiu 69, dispersos ao longo de um arco estendido de Xambioá até Marabá.” (Gorender, 1999, p. 234) “A tropa começou a chegar no dia 12 de abril de 1972. Operava entre Marabá e Xambioá.” (Gaspari, 2002b, p. 414) O guerrilheiro lembrado por Ipavu esteve em sua aldeia e chamava-se Zeca Ximbioá.

— Quem falava em guerra de guerrilha e em acabar com os brancos, disse Ipavu, era o guerrilheiro Zeca Ximbioá, que ainda botou mais minhoca do que já tinha na cabeça de Ieropé, nosso pajé, mas acontece que tanto Ieropé, nosso pajé, como o tal do Zeca, que morreu por lá mesmo, só queriam, feito você, branco degenerado, que o índio tomasse conta do Brasil de novo e nessa eu não entro não, nessa cumbuca não entra mão de Ipavu, não. (Callado, 1982, p. 30)

Lembrava sempre como o pajé da aldeia tinha se associado ao fugitivo, de quem ouvira e com quem aprendera a história “do naturalista Karl von den Steinen, cuja primeira viagem ao Xingu, em 1884, vai inteirar cem anos” (Callado, 1982, p. 5) e a cuja memória é dedicada a narrativa, e cujo nome os índios do romance trocaram para Fodestaine.

E a merda mesmo no caso de Ieropé é que ele gostava que se regalava de ser bugre e queria que todo bugre quisesse continuar sendo bugre, principalmente depois que ele tinha inventado aquela bosta da história de Fodestaine. Quer dizer ele, mais o caraíba, o guerrilheiro doido, tal de Zeca Ximbioá, que vinha fugindo lá de não sei que guerra e que mato e que tinha levado na barriga um tiro tão estabonado que quase corta ele no meio e faz dois guerrilheiros em vez dum só: mas não é que em lugar de calar a boca e ver se aquela barriga estraçalhada colava de algum jeito começou logo a falar com Ieropé em Fodestaine, os dois fazendo uma troca, um moitará de besteiras e delírios, tão no porre de falação e contentamento que o guerrilheiro Zeca chega segurava as tripas que queriam sair da barriga dele só pra rir, de tanto que se entendia com Ieropé? Pode? E o guerrilheiro contando e contando feito um maníaco, como se achasse que contando e contando ia ficar bom,

como é que o Fodestaine tinha chegado pra descobrir os camaiurá, a aldeia dos camaiurá, e que ele é que tinha feito branco vir tomar maloca dos camaiurá, como se branco, que pode perfeitamente morar em prédio de apartamento, preferisse dormir na rede, comer com a mão e fazer cocô no mato! Pode? (Callado, 1982, p. 33-34)

Ao longo da expedição, Ipavu continua evocando a figura de Ximbioá:

[...] pra índio ganhar parada contra branco era preciso que tudo quanto era buriti do Xingu virasse fuzil de repetição e todos os coquinhos deles virassem bala daquelas que tinham feito na barriga de Zeca Ximbioá operação de mulher branca que não sabe parir pela xoxota, tal da cesariana. (Callado, 1982, p. 37)

Até a crítica do projeto comunista do guerrilheiro, Ipavu vai fazer.

[...] parecia até conversa babaca de Zeca Ximbioá, que chegava a dizer que branco tinha medo de índio porque no meio dos índios o que era de um era de todos e que se o índio ficasse dono do Brasil de novo tudo voltava a ser como era antes e todo o mundo muito feliz, olha só a besteira do Ximbioá, imagina branco muito feliz porque arco e flecha era de todos e o beiju também, pombas, quem é que quer essas merdas? (Callado, 1982, p. 39)

Ieropé, em oposição a Ipavu, guardou memória positiva do combatente que se refugiou na aldeia, via-o como o “único branco decente, branco camaiurá, que tinha aparecido na frente dele, o guerrilheiro vidente, Ximbioá” (Callado, 1982, p. 102).

Embora não seja um personagem plenamente desenvolvido, o que aqui reunimos é mais ou menos tudo que se fala sobre ele no livro, exceto algumas referências muito pontuais e de passagem, resolvemos fazer este registro para ilustrar a amplitude do diálogo da ficção calladiana com a História na abordagem do tema da resistência armada à ditadura brasileira hoje mais comumente chamada civil-militar.

QUARTO CAPÍTULO

OU

PERSONAGENS-GUERRILHEIROS EM PEPETELA

A ilustração de Mário Cafiero para a capa da edição brasileira de *Mayombe*, volume 14 da Coleção Autores Africanos, tem o mérito de servir como chave para o imaginário do leitor brasileiro. Caso esse leitor tivesse acabado de ler os quatro romances de Callado que percorremos no capítulo precedente, povoado em sua quase totalidade por personagens brancos (as exceções seriam os sertanejos Manuel Tropeiro e Aniceto, provavelmente mestiços, os descendentes de caboclos paraenses Mansinho e Jacinto, e a pequena Herinha Iriarte, com pelo menos uma índia guaicuru em sua ascendência), encontraria na capa do romance de Pepetela a sugestão para mudança de registro no imaginário: as cinco figuras que se destacam entre a folhagem da floresta tropical e os camuflados dos trajes militares são rostos negros, com alguma variação de tonalidade, mais escuros, menos escuros. A ilustração convida o leitor a ter presente que agora os personagens são, em sua maioria absoluta, negros. A exceção seria representada por um mestiço, filho de branco e negra. Não há personagens brancos. Os pouquíssimos brancos que surgem não são propriamente vistos, são entrevistados e tratados à distância como figurantes, quase como paisagem, à semelhança do que ocorria com os nativos nos enredos da antiga literatura colonial, com seus brancos como protagonistas e coadjuvantes em narrativas que discutiam questões e dramas que afetavam e diziam respeito aos brancos colonizadores. Em obras que já contemplavam a iminência da crise colonial, como os romances da chamada trilogia do Camaxilo, de Castro Soromenho (*Terra morta*, *Viragem*, *A chaga*), ou dramatizavam a situação de ruptura, como o extraordinário *Nós, os do Makulusu*, de Luandino Vieira, colocando-se criticamente a favor dos colonizados, a maioria de personagens neles presentes é constituída por brancos. Francisco Noa, em estudo sobre a literatura colonial, lembra a dicotomia estabelecida “entre a minoria (textual) negra e a maioria (também textual) branca” (Noa, p. 197). Minoria e maioria, como ele enfatiza, apenas textuais, pois o que ocorria na sociedade não era isso. Ali os brancos, embora detivessem o poder, sempre foram francamente minoritários. No romance de Pepetela aparecem apenas em três momentos: o motorista branco fugindo dos guerrilheiros (cf. *M*, p. 27-28); os tugs emboscados logo depois na estrada (cf. *M*, p. 52-54); os soldados atacados no acampamento do Pau Caído (cf. *M*, p. 261-264). Em Pepetela, ainda que os

personagens-guerrilheiros atuem no tempo colonial, durante a luta e antes da conquista da independência, a maioria figurada é direta, e não inversamente proporcional à maioria da sociedade, é constituída por negros de etnias e culturas variadas.

Estes comentários estão aqui para lembrar, como faz a professora Rita Chaves ao apresentar as literaturas africanas de língua portuguesa aos alunos da graduação, que não é por a obra estar escrita em português que estamos autorizados a nos aproximar dela com nosso imaginário corriqueiro, cotidiano, e munidos apenas de nosso próprio universo cultural. Ainda que escrita na mesma língua que usamos, trata-se de obra estrangeira, é preciso mobilizar um imaginário novo, adequado, e conhecimentos de cultura e contexto que permitam maior entendimento e um percurso menos sujeito a equívocos. É advertência que também serve, com os sinais devidamente trocados, para um eventual leitor angolano das narrativas brasileiras.

O que aproxima os personagens ficcionais de Callado e os personagens dos dois autores angolanos é o óbvio substrato comum das necessidades da condição humana, da luta pela sobrevivência e autopreservação, desde a busca pela água e pela comida até as perturbações causadas pelo desejo e pelo amor. Se os personagens de Pepetela estão mais preocupados e ocupados em fazer a guerra, e em falar de política, ao contrário dos de Callado, que parecem ter muito mais tempo para se ocupar do amor, ainda assim surgirá uma Ondina, capaz de causar divisão e conflito entre homens empenhados na mesma causa e em busca dos mesmos objetivos. Outro aspecto, neste caso divergente, a ser destacado é o fato de Callado representar em sua ficção uma luta de grande desigualdade, assimétrica, diriam os especialistas em estratégia militar, em que pequenos grupos isolados desafiam um inimigo muito mais poderoso que nunca chega a ser militarmente ameaçado, o que talvez faça aumentar o foco sobre o drama individual, psicológico, de cada personagem, guardadas as proporções entre aqueles mais ou menos elaborados. Algo que poderia ser sintetizado assim: menos guerra revolucionária, mais vida privada. Nos casos de Pepetela e depois Luandino Vieira, as narrativas representam pequenos grupos de personagens de uma grande guerra de guerrilhas, em que a totalidade da luta não é abarcada (a não ser numa perspectiva de microcosmo). Enquanto os personagens de Callado podem se dar ao luxo de considerar o retorno a uma vida — eles chegam a usar o termo — *normal*, caso sobrevivam, mesmo derrotados, ao desafio que se dispuseram a oferecer, os personagens de Pepetela e Luandino tem como alternativa a luta até a morte ou a vitória, pois a deserção, o aprisionamento e a derrota significariam o retorno à ordem colonial, à condição de

colonizados com que romperam ao assumir a alternativa das armas e da violência. Mesmo no caso daqueles retirados da luta contra a própria vontade, como prisioneiros, ainda que se mantivessem insubmissos de coração e cabeça, viam-se fisicamente submetidos ao poder colonial. Pelo menos parte das motivações destes personagens podem ser entrevistas neste trecho de Fanon.

Há [...] na descolonização a exigência de um reexame integral da situação colonial. Sua definição pode, se queremos descrevê-la com exatidão, estar contida na frase bem conhecida: “Os últimos serão os primeiros”. A descolonização é a verificação desta frase. É por isto que, no plano da descrição, toda descolonização é um triunfo. / [...] / Não se desorganiza uma sociedade, por mais primitiva que seja, com tal programa se não se está decidido desde o início, isto é, desde a formulação mesma deste programa, a destruir todos os obstáculos encontrados no caminho. O colonizado que resolve cumprir este programa, tornar-se o motor que o impulsiona, está preparado sempre para a violência. Desde seu nascimento percebe claramente que este mundo estreito, semeado de interdições, não pode ser reformulado senão pela violência absoluta. (Fanon, p. 27)

Trata-se, como é possível perceber, de um caminho sem retorno, não haverá volta a uma vida *normal* (considerando assim a vivida anteriormente) depois disso. Mais adiante Fanon, tratando do caso específico da Argélia, acrescenta algo que será também válido no caso angolano.

Quando, em 1956, [...] a Frente de Libertação Nacional, num panfleto célebre, constatou que o colonialismo só larga a prês a ao sentir a faca na goela, nenhum argelino achou realmente esses termos demasiado violentos. O panfleto não fazia senão exprimir o que todos os argelinos sentiam intimamente: o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior. (Fanon, p. 46)

Os personagens de Callado que mais se aproximam do estado de intensidade de guerra revolucionária encontrado nos romances dos dois africanos, estão no episódio de Che Guevara e seus guerrilheiros em *Bar Don Juan*. Um ponto que mostra essa aproximação é a busca por comida e água sempre presente na motivação e na ação de todos eles.

Passemos à galeria dos personagens-guerrilheiros de Pepetela.

MAYOMBE. ESFINGE, SEM MEDO, VETERANO DA GUERRA E DOS HOMENS

Sem Medo, comandante guerrilheiro, é o protagonista do romance e é também, como poderemos constatar, examinando suas ações e seus discursos críticos, um herói positivo. Lembra, em alguma medida, os heróis exemplares dos romances do realismo socialista, mas vai além deles com sua capacidade de duvidar de si mesmo, dos outros, e

do futuro anunciado pelos discursos grandiloquentes. No entanto, e isso cria a tensão em torno da qual se constrói o personagem, está disposto a lutar da melhor maneira possível até a morte por esse futuro de que ousa duvidar.

Quando ainda era um guerrilheiro sob as ordens do (à maneira de Che Guevara) lendário, mítico Comandante Henda, seu nome de guerra era Esfinge. “Foi o nome que me dei, a Esfinge. Tornou-se o meu nome de guerra, até que me deram a alcunha de Sem Medo, nem sei por quê.” (M, 162) Mas o narrador onisciente sabe. “Quando foi promovido a Chefe de Seção, os guerrilheiros deram-lhe o nome de Sem Medo, por ter resistido sozinho a um grupo inimigo que atacara um posto avançado, o que deu tempo a que a Base fosse evacuada sem perdas.” (M, 10-11) Seu aspecto físico é mencionado apenas duas vezes no texto. Na primeira, é visto pelos olhos de um jovem guerrilheiro. “A barba farta e a cabeleira descuidada do Comandante, a sua cabeça grande, o tronco forte, a voz firme, o olhar agudo [...]” (M, 72) A outra descrição é feita através dos olhos de Ondina. “Sem Medo era belo? Sim, sem dúvida. Dele transpirava força, não a força física animal, mas uma força controlada, desejada. A barba aprofundava-lhe o aspecto de leão que dorme tranquilamente, seguro de si.” (M, 214) O “aspecto de leão” seria talvez uma forma de associá-lo àquele seu antigo Comandante, Hoji Ya Henda, nome que, não nos esqueçamos, em quimbundo significa *leão do amor*. Com 35 anos, é mais velho que a maioria dos seus companheiros e, divergindo de alguns deles, pouco se apoia nas certezas ideológicas e revolucionárias dos credos políticos e também rejeita posturas tribalistas tradicionais. Suas decisões têm a flexibilidade decorrente do exame dos fatores variados de cada situação. Avalia os acontecimentos à sua luz específica, não de acordo com o regulamento. O primeiro exemplo disso é a licença dada a Teoria para continuar com o grupo em missão mesmo depois de se ter ferido no joelho. Comissário Político, mais jovem, mais inflexível, queria que ele regressasse, o regulamento mandava não correr riscos. Sem Medo, “veterano da guerra e dos homens” (M, 10) considera o que o outro não percebe: a determinação de Teoria em prosseguir e o seu motivo secreto, o fato dele ser mestiço e acreditar que deve fazer mais que os outros para ser aceito. Essa compreensão ampliada pode ser vista como mais um dos elementos a construir o herói positivo.

No episódio do ataque aos madeireiros, surge outro elemento que ajuda a compor o caráter do personagem. Quando o português motorista ouviu tiros e fugiu com o caminhão, Sem Medo, contrariando a vontade de alguns de seus companheiros, deu ordens para que não atirassem contra ele. Chefe das Operações, o segundo em comando,

alude duas vezes a esse fato. “— Deixaram fugir o nguêta? — perguntou este. / — Sim. E demos-lhe mesmo uma Guia de Marcha — disse Sem Medo, de mau humor.” (M, 28) Depois, na reunião do comando. “— Foi pena o tuga ter escapado — disse o Das Operações. / — Que íamos fazer? Disparar sobre ele e matá-lo, como faz a UPA? É um civil. Tinha uma tal cara de medo! Não devemos mostrar coragem assassinando civis, mesmo que colonialistas...” (M, 31) Em sua resposta, Sem Medo mostra ser contrário à matança indiscriminada. Interessante observar a referência à UPA. A ação acontece por volta de 1971, há muito a UPA mudara de nome, passara a FNLA, mas, ao que parece, a imagem dos massacres indiscriminados de 1961 continuava associada àquela denominação, mesmo entre guerrilheiros do MPLA. Outra passagem, num momento em que a comida andava escassa, indica a disposição benigna do chefe guerrilheiro. Ele ouvia o Comissário Político falar nas suas dificuldades de relacionamento com a noiva, Ondina. “Sem Medo deitou fora o cigarro. Um par de macacos perseguia-se nas árvores próximas. Um tiro liquidaria um deles, era certo. Mas o Comandante não ousou desfazer o casal que se preparava para o amor. Menos uma refeição, pensou.” (M, 97) A passagem lembra como Beto, em *Reflexos do baile*, também com fome, deixou de atirar numa juriti por associar a ave à sua amada Juliana. Sem Medo tinha menos motivos para não atirar nos macacos, não os associou a nenhuma sua amada, mesmo assim não atirou. Mas essa, digamos, postura misericordiosa com relação a civis e animais, não aparecia, nem podia aparecer em combate, diante do inimigo, mesmo reconhecendo nele outro ser humano.

Sem Medo mudou o carregador, no momento em que apercebeu o soldado à sua frente, deitado na borda da estrada, tentando febrilmente desencravar a culatra da G3. O soldado tinha-o visto, mas a arma encravar. Sem Medo apontou a AKA. O soldado era um miúdo aterrorizado à sua frente, a uns quatro metros, as mãos fincadas na culatra que não safava a bala usada. Os dois sabiam o que se ia passar. Necessariamente, como qualquer tragédia. A bala de Sem Medo abriu um buraco na testa do rapaz e o olhar aterrorizado desapareceu. Necessariamente, sem que qualquer dos dois pensasse na possibilidade contrária. (M, 53)

Podemos observar, comparando os dois momentos, que compaixão e implacabilidade convivem na composição do personagem.

Sem Medo é também implacável com os desvios cometidos por seus próprios combatentes. É o caso do roubo da nota de cem escudos a um dos madeireiros que o grupo manteve aprisionado por um dia. Ao ordenar que todos os guerrilheiros fossem revistados em busca da nota, mesmo sob protesto do Chefe das Operações, que

considerava ofensiva aquela desconfiança generalizada, o líder de novo mostra sua determinação.

— Chega! — gritou Sem Medo. — O erro dum responsável não justifica um roubo, um roubo de merda de cem paus, dum miserável sabotador. Vamos passar revista. As guerras não se ganham com demagogias, só para se ter apoio das bases! Lutamos, aproxima-te. / Mas Sem Medo não olhava Lutamos, que se aproximou com o sacador [mochila] aberto. Sem Medo fixava o grupo do fundo. / Lutamos foi revistado pelo Comissário e mais o sacador, e tudo onde se poderia meter uma nota de cem escudos. Lutamos estava a vestir-se, quando Sem Medo deu um salto terrível, rugindo, sobre o grupo do fundo. Segurou um braço de Ingratidão do Tuga, que tentou libertar-se, e a nota de cem escudos caiu no chão. / — Sacana! — disse Sem Medo, arquejando. — Desconfiava de ti desde o primeiro momento. (M, 39)

O narrador, ao descrever a atitude do chefe guerrilheiro (“Sem Medo deu um salto terrível, rugindo”) usa imagem que o associa a uma fera. Faz lembrar o momento em que o narrador de *Bar Don Juan* também associa (explicitamente) a voz de Guevara a um rugido de fera: “a voz [...] do Comandante rugiu o nome de Antônio como se existisse na mata um felino que rugisse *Antônio*” (BDJ, 118). É um paralelo entre dois personagens que percorrem trajetórias pessoais assemelhadas em campanhas guerrilheiras muito diferentes.

Embora o romance se inicie *in media res*, com Sem Medo já na condição de chefe militar e “veterano da guerra e dos homens”, há elementos suficientes no texto para reconstituir, pelo menos em parte, seu passado, como ele chegou à sua posição social e política, e também como alcançou seu atual estágio de conhecimento da psicologia e do comportamento humano, o que lhe permite entender minimamente os outros, como também o resultado da busca por aquele preceito antigo que manda cada um conhecer-se, o que lhe permite avaliar a si mesmo. Um bom exemplo para ilustrar o primeiro caso está no discurso que ele contrapõe às certezas ideológicas que o marxismo dá a Mundo Novo, fazendo uma avaliação menos otimista da condição humana.

[...] Há uns que precisam de crer na generosidade abstrata da humanidade abstrata, para poderem prosseguir um caminho duro como é o caminho revolucionário. Considero que ou são fracos ou são espíritos jovens, que ainda não viram verdadeiramente a vida. [...] Mas há homens que não precisam de ter uma fé para suportarem os sacrifícios; são aqueles que, racionalmente, em perfeita independência, escolheram esse caminho, sabendo bem que o objetivo só será atingido em metade, mas que isso já significa um progresso imenso. É evidente que estes têm também um ideal, todos os têm, mas nestes o ideal não é abstrato nem irreal. (M, 81)

Até aqui, ao examinar as duas possíveis categorias de que fala Sem Medo, não será difícil para o leitor verificar em qual delas o personagem se enquadra. Em seguida, ao prosseguir, aponta uma resistência do individualismo e do egoísmo que em alguma medida contrariam o projeto coletivista e solidário do marxismo. Esse tipo de postura é que o afasta da condição de herói exemplar do realismo socialista.

Eu sei, por exemplo, que todos temos bem no fundo de nós um lado egoísta que pretendemos esconder. Assim é o homem, pelo menos o homem atual. Para que serviram séculos ou milênios de economia individual, senão para construir homens egoístas? Negá-lo é fugir à verdade dura, mas real. Enfim, sei que o homem atual é egoísta. Por isso, é necessário mostrar-lhe sempre que o pouco conquistado não chega e que se deve prosseguir. Isso impedir-me-á de continuar? Por quê? Se eu sei isso, a frio, e mesmo assim me decido a lutar, se pretendo ajudar esses pequenos egoístas contra os grandes egoístas que tudo açambarcaram, então não vejo porque haveria de desistir quando outros continuam. Só pararei, e aí racionalmente, quando vir que a minha ação é inútil, que é gratuita, isto é, se a Revolução for desviada dos seus objetivos fundamentais. (M, 81-82)

Quando Sem Medo diz que o homem é assim, “pelo menos o homem atual”, está abrindo uma esperançosa possibilidade de mudança do quadro, quem sabe o homem novo, menos egoísta, mais solidário, mais generoso não vai aparecer como resultado de todo esse processo? Mas a outra hipótese levantada, a da “Revolução [...] desviada dos seus objetivos fundamentais” indica que a crença na possibilidade otimista não é tão grande assim.

Em outra passagem, num longo diálogo entre Sem Medo e Comissário Político, em que este fala em ideais revolucionários, em socialismo e em futuro, o Comandante revela mais alguma coisa sobre sua motivação para lutar e também algo da sua contraditória visão do futuro.

[...] O que estamos a fazer é a única coisa que devemos fazer. Tentar tornar o país independente, completamente independente, é a única via possível e humana. [...] É sem dúvida um progresso [...]. Mas não chamemos socialismo a isso, porque não é forçosamente. Não chamemos Estado proletário [...]. Desmistifiquemos os nomes. Acabemos com o feiticismo dos rótulos. Democracia nada, porque não haverá democracia, haverá [...] fatalmente [...] uma ditadura [...]. Ela pode ser necessária [...]. Outra via não encontro, mas não é o ideal, é tudo o que sei. Sejam sinceros com nós próprios. Não vamos chegar aos cem por cento, vamos ficar nos cinquenta. Por que então dizer ao povo que vamos até aos cem por cento? (M, 124)

Sem Medo fala sobre seu futuro particular, nesse futuro geral, quando seu interlocutor indaga sobre como ele se via depois de alcançada a independência.

— Eu? Não me vejo. Simplesmente, e em toda a sinceridade, não me vejo. Isso é que vos choca? / — Enfim, cada um tem os seus planos... [...]. / — A ti vejo-te claramente, como um quadro político. A mim, não me vejo. Talvez

noutro país em luta... Quem sabe se na cadeia? Não me vejo em Angola independente. O que me não impede de lutar por essa independência.
(*M*, 125-126)

Sem Medo mostra neste diálogo uma postura assemelhada à inquietação de Che Guevara, que não se conformou com o papel de dirigente político após a vitória em Cuba, preferiu ir lutar em outro país, um dos possíveis futuros que Sem Medo via para si mesmo. Mais adiante, em Dolisie, conversando com o responsável que veio cuidar do caso do dirigente André, Sem Medo de novo menciona seu provável futuro. “— Continuas o mesmo, Sem Medo. / — E acabarei mal por causa disso.” (*M*, 171) A constatação que Comissário Político faz ao fim do diálogo: “És um homem só, Sem Medo” (*M*, 126) talvez seja uma explicação para o pouco apetite pela empreitada futura da construção política da sociedade coletivista, que sempre exige a sociabilidade e o comportamento gregário que os solitários não costumam apreciar. Outra possibilidade seria a crença reduzida no desprendimento humano para essa construção. Alguns diriam que ele não é solitário mas orgulhoso. Leli falou-lhe num “orgulho sem limites” (*M*, 158) quando ele rompeu de vez com ela.

Leli é uma figura do passado de Sem Medo. Sua história é revelada ao Comissário Político no momento em que ele está sob o choque do que houve entre sua noiva, a professora Ondina, e o dirigente André. Conhecedor dos homens a partir do conhecimento e da reflexão sobre o que viveu, Sem Medo vale-se da confiança como contribuição para diminuir o sofrimento moral do Comissário. Oferece confiança e solidariedade para que o outro saiba que não está sozinho e que outros já viveram situações como aquela. Através da história do relacionamento com Leli não só o Comissário, também o leitor fica sabendo de que modo Sem Medo começou a transformar-se num solitário, desconfiando e evitando ligações com mulheres que não fossem rápidas, fugazes, transitórias.

Num outro momento, em que Sem Medo discute a questão do temor com Teoria, ele vai tornar a se servir de um episódio biográfico para mostrar que aquele é um sentimento comum, a questão é como encará-lo. Aos oitos anos, numa briga com um garoto mais velho, foi surrado e abandonou a luta. “Durante dias, senti-me um tipo nojento, um covarde, um fraco, sentia que um miúdo qualquer me bateria e eu fugiria...” Disposto a se livrar daquela sensação, de novo desafiou o adversário, de novo apanhou, estava disposto a morrer, mas não fugiria outra vez.

Foi o outro que parou, cansado de bater. [...] Ele acabou por dizer: ganhaste, desisto. Depois disso ficamos amigos... A partir daí compreendi que não são os golpes sofridos que doem, é o sentimento da derrota ou de que se foi covarde. Nunca mais fui capaz de fugir. Sempre quis ver até onde era capaz de dominar o medo. (*M*, 42, vale para a anterior.)

Esse foi um aprendizado útil para encarar todas as dificuldades que a vida lhe apresentou desde então. Podemos dizer que no episódio ele apreendeu o axioma hemingwayano que define coragem como *graça sob pressão*, ou o outro, que afirma *o homem pode ser destruído, mas não pode ser derrotado*. Sem Medo, até o fim de sua vida, pretendia ficar longe do sentimento da derrota, da fuga.

As informações que temos sobre o passado de Sem Medo estão na maioria das vezes relacionadas a acontecimentos de seu presente. Ele vai buscar, em seu repertório, argumentos para debater questões presentes no cotidiano guerrilheiro. Ouvindo o dogmatismo revolucionário que Comissário Político usa ao discursar aos prisioneiros, Sem Medo lembra-se do seminário e comenta isso com ele. Ao recordar seus tempos de seminarista, além de dar ao leitor a notícia de uma educação formal, recusada à maioria dos colonizados, mostrando que ele e os pais eram provavelmente assimilados, afirma também que foram os padres que lhe deram, sem querer, os primeiros e fundamentais rudimentos de uma educação política.

— Quando estava no Seminário, uma coisa sempre me intrigou, era uma nota discordante. Foi essa nota discordante que me empurrou para o sacrilégio e, mais tarde, para o ateísmo. Por que é que os padres, tão puros, tão castos, tão bondosos e tão santos, que nos preparavam para servir a Deus, para merecer Deus, prometendo-nos as delícias da vida celestial, nos faziam a vida negra no Seminário, eram tão arbitrários, tão cruéis, tão sádicos nos tormentos que inventavam em nossa intenção? Isso levou-me a desejar o que os horrorizava, a querer conhecer o que eles temiam, a procurar o que eles nos proibiam de ver ou ouvir ou sentir. (*M*, 36)

Com os padres ele aprendeu a desconfiar da ordem estabelecida e a comparar o discurso e a prática e perceber suas insolúveis contradições. O alcance da descrença que o tomou iria se estender até atingir o discurso dos ideólogos e as utopias futuras que eles insistiam em pintar com palavras grandiosas e nas quais, ele declarava, não se via. A educação política se desenvolveu após ele se tornar potencialmente perigoso e os padres tratarem de se livrar dele.

Até que, aos 16 anos, já fora do Seminário — donde finalmente fui expulso por ameaçar de bater num padre branco que fazia racismo aberto —, tornou-se intolerável o medo do Inferno, senti-me danado, perseguido por mil crimes e por todos os prazeres ignóbeis que praticara. A certeza de que estava perdido foi tão grande que decidi que o Inferno não existia, não podia existir, senão eu estaria condenado. Ou negava, matava o que me perseguia, ou

endoidecia de medo. Matei Deus, matei o Inferno e matei o medo do Inferno. Aí aprendi que se devem enfrentar os inimigos, é a única maneira de se encontrar a paz interior. (M, 36-37)

É o que ele faz, enfrentar os inimigos, e por várias razões. Uma delas bem pode ser essa busca pela paz interior. Quando Mundo Novo, falando sobre a luta revolucionária, lhe afirma ser “preciso ter uma fé profunda, para se poder suportar sempre tudo” (M, 80), Sem Medo logo identifica o substrato religioso que há aí. Parte da reflexão que ele faz sobre esse comentário mostra como sua descrença se expandiu para além da religião. “Estes jovens vêm todos da Europa com a idéia que o estudo teórico do marxismo é uma poção mágica que os fará ser perfeitos na prática.” (M, 81) Essa postura fará com que seja considerado pelos, digamos, *crentes*, como pequeno-burguês, vaidoso, anarquista, ambicioso, rótulos ofensivos lançados de hábito contra os que recusam a ortodoxia predominante, seja ela qual for.

Em 1960, com 24 anos, vivia com Leli, que o abandonou por outro, a quem reconquistou para, em seguida, dispensar. Depois veio 1961. O próprio Sem Medo contou ao Comissário Político o que se passou com ele e com ela naquele ano.

O 4 de fevereiro estoirou então. Estava na organização clandestina e consegui passar para o Congo. Leli entretanto procurava-me, tentando recuperar-me. Ela fugiu de Luanda em abril. Tentava chegar ao Congo. Foi apanhada pela UPA e assassinada. Não sei se te disse que era mestiça...

Desde então carregava a culpa, ainda que involuntária, por aquela morte. Considerava aquela uma das causas da sua permanente solidão.

Leli viva não me conseguiu reconquistar. Mas a sua vingança foi a sua morte. Ligou-me fatalmente a ela, num sentimento que não é de maneira nenhuma o amor, mas que me amarrou. Hoje não posso amar nenhuma mulher, pelo medo de lhe fazer mal [...], é o medo de voltar a sentir o que senti ao saber da morte de Leli.

A partir daí inicia-se a era das ligações fugazes. “Parti em 1962 para a Europa. Aí conheci tanta estudante, dormi com tanta estudante! Em 64 voltei para a luta. Encontrei tanta miúda! Não, há qualquer coisa que se quebrou com Leli. Talvez tenha endurecido demasiado [...]” (M, 159, também as anteriores, não identificadas.) Já apontamos algumas semelhanças entre Sem Medo e a figura histórica, mítica, literária de Che Guevara. Este é um momento em que ele se afasta do revolucionário argentino. Sem Medo parece dizer que endureceu demais e, em consequência, talvez tenha perdido a ternura.

O herói positivo viveu também momentos em que foi “surpreendido pelo inimigo”. Um deles não é compartilhado com ninguém, é relatado pelo narrador onisciente para explicar a cicatriz na testa do Comandante. Marchavam para emboscar os soldados na estrada próxima ao acampamento madeireiro, entre eles

[...] Sem Medo, a AKA segura pelo cano e atirada negligentemente sobre o ombro, o chapéu cubano escondendo o risco da bala na pele da testa (daquela vez que fora surpreendido pelo inimigo no rio, quando tomava banho; tivera de fingir estar morto, o que era confirmado pelo sangue que lhe corria da testa e tingia a água do rio; quando os camaradas reagiram, ele pôde esconder-se entre as pedras e voltar à Base, nu; fora castigado pelo Comando, por Henda, pois o cantil e o cinturão foram recuperados pelo inimigo; não a arma, que os companheiros tinham trazido). (*M*, 41)

O aprendizado inclui necessariamente erros e o herói, para ganhar essa condição, também há de ter alguma sorte. É o narrador onisciente quem dá ao leitor conhecimento do episódio, mas Sem Medo já falou nisso, pois o Comissário Político sabe dele. Quando os dois se deslocam para a beira do rio, onde será contada a história de Leli, Sem Medo antes tira as botas, mergulha os pés no rio e convida o outro a imitá-lo.

— Devias fazer o mesmo. É das sensações mais agradáveis. / — Talvez — disse o Comissário. — Mas se o tuga aparece, deixas as botas e tens de fugir descalço, o que não é nada agradável. / — Já me aconteceu. / — Eu sei. / — Como vês, há erros que se não corrigem. (*M*, 154-155)

O herói deve mesmo confiar na sorte, pois se mostra teimoso no risco.

O mais dramático dos episódios do passado de Sem Medo é narrado por ele mesmo para o Comissário Político e diante do Chefe de Operações, numa reunião do Comando em que iam deliberar a pena a ser aplicada a Ingratidão do Tuga, pelo roubo da nota de cem escudos do trabalhador cabinda. Menos importante que o valor roubado é a questão política: o ato desmoraliza o Movimento junto à população cujo apoio a guerrilha busca conquistar. Comissário Político, escorado como sempre na letra da “Lei da Disciplina” (*M*, 63), diz que roubar o povo tem o fuzilamento como punição sumária. Mais uma vez Sem Medo recusa o código e avalia a situação, declara o fuzilamento uma pena excessiva para, ao fim do debate, ouvir do Comissário Político que lhe faltava “coragem de mandar fuzilar um traidor” (*M*, 66). Em seguida vem a explosão emocional em que “cada palavra tinha sido sibilada como uma bofetada” (*M*, 67), um dos trechos mais duros e de maior força narrativa no romance.

— Fica sabendo, camarada Comissário, que eu já executei um traidor. Não só tomei a decisão, sozinho, como o executei, sozinho. E não foi a tiro, pois o inimigo cercava o sítio onde estávamos. Foi a punhalada! Já espetaste o punhal na barriga de alguém, Comissário? Já sentiste o punhal enterrar-se na

barriga de alguém? Poderia ter evitado fazê-lo, mas todos evitavam, não houve voluntários, não tive coragem, sim, não tive coragem, de mandar um camarada executá-lo, escolhi-me a mim próprio como voluntário, para dar o exemplo. Tu ainda não estavas aqui; se as gentes não falam nisso, é porque ninguém gosta de falar em certos assuntos. Nessa altura não fugi à minha responsabilidade mais difícil de assumir, comparado com isso é brincadeira ser-se voluntário para assaltar um quartel... Há os assassinos, que gostam de matar. Para os homens que apreciam a vida humana, que lutam porque apreciam a vida humana, camarada, é muito difícil ser-se voluntário para executar a punhalada um homem, mesmo que seja um traidor miserável. Eu vi as caras dos outros. Os maiores combatentes viravam-se para não ver, os mais duros combatentes tapavam os olhos com as mãos. E estas mãos, camarada, estas mãos espetaram o punhal na barriga do traidor e rasgaram-lhe o ventre, de baixo para cima. E o meu corpo todo sentiu as convulsões da morte no corpo do outro. Queres mais detalhes? Camarada Comissário, agradeço as tuas palavras, que me fizeram recordar um momento terrível, o mais terrível... Agradeço, Comissário... (M, 66-67)

O momento será outra vez evocado quando quem está em choque emocional é o Comissário Político, ao saber da noiva com o dirigente André. Ao não suportar mais o que sente, abraça-se ao Comandante e consegue, enfim, extravasar.

Sem Medo deixou-o chorar. [...] Passou-lhe um braço pelo ombro. Sentiu no corpo as convulsões do corpo do Comissário e lembrou-se doutro momento em que sentira no corpo as convulsões do traidor apunhalado. A mesma sensação amparou-se dele e quis repelir o Comissário. O pânico apossou-se de Sem Medo, abraçando um Comissário moribundo que tremia. [...] Sem Medo suportou estoicamente a sensação desagradável, até que o Comissário acalmou. (M, 152)

Quando falou ao Comissário pouco depois, a respeito de Leli, Sem Medo mencionou o horror sentido diante da notícia de sua morte, confrontado que foi com uma culpa involuntária. Não se comparava ao que sentia quando matava na guerra, quando era de fato responsável. “Matar não custa, Comissário. Não é nada matar na guerra.” (M, 159) Mas a execução do traidor parece contradizer essa afirmativa. Executar o traidor não havia sido como matar um inimigo, custara-lhe muito, mas ele não se furtou a fazê-lo. Também não expressa, ao evocar o fato, nada que possa indicar alguma espécie de arrependimento, só o incômodo de regressar àquela infeliz lembrança, a pior.

Entre os componentes da personalidade de Sem Medo também é possível identificar uma possível vocação frustrada. Se não estivesse ocupado fazendo a guerra, Sem Medo talvez dedicasse parte de seu tempo à literatura, escrevendo narrativas. Há pelo menos três momentos em que indicações desse desejo se manifestam. A primeira aparece em conversação com Teoria, no momento em que se fala na necessidade de ter com quem dividir as próprias preocupações. “Guardar para si não dá, só quando se é escritor. Aí um tipo põe tudo num papel, na boca dos outros. Mas, quando se não é escritor, é preciso desabafar, falando.” (M, 44) Um comentário como esse indica que o

assunto já foi objeto de reflexão por parte do Comandante. Num diálogo com Comissário Político, quando Sem Medo lhe fala sobre a briga, aos oito anos, com o garoto mais velho e mais forte, e nas fantasias vitoriosas com que se consolava antes de decidir enfrentar o outro fora da fantasia, no mundo da realidade física.

Mas nunca mais deixei de inventar estórias em que era o herói. Como não era tipo para ficar só na invenção das estórias, tinha dois únicos caminhos na vida: ou escrevê-las ou vivê-las. A Revolução deu-me oportunidade de as criar na ação. Se não houvesse revolução, com certeza acabaria como escritor, que é outra maneira de se ser solitário. (*M*, 128)

Aqui fica clara, explícita, a vontade de trabalhar com a criação literária, e o assunto dá um acento metalinguístico ao trecho. Fica estabelecido um jogo entre as realidades interna e externa ao romance, um espelhamento. O autor era, na ocasião em que escrevia o livro, guerrilheiro. A terceira referência é feita de passagem, num diálogo com Ondina, quando recorda seu curto período como estudante de Economia na Europa. “Conheci um monte de pessoas, devia ser escritor para as descrever.” (*M*, 209) Essa vocação frustrada para a literatura pode explicar, ainda que apenas em parte, a postura crítica capaz de questionar até os companheiros e a direção do Movimento. A inquietação do intelectual artista só consegue com muita dificuldade manter-se dentro da disciplina de pensamento exigida do intelectual militante.

Outro traço característico que deve ser destacado em *Sem Medo* é seu singular sentido de humor. Quando o narrador onisciente conta como o guerrilheiro ganhou seu definitivo nome de guerra, a ocasião em que enfrentou sozinho um ataque inimigo, acrescenta um comentário que já alude a essa peculiaridade. “Uma das muitas operações em que rira do inimigo, sobre ele lançando balas, gracejos e insultos.” (*M*, 11) Os gracejos e brincadeiras vão surgir nas ocasiões mais diversas, algumas vezes despropositadas. Quando o grupo se prepara para dormir sobre o chão da mata encharcado pela chuva, situação mais para o acabrunhante que para o divertido, Sem Medo surpreende o Comissário Político.

— De vez em quando mexe os braços e as pernas [...]. — Senão podem ficar fixos no chão, pois o clima aqui é tão fértil que, com a chuva, se criam raízes dum dia para o outro. Boa noite, sonhos cor-de-rosa! / Como pode ele ainda brincar?, perguntou-se o Comissário. (*M*, 47)

Às vezes o humor também pode ser mau, carregado de sarcasmo, como quando o Chefe das Operações pergunta se deixaram escapar o branco motorista do caminhão para transporte de madeira. “— Sim. E demos-lhe mesmo uma Guia de Marcha — disse Sem

Medo, de mau humor.” (M, 28) Quando Sem Medo e Ondina se aproximam, em Dolisie, a ex-noiva do Comissário Político encontra sua própria explicação para o constante gracejar do Comandante. “Sempre o humor a travar uma conversa que se torna perigosa. Ondina compreendeu que o humor de Sem Medo era uma defesa.” (M, 215) Antes disso, Ondina pergunta se ele sonha com o futuro e ele diz que sonha “[c]oisas impossíveis” (M, 207). Uma das coisas desse impossível futuro era uma espécie de garantia do direito ao riso. “Que se poderá rir à vontade, sem que ninguém se volte para ti e ponha um dedo na cabeça.” (M, 208)

O mais forte e surpreendente no humor de Sem Medo aparecia numa manifestação ruidosa, explosiva. Quando um dos trabalhadores aprisionados pelo grupo se borra assustado diante dos guerrilheiros, a reação de Sem Medo surpreende a todos, atinge dimensão mítica constituindo-se num desafio à própria floresta.

Subitamente, dobrou-se numa gargalhada que atroou sobre o Mayombe. A gargalhada de Sem Medo era uma ofensa incomensurável ao deus vegetal que obrigava as vozes a saírem ciciadas. Os guerrilheiros, a princípio, pensaram que a bazucada, disparada de perto, tivesse dado volta à cabeça de Sem Medo. (M, 28-29)

Depois dos muitos trabalhos que o Comissário Político teve para devolver os cem escudos roubados ao trabalhador cabinda, ao saber que a nota havia sido doada ao MPLA e voltara com os portadores, Sem Medo de novo atroa a mata. “A gargalhada de Sem Medo, como um ronco, era imprudente, podia ser ouvida longe. Mas o Comandante não pudera conter-se.” (M, 62) Quando, em consequência da crise no relacionamento com Ondina, Comissário Político desentende-se com Sem Medo e volta furioso para a Base, o Comandante, ao refletir sobre o episódio num bar, diante de uma cerveja, de novo será tomado pelo seu senso explosivo de humor.

O Comissário ameaçara-o. De quê? De passar a resolver sozinho os seus problemas pessoais. / Sentiu o que vinha, mas não pôde evitá-lo. A gargalhada encheu o bar vazio, fez levantar as moscas que sugavam os restos de cerveja deixados sobre as mesas, levou a criada a virar-se. A mulher viu-o agarrado ao ventre, rindo até as lágrimas. (M, 196)

Mas a gargalhada que vai deixar muito furioso o ainda ressentido Comissário Político acontece após o episódio do falso alarme de invasão dos inimigos à Base. Sem Medo viera com mais de trinta guerrilheiros e afinal nada havia acontecido.

Os guerrilheiros começavam a sair do estado de estupor quando ouviram, vindo do catre do Comandante, uma espécie de ronco profundo, saído do estômago, e que em breve se libertou na mais monumental gargalhada da história da Base. A gargalhada fez estremecer os homens, subiu através dos

troncos das árvores e foi misturar-se ao vento que agitava as folhas do Mayombe. / — O camarada Comandante ri? — perguntou o Comissário. — Não vejo onde está a graça! Todo o esforço que fizeram foi inútil, percebeu? [...] E o camarada ri? / O Comissário estava diante do Comandante, as pernas afastadas, um dedo trememente apontado para ele. / [...] / De repente, Sem Medo saltou da cama. / — Que querem que se faça? Agora, só nos resta rir. Quem não compreende, paciência, que não compreenda! Mas eu prefiro que tenha sido uma surucucu que o tuga a invadir a Base. (M, 239-240)

O que o Comissário Político talvez não compreenda é que a gargalhada de Sem Medo não expressa zombaria ou irreverência gratuita, mas é uma demonstração da capacidade de rir de si mesmo e dos próprios enganos, considerada por alguns atributo de sabedoria. Neste caso expressa também alívio, pela situação menos grave do que a esperada pelo Comandante.

Sem Medo está presente na maioria das cenas do romance. Talvez só fique ausente das que reúnem Comissário Político e Ondina. É um líder guerrilheiro, mas o que ele menos faz é a guerra: só há três ações bélicas em todo o livro: o ataque à exploração madeireira e a emboscada aos soldados, ação ofensiva; o socorro à Base supostamente invadida, ação defensiva; o ataque aos portugueses que montaram acampamento na antiga base guerrilheira do Pau Caído, ação ofensiva. A rigor, são apenas duas, numa delas, a do alarme falso, nem há combate. O resto do tempo Sem Medo ocupa-se em treinar novos guerrilheiros, administrar relações humanas, conter conflitos motivados pelo tribalismo, além de tentar fazer a burocracia cumprir seu papel. Por algum tempo, com a prisão do dirigente André, fica ele interino em seu lugar, administrando a retaguarda da guerrilha, em Dolisie. Muito pouco satisfeito, vê-se sentado atrás de uma escrivaninha, cumprindo sua nova rotina. “Acendeu um cigarro e mandou entrar o militante seguinte. Era um pedido de um par de calças. / Eis-me agora a resolver problemas de par de calças, pensou ele. Acabei mal, não há dúvida.” (M, 202-203) Um comentário em conversa com Ondina, dá bem a dimensão do descontentamento de Sem Medo e mostra como sua visão crítica continua afiada.

— Estou farto de estar aqui. Só há problemas de dinheiro ou de indisciplina. A guerra está longe do pensamento de todos. Numa Revolução, há os que vivem para ela e os que vivem dela. Dir-se-ia que aqui se juntaram todos os que querem viver da Revolução. E são os que sugam mais recursos e mais tempo. (M, 206)

Mas ele não vai ficar ali, Mundo Novo será nomeado responsável em Dolisie e o Comandante voltará à Base para tomar parte no ataque aos portugueses no Pau Caído. Até um futuro lhe oferecem: depois daquela ação, Sem Medo seguirá para a Frente

Leste, continuará a enfrentar os inimigos, não quer se tornar um burocrata. Fala disso a Mundo Novo, quando lhe comunica a promoção, o novo cargo.

— Não temos as mesmas idéias — disse Sem Medo. — Tu és o tipo do aparelho, um dos que vai instalar o Partido único e onipotente em Angola. Eu sou o tipo que nunca poderia pertencer ao aparelho. Eu sou o tipo cujo papel histórico termina quando ganharmos a guerra. Mas o meu objetivo é o mesmo que o teu. (M, 248)

Sem Medo, a partir deste ponto da narrativa, vai anunciando algo que poderíamos chamar *paixão e morte de um líder revolucionário*, fazendo um paralelo entre religião e política, aproximação que ele próprio levantou em mais de um momento. É quase como se tivesse consciência de seu próximo sacrifício. Algumas dessas coisas serão ditas a Ondina, em situação de muita intimidade. “— Sempre quis ultrapassar o meu lado humano. Ser Deus ou um herói mítico.” (M, 253) Quando ela lhe pergunta se ele teme a morte, a resposta é uma espécie de desafio que ele lança a si mesmo, desafio que em breve deverá ser enfrentado.

— Não, acho que não. Mas seria horrível se, quando estivesse a morrer, tivesse medo da morte. Perderia o respeito de mim mesmo. A personagem que me construí seria destruída num segundo e morreria com o sentimento de ter sido um impostor. Seria terrível! Por isso afronto a morte. Não tenho medo da morte. Tenho medo de sentir medo, o Medo, ao morrer. Por isso corro sempre riscos, apenas para me confrontar comigo mesmo. [...] Eu sou, como tu dizes, um homem. Antes de tudo, [...] torturado, [...] solitário. Por isso me sinto bem no Mayombe, onde todos somos solitários. (M, 253-254)

Tudo está pronto para o último ato. Sem Medo é ferido em ação durante o ataque ao Pau Caído, avançando para salvar Comissário Político que, numa atitude temerária, imprudente, ficara isolado e exposto, logo seria atingido. Sua atitude encoraja o resto do grupo e eles neutralizam o inimigo. Mas Sem Medo não vai sobreviver aos ferimentos. Será enterrado no Mayombe, ao pé de uma grande amoreira, e receberá uma salva de tiros de “AKAs e Pépéchas [...] em última homenagem” (M, 268). Com a morte, Sem Medo passa de herói positivo a herói exemplar. O romance recupera algo do tom hagiográfico, de martirológico, presente em muitas obras literárias do realismo socialista. Sem Medo, que não via futuro para si mesmo depois de terminada a guerra, não ia precisar se afligir com esse problema. Não precisaria pensar em mudanças e adaptações. Poderia “se manter ele próprio”. É a constatação que Comissário Político faz na última página do romance, num comentário que pode também ser lido como um elogio fúnebre. “*Sem Medo resolveu o seu problema fundamental: para se manter ele próprio,*

teria de ficar ali, no Mayombe. Terá nascido demasiado cedo ou demasiado tarde? Em todo caso, fora do seu tempo, como qualquer herói de tragédia.” (M, 270)

Morto, Sem Medo continuaria contribuindo para a luta, apontado como um grande comandante, como um exemplo para os combatentes, quem sabe celebrado como herói nacional depois de alcançada a independência? Suas críticas não precisariam ser lembradas. Transformado em herói, seria uma espécie de santo laico. Se o seminarista rebelde soubesse que iria alcançar aquele tipo de glória, muito possivelmente não conseguiria se conter, soltaria uma daquelas suas gargalhadas estrepitosas, ribombantes.

MAYOMBE. LUTAMOS, GUERRILHEIRO CABINDA, LEAL ATÉ O FIM

Único guerrilheiro de etnia cabinda no grupo do Comandante Sem Medo, entre kimbundos, kikongos, umbundos e os ditos destribalizados, Lutamos atua em sua região, em meio a seu próprio povo. O fato de ser ele o único cabinda no grupo já indica o pouco envolvimento da população local com a guerrilha e com a luta pela independência. Grande parte dos guerrilheiros considera os cabindas traidores por trabalharem para os colonialistas e não se juntarem à luta. Lutamos, que deveria ser encorajado e celebrado por sua consciência e disposição, é tratado com desconfiança por alguns de seus companheiros. No entender deles, faz parte de um povo de traidores sempre disposto a denunciar os guerrilheiros, portanto não há de ser diferente dos seus. É um personagem que permite discutir as contradições do tribalismo.

Na primeira cena em que aparece, quando se preparam para atacar a exploração madeireira, é alvo de provocação por parte de mais de um companheiro.

Lutamos não estava de acordo com a proposta do chefe de grupo Verdade. Mal o Comandante surgiu, Lutamos disse: / — Camarada Comandante, o camarada Verdade acha que devíamos apanhar os trabalhadores da exploração e fuzilá-los porque trabalham para os colonialistas. Diz que é isso o que se decidiu fazer. / [...] / — Deixa lá, pá! — disse Muatiânvua. — Esses trabalhadores são cabindas, é por isso que te chateias. Mas são mesmo traidores, nem que fossem lundas ou kimbundos... / — Como é? — disse Lutamos, nervoso. — E os trabalhadores da Diamang? E os da Cotonang? São traidores? Têm de trabalhar para o colonialista... / — São, sim, pá — disse Muatiânvua. — Depois de tanto tempo de guerra, quem não está do nosso lado é contra nós. Estes aqui estão mesmo perto do Congo. Talvez mesmo que ouvem a nossa rádio. Vêem que há exploração. Então por que não se juntam a nós? Deixa! É só varrer, pá! (M, 17-18)

É interessante notar o modo como Lutamos justifica o que os outros chamam traição, o fato dos cabindas trabalharem para patrões colonialistas. Pergunta se todos os trabalhadores de Angola, os que trabalham extraindo diamantes ou plantando algodão para viver, são traidores alinhados ao colonialismo. A situação lembra a da França depois que se livrar da ocupação nazista. A princípio houve uma grande perseguição, principalmente a escritores e artistas, considerados culpados de colaboracionismo. Depois a onda arrefeceu, quando ficou claro que todos os franceses que tentaram tocar a vida durante a ocupação, em alguma medida, haviam colaborado com os alemães, no mínimo trabalhando para eles.⁵³ Lutamos também invoca a memória dos massacres de 61, quando a UPA matou bailundos porque trabalhavam para os fazendeiros brancos. Sem Medo vai desfazer o clima, dizendo que tudo não passa de brincadeira, ao mesmo tempo dando apoio a Lutamos, advertindo contra qualquer gesto de violência tribalista, numa demonstração de que não era aquela a política do Comando nem do Movimento.

— O Muatiânvua está a brincar com o Lutamos — disse o Comandante. — Estes lumpens gostam sempre de brincar com coisas sérias... / Muatiânvua riu, acendendo um cigarro. Piscou o olho para Lutamos. / — Mas o aviso do Comissário é sério [...]. — Quem vier fazer tribalismo contra o povo de Cabinda será fuzilado. Fuzilado! Não estamos a brincar. (M, 18)

De fato não é aquela a política do Comando, mas Chefe de Operações, que faz parte dele, também não confia, por razões tribalistas, como os simples guerrilheiros, no comportamento de Lutamos. Distraído, pensando naquelas brincadeiras que, ele bem desconfiava, eram também a sério, Lutamos não se detém quando os outros param ao ouvir o ruído da serra atacando o tronco de uma árvore. Já estavam muito próximos do local que pretendiam atacar. A desconfiança de novo se manifesta.

Lutamos distanciava-se do resto do grupo, que tinha estacado ao ouvir o ruído. O Comissário correu atrás dele, evitando fazer demasiado barulho. / — Está a fazer de propósito — disse Milagre. / — Vai avisar os homens — disse Pangu-Akitina. / — Vai sabotar a missão — disse Verdade. / — Calem-se, porra! — disse o Comandante. — Esperem saber para falar. (M, 20)

A desconfiança do Chefe de Operações será expressa em particular, diretamente a Sem Medo, mesmo depois de Lutamos não ter feito nada do que pensavam que ele faria.

⁵³ Um jornalista e pesquisador inglês, estudioso da ocupação nazista em Paris, lembra aquela conjuntura. “Aos poucos, porém, a sede de vingança contra os escritores arrefeceu. Um fator importante foi o reconhecimento de que os escritores e jornalistas estavam sendo punidos com rigor muito maior do que os industriais que lucraram negociando com os nazistas, por exemplo. ‘Na *épuration* o jornalista, faminto e miserável, serviu de bode expiatório’, escreveu Galtier-Boissière. ‘As pessoas se esquecem de que alguns deles contavam somente com a pena para sustentar a família, e escreveram apenas textos anódinos. Alguém condenou os operários da Renault por produzir tanques para a Wehrmacht? Um tanque não era mais útil ao Fritz do que um artigo em *Le Petit Parisien*?’” (Riding, p. 368-369)

— Comandante, penso que é melhor vigiar o Lutamos. / — Por quê? / — Não acredito na distração dele. Ele ia masé avisar os trabalhadores, afugentá-los... / O Comandante olhou-o em silêncio. Franziu a boca. O outro continuou: / — Há momentos que ele tem um comportamento estranho. Os olhos dele não são bons. O Comissário não vê essas coisas, acreditou logo nele. Acho que se tem de fazer um interrogatório. / O Comandante não respondeu. (*M*, 22)

Sem Medo tinha razões suficientes para confiar em Lutamos. Mas Chefe de Operações vai persistir em sua reserva até quase o desfecho do romance.

Enquanto os trabalhadores madeireiros permanecem detidos por um dia pelo grupo guerrilheiro, há uma espécie de distensão das relações e Sem Medo chega a constatar um aspecto positivo do tribalismo, por estranho que isso possa parecer, sem deixar de observar o comportamento quase obsessivo do Chefe de Operações.

Almoçaram ali mesmo, os guerrilheiros e os trabalhadores. As gamelas foram passadas de mão em mão. Um trabalhador tinha um maço de cigarros, que distribuiu pelos guerrilheiros. As palavras soltaram-se [...], e só então os trabalhadores descobriram que Lutamos também era de Cabinda. / Pronto, pensou Sem Medo, viram que há um deles entre nós, já têm confiança. O tribalismo às vezes ajuda. Mas que tem o Das Operações que está tão atento à conversa? Ah! Tenta captar o que diz Lutamos, espiar se não trai. Com que prazer este tipo não comeria o Lutamos, frito com óleo de palma... (*M*, 31-32)

Mas o guerrilheiro nada faz que dê razão aos que o vigiam. Continua como guia à frente da coluna, quando a comida escasseia, tem recursos para melhorar o rancho. “Lutamos trazia sempre anzóis e linha. Ele e Mundo Novo encavalitaram-se numa pedra” (*M*, 41) dispostos a pescar alguma coisa, enquanto o resto do grupo descansava. O resultado não se faz esperar, e provoca até uma quebra de segurança. “Lutamos tinha apanhado um grande peixe e os outros aplaudiram, esquecidos do sítio onde se encontravam. O Comissário mandou-os calar.” (*M*, 44)

Quando, após a emboscada aos soldados tuguês, Muatiânvua demora a aparecer no ponto de recuo, Lutamos e Ekuikui oferecem-se como voluntários para ir à sua procura. Sem Medo aproveita a relutância dos que ficaram para mais uma vez atacar o tribalismo.

— Ninguém se queria oferecer, porque Muatiânvua é um destribalizado. Fosse ele kikongo ou kimbundo e logo quatro ou cinco se ofereceriam... Quem foi? Lutamos, que é cabinda, e Ekuikui, que é umbundo. Uns destribalizados como ele, pois aqui não há outros cabinda ou umbundos... É assim que vamos ganhar a guerra? (*M*, 55)

Lutamos é um dos guerrilheiros que acompanha o Comissário Político na missão de devolver ao dono a nota roubada. Depois continua guiando com eficiência os

guerrilheiros na volta para a Base. “A escuridão e a lama provocaram quedas inúmeras. Não fosse o sentido de orientação de Lutamos, ter-se-iam perdido mil vezes nas curvas do Lombe.” (*M*, 63)

Na rotina de trabalho e estudo da Base, Lutamos não gosta de ir à escola. Num diálogo entre Mundo Novo e ele, em que mais uma vez é lembrado da necessidade de estudo para ajudar a construir Angola, impedir aventureiros que tentem golpes de Estado, guardar a independência. As respostas do guerrilheiro dão uma ideia dos planos que tem para o futuro, da sua simplicidade e falta de ambição.

— Camarada Mundo Novo, há muitos que estudam. Não é um que não quer estudar que vai estragar tudo. Eu nasci na mata, gosto é de caçar, de andar de um lado para o outro, fazer a guerra. Mas não gosto nada de estudar. Já agüentei, aprendi a ler e a escrever. Sei mesmo fazer contas de multiplicar! Para mim já chega. O Comissário mobilizou-me, o ano passado estudei mesmo. Mas agora já chega, o Comissário já não consegue mobilizar-me mais. E o que disse é verdade, tem razão. Mas as milícias populares vão impedir os golpes de Estado, o povo em armas... / — E quem vai instruir o povo? Somos nós. Quem vai enquadrar as milícias? Tem de ser um exército bem treinado. Para isso, é preciso quadros bem formados. / — É o que diz o camarada Comissário. Todos os que têm muita política na cabeça falam assim. Mas eu não tenho política na cabeça, sou só guerrilheiro. Quando a independência vier, se não me quiserem no exército, volto para aqui, viro caçador no Mayombe. Eu não quero ser muita coisa. Há aí uns que querem ser diretores, chefes de não sei quê, comandantes... Esses estudam. Eu não quero ser chefe. (*M*, 77)

Por caminhos quase opostos, já que Sem Medo é um intelectual e Lutamos é um simples, a visão que os dois têm do futuro não é muito diferente. Mas o Comandante não incentiva de nenhum modo a resistência de Lutamos ao estudo, quando entra na conversa fala duro com ele. “— Tu, Lutamos, és um burro! — disse Sem Medo. — Quem não quer estudar é um burro e, por isso, o Comissário tem razão. Queres continuar a ser um tapado, enganado por todos...” (*M*, 79)

Numa patrulha em que Sem Medo sai com Lutamos e Muatiânvua atrás de alguma caça, quando a Base espera reabastecimento que demora a vir de Dolisie, o Comandante discute a situação com os guerrilheiros e Lutamos mostra que, mesmo avesso aos estudos, tem seu entendimento político da situação, um entendimento pragmático (“O povo apóia o que tem razão, mas quando o que tem razão mostra que é forte.”) e é capaz de compreender e avaliar até a hostilidade do Chefe de Operações.

— É preciso fazer a unidade no Comando contra os civis. Temos de dar o golpe no André. / O Comandante olhou-o fixamente. / — Mesmo com o Chefe de Operações? Pensas que mesmo com o Chefe de Operações? Sabes por que to pergunto, não? / Lutamos sustentou o olhar penetrante. / — Sim, camarada Comandante. O Chefe de Operações não pode comigo, desconfia

mesmo de mim, mas isso é normal. O povo daqui não apóia, homem de Cabinda é logo traidor... Mas ele é bom militar e um dia vai compreender. Eu só quero que a luta avança, por isso penso é preciso fazer a unidade do Comando e obrigar a Direção a pôr outro responsável em Dolisie. Só assim a luta pode avançar. Esse povo não é traidor, mas precisa de ver a guerra está a sair mal ao tuga. O povo apóia o que tem razão, mas quando o que tem razão mostra que é forte. Os civis falam em Dolisie não se deve enviar comida porque nós não fazemos guerra e que o Comando está dividido por tribalismo e ambição... (M, 114-115)

Depois dessa demonstração de análise política, resultado da vivência do guerrilheiro na luta, o pequeno flagrante a seguir mostra como o personagem está ligado de forma sólida à cultura tradicional.

[...] Lutamos entrou abruptamente na casa do Comando. / — Camarada Comandante, posso ir caçar? / — Tão tarde? / — Estava no rio e vi um pássaro azul no céu. É sinal de sorte. Há caça aqui perto. De certeza que encontrarei alguma coisa, foi o que o pássaro mostrou. / — Tu e a tua superstição! — disse Sem Medo. — Vai, vai lá. Ainda vais dizer que sou o responsável pela fome na Base, porque não deixo os caçadores marcados pela Providência irem caçar. Claro que se não encontrares nada, continuarás a acreditar nos pássaros. (M, 143)

Quando corre a notícia do ataque português à Base, Chefe de Operações, avaliando com Sem Medo como isso poderia ter acontecido, levanta novas dúvidas a respeito de Lutamos. Sugere que pode ter ocorrido alguma traição. “— Continuas a desconfiar do Lutamos? / — Claro. / — Lutamos não traiu. / — Como o sabe? / — Não sei — disse Sem Medo. — Pressinto. Conheço os homens e raramente me engano sobre eles.” (M, 224) A confiança que Sem Medo deposita em Lutamos talvez tenha como base algo que o guerrilheiro cabinda informa no único solilóquio em que ele se dirige diretamente ao leitor, pouco antes do ataque ao Pau Caído. Depois de mencionar as desconfianças de que sempre se vê cercado, fala de quando conheceu Sem Medo.

Como convencer os guerrilheiros de outras regiões que o meu povo não é só feito de traidores? Como os convencer que eu próprio não sou traidor? / As palavras a meia voz, as conversas interrompidas quando apareço, tudo isso mostra que desconfiam de mim. Só o Comandante não desconfia. / Entramos no mesmo ano na guerrilha. Eu era o guia, ele era o professor da Base. Não queriam que ele combatesse, davam-lhe os comunicados de guerra para escrever. Até que um dia ele exigiu que o deixassem combater. Nunca mais escreveu os comunicados de guerra, passou a vivê-los. / Estivemos sempre juntos, ele sabe que não trairei. (M, 257)

Pensando na notícia da futura ida de Sem Medo para a Frente Leste pergunta-se quem irá defendê-lo do tribalismo e expõe suas próprias dúvidas.

Terei de ser eu a impor-me, sendo mais corajoso que ninguém. E Nzambi sabe como tenho medo! Mas que será feito do meu povo se o único cabinda se portar mal? / Às vezes penso que os outros têm razão, que era preciso

liquidar os cabindas. É nos momentos de raiva. Mas o meu irmão, bem mobilizado, não seria capaz de lutar? Seria, sim, é só preciso que a luta avance. / Depois de amanhã, no combate, serei como o Sem Medo. O meu povo o exige. (M, 258)

A reflexão, o pensamento, o propósito declarado por Lutamos, antecipa seu destino final. Ele será ainda mais corajoso que Sem Medo. No ataque ao acampamento ocupado pelos portugueses, Lutamos é o primeiro a perceber a situação mortal em que Comissário Político se colocou, defrontando sozinho as armas dos inimigos.

Lutamos, que estava no grupo do Comissário, [...] percebeu o que se passava. Saltou da sua posição, correndo para o Comissário. Seriam ao menos duas armas que conteriam a contra-ofensiva inimiga. Mas a sua corrida foi bruscamente travada, a cabeça violentamente atirada para trás pela rajada da Breda. Lutamos morreu instantaneamente. (M, 262)

Só após a morte de Lutamos é que Sem Medo irá avançar, logo seguido pelos outros, salvando a vida do Comissário Político mas recebendo ferimentos mortais. Os dois, Comandante e guerrilheiro, serão enterrados juntos à sombra da amoreira. Começaram no mesmo ano a luta pela independência, e a guerra acabou para eles na mesma ocasião. Quem sabe continuariam a lutar juntos, se houvesse guerra no mundo dos mortos. Lutamos não teria nenhuma dificuldade para acreditar nisso. Apesar do narrador onisciente afirmar que não “haveria oração fúnebre”, as palavras finais do Chefe de Operações, pronunciadas ao pé da dupla sepultura, terão exatamente esse sentido, além de se constituírem numa espécie de autocrítica do orador, que agora já poderá confiar definitivamente naquele guerrilheiro cabinda. “O Chefe de Operações disse: / — Lutamos, que era cabinda, morreu para salvar um kimbundo. Sem Medo, que era kikongo, morreu para salvar um kimbundo. É uma grande lição para nós, camaradas.” (M, 267, vale para a anterior.) Lutamos, um simples e dedicado guerrilheiro, também ganha, ao fim de sua trajetória, a condição de herói exemplar.

MAYOMBE. TEORIA, O PROFESSOR, NEM BRANCO, NEM NEGRO

Teoria é o personagem que abre o romance. Do seu aspecto físico só será dito que é “alto e magro” (M, 7). Acompanhando o grupo de dezesseis guerrilheiros que atacará a exploração madeireira, escorrega numa pedra e corta o joelho ao atravessar o rio Lombe. Já vimos como ele consegue autorização do Comandante para continuar com o grupo, contra a vontade de Comissário Político. É ele também o primeiro a assumir a voz narrativa, e o fará por mais de uma vez. No solilóquio inicial ele informa

o leitor que é filho de angolana com um comerciante português e apresenta a questão para a qual não tem resposta.

Trago em mim o inconciliável e é este o meu motor. Num universo de sim ou não, branco ou negro, eu represento o talvez. Talvez é não para quem quer ouvir sim e significa sim para quem espera ouvir não. A culpa será minha se os homens exigem a pureza e recusam as combinações? (M, 7)

Num segundo solilóquio ele vai recordar a infância e lembrar a mulher que houve em seu passado, com quem não foi capaz de viver. Teoria é, a princípio, um personagem atormentado.

Criança ainda, queria ser branco, para que os brancos me não chamassem negro. Homem, queria ser negro, para que os negros me não odiassem. Onde estou eu, então? E Manuela, como poderia ela situar-se na vida de alguém perseguido pelo problema da escolha, do sim ou do não? Fugi dela, sim, fugi dela, porque ela estava a mais na minha vida; a minha vida é o esforço de mostrar a uns e a outros que há sempre lugar para o talvez. (M, 12)

No terceiro solilóquio ele expõe a situação atual de sua vida, sua posição no grupo guerrilheiro. É de notar a constância com que a questão da mestiçagem retorna em suas confissões.

Os meus conhecimentos levaram-se a ser nomeado professor da Base. Ao mesmo tempo, sou instrutor político, ajudando o Comissário. A minha vida na Base é preenchida pelas aulas e pelas guardas. Por vezes, raramente, uma ação. Desde que estamos no interior, a atividade é maior. Não atividade de guerra, mas de patrulha e reconhecimento. Ofereço-me sempre para as missões, mesmo contra a opinião do Comando: poderia recusar? Imediatamente se lembrariam de que não sou igual aos outros. / [...] Os outros podem esquivar-se, podem argumentar quando são escolhidos. Como o poderei fazer, eu que trago em mim o pecado original do pai-branco? (M, 16-17)

Ao contrário de Lutamos, quase cristalino em sua simplicidade, sempre reto em suas ações, Teoria é outro intelectual, se sustenta mais nas palavras que na ação. Sabemos mais do personagem por seus longos diálogos com Sem Medo, menos pela sua atuação guerreira, na qual não se destaca especialmente.

No primeiro diálogo com Sem Medo, provocado por uma pergunta (“— Tens sempre medo?”, M, 42) e desafiado por outra (“E por que não o mostras?”, M, 43), Teoria, num “rompante inconsciente, como a libertar-se” (M, 42), vai expor ao Comandante sua condição de homem dividido.

— Mostrar? Um mestiço mostrar o medo? Já viste o que daria? Tenho procurado sempre dominar-me, vencer-me... Compreendes? É como se eu fosse dois: um que tem medo, sempre medo, e um outro que se oferece sempre para as missões arriscadas, que apresenta constantemente uma vontade de ferro... Há um que tem vontade de chorar, de ficar no caminho,

porque o joelho dói, e outro que diz que não é nada, que pode continuar. Porque há os outros! Sei que, sozinho, sou um covarde, seria incapaz de ter um comportamento de homem. Mas quando os outros estão lá, a controlar-me, a espiar-me as reações, a ver se dou um passo em falso para então mostrarem todo o seu racismo, a segunda pessoa que há em mim predomina e leva-me a dizer o que não quero, a ser audaz, mesmo demasiado, porque não posso recuar... É duro! (M, 43)

O Comandante vai dizer-lhe que medo todos têm, a questão é deixá-lo para trás, e isso ele já mostrou mais de uma vez que é capaz de fazer. Fala-lhe da insegurança, resultado da sua condição de mestiço, que o atormenta mais que o medo.

— O teu problema principal é o complexo racial. Esse é que condiciona o outro, penso eu. Se ficares libertado dele e compreenderes que tirar o xangui de vez em quando não te vai rebaixar aos olhos dos outros, que o fazem constantemente e sem remorsos, então deixarás de ter pânico e reagirás normalmente, com medo umas vezes, sem medo outras. De qualquer modo, já combateste freqüentemente, já é altura de te habituares... (M, 45)

Ambos concordam que a questão agora não é de tribalismo, é de racismo. Teoria deve ter percebido que acabara de passar por uma sessão de aconselhamento, e que um líder guerrilheiro não cuida só de conduzir homens na guerra, tem que exercer uma grande variedade de papéis.

Teoria volta à cena para testemunhar uma discussão tribalista em que kimbundos provocam o kikongo Pangu-Akitina. Os guerrilheiros estão reunidos na cabana do chefe de grupo Kiluanje, que também é kimbundo. O professor não quer apenas testemunhar a discussão, quer interferir, interromper, mas a cena mostra quão pouco respeito os guerrilheiros parecem ter por ele. “— É melhor travar aí a discussão, camaradas — disse Teoria. / Ninguém lhe ligou importância.” (M, 105) E mais adiante, ainda que não mencionem a condição de mestiço, ela fica implícita no que lhe dizem.

— Camaradas, se continuam assim eu vou chamar os responsáveis — disse Teoria. / — Tu, cala-te — disse Milagre. — Não tens nada que falar, ouviste? A conversa não é contigo... / — Mas... / — Camarada Teoria — disse Kiluanje —, o camarada não foi chamado aqui. Por isso é melhor não se meter. / — Mas o que estão a dizer é grave — disse Teoria. — Vocês ainda não se aperceberam? (M, 106)

Nem ameaças verbais ou a tentativa de terminar à força a discussão mostram resultado. “— Camaradas, eu vou chamar o Comissário — disse Teoria. / [...] / Teoria pegou no braço de Pangu-Akitina e puxou-o para fora. Mas o enfermeiro era mais forte e foi Teoria que foi arrastado para dentro do quarto.” (M, 107) Só quando aparece o Chefe de Operações, outro kimbundo, é que a discussão termina e o grupo se dispersa. O

professor reflete sobre seu comportamento, pensando também nas coisas que lhe disse o Comandante sobre o medo.

Teoria entrou em casa e ficou calado. A sua atitude terá sido a mais correta? / Que podia eu fazer a mais? Tentei impedi-los, fui mesmo contra todos os que ali estavam, não tive medo de me meter. Será um sinal de progresso, de vitória sobre o medo? Noutra altura calar-me-ia ou iria embora, para não provocar problemas. Mas foi mais forte do que eu, não me controlava, fiz o que me passou pela cabeça. Talvez, sim, talvez tenha sido uma vitória.
(M, 109)

A discussão de cunho tribalista foi mais um resultado da fome que ameaçava a Base e que deixava exaltados os ânimos. O Comando tentava manter a rotina, manter ocupados os guerrilheiros, também para evitar os conflitos. Teoria, apesar das dificuldades, cumpria com honra e brio seu trabalho.

Os guerrilheiros, de fora, chamaram Teoria. Estava na hora das aulas. As aulas eram seguidas com pouca atenção. Mas o Comando e o professor insistiam nelas, pois, de qualquer modo, ajudavam a passar o tempo e a esquecer a fome. Teoria sofria, enfraquecido, e a ter constantemente de falar, mas suportava o dever. (M, 140)

O guerrilheiro mestiço ainda vai ser, involuntariamente, o responsável pela mobilização para socorrer a Base, supostamente atacada pelos tugas. Ao disparar duas rajadas de sua pépéché numa cobra pronta a atacá-lo à beira do rio, provocou o mal entendido que levou Vewê a imaginar como sendo dos inimigos aqueles tiros e ir a Dolisie dar o alarma. Teoria foi julgado pelo Comando, mas “teve a atenuante de afirmar que a surucucu o ia atacar”, por isso foi apenas “castigado com guardas suplementares durante um mês” (M, 242).

Antes do combate no Pau Caído, como o Comissário Político continua mantendo-se à distância de Sem Medo, é com Teoria que este vai manter um último diálogo, quase telegráfico, antes de dormirem na véspera do ataque.

Sem Medo aproximou-se de Teoria. / — Que tal? / — Normal — disse Teoria. / — Os nervos? / — Porreiros! / Calaram-se. Sem Medo fumava, escondendo a chama do cigarro com a mão em concha. / — O Comissário está chateado contigo? — perguntou Teoria. / — Sim. / — Veio diferente de Dolisie. Voluntarioso, cheio de autoridade. Vê-se que ainda é um bocado forçado, mas fica-lhe bem. / — Vai dar um bom Comandante. / — É pena ires embora. Fazes falta aqui. Agora que isto tinha possibilidade de crescer...
(M, 258-259)

É também ao professor que o guerrilheiro que um dia se chamou Esfinge vai deixar uma espécie de testamento, seu credo político pessoal, atravessado por uma última contradição.

Virou-se para Teoria. Este ainda não dormia. Sem Medo segredou-lhe: / — O que conta é a ação. Os problemas do Movimento resolvem-se, fazendo a ação armada. A mobilização do povo de Cabinda faz-se desenvolvendo a ação. Os problemas pessoais resolvem-se na ação. Não uma ação à-toa, uma ação por si. Mas a ação revolucionária. O que interessa é fazer a Revolução, mesmo que ela venha a ser traída. (*M*, 260)

Teoria é, ao final do romance, um personagem transformado. No mínimo mais capaz de lidar com a covardia, com o medo, com a coragem, menos dependente da opinião alheia para crer e levar adiante suas próprias possibilidades.

MAYOMBE. MUNDO NOVO, CERTEZAS E CONVICÇÕES DOGMÁTICAS

Mundo Novo é mais um intelectual incorporado à guerrilha, mas não se vê atormentado por dúvidas ou dividido por questões pessoais. Tem certezas alicerçadas em seus credos e teses político-ideológicos e convicções a respeito do caminho que levará à inevitável e irreversível utopia futura.

A primeira visão do personagem é mediada pelo olhar de Sem Medo. O grupo descansa a caminho da exploração madeireira. “Mundo Novo, sentado, limpava as unhas com o punhal. As mãos eram finas e as unhas compridas. Um perfeito intelectual, pensou Sem Medo. [...] Mundo Novo deve estar a pensar na Europa e nos seus marxistas-leninistas.” (*M*, 21) Desde o primeiro momento o personagem é associado à sua convicção filosófico-política. Mundo Novo participa da operação contra os madeireiros no grupo do Chefe de Operações. Observe-se o interesse quase amoroso que ele mostra pelos trabalhadores, a quem vê como membros da classe vítima da exploração e que deverá ser conduzida ao poder.

Mundo Novo fez fogo para o ar e o trabalhador que perseguiu parou, as pernas trementes. Era um rapaz. Com afeição, quase carinhosamente, Mundo Novo conduziu-o para o grupo dos três outros prisioneiros. / — Onde está o buldôzer? — perguntou o Das Operações. / O mais velho dos trabalhadores apontou a direção. Tinha uma perna torta. Deve ter sido uma árvore que lhe caiu em cima, pensou Mundo Novo. (*M*, 27)

Sem Medo, observando os homens em repouso e em conversa com os trabalhadores aprisionados, vê os dois grupos em que se dividem, os kimbundos e os outros: kikongos, umbundos e destribalizados. É nesta última categoria que ele enquadra o personagem de que nos ocupamos. “Mundo Novo era de Luanda, de origem kimbundo, mas os estudos ou talvez a permanência na Europa tinham-no libertado do tribalismo. Mantinha-se isolado, limpando a arma à luz da fogueira.” (*M*, 35) Ele acompanhará, ao lado de

Lutamos, o Comissário Político na missão de devolver a nota roubada. Enquanto esperam, escondidos, a passagem dos trabalhadores, o personagem faz a avaliação política da conjuntura. “Estranha situação que leva o que dá a esconder-se, pensou Mundo Novo. Só o colonialismo poderia provocar tal aberração.” (M, 60) Muito provavelmente adepto da *agitprop*, a política de agitação e propaganda revolucionária, a intervenção que ele faz, frente ao dono da nota, espantado deles terem vindo até ali só por aquele motivo, também é doutrinária. “— Era o nosso dever. O MPLA defende o povo, não rouba o povo — disse Mundo Novo.” (M, 61)

Na rotina de treinamento e estudos da Base, “Mundo Novo, que tinha estudado na Europa, por vezes ajudava Teoria” (M, 75). É um pouco nesse papel, de auxiliar de professor, que o guerrilheiro vai interpelar Lutamos por não estar na escola, e fazer-lhe um sermão sobre a necessidade dos estudos para a futura construção de Angola, cuja utopia, ele reconhece, pode vir a ser ameaçada por gente ambiciosa de poder.

— Tens de te convencer que precisas estudar. Como serás útil depois da luta? Mal sabes ler... onde vais trabalhar? / — Fico no exército — disse Lutamos. / — E julgas que para ficar no exército não tens de estudar? Como vais aprender artilharia ou tática militar ou blindados? Precisas de Matemática, de Física... / — Ora, eu não quero ser oficial. / — E quem vai ser oficial, então? Esses que se formam no exército tuga, sem formação política, que um dia tentarão dar um golpe de Estado? É isso que queres? Que depois da independência haja golpes de Estado todos os anos, como nos outros países africanos? Precisamos de ter um exército bem politizado, com quadros saídos da luta de libertação. Como vamos fazer, se os guerrilheiros não querem estudar para serem quadros? (M, 76)

Mais adiante, quando Lutamos afirma, com sua pragmática, que não precisa estudar pois não tem interesse em ser chefe, Mundo Novo responde com sua visão um tanto idealizada dos que teriam, desinteressadamente, diz ele, tal interesse.

— Há camaradas que estudam só para subirem, isso é verdade. Mas não podes dizer que são todos. Há outros que querem verdadeiramente ser úteis, ou que querem aprender pelo prazer de aprender. / — Tchá! — disse Lutamos. — Não acredito. Todos querem é subir ou viver melhor ou mandar. / — Nem todos, nem todos. É certo que uma pessoa que se aperfeiçoa está a pensar no seu futuro pessoal também, está a calcular que assim poderá viver melhor. Mas há aqueles que só pensam nisso e os outros, que pensam mais no bem do povo. (M, 77)

Sem Medo, que ouvia a conversa enquanto treinava os novos guerrilheiros, interrompe a atividade para um descanso e denuncia o pensamento quase religioso embutido no discurso de Mundo Novo, quando este afirma e repete: tem de pensar que haverá estes “que pensam mais no bem do povo”. Faz a crítica do que ele enxerga como idealismo revolucionário, por contraditório que isso possa parecer.

— Tens de pensar que haverá, Mundo Novo? Tens de pensar? / Mundo Novo cofiou a barba fina. Hesitou instantes. / — Sim, tenho de pensar. / — Como os crentes que sentem que têm de crer em Deus? Porque têm medo de deixar de crer, de perder o amparo dessa crença que lhes dá um significado à vida, não é? / — Não é bem isso. / — É quase isso. Praticamente é o mesmo. Quando alguém afirma que tem de acreditar no desinteresse de alguns homens, porque isso corresponde à idéia que ele tem de humanidade, mesmo que os fatos mostrem o contrário, então que é isso? Tem-se uma idéia preconcebida do gênero humano, uma idéia otimista. Por isso, recusa-se toda a realidade que contrarie essa idéia. É o esquematismo na política. É um aspecto religioso, uma concepção religiosa da política. Infelizmente, é a maneira de pensar de muitos revolucionários. (M, 78)

Quando Sem Medo afirma não acreditar que exista quem tenha postura de permanente desinteresse, Mundo Novo mais uma vez se aproxima do pensamento religioso, invocando o que poderíamos chamar *santos* revolucionários para dar autoridade à sua argumentação. Quando Sem Medo fala em “truque de político”, também poderia dizer *truque de padre*.

— Nem Lenine? / — Lenine? Eu não conheci Lenine, como poderei falar dele? Fala-me dos que conheço, dos homens que conheci. [...] E não me atires com os grandes homens na discussão, só para meter medo aos outros e dar forças aos teus argumentos. Isso é truque de político! / — Eu acredito que haja homens para quem só conta o bem dos outros. Che Guevara, Henda, para só dar esses exemplos. E muitos outros, anônimos. Quem não acredita nisso não tem confiança na generosidade humana, na capacidade de sacrifício da humanidade. É pessimista... / — E, portanto, incapaz de lutar coerentemente, não é isso? — disse Sem Medo. / [...] / — Para se lutar duma maneira coerente, é necessário um mínimo de otimismo, de confiança nos homens. Estou a pensar em mim e tu estás a pensar em ti, Comandante! Eu tenho confiança. Se tu não fores otimista, não poderás combater. (M, 80)

Logo depois do longo diálogo entre eles, do qual demos apenas um excerto, Mundo Novo ganha a voz narrativa num solilóquio e a usa para refutar, agora sem interlocutor, a argumentação *pessimista* do Comandante com toda a força da sua fé e com a visão elevada (“não sou egoísta”, “sou desinteressado”) que tem de si mesmo.

Como se fosse possível fazer-se uma Revolução só com homens interesseiros, egoístas! Eu não sou egoísta, o marxismo-leninismo mostrou-me que o homem como indivíduo não é nada, só as massas constroem a História. Se fosse egoísta, agora estaria na Europa, como tantos outros, trabalhando e ganhando bem. Por que vim lutar? Porque sou desinteressado. Os operários e os camponeses são desinteressados, são a vanguarda do povo, vanguarda pura, que não transporta com ela o pecado original da burguesia de que os intelectuais só muito dificilmente se podem libertar. Eu libertei-me, graças ao marxismo. / Por isso, Sem Medo está errado. Mas como explicar-lho, como fazer-lhe compreender que sua atitude anarquista é prejudicial à luta? (M, 83)

Se Sem Medo tivesse acesso ao solilóquio de Mundo Novo iria, é muito provável, apontar mais uma escorregadela do guerrilheiro na linguagem religiosa, apontando com

o dedo a referência ao “pecado original da burguesia”. Alguém poderia sair em defesa de Mundo Novo e afirmar que ele só reproduz determinada mentalidade da época. Mas Sem Medo vive na mesma época que ele e não se deixa dominar por tal mentalidade.

Num segundo solilóquio, que ocorre após o episódio da zanga e dos gritos de Sem Medo com o jovem guerrilheiro Vewê, atitude censurada pelo Comissário Político, Mundo Novo continua discrepando do procedimento geral do Comandante, a quem vê perdendo influência. Mais que a argumentação vale observar a linguagem, mistura de postulados políticos e palavras de ordem ligados por uma dialética rudimentar, e o resultado é uma análise bastante distanciada da realidade recriada no romance e observada pelos outros personagens.

Para que o progresso se faça, é necessário que um elemento crie o seu contrário, o qual entrará em contradição com ele para o negar. Sem Medo, de certa maneira, criou o Comissário, formando-o. Mas eis que este o ultrapassa em grau de consciência. Surge logicamente uma luta entre eles, luta que se traduz por posições práticas antagônicas. [...] / O Comandante não passa, no fundo, dum diletante pequeno-burguês, com rasgos anarquistas. Formado na escola marxista, guardou da sua classe de origem uma boa dose de anticomunismo, o qual se revela pela recusa da igualdade proletária. Não é de bom grado que aceita a democracia que deve reinar entre os combatentes e, por vezes, tem crises agudas e súbitas de tirania irracional. Defensor verbal do direito à revolta, adepto da contestação permanente, abusa da autoridade logo que a contestação se faz contra ele. [...] / A Revolução é feita pelas massas populares, única entidade com capacidade para a dirigir, não por indivíduos como Sem Medo. / O futuro ver-me-á, pois, apoiar os elementos proletários contra este intelectual que, à força de arriscar a vida por razões subjetivas, subiu a Comandante. A guerra está declarada. (M, 109-111)

A capacidade de perceber “elementos proletários” em meio à luta na mata parece indicação de um modo muito próprio de rotular o contexto à sua volta. Mundo Novo depressa há de perceber que, embora existam conflitos, e eles vão se acentuar no decorrer do romance, não há, ao contrário do que diz sua cartilha, o conflito que ele imagina entre o Comissário Político e o Comandante.

Entre as muitas coisas que os dois discutem num longo diálogo, Sem Medo fará um comentário sobre Mundo Novo, sobre a incompreensão que ele mostrou a respeito da postura política e da determinação do Comandante. “O que queria que tu compreendesses, e que me parece que o Mundo Novo não percebeu no outro dia, é que não é pelo fato de eu saber que não chegaremos ao paraíso prometido que recuarei.” (M, 125) Incompreensão resultante dele não reza estritamente pela sua cartilha. Mas Sem Medo, ainda em conversação com o Comissário, mostra que não tem uma visão negativa do dogmático guerrilheiro. Comentam a agitação que o Chefe de Operações

anda promovendo entre os kimbundos contra o kikongo André, em Dolisie. Teoria e Mundo Novo também foram por ele sondados. Comissário pergunta ao Comandante como acha que este último vai se comportar.

— Acho que não se meterá nas coisas, desde que perceba que a base de tudo é tribalismo. Talvez ainda não tenha topado muito bem e as complicações teóricas baralham-no... Complicações que ele vê, mas que não existem, entenda-se! Esse moço é realmente um teórico, mas tem estofo, gosto dele. Certamente pensa que sou um burguês, ele é o mais alto expoente do vosso grupo de dogmáticos. Mas isso passa-lhe! (*M*, 130)

Além dos desvios anarquistas e pequeno-burgueses que Mundo Novo vê no Comandante, sua intransigência revolucionária, que o transforma numa espécie de automeado fiscal ideológico, também não se conforma diante do comportamento do Comissário Político, ao perceber que afinal este não entrou em rota de choque dialético com Sem Medo, como ele havia previsto. “Mundo Novo tinha notado a modificação de atitude do Comissário.” (*M*, 136) Diante disso, chama a atenção para o afrouxamento da disciplina no acampamento. Não aceita como justificativa o fato de haver fome, os ânimos andarem exaltados.

— Eu acho que não se pode transigir. A situação agrava-se ainda mais. Todos aproveitarão a desculpa do enervamento para não se conterem. Acho que o camarada, como Comissário, deve ser inflexível. / — Não, isso só provocaria uma rebelião em peso, que noutra altura seria injustificável. / — Não se pode abandalhar a disciplina só por medo duma rebelião. / — Depende das ocasiões, das circunstâncias. / — Não, camarada Comissário, não posso estar de acordo. Isso é um compromisso, é mesmo um oportunismo. Há coisas rígidas, como a disciplina... [...] Há coisas que devem estar acima das circunstâncias. (*M*, 137)

Comissário Político encerra o diálogo com uma estocada verbal em Mundo Novo, que acusa o golpe.

— Obrigado pelo conselho, mas conheço o meu trabalho. E peço a opinião a quem quiser... Até sou obrigado a ouvir as opiniões que me querem impor, como a sua... / O Comissário virou-lhe as costas e afastou-se para a Base. Mundo Novo apertou os punhos para não gritar. Teleguiado, murmurou entre dentes. O Comandante apanhou-te sem o Das Operações, já te virou ao contrário e te meteu no bolso. (*M*, 138)

Comentando com Sem Medo o que se passou, este explica como o outro tem tantas certezas, enquanto até o Comissário Político, que já foi mais dogmático, vive cercado por dúvidas.

— Alguém pode estar seguro nesta situação? Diz, Comandante, alguém pode estar seguro? / — Sim, pode. O Mundo Novo! Ele tem uma Bíblia... Toda a verdade está escrita, gravada em pedra, nem dois mil anos de história poderão adulterá-la. Felizes os que crêem no absoluto, é deles a tranquilidade de

espírito! Não queres ser feliz, seguríssimo de ti mesmo? Arranja um catecismo... (M, 141)

Quando o dirigente, enviado para cuidar do problema do responsável André em Dolisie, discute com Sem Medo quem poderia ser seu substituto, o nome lembrado é Mundo Novo. Sem Medo está de acordo, acha que ele é duro e capaz, “tem boa formação, tem conhecimentos de organização, é dinâmico” (M, 173) e conhece os problemas que afligem os guerrilheiros. Diz também que pessoalmente não gosta muito dele por muito dogmático. O dirigente quer saber o que ele entende por dogmático, e o Comandante não tem nenhum problema em explicar.

— [...] Ele é demasiado rígido na sua concepção de disciplina, não vê as condições existentes, quer aplicar o esquema tal qual o aprendeu. A isso eu chamo dogmático, penso que é a verdadeira acepção da palavra. A sua verdade é absoluta e toda feita, recusa-se a pô-la em dúvida, mesmo que fosse para a discutir e a reforçar em seguida com os dados da prática. Como os católicos que recusam pôr em dúvida a existência de Deus, porque isso poderia perturbá-los. (M, 174)

Na preparação do ataque à Base supostamente invadida, Sem Medo se reúne ao grupo do Chefe de Operações que havia saído em patrulha. No grupo estava também Mundo Novo, que passou a discutir a operação junto aos chefes. “Mundo Novo instalou-se naturalmente no Comando, pensou Sem Medo. E fica-lhe bem.” (M, 228) Desse modo vai se consolidando a decisão de levar o dogmático a cuidar da retaguarda. Mas por enquanto ele ainda é um guerrilheiro, é ele quem acompanha Sem Medo no cauteloso deslocamento que os aproxima da Base. Concentrado em não fazer ruídos e permanecer invisível, o Comandante continua a avaliar o companheiro. “Sem Medo viu Mundo Novo colocar-se na primeira posição, do outro lado do regato. É corajoso, vai dar um bom responsável de Dolisie. A vida ensiná-lo-á a ser mais relativo.” (M, 235)

Constatado o engano, quando os guerrilheiros reunidos discutem o episódio, Mundo Novo parece assumir um novo papel, invertendo o anterior, opondo-se à posição menos flexível do Comissário Político, apoiando Sem Medo.

— Por que não fazer um julgamento público, uma reunião de todos os camaradas que aqui se encontram agora? — propôs Mundo Novo. — É muito mais democrático! / — Não é esse o estatuto do Movimento — disse o Comissário. / — De acordo, camarada Comissário. Mas o camarada Comandante falou e bem no esforço extraordinário que se fez. Este assunto tocou tanta gente que talvez fosse bom, para continuar a mobilização a que ele deu origem, continuar a discutir numa reunião, em que cada um daria a sua opinião. Assim, todo este caso seria muito positivo para a politização e mobilização dos camaradas. / [...] / O Mundo Novo adivinhou que se pensava nele para responsável e já está a assumir o seu papel, pensou Sem Medo, ou é naturalmente que se assume como quadro consciente? (M, 242)

Na última cena em que Mundo Novo está presente, ele é empossado em Dolisie. “Sem Medo meteu Mundo Novo ao corrente dos assuntos urgentes, foi ainda apresentá-lo no Depósito como novo responsável.” Mostra surpresa ao saber que Sem Medo apoiou a escolha. O Comandante explica seus motivos. “— Não temos as mesmas idéias [...]. [...] Tu és o tipo do aparelho, um dos que vai instalar o Partido único e onipotente em Angola. [...] Tipos como tu são os que preencherão essa fase intermédia. Por isso, acho que fiz bem em apoiar o teu nome.” (M, 248, vale para a anterior.) Mas não se pense que Mundo Novo, ainda que se mostre mais flexível, mais inclinado à negociação, talvez mais maduro, abandonou por completo suas dogmáticas convicções. Nesse último diálogo com Sem Medo ele deixa mais uma contribuição doutrinária. “— [...] Eu sei que o comunismo não será conquistado já, comigo em vida, que o mais que conseguiremos é chegar ao socialismo. São precisos muitos anos para vencer as relações de produção capitalistas e a mentalidade que elas deixam.” (M, 249) Ficará em Dolisie, na condição de burocrata. Não participará do ataque ao Pau Caído.

Mundo Novo é um personagem construído num registro de linguagem que beira a paródia, o pastiche de um discurso sectário muito exagerado, o que acaba lhe dando um contorno meio caricatural. Mas isso não significa que os traços realistas foram abandonados na sua construção, nem nega a verossimilhança fortemente reconhecível em alguns nichos sociais, mesmo nos dias de hoje.

MAYOMBE. CHEFE DE OPERAÇÕES, ASCENSÃO DO FILHO DE CAMPONÊS

Há dois momentos do romance em que Chefe de Operações toma para si a voz narrativa. O primeiro deles acontece na véspera do ataque à Base que estaria tomada pelos inimigos. É o terceiro em comando, imediatamente abaixo de Sem Medo e do Comissário Político. Mas vê uma grande diferença entre ele mesmo e o Comandante. “*Ele é um intelectual, eu um filho de camponês.*” (M, 229) No primeiro desses depoimentos (ou solilóquios) o personagem vai recordar a infância miserável nos Dembos em meio às prósperas roças de café dos colonos e seu envolvimento, mesmo com pouca idade, na revolta de março de 1961.

Eu era criança, mas participei nos ataques às roças dos colonos. Avançava com pedras, no meio de homens com catanas e alguns, raros, com canhangulos [armas de fogo rudimentares, artesanais]. Não podíamos olhar para trás: os kimbandas [curandeiros] diziam que, se o fizéssemos,

morreríamos. As balas dos brancos eram água, diziam eles. Depois da independência renasceriam os que tinham caído em combate. Tudo mentira. Hoje vejo que era tudo mentira. / Massacramos os colonos, destruimos as roças, mesmo o dinheiro queimamos, proclamamos território livre. Éramos livres. Os brancos durante séculos massacraram-nos, por que não massacrá-los? Mas uma guerra não se faz só com ódio e o exército colonial recuperou o território, o território livre voltou a ser território ocupado. (M, 229-230)

Embora tenha se juntado ao MPLA, aprendido a ler e aprendido “a fazer a guerra, uma guerra com organização”, rejeitou a recusa ao tribalismo, como orientava o Movimento. Sendo kimbundo, não tinha grande apreço pelos kikongos, por exemplo. “Foram os kikongos que vieram mobilizar-nos, que trouxeram as palavras de ordem do Congo de avançar à toa, sem organização.” (M, 230, vale para a anterior.) Tampouco pelo povo da região onde lutava.

O Comissário diz que, se avançarmos a luta em Cabinda, as outras regiões estarão aliviadas, porque o inimigo terá de dividir forças. É verdade. Por isso, luto aqui. Mas não por Cabinda, que não me interessa. Luto aqui para que a minha região tenha menos inimigos concentrados nela e assim possa ser livre. (M, 231)

Isso é confirmado por algo que já vimos: a desconfiança que Chefe de Operações vai nutrir por Lutamos ao longo do romance.

Das Operações — o personagem é designado pelo seu posto de comando, como se não fosse um indivíduo, mas uma função num coletivo; é nomeado de duas maneiras: uma completa, como Chefe de Operações; outra abreviada, com uma pequena variante, em que ele é Das Operações —, em seu tribalismo, faz lembrar uma história contada a respeito da Alemanha no período nazista. Boa parte da população alemã cultivava o antissemitismo, concordava que os judeus não prestavam, eram raça daninha e malfazeja, mas cada família dessas tinha um vizinho judeu, ou um conhecido judeu, que era diferente, uma exceção. O judeu conhecido era sempre uma boa pessoa. Das Operações, embora hostilize e despreze os kikongos, admira seu superior, que faz parte daquele grupo étnico.

O Sem Medo não. Ele é kikongo, mas nasceu em Luanda. O Sem Medo é um intelectual, é isso que complica as coisas. / [...] / Mas Sem Medo é um homem. Quando combate, tem o mesmo ódio ao inimigo que eu. As razões são diferentes, mas os gestos são os mesmos. Por isso o sigo no combate. (M, 230-231)

As restrições levantadas contra Sem Medo são de outra natureza, não são tribalistas. E são inferiores à admiração que ele tem pela coragem do chefe guerrilheiro. É o kikongo diferente, a exceção.

Como parte do Comando, Chefe de Operações está presente na reunião em que Teoria pede para não ser excluído do grupo por causa do ferimento no joelho. Mas os debates se dão entre o Comissário Político e Sem Medo. “O Chefe de Operações contemplava as sombras das árvores, deitado na lona. Ouvia a conversa dos outros, pensando na chuva que iria cair dentro de momentos e na casa quente de Dolisie, com a mulher a seu lado.” (M, 8) Sua participação é sumária, limita-se a votar contra o Comissário Político. “— E tu, camarada Chefe de Operações, o que pensas? — perguntou o Comandante. / — Penso que tem razão — respondeu distraidamente o outro. / — Bem, estou em minoria — disse o Comissário.” (M, 10) Esse comportamento de Das Operações vai ser discutido entre os dois outros membros do comando, discussão que permite ao leitor avaliar o juízo que eles fazem do outro graduado. Depois do Comissário Político perguntar a Sem Medo se nunca tinha reparado que o Das Operações votava sempre contra ele, os dois tentam entender-lhe os motivos.

— [...] Por que faz ele isso? / — Não tens idéia? / — Tenho duas: ou porque sou o Comandante, ou porque tu és o Comissário. / — Estás a gozar! / — Não estou nada. Ou porque sou o Comandante e deve apoiar-se para estar bem comigo e poder subir... ou porque tu és o Comissário, cargo logo a seguir ao dele, e deve estar contra ti, destruir-te, mostrar os teus erros, para apanhar o teu lugar. / [...] / — Também me parece que sim — disse o Comissário. — É pena! É um bom militar, no meu entender. / [...] / — Tens de te habituar aos homens e não aos ideais. (M, 15-16)

A justeza das observações logo será demonstrada na reunião do Comando para discutir o que devem fazer a respeito da exploração madeireira. O Comissário Político pretende uma ação para politizar os trabalhadores, Das Operações sugere uma emboscada contra os soldados, deviam deixar de lado os trabalhadores. “— [...] Os trabalhadores? Não vejo qual o interesse. Se ainda fosse para os fuzilar... Mas não. Para os politizar! Vocês acreditam que vamos politizar alguma coisa? Aqui só a guerra é que politiza.” (M, 23) Note-se que a sugestão de fuzilar os trabalhadores, lançada como brincadeira contra Lutamos, para mexer com o único cabinda do grupo, é encarada quase a sério por Das Operações (“Se ainda fosse para os fuzilar... ”). Em sua opinião, os cabindas eram mesmo um povo de traidores, já que se recusava a apoiar a luta e, mais importante, não eram kimbundos. Das Operações divergiu também da proposta do Comissário Político de procurar o trabalhador dono da nota roubada, mas foi vencido. No julgamento de Ingratidão do Tuga, Sem Medo e Das Operações ficam contra a duríssima punição de fuzilamento que o Comissário propõe, em conformidade com o regulamento. Das Operações intervém em dois momentos. Lembra que no caso de chegarem à execução,

“ou há uma revolta, ou a maior parte dos guerrilheiros deserta” (M, 65). Depois do infeliz comentário do Comissário Político sobre a falta de coragem do Comandante em fuzilar o traidor, respondida com a veemência que já vimos, é Das Operações quem apela para a legalidade, lembrando: “nós não temos autoridade para condenar à morte um guerrilheiro”, podem “propor, mas quem decide é a Direção...” (M, 67). Talvez a postura do guerrilheiro kimbundo não seja tão desinteressada e legalista assim. Sem Medo sabe de outros motivos que possam inspirá-lo. Quando, na Base, discute-se quem irá a Dolisie e o Comissário sugere que vá Das Operações, Sem Medo escancara esses motivos dando uma resposta que

[...] foi uma chicotada que soou na mata: / — *Pas de question!* Quem for, tem de levar o Ingratidão para a prisão. O Das Operações era capaz de o deixar fugir, só porque é parente dele. / O Das Operações encolhera-se ao som da chicotada. Sorriu com meia boca, esgar que lhe ficou colado aos lábios. / — Mas, camarada Comandante, está a brincar... Eu... / — Brincar? Nunca falei tão a sério. Pensas que não conheço a minha gente? (M, 74)

O parentesco entre Das Operações e Ingratidão do Tuga, se não fosse outro, era no mínimo o de serem ambos kimbundos.

O Comissário Político volta depressa de Dolisie, descontente com o comportamento do responsável André. Volta sem a comida que foi buscar, diz que será enviada no dia seguinte. Sem Medo duvida. Pelo André, segundo ele, iam morrer todos de fome. É mais uma oportunidade para Das Operações mostrar suas qualidades e abrir nova disputa com o Comissário. Sem Medo acrescenta ironia à discussão.

O Chefe de Operações levantou o braço, como que pedindo a palavra. Falou pausadamente, procurando com cada palavra lançar uma pedrada ao Comissário. / — Morrer de fome, não, pois consegui caçar uma cabra-monte. Carne há para uns dias. E amanhã pode ser que cace mais. Foi pena o Comissário ter-se esquecido de trazer mais óleo e sal, para se preparar convenientemente a carne. / O Comissário ia ripostar. / — Fizeste muito bem, Das Operações — disse Sem Medo. — Foi uma operação brilhante! Vamos nomear-te caçador oficial da Base. (M, 96)

Quando o kikongo Pangu-Akitina, provocado pelos kimbundos, se envolve em violenta e ameaçadora discussão tribalista, é Chefe de Operações quem restaura a ordem. “— Bem, o Comando vai resolver isso depois — disse o Chefe de Operações. — E agora dispersem!” (M, 108) Ao contrário do que aconteceu com Teoria, a voz de comando dele foi prontamente obedecida.

O reabastecimento prometido não viera. O Chefe de Operações segue para Dolisie, prometendo enviar rapidamente guerrilheiros com comida. Quando ele chega,

dias depois do esperado, traz não só comida, mas notícias da encrenca que se armou na retaguarda.

— Coisa séria, há muita confusão... Foram apanhados o camarada André e a camarada Ondina... Apanhados no capim! Está tudo em pólvora. Dolisie está quase a pegar fogo. Não sei como fazer com o Comissário. Toda a gente sabe, ele tem de saber. / Sem Medo encostou-se a uma árvore. Acendeu um cigarro. O Chefe de Operações reparou que a mão do Comandante tremia. (M, 145-146)

Depois de entregar ao Comissário a carta enviada por Ondina, Das Operações continua avaliando a situação com Sem Medo. Lembra que “o problema tribal vai entrar também”, já que, ambos sabiam, “André era kikongo e Ondina noiva de um kimbundo” (M, 147). O Chefe de Operações é, antes de tudo, um bom e consciencioso militar. Ficará no comando da Base, enquanto Sem Medo e o Comissário seguem para Dolisie, cuidar dos assuntos políticos e pessoais. Quando o Comissário Político regressar, passará a ele o comando.

Mais tarde, durante a marcha para resgatar a Base, Das Operações mostra sua coragem e seu disciplinado senso militar, que o leva a garantir, mesmo contrariando a vontade do superior, a segurança do Comandante.

Sem Medo meteu-se à frente da coluna. Precisavam ir a corta-mato, pois o inimigo devia controlar o caminho de acesso à Base. O Chefe de Operações pôs-se ao lado de Sem Medo. / — Desculpe, camarada Comandante. Mas o camarada deve ir no meio da coluna. Vou eu à frente. / — Deixa-te disso! / — Não. Pode haver uma mina, nunca se sabe. O comandante é demasiado importante para ir à frente. / Sem Medo não respondeu. Obedeceu. Vários guerrilheiros se puseram entre ele e o Chefe de Operações, que abria a mata à catanada. (M, 225)

Quando Sem Medo resolve se aproximar da Base ainda durante a noite, para tentar perceber qual é a situação, Das Operações o acompanha, mostrando mais uma vez preparo e capacidade como guerrilheiro, cuidando para, de maneira nenhuma, alertar o inimigo.

Descalçaram as botas e avançaram cautelosamente, evitando pisar os ramos secos que disparavam como armas na noite. [...] / O Chefe de Operações ia à frente, caminhando como um gato. Sem Medo era mais pesado, fazia por vezes barulhos imperceptíveis. Tinham de caminhar a um metro de distância um do outro, pois a noite era escura e só os pirilampos a iluminavam fugazmente. Ao fim de meia hora, chegaram ao rio. Tinham andado cem metros. (M, 227)

No seu segundo solilóquio, Das Operações faz o elogio do Comandante após a mobilização conseguida para resgatar a Base. Diz que se o Comissário Político não

entendeu a gargalhada de Sem Medo, os combatentes não só entenderam como apoiaram. Chega a por de lado seus preconceitos tribalistas.

Hoje, Sem Medo ganhou o apoio dos guerrilheiros da Base e dos de Dolisie. Não se fala de outra coisa, só se fala do Comandante. Esqueceram que ele é kikongo, só vêem que ele é um grande Comandante. / Se todos pensam assim, sobretudo o Chefe do Depósito que já é um mais velho, talvez então seja verdade. Começo a pensar que fomos injustos para ele. (M, 244)

O Chefe de Operações também vai participar da última ação do romance: o ataque aos tugas acampados no Pau Caído. Vai testemunhar a morte heroica do cabinda de quem ele sempre desconfiou, vai ver o chefe kikongo sacrificar-se também para salvar o kimbundo Comissário. É em razão disso que ele vai pronunciar as palavras elogiosas aos dois mortos, ao pé da sepultura, concluir com algo que serve para todos, inclusive para ele. “É uma grande lição para nós, camaradas.” (M, 267) Uma lição que pode significar, senão o abandono, pelo menos a dúvida sobre as convicções tribalistas. Convicções que se mostraram resistentes aos apelos, discursos e arrazoados políticos, mas podem ruir diante da experiência prática da solidariedade entre companheiros que não se detém nem diante da morte, ficando, portanto, muito acima das lealdades tribais.

MAYOMBE. INGRATIDÃO DO TUGA, GUERRILHEIRO PUNIDO

Ingratidão do Tuga, com seu estranho e singular nome de guerra, é personagem com papel muito reduzido, curta participação no romance. Ele pouco fala e pouco age, é mais notado pelo modo como os outros reagem e são afetados pelo seu comportamento. Está nas primeiras ações da trama, o ataque à exploração madeireira e a emboscada contra os soldados portugueses. Entre esses dois acontecimentos Ingratidão do Tuga vai cometer o ato que o fará cair em desgraça.

A referência inicial ao personagem é uma observação de Sem Medo, quando, já próximos aos madeireiros, preparam o primeiro ataque. “Ingratidão está desconfiado do Lutamos.” (M, 21) Assim sumária, a observação informa apenas parcialmente o nome de guerra, e indica possível tendência assemelhada à do Chefe de Operações, de desconfiar dos que não pertencem ao seu grupo étnico. Ingratidão do Tuga também é kimbundo.

No pós-ataque colocou “três minas antipessoais perto do buldôzer” e, já longe, fez um comentário sobre a armadilha. “— Foi pena não reforçar as minas com dinamite — disse Ingratidão do Tuga — mas não dá tempo.” (M, 29). Quando liberam os

trabalhadores aprisionados, no dia seguinte, devolvendo tudo o que lhes pertencia, “foi impossível encontrar a nota de cem escudos que tinham retirado dos bolsos do mecânico, e que Ekuikui guardara” (M, 37). Já vimos como Sem Medo apanhou Ingratidão do Tuga, que havia surrubiado a nota. O que não vimos foi a denúncia diante dos outros guerrilheiros.

— Sacana! — disse Sem Medo, arquejando. — Desconfiava de ti desde o primeiro momento. / Arrastou Ingratidão para o meio do grupo e disse: / — Foi ele que dormiu ao lado de Ekuikui. Agora estava a tentar enterrar a nota, para depois a recuperar. Mas eu estava atento. Fala, como apanhaste essa nota? / Era inútil esconder, perigoso mesmo. Ingratidão do Tuga confirmou que dormira ao lado de Ekuikui e tinha visto em que bolso o ex-caçador tinha guardado a nota. Roubara-a durante a noite. Os guerrilheiros não diziam nada, uns estavam a favor de Ingratidão, outros contra. / — Serás julgado ao chegar à Base. A tua arma fica com Ekuikui, que te vai guardar. Cuidado se ele foge! Serás tu julgado no seu lugar. (M, 39-40)

Aqui há duas coisas a observar. A primeira é a divisão dos guerrilheiros, “uns estavam a favor de Ingratidão, outros contra”. Por qual motivo parte do grupo aprovaria um roubo? A outra é a desonra do guerrilheiro, privado de sua arma, mesmo que isso representasse um perigo. “Lutamos pôs-se à frente da coluna e esta lá seguiu, levando no meio um Ingratidão do Tuga desarmado, o que era um risco, pois o inimigo podia aparecer dum momento para o outro.” (M, 40-41) Mas não o deixaram desarmado diante da perspectiva de combate, na tocaia da emboscada. “Tinham devolvido a arma a Ingratidão do Tuga, mas Ekuikui recebera a missão de o vigiar de perto. Ekuikui cumpria, muito compenetrado, o seu papel.” (M, 50) Veremos também que a ameaça do Comandante, de punir o guarda, no caso de fuga do prisioneiro, embora não seja usada contra Ekuikui, não é uma ameaça vã.

Para entender o apoio de parte dos guerrilheiros ao ladrão, é preciso atentar para o início do primeiro solilóquio de outro guerrilheiro, Milagre. Ele vai dizer, direta e explicitamente ao leitor, porque apoia Ingratidão do Tuga e considera irrelevante o roubo, e quais são os motivos ocultos de Sem Medo.

Viram como o Comandante se preocupou tanto com os cem escudos desse traidor de Cabinda? Não perguntam por quê, não se admiram? Pois eu vou explicar-vos. / O Comandante é kikongo; embora ele tenha ido pequeno para Luanda, o certo é que a sua família veio do Uíje. Ora, o fiote e o kikongo são parentes, são no fundo o mesmo povo. Por isso ele estava tão furioso por se ter roubado um dos seus primos. Por isso ele protege Lumumba, ou outro traidor. E viram a raiva com que ele agarrou o Ingratidão? Por quê? Ingratidão é kimbundo, está tudo explicado. (M, 47)

A próxima participação do guerrilheiro que estamos examinando é passiva. Ele assiste ao próprio julgamento.

O julgamento de Ingratidão do Tuga realizou-se no dia seguinte. Julgamento em que participavam todos os guerrilheiros da Base. Ingratidão reconheceu que tinha roubado. Cada guerrilheiro falou, todos condenaram o gesto. Mas alguns invocavam circunstâncias atenuantes; entre eles, Teoria e Ekuikui. O Comando reuniu-se em seguida, para deliberar sobre a pena. (M, 63)

Nessa reunião vai ocorrer o desentendimento entre Comissário Político e Sem Medo, em que o primeiro duvida da coragem do Comandante para ordenar uma execução, e Sem Medo contra dramaticamente como executou pessoalmente um traidor. O resultado da reunião vai ser comentado por Milagre, em novo solilóquio, amargo e sectário, ou melhor, tribalista.

Vejam a injustiça. Eu, Milagre, vim de Quibaxe, onde os homens atacavam o inimigo só com catanas e a sua coragem, eu vim de longe, o meu pai foi morto, a cabeça levada pelo trator, para ver agora um dos nossos, amarrado, seguir para o Congo, amarrado, porque ficou com cem escudos dum traidor de Cabinda! Eu, Milagre, nasci para ver isto! / Ingratidão foi condenado a seis meses de cadeia. E quantos traidores não são castigados, são mesmo aceites? Lutamos foi castigado? Tentou avisar os trabalhadores que íamos prendê-los, tentou sabotar a missão, foi castigado? (M, 67-68)

Comissário Político leva Ingratidão do Tuga para a prisão em Dolisie, depois de Sem Medo vetar Chefe de Operações nessa missão. Um kimbundo conduzindo outro à prisão, ele sabia, não dava certo. Quando tem de ir a Dolisie ele mesmo, em virtude da encrenca criada por André, Sem Medo, nomeado responsável interino, também vai ser informado do que aconteceu com o prisioneiro. Antes dele, o leitor saberá, avisado diretamente pela voz de André. “*Não há dúvida que são os kimbundos que fazem a lei. Não conseguiram eles libertar o Ingratidão? Quero ver agora como Sem Medo resolverá o problema.*” (M, 185) Sem Medo só tomará conhecimento da notícia ao se despedir do dirigente e de André, conduzido a Brazaville para julgamento. “*Na estação souberam da fuga do Ingratidão do Tuga. O dirigente olhou o Comandante. / — Trata-se dum guerrilheiro teu. Tens de resolver isso imediatamente.*” (M, 188) Depois que o trem parte, Sem Medo vai até a cadeia. Determina que os dois guerrilheiros que guardavam Ingratidão quando ele fugiu deverão ficar presos. Contra os murmúrios de descontentamento que ouve, expõe com clareza seus motivos e mostra sua implacável determinação.

— Camaradas, sei que vai haver agitação, estava à espera dela. Vão atirar mais isto para cima do camarada André. Neste caso ele não tem nada a ver, sabem tão bem como eu. Vamos falar claro! O Ingratidão é kimbundo, a

maioria de vocês também o é. Algum malandro aproveitou a confusão de Dolisie para o libertar. Pensaram que se não tomariam medidas porque, como o André é kikongo e cometeu crimes, ninguém ousaria tomar uma medida contra um kimbundo. Pois eu tomo! A mim não me interessa se este é kikongo ou kimbundo. Sou contra aquele que comete. [...] Todos aqui me conhecem. Só os cegos ou os desonestos podem dizer que faço tribalismo. E sabem que não tenho medo de chantagem tribal. O camarada Chefe do Depósito é responsável pelos dois presos. Até que um deles fale, se acuse e diga que o outro não tem nada a ver. O inocente será imediatamente libertado. (M, 190-191)

Dois guerrilheiros, o “Mata-Tudo e o Katanga” (M, 190) lá ficaram presos em virtude do comportamento de Ingratidão do Tuga, primeiro roubando o dinheiro, depois aceitando a facilitação da fuga. Mas dele mesmo não há mais nenhuma notícia no romance.

MAYOMBE. MILAGRE, O BAZUQUEIRO TRIBALISTA

Já vimos como Milagre reagiu aos acontecimentos envolvendo Ingratidão do Tuga, como com seus solilóquios explicou as razões secretas, as injustiças tribalistas cometidas pelos chefes. “*Na Primeira Região, isto não ficaria assim! Esse Comandante há muito teria ido já para o tuga, para escapar ao nosso castigo. E o Comissário seguia-o, esse miúdo que só faz o que lhe diz o Sem Medo.*” (M, 68) Mas ele faz mais que isso, elabora uma verdadeira justificativa da justiça do tribalismo, desde que se favoreça a tribo certa, e ainda invoca Lênin (ou Lenine, como ele diz) para dar autoridade aos seus argumentos.

Os intelectuais têm a mania de que somos nós, os camponeses, os tribalistas. Mas eles também o são. O problema é que há tribalismo e tribalismo. Há o tribalismo justo, por que se defende a tribo que merece. E há o tribalismo injusto, quando se quer impor a tribo que não merece ter direitos. Foi o que Lenine quis dizer, quando falava de guerras justas e injustas. É preciso sempre distinguir entre o tribalismo justo e o tribalismo injusto, e não falar à toa. [...] / Eu sofri o colonialismo na carne. O meu pai foi morto pelos tugas. Como posso suportar ver pessoas que não sofreram agora mandarem em nós, até parece que sabem do que precisamos? É contra esta injustiça que temos de lutar: que sejam os verdadeiros filhos do povo, os genuínos, a tomar as coisas em mãos. (M, 47-48)

Milagre parece construído em torno de uma obsessão tribalista. Mas, com certeza, não está no grupo de Sem Medo por esse motivo. Está para manejar a bazuca. “*Bazuqueiro, gosto de ver os caminhões carregados de tropa serem travados pelo meu tiro certo. Penso que na vida não pode haver maior prazer.*” (M, 32) Quando procura cercar e aprisionar um dos madeireiros, vê que sua arma é excessiva para aquela ação.

Milagre, voando sobre os troncos caídos, aproximou-se dum trabalhador. De repente, uma baixa e um regato. O trabalhador lançou-se de mergulho e foi rastejando sobre as pedras do rio pouco profundo. Milagre levava a bazuca e hesitou: gastaria um obus no ar para o travar? O trabalhador desapareceu na curva do regato, rasgando o ventre nas pedras, e Milagre voltou para trás, trazendo como troféu a catana que caíra da cintura do homem. (*M*, 27)

Mas na emboscada aos portugueses, quando o Comandante inicia o fogo, o tribalista kimbundo sabe exatamente o que fazer. “Dois segundos depois, Milagre erguia-se e bazucava sabiamente o grupo avançado. Os soldados, apanhados na mais completa surpresa, só placaram ao solo ou cambalhotaram, quando já muitos tinham caído.” (*M*, 53) Sua atuação vai merecer um elogio silencioso do Comandante.

Milagre, expondo-se perigosamente, bazucou uma moita donde vários inimigos faziam fogo nutrido. A ação de Milagre fez parar o fogo inimigo, e os guerrilheiros aproveitaram para recuar rastejando, até ficarem ao abrigo dos tiros adversários. Grande combatente, esse Milagre, pensou Sem Medo, enquanto rastejava. (*M*, 54)

Quando chegam novos guerrilheiros à Base, Milagre está entre os que se reúnem para batizá-los com o nome de guerra. A um deles, “Milagre propôs ‘Avança’, e logo Muatiânvua disse que não podia, ele tinha era cara de quem recua” (*M*, 73). Era o jovem guerrilheiro que viria a ser chamado Vewê, o cágado. Essa recepção brincalhona aos recém-chegados constituiu um momento descontraído, alegre, no cotidiano da Base. Mas a comida escasseava, as disputas tribalistas reapareceram. Milagre será um dos kimbundos que vai discutir com o kikongo Pangu-Akitina na cabana do chefe Kiluanje.

— Viste como o Comissário ficou zangado? — perguntou Milagre. — Se ele ficou assim, é porque o Comandante estava mesmo errado. O Comissário não fica zangado à toa! / — Por que o Comissário nunca erra? — disse Pangu-Akitina. / — Não é por isso que estou a falar — disse Milagre. — Mas tu, lá porque és kikongo, só queres defender o Comandante.

Fará ameaças imaginárias ao Comandante (“— Nos Dembos — disse Milagre — um tipo como o Sem Medo já não vivia. Já o tínhamos varrido.”) e acusações gerais aos kikongos (“— Vocês julgam que vêm aqui fazer como na UPA? — disse Milagre. — O vosso partido é a UPA, o partido dos kikongos. Vieram aqui sabotar, estão a trabalhar para o imperialismo.” *M*, 105, também para as anteriores) e repele a interferência do mestiço Teoria (“— Tu, cala-te — disse Milagre. — Não tens nada que falar, ouviste? A conversa não é contigo...” *M*, 106). Milagre, muito nervoso, foi imobilizado pelos seus próprios companheiros. “Os guerrilheiros kimbundos riram e não responderam. Tinham segurado Milagre violentamente, para evitar que discutisse mais.” (*M*, 107)

Milagre só vai reaparecer no combate do Pau Caído. Fará parte do “grupo de bazucas, onze homens, os cinco bazuqueiros, cinco municidores” sob comando do Chefe de Operações. “As cinco bazucas ficariam de lado, para destruírem as trincheiras que os tucas tinham feito.” (M, 256, vale para a anterior.) Quando o ataque começou

[...] Sem Medo ouviu a primeira bazucada. / Fora Milagre, o melhor. O primeiro grupo inimigo que compreendeu o que se passava precipitou-se para uma trincheira. Milagre levantou-se, avançou dois passos e lançou um obus que aniquilou os inimigos antes que se instalassem convenientemente na trincheira. Os que corriam para a segunda trincheira ficaram estupefatos, inertes, vendo Milagre, de pé, o peito descoberto, carregando a bazuca. (M, 261)

Findo o combate, derrotados os inimigos, sepultados os camaradas mortos, o tribalista Milagre, depois de ouvir as palavras ditas pelo Chefe de Operações, parece ter aprendido a lição de que falou o graduado. Faz o elogio do kikongo e do cabinda tombados. “Milagre, o bazuqueiro, suspirou e disse: / — Foi um grande Comandante! E Lutamos um bom combatente!” Com sua ferramenta de luta inicia a salva de tiros com que todos saudarão os heróis. “Afastou-se uns passos dos outros e lançou um obus de bazuca que foi estourar no tronco duma amoreira, a cem metros deles. Os guerrilheiros imitaram e as AKAs e Pépéchás cantaram, em última homenagem.” (M, 268, vale para a anterior.)

MAYOMBE. MUATIÂNVA, ANARQUISTA DAS PALAVRAS, ANTITRIBALISTA

Este guerrilheiro adotou o nome de um antigo rei da Lunda, onde nasceu. No único momento em que toma a voz narrativa, diz ser filho de um bailundo, trabalhador nas minas de diamante, morto de tuberculose quando tinha ele um ano, e de “*uma kimbundo do Songo*” (M, 131), mas não reduziu sua vida escolhendo entre uma daquelas etnias. “*Eu sou o que é posto de lado, porque não seguiu o sangue da mãe kimbundo ou o sangue do pai umbundo.*” (M, 133) Resolveu ampliá-la e conhecer muitas outras tribos e culturas, embarcando. “*Marinheiro do Atlântico, e mesmo do Índico eu fui. Cheguei até a Arábia, e de novo encontrei as praias amarelas de Moçâmedes e Benguela, onde cresci.*” (M, 132) Só abandonou o mar quando viu um motivo para a volta.

[...] um dia, estava eu nos Camarões ouvi na rádio o ataque às prisões, no 4 de fevereiro. O meu barco voltava para o sul e não cheguei a Angola. Fiquei em Matadi, ex-Congo Belga. Lumumba tinha morrido, a ferida sangrava ainda, a ferida só ficou sarada quando o 4 de fevereiro estalou. / Onde eu

nasci, havia homens de todas as línguas vivendo nas casas comuns e miseráveis da Companhia. Onde eu cresci, no Bairro Benfica, em Benguela, havia homens de todas as línguas, sofrendo as mesmas amarguras. O primeiro bando a que pertenci tinha mesmo meninos brancos, e tinha miúdos nascidos de pai umbundo, tchokue, kimbundo, fiote, kuanhama. (M, 132-133)

A vida errante, as experiências diversificadas, deram-lhe a certeza que não era sábio restringir a existência a um único ponto de vista, criador de falsas certezas e da falsa segurança de pertencer a um grupo.

Querem hoje que eu seja tribalista! / De que tribo?, pergunto eu. De que tribo, se eu sou de todas as tribos, não só de Angola, como de África? não falo eu o swahili, não aprendi eu o haussa com um nigeriano? Qual é a minha língua, eu, que não dizia uma frase sem empregar palavras de línguas diferentes? E agora, que utilizo para falar com os camaradas, para deles ser compreendido? O português. A que tribo angolana pertence a língua portuguesa? / [...] / Eu, Muatiânvua, de nome de rei, eu que escolhi a minha rota no meio dos caminhos do Mundo, eu, ladrão, marinheiro, contrabandista, guerrilheiro, sempre à margem de tudo (mas não é a praia uma margem?), eu não preciso de me apoiar numa tribo para sentir a minha força. (M, 133-134)

Talvez seja por saber de tudo que Muatiânvua já foi na vida (“ladrão”, “contrabandista”, por exemplo) que Sem Medo chama-lhe lúmpen, depois dele zombar de um Lutamos já zangado, ao dizer que os trabalhadores cabinda deviam mesmo ser varridos à bala (“É só varrer, pá!”) por não aderirem à luta. “— O Muatiânvua está a brincar com o Lutamos — disse o Comandante. — Estes lumpens gostam sempre de brincar com coisas sérias... / Muatiânvua riu, acendendo um cigarro. Piscou o olho para Lutamos.” (M, 18, vale para a anterior.) Assim, num recurso à antítese, um dos personagens mais conscientemente antribalistas do romance apresenta-se ao leitor em sua primeira participação, fazendo um gracejo tribalista.

A coragem e independência quase indisciplinada de Muatiânvua ficam demonstradas por seu comportamento após a emboscada à tropa portuguesa. No ponto de recuo, já distantes dos soldados sobreviventes, o Comando verifica a ausência de Muatiânvua. Dois guerrilheiros saem à sua procura, mas logo o encontram, voltando.

— Que ficaste lá a fazer? — perguntou Sem Medo. / — A contar os mortos, para o Comunicado de Guerra! Havia 16 corpos na estrada, mortos ou feridos, quem sabe? Os outros estavam zangados, insultavam mal... / — Quando mando recuar, é para recuar! — gritou Sem Medo, para se convencer. Fizera um dia a mesma coisa e fora criticado e louvado ao mesmo tempo. Mudou logo o tom de voz: — Dezesseis, dizes tu? Não foi nada mau. Vamos embora! (M, 55)

Quando a comida volta a faltar na Base, visto que nada veio de Dolisie, todos gritam e ninguém tem razão, como diz o provérbio. Sem Medo grita com Vewê,

Comissário Político adverte Sem Medo, os guerrilheiros discutem e se enfrentam na cabana de Kiluanje. O tribalismo, unido à perspectiva da fome, volta a deixar os ânimos exaltados. Para sair daquele ambiente, Sem Medo chama Lutamos e Muatiânvua para acompanhá-lo numa patrulha, à procura de caça, mas também para sondar as opiniões daqueles dois destribalizados sobre o que se passa na Base e em Dolisie. Quando Sem Medo toca no assunto, o antigo embarcadiço é o primeiro a se manifestar.

Muatiânvua não esperava senão isso. Cofiou a barba, enquanto os olhos pareciam soltar-se do rosto anguloso. / — O que se passa é que está a haver agitação na Base. Uns dizem que se não há comida é porque a direção não faz confiança no Comando da Base, que está dividido. Outros que porque o Comandante não serve e não faz ações que justifiquem a comida. Outros, esses são poucos, dizem que a culpa é dos civis e que é preciso mudar as coisas. Há os que são pelo Comandante, os kikongos; os que são pelo Comissário contra o Comandante; os que são pelo Chefe de Operações, contra o Comissário e o Comandante; os que são pelo Chefe de Operações e o Comissário contra o Comandante; enfim, são esses... / Sem Medo sorriu tristemente. / — E os que são pelo Comandante, sem serem kikongos, ou pelo Comissário, sem serem kimbundos? / — Há, mas, eh pá, são poucos! (M, 113-114)

Sem Medo afirma que, ao contrário do que muitos pensam, não há divisão no Comando e que serão inúteis as tentativas de intrigá-lo com o Comissário e o Comissário tampouco vai entrar nessa.

— Não, a gente só contou o que dizem os guerrilheiros — disse Muatiânvua. — Eu não vou com uma pessoa contra a outra. Eu vou com o que tem razão. Não gosto de intrigas, sempre falei de homem a homem. O que disse posso repetir numa reunião, com o André e tudo. / — Eu sei — disse Sem Medo. / Muatiânvua era considerado por muitos como “anarquista nas palavras”. Quando se levantava numa reunião, muitos tremiam intimamente: Muatiânvua só falava quando tinha uma bomba para a discussão, que atirava para o meio de uma reunião, com um *rictus* trocista na boca, os cabelos em desordem e os olhos dardejando desprezo para o responsável em falta. Fora muitas vezes indigitado para estágios ou mesmo para promoções. Mas sempre aparecia um inimigo feito pelas suas palavras para lhe sabotar o estágio ou a promoção. Muatiânvua encolhia os ombros e dizia que não viera para passear pelo estrangeiro — que conhecia devido às viagens de marinheiro — ou para ser chefe; viera para lutar. (M, 115-116)

Ainda que haja quem pense que ele devia ter mais papas na língua, Muatiânvua, *o anarquista nas palavras*, é um guerrilheiro capaz e disciplinado na ação (que é o que conta), a ponto de ter sido indicado “para estágios ou mesmo para promoções”. Mas é também um homem livre, capaz de pensar com sua própria cabeça, recusando as muletas das concepções pré-existentes. Deve dizer verdades que outros preferiam ver silenciadas, esses são os inimigos que conspiram para afastá-lo da subida na hierarquia. A resposta que ele lhes dá é de uma singeleza firmeza, rejeitando viagens e cargos,

dando prioridade à luta. Sem Medo, também acusado de anarquista pelos dogmáticos, tem plena confiança em Muatiânvua, leva em conta suas palavras e sua opinião. “Sem Medo bateu-lhe no braço. / — Eu sei. Não falo para ti, nem para o Lutamos.” (*M*, 116)

Quando voltam à Base, sem ter caçado nada, Muatiânvua mostra como está sempre atento e preocupado com a harmonia do Comando. Repara que Sem Medo e o Comissário Político se afastaram juntos. “Sentaram-se sobre um tronco caído, à entrada da Base, as armas nos joelhos. Muatiânvua vira-os e não despegava os olhos dos dois vultos.” (*M*, 117) Vai fazer a guarda daquela conversa, e terá companhia. “Muatiânvua continuava a observá-los [...]. Ekuikui aproximou-se [...]. / — Estão a discutir? / — Só a falar — disse Muatiânvua. / — Estão zangados? / — Não sei. / — Se ao menos ficassem de acordo... / — Por que é que não haveriam de ficar?” (*M*, 120) A preocupação se esvazia quando fica perceptível o entendimento entre os chefes. Mas Muatiânvua não se afasta, como uma sentinela fiel.

Muatiânvua tocou na perna de Ekuikui. Sussurrou: / — Está tudo porreiro! É conversa mole, pá! / — Sim, parece que está tudo porreiro. Vamos deitar? / — Não, agüenta. É bom tomar conta deles, a noite está escura. / Teoria fora urinar e encontrou os outros dois. / — Que fazem aí, camaradas? / — Guarda — disse Muatiânvua, apontando os dois vultos. / Teoria sentou-se também, com a arma entre os joelhos, contemplando o Comissário e Sem Medo. / — Enquanto os outros desejam que eles se peguem um com o outro, vocês são os únicos que velam por eles — disse Teoria. / — Há mais, camarada, há mais! — disse Ekuikui. (*M*, 127)

Souberam com certeza que tudo estava bem quando perceberam que os dois riam “como duas crianças que enganaram os pais. Muatiânvua e os companheiros ouviram os risos e apertaram os braços uns dos outros” (*M*, 129). Os agora três guardas só se desmobilizam ao perceber que a conversa entre os chefes terminou. “Levantaram-se, rindo. Foram para a casa do Comando [...]. Tranqüilizados, Muatiânvua e os companheiros foram-se deitar.” (*M*, 131)

Muatiânvua só volta à cena no combate do Pau Caído. É um dos que seguem Sem Medo quando ele dá a ordem de ataque para salvar o Comissário. Depois ajuda a carregar Sem Medo mortalmente ferido. “O Comissário e Muatiânvua transportaram o Comandante para o sítio de recuo.” (*M*, 264) Quando fica constatada a morte de Sem Medo, procurando afastar o grupo dos obuses portugueses que se aproximavam perigosamente, Muatiânvua sugere ir embora e ouve o Comissário dizer o que Sem Medo pensava dele. “— És tu que dizes para irmos embora? — gritou o Comissário. — Tu, de quem ele gostava tanto? Tu, Muatiânvua? Ninguém vai embora. Vamos enterrá-

lo aqui.” (M, 267) Ele, o anarquista nas palavras, é um dos guerrilheiros que disparam suas armas em homenagem aos caídos na luta.

MAYOMBE. EKUIKUI, O CAÇADOR DO BIÉ

Durante a marcha rumo à exploração madeireira, os guerrilheiros sentem cheiro de elefante. O mais interessado é Ekuikui, dividido entre a caça e a guerra.

O cheiro de elefante era persistente. Pena que não viemos caçar, pensou Ekuikui, o caçador; daria comida para muito tempo. E, ao atravessarem de novo o rio, depararam com uma manada de elefantes. Instintivamente, Ekuikui levantou a arma. / — Ninguém dispara! — gritou o Chefe de Operações. / Ekuikui contemplava os elefantes que se afastavam calmamente, agitando as trombas e as enormes orelhas, nada alarmados por aquela fila de homens de verde que saíam do verde imenso do Mayombe. O Comissário bateu-lhe no ombro: / — Viemos procurar o tuga. Se fazemos fogo, o tuga pode ouvir e ficar de prevenção. / Ekuikui, o caçador do Bié, abanou tristemente a cabeça. / — Eu sei, camarada Comissário. (M, 19)

A marcha prossegue e o guerrilheiro que veio da região central de Angola continua atento, procurando animais na mata. “Ekuikui estudava as árvores, procurando vestígios de macacos. Fazia-o por hábito, o seu passado de caçador nos planaltos do Centro tinha-o marcado.” (M, 20-21) Esquece a caça quando participa da ação do grupo, surpreendendo os madeireiros.

Nem protestaram, quando viram os canos das pépéchás virados para eles. Os olhos abriram-se, o imenso branco dos olhos comendo a cara toda, a boca aberta num grito que não ousou sair e ficou vibrando interiormente. O Comissário e Ekuikui avançaram para a serra. Ekuikui encostou o cano da arma às costas do mecânico: / — Não mexe! (M, 25)

Depois Ekuikui vai se ver envolvido no episódio desagradável do desaparecimento da nota de cem escudos, que deveria guardar e que lhe foi roubada por Ingratidão do Tuga, como já vimos.

Na Base, reunidos para nomear os novos guerrilheiros, Ekuikui sugere um nome umbundo para um jovem guerrilheiro kikongo e leva irônica bronca de Sem Medo.

Os guerrilheiros estudavam o rapaz. Este baixou os olhos. / — Onhoka, a cobra — propôs Ekuikui. / — Deixa lá o teu umbundo — cortou Sem Medo. — Ou lhe dás um nome na língua dele, ou em português, que é de todos. Mas não na tua... Aí começa o imperialismo umbundo! (M, 72)

A escassez de comida vai fazer Ekuikui sair para a mata, tentando remediar a situação. Sem Medo e Comissário observam a volta do caçador. “Nesse momento passou

Ekuikui, que voltava da caça, sem nada. Tinha o [...] ar desencorajado [...], o fracasso gravando-lhe uma ponta de vergonha no rosto.” (M, 99-100)

Presente na cabana do chefe Kiluanje durante a discussão tribalista, só nesta altura o leitor ficará sabendo alguma coisa a respeito do que ele pensa. Ao ouvir Teoria, que tentava interpor-se entre Pangu-Akitina e os kimbundos, perguntar se eles não se davam conta da gravidade do que diziam e ameaçavam, Ekuikui entra na discussão.

— Como não se aperceberam? — interrompeu Ekuikui. — Eles sabem o que estão a dizer, é o que eles sentem. Não só o camarada chefe e o Milagre, mas também o Pangu. Sabem o que estão a fazer e o que querem. Mas como eu não estou de acordo, nem com uns nem com os outros, vou dormir. E digam, se quiserem, que é porque sou umbundo, que não me interessa, estou cagando! / Ekuikui ia sair, mas Teoria segurou-lhe no braço. O professor tremia e foi isso que fez parar Ekuikui. Os outros guerrilheiros ouviam, interessados, a cena, sem se meterem. / — Não podes sair, Ekuikui. Temos de acabar com esta discussão. / — Camarada professor, quando se entra em discussão tribal, o melhor é deixar, não se meter no meio.

À desfaçatez da negativa do chefe Kiluanje em admitir a disputa tribalista, Ekuikui responde com cínica ironia.

— Discussão tribal? — cortou Kiluanje. — Quem é que está a fazer discussão tribal aqui? / Ekuikui riu, tenso. / — Então eu tinha compreendido mal, camarada Chefe. Tinha percebido que se falava de kimbundos e kikongos. Se não se falou, afinal, não é discussão tribal. Fui eu que ouvi mal. (M, 106, vale para a anterior.)

Quando o Chefe de Operações que saber o que se passa, o kikongo e os kimbundos acusam-se mutuamente. O caçador do Bié, apoiando Teoria, afirma que a razão não está com ninguém.

— Mas quem é que está a falar agora, a provocar? — disse Kiluanje. — Nós calamo-nos, quando vimos o que Pangu queria. Mas ele continuou, continuou. Agora chamou-nos escravos dos kikongos... / — É mentira! — disse Pangu-Akitina. / — É verdade! — disse Ekuikui. — Você foi burro, perdeu a cabeça, era o que eles queriam. Disseste, sim, isso. Mas quem puxou a conversa foram eles e depois aqueceu. Não foi o Pangu que veio aqui insultar. (M, 108)

Já sozinhos, Ekuikui esclarece o professor a respeito das manhas e recursos dos tribalistas, reafirma que todos estavam interessados em

[...] provocar a porrada tribal. / — Mas com que fim? / — Isso aí... O que os homens mostram é sempre uma parte muito pequena do que têm no coração. / — Achas portanto que os dois têm culpa? / — Camarada Teoria, os dois queriam a mesma coisa. Quando há problema tribal, não vale a pena pensar quem é que tem a culpa. Se duma vez foi um que provocou, é porque antes o outro tinha provocado. Quem nasceu primeiro, a galinha ou o ovo? É assim com o tribalismo. (M, 109)

Ekuikui, juntamente com Teoria, será um dos que se reunirão a Muatiânvua para guardar a conversa noturna do Comandante e do Comissário, na esperança de que cheguem a bom entendimento. Mas o bom entendimento do Comando não supria de comida a Base, e nada chegava de Dolisie. O guerrilheiro umbundo mostra, naquele impasse, sua persistência, sua determinação. “Ekuikui saía ainda de noite e voltava à noite, procurando caça. Nada se encontrava. Ekuikui emagrecia a olhos vistos, com o esforço não compensado, mas partia teimosamente no dia seguinte.” (*M*, 136)

Ele só vai reaparecer, como outros, no último combate, respondendo ao exemplo e à ordem do Comandante, encorajando o Comissário.

Galvanizados por Sem Medo, os guerrilheiros atravessaram o espaço livre e as granadas caíam bem no meio do inimigo. O grupo do Comissário ousou então avançar, Ekuikui entre eles. Ekuikui viu o Comissário, a AKA esquecida nas mãos, olhando o vulto de Sem Medo. Ekuikui tocou-lhe no braço. / — Camarada Comissário, ao assalto! (*M*, 263)

Como Muatiânvua, também Ekuikui vai argumentar contra permanecerem próximos ao fogo inimigo para enterrar os mortos, porém o Comissário estava determinado. “— É loucura — disse Ekuikui. — Não temos pás nem enxadas. Os obuses caem perto. Vamos levá-lo para outro sítio. / — Cavemos com os punhais, com as mãos, com o que quiserem. Mas ele será enterrado aqui.” É o que de fato acontece. Ao pé da sepultura, “Ekuikui chorava silenciosamente” (*M*, 267, vale para a anterior). Ele atirará para o alto em saudação, com os outros.

MAYOMBE. VEWÊ, O CÁGADO, A NOVA GERAÇÃO

Quando o personagem, vindo de Dolisie, chega à Base com outros sete novos guerrilheiros (“— É pouco — disse Sem Medo. — E este aqui é novo demais, devia estar a estudar ainda. É mesmo um miúdo! Precisamos de guerrilheiros, mandam-nos miúdos sem treino. Só servem para fazer guarda.” *M*, 71), nem nome de guerra tem ainda. Sua ligação com o responsável por Dolisie é apontada por Mundo Novo.

— [...] É mesmo da família dele, parece. / — Eu sei — disse Sem Medo. — Mas é um primo em desgraça, pois o pai dele partiu a cara ao André em Kinshasa, em 1963, quando estavam na UPA... História de medicamentos que desapareceram. Desses assuntos entre kikongos estou bem informado, porque também pertengo à família... / Encontravam-se na casa de Comando, lugar de reunião à tardinha, antes de ouvirem a emissão de rádio do MPLA. O jovem aspirante a guerrilheiro, acabado de chegar, encostava-se timidamente num canto. Percebia mal o português, falava era kikongo e francês, e a personalidade do Comandante intimidava-o: eram vagamente

parentes e tinha ouvido falar muito dele; agora estava pela primeira vez na sua presença. (M, 72)

Foi esse comportamento retraído que acabou por lhe determinar o nome. “Entre risos e piadas, lá ficaram de acordo com uma característica: a timidez. Finalmente foram unânimes na alcunha de Vewê, o cágado.” Uma nota do autor, ao pé da página, esclarece a possível estranheza do nome. “Vewê é o nome que se dá ao carro Volkswagen (VW). Os guerrilheiros chamavam assim os cágados pela semelhança de forma com a viatura.” (M, 73, vale para a anterior.)

Dias depois o Comandante pensa que ele terá vencido a timidez quando o rapaz entra na casa e senta-se em sua cama sem pedir licença. Mas quando sabe que ele agiu assim para vencer uma aposta com os outros guerrilheiros, que tudo espiavam pela janela, expulsa-o aos gritos. Isso dá pretexto à discussão tribalista na cabana de Kiluanje. “— O problema que há aqui é que o Comandante não tinha razão e o Vewê é um guerrilheiro, antes de ser primo dele. / — É primo dele e por isso ele tem poder de lhe bater mesmo — disse Pangu-Akitina.” (M, 104-105) Mas Vewê, depois de ouvir por algum tempo, deixa os contendores falando entre eles. “— Eu vou — disse Vewê —, essa conversa não me interessa. / Vewê saiu e ninguém o reteve.” (M, 107)

Treinando os recrutas, Sem Medo percebe que, em consequência dos seus assustadores gritos, precisa reconquistar a confiança do parente. “Vewê continuava a fugir ao seu contato, por isso o Comandante colocava-o sempre perto de si e escolhia-o como parceiro nos exercícios de pares. Vewê obedecia, mas não abria a boca. Está ofendido ou envergonhado? Certamente as duas coisas.” (M, 145)

Vewê terá um protagonismo equívoco a partir do momento em que chega a Dolisie com a notícia da invasão da Base. “— Os tugas atacaram. / — O Comissário? / — Não sei. Eu estava no forno, ouvi as rajadas, vi os camaradas a correr, a fugir, fui à minha casa buscar a pistola que tinha deixado lá. Os camaradas fugiram para o sítio onde estava o inimigo.” (M, 219) Este detalhe e a informação que os soldados portugueses só atacaram pelo lado do rio, que Vewê deu ao Comandante enquanto seguiam de jipe para o Depósito, para reunir pessoal, causaram alguma estranheza.

Havia qualquer coisa na história que intrigava Sem Medo. Mas não estava com o raciocínio claro. / [...] / O tuga não é assim tão estúpido! Atacar uma Base só por um lado? E como é que o Muatiânvua ou o Verdade, ou mesmo o Comissário, iam correr para o lado dos tiros se tinham a montanha livre? (M, 220-221)

Mas o Comandante não se fixa muito nesses ruídos, está mais preocupado com a segurança dos companheiros. E também orgulhoso do seu jovem parente, preocupado em recuperar a arma e em avisar o guerrilheiro que estava de guarda.

Corajoso, o miúdo! Não esqueceu a pistola nem o guarda. No meio dos seus sentimentos contraditórios, Sem Medo pôs-se a pensar nas três gerações de combatentes que estavam representadas por ele, pelo Comissário e por Vewê. A de Vewê seria fatalmente a melhor, aquela que iria conquistar a vitória final. (M, 222)

É uma opinião que Sem Medo não guarda só para si. Divide com o sempre dogmático Mundo Novo.

— O Vewê não devia ter vindo — disse Mundo Novo. — Desde ontem que marcha sem parar, sem dormir e, possivelmente, sem comer. E teve de andar toda a noite na floresta. / — Tens razão. Fez um esforço extraordinário. Mas ele colou-se ao meu lado e não me lembrei do que já tinha feito antes. É um miúdo corajoso, portou-se muito bem. / — O camarada Comandante era inflexível para com ele... / — Era! Mas ele portou-se bem. Era isso o que eu queria, que no momento difícil ele fosse capaz de fazer o seu dever. / — Reconheces que antes erraste em relação a ele? / — Lá vens tu com a mesma história! Não me chateies! (M, 226)

Quando a situação se esclarece, Vewê fica decepcionado consigo mesmo.

— Estraguei então tudo — disse Vewê, desamparado. — Mas ouvi gritar “apanha vivo”... / — Eu é que gritei “apanhem os abrigos” — disse o Comissário. / — O camarada Comissário gritou “apanhem os abrigos” e eu ouvi “apanhem vivos”? — repetiu Vewê. — Estraguei tudo... (M, 239)

Fica mais que decepcionado, chega a acusar-se, num exercício de autocrítica.

— A culpa foi minha — disse Vewê, levantando-se e virando-se para o Comandante. — O guarda disse que parecia rajadas de Pépéchá, que era melhor esperar. Mas eu disse-lhe que ouvi gritar “apanha vivos” e puxei-o para fora. A culpa foi minha.

Sem Medo faz a sua defesa, aproveitando para criticar a direção.

— Sobre o Vewê... Os camaradas devem ver que a culpa não é dele. A culpa é de quem o mandou para aqui sem preparação. Ele não sabe, nem pode saber, distinguir as nossas armas e as do inimigo. Nunca combateu, falta-lhe sangue frio. Mesmo assim, teve a coragem de recuperar a sua pistola e ir buscar o guarda. Poucos de vocês o teriam feito, se estivessem no caso dele. Vamos ser objetivos! (M, 241, vale para a anterior.)

A defesa feita pelo Comandante foi acatada. “Vewê não foi castigado, por votação da grande maioria dos guerrilheiros.” (M, 242)

Não há mais menções no romance ao jovem guerrilheiro, capaz de despertar esperanças no descrente e cético Sem Medo. “É esse o mérito do Movimento, ter conseguido o milagre de começar a transformar os homens. Mais uma geração e o

angolano será um homem novo.” (M, 222) Vewê não deve ter participado do ataque ao Pau Caído justamente por sua inexperiência em combate, por ainda estar em treinamento. Sem Medo havia de querer que o *homem novo* pudesse se preparar bem para atingir sua melhor forma.

MAYOMBE. VERDADE, PANGU-AKITINA, ALVORADA, KILUANJE E OUTROS

Há personagens-guerrilheiros com pequena participação no romance, poderíamos dizer que fazem apenas o que nas artes cênicas convencionou-se chamar *ponta*. Apontaremos em seguida algo sobre alguns deles.

Verdade é o chefe de grupo que sugere o fuzilamento dos trabalhadores para provocar Lutamos. O guerrilheiro cabinda está convencido que ele fala sério. “Lutamos meditava no que discutira com os camaradas. O Comandante dissera que era brincadeira. De Muatiânvua, sim; mas Verdade não brincava.” (M, 19) Quando Lutamos, distraído, não se detém com o grupo, continua marchando, Verdade explicita sua desconfiança. “— Vai sabotar a missão — disse Verdade.” (M, 20)

Quando o Comissário Político vai a Dolisie a primeira vez, entre outros guerrilheiros (inclusive Ingratidão do Tuga, preso), leva consigo Verdade. Como precisa falar com André e não o encontra, “mandou Verdade ficar no *bureau*, à espera”. Foi procurar o responsável pela cidade, mas não deu com ele. “Voltou a passar pelo *bureau* às onze horas. Verdade montava guarda. / —Não entrou nem saiu.” (M, 84, vale para a anterior.) Depois de encontrar André, como este lhe desse muito pouca atenção, resolveu ele mesmo mandar um grupo à Base.

Cruzou-se com Verdade, que acompanhava uma mulher. / — Prepara-te para partir esta noite. Vai um grupo de reabastecimento. / — Mas, camarada Comissário, eu tenho um problema... / — Partes esta noite! Prepara-te! / Verdade calou-se e continuou o caminho. Vai furioso, pensou o Comissário. O seu problema é aquela mulher, com quem queria passar a noite, é evidente. Mas ainda tem tempo, a partida é sempre de madrugada.

O Comissário lembra que também quer ficar em Dolisie para passar a noite com Ondina e censura-se. “Que direito tenho de mandar o Verdade para a Base, se, pela mesma razão, eu não vou?” (M, 89, vale para a anterior.) Mas a história ainda não havia acabado. Verdade sabe como atingir seus objetivos jogando um chefe contra o outro. Dividir para vencer é conhecida máxima político-militar.

Às quatro da manhã, quando se preparavam para partir, o Comissário perguntou aos outros: / — O Verdade? / — Não vai. / — Não vai como? / — Tem autorização do camarada André para ficar. / — O quê? O quê? O quê? / O Comissário percorria o quarto escuro, batendo os tacões das botas na terra batida. [...] Ele não autorizara Verdade a ficar e André fizera-o. (M, 95)

Quando Sem Medo e o dirigente enviado para acertar as coisas em Dolisie avaliam as possibilidades dos guerrilheiros, Verdade é elogiado pelo Comandante. “— [...] Nos militares, temos boas promessas: Muatiânvua, o Chefe de Operações, Milagre, Verdade... Esses são os melhores combatentes.” (M, 173) Verdade só vai reaparecer no combate do Pau Caído. Estavam à espera da hora do ataque. “Sem medo observou-os. No seu grupo estava Verdade, calmo como sempre [...]” (M, 261) O Comandante dá a ordem de ataque e avança. “Teoria seguiu-o imediatamente. Também Verdade.” (M, 263) O guerrilheiro que desconfiava de Lutamos e conseguira desobedecer legalmente ao Comissário acompanhou Ekuikui no choro silencioso ao pé da dupla sepultura e também participou da salva de tiros.

Logo na primeira página do romance o leitor saberá de outra função do guerrilheiro kikongo *Pangu-Akitina*, exercida em precárias condições. “Pangu-Akitina, o enfermeiro, aplicou um penso no ferimento do professor.” (M, 6) Quando, mais adiante na marcha, enquanto chove, Teoria volta a esfolar o joelho, lá estará de novo o enfermeiro. “Pangu-Akitina olhou a ferida, alumiada pela lanterna a pilhas, e deixou-a ficar assim. Como tratá-lo se todos os pensos estavam molhados? Limitou-se a deitar-lhe um bocado de álcool sobre o ferimento.” (M, 46) Também tratou Alvorada, que “tinha um ferimento ligeiro no ombro” (M, 54) após a emboscada contra os portugueses. Mas o enfermeiro também precisa de cuidados médicos. O Comissário Político, quando se prepara para ir a Dolisie, menciona a necessidade “de se arranjar um novo enfermeiro, para substituir por uns dias o Pangu-Akitina, que deve ir a Ponta-Negra tratar da vista” (M, 75). Já em Dolisie, tendo conseguido com André promessas de solução para alguns problemas, vê que também aparecem dificuldades. “Só para o caso de Pangu-Akitina é que teria de se esperar a resposta de Brazzaville, pois em Dolisie não havia enfermeiro disponível que o substituísse por uns tempos na Base.” (M, 94)

Também é um dos que desconfia de Lutamos quando ele continua a se aproximar dos madeireiros. “— Vai avisar os homens — disse Pangu-Akitina.” (M, 20) Marchando sob a chuva, nas encostas da montanha, “Pangu-Akitina, [...] ao escorregar,

deixou cair a pépéchá, que foi preciso ir buscar vinte metros mais abaixo” (*M*, 46). Parece ser melhor enfermeiro que militar.

É o defensor dos kikongos contra os kimbundos na discussão tribalista que acontece na cabana do chefe Kiluanje. Rebate ameaças com acusações e ameaças. “— Nos Dembos [...] um tipo como o Sem Medo já não vivia. Já o tínhamos varrido! / — Como varreram os assimilados e os umbundos em 1961 — disse Pangu-Akitina. — Mas isso não parou aí. Ainda vai haver muitas contas a ajustar.” (*M*, 105) Apesar das tentativas de Teoria e de Ekuikui, a discussão não baixa de tom, pelo contrário, vai ganhando mais calor.

— Você disse que as coisas se iam resolver, mas não de boca — disse Pangu-Akitina para Kiluanje. — Vão-se resolver como? Com tiros? / [...] / — Vão-se resolver, é o que eu digo. Lembras-te do grupo do Tomás Ferreira assassinado pela UPA? E todos os outros? Ainda não estão pagos... / — E eu sou da UPA, lá por que sou kikongo? Que culpa tenho eu que a UPA faça isso? / — Não está pago, é o que eu digo. / — E os bailundos que mataram em 61? Julgas que eles também esqueceram? Éramos nós que os protegíamos de vocês, que vinham com as catanas... [...] Parem mas é com as vossas ameaças — disse Pangu-Akitina. — Pensam que metem medo? Nós também temos armas. (*M*, 107)

Os kimbundos percebem que o kikongo vai se descontrolando, o que era exatamente o que eles queriam.

— Nós também temos armas! Estão só para aí a ameaçar... O MPLA é vosso? O MPLA não é só dos kimbundos, é de todos. / Os outros não responderam. Esperavam que os gritos de Pangu-Akitina, que já tinham atraído outros guerrilheiros que espreitavam pela janela, chamassem o Comissário. Teoria puxava-o, mas o enfermeiro repelia-o com brutalidade. / — Nós varremos muitos de vocês no passado. Os Dembos e Nambuanguongo pagavam imposto ao Rei do Congo. Vocês eram nossos escravos, como é que falam agora? (*M*, 108)

O tribalismo fica para trás quando entram em ação. O enfermeiro também vai estar presente no Pau Caído, ao lado de Sem Medo: “Pangu-Akitina sorriu-lhe” (*M*, 261). Quando vê o Comandante ferido, larga a função guerreira para atendê-lo no ponto de recuo. “Pangu-Akitina tentava estancar a hemorragia [...] apertou todas as ligaduras que tinha no ventre de Sem Medo. O sangue corria em abundância, era impossível estancar a hemorragia. Pangu-Akitina tinha as mãos a escorrer sangue.” (*M*, 264) Quando sugerem remover o ferido para lugar mais seguro, dá sua opinião especializada. “— Isso matava o Comandante [...]. Ele não pode sair daqui.” (*M*, 266) Também ajudará a cavar a sepultura e saudará com sua arma os mortos.

Alvorada é um guerrilheiro que participou da emboscada à tropa portuguesa. Há uma única referência a ele no romance. “No ponto de recuo os responsáveis controlaram os combatentes: Alvorada tinha um ferimento ligeiro no ombro [...]” (M, 54)

Kiluanje, o “chefe de grupo Kiluanje” (M, 104), só vai participar da discussão tribalista que acontece em sua cabana, não haverá referência a ele em nenhuma outra passagem do livro. É quem remata a discussão, atribuindo, diante do Chefe de Operações, a responsabilidade ao guerrilheiro kikongo.

— O camarada Pangu-Akitina veio aqui insultar-nos — disse o chefe de grupo Kiluanje. / — Não — disse Teoria. — Começaram a discutir, tentei interromper, mas dum lado e do outro não queriam parar. / — Mas quem é que está a falar agora, a provocar? — disse Kiluanje. — Nós calamo-nos, quando vimos o que Pangu queria. Mas ele continuou, continuou. Agora chamou-nos escravos dos kikongos... (M, 108)

O plano de ataque ao Pau Caído mobiliza um guerrilheiro que ainda não havia sido mencionado no romance. É *Muata*, o responsável pelos dois morteiros que farão cobertura de fogo sobre os portugueses.

— Se os morteiros caem em cima de nós? — perguntou o Comissário. / — Impossível — disse Muata, o chefe da bateria de morteiros. — Estaremos muito perto e do morro o acampamento vê-se bem. É impossível errar um só obus. Vão todos cair bem no meio do acampamento. (M, 256)

Quando o ataque começa, Muata prova o que disse. “Os primeiros obuses fizeram estremecer o deus Mayombe. Os macacos saltavam de árvore em árvore, guinchando. Muata era eficiente, os obuses caíam a um ritmo diabólico, bem no meio do acampamento. Os tugas gritavam, gemiam, insultavam.” (M, 261)

MAYOMBE. JOÃO, ALIÁS COMISSÁRIO POLÍTICO, SUA APRENDIZAGEM

Quando se manifesta pela primeira vez no romance, o Comissário Político, “alto e magro como Teoria”, dirige-se exatamente a esse guerrilheiro, mas não fala em seu próprio nome, transmite uma determinação coletiva. “— O Comando pensa que deves voltar ou esperar-nos aqui.” (M, 7, vale para a anterior.) Teoria apela ao coletivo, Sem Medo autoriza Teoria a continuar, Chefe de Operações vota com Sem Medo e o Comissário, defensor do que manda o regulamento, da “razão objetiva” (M, 8) no dizer do Comandante, é voto vencido. Nesse debate inicial o dogmatismo do Comissário já será alvo da ironia do guerrilheiro mais velho e mais graduado.

— Isso é liberalismo! / — Lá vens tu com os palavrões! É possível que seja liberalismo. Mas eu não sou Comissário Político. É a ti que compete politizar-nos e defender a posição política justa. Posso ser liberalista de vez em quando pois tenho-te sempre como anjo da guarda para me guiar.

Ele não parece atingido pela ironia. Avalia a sério e com um toque de soberba o comportamento do outro. “O Comissário sorriu. Dez anos mais velho que ele, o Comandante comportava-se agora como um miúdo para desviar a discussão.” (*M*, 9, vale para a anterior.)

Apesar das disputas e momentos de discordância que vão pontuar a relação dos dois personagens, também é possível notar uma relação de mestre e discípulo muito evidente entre Sem Medo e o Comissário Político. Depois daquele sumário “alto e magro” para o aspecto físico, num momento de repouso da marcha, o leitor visualizará melhor o personagem. “Sem Medo foi lavar-se perto do Comissário. Admirou o torso esguio mas musculado do outro. / — Estás em forma. Eu começo a ficar com barriga.” (*M*, 13) É a introdução ao primeiro dos grandes diálogos entre os dois personagens que vão se suceder no livro. Discute-se a situação política e militar, as relações dentro do Comando, a oposição do Chefe de Operações ao Comissário. Tanto o Comandante quanto o Comissário Político são, sem dúvida, intelectuais, falam muito. Mas a concordância deles em questões de fato importantes fica evidente quando respondem às ameaças, brincalhonas ou não, dos guerrilheiros contra a população local. O Comissário Político adverte: “ai de quem tocar num trabalhador ou num homem do povo sem que se dê ordem”, para logo ser secundado por Sem Medo: “o aviso do Comissário é sério [...] Quem vier fazer tribalismo contra o povo de Cabinda será fuzilado. Fuzilado! Não estamos a brincar” (*M*, 18).

Para aproveitar o dia em que os trabalhadores devem permanecer com os guerrilheiros, o Comissário Político, desempenhando plenamente seu papel e cumprindo sua função, vai fazer um longo arrazoado, didático ao máximo, para explicar aos trabalhadores como eles são explorados pelos colonialistas, de como as árvores que eles abatem e que dão lucro ao patrão pertencem ao povo angolano, quais as razões deles estarem em luta com os portugueses. O discurso vai ser rematado com uma promessa.

— O que é vosso, os machados, as catanas, os canivetes, os relógios, o dinheiro, tudo o que é vosso, vocês vão levar convosco. E vão levar os machados e catanas dos que fugiram para lhes entregar. Mas o que é do colonialista fica conosco. Os tugas dizem que somos bandidos, que matamos o povo, que roubamos. Fizemo-vos mal? (*M*, 35)

Como Ingratidão do Tuga resolveu não colaborar com o cumprimento da promessa, o Comissário Político, após a emboscada à tropa, ainda teve o trabalho adicional de ir levar a nota roubada e recuperada ao mecânico, reafirmar que os guerrilheiros não eram ladrões, ainda que de vez em quando houvesse um desvio. A eficácia do discurso e o acerto da atitude e da insistência do Comissário ficarão explicitamente demonstrados quase ao final do romance, quando o mecânico procura Sem Medo no meio da noite, em Dolisie, às vésperas do Comandante voltar à Base para o ataque ao Pau Caído. Quer se juntar ao Movimento.

— És bem-vindo, camarada. Como te decidiste? / — Bem, aquela conversa que os camaradas tiveram conosco começou a convencer-me. Realmente nós somos explorados e devemos lutar. Mas o que me convenceu mesmo foi quando os camaradas se arriscaram tanto para me devolver o dinheiro. Aí, sim, eu compreendi tudo. (*M*, 251)

Mas isso vai acontecer muito mais tarde. Ao fim do discurso, quando o Comissário pede a opinião do Comandante, este, embora concorde no geral, como afirmará, não deixa de ironizar a postura catequizante de seu imediato. “— Falas que nem um padre [...] Se não acreditaram em ti, pelo menos são suficientemente bem educados para não o mostrarem...” (*M*, 35)

No julgamento de Ingratidão do Tuga, a postura do Comissário é inteiramente dogmática, só enxerga a razão objetiva, a diretriz política, o futuro do Movimento. Não considera, talvez por achá-las irrelevantes e desprezíveis, a falibilidade humana, as circunstâncias atenuantes que os outros são capazes de enxergar.

O Comissário foi o primeiro a falar: / — Como prevê a Lei da Disciplina e como se faz habitualmente noutra Regiões, este crime só pode ter um castigo: o fuzilamento. Não tenho mais nada a dizer, a situação é clara. Ingratidão deve ser fuzilado, por roubar bens do povo, por sabotar as relações entre o Movimento e o Povo, sobretudo agora, que estamos no princípio. (*M*, 63-64)

Será implacável contra os argumentos do Chefe de Operações.

— Não há justificação. [...] Os erros anteriores não justificam um erro presente. E só pode haver um castigo. Somos nós que permitimos estes erros que estragam as nossas relações com o povo. Somos nós, com a nossa fraqueza, o nosso tribalismo, que impedimos a aplicação da disciplina. Assim nunca se mudará nada. (*M*, 64)

Contra os argumentos de Sem Medo, vai fazer aquela declaração infeliz, sobre a falta de coragem do Comandante para executar um traidor, que será respondida com veemência. “O Comissário, num relance, percebeu as lágrimas que enevoavam os olhos de Sem Medo. Cada palavra tinha sido sibilada como uma bofetada. Nada disse, nada tinha a

dizer, nada mais havia a dizer.” (*M*, 67) Mais uma vez o discípulo viu-se constrangido a submeter-se ao mestre.

Quando segue para Dolisie, com a missão de levar Ingratidão do Tuga e conseguir com André comida para a Base, o inflexível, o duro, o dogmático Comissário Político vai permitir ao leitor conhecer alguma coisa mais sobre sua dimensão humana, suas fragilidades. Por andar atrás de André sem encontrá-lo, não irá logo à procura da noiva. “Podia ter ido ver Ondina, desde que cheguei nem a procurei, e ando para aqui atrás dum homem que se esconde de mim! É isto um responsável? E Ondina deve estar furiosa por eu não ter aparecido.” (*M*, 84) Só irá até a escola no dia seguinte. Ela censura-o dizendo ter sabido que ele não andou só à procura do André, também andou pelos bares.

Queria dizer que fora convidado por um camarada. Queria explicar-lhe o que significa beber uma cerveja gelada quando se está meses e meses na mata. Queria explicar-lhe que não prestara atenção à conversa, com vontade de vir vê-la, que ela se refletia na espuma da cerveja, que se não fosse a má língua... Mas nada disse, intimidado, vencido. (*M*, 86)

Ao encontrar finalmente André, continua a se sentir “intimidado, vencido”, neste caso por ser um militante disciplinado, submetido à hierarquia. “O Comissário queria refilar, dizer que via o jipe a andar dum lado para o outro, por isso havia dinheiro, que se morria de fome na Base, que ele lhe mentira. Mas estava habituado a respeitar os superiores.” Sabe qual seria a atitude de Sem Medo quando André lhe enfia uma nota de quinhentos francos na mão. Sabe, mas ainda não é capaz de imitá-lo, talvez pelo respeito tradicional que lhe ensinaram a ter pelos mais velhos.

O Comissário não quis aceitar o dinheiro, mas André insistiu. Guardou-o com a sensação de que estava a ser comprado: era o preço da sua compreensão. Recusar, dizer as quatro verdades a André, era o que faria Sem Medo. Ou talvez aceitasse e lhe dissesse na mesma as quatro verdades. Mas Sem Medo era quase da idade de André, não ele. (*M*, 88, também a anterior.)

Depois o responsável arrasta-o para almoçar.

Era fúnji com galinha, oferecida pelos congoleses, segundo dissera André. A galinha sabia mal ao Comissário, sabia-lhe o dinheiro do Movimento. Mas comeu. A raiva estava toda contida nele, raiva contra André mas, sobretudo, contra si próprio. Como é fácil enfrentar o inimigo! Mil vezes mais fácil que certos problemas políticos. Embrenhado em rancores íntimos, limitou-se a resmungar monossílabos às perguntas de André. (*M*, 88-89)

Era daquilo tudo que Sem Medo falava quando criticava sem medidas a Direção e os dirigentes, críticas que o Comissário refutava invocando princípios e teses, sempre defendendo a linha justa do Movimento.

Se fossem insuficientes os problemas de natureza política e de organização, as coisas também iam mal na relação amorosa. Ou talvez nunca tivessem andado bem.

Fizeram amor uma, duas vezes, ele sempre desajeitadamente. O Comissário convencia-se que ela não tinha prazer e perdia-se em divagações, auscultando as relações dela, sem se entregar realmente, e sem gozar. Ela sentia-se espiada e deixava de gozar: o orgasmo era um resultado mecânico num ato maquinal. Mentiam-se depois um ao outro, dizendo terem tido um vivo prazer. Cada um sabendo que o outro mentia. Ondina não ousava falar desse problema, pois o noivo ficaria chocado: ele não permitia que se formasse a verdadeira intimidade dos amantes que podem falar naturalmente, sem preconceitos. Eram noivos, não amantes. (*M*, 90)

Sai dos braços de Ondina para novo encontro com André, que atrasa e aparece com comida insuficiente. O defensor da linha justa sente-se cada vez mais emparedado. “O Comissário queria mas é fugir de Dolisie e refugiar-se na sua Base. Aqui perderia toda a força moral, desencorajaria.” (*M*, 94) Consegue que André ouça e concorde com todas as questões a respeito da guerra que era preciso providenciar, concordância que, segundo corria, era característica dele. Dizer que sim não custava nada nem dava trabalho. Quando André insiste que fique para jantar, recusa, consegue vencer sua inibição, revela seu descontentamento.

— Já almocei galinha, camarada André. Nem sei se os camaradas na Base almoçaram outra coisa senão comunas. Não preciso de jantar. Até a próxima, camarada André. E obrigado pelos 500 francos, vou comprar com eles comida para os guerrilheiros. / E saiu, batendo com a porta. A guerra estava aberta, o Comissário sabia que tinha feito mais um inimigo.

André ainda vai desgostar o Comissário outra vez antes do grupo seguir para a Base. Só na hora da partida o Comissário ficará sabendo que o responsável autorizara, contra suas ordens, a permanência de Verdade, um de seus guerrilheiros, em Dolisie. Cheio de raiva, o Comissário força a marcha exigindo o máximo de seus companheiros. “À frente do grupo, contra todas as medidas de segurança, voava sobre o trilho escorregadio, [...] defraudado, violado, jurando vingança, procurando a companhia e a segurança de Sem Medo, que já não se desiludia de nada, porque com nada se iludia.” (*M*, 95, vale para a anterior.) Era o discípulo, em busca da proteção do mestre. Mas o mestre era pouco piedoso, continuava instruindo-o pela pedagogia da verdade cruel.

Ao ouvir a narrativa do Comissário, Sem Medo riu dele. Olhava o seu ar meio envergonhado, meio ofendido, e ria, ria até se torcer. [...] / — É o que

dá querer ser-se mais papista que o Papa! Tinhas todo o direito de ficar uns dias em Dolisie, pois há meses que não ias e aqui não havia nenhum trabalho urgente. Quiseste ser irrepreensível até ao fim, quiseste ter uma idéia superior de ti mesmo... Foste levado. É o que dá ser-se ingênuo. E pensas que amanhã receberemos comida? Uma ova! (M, 96)

À beira do rio, diante de um Sem Medo mais atencioso, capaz de trazer a camisa que o outro largara enquanto se lavava, o Comissário esquece do “riso trocista [...] quando lhe contara os dissabores de Dolisie” e confia seu desacerto amoroso, pedindo a Sem Medo que o oriente. É o segundo longo diálogo que os personagens mantêm. O Comissário Político, buscando conserto para sua relação com Ondina, comete o erro, Sem Medo sabe que é um erro (“A solução do problema só me seria possibilitada se dormisse com ela, pensou Sem Medo.” M, 97), de introduzir um terceiro na relação.

A aposta de Vewê e a consequente irritação de Sem Medo para com ele, os gritos com que o expulsa abrem conflito entre o Comandante e o Comissário.

— Não tens o direito de falar assim a um guerrilheiro, Comandante! [...] Não assisti ao que se passou — disse o Comissário — mas não são maneiras de se falar a um guerrilheiro. / [...] / — É um impostor! — disse Sem Medo. — Não percebeste nada, então não te metas! (M, 104)

Mas aquele era um conflito resultante da falta de comida, dos ânimos alterados. Ao contrário do que esperavam alguns guerrilheiros desejosos que prosperasse o desentendimento dentro do Comando, este logo vai se desfazer. Sem Medo, retornando de patrulha, molhado pela chuva, com frio, desejava um café. Nesta passagem o leitor terá uma demonstração prática do afeto de Sem Medo pelo Comissário e do Comissário pelo Comandante. “E não era pelo café, mas porque era preparado pelo Comissário para ele, Sem Medo. / O Comissário tinha mesmo preparado o café e encheu-lhe a lata de leite que servia de caneca.” (M, 116) Depois disso sairão os dois para o terceiro longo diálogo, guardados por Muatiânvua, Ekuikui e Teoria. O diálogo vai mostrar, para tranquilidade dos três, que o Comando de fato não está dividido. É uma longa conversa em que o assunto principal é a política revolucionária, as expectativas grandiosas e o pouco que o futuro poderá oferecer. Também entram recordações do passado de estudante, avaliações mútuas, até chegarem à situação presente, tomarem decisões conjuntas sobre os próximos passos. O fecho do diálogo expressa a harmonia alcançada.

— É isso, Comissário. Mais nada? / — Não, o resto fica para depois, deves estar com fome. / — E estou mesmo. O papo abriu-me o apetite. / — A mim, levantou-me o moral. / — Comissário, então que significa o meu súbito apetite? Não é o mesmo? / Levantaram-se rindo. (M, 131)

O Comissário Político vai se ver diante da mesma postura dogmática que já assumiu mais de uma vez, quando Mundo Novo o interpela a respeito do afrouxamento da disciplina na Base. Atira com as palavras *liberalista*, *apaziguar*, *transigir*, *inflexível*, *oportunismo*, para cima dele. É o duelo dos dogmáticos. Nota-se modificação no personagem Comissário, mais permeável às circunstâncias, menos agarrado ao código. “— Há fome, camarada. As cabeças não funcionam bem com fome, muito menos os nervos. Não podemos agir com a mesma rigidez que em período normal.” (M, 137)

Em novo diálogo, a partir da interpelação de Mundo Novo, Sem Medo e o Comissário discutem a situação da base e o que fazer a respeito da disciplina. Ao fim, Sem Medo exercita sua permanente disposição para o humor afirmando que seria capaz de conduzir um grupo revoltoso a Dolisie caso, além da comida, acabassem os cigarros, pois isso seria “um motivo sério”, para fazê-lo “esquecer os escrúpulos”. Aqui o narrador onisciente oferece uma visão contrastante dos dois personagens a partir da forma particular que cada um tem de rir.

O Comissário riu. Um riso juvenil, em que todos os músculos participavam no esforço. Sem Medo, não. O riso de Sem Medo parecia vir muito do fundo e soltava-se numa gargalhada atoadora. O riso do Comissário vinha da pele, o seu vinha do ventre, pensou Sem Medo. Seria a idade que levaria o riso a enterrar-se no corpo? (M, 144, vale para as anteriores.)

A chegada de Das Operações com comida e a carta de Ondina para o Comissário, contando o caso com André, vai marcar uma virada no personagem. O abalo emocional vai alterar prioridades: a política e a guerra vão a segundo plano, a vida particular passa a ser mais importante. Sem dar satisfação a ninguém, prepara a mochila, apanha a arma e abandona a Base. Sem Medo vai atrás dele. Caminham por quinze minutos em silêncio, até que o Comissário Político para e interpela o Comandante.

— Que queres, Sem Medo? / — Vou contigo. / — Por quê? / — Não me disseste aonde ias. Eu sou o Comandante, tenho o direito e o dever de seguir quem arranca da base ilegalmente. Ou mesmo prender, se julgar necessário. / — Eu não vou fugir. / — Quem mo garante? / — Não sou um desertor. / — Estás em estado de deserção, pois não avisaste aonde ias. / — Sabes muito bem aonde vou. / — Não sei, porque não fui avisado. Pensa que é burocracia, mas é o meu dever. / — De qualquer modo — disse o Comissário — estou-me marimbando. Considerem-me desertor, se quiserem. Se pensas que tenho muito respeito pela vossa organização... / — Não podes condenar a organização pela atitude reprovável dum responsável. / — São todos a mesma coisa. Aproveitam sempre do fato de serem responsáveis para... / — Tu também és responsável, Comissário! (M, 148-149)

Sem Medo alude à inversão de posições. “— Não me obrigues a ser eu a defender o nome do Movimento contra ti, Comissário. Eu, o anarquista, a impedir o Comissário Político de desrespeitar o Movimento...” (*M*, 149-150) Outro momento importante que marca a transformação do personagem, que lhe dá uma nova dimensão, é a mudança na forma como Sem Medo se dirige a ele. “— Que vais fazer a Dolisie, João? / Pela primeira vez, Sem Medo chamara-o pelo nome. O nome que Ondina utilizava.” (*M*, 150) Pode ser o “nome que Ondina utilizava”, mas é a primeira vez que é usado no romance. Observamos, ao tratar do Chefe de Operações, que ele era nomeado pela sua função no Comando, só existia como parte de um corpo coletivo. O mesmo poderia ser dito do Comissário Político, também nomeado por sua função. Mas a partir do momento em que Sem Medo abandona a antiga forma de tratamento e adota o nome próprio para se dirigir a ele, João se destaca do corpo coletivo e ganha a condição de indivíduo. O enfrentamento evolui para ameaça armada quando Sem Medo interpõe o próprio corpo à passagem do outro.

O Comissário avançou, a arma apontada. Sem Medo estudou os seus olhos. Avançou um passo. Um fulgor brilhou no olhar do Comissário. Fulgor repentino que logo desapareceu. Sem Medo avançou outro passo. O cano encostou-se-lhe ao ventre. Sem Medo afastou o cano com o braço esquerdo, fixando sempre os olhos do Comissário. Segurou o cano e puxou-o. O Comissário largou a arma. O Comandante pôs tranquilamente as duas armas no mesmo ombro. / — Vamos para a Base. Avança! / O Comissário avançou à sua frente, sem protestar. / Perto da Base, Sem Medo entregou-lhe a arma. / — Isto fica entre nós. (*M*, 153-154)

Para tentar diminuir pelo menos em parte o sofrimento moral do Comissário, Sem Medo vai-lhe contar a história do que se passou entre ele e Leli. Mais um grande diálogo, desta vez versando sobre as mulheres, seus diferentes tipos e comportamentos, acontece à beira do rio. Ao fim, no entendimento de Sem Medo, João, pelo menos por agora, conseguira se ver livre das urgências da ansiedade. “O Comissário tinha deixado o seu problema para mais tarde, estava mais calmo. Oh, ficava para mais tarde! Quando a noite viesse bem o sentiria revolver-se na cama. Mas nesse momento o desespero tinha desaparecido, já não era um mau resultado.” (*M*, 164)

No dia seguinte seguiram para Dolisie. João gastará seu tempo atrás de Ondina, disposto a convencê-la a continuar com ele, diz que não se importa com o que aconteceu, pela primeira vez se impõe como homem, mas para ela é tarde demais, não adianta. Insistirá com Sem Medo para que este fale com Ondina. Há de esperar, de algum modo mágico, que o mestre seja capaz de convencê-la. A ele, com sua autoridade, ela teria de ouvir, de obedecer. Sem Medo faz-lhe a vontade, procura

Ondina, ouve-a, mas não tenta convencê-la, por inútil, de nada. Quando diz isso ao cego apaixonado, este se volta contra ele.

— Sabes o que tu és afinal, Sem Medo? És um ciumento. Chego a pensar se não és homossexual. Tu querias-me só, como tu. Um solitário do Mayombe. Para que só te tivesse a ti, o meu protetor, o meu padrinho. Afastaste a Ondina de mim. Nunca quiseste aconselhar-me, várias vezes te pedi. Nunca quiseste falar com ela e tu poderias tê-la convencido. Nunca quiseste meter-te para arranjar as coisas entre nós. Querias-me a mim e por isso deixaste-me ir até ao fracasso. Vê o que fizeste com o teu egoísmo. Vê o que fizeste. Hoje sou um corno, um farrapo, em que pões os pés, um farrapo que todos gozam. Estás contente, Sem Medo, estás contente? / A chapada de Sem Medo fê-lo abater-se contra a parede oposta. O Comissário levantou-se devagar, esfregando a face. Os olhos faiscaram. / — Cuidado, Sem Medo! Não vou lutar contigo, é isso o que a tua fúria quer. Desprezo-te. Não vou lutar contigo, não te dou essa confiança. Pensa que é medo, se quiseres, não me importo, já te enganaste tanto sobre mim que é mais uma. Pensas que me liquidaste, que afastaste de mim o amor. Mas eu não serei um solitário como tu. Nunca me verás atrás duma garrafa vazia. Com Ondina ou sem Ondina. Adeus, Sem Medo, até à próxima. Verás no que me vou tornar. Cada sucesso que eu tiver será a paga da tua bofetada, pois não serei um falhado como tu. (M, 195)

É outra cena de forte carga dramática, equivalente a uma resposta do Comissário Político ao desabafo de Sem Medo quando acusado de não ter coragem de fuzilar um traidor. Mas há uma diferença muito grande entre as duas explosões. Sem Medo atirou à cara do Comissário um episódio concreto, acontecido, da sua vida. João explode por descontrolo emocional, lança ao outro a própria responsabilidade que não pode suportar, comporta-se como um adolescente perturbado pelos hormônios. Mas, apesar de tudo isso, Sem Medo acaba por concluir que assistira importante mudança na vida do discípulo: o momento em que ele repudia o mestre para enfrentar por conta própria, sem amparo, o mundo.

O miúdo mostrava as unhas, finalmente. E ele, Sem Medo, não o compreendera, até lhe dera uma chapada. Castigara as palavras e deixara escapar o sentido das palavras. Finalmente, suspirou ele. Finalmente! E não o percebi, fiquei ofuscado pelas palavras. E sou eu que digo sempre que as palavras são relativas... (M, 196)

Com a retirada do Comissário para a Base, Sem Medo e Ondina vão acabar tendo o envolvimento em que ele praticamente os atirou. O Comissário não terá notícia disso, seu persistente ressentimento contra Sem Medo encontrará outros motivos. Os dois só voltam a se encontrar após a operação para expulsar os inimigos que teriam invadido a Base. Embora seja um momento de alegria, pois não houve a invasão, a cena é constrangedora. Note-se o detalhe do Comandante ter esquecido até da arma.

Sem Medo deixou o Comissário para o fim. Quase correu para ele, os braços abertos, a AKA esquecida contra uma árvore. Os nervos cediam, queria abraçar João, rir e chorar. Mas o Comissário percebeu o gesto e estendeu-lhe uma mão fria. Sem Medo estacou, hesitou, fez uma careta. Apertou-lhe molemente a mão. (M, 238)

Sem Medo retornará à Base, Mundo Novo fica como novo responsável em Dolisie, para preparação do ataque ao Pau Caído. “Sem Medo notou que o Comissário ficara descontente ao vê-lo. Queria comandar o ataque sozinho, seria a sua afirmação. A presença do Comandante colocava-o em posição subalterna.” (M, 255) Ele comunica que caberá ao Comissário comandar o ataque, pois precisa adquirir experiência e Sem Medo, após aquela missão, seguirá para a Frente Leste. “Olharam-se em silêncio. Sem Medo procurava manter uma atitude natural, o Comissário destilava hostilidade. / — É inútil parecermos dois galos enfrentando-se — disse Sem Medo.” (M, 256)

Na iminência do ataque ao Pau Caído, o Comissário toma a iniciativa de uma pequena aproximação, de caráter, digamos assim, profissional, não pessoal. “— Camarada Comandante, não é melhor dividirmos dois grupos? Um comandado por mim e outro por ti? Mas que fiquem próximos um do outro. É mais fácil. / — De acordo, mas quem dá as ordens és tu.” (M, 260) Contrariando o combinado, o Comissário resolveu provar ao Comandante, como havia prometido após a bofetada, que tinha tanta ou mais coragem que ele, também era capaz de enfrentar sozinho todo um grupo de inimigos. Sem Medo assistirá à temeridade pouco responsável do discípulo rebelde.

Os primeiros soldados surgiram para aquele lado. O grupo de Sem Medo fez fogo e eles deixaram-se cair num talude, ficando abrigados do fogo. / Então, Sem Medo viu a cena. Como num filme. João apercebera-se da existência do talude e avançou para ficar à frente do inimigo, quando este se metesse na vala. Mas não dera a ordem aos seus homens para avançar. Fizera-o sozinho, desafiando a coragem de Sem Medo: era um duelo que ele impunha ao Comandante, uma espécie de roleta-russa. Loucura, pensou Sem Medo. O inimigo tinha de avançar por ali, quarenta ou cinquenta homens avançariam pelo talude, protegidos do grupo de Sem Medo. À sua frente encontrariam o Comissário, com a AKA. (M, 262)

O primeiro a tentar ir em socorro do Comissário foi Lutamos, logo colhido por uma rajada mortal.

O inimigo fazia agora um fogo violento contra a posição do Comissário, que estava protegido por um tronco. A Breda varria o espaço livre entre João e os seus homens, os quais não ousavam abandonar os refúgios. Sem Medo distinguia a AKA do Comissário, reconhecia a sua cadência: uma rajada de três tiros, um silêncio, uma rajada de dois tiros, um silêncio. Em breve tudo estaria acabado, pois uma bazucada inimiga destruiria o refúgio precário de João. (M, 262-263)

O avanço de Comandante e a sua ordem de ataque levarão os outros guerrilheiros a segui-lo. “Galvanizados por Sem Medo, os guerrilheiros atravessaram o espaço livre e as granadas caíam bem no meio do inimigo. O grupo do Comissário ousou então avançar [...]” (M, 263) A reconciliação, com o mestre de novo instruindo o discípulo, se dará no campo de batalha. “— João debruçou-se sobre Sem Medo. / — Onde estás ferido? / — Miúdo! Miúdo, vai comandar o assalto. / E sorriu para o Comissário. Este apertou-lhe o ombro. Correu para o acampamento, [...] lágrimas nos olhos: / — MPLA avança! MPLA avança!” (M, 263-264)

Será o Comissário a fazer questão que Sem Medo e Lutamos sejam sepultados ali, ordenará que cavem com os punhais e com as mãos sem ligar para a proximidade das explosões dos obuses inimigos. Mas não será capaz de falar nada, “como lhe competia” (M, 267). Terá, sem dúvida, participado da salva de tiros com que foram homenageados os mortos.

A última página do romance traz o solilóquio de João, o Comissário Político. Nele, fica reconhecido o papel de Sem Medo em seu processo de aprendizagem. “A morte de Sem Medo constituiu para mim a mudança de pele dos vinte e cinco anos, a metamorfose. Dolorosa, como toda metamorfose. Só me apercebi do que perdera [...] quando o inevitável se deu.” Ao fim, será ele quem tomará o lugar do morto, sucedendo-o, mas com a consciência de que também o indivíduo, com suas idiossincrasias, por efêmero que seja, tem um papel no processo histórico.

Do coração do Bié, a mil quilômetros do Mayombe, depois de uma marcha de um mês, rodeado de amigos novos, onde vim ocupar o lugar que ele não ocupou, contemplo o passado e o futuro. E vejo quão irrisória é a existência do indivíduo. É, no entanto, ela que marca o avanço no tempo. (M, 270, vale para a anterior.)

Podemos considerar que ele é, agora, um guerrilheiro melhor, mais capaz, mais compreensivo que o dogmático e inflexível personagem, pronto a mandar voltar atrás quem desejava continuar, a fuzilar de acordo com o que mandava o regulamento, que conhecemos no início do romance.

AS AVENTURAS DE NGUNGA. OS GUERRILHEIROS NO CAMINHO

Antes de traçarmos o esboço do protagonista, vamos anotar os diversos guerrilheiros com quem ele cruza em sua trajetória.

O primeiro deles é *Nossa Luta*, com quem Ngunga vivia no kimbo, ou aldeia, e que o manda a outro kimbo, procurar o camarada socorrista para lhe tratar o pé. É alguém que tem cuidado pelo menino (“— Se não te tratares, a ferida vai piorar. A perna inchará e terás muita febre.” *AN*, 10) e procura orientá-lo. Mas seu papel é muito reduzido. Sabe-se apenas que “fora para a área de Cangamba, como guerrilheiro” (*AN*, 10) e que Ngunga já o não encontra quando retorna ao kimbo, “à casa que *Nossa Luta* construía” (*AN*, 11). Saindo para o Mundo, Ngunga aceita trabalho no kimbo do Presidente Kafuxi, convencido que estaria ajudando a alimentar os combatentes. “Pensou só em *Nossa Luta*, também guerrilheiro.” (*AN*, 12) Mais adiante haverá a última notícia sobre ele, quando Ngunga chega a uma Seção da guerrilha, na mata.

Ao dizer a aldeia donde saíra, um guerrilheiro exclamou: / — O kimbo do *Nossa Luta*. / — Sim, sim — disse Ngunga, satisfeítíssimo. — Onde está o *Nossa Luta*? / — Morreu. / — Morreu? — Ngunga não queria acreditar. — *Nossa Luta* morreu? / Tinha morrido numa emboscada do inimigo. Os camaradas tinham-no enterrado perto do caminho. Ngunga sentiu-se ainda mais só no Mundo. E disse a verdade: / — Afinal eu estava à procura dele. Era o meu único amigo. (*AN*, 17)

Ngunga, com *Nossa Luta*, reaprende a dura lição sobre a precariedade da vida na guerra, a ronda constante com que a morte a todos ameaça. O rapaz fica muito triste com a notícia. “Foi *Nossa Luta* quem cuidou dele quando os pais foram assassinados, foi *Nossa Luta* quem o acarinhou e ensinou. E Ngunga chorava.” (*AN*, 17-18)

O segundo guerrilheiro, *Chefe de Seção Avança*, Ngunga conhecerá quando sai à procura de tratamento para a ferida no pé. Fala disso ao socorrista. “No caminho encontrei o camarada *Chefe de Seção Avança*, com dois guerrilheiros. Iam ao outro lado do rio, procurar mandioca.” (*AN*, 6) A fome continua a ser preocupação constante para os combatentes.

Ngunga vai reencontrar este guerrilheiro depois de fugir do Posto dos colonialistas com três armas. Anda à procura do Comandante Mavinga, mas vai ser levado à Seção de *Avança*. “O Comandante *Avança* felicitou-o pela sua coragem. Disse que a Seção mais próxima do Esquadrão de Mavinga ficava a três dias de marcha. No dia seguinte, mandaria dois guerrilheiros acompanhá-los.” Como Ngunga quer antes voltar ao kimbo onde conheceu moça que o interessou, terá o primeiro atrito com *Avança*: “— [...] não vou dar-lhe dois guerrilheiros para andar a passear. Esses homens fazem-me falta aqui na Seção. Pode ir, mas depois vai sozinho procurar o Mavinga” (*AN*, 44, vale para a anterior). A segunda encrenca, no dia seguinte, acontece porque

Avança não permite a Ngunga que leve para Mavinga as armas que trouxe do Posto. “— Desaparece da minha frente! O Mavinga, se quiser, que venha depois discutir comigo. / E Ngunga partiu, a amaldiçoar o Comandante Avança.” (AN, 45) Avança não é bem avaliado nem pelos seus próprios homens.

Os guerrilheiros que o acompanhavam disseram-lhe para não se importar. Avança era invejoso e cruel. Os guerrilheiros não gostavam dele. Avança dizia que o que contavam de Mavinga era mentira; era ele próprio, Mavinga, que obrigava a contar os seus feitos, para a Direção do Movimento o fazer subir. (AN, 46)

Avança talvez tenha ensinado a Ngunga que os colonialistas podem não ser suficientes como inimigos, também é possível que companheiros de armas se hostilizem uns aos outros.

Ngunga conhece outro guerrilheiro, o *Comandante do Esquadrão*, na festa de que participa no kimbo do socorrista. “Foi nessa altura que chegou o Comandante do Esquadrão, acompanhado de seis guerrilheiros e cinco mulheres. O Comandante foi sentar-se junto do Presidente Kafuxi, a arma nova na mão.” (AN, 9) Se em *Mayombe* alguns personagens eram nomeados apenas por sua função ou posto, ainda assim eles eram figuras complexas, consistentes. Este personagem quase que se resume a seu posto, é um *tipo*, uma espécie de contorno, quase que só para figuração. O mesmo personagem, ou pelo menos alguém com o mesmo nome, ou posto, vai reaparecer quando Ngunga trabalha nas lavras do Presidente Kafuxi, “o responsável da população de uma série de aldeias” (AN, 15). Ngunga trabalha para ajudar a alimentar os guerrilheiros, mas o Presidente esconde a comida, guarda-a para trocar por pano.

E, um dia em que apareceu o Comandante do Esquadrão com três guerrilheiros, aconteceu o que tinha de acontecer. / O velho lamentou-se da fome, dos celeiros vazios. Mandou trazer um pratinho de pirão para o Comandante. Para os outros nada havia. O Comandante teve de dar dois metros de pano e outro pratinho apareceu. (AN, 15-16)

Ngunga ia percebendo “que as palavras nada valiam” (AN, 16). Sem o velho Presidente saber, vai ao celeiro, traz dois recipientes com farinha e os deixa diante dos guerrilheiros. Depois vai embora.

Na Seção onde teve notícia da morte de Nossa Luta, Ngunga vai conhecer o *Comandante Mavinga*. Antes ouvirá rumores sobre ele. “Muitas vezes se falava no Comandante daquele Esquadrão, o camarada Mavinga. Todos recordavam a sua

coragem e decisão. Mas havia guerrilheiros que diziam que Mavinga tinha um defeito: pensava demais nele mesmo.” (AN, 18) Quando o Comandante aparece na Seção, Ngunga trata de atento, observá-lo.

O Comandante Mavinga apareceu com um grupo. Vinha fazer inspeção às seções do seu setor. Ngunga ficou perto do seu fogo, onde estavam reunidos os responsáveis. Não deixava de fitar o Comandante. Imaginara-o alto e forte. Via apenas um homem ainda novo, pequeno e magro. Tinha barba à volta da cara e mexia-se constantemente. Quando trouxeram a comida, comeu rapidamente, sem olhar para o lado. Os outros deixaram-no comer à vontade. Lavou depois as mãos numa bacia e perguntou: / — Então, não há nada para beber? / — Ainda não está pronto, Camarada Comandante. (AN, 18-19)

Embora Ngunga queira continuar na Seção, Mavinga quer que ele estude, mostra que sabe como lidar com o garoto, desperta-lhe a curiosidade sobre a escola, leva-o com ele para conhecer o professor. Andam quatro dias, passam por vários kimbo. “Em toda a parte eram bem recebidos. A fama de Mavinga corria pelos povos, os seus sucessos militares eram de todos conhecidos.” (AN, 21) Também gostavam de ouvir o Comandante “contar as suas aventuras [...]. [...] Mavinga não se cansava de as repetir. Ficava contente, orgulhoso, quando lia admiração nos olhos dos que o escutavam”. Havia alguma fanfarronice no Comandante, como Ngunga notava. “De dia para dia, Mavinga aumentava um pouco ou o número de inimigos mortos ou a dificuldade da operação. Os que iam com ele parecia que não reparavam.” (AN, 22, vale para a anterior.) Quando chegaram ao destino, Ngunga notou mais uma coisa. “O Comandante ficou esse dia na escola. Ao sentar-se com o professor, entregou-lhe uns papéis. O professor lia alto, para Mavinga perceber. ‘O Comandante não sabe ler?’, pensou Ngunga, admirado.” (AN, 24)

Após fugir do Posto e de ter as armas que de lá trouxe confiscadas pelo Comandante Avanço, Ngunga vai finalmente reencontrar Mavinga. “Foi um Ngunga magro e fatigado que se apresentou ao Comandante Mavinga. Este abraçou-o, comovido.” (AN, 46) Também vai acompanhá-lo, com muito gosto, ao Esquadrão de outro Comandante.

Avanço recebeu-os desconfiadamente, sobretudo por ver Ngunga com Mavinga. Este iniciou logo a conversa. Avanço queria discutir a sós com ele, para que os guerrilheiros não ouvissem. Mavinga falou à frente de toda a gente: / — Vim buscar as minhas armas que querias roubar. / [...] / Avanço perdera toda a sua vaidade. [...] Mavinga continuou, bem alto, para todos ouvirem: / — Para que te serviam as armas, se tu andas a fugir do inimigo? Passas a vida nas seções ou nos kimbo; se há uma ofensiva escondes-te na mata. Para que queres mais armas? Era só para chatear o Mavinga... / — Julgas que és só tu que combates? — arriscou Avanço. / — [...] Mas acabou, dá-me as armas. / Sem que o Comandante Avanço desse a ordem, dois

guerrilheiros trouxeram as armas. Mavinga falou mais uma vez, virado para os guerrilheiros: / — Se não estamos a lutar bem, a culpa não é vossa, camaradas guerrilheiros. Vocês não têm a culpa de terem um Comandante assim. (AN, 48-49)

Depois, já longe do acampamento, um guerrilheiro conta a Ngunga que havia mais que a boa condução da guerra no desentendimento entre os dois Comandantes. “— O Mavinga tratou mal o Avança. Não o devia ter feito à frente dos guerrilheiros; isso tira a disciplina. Mas houve um problema de mulheres entre eles, é por isso que não se podem ver e falam mal um do outro.” (AN, 50) É interessante assinalar que este pequeno romance, embora tenha sido escrito com clara intenção didática, foge ao maniqueísmo, não tenta fazer seus personagens parecerem figuras exemplares, sem defeitos, para contrapor-los aos, esses sim, malvados colonialistas.

O último guerrilheiro que Ngunga conhecerá em suas andanças é *União*. Como Teoria, em *Mayombe*, além de guerrilheiro, ele é também professor. Ngunga imaginara-o diferente, surpreende-se ao conhecê-lo. “Julgava que ia encontrar um velho com cara séria. Afinal era um jovem, ainda mais novo que o Comandante, sorridente e falador. Esse aí sabia mesmo para ensinar aos outros?” (AN, 23) Se há um herói exemplar na narrativa, é este personagem. O próprio Ngunga concordaria com isso, depois de conviver com ele. Ao saber dos motivos pessoais no desentendimento entre Avança e Mavinga, o garoto lembra-se do professor. “Ngunga, deitado ao lado de Mavinga, pensava que só mesmo União era perfeito.” (AN, 50)

Vejamos como se caracteriza este herói exemplar.

Faz seu trabalho em condições difíceis. “A escola era só uma cubata de capim para o professor e, numa sombra, alguns bancos de pau e uma mesa.” (AN, 23) Depende do povo local para sua alimentação. Está preparado para se defender. “O professor andava sempre com a sua arma, como todos os adultos. União trouxera uma AK e também uma SKS [...]” (AN, 25) Ensina Chivuala e Ngunga, os dois alunos que moram na escola, a lidar com as armas. Estão em zona de guerra, não vamos nos esquecer, aliás, seremos logo lembrados disso. Tem um elevado senso de justiça, percebe que Chivuala maltrata Ngunga, mais novo, e que este nada fala, não o denuncia. Protege Ngunga, manda Chivuala embora. Mostra que tem a disposição e a coragem de um guerrilheiro resistindo, ajudado por Ngunga, ao ataque da tropa colonialista. Matam três soldados antes de, já sem munição, caírem prisioneiros e serem levados “para o Posto de Cangamba, em helicóptero” (AN, 33). Na prisão, vai se comportar com grande

heroísmo. Ngunga fica sabendo por outro prisioneiro, responsável por indicar ao inimigo a localização da escola, que União resistiu ao espancamento. (“ — [...] Por que é que não fala? Só querem saber quais as instruções que o Mavinga recebeu. O União é que lhe lê as cartas, ele sabe. Por que não diz?”) O aluno admira cada vez mais o professor.

União, sim, União era um homem. Combateu até ao fim e sempre preocupado com a salvação de Ngunga. E agora recusa ajudar os tugas a apanharem o Comandante Mavinga. União era seu professor e amigo: o orgulho fez Ngunga esquecer o sofrimento. (AN, 35, vale para a anterior.)

Quando vê União ser conduzido por cinco homens a um helicóptero sem nada poder fazer, só tem tempo de lhe dizer que contará aos outros que ele nada falou, e ouve o que o outro lhe grita, sobrepondo sua voz ao ruído do motor, vitória do homem sobre a máquina. “— Nunca te esqueças de que és um pioneiro do MPLA. Luta onde estiveres, Ngunga! / Foi a última lição que dele recebeu. Fecharam a porta e o helicóptero levantou vôo. No chão ficou Ngunga, pensando nas palavras de União.” (AN, 38)

Se quiséssemos procurar alguma falha na conduta do professor União, poderíamos no máximo apontar um rigor talvez excessivo na decisão de expulsar Chivuala. Censurado por Ngunga (“— [...] Com o Chivuala, foi mau. Não devia mandá-lo embora. Trouxe-o do Kuando, deveria ir com ele. E podia ser que ele se modificasse, com uma ameaça forte.”), chegou a se arrepender. “No dia seguinte, União mandou Ngunga procurar Chivuala no kimbo e dizer-lhe que voltasse. Mas Chivuala já tinha partido, não se sabia para onde.” (AN, 30, vale para a anterior.) Motivado por uma figura como essa, não é de admirar que Ngunga, pouco interessado na escola e na educação, mude de comportamento.

AS AVENTURAS DE NGUNGA. NGUNGA, ÓRFÃO, PIONEIRO E GUERRILHEIRO

As circunstâncias que deixaram o menino Ngunga sozinho no Mundo aos nove anos estão contadas na primeira página da narrativa e já o colocam na zona da guerra.

Ngunga é um órfão de treze anos. Os pais foram surpreendidos pelo inimigo, um dia, nas lavras. Os colonialistas abriram fogo. O pai, que era já velho, foi morto imediatamente. A mãe tentou fugir, mas uma bala atravessou-lhe o peito. Só ficou Mussango, que foi apanhada e levada para o Posto. Passaram quatro anos, depois desse triste dia. Mas Ngunga ainda se lembra dos pais e da pequena Mussango, sua irmã, com quem brincava todo o tempo. (AN, 5-6)

Mesmo já tendo passado por tudo isso, Ngunga é ainda uma criança, assim se comporta quando Nossa Luta lhe diz para ir à procura do socorrista ou a ferida no pé vai piorar. “— Não faz mal — disse Ngunga. — Não gosto de apanhar injeções. / — És burro. Agora, o socorrista não te vai dar injeção nenhuma. Mas depois, se tiveres uma infecção, então precisarás de injeções. Que preferes?” (AN, 5) Acaba por atender Nossa Luta. Para isso precisa percorrer longa distância, dormir no mato. “Ngunga porém estava habituado. A bem dizer, não tinha casa. Vivia com Nossa Luta, por vezes; outras vezes, se lhe apetecia, ia viajar pelos kimbos, visitando amigos e conhecidos.” (AN, 6) O personagem é construído em torno desse constante deambular. Carrega consigo “as suas coisas, num saquito velho. Um cobertor de casca, um frasco vazio, um pau de dentes, a fiska ao pescoço e a faca à cinta, eis toda a sua riqueza” (AN, 11). Na presença do socorrista, vai reafirmar sua condição ainda infantil.

— Um homem não se queixa, Ngunga. / — Mas eu sou ainda pequeno — respondeu ele. / — Vives como um homem livre e já tens idade de ir para a escola. Bem, vamos tratar esse pé. / — Que remédio vai por? Arde muito? / — Não. Não tenhas medo, um homem nunca tem medo. Como é? Vieste sozinho à noite da tua aldeia. Agora vais ter medo do tratamento? / — Não tenho medo [...]. — Mas não gosto quando o remédio arde. (AN, 7)

É uma criança observadora e atenta. Fica para a festa no kimbo do socorrista. Vê chegar o Presidente Kafuxi, em cujo kimbo passara no dia anterior. O mais velho nada lhe dissera a respeito da festa. Repara no comportamento daquele chefe tradicional.

Homem esquisito, esse Kafuxi. Lá estava ele sentado ao lado do Responsável do Setor e de outros mais velhos. Quando falava, os outros guardavam silêncio. Mas, se eram os outros a falar, ele gostava de interromper, o que era contra os costumes. E os outros aceitavam. (AN, 8)

Vai formando um repertório a respeito dos diferentes comportamentos e poderá, mais adiante, avaliar e comparar os homens. Trabalhando durante um tempo para o Presidente Kafuxi, ouve-o dizer uma coisa e praticar outra, conclui que “as palavras nada valiam” (AN, 16). Por isso pôs, diante do guerrilheiro que viera por comida, os cestos de farinha que o mais velho dizia não ter.

Quando Ngunga chega à Seção de guerrilheiros, resolve ficar ali. Por iniciativa própria “começou a ir buscar água ao rio e a ocupar-se de pequenos trabalhos” (AN, 18). Chega o Comandante Mavinga, olha para Ngunga, aprecia-lhe as qualidades, mas ainda vê uma criança. “— Tão pequeno e andas sozinho? Vais ser um bom guerrilheiro. Mas agora ainda não. Ele nem devia ficar aqui. Não convém ter muitas crianças nas seções. Quando há um ataque, só fazem confusão. É melhor que vivam nos kimbos.” (AN, 19)

Ngunga, porém, já não parece o garoto que tinha medo de injeções, contradiz o comandante.

— Eu não sou criança — cortou o Ngunga. — Se houver um ataque, não vou chorar nem fugir. Se tiver arma, faço fogo. Se não tiver, posso carregar as armas dos camaradas. / O Comandante riu. / — Já viste o fogo dos tugas? / — Então não? Não é pior que o nosso. (AN, 20)

Curioso, acaba por concordar em ir para a escola. Ali vai mostrar seu caráter, recusando-se a denunciar Chivuala, o colega que o atormentava. Olhando a situação com os olhos de hoje, alguém poderia dizer que Ngunga sofria *bullying* e aguentava firme, mas não era por medo, era porque considerava indigna a delação.

Ngunga prova que não é mesmo criança, como disse a Mavinga, ao enfrentar, ao lado do professor União, o ataque dos colonialistas. Se ele não é ainda um guerrilheiro, já é um pioneiro, ou seja, um membro jovem do MPLA. Essa condição será reafirmada explicitamente pelo professor, quando o levam do Posto. “— Nunca te esqueças de que és um pioneiro do MPLA.” (AN, 38) E este é o batismo de fogo do pioneiro.

Os dois amigos só disparavam quando viam um inimigo. Um obus de bazuka silvou acima das suas cabeças e foi rebentar a casa. Um pau caiu nas trincheiras e feriu União na cabeça. / — Estou ferido. Foge, Ngunga. Eu vou abrir fogo e tu foges. / — Não — e Ngunga disparou com raiva sobre as sombras que se moviam, avançando a rastejar. Um homem ficou deitado, os braços à frente da cabeça. / — Matei um! — gritou Ngunga. — Matei um! / O professor limpou o sangue que escorria dos cabelos para a cara. Sorriu para Ngunga. / — Os nossos vão vir — disse o pioneiro. — É preciso poupar munições para eles terem tempo de chegar. (AN, 31)

Esse não foi o único inimigo morto por Ngunga. “Uns tugas recomeçaram a avançar, enquanto outros os cobriam com fogo. Ngunga abateu mais um e os restantes esconderam-se.” (AN, 32) Mas a munição acabou e eles não puderam mais resistir. E Ngunga vai ter a experiência de uma emoção negativa a que todos os guerreiros estão sujeitos.

— Atirem as armas para fora! Levantem-se com os braços no ar. / As lágrimas corriam dos olhos cegos de Ngunga. Não era medo. Era só raiva de não ter uma granada. União, adormecido, não sentiu nada do que se passou. Mas Ngunga sofreu toda a humilhação da derrota. (AN, 33)

Depois de dois dias na cela, Ngunga vai aumentar seu repertório de conhecimento dos homens com uma novidade. Vai ver de perto, pela primeira vez, o inimigo encarnado num agente da PIDE.

Este era um branco magro e baixo. Ngunga nunca tinha visto um branco. Só vira um mestiço num grupo de camaradas que passaram no seu kimbo, a

caminho do Bié. “Afinal não metia medo nenhum”, pensou ele, “só que é branco”. / — Este é que é o Ngunga? Um bandido tão pequeno! Foste tu que disparaste sobre os soldados, não é? / Traduziram a fala do branco para mbunda. Ngunga disse que sim com a cabeça. Quis dizer: “e matei dois”, mas calou-se. Não sabia explicar por quê, mas achou melhor não falar nisso. (AN, 35-36)

É possível que Ngunga tenha avaliado instintivamente que não devia dar informação ao inimigo, informação que poderia comprometê-lo ainda mais. Aqui podemos fazer ainda duas observações. Um leitor poderia pensar se não seriam brancos os soldados que atacaram a escola, o que invalidaria a afirmação de Ngunga nunca ter visto um branco. Não nos esqueçamos da presença de muitos angolanos no Exército Português, isso sem contar as Tropas Especiais, os Flechas, os G. E. Mais adiante Ngunga cogitará uma possível ajuda que os G. E., por serem negros, poderiam dar para que ele e o professor fugissem. “Depois compreendeu que os G. E. não serviriam para nada, pois eram só criados dos portugueses e não tinham força nenhuma ali.” (AN, 37) A segunda observação diz respeito à fala do agente da PIDE (“Este é que é o Ngunga? Um bandido tão pequeno!”), indicativa que o rapaz já havia adquirido alguma fama local.

A guerra transforma as crianças em adultos quase que numa pancada única. É a impressão que talvez fique ao leitor ao saber da frieza com que Ngunga planeja e executa seus próximos atos, decidido a fugir do Posto, agora que não poderia mais ajudar o professor.

Ngunga saiu da cozinha e entrou na sala onde estava o chefe da PIDE. Este escrevia na mesa. A pistola estava pendurada na parede. Ngunga pegou nela e apontou-a para o branco. Ele ouviu barulho e virou a cabeça. Ngunga foi ao quarto, apanhou a G3 e a FN que lá estavam. Com as três armas, saiu de casa e meteu-se na noite. / [...] / Perto do arame farpado, rastejou para passar na abertura que tinha preparado nas noites anteriores.

Ngunga mostra a consciência de um combatente já formado ao afirmar suas razões para matar o branco, a escolha do mundo em que preferia viver.

Matou-o, porque era um inimigo, um assassino. Matou-o porque torturava os patriotas. / — O pioneiro do MPLA luta onde estiver — gritou ele para as árvores. / E correu para a liberdade, para os pássaros, para o mel, para as lagoas azuis, para os homens. Atrás de si ficava o arame farpado, o mundo dos patrões e dos criados. (AN, 39, vale para a anterior.)

A trajetória de Ngunga ainda não está completa. Falta descobrir outro inimigo, talvez ainda mais difícil de enfrentar que os colonialistas, com quem será preciso fazer uma guerra muito mais prolongada, uma transformação muito mais completa da sociedade. Isso acontecerá quando ele reencontrar Uassumba, a jovem por quem se

interessara e a quem quis rever tornando ao seu kimbo em companhia de Mavinga, que vai se encontrar com Chipoya, o chefe local e “secretário do Comitê de Ação” (AN, 50). Ali saberá de algo que em nenhum momento lhe havia passado pela cabeça.

— Vais ao rio? Vou contigo? / — Não — disse Uassamba. — Podem ver-nos e o meu marido é muito ciumento. / — O teu marido? / — Sim, Chipoya. Não sabias? / O Mundo caiu em cima da cabeça do rapaz. Nem no combate, quando a última bazucada destruiu a trincheira, ficara assim tão atordado. Gaguejou: / — Mas... aquele velho? / [...] / Ngunga encostou-se a uma árvore. Por que o Mundo era assim? Tudo o que era bonito, bom, era oprimido, esmagado, pelo que era mau e feio. Não, não podia. Uassamba, tão nova, tão bonita, com aquele velho? Lá por que ele a comprara à família? Como um boi que se compra ou uma quinda de fuba? (AN, 39)

Ngunga estava pensando no alambamento, ou alembamento, o costume tradicional em que alguém que desejava uma esposa compensava a família dela com uma recompensa material, por haver retirado daquela família parte de sua força de trabalho. Uma espécie de dote oferecido à família da pretendida esposa. Quando Mavinga lhe diz que ele deve renunciar a Uassamba, que o combatente deve saber quando retirar diante do inimigo mais forte, Ngunga solta um grito de guerra.

— Hei-de lutar para acabar com a compra das mulheres — gritou Ngunga, raivoso. — Não são bois! / — Para isso precisas estudar. Eu não sei sobre o alambamento. Sempre se fez, os meus avós ensinaram-me isso. Mas, se achas que está mal e que é preciso acabar com ele, então deves estudar. Como aceitarão o que dizes, se fores um ignorante como nós? (AN, 54)

Quando propõe a Uassamba que fuja com ele, ela diz que não pode, embora lamente seu destino. E Ngunga percebe o tamanho do inimigo que tem pela frente. “Ele ainda era fraco para combater [...] as leis dos avós. O rio era largo demais, a corrente muito forte [...]. Ngunga estava nu, sem uma arma, enfraquecido pela sede. Não podia enfrentar o inimigo. Mavinga dissera que não era vergonha retirar...” Comunica a decisão que tomou. “— Que vais fazer? — perguntou Uassamba. / — Vou para uma escola.” (AN, 56, vale para a anterior.) A única coisa que o personagem levará dali, dado por Uassamba, é seu novo nome, que ela sussurra em seu ouvido e que ele mantém em segredo.

Ngunga só se despediu de Mavinga. Explicou-lhe por que queria ir secretamente. Pediu-lhe para não contar a ninguém onde ia e não voltar a falar de Ngunga, que tinha morrido nessa noite inesquecível. E não revelou o seu novo nome ao Comandante. / Partiu sozinho para a escola. / Um homem tinha nascido dentro do pequeno Ngunga. (AN, 57)

A transformação está completa.

O retrato detalhado da aparência física do personagem será mostrado ao leitor (e usamos este verbo no sentido primeiro, “oferecer à vista de outrem”, como diz um dicionário) logo no início de “A chana (1972)”, a segunda parte do romance *A geração da utopia*. Primeiro é oferecida à vista do leitor, naquilo que poderia ser chamado, numa perspectiva cinematográfica, *plano de grande conjunto*, “uma longa extensão de terreno coberta apenas por capim”, uma monótona planície sem acidentes em seu relevo. Agora o cenário não é mais a grande floresta tropical, como em *Mayombe*. Agora estamos na Frente Leste, como já acontecia em *As aventuras de Ngunga*. A Frente Leste sob a contra-ofensiva portuguesa, que deteve o avanço do MPLA na região. Mas há algo que se move nesse plano de grande conjunto. “O homem é um ponto minúsculo na chana.” (*GU*, 119, vale para a anterior.) Depois, continuando na perspectiva cinematográfica, a câmera vai fechando sobre a figura, aproximando-a, até alcançar o detalhe.

O homem tem uma arma, uma Kalashnikov soviética, apoiada no ombro esquerdo. Um boné verde oculta-lhe o abundante cabelo encarapinhado. A barba farta termina em duas pontas, no queixo. Os olhos são grandes, muito brancos, realçados pelos sinais de uma noite mal dormida. Veste uma farda camuflada e calça botas militares. Do cinturão está pendente uma bolsa-cartucheira para os carregadores de reserva, do lado direito. Mais atrás, uma corda enrolada. Do lado esquerdo, o cantil e o punhal adaptável à arma. Na parte da frente do boné está espetado um emblema oval, onde se nota um facho aceso empunhado por uma mão negra: o homem é um guerrilheiro. / [...] A farda, as botas, a barba, estão sujas de pó acumulado. (*GU*, 120)

O trecho, em sua prosa imagética, visual, que nos fez pensar num filme, ainda traz um inventário minucioso do equipamento do guerrilheiro. Mas falta uma coisa muito importante nesse inventário. E o motivo dessa falta vai riscar o primeiro traço do retrato interior, psicológico, do guerrilheiro. “O pior era ter perdido a mochila, levada por um guerrilheiro, precisamente para lhe aliviar o sacrifício da caminhada.” (*GU*, 123) Estava sozinho porque seu grupo, “composto de onze combatentes” (*GU*, 121) havia caído numa emboscada e se dispersara. Ele havia perdido os companheiros, não sabia que rumo haviam tomado. E como sua mochila estava às costas de outro guerrilheiro, “pois é símbolo de importância ter um carregador que leve a mochila do responsável”, e assim ficava livre “do tormento provocado pelo peso nas costas” (*GU*, 124), ficara sem ela e sem o cobertor que estava dentro dela. Como não podia fazer fogo sem atrair os inimigos, passa frio à noite desde que ficou sozinho. Seu comportamento indica uma disposição para tirar vantagem de seu posto graduado e uma tendência à preguiça e

exploração do trabalho alheio. O retrato deste guerrilheiro não compõem de nenhum modo o herói exemplar. Aqui não há traços de realismo socialista. Aqui encontraremos realismo crítico puro, quase feroz. O guerrilheiro não procurava se aproximar da população e arregimentá-la ou politizá-la. Queria distância de quem encontrasse durante a marcha, nem respondia quando lhe pediam permissão para acompanhar o grupo.

As colunas de povo não tinham comida, [...] eram pesos inúteis. E ainda por cima acabaria por ter de dividir com elas os restos de sal perdidos nos forros dos bolsos. Por isso evitava-as, fazendo acampamento longe delas, desviando a rota se via alguma à sua frente. Não tinha remorsos, lutava pela sobrevivência. Há muito deixara de se questionar, como antes fazia, quando se considerava um intelectual. (GU, 122)

Aqui já não vemos, entre expectativas dogmáticas e descrenças críticas, as esperanças na vitória e no futuro que apareciam no horizonte do Comissário Político e de Sem Medo. Até da condição de intelectual, comum entre este e os dois mencionados personagens, ele já abria mão. Estava cuidando da própria pele, tinha como horizonte de futuro a sua própria salvação. “Ele sabia, corria para o naufrágio.” (GU, 123) Perdido no meio da chana, fugindo de ruído que poderia ser helicóptero, debaixo do Sol num lugar que não oferece nenhuma sombra, o guerrilheiro é atormentado pela sede. Também aqui o motivo da busca por suprir necessidades básicas está presente. Lembremos de cena similar com Eustáquio de *Bar Don Juan*. O cotidiano da luta inclui mais que combater ou fugir do inimigo, inclui conseguir água. “Ajoelha-se e pega no punhal. Cava um pouco e a água barrenta brota. Deve esperar o assentar da lama, ficando a água mais límpida. Mas a língua parece inchar na boca e não espera. Bebe assim mesmo.” Lamenta a falta de um melhor treinamento para achar pistas dos companheiros sumidos.

Enche o cantil, volta a procurar o rasto. Se fosse guerrilheiro experimentado, facilmente descobriria um capim pisado ou outro indício qualquer. Mas sempre foi responsável. Sempre teve quem o guiasse, quem estudasse o terreno por ele. As suas preocupações eram outras. Os olhos não se exercitaram e agora são como cegos. (GU, 127, vale para a anterior.)

Entregue a si mesmo, lamenta a perda da confortável dependência de que sempre desfrutara por sua posição na guerrilha. Quando deixou a vida de estudante na Europa, “farto de ouvir as mesmas discussões sobre tal texto de Marx ou Lenine”, viera para Angola lutar. Mas não começou de baixo, como simples guerrilheiro. “Fez um rápido treino militar e foi integrado na guerra, primeiro como formador político, depois como

responsável a nível zonal.” (GU, 130, vale para a anterior.) Agora, sem ter quem o sirva, pensa que devia ter se dedicado mais a um treinamento melhor.

Mas a autocrítica, ou esboço de autocrítica, não persiste. Em mais de uma passagem ele demonstra o elevado apreço que continua a ter por si mesmo. Quando pensa num modo de se defender de (imaginária) presença inimiga, na mata em que terminava a chana, logo se felicita. “Apesar do medo, sentiu orgulho pela sua lucidez e sangue-frio. Não se é muata à tôa, digam o que disserem. / A imagem que fez de si próprio dá-lhe ânimo.” (GU, 134) Em outro momento, numa conversa recordada com o Comandante Sábio, uma espécie de crítica voz da consciência que o acompanha mesmo à distância ou imaginariamente, de novo se elogia. Sábio recorda como o outro começou na guerra. “— [...] Nunca foste guerrilheiro simples, entraste logo com uma responsabilidade. / — Também era melhor! E sou dos raros.” (GU, 146) No século XIX, a palavra que se usava nos textos literários para descrever este grau de imodéstia e excesso de autoestima era *filáucia*, mas caiu em desuso. Talvez merecesse ser reabilitada.

A crítica que o guerrilheiro faz aos dirigentes do Movimento e à condução da guerra não pretende contribuir para uma mudança, nem constituir uma proposta de nova política, talvez só pretenda justificar sua própria desmoralização, sua fuga à guerra, generalizando a desmoralização (“Que somos nós todos senão pequenos-burgueses?”), distribuindo a todos uma cota de engano.

Nuns, é para se enganarem; são os idealistas. Noutros, é para enganarem os outros; são os vivaços. Tudo uma aldrabice. Aqui estou eu, perdido, a sofrer da fome e do frio, sabendo apenas que a salvação está no leste. Para quê? Uns tantos no exterior utilizam o meu sacrifício e o de tantos outros para chegarem aos países amigos e receberem dinheiro [...], não é por estarem interessados em libertar o país. Já fui parvo, já acreditei na boa fé de toda a gente. Agora já não me levam. Foi a última vez que vim combater. Se pensam vou voltar ao interior estão muito enganados. Vão lá eles, os donos da guerra. Vão ver se podem lutar assim, sem mantimentos, sem povo, com guerrilheiros que fogem ao primeiro tiro. Claro, vão dizer, se os guerrilheiros não são corajosos, é porque os responsáveis não os moralizam. Mas como moralizar um homem que se apercebe de todas as injustiças? Vão dizer, isso é influência da propaganda inimiga, os pequenos-burgueses infiltraram-se na guerrilha... Que somos nós todos senão pequenos-burgueses? Se é propaganda do inimigo, ela constata uma realidade. Ou o inimigo é sempre mentiroso? (GU, 135)

Aqui não há o idealismo que constitui traço marcante de personagens como os já vistos Comissário Político e Comandante Sem Medo. Aqui o que prevalece é o cinismo, a autocomplacência. A afirmação final, sobre a possível qualidade verdadeira da

propaganda inimiga, antecipa uma tentação que vai assombrar o personagem diante da situação miserável em que se vê.

O dia vai declinando. Em breve virá mais uma noite de frio, de cansaço e de terror. [...] O Posto do Ninda está a menos dum quilómetro, durante o dia ouviu os carros e as vozes e o ladrar dos cães. Que lhe farão se se entregar? Pouco ou nada. Ouve às vezes na Rádio dizer, os que se entregam são bem recebidos. [...] Toda a propaganda do inimigo é falsa? Se o fosse, não teria nenhum crédito junto da população, o colonialista já ultrapassou a fase da inicial estupidez, em que tudo o que afirmava era ridículo.

Imagina as vantagens que teria depois de se entregar aos portugueses, responder aos interrogatórios, “falar na Rádio, a fazer apelos aos camaradas para que sigam o seu exemplo e se rendam” (*GU*, 152, vale para a anterior). Seria um homem livre, procuraria os pais no Huambo, a quem não via há quatorze anos. Era algo quase irrecusável. “Não vale a pena? Acabar com a fome, o cansaço inútil, o frio, o medo, a troca de um título de traidor concedido por uma organização que já pouco significa e que nunca chegará ao poder?” Note-se de novo a desmoralização do Movimento, descrença na vitória. Neste ponto o leitor ficará sabendo quem é o personagem, a quem ele já conheceu como estudante pouco assíduo de Veterinária, em Lisboa, na primeira parte do livro.

Com a farda e a arma, abandonará o nome de Mundial e retomará o seu verdadeiro de Vítor Ramos, estudante de profissão. Em Nova Lisboa pode estudar Veterinária, formar-se-á com 35 anos, ainda não é tarde. Aqui é que nunca fará nada. Mesmo se não morrer ou for apanhado, que será dele quando o Movimento rebentar? O declínio é certo, pode aguentar mais uns tempos, mas será vencido. Que será dele e dos outros? Serão uns refugiados na Zâmbia e tratados como tal. Terá de se entregar aos colonialistas em condições piores, pois se renderá aos vencedores já consagrados. Neste momento ainda podem recebê-lo bem, porque dele podem aproveitar. Depois é uma moeda furada, não vale nada. Há que escolher a boa altura e é agora a boa altura. Mais tarde será tarde demais. (*GU*, 153, vale para a anterior.)

Será impedido em seu propósito de rendição por aquela presença interior, a figura de Sábio. Imaginou que os portugueses iam obrigá-lo a dizer onde era a base do Sábio, isso ele não seria capaz de fazer. “Quase inconscientemente, começa a desviar a rota para a direita, evitando o Posto. Não. Terá de aguentar a fome e o cansaço, a salvação não está no Posto, está na Zâmbia.” (*GU*, 156)

As horas passam e a fome e a sede apertam. Sobrevive comendo mandioca crua arrancada numa lavra, bebendo água do rio, onde tem de submergir para escapar a uma patrulha portuguesa que percebeu sinais de sua presença e se aproximou demais. Estava pronto a se mostrar, a se render finalmente, quando os soldados foram chamados de

volta ao quartel. Ainda assim decide se entregar, para isso espera cair a noite. Já não se importa com Sábio, com o que possa pensar a seu respeito, com a provável morte dele.

O destino de Mundial vai mudar quando ele é apanhado por dois guerrilheiros e conduzido ao resto do grupo de que faziam parte. Inicia-se a segunda parte da jornada, e o leitor poderá observar que o discurso que ele vai dirigir aos guerrilheiros difere bastante de tudo que correu em seu foro íntimo durante os dias em que vagou solitário. Terá de usar seus argumentos ideológicos, talvez puxados à demagogia, para dissipar as desconfianças dos guerrilheiros do Chefe de Seção Sangue Forte, que o viram rondando o Posto durante a tarde, os soldados se aproximando do lugar onde ele estava.

— Pensaram que eles me iam agarrar, não? / — Bem, para falar verdade, pensei que eles iam se encontrar com o camarada. Para lhes dar informações. Podia ser um infiltrado no Movimento. / — Sim, é certo — disse Mundial. A escuridão felizmente impedia que se visse a perturbação dele. — O camarada Sangue Forte é muito vigilante, tem toda a razão. Mas eu só estava a tentar escapar... Tive muita sorte. (*GU*, 166)

Depois de dizer que se os soldados o vissem abria fogo, matava dois ou três antes de morrer, já se sente bastante seguro para dar lições de coragem. “— [...] O camarada não tinha medo? / — Um bocado, então não é? Quem não tem medo numa situação dessas? Problema não é o medo. É preciso é ultrapassar o medo, não deixar que o medo vos domine, senão acabou.” Passa a pontuar suas falas com palavras de ordem: “Vitória ou Morte”; “A Vitória é Certa!” (*GU*, 167, vale para a anterior). Já distantes do Posto, à espera de uma refeição quente, Mundial percebeu que conseguira reconquistar a confiança do grupo.

Os guerrilheiros sentaram-se à volta do fogo. Eram sete homens a olharem com admiração para Mundial. Ele sentiu a consideração e voltou a encontrar a sua segurança. A vida é bela. Foi melhor assim, não precisei me render. Sempre o poderei fazer, se as coisas continuarem más.

Elogiado por ser um responsável de coragem como se viam poucos agora, bastava lembrar a travessia que fizera sozinho, “e continua com vontade de lutar”, o que ele fala em resposta e o que contraditoriamente pensa expõe, para o leitor, a sua dualidade temperada com um pouco de cinismo para uso particular. “— Não sou assim tão bom como julga. / Mal sabes tu que estou a ser sincero, pensou Mundial. A melhor maneira de não se fazer acreditar é dizer a verdade.” (*GU*, 168, vale para as anteriores.)

Ao pé do fogo acontece uma longa discussão a respeito do que estava acontecendo com a guerra, com o povo que fugia, com os dirigentes que pensavam apenas em si mesmos. Os guerrilheiros atribuem a culpa aos do Norte, os kamundongos,

e Mundial apoia, diz que é preciso fazer com que a gente do Leste ganhe postos na direção. Mas há um guerrilheiro, Mukindo, uma espécie de livre pensador, que percebe e denuncia o sentido daquela discussão. A passagem evoca a quase briga na cabana do chefe Kiluanje, em que se confrontam Pangu-Akitina com os kimbundos. Agora os criticados minoritários são os kimbundos, os chamados kamundongos, mas a divisão tribal ainda é assunto, no Leste como em Cabinda.

O resto dos guerrilheiros mandava calar Mukindo. Este baixou a cabeça, contemplou a fogueira, murmurou entre dentes: / — Vocês pensam o tribalismo é bom. Está bem, hã-de aprender. / — Tribalismo, tribalismo — gritou Sangue Forte. — Quem é tribalista? / — Está bem, camarada chefe, acabou. / — Não. Agora vais dizer quem são os tribalistas aqui. Ah, vais dizer... / O chefe de Secção olhava ameaçador para o seu parente. Os guerrilheiros seguiam a cena, em tensão. Mukindo não levantou os olhos do fogo. Disse, baixo e tristemente: / — Tribalistas somos todos. Para quê negar? Todos queremos dirigentes daqui. Mas eu não digo o Muxima é mau comandante só por ser kamundongo. Digo é mau comandante, porque não fez nada para encorajar os guerrilheiros, porque vive bem no exterior. [...] Kudila era do Norte e foi o maior comandante que o Movimento já teve. Até hoje todos nós choramos o Kudila. Kimbari é do Norte e foi um grande comandante, o povo até hoje chora o Kimbari. Lhe mandaram embora daqui não sei porquê, para estudar. (GU, 172)

O discurso manhoso de Mundial, embora pareça estar de acordo com o que diz Mukindo, volta a reafirmar a incompetência e a incapacidade dos chefes vindos do Norte. Mas quando insinua que não há entre os que estão na ativa um só que seja bom dirigente, vai ser surpreendido pelo nome com que Mukindo o contradiz. Seria que sua consciência encontrara nova voz para se expressar?

— Não há — responderam todos menos Mukindo. / — Há — disse Mukindo. — O Kimbari. / — Está longe. / — O Sábio — disse Mukindo. — É da mesma zona do Muata. / Mundial ficou incomodado pela observação de Mukindo. Que raio de nome foi ele buscar. Relembra-lhe o passado. Fingiu não ouvir e falou: / — Então não é tribalismo querermos pôr dos nossos a dirigir. Realmente são os únicos capazes de resolver os nossos problemas. (GU, 173)

O argumento com que Mundial fecha sua fala lembra o solilóquio de Milagre em *Mayombe*, sua teoria inspirada, segundo ele, em Lênin, sobre o tribalismo justo e o tribalismo injusto. Mundial consegue afirmar, e concordam com ele que *pôr os nossos a resolver os nossos problemas* não é tribalismo. Só Mukindo ainda não está convencido, e Mundial fará nova carga, mais discurso invocando a justiça (Milagre concordaria) de se unirem contra os do Norte para dar um melhor rumo ao Movimento. Parece ter esquecido que diante do Posto dos portugueses já havia mentalmente decretado para

esse mesmo Movimento a inevitável falência, que estaria por pouco, em degradingolada no rumo da derrota.

— Ouve, Mukindo — disse Mundial. — Este momento é muito importante, por isso devemos estar todos unidos. [...] Sempre que exigimos justiça, acusam-nos de tribalismo. E nós recuamos. E eles continuam a fazer o que querem. Os tribalistas são eles. Devemos exigir justiça, e a justiça é que sejamos nós a dirigir a guerra e o Movimento aqui na Frente Leste. [...] Isso não é tribalismo, isso é linguagem revolucionária. [...] E como vêes, Mukindo, as ideias de todos nós coincidem. / — Talvez, talvez... — disse Mukindo. (GU, 174)

Depois de afirmar, com presumida isenção, que tribalistas são sempre os outros, Mundial foi dormir outra vez satisfeito consigo mesmo, pensando nos ganhos políticos que poderia obter.

Consegui de qualquer modo a unanimidade, até o anarquista do Mukindo concordou. [...] A ideia fica, sou capaz de traçar a linha de acção que convém a todos. O mujimbo vai ser espalhado por eles, oh, o mujimbo voa. Daí a ser seu representante vai só um passo. Passo que transpôs com delícia, já meio adormecido, embalado pelas brincalhonas chamas da fogueira. (GU, 174-175)

O futuro representante consegue convencer o chefe de Seção Sangue Forte a ceder aos seus propósitos: quer seguir direto para a fronteira sem passar pela Base e apresentar-se ao Comandante Muxima, o que contraria o regulamento; quer também dois guerrilheiros para acompanhá-lo, para não tornar a se perder. Alega ter pressa de chegar à Zâmbia, quer participar das reuniões que estão acontecendo, defender as posições dos do Leste contra o domínio dos kamundongos. A maioria dos guerrilheiros apoia Mundial contra o chefe Sangue Forte, dizem que ele tem medo de Muxima, comandante vindo do Norte.

— Não tenho medo nada. Vocês deviam aprender com o camarada Mundial, nem vêem como fala. Ele sabe o que é responsabilidade. Vocês falam como mulheres, à tã, sem pensar. É por isso que nunca passam de guerrilheiros simples... Vou deixar o camarada ir, mas estou a aceitar riscos que vocês nem percebem. (GU, 176)

Mundial concorda que existem mesmo riscos, que Sangue Forte tem razão, escreve a Muxima explicando tudo, quer ir embora o mais depressa possível, no conforto da companhia de dois guias, levando até alguma comida, ainda que pouca, para o caminho. Na despedida, mais um momento em que divergem reflexão e discurso na prática do responsável. Sangue Forte diz que está preocupado porque veio em missão de reconhecimento, preparatória de um ataque ao Posto português, e teme ser acusado de

sabotar o ataque com aquela mudança de planos, desvio de guerrilheiros da missão em que estavam empenhados.

— O muata compreende a minha posição... A situação não está para brincadeiras, e trata-se dum ataque que não deve falhar. / Já falhou, pensou Mundial. Os comandantes, quando souberem que o tuga está desconfiado, vão desistir do ataque, e têm razão. Eu teria de defender essa posição, se fosse à Base. E é isso que não quero. Os guerrilheiros vão pensar que o ataque se frustra porque os kamundongos não estão interessados na guerra. / — O camarada tem razão — disse Mundial. — O ataque tem de ser um êxito. É preciso entrar no Posto e varrê-lo. Se não tivesse tanto assunto importante a resolver, participava também, não como comandante, mas no grupo de assalto. Pode ter a certeza que se houver problema, vou defendê-lo contra os Muximas. / Despediram-se e avançaram uns passos. Mundial se virou e levantou o punho. / — É preciso entrar no Posto, camaradas. A Vitória é Certa! (GU, 177)

Depois desse exercício de dissimulação e em marcha acelerada rumo à fronteira, Mundial vai refletindo, discute consigo a bela oportunidade, o futuro político que lhe caíra na mão.

Havia um motivo suplementar para chegar rápido à fronteira. [...] Atrás deixara admiradores, que iam passar o mujimbo a outros. Os dois que com ele andavam fariam o mesmo na fronteira [...]. [...] Em breve o seu nome estaria feito. A situação estava mais madura do que esperara. [...] Voltava a sentir a leveza dos tempos de glória, em que nada o fazia parar, o que lhe dera fama dum homem de vontade férrea junto dos companheiros. Naqueles tempos longínquos em que perseguia, imbecil que eu era, um sonho colectivo. Em que a ideologia o fazia tudo enfrentar com fé religiosa de missão. (GU, 177-178)

Atrasados pelo ruído de um avião, já sem comida outra vez, sem água, atravessando de novo a planície coberta de capim (“Seria a última caminhada na chana. A última! Depois arranjaria pretexto para não pôr mais os pés nesse monstro.” GU, 180), debaixo do Sol escaldante, após matarem a tiros uma mbambi preña, Mundial termina seu recuo para Leste, atravessa a fronteira, chega à Zâmbia. Está fora de seus planos voltar à guerrilha. Com o prestígio que acredita ter amealhado, pretende iniciar sua ascensão como dirigente.

A GERAÇÃO DA UTOPIA. ANÍBAL ALIÁS SÁBIO NÃO RECUA

Antes de se tornar o guerrilheiro e comandante conhecido como Sábio, Aníbal aparece na primeira parte do romance formado em História e mobilizado como oficial do Exército Português, amigo da estudante de medicina Sara. É pelos olhos dela que temos um esboço do aspecto do personagem, uma impressão exterior e uma impressão

interior. “Aníbal era baixo e magro, pouco mais alto que ela. Olhos profundos, lábios e nariz pouco grossos. Dava uma sensação de fragilidade a quem não o conhecia. Porém, ela sabia, era todo o contrário, uma tremenda força interior.” (GU, 19) É um dos primeiros a desertar e fugir para a França, de onde pretende se juntar aos combatentes em Angola, participar da guerra de libertação. Nesta parte ele ainda não é um guerrilheiro.

Também aparece na terceira parte, em que é o personagem central, um solitário vivendo numa casa no alto de um morro, diante de uma baía nas proximidades de Benguela. Nesta parte ele já não é mais um guerrilheiro.

Nestas duas seções, e na última, em que também aparece, o personagem é construído como todos os outros personagens do romance. O narrador onisciente dramatiza suas ações de forma realista, descreve o ambiente em que ele vive, reproduz seus diálogos, coloca ao alcance do leitor seus pensamentos, suas reflexões.

Na segunda parte, em que Sábio é um guerrilheiro, e que receberá nossa especial atenção, notaremos uma originalidade, uma mudança na construção, na perspectiva em que ele é mostrado ao leitor. A ação do personagem não será conhecida diretamente pela exposição do narrador, mas indiretamente, poderíamos dizer que ele aparece como um reflexo na consciência de Mundial. Já vimos algo sobre isso quando tratamos do perfil desse personagem, dissemos que Sábio era para ele uma espécie de voz da consciência. Agora tentaremos acompanhar os elementos que se oferecem ao leitor para imaginar esta figura, espécie de antítese do personagem anterior. Seu nome de guerra veio de algo que Mundial considera incômodo na personalidade do outro, vai aludir a isso mais de uma vez. O próprio dono do nome é quem explica sua origem. “Esse nome de Sábio veio do facto de ter um curso superior? Até tenho, mas quem o sabe? Deram-me esse nome porque passava demasiadas lições de moral, falava sempre em defesa do povo.” (GU, 141) Mundial achava que isso era resultado de uma humildade arrogante, ou talvez de uma arrogância humilde, de qualquer modo, fosse como fosse, dava-lhe um ar de superioridade.

A segunda parte do romance tem como abertura uma reflexão a respeito da natureza da chana de que o trecho a seguir pode dar uma ideia. “A complexidade da chana está na sua própria definição. Para uns, os optimistas talvez, a chana é um terreno coberto de capim rodeado por uma floresta; para outros, os pessimistas, a chana é um terreno sem árvores que cerca uma floresta.” Esse texto tem uma legenda em seu pé.

“(Duma página arrancada pelo vento ao caderno de apontamentos do Sábio.)” (*GU*, 119, vale para a anterior.) É o primeiro sinal, indireto, do personagem, e precede a entrada de Mundial, o indubitável protagonista, em cena. Nesta parte Sábio será apenas uma sombra, um contraponto.

O primeiro dos episódios que dizem respeito a Sábio é recordado por Mundial, que o ouvira dois anos antes. A voz narrativa é a do próprio Sábio, e não é um episódio sobre a guerra, está mais para o amor. É a narrativa de como ele conhece Mussole, adolescente extraordinária por quem se apaixona enquanto participa da xinjanguila, dança coletiva tradicional. “Mussole, nessa noite, ensinou-me o segredo da vida: o prazer de viver está em viver o prazer do instante, como único. [...] Tive de partir no dia seguinte para aqui e trouxe comigo a fadiga da noite inesquecível e a saudade insuportável de Mussole.” O episódio termina com um parágrafo em que a voz narrativa é retomada pelo narrador onisciente, mas ela se confunde com a consciência do próprio dono da lembrança reconstruída, num exercício de estilo indireto livre. “Isso contara Aníbal, o Sábio, dois anos antes, quando se reencontraram. O Sábio não era homem para esconder nada, gostava de falar, tudo aproveitando para dar uma lição. Talvez para humilhar os outros...” (*GU*, 126, vale para a anterior.) O comentário a respeito de Sábio, da sua franqueza, do seu comportamento professoral, tem como remate a hipótese indicada (“Talvez para humilhar os outros...”), em que algo do sentimento de Mundial em relação a Sábio começa a apontar, e essa primeira indicação é de um sentimento de rancor. É ele quem se sente humilhado por Sábio, pelos seus ensinamentos?

O segundo momento em que Sábio se faz presente, em que o leitor ganhará mais elementos para acompanhar sua fragmentária trajetória, ocorre na forma de um delírio de Mundial, abatido pelo cansaço e pela fome. O narrador descreve o processo de sobreposição de consciência, como Mundial recorda lembranças de Sábio como se tivesse pessoalmente testemunhado situações que conhecia só de oitiva.

O cansaço finalmente se torna agradável, pois não o deixa sentir frio e mergulha-o num torpor próximo do delírio. As imagens passam pelo cérebro como se tivesse presenciado o que nunca vira. Mas o Sábio contara as coisas com tal sentimento e colorido que ele via Mussole, o seu corpo flexível dançando para ele, o corpo despedaçado sangrando para ele, os olhos do Sábio sobre ela reclinado derramando lágrimas dele. Sim, fora ele que amara Mussole, fora ele que se extasiara nas suas carícias, fora ele que com ela morrera naquele dia de Abril [...]. (*GU*, 137)

O delírio toma quase por completo a consciência de Mundial. Só uns pequenos lampejos, espécie de explosões instantâneas da própria memória, como as referências ao

próprio Sábio e a Marilu (a lembrança da morte do Herói em abril, que alude a Henda, não conta aqui pois também poderia ocorrer aos dois), agem como interferências nas lembranças alheias de que Mundial se apropriou. O *ele* que aparece no trecho não se refere a Sábio, mas a Mundial.

Sim, foi naquele Abril de chuvas traiçoeiras, que ele chegou ao sítio do kimbo. Foi no Abril do ano passado, o dia não sabe, o Sábio escondeu, [...] que viu o kimbo queimado, ainda fumegante. Foi naquele dia de Abril do ano passado (porquê Abril seria sempre fatídico, com a morte do Herói, com o rompimento de Marilu?), foi nesse trágico Abril que ele pressentiu no meio do capim o corpo violado e esquartejado de Mussole. [...] Foi, sim, nesse Abril que fechou o coração, como um livro lido e relido que não aceita ser mais profanado, e encheu o cérebro de ódio frio para quem lhe roubara a fonte de vida. Sim, [...] cavou a sepultura de Mussole e jurou sobre a campa fresca lutar até ser abatido, mesmo que só ele restasse, já não por ter crença, mas por única volúpia de vingança, agora que o declínio colectivo era irreversível.

Quando a consciência de Mundial volta a ser a enunciadora do discurso, disputa com Sábio a lembrança, o sentimento, que continua a considerar como seus. “E queria agora o Sábio usurpar-lhe o direito de chorar Mussole? Mussole era sua, sua era a saudade dela como o fora de seu corpo, como o fora a renúncia depois da sua perda. Mussole, Mussole, Marilu... Fernanda.” (*GU*, 138, vale para a anterior.)

Para além destes aspectos, fica evidenciada a crueldade da guerra sem nenhum limite como contraposição à cena inicial em que Sábio figura, cena de extração quase lírica. E fica também essa insinuação de ser a vingança o motivo para Sábio continuar a luta, estando ele também (como Mundial) descrente do projeto coletivo. Mas isso é mesmo o que Sábio pensa, ou é o que Mundial pensa por ele?

Talvez possamos entender melhor como Sábio via a guerra e o que pensava examinando o diálogo que compõe o capítulo 5, longo diálogo de quase cinco mil palavras. É uma conversa entre Sábio e Mundial acontecida dois dias antes da partida do último para a Zâmbia, portanto é recente. Embora seja lembrado por Mundial, como tudo que se refere a Sábio nesta parte do livro, é transcrito em discurso direto, possivelmente menos sujeito às deformações da reconstrução indireta, mas mesmo assim, como sempre, por se tratar de memória, não há garantias de fidelidade. Pela agudeza da crítica de Sábio, é razoável pensar que não está sendo amenizada por Mundial, ele apenas tenta refutar o que o outro diz.

O diálogo se inicia com Sábio enunciando sua desilusão com as promessas do Movimento, não cumpridas, com os privilégios dos responsáveis, a fuga do povo que já não acredita na vitória nem suporta o sofrimento sem fim da guerra. Mundial responde

com uma visão regionalista, o Leste contra o Norte, a responsabilidade da situação é dos kamundongos, foram eles que arruinaram a guerra e o povo, por isso os guerrilheiros estavam contra os do Norte. Mas Sábio refuta essa argumentação e ainda descreve o processo que, já vimos, será o de Mundial.

Agora, são os responsáveis do Leste que agitam os guerrilheiros e o povo contra os kamundongos [...], para eliminarem os do Norte e assim subirem na organização. Para o oportunista tudo vale, mesmo a mentira mais grosseira. A massa vai apoiar, a demagogia domina, então porque não aproveitar para sujar o nome dos outros, mesmo do amigo de antes, para apanhar um posto, de preferência civil, pois é aí que se tem acesso aos bens materiais? E os guerrilheiros, vendo isso, sabendo que não podem subir porque não têm o mínimo de instrução para competir com os próprios quadros do Leste, exigem dinheiro para combater. Até o povo exige dinheiro para voltar ao interior. (GU, 141)

Mundial, claro, não veste a carapuça. Acusa Sábio de descrença, desmoralização, desinteresse em continuar a guerra por não querer admitir a responsabilidade dos kamundongos.

— Vês como estás, Sábio? Até já dizes que esta guerra é absurda. Estás completamente desencorajado. E sabes porquê? Porque não queres convencer-te dos erros. Como corrigir as coisas, se não se aceitam os erros? Chegou o momento de falar claramente, para que a guerra retome seu sentido. / — O que dizes, no fundo, é o mesmo que estou a dizer. Não digo que a luta contra o colonialismo é absurda, mas o caminho que a guerra tomou é absurdo. Olha para os guerrilheiros. São hoje uns foragidos, quase mercenários, já nada têm de combatentes revolucionários, nada, absolutamente nada. Qual é o problema principal para eles? A mulher que foi dormir com outro, a miúda que está a crescer e que todos disputam, o ndoka que ainda não está pronto, aquele comeu mais carne que eu. E quando há qualquer coisa, a desculpa é o tribalismo, o regionalismo. Porque aquele é umbundo, ou mbunda ou kangala. Ou então, o pior dos crimes, porque é kamundongo. Tudo isto não é absurdo? (GU, 145-146)

Em contraponto a esse quadro realista e desiludido, exposto a partir da observação, com sinceridade, Mundial invoca o recurso demagógico do apelo às massas.

— Que falta de confiança tens nas massas e nos quadros do Leste. / — Conheço-os, isso basta. E deixa de te colocar como quadro do Leste. Claro, agora Leste é tudo que se opõe ao Norte. Além do mais, recuso-me a ver-te como do Centro ou do Sul ou do Leste. Somos apenas angolanos, é tudo. / — As massas não nos vêem assim, Sábio. / — As massas... pobres massas, sempre amassadas. Massas de tomate! Manipuladas por todos. Como sempre na história. (GU, 149)

Depois do longo diálogo, no dia da partida para a Zâmbia, Mundial tenta convencer Sábio a acompanhá-lo, não fosse ele, na qualidade de kamundongo, levar um tiro de um guerrilheiro revoltado contra alguma injustiça cometida por outros. “O Sábio repudiou a ideia, não fui chamado, não tenho nenhum assunto a tratar lá e além de tudo, detesto o

clima de manigâncias políticas que se vive na fronteira. O meu lugar é aqui com os guerrilheiros.” (GU, 151) Na despedida, Mundial pergunta o que Sábio quer que lhe envie quando chegar à fronteira. Chega a ser comovente a singela resposta que ele dá. “O Sábio precisava dum par de meias, os dois que tinha apresentavam buracos já incapazes de tapar, tantas vezes tinham sido cosidos e recosidos. Com um abraço, Mundial garantiu é a primeira coisa que faço ao lá chegar, e arrancou para a fronteira.” (GU, 152) É uma promessa que vai ficar em aberto entre os dois.

Quando Mundial está tentado a se entregar aos portugueses, a figura do Sábio manifesta-se outra vez, não como lembrança, como presença introjetada, assombração com que o candidato a desertor dialoga silenciosamente, com quem se justifica, embora saiba que esse não vai mudar (“E o Sábio? Esse não, esse terá de ser abatido.”).

Quando o ouvirem falar na Rádio, os camaradas não vão acreditar, pensam que foi capturado. [...] Que comentários farão? Estou-me marimbando, mais dia menos dia todos me imitarão. E o Sábio? Esse não, esse terá de ser abatido. O Sábio vai dizer, já tinha notado algumas modificações nele, estava desencorajado, o moral minado, por isso não resistiu à tortura. O Sábio vai humilhá-lo uma vez mais com superior condescendência. Não era mau moço, mas pouco corajoso, coragem moral, claro. Merda para o Sábio. Os tugas não o obrigam a indicar o local da base de Sábio? Não o levarão de helicóptero para presenciar a destruição da base, talvez para nela participar? Não, isso não, recusará. E se me torturarem, resisto? / [...] Não é salvação ter a barriga cheia mas saber-se toda a vida responsável por Mussole não ser vingada. Que o justiceiro morra antes que a justiça seja feita, isso é inevitável e não está na sua mão. Mas não pode ser o agente do inevitável. (GU, 155-156)

Volta o motivo da humilhação de Sábio sobre Mundial, indicativo talvez de um sentimento de inferioridade. Há aqui também ecos da simbiose entre os dois, do momento em que delira disposto a vingar a ofensa pessoal que lhe fora feita com o assassinato de Mussole. Neste passo a sombra de Sábio ainda é suficiente para despertar escrúpulos.

Depois de quase ter sido apanhado pela patrulha colonialista e antes de ser de fato apanhado pelos guerrilheiros, vê-se tentado de novo pela ideia de rendição, e dá um repelão nos escrúpulos, repudiando comportamento que ele avalia não ser o seu, mas o do seu fantasma. “Que se lixe a moral! Quem sou eu para me julgar? Já pareço o Sábio.” (GU, 162) Quando entra na mata para alcançar a picada que o levará ao Posto onde gritará que quer se render, tem o sentimento de que vai exorcizar em definitivo aquela assombração.

Pobre Sábio, não vingará Mussole, ele o impedirá. Boa desforra. Com que direito quer o Sábio tomar o seu lugar, ele é que deveria vingar Mussole. Mas é estúpido vingá-la, que é Mussole senão um atrasado ser daquelas matas?

Bonita? E quanta mulher bonita não foi vingada? Por que seria essa mais que as outras? O Sábio sempre foi um imbecil e vai receber uma lição. (GU, 164)

Na noite passada ao pé do fogo, na conversa com os guerrilheiros em que explicou que tribalismo era o que faziam os outros, será de novo, e de surpresa, assombrado, o avantesma saindo da boca de Mukindo, o guerrilheiro livre pensador, como Sábio, como Sem Medo. “— O Sábio — disse Mukindo. — É da mesma zona do muata. / Mundial ficou incomodado pela observação de Mukindo. Que raio de nome foi ele buscar. Relembra-lhe o passado.” (GU, 173) Quando chega à fronteira, Mundial, vislumbrando a construção do seu futuro, pergunta a si mesmo se Sábio também teria um. Em breve tempo pensará que não, e que se livrou para sempre de sua má consciência. “A resposta teve-a dois meses depois, pelos últimos escapados dos sectores avançados. O Sábio morrera, cercado, dois meses antes, por não ter querido recuar sem ser convocado.” (GU, 184)

Mas o que Mundial ouviu foi um mujimbo que não correspondia à verdade. Na terceira parte do romance o leitor ficará sabendo que muitas vezes correram mujimbos igualmente falsos anunciando a morte de Sábio, e com isso

[...] acabaram por o esquecer na frente, ninguém se lembrava de o mandar chamar e ele também não recuava sem ordem. Até que sua unidade eram três pessoas [...]. Nessa altura resolveu recuar, o seu grupo já deixara de ser de combate há meses. [...] Quando chegaram à fronteira, em plena rebelião, tantos tinham sido os mujimbo sobre a sua morte que quase passou como sendo o espírito, o cazumbi, de si próprio. Deviam tê-lo tratado mal, pois estavam em rebelião contra os do Norte, mas não se atreveram a tocar num cazumbi. (GU, 194)

De modo que o fantasma que assombrara (e continuaria assombrando) Mundial, passou a constituir uma aparição para muito mais guerrilheiros. A guerra de libertação terminou, a independência foi conquistada, mandaram-no estudar no exterior, voltou para lutar na guerra contra os outros movimentos e contra os sul-africanos. Mas do mesmo modo como havia deixado de ser guerrilheiro, deixou de ser soldado, pediu baixa em 1977, “deixaram-no sair do Exército, ele era incómodo” (GU, 197). Foi viver solitário para Benguela. Em 1982, quando recebe a visita de Sara, sua velha amiga do tempo de Lisboa, agora médica em Luanda, e como ela também era (e é) amiga de Vítor, falam dele, agora é ministro, mas Sábio não tem boas coisas a recordar.

— [...] um sacana que me prometeu enviar café e umas meias para o interior, meteu-se nas confusões da fronteira, e até hoje estou à espera das meias... Aqui para nós, nunca entendi como o Mundial, no derradeiro segundo se desviou da Revolta do Leste. Em 1972, quando partiu para a fronteira, já estava todo feito com eles. Não enganava ninguém. Mas depois cheirou o

vento, ou teve um sonho anunciador. [...] No momento decisivo da opção, cortou as ligações com os revoltosos. E foi naturalmente subindo na organização. Teve enorme habilidade, tenho de reconhecer. O chamado salto do gato que cai sempre em pé. / — Não gostas dele. / — Talvez por ter demasiado gostado dele. Sabes, a desilusão é o pior que há. Era o meu mais novo, tratado com todo o carinho. Desculpava-lhe todas as pequenas falhas, defendia-o quando precisava, confiando nele. Afinal, não passa dum oportunista. / — Estás a exagerar. É um dirigente capaz... / — Como todos, enquanto são dirigentes. São todos capazes e honestos, sem excepção. Quando um deixa de ser dirigente, então é que se sabe que afinal era um incompetente e um corrupto. (GU, 199)

A avaliação que Sábio faz a respeito de Mundial é suficiente para o leitor possa perceber porque ele recusou cargos (“— [...] Ofereceram-te vários cargos, ao que constou. O Vítor disse-me que até para ministro.” GU, 198) e deixou de ser soldado para se tornar ermitão.

Ele ainda terá confirmação do que pensava a respeito de Vítor, de como conseguiu subir no Movimento dominado pelos do Norte depois de tanto falar-lhe dos erros do kamundongos, quando encontra Mukindo, o antigo guerrilheiro que ele conhecera no Leste, agora um mutilado de guerra. Pisou uma mina e perdeu uma perna. Esperava inutilmente uma prótese, num campo de refugiados dos arredores. Para ajudá-lo, Sábio quer dar-lhe uma recomendação para procurar Sara, em Luanda, e fica sabendo o que só desconfiava sobre Mundial.

— [...] Tenho lá uma pessoa que te vai ajudar. Diz que fui eu quem te mandou. É uma médica que conhece o Mundial, ele é ministro, vai te ajudar. / — Hum, esse... / — Não tens grande opinião do camarada Mundial, pelo que vejo. Por causa dos tempos do Leste? / [...] / — Encontrámos esse camarada, quando ele recuou para a Zâmbia. Grande conversa tribalista, que os do Leste deviam mandar, ele ia para as reuniões falar isso. Cheio de conversa e de força, falava como herói. O único que não estava de acordo era eu, achava o tribalismo não ia dar nada. Afinal, ele não embarcou na revolta. Um dia, no Cuando-Cubango, fui guardar o aeroporto porque um ministro ia chegar. Foi ele que saiu do avião, Mundial ministro do MPLA. Ele me viu mesmo, lhe andei a servir de segurança. Mas nem queria falar no assunto do Leste, com medo eu desmascarasse as conversas dele. Eu deixei, para quê mais? / Confirmava apenas o que ele suspeitara. Lembrava bem esse recuo de Mundial e as conversas que tiveram então. Sempre foi uma luta para vivações e Vítor era um vivaço. Hoje ministro. (GU, 238)

Vítor não se livra nunca do seu fantasma. Vinte anos depois do último encontro na Frente Leste, ao ouvir falar de Sábio e da vida que leva, mostra o velho rancor, ainda aumentado, no comentário que faz. “— Aquilo é exibicionismo, é o que é — disse Vítor. — Quer parecer mais puro que os outros, mais desinteressado.” Mas a nova geração, Judite, a filha de Sara, pronta a defender a integridade do namorado da mãe, a quem de fato admira, aumenta o mau humor do ministro. “— Ninguém vive treze ou catorze anos assim só para parecer. Ele é mais puro que os outros, é tudo. E é isso

mesmo que certas pessoas não lhe perdoam. / — Essa é para mim? — perguntou Mundial, agressivo.” (GU, 270, vale para a anterior.)

Assim se interrompem as trajetórias destes dois personagens-guerrilheiros, sem sofrer novas alterações. Poderíamos dizer, lembrando Plutarco, que vivem vidas paralelas, mas cada uma corre numa raia própria, um na pouco concorrida raia dos idealistas, ainda que desiludidos, o outro na superpovoada raia dos vivaços, ou, como dizemos por aqui, dos espertos.

O PLANALTO E A ESTEPE. JULIO PEREIRA ALIÁS ALICATE, BRANCO

Para fechar a galeria dos personagens-guerrilheiros criados por Pepetela, trataremos de uma exceção. No romance *O planalto e a estepe*, escrito 34 anos depois do fim da guerra de independência, surge o único guerrilheiro branco a figurar, até este momento, na ficção do autor. Dizemos até este momento porque o escritor continua em atividade e pode ainda surpreender seu público.

Julio Pereira nasceu na Huíla, no Sul de Angola, filho de um português natural de uma “aldeia de Trás-os-Montes”, e de uma angolana “já de algumas gerações huilanas” (PE, 9), também de ascendência branca: “a minha mãe provinha dos primeiros colonos vindos da ilha da Madeira que fundaram o Lubango” (PE, 24), cidade capital da província. Quando Julio chega à União Soviética para estudar Economia, após fugir de Portugal junto com outros angolanos dispostos a participar da luta nacionalista, sua singularidade, imagina, foi especialmente percebida pela encarregada de cuidar dos estudantes, “a nossa intérprete, guia e vigia. À noite fazia o relatório à polícia ou ao Partido sobre esses estranhos africanos quase tão brancos como os russos. Eu então, com os olhos azuis...” (PE, 32).

Este personagem, branco angolano com olhos azuis, ao participar da luta armada de libertação, vai permitir que o autor introduza e discuta questões que não constituíram, nem podiam constituir, preocupações para os seus outros personagens-guerrilheiros. Questões que, em alguma medida, podem ter ocorrido ao próprio autor explícito, também ele branco, também ele participante da guerrilha.

Examinaremos, para este estudo, pequena parte da trajetória narrada pelo próprio Julio Pereira nestas memórias póstumas, dirigidas “a quem souber ouvir vozes vagueantes por aí” (PE, 187). O tema central do livro, a história do amor de Julio e

Sarangerel, natural da Mongólia, ficará fora. O que nos interessa se inicia com o fim dos estudos dele, em Moscou.

Depois da formatura, teria de sair de Moscovo para fazer treino de guerrilha. O Movimento tinha finalmente acedido ao meu pedido de participar activamente na libertação. Mandaram-me primeiro para o Sul da Rússia, perto do Mar Negro. Fiquei maravilhado com a decisão. O clima era melhor, quase temperado, e seria integrado num grupo de mais estudantes angolanos a serem preparados militarmente. (PE, 103)

Treinamento de guerrilha é assunto rapidamente mencionado em *Mayombe*, quando Sem Medo se ocupa dos novos chegados à Base, Vewê entre eles. Neste romance Julio se prepara para a guerrilha num país estrangeiro, amigo, como se dizia, e o leitor terá oportunidade de conhecer novo ambiente, nunca visto nas obras anteriores. O instrutor é a primeira figura de que Julio se ocupa.

O instrutor principal tinha sido comissário político, conforme afirmava, durante a Segunda Guerra Mundial, na Ucrânia ocupada pelo exército nazi. Era perito em guerra de guerrilha, sobretudo em acções de sabotagem, minas e armadilhas. Nas folgas entre aulas e exercícios, contava detalhes das operações em que participara e em outras de que ouvira falar. Desfilava diante dos nossos olhos a resistência à ocupação nazi e os combates duríssimos que puseram fim ao regime abominável de Hitler. (PE, 104)

Depois dá notícia de seu próprio treinamento, de suas inclinações para esta ou aquela especialidade das tarefas que um soldado pode desempenhar.

Nunca me interessei muito pelo assunto das minas e armadilhas, preferindo armas mais directas e tratando com homens em grupo, isto é, infantaria. Me parecia uma guerra mais limpa, já que tínhamos de fazer alguma. O comissário acabou por descobrir o meu preconceito quanto às armas traiçoeiras e se desiluiu de mim. O seu foco de interesse mudou para outros companheiros mais frios e calculistas, capazes de enterrarem uma mina e depois a desenterrarem sem suar. Não é bem uma questão de coragem ou medo. É um problema de estrutura mental. (PE, 105)

Acabado o treinamento, Julio dá mais um passo importante e que o aproxima do desejado destino. Já estará em África, mas ainda muito longe de Angola.

Fiz portanto treino de infantaria, com grau de comandante, e logo de seguida me embarcaram para Argel [...]. [...] Uma mala com a pouca roupa que escolhi, deixando a de Inverno num sítio qualquer, um pacote de livros de estudo, um diploma, a certeza de que estava preparado para fazer guerra de guerrilha e muitas ilusões de revolução na cabeça, [...] eis a parca bagagem. / Com ela desembarquei num dia festivo da Argélia, um sol radioso num céu azul, prometendo tudo de bom para o mundo. Voltava mais uma vez à África. (PE, 106)

É por ali que ele vai ficar por muito tempo. O motivo disso é um dos assuntos que vem à baila por conta da cor da pele de Julio.

Continuavam a existir as conhecidas “dificuldades subjectivas” para fazer os angolanos brancos participarem directamente na guerra contra os colonialistas, pois as populações oprimidas durante séculos por brancos ou por outros a mando de brancos não compreendiam poder existir gente da nossa cor disposta a lutar desinteressadamente pela independência (e tenho de acrescentar, desde o primeiro minuto entendi essa dificuldade tão compreensível). Uns achavam, se tratava de infiltrados pela polícia política portuguesa para minarem por dentro o Movimento, não seria a primeira vez. Outros, mais tolerantes, pressentiam apenas o desejo oportunista de ganhar posições políticas para não perderem inteiramente as fortunas amealhadas pelos pais colonos. Uns e outros rejeitavam a participação directa, para um dia não terem de conceder a nacionalidade angolana a brancos filhos de colonos e deles voltarem a receber ordens e humilhações. Dava para compreender, apesar de injusto. Naquele tempo de definições primordiais! Por isso eu aceitava as relutâncias e não insistia demasiado, mais cedo ou mais tarde haveria um consenso sobre as nossas razões. Afinal, muita coisa dependia da postura que tomássemos, do comportamento irrepreensível que assumíssemos. / Permaneci pois em Argel mais tempo do que era meu desejo. (PE, 107)

Essas questões já haviam sido levantadas em torno da também branca Sara, em *A geração da utopia*. Mas Sara queria ajudar como médica, não cogitou nunca entrar para a guerrilha. Também o jovem Joel Semedo, em *Yaka*, outro romance de Pepetela, recusa abandonar Angola por ocasião da independência, recusa virar um retornado, vai enfrentar os invasores sul-africanos, mas não lutou na guerra de libertação nacional. A direção do Movimento deve ter chegado a algum novo juízo e aconteceu uma mudança na postura cautelosa, mantida até ali, movendo Julio (quase) para onde ele queria ir.

Até um dia me chamarem à representação do Movimento onde tinham chegado notícias sedutoras. Viria em breve um responsável para escolher os militantes devendo partir imediatamente para o Congo, Brazzaville, e daí para Angola. Fui um dos escolhidos, desconhecendo até hoje as verdadeiras razões da preferência. Éramos todos jovens, a maior parte tinha treino militar recente e alguns possuíam profissões extremamente úteis para as circunstâncias do momento. O meu treino militar já estava bastante enferrujado pela vida sedentária em Argel [...]. Suspeitei, me escolheram por ser do Sul, onde se queriam abrir novas frentes de guerra. Suspeita não confirmada mais tarde, pois me deixaram sempre em Cabinda, até ao fim da guerra contra os colonialistas.

Julio será guerrilheiro na floresta tropical, no Mayombe, cenário do primeiro romance, reconhecível na comparação que ele faz deste cenário com o das terras do planalto onde nasceu.

E Cabinda era o mais norte que podia haver em Angola, não o meu Sul de rochas e montanhas. Cabinda também tinha montanhas, mas cobertas de mata densa e o chão dos caminhos era lama escorregadia escondendo raízes de árvores monstruosas e não pedras sobrepostas. (PE, 119, também a anterior.)

Acompanhamos os guerrilheiros do grupo de Sem Medo subindo as montanhas, escorregando nos caminhos de lama, dormindo na mata sobre o capim molhado pela chuva.

Como Julio era agora um guerrilheiro, precisava de um nome de guerra. A história de como chegou a esse nome também está subordinada à contingência dele ser branco. É uma sutil crítica anticolonial, uma virada subversiva de um costume do colonizador, habituado a promover a reificação, também nominal, do colonizado.

Precisava de ter um nome de guerra, como todos os outros guerrilheiros. Nada me ocorria de particularmente interessante ou original. Abundavam os Che Guevara, Lumumba, Gandhi ou Lenine. Antes que fossem os companheiros a escolher por mim, me resolvi a uma espécie de autoflagelação simbólica. Pelo menos no Sul, era muito comum os colonos (sobretudo as suas mulheres) darem nomes de coisas aos homens ou rapazes que lhes serviam como criados. Se fosse mulher chamavam-lhe sempre Maria. Se fosse homem, era “Canivete”, “Sabonete”, “Caixa de Fósforos”, “Bicicleta”, etc. Diziam eles, os nomes dos negros são horríveis, ninguém os consegue pronunciar, damos-lhe assim nomes fáceis de aprender. Então eu lembrei de subverter esse pensamento, dando a mim mesmo, branco e de olhos azuis, o nome de um instrumento vulgar. Fiquei conhecido como o camarada Alicate. Muitos acharam bizarro, alguns terão mesmo sorriso às escondidas, mas não contrapuseram. Aos que ousavam expressar o seu espanto, não entendendo a ironia, eu dizia, um alicate que torce o orgulho e a prepotência dos colonialistas. Acreditavam. Quase escolhi “Alicate de Aço”, mas na altura me pareceu sofisticado demais, arrogante mesmo, e me fiquei pelo nome único. (PE, 129-130)

Uma observação sobre esta passagem: como conhecedor do idioma russo, Julio bem sabe que “de aço” é o significado em português, a tradução de outro nome de guerra, Stálin, que ficou famoso (mais para o negativamente famoso) no movimento comunista mundial. Talvez isso tenha contribuído para a decisão de Julio em suprimir o complemento pensado para *Alicate*.

Outra preocupação que só poderia ocorrer a um combatente branco, é a de pensar na possível ligação com quem está do outro lado, contra quem ele faz fogo ou faz fogo contra ele.

Certamente me envolvi em combates contra membros da minha própria família ou antigos amigos e colegas, tudo é possível neste tipo de confrontos, embora não tenha hoje conhecimento de um caso concreto. Era no entanto uma possibilidade sem dúvida perturbante, uma suposição devendo ser posta de forma fria, racional, como uma mera hipótese de trabalho. Podia estar a dar tiros para os lados de um irmão ou primo ou amigo de infância, sim, era bem possível, diria mesmo, quase inevitável, no entanto não devia pensar muito a sério na probabilidade. Se fazemos a guerra com coração de mais, ficamos loucos varridos, cacimbados definitivamente. Por isso o bom senso me ensinou a evitar refletir sobre o assunto, admitir apenas as possibilidades como outra casualidade qualquer, para poder premir o gatilho sem tremor

nem remorso. É difícil, dirão. É, mas a gente a tudo se habitua. / Até às guerras fratricidas. (PE, 120-121)

Esta é uma reflexão feita ao tempo em que o camarada Alicate ainda era guerrilheiro simples, soldado raso. Mas não vai permanecer nesse posto, embora tivesse como um de seus propósitos “fugir à promoção a cargos que exigissem comando”. Ao ser indicado para “comandar um pequeno grupo de homens”, mostrou que era um cumpridor da disciplina. “Tive de aceitar o posto, na guerra se aprende a regra da obediência.” (PE, 121, vale para as anteriores.)

E é já na condição de Comandante Alicate que o personagem mostrará suas qualidades como líder de homens, a capacidade política e a capacidade histriônica, teatral, de ganhar a confiança dos seus comandados. Em primeiro lugar Alicate constata o problema.

No entanto, e para meu terror, em breve me apercebi da razão de uma certa falta de confiança no grupo: os homens tinham passado por cerimônias rituais para blindarem o corpo às balas inimigas. No entanto, se o seu comandante não estivesse blindado, de pouco lhes valeriam as suas protecções, ficavam contaminados pela fraqueza do chefe. Tais dúvidas levavam-nos a muitas hesitações na altura de executarem as minhas ordens e a arranjarem sempre desculpas para evitar certos riscos ou apenas incomodidades, tais como marchas nocturnas. (PE, 121-122)

Depois ouve sugestões do que pode e deve fazer para solucionar o problema. Um dos seus conselheiros era “o comissário político do destacamento, hábil na manipulação das vontades e crenças, para isso era comissário”. Alicate viu que teria de seguir-lhe o exemplo e manipular as “vontades e crenças” a seu favor. Se era preciso, para que eles confiassem no comandante, que ele também tivesse o corpo fechado, blindado, como diziam, era preciso que se convencessem que ele também tinha o corpo fechado. Gostaríamos de acompanhar menos a narrativa de Alicate a seus homens e mais os dons e as manhas narrativas e interpretativas que ele mostra, bem como a reação do público. Talvez esteja aqui o verdadeiro processo mágico.

Numa das noites à volta da fogueira, fazendo tempo para o sono chegar, anunciei ao meu grupo querer contar uma estória confidencial, que devia ficar nos ouvidos mas nunca repetida sob pena de exercer sobre eles todos os meus poderes, oficiais e outros. Sublinhei a palavra “outros” com voz rouca, voz vinda dos aléns sombrios se confundindo com o negrume da floresta gigantesca. (PE, 122, vale para a anterior.)

Note-se aqui os recursos de voz, o destaque dado a determinadas palavras (como *outros*) para atribuir-lhe sentidos desconhecidos, deixados à imaginação dos ouvintes. Com tais recursos conta como, acompanhado de um tradutor, levando um galo preto, entraram na

cubata enfumaçada de um kimbanda e que este pendurou o galo com um cordão nas costas dele. “Tinha prendido a atenção dos meus companheiros. Todos me fixavam, imóveis. Só o branco dos olhos deles surgia na espessura da noite, onde se escondem todos os mistérios.” (PE, 123) Conta como em seguida saíram da cubata e o kimbanda mandou o tradutor matar o galo com um tiro que atravessasse antes o peito de Alicate, tiro que não lhe faria nada.

Estavam totalmente suspensos das minhas palavras, numa expectativa nervosa, acreditando piamente, à espera do fim da estória, de muitos adivinhado. Esqueceram mesmo de respirar, pelo menos não ouvia o som nem via peitos a dilatar e encolher, apenas olhos fixos na minha boca.

Conta como ordena ao tradutor que faça o que diz o kimbanda, insiste ao vê-lo hesitante, até que o outro atira.

Fiz o silêncio habitual dos grandes contadores de histórias, como tinha aprendido no Lubango com os mais velhos da minha meninice. O êxito do conto está nos segundos seguintes, em que a voz se cala e ninguém respira. A assembleia estava paralisada, sofrendo com o silêncio. Contemplei os meus companheiros, um a um. Nas caras deles lia o respeito e a ansiedade de conhecerem o resto. (PE, 124, vale para a anterior.)

Há aí também, embutida, uma poética mínima do contador de histórias, uma apropriação da tradicional oratura pelo combatente revolucionário, que não rejeita nenhum dos recursos que lhe possam ser úteis para levar adiante seus propósitos. Termina a narração dizendo que o galo parou de se mexer e ele estava intacto, o kimbanda cortou a corda e o galo caiu morto no chão. Alicate tornara-se invulnerável às balas.

Os meus homens então soltaram aquele ah de alívio próprio das grandes emoções e recomeçaram a respirar. Depois bateram palmas, anarquicamente primeiro, com ritmo certo em seguida. Não sei se os aplausos eram dirigidos ao espantoso relato ou se à habilidade usada para o contar, mas deve ter sido para as duas coisas. (PE, 124-125)

Também é preciso lembrar que os aplausos são a forma tradicional de saudar um ator por seu bom desempenho, e Alicate parece ter tido um excelente desempenho.

Passaram a ter confiança em mim, é certo. [...] Todos conheciam essa lenda da prova do galo, cochichada de boca a orelha, embora nenhum tivesse a sorte de encontrar o misterioso kimbanda, único no Congo e em Angola, possuidor de tamanho segredo. Pouco lhes importava, o seu comandante conseguira convocar para si os poderes sobrenaturais do especialista, bastava. (PE, 125)

O episódio faz lembrar Aniceto, de *Bar Don Juan*, e a sua pajelança em Alagoas. Do mesmo modo que os guerrilheiros do Comandante Alicate, ele também tem certeza

da eficácia do Vajucá. Dentro daquele universo ficcional, é um dos sobreviventes. João e Geraldino, a quem Aniceto sugeriu que o imitassem e não houve tempo para isso, não tiveram o mesmo destino. Alicate, talvez resguardado pela crença dos seus homens, também passará ileso pela guerrilha e pela guerra civil. Alicate brinca e joga também com a ambiguidade entre a crença e a descrença. “Sempre achei haver uma mão por baixo de mim, me sustentando. E não de Deus, sou orgulhosamente ateu.” (PE, 127) Lutou na guerra civil por vários anos, antes de se tornar encarregado da logística das Forças Armadas, em Luanda. Mas isso já está além do interesse da nossa pesquisa.

Alicate, apesar de sua formação acadêmica e ideologia revolucionária, mostra estar integrado à cultura dos seus comandados, que é, afinal, a sua própria cultura. Aprendeu a contar histórias, como ele mesmo lembra, ouvindo os mais velhos, na infância, e as histórias que ouvia não deviam ser muito diferentes da que ele mesmo contou. Também sabe como aproveitar essa cultura para os seus propósitos de luta. Ressalvada a impropriedade em comparar personagens históricos e personagens literários, apenas como um exercício de reflexão, poderíamos dizer que Alicate é mais hábil que Che Guevara, que se viu num dilema cultural quando se dispôs a lutar no Congo, em 1965. Vejamos o que diz a esse respeito um de seus biógrafos.

Guevara ia conhecendo os mistérios da *dawa*, a crença dos soldados congoleses em uma poção com que os mogangas ou xamãs untavam seus corpos. Para eles a *dawa* possuía uma força mágica, capaz de proteger das balas inimigas os que acreditassem nela. Guevara compreendeu que, embora a crença pudesse estimular o valor no combate, também poderia se voltar contra os cubanos, caso muitos nativos pudessem na luta, pois eles tenderiam a pôr a culpa na falta de fé dos estrangeiros. (Castañeda, p. 358)

Outro biógrafo cita texto do próprio Guevara, falando a respeito do que ele chamava superstição.

[...] diversas vezes tentei conversar com vários responsáveis para tentar fazer um trabalho de persuasão contra ela. Foi impossível; é reconhecida como um artigo de fé. Os mais evoluídos politicamente dizem que é uma força natural, material, e que, como materialistas dialéticos, reconhecem o poder da dawa, cujos segredos são dominados pelos bruxos da selva.
(Taibo II, p. 448)

Alicate parece ser um materialista dialético do mesmo tipo desses responsáveis congoleses a que se referiu o revolucionário argentino.

QUINTO CAPÍTULO

OU

PERSONAGENS-GUERRILHEIROS EM LUANDINO VIEIRA

Para analisar os personagens-guerrilheiro criados por Luandino Vieira, que são muito menos numerosos que os de Antônio Callado e Pepetela, precisaremos recorrer a nova estratégia de abordagem. Ao contrário daqueles autores — que tiveram livro por livro examinados, personagem por personagem —, os dois volumes de Luandino constituem de fato um único romance, cíclico, como já discutimos, e os perfis dos personagens para nosso estudo serão compostos a partir das informações encontradas tanto em *O livro dos rios* como em *O livro dos guerrilheiros*. Em Moçambique há uma edição de 2010 que reúne os dois tomos e que tem o nome geral *De rios velhos e guerrilheiros*. Era o título anunciado para o romance cíclico em 2006, que deveria se completar com o terceiro volume até hoje não publicado e que se chamaria “Ela e os velhos”. (Não está em itálico nem consta nas referências bibliográficas porque, por enquanto, é um não-livro.)

Também ao contrário dos dois outros autores, embora os personagens de que trataremos neste capítulo sejam todos guerrilheiros, há muito pouca guerrilha nos livros de Luandino. Em Antônio Callado os personagens apontam, orbitam ou agem em torno da tentativa de guerrilha que procuram levar adiante, com maior ou menor sucesso. Em Pepetela, com certeza em virtude da experiência pessoal do autor, as ações e o cotidiano da guerrilha são recriados e representados de maneira, viva, minuciosa. O leitor tem a oportunidade de compartilhar a experiência, saber do desconforto, das privações do medo e da coragem, dos pequenos atritos, dos projetos, das decepções, e do calor do combate.

Em Luandino, com sua prosa de extração poética, alusiva, extremamente sintética, vamos encontrar muito pouco de tudo isso. Fica declarado, numa espécie de frontispício do segundo volume, que o assunto se restringe (vai em maiúsculas, como está no livro) à “PAUTA DE ALGUNS GUERRILHEIROS QUE TEVE NO GRUPO DO COMANDANTE NDIKI NDIA, OU ANDIKI; E QUE VIERAM NA MISSÃO QUE FOMOS NO KALONGOLOLO, NAQUELE ANO DE 1971” (LG, 9). Kene Vua, o narrador, fala muito mais, no primeiro volume, dos rios e das terras angolanas, das lutas antigas e do seu próprio passado, do que em sua ação, ou a de seus companheiros, na guerrilha de libertação nacional. O segundo volume, muito propriamente chamado *O*

livro dos guerrilheiros e não “O livro da guerrilha”, vai oferecer um perfil de alguns dos companheiros apenas mencionados de passagem em *O livro dos rios*. E saberemos, nestes retratos individuais, menos sobre o que eles fizeram como combatentes, mais sobre como vieram a se engajar na luta, um pouco à maneira daquela “narração de sofrimentos” que servia como rito de entrada para os guerrilheiros da FRELIMO e que já mencionamos ao falar do padre Nando.⁵⁴ Também, quando é o caso, há algo sobre o destino posterior dos sobreviventes. Em suma, há muito mais que a guerrilha nestes livros, basta ver os estudos que se voltam para aspectos da memória, da sua reconstrução, da sua relação com a História, como os de Marcelo Brandão Mattos, Norma Maria Jacinto da Silva, Zoraide Portela Silva. Deixaremos de lado muitas possibilidades e assuntos para manter nosso foco na construção e perfil do pequeno grupo dos personagens-guerrilheiros.

Poderá parecer estranho que não comecemos pelo perfil do narrador, Kene Vua, já que, à semelhança do que ocorre em *Nós, os do Makulusu* com o personagem Mais-Velho, também é a partir da consciência e da memória de Kene Vua que teremos a enunciação. No primeiro caso, a consciência do narrador é simultânea aos acontecimentos do dia do funeral narrado no romance. No segundo, o narrador, distanciado no tempo, recupera a memória, testemunhada, ou apenas por ele coligida, sobre os outros personagens. A ele vamos dedicar o último perfil. Escolhemos proceder desta forma por duas razões. Como teremos de falar de Kene Vua nos outros perfis, pois vamos encontrá-lo informando ou contracenando com os outros personagens, ficará para o final o que diz respeito direta e exclusivamente a ele. A outra razão é a de continuar a manter a ordem com que dispusemos os perfis nos outros capítulos: primeiro os mortos, depois os desaparecidos, por fim os sobreviventes. Kene Vua, o Kapapa, é um sobrevivente.

⁵⁴ Rita Chaves já havia notado isto ao escrever sobre o romance de Luandino. “E em cada capítulo podemos acompanhar o processo de integração de cada um na luta, seja pelo relato, seja pelo depoimento. Esse foco nos vários processos de desalienação faz lembrar a metodologia utilizada por alguns movimentos de libertação denominado ‘narração de sofrimentos’. No quadro da Frente de Libertação de Moçambique, a cerimônia assumia a importância de um ritual de passagem. [...] / Muito embora esse tipo de procedimento não fizesse parte da prática do MPLA, o sentido de comunhão que se inscrevia como um dos objetivos da cerimônia para fazer frente à dominação era perseguido por todos os movimentos de libertação. Era importante criar em todos a consciência de que o sofrimento não era uma experiência individual, mas uma vivência coletiva, que ultrapassava as fronteiras da etnia, da raça e da região. Por isso, no discurso do guerrilheiro de Luandino, se a existência da ligação ancestral é um fato e se marca pela consideração dos ‘entespassados’, o ‘quissoco’ é dado pela participação na guerra anticolonial. É desse pacto que nasce o país que os transforma em irmãos, vinculando-os a uma identidade construída por eles mesmos, cujo processo será contado, transformando o fato em memória.” (Chaves, 2012, p. 115-116)

A missão em que todos os personagens-guerrilheiros de Luandino estão reunidos e durante a qual se dá o julgamento e a execução de um deles, acontece, como está sumariamente dito no citado frontispício, no ano de 1971. Kene Vua dá uma ideia geral de como foi esse ano: ofensiva dos portugueses com cobertura aérea, medo espalhado, confinamento das populações em aldeamentos estratégicos, ação implacável dos flechas. Faz isso duas vezes, primeiro em *O livro dos rios*.

Ora naquele ano de setenta-e-um era um ano mau — acendiam muitos pirilampos pelas noites sem lua, só eclipses foram dois, os helicópteros tinham gasolina de mais, despejavam. Aí as pessoas desencontravam suas conversas, cada qual olhava na sombra do outro, esperavam a hora de ver a noite chegar para rádio de pilhas sair no buraco, ouvido colado, boca calada, o hino só letrado. (LR, 58)

O quadro é retomado e completado no segundo livro.

Naquele ano de todas as chuvas, tudo foi nas enxurradas: sanzalas em fuga, combatentes nómadas. O que sobrou se refugiou nas matas, outros subiram na Zona-A. Os organismos e comités se rasgam no vento das pás dos hélis, os flexas caçam pessoas como pacas. Naqueles meses do Kikombelu-Kitatu, através das três ofensivas do tuga no Muxaluando, secções emboscadas se desarticulam. Os flexas reinam, são olhos e ouvidos do rei, controlam, vigiavam, vingavam. Se aldeava de arame farpado, as sanzalas viravam quibangas de pessoas. (LG, 48)

É a situação de guerra que antecede aquela que encontramos na retirada de Mundial para a Zâmbia. Também dá ideia da espécie de pressão sob a qual se movia este grupo guerrilheiro.

KIBIAKA, O GUERRILHEIRO ENCANTADO QUE VEIO DO MAKULUSU

A primeira referência a Kibiaka é apenas a de um nome misturado ao turbilhão de nomes de rios que Kene Vua diz ter conhecido. Mas é curioso notar que o nome do guerrilheiro está associado ao de um rio, entre tantos proclamados por Kene Vua, que ele diz *não* ter conhecido. É uma lembrança que parece lamentar dois fracassos: a perda do companheiro e o não cumprimento do objetivo de chegar ao rio. “E o Luandu, o todo-poderoso Luandu, esse grande rio Luandu, o que é tigre de nosso eufrates Kwanza, espião vigiador da sua margem direita, nunca lhe vi em vida minha, desconsigui de chegar lá e perdi Kibiaka em nossa gesta e qüesta [...]” (LR, 20-21). Era em missão guerrilheira que eles seguiam para esse rio? E qual era essa missão? São questões que permanecerão em aberto ou poderão ser respondidas em outras passagens dos livros? Mas para quem acaso houvesse lido previamente *Nós, os do Makulusu*, Kibiaka não

seria apenas um nome desconhecido figurando sem maiores informações no início de um romance, teria eco, evocaria um personagem já presente naquela obra.

Kibiaka vai surgir de novo reunido ao grupo que votará no julgamento de Batuloza. Será um dos incluídos entre a “gente muito calada, cada qual com seu silêncio esperando voto de mão no ar, sentença do coração” (LR, 38). Entre os relacionados nesta assembleia figura “Kibiaka, o parabelo, pássaro traquino”. Por que parabelo? Por que pássaro traquino? Questões sem sombra de resposta para o leitor. Durante a leitura da sentença, em resposta a insulto do condenado, acompanhamos a reação do guerrilheiro, interrompida por quem lia o teor da condenação. “‘Comandante da merda...’ — Kibiaka, relâmpago de catana clara, saltou, eu estranhei, ele nunca usava arma calada, nosso comandante camarada em sua rouca voz lhe travou é logo-logo [...]” (LR, 39 vale para a anterior.) Mais adiante, o narrador registra nova reação às provocações do prisioneiro durante o conhecimento da sentença: “Kibiaka ainda voltou lhe um ameaço de catana no ar” (LR, 45). É tudo que temos a respeito de Kibiaka em *O livro dos rios*, insuficiente para o leitor traçar seu perfil como guerrilheiro, ainda que tenha lido *Nós, os do Makulusu* e saiba que Kibiaka está associado a uma pistola parabélum e se interessou desde a infância por pássaros e seus cantos. Mais elementos para completar o perfil só serão encontrados no terceiro capítulo de *O livro dos guerrilheiros* (terceiro sem contar a introdução “Nós, os guerrilheiros”) intitulado justamente “Kibiaka, a quem chamavam o Parabelo” (LG, 41-54).

Na abertura do capítulo a situação de combatente caído é lembrada. Não é notícia nova, já aparece na primeira referência a ele no livro anterior.

Se a morte de homem que, cansado de humilhação, envereda pelo caminho certo, pode acelerar a mudança de uma justiça velha e injusta para uma injustiça nova mas justa, então aqui, neste livro e devida vénia, tenho de falar vida e morte e fama do camarada Kibiaka, herói da nossa região. (LG, 41)

Esse “cansado de humilhação” remete ao motivo imediato que levou Kibiaka à luta armada, e está em *Nós, os do Makulusu*, narrado por Mais-Velho.

O patrão tinha-lhe chamado de lado, no armazém, e lhe piscou o olho, perguntou saber: / — Aquela gaja, lá fora, é da tua família?... / E Kibiaka começou engolir em seco, sabia vinha aí a pisadela nos calos, o marimbondio, estava-se preparar. [...] / — É tua irmã, então? Quanto é que queres para ela ir lá para minha criada? / [...] O preço é sangue, Kibiaka. E tu nem uma palavra disseste: esmigalhaste-lhe o focinho de porco barbeado, nunca deixaste que te pisassem, meu capitão-cambuta do reino da dignidade. Batestes pouco, quando vias sangue paravas, tinhas um coração de monandengue [...] / — Fizeste mal, negro filho da puta!... / Esses insultos não te tocavam: tinhas mais dignidade que todos nós, já disse. / — Vou-te só dizer uma coisa:

terrorista é o que és e a Pide te dirá o que é bater num branco... / [...] / [...] Torcera, com suas mãos, o pescoço na ameaça do patrão. Digno ainda em sua morte: nem faca, nem arma de tiro — as mãos que são culpadas de ter homens com ideias e dignidade. Lhe deu ainda, no castigo, uma honra, Kibiaka. (Vieira, 2004b, p. 147-148)

Depois dessa ação, deixa Luanda, vai para a mata. Um apanhado geral do que ele fez por lá vai ser inventariado por Kene Vua. Antes, ele tem o cuidado de explicar onde e como conseguiu saber o que vai contar a respeito do companheiro: “não como contador de verdades por nossa própria invenção achadas, mas como peneirador de mujimbos que os outros alheios deixaram na memória de nossos dias de luta” (LG, 41). Em seguida vem o sumário das ações de Kibiaka como guerrilheiro, uma espécie de folha corrida, ordem do dia a ser lida como exemplo para os outros combatentes.

Ao longo da nossa luta, Kibiaka [...] sempre deu exemplo de coragem modesta e sacrifício. Nunca se bazofiava, nem perguntava saber condições de cumprir: era missão de reconhecimento de posição ou recolha de mujimbos, informações ou logística, com ou sem perigo de enfrentar upistas ou tugas, aceitava. / Para este nosso saudoso camarada, bater bem o funji ou aguentar firme na emboscada era igual: questão de honra própria dele, dignidade. Calcou trilhos abertos, fechados e minados, picadas e matas cerradas [...]. Para lá mais, nas nascentes, longe do Muxaluando, catequizava o povo: ia; aparecia; desaparecia — ficava mensagem e mistério. / Nunca fugiu de combates; nem se voluntariava, de saliente; nem mas nem meio-mas, de prudente. Foram dezenas de acções, às ordens dos camaradas chefes se subordinava, nunca discutia. E a sua mais-que-muita experiência dividia-lhe sempre com todos. (LG, 42-43)

Esse é um apanhado da vida pública de Kibiaka. Note-se que tanto Mais-Velho como Kene Vua exaltam a dignidade da figura. É um combatente, pelo menos nesta informação, muito diverso no comportamento dos litigiosos, belicosos, beligerantes (entre eles mesmos), desconfiados personagens de Pepetela. Mas Kene Vua não se restringe à vida pública do personagem. Além da experiência, ele dividia mais coisas com todos. “Sua macanha-de-corda ou diamba ou cigarro recuperado, também.” Já vimos como o cigarro era importante para os guerrilheiros, Sem Medo ameaça assaltar Dolisie se os cigarros acabarem. É uma galhofa, mas tem um fundo de verdade. Kibiaka compartilhava com os companheiros tudo o que de fumar conseguia. Havia única exceção nesse seu coletivismo. “Só sua pistola nunca deixava-lhe tocar em mão alheia.” (LG, 43, também a anterior.) Não é a primeira vez que a pistola é mencionada, dela vem a alcunha (“a quem a gente murmurávamos era o Parabelo”, LG, 42), já presente no livro anterior, que lhe dão os outros guerrilheiros, mas apenas pelas costas (“o Parabelo, nome de zombaria de invejas, muito em segredo”, LG, 52). A origem dessa arma também está contada em *Nós, os do Makulusu*. “Noite de Natal. Ponho no sapatinho o

único brinquedo que merece um homem digno como o meu amigo Kibiaka: *Parabellum*, de 9 milímetros. Se pôs a caminho para a mata [...] e nem tinha uma estrela no oriente para lhe guiar [...].” (Vieira, 2004b, p. 148) Kene Vua descreve a atenção que ele dava àquela arma, inútil como arma, tateada como um quissange, um instrumento musical.

[...] e ficava limpando e polindo uma arma de estimação, quilunza sem munição para ela: uma pistola *Parabellum* de 9 milímetros, coisa mui antiga, das guerras dos brancos. Guardada num escondite só dele, ia-lhe buscar nesses dias de quieto e calado; limpava-lhe de pau fininho pelas ranhuras e juntas, com unha ou fio de capim rijo. Oleava; segurava-lhe parecia era um quissange, dedilhava orelhas da culatra, o nariz da alça com seus grossos polegares. E se lhe perguntavam saber como, onde, de quem recuperara, respondia virado a Luanda como se falasse a alguém do outro lado da mata: / — Recebi-lhe no natal de 63, num menino-jesus meu amigo... (LG, 52-53)

Há aqui um equívoco, não sabemos se do próprio Kibiaka (é o menos provável autor do engano), ou de Kene Vua, ou do A. das notas de pé de página (também personagem do romance, como já procuramos demonstrar), ou se do próprio autor explícito. A *Parabellum* é presenteada por Mais-Velho a Kibiaka no natal de 1962. Kibiaka seguiu para a mata antes da morte de Maninho, que, como sabem os leitores de *Nós, os do Makulusu*, acontece em outubro de 1963.

Essa é a razão de Kibiaka ser conhecido como o Parabelo. Mas, por que também é chamado pássaro traquino? De novo precisamos verificar o romance que alude à infância do personagem. Os garotos acompanham, com grande alegria, a banda de sô Sambo, tocando pela rua. O maestro fica admirado ao ouvir aquele menino negro acompanhando sonoramente a música tocada. Mas fica triste por saber que nenhuma porta se abrirá para esse talento em virtude da situação colonial.

Kibiaka assobia — e pássaros só lhe saem nos beijos grossos, ele mesmo diz, rido e gozão: / — Impossível! Não pode ser! Só uma gaiola de bigodes fazem essa música, meu neto! / [...] Tristeza, é o que leio nos olhos dele, de repente? Não, está outra vez a rir, sorri em todos nós, os do Makulusu e os outros, mas hoje só sei que sim, um relampagozinho de tristeza era, porque ele sentia a música ali, viu-lhe e Kibiaka não podia ser levado na banda, não podia ser levado numa escola, num conservatório, estudar e deixar sair sua musiquinha que lhe ensinaram nos pássaros de monandengue. (Vieira, 2004b, p. 111)

Mais-Velho recorda aquela passagem da infância, mas evoca também o destino atual de Kibiaka, a porta que ele encontrou para dar saída à ambição que era sua: “uma só coisa: vir a ser um homem livre” (LG, 52). Fala na música que ele decidiu tocar. “Muadiaquime Sambo, tu nem sabias também que um só instrumento estava-lhe reservado: o que tem a música da pólvora explodindo, frágil quissanje. E lhe dei o

primeiro, de doze tiros, *Parabellum* de nove milímetros.” (Vieira, 2004b, p. 111) Esse talento para imitar o canto dos pássaros será usado como arma de guerra.

[...] Kibiaka, em emboscada ou retirada, era precioso. Seus assobios-de-pássaro inocentavam o ar das matas, adormeciam desconfiança sempre acordada de quem que anda perseguir nos guerrilheiros dos maquis. Porque se tem pessoa, em suas árvores e iangos passarinho alerta, cala o bico de primeiro, esvoaça a fuga depois, pia o silêncio. Mesmo que tem ninho por ali e o macho faz aquela confusão de alarme, rouco e rápido, cantiga d’aviso. No que Kibiaka até sabia responder de fêmea avisada. Os tugas em progressão a pé, ouviam; os flexas desconfiavam a música por dentro dos silêncios dos paus e folhas, pediam alto-marcha; ouvida, recaminhavam reconfiantes: se tem pássaro a cantar... (LG, 44-45)

Esse talento de imitar todos os pássaros com perfeição era acreditado como mágico. E aqui, como todos fazem parte do mesmo universo cultural e compartilham das mesmas crenças, as capacidades mágicas, os feitiços são verdadeiros, como comprovarão um flecha e alguns soldados portugueses. Não há manipulação das crenças e da vontade com a aconselhada pelo comissário político e posta em prática pelo comandante Alicate. Kene Vua recorda mais sobre os feitos do combatente Kibiaka e o que os guerrilheiros murmuravam a respeito dele. “Nunca fugia de combates, já falei. Se despassarava na retirada ou desaparecia só, sempre um dia voltava vivo e magro, ninguém admirava. No que, outros, falavam de boca pequena, diziam: que tinha seus dois feitiços [...]” (LG, 46) A imitação perfeita do canto dos pássaros era um deles. O outro era um poder para confundir os inimigos, Kibiaka também era conhecido como “o homem-do-feitiço-do-espelho — nome que lhe sussurravam mais tarde o povo miúdo em suas sanzalas aldeadas de arame farpado”. Em uma rara cena de confronto, o leitor poderá compreender pela ação, duelo entre Kibiaka e um flecha, o que seria esse segundo feitiço, o feitiço-do-espelho.

Saía o flexa Macio na sanzala do Nzambila pela picada do Bom-Branco. Vinha de namorar. Aí deu encontro no Kibiaka, finalmente. No meio do caminho, como relâmpago antes da chuva. Na luz fusca só viu seu brilho, olhos se fecharam de pasmo e medo. Quando lhes abriu o Kibiaka virara o chimpanzé macacão, nu pelota, só uma trouxinha de pano na cintura; as pernas, tudo eram cascas de lama, cabelo em pé, de pó e piolhos; os olhos, as brasas. Todo ele muito magro, carne de ossos só. E o que ele vestia eram dois cacetes, ramos quebrados de um pau, um cada mão. Aí a pele dele começou de nascer pintas, manchas, pintura de pemba sem que ninguém põe os riscos, os jinzevos do muezio levantando por cima de seus muzumbos naquele sorriso que todo o quinzar tem... E o flexa Macio a ver-lhe muito bem ali, na cara dele, mas a porrada dos cacetes a lhe baterem na nuca, nas costas; até que a mata se apagou — acordou sem *Mauser*, pente de munição. (LG, 47, vale para a anterior.)

Antes desse ataque ao flecha Macio, que viu Kibiaka transformado em quinzar, ou seja, “[m]onstro sanguinário, meio onça meio homem, na mitologia popular” (LG, 108), como informa o glossário, e recebeu dele porretadas pelas costas, os companheiros de guerrilha comprovaram a eficácia desse poder de Kibiaka. Um quimbanda, consultado por ele antes de se reunir à guerrilha, dissera

[...] tinham lhe nascido com esse feitiço-do-espelho. / A prova ninguém que pediu. Todos sempre lembravam a emboscada, na curva por perto do tabo da Matenda: os tugas viram mesmo na sua frente os três guerrilheiros e um era o Kibiaka; fizeram fogo, de rajada, os tiros bateram nas figuras parecia eram lençol e logo-logo estavam atacados pela retaguarda — os mesmos três guerrilheiros que estavam no meio da estrada. O alferes, ferido, aos berros no meio do pó, jurava depois, com as mãos juntas, que os três da frente todos tinham as armas na mão esquerda e os três de trás nas mãos direitas. Lhe evacuaram de héli, deportado na terra dele, maluco de mau exemplo. / Por isso que o Kibiaka sempre aparecia com duas coisas em suas mãos: dois paus, dois porretes, duas catanas. Nunca mais ninguém que podia saber se é ele na frente da nossa cara, se é só seu feitiço de quilembequeta. (LG, 51)

Para que ninguém diga que o retrato de Kibiaka é uma celebração elogiosa do começo ao fim, Kene Vua registra duas impressões negativas que o companheiro de luta causa nele. Impressões subjetivas, provavelmente não compartilhadas pelos outros guerrilheiros. A primeira diz respeito à voz: “confesso, contriste: o que eu não gostava no Kibiaka era sua voz [...]. / Sua voz era mansa, como manso era seu coração” (LG, 43). Note-se que a seguir à confissão, Kene Vua quase declara seu engano, elogiando voz e coração de Kibiaka. A outra restrição diz respeito aos murmurados poderes do personagem, e oscila ambigualmente entre o temor e a velada reverência. “Quando lhe avistava assim no Kibiaka, eu tinha mais é medo. Meu coração cobardeava por dentro, s’apagava; para fora escondia luz acesa de meus olhos admirados.” (LG, 46-47)

A sua morte, anunciada desde a primeira referência a ele, em *O livro dos rios*, não é testemunhada por Kene Vua, mas acontece “na missão que fomos no Kwanza e lhe dei encontro morto e todo nu, nada que guardava com ele” (LG, 53). O responsável é o flecha Macio, que o perseguia, talvez para se vingar, mas também por outro, e mais forte motivo: queria se apossar dos feitiços que ele possuía. Kene Vua testemunha o que encontrou e comenta o erro do flecha, o que ele nunca poderia tirar de Kibiaka.

Morreu mal. / Quando esvoacei as moscas, procurando a cara conhecida, uns olhos, só sua caveira ria todos os dentes para mim: o flecha Macio tinha-lhe cortado os beijos inteiros para levar com ele, queria recuperar o feitiço do canto dos passarinhos. / Cadavez esse podia, algum dia. Serviço bem feito, em mulôji experiente. Mas o outro, o de sombra-de-espelho, esse nunca: nascia com cada qual, é verdade; mas se podia receber só numa quissanguela de luta, por feitos ou defeitos em vida, acções que nunca podiam se cobrar. / Só podem ser pagas. E é sempre com a própria vida. (LG, 54)

O guerrilheiro ainda será lembrado como uma das pintas no desenho da pele da onça que ilustra o epílogo “Nós, a onça”, com que Kene Vua arremata esta reunião de lembranças dos companheiros de luta de libertação. É o último lembrado, na última página do romance.

E Kibiaka, então? No assobiador de passarinhos não posso lhe ver na sua figura, é borrão total, tronco estreito de alta copa de seu sacador, imbambas na cabeça. Se ouve é uma árvore cheia de música que caminha e assobia todos os pássaros de sua folhagem. Vai na minha frente, como sempre.
(LG, 106)

Kibiaka alcançou seu propósito de ser um homem livre e viveu uma digna vida de guerrilheiro-andante, tendo participado de muitas gestas e caído no campo de batalha. “Permiti-me escrever que foi um herói. Mas este meu gestemunho é avulso, nada para medalha e diploma que te dão em data nacional e te recebem na fome diária.” (LG, 52) É um epitáfio a este herói anônimo e exemplar, e contém uma pitada de crítica a uma sociedade que não dá o devido valor aos seus heróis e à sua “fome diária”.

BATULOZA, AMBA-TULOZA, DOMINGOS JOÃO, *DURA LEX SED LEX*

Mais que o perfil, vamos montar aqui o processo de Amba-Tuloza, ou simplesmente Batuloza, acusado de ladrão do povo, traidor do Movimento, julgado, condenado pelo grupo do comandante Henrique Dias, executado por enforcamento pelo próprio Kene Vua. É um episódio que faz lembrar o julgamento de Ingratidão do Tuga, a execução do traidor pelo comandante Sem Medo. Também poderia ser lembrada a morte de Salvador, baleado por Aniceto, em *Bar Don Juan*. Mas no caso de Aniceto trata-se da execução de um inimigo, um torturador, o que costumava ser chamado justicamento, não é a execução de um ex-companheiro que traiu a confiança de seus pares. O processo de Batuloza, ao contrário dos outros aqui lembrados, que são tópicos, está literariamente elaborado e construído de modo mais complexo, é um episódio em crescente densidade dramática. Dele participam boa parte dos personagens do romance, alguns, aliás, como o professor Ferós, só nele aparecem. É um dos grandes assuntos de *O livro dos rios* diretamente ligado à guerrilha, não à corografia angolana. Batuloza também é mencionado em *O livro dos guerrilheiros*, mas sua presença ali é mínima.

Antes de entrarmos no processo propriamente dito, vamos recolher o que for possível sobre o passado de Batuloza e sobre sua atividade como guerrilheiro. Temos

sua naturalidade e filiação: “Amba-Tuloza, de seu nome indígena Domingos João, natural de Kitangola, Dande, filho de João Kambandu e dona Engrácia” (LR, 48). Esse “nome indígena”, Domingos João, só vai ser lembrado mais uma vez, por um Kene Vua distanciado no tempo, refazendo imaginariamente aquela madrugada da execução. Parece se dirigir ao próprio condenado, perguntando-lhe a impressão sobre o “pau de chora-sangue do Kialelu” (LR, 21), a árvore que suportaria o laço de corda e o corpo. “*Você viu medo nesse pau, Domingos João?*” (LR, 65) Por ele próprio, de forma indireta, através de Kene Vua, saberemos que não teve educação formal. “Deu de rir o analfabeto reacionário. Que, ele, não; felizmente não sabia ler, não era assimilado [...]” (LR, 49). Mas as suas qualidades como guerrilheiro, e guerrilheiro especializado, são lembradas mais de uma vez. Começou sua participação no primeiro ano da guerra: “Amba-Tuloza não era um útil veterano, antigo combatente, de sessenta-e-um?” (LR, 51). Falando em defesa de Batuloza quando este quase é linchado por tentar agredir o comandante, o professor Ferós relembra seu passado de luta para dizer que ele não merecia aquela morte indigna: “ele já tinha sido nosso esperto sapador, sabotador de caminhos e picadas, desde muito tempo útil: se já tinha sido livre na luta de nosso povo não podia mais receber morte de escravo” (LR, 43). Kene Vua também tem coisas positivas a lembrar da atuação do sapador e da sua eficiência.

Que este Batuloza, sabotador como ele teimava de se chamar, era mesmo muito sapador, honesto e competente. Tinha faro para trilho antes de ser escolhido ou patrulhado, adivinhava a picada, o aquele caminho, rota de unimogue e itinerário da tropa só pelo riso das patrulhas, modo de fumar — com ele, nossa secção embosqueava muito bem, recuperávamos material. (LR, 47)

Ao final de *O livro dos guerrilheiros*, Kene Vua, recordando os companheiros como as malhas da pele da onça desenhada na areia, lembra da malha que falta, aquele destino ligado ao seu, e as qualidades do guerrilheiro, durante um tempo, vanguarda da coluna.

Pele de minha onça, uma malha só que está faltando: a que eu tive de apagar, naquele dia, naquela madrugada, naquela mata do Kialelu — mas sempre renasce em meus pesadelos: o cabeça da coluna, o ainda, ao-tempo, nosso bom sapador Amba Tuloza. Cheira o céu de olhos fechados; sua figura se desenha sempre de braço no ar, mão aberta, aviso de alto-alerta-silêncio: na vanguarda, cabeça de nosso grupo. (LG, 105)

Kene Vua conheceu Batuloza assim que chegou à guerrilha, e não teve uma boa impressão pessoal, sentiu certa hostilidade naquele companheiro. (Copiaremos entre colchetes, para maior clareza, após os trechos em quimbundo, as traduções que estão no pé da página do livro.)

[...] cheguei na base do Sambulenu [...] naquele já, ali, é que ouvi rosnar por vez primeira, e miar hiena quissueia — “*Kene Vua?...*” [Sem Azar?...] — riu, de boca fechada. — “*Tuondokudimuen’hanji...*” [Havemos de ver isso...] Todo encolhido no fumo da diamba dele, o sapador Amba-Tuloza de lá nasalou meu nome de guerra, de lá dos fundos fumos da traição dele que morava no risinho, senti logo-logo. Mas fechei ainda meus olhos, modo de adiantar perceber — tapar orelhas, calar boca, assim dei encontro o que no cheiro da diamba dele queria m’alertar: ia ser eu o pastor daquele cabrito? (LR, 18-19)

A má recepção inicial, a quase zombaria a respeito do nome de guerra do novato parece indicar o caráter duvidoso do sapador, mas o alerta que o novato diz ter sentido a partir do cheiro da diamba, alerta que antecipa o clímax da relação entre eles (“ia ser eu o pastor daquele cabrito?”), pode ser profecia do passado, traição da memória, que acredita ter pensado antes no que só soube depois. O cheiro da diamba não pode ser associado ao mau caráter de Batuloza, é apenas uma prática comum, já vimos que Kibiaka compartilhava sua diamba com outros guerrilheiros. Também o avô de Kene Vua fumava diamba em sua mutopa (“eu queria ainda ouvir o rouco que a diamba deixava na mutopa daquele mais-velho”, LR, 38) e o personagem, como Kibiaka, não tem conotação negativa em virtude disso. Passada essa estranheza inicial, é possível imaginar que Kene Vua e Amba-Tuloza conviveram sem atrito dentro do grupo guerrilheiro, se levarmos em conta as avaliações elogiosas ao seu trabalho de sapador. Em um retorno a esta cena, com Kene Vua recordando-a em conjunção com o último encontro (“fiz o que tinha de ser feito”), aparece até o camarada Jobe, futuro comandante Ndiki Ndia, dizendo ao novato para não ligar às provocações.

“*Kene-Nvua?!?*” nasalada ouvi rir uma onça, já estava lá quem arranhava o nome, adivinhava, sentado no escuro do abrigo, por perto do Kalukala, o rio, naquele dia, naquela base, aquele, o Amba-Tuloza? / Era. Pois ainda agora ouvi seu sotaque vir do fundo de mim mesmo, desafinar meu tranquilo coração. Mas eu afino, sol maior: fiz o que tinha de ser feito e sempre não quis nada para mim. “*O kausu oko uala ku xikelesa kikutu kietu ni kuzuela ngó maka ma uôma inhi?...*” [Quem é este novato que vem escurecer nossa reunião com seus casos de cobardia?] — boas vindas do tal Amba-Tuloza, famoso sapador que eu ignorei; camarada Jobe fez sinal de boa paz, acatei. (LR, 119-120)

Quando se inicia a investigação do procedimento desonesto do Batuloza, é na qualidade do seu trabalho que ele se fia (“se julgando o insubstituível, o bom-dos-bons”) para enfrentar o interrogatório presidido pelo comandante Henrique Dias e conduzido pelo seu vice no papel de comissário político, interrogatório feito diante dos outros guerrilheiros. Talvez acreditasse que não teriam coragem de condená-lo, por precisar dele, diante do aperto em que estavam: “os flechas vinham na nossa pista. E o

Batuloza sabia muita experiência: ouvido, se julgando o insubstituível, o bom-dos-bons, ainda deu de abandalhar as perguntas do vice, o tal nosso professor Ferós, sempre benaventurado” (LR, 48-49).

Confrontado com os produtos dos seus roubos, com as mercadorias desviadas, adotou o expediente clássico de negar tudo, sempre. Até um indignado Kene Vua, participa do interrogatório.

Vontade minha, de surucucu no coração, vendo-lhe reviangar assim, perante comissão eleita legal e legítima, era mas é de lhe amarrar logo, pôr nas cordas, sem perdão de inquérito, e varrer a tiro e catana. Que até me atrevidei todo, me levantei de caligrafia e voz. E com licença de nosso mais-velho comité, rosnei ponto-de-ordem: “*Lápis-viarco, uma grossa inteira: você escreves com cento e quarenta e quatro dedos?!...*” Deu de rir o analfabeto reacionário. Que, ele não; felizmente não sabia ler, não era assimilado; mas os pioneiros por essas bases acima, metidos nas matas, que sim — ele iria de distribuir.

É longo o inventário de tudo que ele havia reunido: “cinco calças”, “dez camisas-de-macau, alvas”, os lápis já mencionados, “sabão, barra-azul e clarim — quatro; e chupa-cocós para seis pés, [...] um par de ténis macambira [...] vestidinhos, [...] saias, saiotes, sutiã até”, e o mais grave: “o corpo do delito, o que subiu do fundo do roubo onde dormia o tesouro dos cinco pacotes de sal” (LR, 49, também para as anteriores). Pode-se ter uma ideia do valor e da importância que tinham esses cinco pacotes de sal se nos lembrarmos de que um dos motivos de Mundial para evitar as colunas de povo, naquela mesma Frente Leste em que estão os presentes personagens, quando estava retirando para a Zâmbia, era não querer “dividir com elas os restos de sal perdidos nos forros dos bolsos” (GU, 122). Kene Vua desempenha um papel importante no processo. Participa da diligência à mercadoria roubada. “De escrivão nomeado, tive de virar vogal voluntário. Para lhe empurrar, com todos os pioneiros atrás, no sítio do escondite onde lhe obrigou baioneta da minha *Mauser* 39A, arma de estimação.” Também se encarrega do libelo acusatório.

Mais tarde já, no julgamento do inquérito, eu o Kene Vua, mostrei, ventariei, expliquei — ele já estava nas cordas, acusei: “*Os bens cassumbulados que pertenciam, jus sangue e jus solo, à Região...*” vinham da Frente Interna, eram nacionais. Mas o Batuloza, conferido, negou e renegou: que não e nunca jamais e não admitia.

Mas, para contraditá-lo, aparece uma testemunha. “Só que o pioneiro Mbuijito não precisámos lhe perguntar, ele mesmo disse: ‘*Eu mesmo lhe vi é esconder a essas mesmas imbambas neste mesmo aqui!*’” (LR, 50, também as anteriores.) Diante do testemunho, Batuloza abandona as negativas, muda a defesa, diz que tinha avisado o

comandante, que o comandante sabia de tudo. Suas declarações tinham pouca ou mesmo nenhuma credibilidade. O promotor faz um sumário da acusação.

Sem mais pedido de guia ou explicação, m'indisciplinei, nem deixei nosso comandante se rebaixar a abrir a boca. Adiantei os considerandos do relatório em voz bem alta: bens do povo; bens da nação; bens da região; bens de primeira necessidade; bens trazidos do interior dos tucas; bens conseguidos pela frente interna com o sono e o medo de combatentes nocturnos das cidades. E pior agravante, o que fez lhe calar no julgamento, acobardar na sentença: ele era repetente, reincidente, irrecuperável, traidor reacionário — roubou sal. (LR, 51)

O quadro seguinte no julgamento é o da leitura da sentença (“*De acordo com a disciplina da guerrilha...*”, LR, 38; “*... nos superiores interesses da luta do nosso povo...*”, LR, 40). As reações do preso são registradas mais de uma vez: “o choraminjar do prisioneiro, o Batuloza, guerrilheiro ex-nosso, condenado e amarrado” (LR, 38). Ou ainda: “o Batuloza mabeco acaçado se torcendo é todo ele no chão sem pó, nas cordas” (LR, 39). O preso vai se enfurecendo: “Batuloza deu de se estorcer todo pelo chão, parecia aquelas palavras eram a gasolina dum fogo que ele ia lhe arder com ele por ali. [...] / S’arreganhou então na coragem de seu medo e terror, repetiu: ‘*Comandante da merda*’” (LR, 40). É dado ao prisioneiro o direito de falar em sua defesa, mas talvez nada tivesse a dizer, prefere aproveitar a oportunidade para atacar e insultar.

“*Fala, para seres ouvido...*” — que ainda era tempo esse de falar e ser falado, últimas palavras antes de o tempo de calar e ser calado. No que, como sempre, coração de alma podre entortou o que era a direita justiça e misericórdia da nossa luta — onde só tinha sabedoria, ele leu ignorância... / “*Baba phe monangundu, neto de soba-de-capacete, ximba! kubanga-bu ohi?!! 'Mbua ni Ngulu, avutuka?!...*” [Ó filho do colono, neto de soba fantoche, cipaio, vais fazer o quê? Voltaram o Cão e a Porca?...] (LR, 41)

Note-se que, acuado, Batuloza vai, mais de uma vez, defender-se invocando ser autêntico, verdadeiro representante do povo angolano, fiel às suas raízes, marcando uma linha divisória entre ele e os assimilados, que tinham relações com os colonizadores, tinham sido educados pelos colonizadores, estavam portanto irremediavelmente contaminados. Lembremo-nos de como ele diz que “felizmente não sabia ler, não era assimilado” e acusa o comandante, que é mestiço, de cipaio, portanto, a serviço dos brancos. Insulta não só a ele, também a seus antepassados, o colono, pai branco; o soba fantoche, avô a serviço dos brancos. Também o professor Ferós, talvez por educado, ganhará sua cota de insultos, em que o ódio aos assimilados, por ter abandonado os costumes ancestrais, fica ainda mais patente.

Já que em seus insultos finais, nas cordas e surrado, o Amba-Tuloza, mau aluno repetente, cuspiu: “*Kamundele!*” [Assimilado!] e isto é que era nosso camarada Ferós, assimilado. Que se via muito bem, nem comia com as mãos, não punha gota em chão nem se esborrifava por cima dos ombros, sem cultivar seus espíritos antes-que. E sempre raspava as barbas, ainda com caco-de-garrafa: “*Vais virar mazé doutoro. Vais querer mandar! Mandar! Mandar na cabeça dos outros...*” (LR, 43-44)

Era por isso que Batuloza roubava, acumulava coisas para si mesmo, para se defender, porque não acreditava nos chefes, temia que os chefes substituíssem os brancos no ofício de mandar? É uma possibilidade. Mas devemos lembrar que ele só passa a se comportar assim depois de apanhado como ladrão do povo, açambarcador do esforço coletivo para seu próprio e particular desfrute. Batuloza enxergava um futuro que o idealismo dos outros combatentes não era capaz de ver? Diz ao comandante o que ele fará nesse futuro, como se aproveitará da independência, reproduzindo os brancos.

“*Uá! Ngëvila mu itûmbi ia kuteka...*” [Uá! Ouvi no por-assim-ouvir-dizer...] — do fundo muito antigo do seu quimbundo ainda enfrentava a calma de nosso comandante. “*Vais mazé ficar com as roças do teu pai, cangundu...*” — E que ensinando essas palavras de libertação no povo, iria de contratar com contratados caboverdianos para as tongas.

Mas isso não passa, na verdade, já que estamos lidando no campo da justiça, do que se chama informalmente e em latim macarrônico *jus esperneandi*, o direito que qualquer um tem, quando apanhado em falta, de reclamar e acusar os outros. É comportamento que não muda a continuidade do processo. A frase final da sentença será pronunciada e o papel de Kene Vua em sua execução será determinado.

“*Dura lex sed lex, no interesse do povo angolano...*” — agora sim, oiço claramente visto o camarada Ndiki-Ndia, nosso comandante, receitando latins que tinha desconsiguído de aprender no seminário de Malanje. Dele é que recebi tudo, de mais ninguém, ordem e responsabilidade, confiança e solidariedade: receberiam a minha vida, sem mais quê no julgamento, vida inteira, no pouco viver da vida do Batuloza, se deixasse lhe fugir. (LR, 45, vale para a anterior.)

Era castigo ainda mais duro que o determinado por Sem Medo para os que deixaram fugir Ingratidão do Tuga, mas era do mesmo tipo: o guardião paga pelo crime em caso de fuga. E começa o último quadro do drama: a noite da vigília do carrasco e do condenado à espera da “manhã que ia custar a nascer”. O relato de Kene Vua sobre aquela noite parece uma tentativa de recuperar, com a objetividade possível, os acontecimentos e os sentimentos que de fato o tomaram, o ódio ao traidor e o receio do peso que aquela morte podia trazer à sua vida, ao seu nome, pronunciado por um morto.

Saí para a mata — a noite estrelara sem mais o cacimbo do fim da tarde. Ouvi, de novo, o choraminjar do prisioneiro amarrado bem amarrado no pau de muanze; no meu ponto de sentinela, a manhã que ia custar a nascer. E mais tarde, à noite calada, ele me fez a asneira, chamou. “*Kene Nvua...*” — disse meu nome misturado no choro. Estremeci: voz de morto me chamava, adiantando? Queria me puxar embora nos pés do coração dormecido? Acendi um fósforo, só. E vi. Os olhos dele, no dentro do escuro, viravam o quinzári traíçoeiro: do amarelo de chama de fogueira, nascia o vermelho de brasa soprada. E se apagaram de remorso fingido — esse Batuloza era muito vivo, repetente de ladrão e gatuno. “*Kene Nvua! Só para me desapertar...*” Queria ir na mata, se aliviar debaixo de um céu tão estrelado, o cruzeiro-do-sul ainda alto? / “*Cala t’a boca! E dobra a língua, cão, imbua! O meu nome é: Camarada Kene Vua!*” — o choro ranhosento dele se escorregava por barbas e trapos, molhava o chão. Só faltei mesmo ouvir-lhe ganir, fingidor cobarde. Sei que jurei meus pensamentos, sacudi o medo de ser chamado: “*Corda no teu pescoço, e este meu azarado nome vai morrer também...*” — porque eu sabia que ele ia me querer levar com ele na hora de lhe pendurar no pau de jirassonde. Fiz um pelo-sinal não sei porquê, meti a bala na câmara da minha macarofa. (LR, 46-47)

Após pensar algum tempo no sapador eficiente, na confiança que lhe tinham, Kene Vua, em seu papel de carrasco, lembra que isso é passado. “E, agora, ia morrer. Fui lhe enforcar naquela manhã e a mata do Kialelu estava cheia de pássaros e flores, o mês já não me lembro mais, não chovia porém, não tremi.” (LR, 47) Estava feito.

[...] o Batuloza morreu mal. Morreu feio, morreu sem vida, demitido, morreu antes, alma dele já muito tempo não estava morar lá dentro, cubata abandonada. Porque na hora de lhe vestir a corda, lhe olhei bem devagar dentro dos olhos e só dei encontro a cinza da vida apagada, dixita, ranho de sabão esquecido na água, tudo cego já, brilho e cor, redondo deles se enquadrando, a pele encarquilhava e eu senti como naquele corpo saía uma alma tão mínima se escondendo acagaçada entre carne e osso e tendão, corpo gelatinava [...] sem sangue nem alma — se esvaziava do que tinha sido um homem. Tive pena e raiva, desviei meu olhar — morrer tem de ser uma coisa que a gente nunca mais vai querer esquecer. (LR, 53)

E não aconteceu o temido por Kene Vua, “que ele ia me querer levar com ele na hora de lhe pendurar no pau de jirassonde”, aconteceu o contrário: Kene Vua é que levou Batuloza consigo pelo resto da vida. “Mas sempre de lá o Batuloza continua girando de lento, girava com o vento na fralda da camisa desatada, nunca que ia lhe poder tirar só assim de meu caminho da morte.” (LR, 55-56) Pensa no morto e lembra algo que ouviu ainda criança: “quem lobo mata e canhangulo não trata, a morte dele mesmo desata — sabedoria do meu avô” (LR, 57), mas se interroga sobre como pode cumprir esse preceito. Também parece ter necessidade de justificar para si mesmo seu ato, lembrando os crimes do enforcado, afastando a ideia de ser um assassino, não fizera mais do que cumprir seu dever.

E como é?: lavar a *Mauser*, se arma de matar lobo foi colarinho de corda que vesti no Batuloza? Porque lobo, feroz lobo, isso sem a mais curta duvidagem:

ele era mais que isso, era traidor quimbuguento reles e gatuno do povo. Pior: vestido de cão fiel, entre nosotros. Homicídio?... — pisei nesta mina, explodiu: estava me reaccionarizando de mais com a beleza da mata — eu só fiz o que tinha de ser feito, eu mesmo falei para ninguém ouvir. Se entregasse, lhe fugasse, como é eu ia ser eu, eu mesmo, aquele que era para mim, o mim d'amigo, o amigo morando comigo mesmo, em Ngana, em muene, quando chegasse um antigamente de mais tarde, na vida? (LR, 57-58)

Kene Vua, nesta passagem, fala do remorso que teria, de como seria difícil conviver com isso, no caso de deixar o preso fugir, de faltar ao seu dever, à responsabilidade que lhe deu o comandante. Livrou-se do remorso, mas dúvidas ficaram: “ainda não ganhei minha voz de falar, gritar, procurar saber se quanto daquele barro que lhe fizeram com ele no Amba-Tuloza não saiu na cacimba de todos em nossa vida das matas, nosso caminho, nosso pambos desencruzilhados no tempo” (LR, 46). Em outro momento pensa na forma como executou a sentença, e como o faria se tivesse de fazê-lo hoje, tão distanciado no tempo.

O Amba-Tuloza, ainda. Se fosse hoje ia lhe chamar de mukueto, meu irmão. E não ia lhe matar calado, ele não tinha nada que ter medo de morrer. Quem sabe não vou lhe desamarar no pau da muanza, partia uma metade de cigarro com ele, mostraria: veja aquela árvore! — e o nosso jirassonde, irmã de sangue vermelho, não ia ficar castigado de pau-de-força só... (LR, 64)

A imaginação de Kene Vua continua refazendo os acontecimentos daquela noite não como foram, mas como poderiam ter sido. E ele recria um diálogo que não aconteceu, e acrescenta um discurso do Batuloza, discurso que tem uma sabedoria da desilusão assemelhada ao *Eclesiastes* proclamando a vaidade das vaidades e que tudo é vaidade.

Um vento, de repente, tinha de passar entre as folhas, por cima de nossas cabeças descobertas. Para eu lhe perguntar saber: “*Vento não arranca todas as folhas, camarada?*” — [...] “*Todos a gente somos mas é folhas...*” — e eu ia de ver nos seus olhos de ódio que não ia me perdoar nunca essa vergonha de morrer com medo. Que folhas eram os que tinham lhe gabado em hora de preparar forninhos; folhas os que dividiam com ele as emboscadas; os que louvavam e cantavam, folhas à espera; ainda os que mujimbavam seus roubos pela calada dos quimbos e bases, mesmo os que te riram amarrado no pau de cabrito. E eu, eu mesmo, o que vivo está quando outras folhas que lhe nasceram comigo já esvoaçaram?... (LR, 65)

Por que se dá essa mudança em Kene Vua? Por que o cazumbi do Batuloza que ficou com ele vai merecendo uma mudança de tratamento, menos dureza, mais compreensão, com o passar dos anos? Não há de ser arrependimento por ter cumprido o seu dever e executado a sentença coletivamente decidida. Ele pensa que deveria ter agido de outro modo, mas não pensa em deixar de executar a sentença. Não pode estar em desacordo com o que também é determinado pela tradição, como no conto que o narrador

incorpora ao relato, sobre uma velha guerra entre portugueses e gente de Angola. A passagem do conto que nos interessa é a que trata da sentença para os traidores.

1. E aconteceu que estando Kibaia Kinene com seus três muenes Kisala Kadiangu, Nzumba iá Poxi e Kabila Kango, trouxeram para julgar o último muene prisioneiro; / 2. E esse muene chamava-se Custódio Xavier Bello Neto e estava ainda todo branco; / 3. E Mbumba iá Kibaia tocou-lhe com a lança; e o muene virou preto outra vez; então ouviu a sentença: / 4. Falou o Grande Kibaia: Nasceu na Luanda. É filho da terra. Portanto não é inimigo. É traidor! Tem de morrer [...]. (LR, 95)

Também o comandante, ao contar a história de Emiliano Zapata que “foi traicionado num dos dele” (LG, 56), acrescenta algo que reforça o conto tradicional: “flexa é pior que tuga; tuga é teu inimigo só, flexa é teu traidor, quando ele vai te leva com ele...” (LG, 57). Kene Vua, ao pensar em Batuloza “vestido de cão fiel, entre nosotros” e em tudo que ele escondia e subtraía aos outros filhos da terra, teria de concluir como o Grande Kibaia que ele não era inimigo, era traidor, tinha de morrer. Mas quando constata, passado tanto tempo, diante de um mundo tão modificado, que muito outros ladrões do povo, traidores dos sonhos revolucionários, não foram presos, nem julgados, nem executados, pelo contrário, desfrutaram tudo de que se apossaram, e esse tudo é muito mais do que Batuloza poderia sequer sonhar, talvez se entenda um pouco a razão do enforcado ainda viver, tanto tempo depois, na lembrança do seu carrasco, porque o carrasco parece ter uma espécie de remorso por aquela execução.

MAKONGO, O MAU-DOS-MAUS, GUERRILHEIRO FILHO DE PÁSSARO

A primeira vez em que se refere ao guerrilheiro chamado Makongo, Kene Vua usa, para denominá-lo o epíteto Mau-dos-Maus, que lembra, apontando num sentido inverso, fórmulas de um dos credos cristãos: *Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro*. “Antes que o Mau-dos-Maus viesse me render no destacamento e adiantasse pôr as conversas no chão, sonhos e tudo mais quanto era de sua desgraça dele, filho-de-pássaro-da-fome [...]” (LR, 19) Como acontece com outros personagens, essa primeira menção não traz esclarecimentos, traz questões ao leitor. Por que Mau-dos-Maus? Qual era a desgraça dele? Qual a razão de ser chamado “filho-de-pássaro-da-fome”?

Neste primeiro livro ele ganhará duas menções mais, ambas durante o julgamento de Batuloza. Quando o acusado apela com o olhar aos, até há pouco, companheiros, encontra “[q]uietos, sem tom nem som, os do Makongo, dito o Mau-dos-

Maus, pambala, um menino pioneiro de maldades” (LR, 39). Mais questões: o que é pambala? Segundo o glossário: “[i]ndivíduo que sofre de uma doença induzida por uma ave, a águia” (LR, 135), o que continua sem esclarecer a razão da palavra servir para qualificar Makongo. Por que “menino pioneiro de maldades”? Apesar de haver tanta associação do personagem com a maldade, a menção seguinte mostra-o num gesto solidário, ajudando Batuloza a se levantar do chão. “‘*Balumukenu!*...’ [Erguei-vos!] — deu mão, voz e aviso o Mau-dos-Maus, de seu sofrimento de órfão tirava bondade desconhecida dele mesmo.” Até o narrador parece se surpreender “naquela ajuda de mão fraterna” (LR, 42, vale para a anterior) em que Makongo “tirava bondade desconhecida dele mesmo”. Vale assinalar que a ajuda do guerrilheiro, a mão solidária, foi aproveitada pelo traidor como ponto de apoio numa frustrada investida contra o comandante. Ou seja, a bondade do Mau-dos-Maus serviu à maldade do Batuloza, acrescentando ambiguidade e contradição aos questionamentos que já ocupavam o leitor. Vamos ver quanto pode ser esclarecido no segundo capítulo do segundo livro: “Eme Makongo, Mau Pássaro, o Mau-dos-Maus” (LG, 27-40)

Sobre a atuação de Makongo como guerrilheiro, Kene Vua será muito econômico em seu registro. O capítulo dedica muito mais espaço à “narração dos sofrimentos” e à especulação sobre seu possível destino posterior à guerra do que à sua atividade na luta de libertação nacional. É lembrado, por exemplo, como muito capaz em identificar os perigos ocultos e as surpresas nas picadas que os guerrilheiros precisavam percorrer.

Neste tempo agora, ele, Makongo, cheirava o chão, mata e ar, mas sempre queria se vanguardiar, todo voluntário em itinerário perigoso. [...] Porque três vezes o voo da mina, por perto ou por longe, e ele já se cambalhotava no pó, placado nos zungais depois do estoiro. No minuto de antes saquelava, era quimbanda de perigos. [...] E assim, junto com o Batuloza (o que era ainda nosso bom sapador antes de virar traidor pendurado no vento) nossos pés xacatavam ligeiros por trilho aberto ou mesmo picada de roça. (LG, 28-29)

Abria o caminho, adivinhava (“saquelava”) o ataque, ajudava no trabalho da vanguarda ao lado do sapador. Os guerrilheiros acreditavam que tudo isso era feito sob proteção de seu espírito tutelar, sua miondona, o holococo, ou seja, a águia. “Se diz que nessas horas ouvia-se sempre o piado do holococo voando muito alto.” (LG, 29) Era muito discreto a seu próprio respeito, raras vezes usava o eu, *eme*, *ngi*, em quimbundo (cf. Nascimento, p. 48). “Ele mesmo, de sozinho, s’apresentava: / — Eme, Makongo! Mau pássaro, o mau-dos-maus... / O máximo que ele se falava, isto era. De resto, só plural de todos, nósoutros. (LG, 29)

Daí o espanto (“Ele, afinal, falava o eu, eme, ngi? De si, único?”) de Kene Vua, uma tarde, em que olhava para as águas de mais um rio.

Makongo estava comigo, assentado em seus calcanhares, a velha carabina ao alto. Atirou uma pedrinha, o rio assustou, parou. / — Kene Vua?! Eu soffro... / Ele, afinal, falava o eu, eme, ngi? De si, único? Por detrás do bigode, ele era sério, era simples e forte. Vi e calei, sorrir era proibido, falar muito menos. Esperei, quedo. (LG, 29-30)

Makongo conta sua vida e seus sofrimentos ao companheiro. Sua mãe lhe dizia que ele era filho de um pássaro que a engravidou “num ano de muita fome na barriga, ano de praga de gafanhoto” (LG, 31). Depois faz um relato de sua infância, relato típico, exemplar da situação colonial. Fala do ódio que tinha ao filho do capataz, que morava ao lado da escola e usava sem necessidade a bicicleta só para humilhar os que vinham da sanzala, no pé do morro, e tinham uma longa subida para enfrentar. “— Pretos a pé!...”, era o que ele lhes dizia fazendo evoluções com a bicicleta. Outra figura, igualmente típica e odiada por Makongo era “a professora — uma mulata-de-roça, sonsa, de olhos no chão em casa de patrão, de mamãs ao alto ali, abusiva de queixo e palmatória”. Era ainda criança quando começou o levante contra o colonialismo. “Nosso pai, meu tio, irmão de nossa mãe, é quem vingou minhas vergonhas, no menino Felito já tinham lhe matado, estrangularam. Estava atirado no chão da escada da porta da casa dele, eu vi bem. Torto, naquele cacimbo da manhã; seus pais, quartejados [...]”. Apesar de dizer que o tio tinha lhe vingado as humilhações, ele não estava satisfeito, queria participar da matança, tinha um inimigo particular. “Só a bicicleta estava viva, me esperava. E eu fui buscar faca da cozinha, rasguei pneus, parti-lhe toda a martelo, pau e pedra. Até ficar com o garfo dela, só. O que ficou espetado no peito do meu inimigo até hoje.” (LG, 32, vale para as anteriores.) O tio o tirou dali para não “me matarem também nos brancos saídos no Sasa”, salvou-o, segundo ele conta, levando-o montado em suas costas enquanto voava. A partir daí passou a viver junto aos guerrilheiros.

— Corri matas e muxitos. [...] Travessei tantos rios, para cima e para baixo, já nem sei mais seus nomes... / Até hoje, ali, neste destacamento do Kitote, sou o guerrilheiro Makongo, cresci pioneiro da revolução na base “Tomás Ferreira”... / — Kene Vua!... Sofro, camarada. Saudade de bicicleta... (LG, 33, também a anterior.)

Fala dos sonhos constantes com a bicicleta, está andando nela, surgem bocas nos pedais, mordem-lhe os pés, surgem bocas no guidão, mordem-lhe as mãos. Lembra ainda o dia

em que dissera na escola que havia sim, a palavra bicicleta em quimbundo, era *kadimbula*, *karimbula*, como lhe ensinara o tio.

[...] quando eu falei a palavra *kadimbula*, a menina Zeza me pôs de castigo dos joelhos nos bagos de café: / — Estás a matubar-te, tás? Já vais ver... / Foi buscar a palmatória, o Felito veio e rosnou: / — Catimburro é que tu és, escarumba! / Nunca mais vai falar assim, é pena: gostava de lhe matar eu mesmo; sempre; todos os dias. (LG, 36-37)

Essa foi a *narração dos sofrimentos* que Makongo fez a Kene Vua. Aquela confidência foi um momento único, não repetido. O narrador percebe isso quando vê frustrada uma tentativa de dizer adeus, que será, sem que eles ainda saibam, um adeus definitivo.

E eu, agora, antes de sair embora (com Kibiaka e Kizua-Kiezabu) na minha missão no Kwanza, recebida na Zona-A, fui-lhe procurar para despedir com ele. Chamei-lhe: / — Makongo!... / Não aceitou; virou as costas. Desceu no rio, vi-lhe entrar no ninho de folhagem daquela última mata da sua vida. / Nunca mais lhe dei encontro. / Escreveram que morreu em combate, na Frente Leste, em 1972, sem deixar cadáver. (LG, 37)

O fato de desaparecer “sem deixar cadáver” autorizará, anos depois, Kene Vua a pensar que ele talvez ainda esteja vivo. Acontece ao ler notícia sobre um antigo combatente que se atirou de um terraço dizendo que seu nome era “Kinjila Kadimbula” (Kene Vua deve ter lembrado da bicicleta) e que ia voar. Caiu sobre um colchão, perdeu uma perna, mas sobreviveu. Usava uma prótese de madeira decorada de cima a baixo com desenhos gravados de penas de águia. Por fim se pergunta: “¿ o pássaro holococo, nossa águia, a que esvoaça planalto, terra e serra, céus seus de Cabinda ao Cunene, poderá não ser meu camarada, o Makongo, o mau-dos-maus?”, e pensa na resposta que lhe daria o avô: “— *Kiene muene! Mutu, njila; njila, mutu...* [Claro que sim. A pessoa é pássaro, o pássaro é pessoa...]”, e naquela que lhe daria o pai, assimilado: “— *Kana, ngana* [Não senhor]: não pode. Um homem honesto não voa...” (LG, 39, também as anteriores). Dividido entre a resposta da tradição e a resposta quase racional (por acaso o pai está dizendo que voam os homens desonestos?), pensa no companheiro entre “rio e chuva, a vida dele escorrendo dentro dessas águas; ouço o eco da sua tosse nas matas da minha vida” e, na dúvida, aceita as duas respostas.

Entre as malhas da onça do desenho na areia, ele é o que vai à esquerda do comandante, na frente. Kene Vua dá um último instantâneo da sua figura à luz crepuscular: “no sol poente assim parece: Makongo, o Mau-dos-Maus, filho de pássaro, uma sombra de anjo com asas, ele leva sua arma atravessada na nuca, os braços abraçados por cima” (LG, 104).

Tinha nove anos em 1961, quando matou a bicicleta, e vinte em 1972, ano de sua presumida morte em combate.

FERRUJADO E KADISU, A SANTÍSSIMA DUALIDADE CHAMADA ZAPATA

O dogma católico define a Santíssima Trindade como a presença de três pessoas distintas (o Pai, o Filho, o Espírito Santo) que constituem o único Deus. A “santíssima dualidade” (LG, 63) mencionada por Kene Vua também pode ser definida de maneira semelhante: dois camaradas (Ferrujado e Kadisu) que constituem um único guerrilheiro, Zapata chamado. Surgem ligados no primeiro livro, votando no julgamento do Batuloza: “o Farrapado e o camarada Kadisu como que falavam calados lá na vida deles, sentados junto” (LR, 39). Neste livro aparece a variante Farrapado, que depois assumirá outra forma, Ferrujado. É a única menção a ele no primeiro livro. Kadisu ganhará outra referência. Quando os guerrilheiros se voltam contra Batuloza e o espancam após tentativa deste contra o comandante, o professor Ferós impede que continuem, lembrando os serviços que ele já prestou à guerrilha, “calando o ódio de olho único, no camarada Kadisu” (LR, 43). Pelas três menções o leitor só saberá da existência dos personagens, e que fazem parte do grupo daquele grupo, têm uma vida comum deles e a Kadisu falta um olho. Para saber mais, juntos e separados, é preciso ir a *O livro dos guerrilheiros*, ao quarto capítulo “Zapata, melhor dizendo: Ferrujado e Kadisu” (LG, 55-80).

Os membros da santíssima dualidade têm em comum o local do nascimento: o vale do Loji, ou Loje. Em localidades diferentes, em anos muito separados, mas no mesmo vale. Moisés Mezala, que depois seria o camarada Ferrujado era de “Tundamunjila, nome em tempo de paz de um quimbo onde fora nascido” no ano de 1935. Mateus Vélinho Madeira, mais tarde o camarada Kadisu, nasceu dezessete anos depois, em 1952, em “Kunga Mabaia, nome de tempo de guerra, sanzala ardida e abandonada” (LG, 61, também a anterior). Antes de se encontrarem, o que só se vai dar em 1966, Mezala Moisés participou dos ataques no norte de Angola: “— vinha de 61 e ainda estava vivo! — ” (LG, 67), admira-se Kene Vua. Tinha então 26 anos. Trabalhava para um patrão que tratava igualmente mal capataz branco e trabalhadores negros. O capataz vivia com uma mulher negra e tinha três filhos mestiços. Seu nome era Emiliano, mas os negros chamavam-lhe Kazutu. Moisés, amigo dele, chegou a preveni-lo do ataque, fez-lhe mesmo uma proposta: “*Sô Kazutu, és capaz de matar teu*

patrão?...”. Embora o capataz diga “Tem homens que valem menos que um molho de capim. Nem uma cabra alimentam...” (LG, 70, vale para a anterior), não responde sim nem não. Morto o capataz e a mulher, os filhos estavam em Luanda, Moisés vai para a luta levando a espingarda caçadeira e o livro dos registros da cantina, pertencentes ao capataz. Embora não soubesse ler, carregaria esse livro sempre consigo.

[...] em 61: chegara de noite, bem vestido de calçado, trazia então Moisés Mezala debaixo do braço a velha caçadeira [...] e uma caixa de cartuchos; um relógio, roscófe, [...] e, embrulhado em folhas de bananeira, como quicunga pouco redonda, pacote misterioso, um livro. (LG, 74)

Talvez ao ter escolhido, em sua associação com Kadisu, o nome Zapata, tenha se lembrado daquele outro Emiliano, que tinha o mesmo primeiro nome do revolucionário mexicano. É de assinalar neste episódio a sua capacidade de perceber que o conflito não era necessariamente delimitado pela cor da pele: havia brancos, como o Kazutu, que mereciam a confiança da amizade.

Os dois naturais do vale do Loje vão se reunir aos outros guerrilheiros depois de se encontrar em circunstâncias improváveis.

Tinham chegado juntos em 1966, no nosso quartel de Ngalanza. Evadido da [...] base upista do Kinguari-Kandua, nosso camarada Ferrujado trazia, perdido em sua sombra, um estreitinho muzangala, um miúdo aí de uns catorze anos, manco de um olho, já camões. E armado até aos dentes: camuflado, cantil e cartucheiras, sua quilunza era uma *Thompson*, americana. [...] / Pois não é que, em sua sisudice, na base-acampamento upista do Kinguari, nosso camarada Zapata Moisés Mezala, entanto que prisioneiro, ainda dera de cambular [...] um jovem guerrilheiro da UPA? (LG, 63)

O trecho também explica “o ódio de olho único” dirigido a Batuloza pelo “camarada Kadisu” e mencionado em *O livro dos rios*. No mesmo ano da chegada, Kadisu ouviu o comandante Ndiki Ndia falar do revolucionário mexicano Emiliano Zapata. Deve ter repetido tudo a Ferrujado e o nome conjunto foi, a partir daí, adotado. Quando algum superior convocava apenas o guerrilheiro Kadisu, ou apenas o camarada Ferrujado, “eles se olhavam um no outro, olhavam nos outros, os outros — nós! — neles e o vento ficava-se a ouvir levar voz e eco dos camaradas responsáveis”. Era preciso que a “voz de ordem” bradasse “— Guerrilheiro Zapata!” (LG, 62, também as anteriores) para que eles atendessem.

E se levantavam logo-logo os dois. Vinham os dois; recebiam os dois a fala, a crítica, coisa de ouvir ou calar, ou recado ou tarefa. Mas, se como assim era ordem de um só cumprir, então nosso comandante é quem tinha de nomear, designar — eles ficavam ali, quietos; mudos e surdos, esperavam. [...] / [...] De sozinhos, eles mesmos não aceitavam se escolher: estragava a amizade. Então, nessas horas, escolhido o um, o outro se sentava. Tão quieto que as

sombras dos paus lhes faziam desaparecer na confusão do acampamento. Só na hora que o designado voltava e lhe tocava no ombro ou na cabeça, o outro voltava no trabalho, ou na fala, ou qualquer coisa — até ao regresso, não servia para nada, estava morto, ia com quem ia a alma dele. (LG, 62-63)

Essa singularidade, os dois guerrilheiros que eram um só, acabou por ser aceita funcionalmente.

[...] reunidos, nossos responsáveis desistiram de lhes dar tarefas individuais. No grupo, em secção ou reunião, na coluna, eles eram as duas mãos que lavavam se e lavavam a nossa cara: corajosos e fiéis guerrilheiros, para vitória ou morte. Até que, em acções e missões, chuvas e fomes, fugas e emboscadas, a gente esquecemos, aceitamos: eles eram a santíssima dualidade, sempre às duas por um, o dual, o tu-e-tu; e, mesmo que queríamos no nosso quimbundo, para gritar-lhes de *enu'ó* estava a faltar pessoa; para o *eie'ó* estava sobrar... (LG, 63)

Kene Vua recorda-se de uma parada na missão rumo a Kalongololo, descanso debaixo da copa da mutalamenha, sob a qual os guerrilheiros improvisaram acampamento. Destaca na lembrança os camaradas Ferrujado e Kadisu em silenciosa harmonia: “eles, sentados, nos olhavam mangonhosos e calados. Sem precisar mais pôr suas conversas no chão, cadaqual ouvia o que cada um calava: de cada vez, quando um ria, outro sorria” (LG, 66-67). Recorda as atividades em que os dois camaradas se ocupavam ao mesmo tempo em que esboça um quadro do cotidiano dos guerrilheiros. Kadisu, alfabetizado, “curioso perguntador como era”, lia uma cartilha do Centro de Instrução Revolucionária.

“Quem foi a rainha Jinga?” — e a pergunta virava logo-logo resposta dele mesmo, de cor, resposta de cartilha fechada: “...fez a unidade dos povos de Angola, se aliou mesmo com os flamengos para lutar contra o colonialismo português. Lutou toda a sua vida de 100 anos até na hora da morte.” Nosso camarada Ferrujado, na caladez dele, sempre não desmentia pergunta-e-resposta; corrigia só, quase medroso de sua analfabeteice: “*Nzinga!*” Sorria, o outro guardava a cartilha no sacador. “*Não é Jinga... É Nzinga Mbande a Ngola Kiluanji Kia Samba.*” Calava, parecia silêncio de pedir desculpas, autocrítica. / Agora, ali, Moisés Mezala, nosso mais velho camarada Ferrujado [...] limpava, em suas calmas, a inútil caçadeira; o Kadisu, pequenininho, perdido em tanta luz, esse esfregava a esperta carapinha com suas folhas de jilandundo, se lavava a seco. [...] na sombra da enorme mutalamenha cadaqual morava agora na luz do outro: malembemente viravam uma sombra só, de dois corpos, e na cada coisa que eles faziam separados, tudo era junto, igual: limpar caçadeira, limpar cabeça, seus braços mãos desenhavam uma só figura. Não tinha mais ali Mateus Vélinho perdido na sombra de Moisés Mezala, não tinha mais cada um, um só eram. Percebi, então, naquela hora, amizade deles. (LG, 67-68)

Uma das características dessa relação parece ser a complementaridade. Enquanto o jovem Kadisu, em sua curiosidade pelo conhecimento que a leitura pode lhe dar, mostra-se ligado ao novo, ao moderno, o analfabeto Ferrujado reequilibra o moderno

com o peso da tradição, dando a forma em quimbundo para designar a rainha Jinga. Mas Kene Vua vai escavar nos tipos de amizade até encontrar a que melhor vai definir aquela que une o guerrilheiro Zapata.

Que não era só amizade de luta e camaradagem, a de todos, simpatia de juntos vivos ou mortos. E não era amizade-de-irmão, a que pode ainda dar peleja, fraternidade; menos aquela só amizade de lutar juntos, solidariedade nas disputas. E um não era igual do outro; nem um era como o outro ou contra o outro seu contrário; menos o de um a favor do outro — cumplicidade. Amizade deles era lisa, descomplicada [...]. Porque tudo o que passava era só assim, mais nada, era como era, mais nada. Como dois bichos, humanos animais, de antes de se saber falar e discutir: eles ainda se tiravam piolho um no outro, sem cafunar nem nada. Assim: animais da mesma ninhada. (LG, 68)

Esses inseparáveis “animais da mesma ninhada” que formavam a santíssima dualidade vão ser, contra a vontade, separados para sempre pelas contingências da guerra.

Porque, naquela manhã do ataque traiçoeiro dos flexas no Kididi Kitubia, Ferrujado morreu. [...] Já a negra terra o abraça. Em Tundamunjila estarão as mulheres a arranhar as faces de dor xingulando o chão pátrio delas, frente à casa órfã, meio construída de adobes enfubados secos de pouco sol, nunca habitada. (LG, 75)

Kene Vua, ao dar notícia da morte e do enterro do camarada, fala também na velha caçadeira, “que lhe enterramos hoje com ela, inútil arma de herói morto” (LG, 74), e imagina os ritos tradicionais que ele mereceria na sua terra, entre seus parentes.

Sobre o fim do camarada Kadisu, não consegue dar notícia exata. Ouviu falar dele, notícia certa, em 1976, como dono de um quiosque no Uíge. Ali, o curioso perguntador vendia livros. Anos depois foi procurá-lo e encontrou o quiosque vazio, abandonado, e ninguém dava notícia do que havia acontecido com ele. “Nos que perguntei saber me olhavam com coração desconfiado [...]” Já havia passado pelo vale do Loje, mas não encontrou a sanzala Kunga Mabaia, queimada pelos portugueses em 1962, pela FNLA em 1975, pela UNITA em 1982. No Uíge, Kene Vua procurou a polícia política. “Tive de ir no Zeca d’Olim, da DISA local. *‘Procuras quem?... E porquê?... Praquê?...*’ Mal que disse o nome, devolveu-me: *‘Porra, esse?! O camarada Kadisu? Lhe faleceram no Leste em 68, junto no comandante Hoji ia Henda...’*” (LG, 77, também a anterior.) O agente da Informação e Segurança, antes de responder, primeiro faz perguntas. Parece também desconfiado, como aqueles a quem Kene Vua havia interrogado antes. E sua resposta é desinformação, Kene Vua sabe. “Como então talvez? Podia, em 68, morrer em combate, lado a lado com Hoji ia Henda e, em 1971, lado a lado comigo fugir no ataque dos flexas na base improvisada do Kitubia?” (LG,

79-80) Kene Vua ainda se pergunta se aquele “zarolho-camões, buliçoso e estreito cambuta, estudioso de tudo o que é papel escrito” vai reaparecer um dia. “Para felisfim e em faz-de-conta de camaradagem, aceito. Mas até hoje, oiço muito bem o que falou meu amigo Zeca d’Olim: ‘*Perigoooso!... É perguntador demais, incorrigível...*’ / A morte, afinal, deve de ter lhe corrigido.” (LG, 80, vale para a anterior.) A resposta de Kene Vua admite a esperança do ressurgimento, mas parece mais inclinada a considerar a onda de repressão que se seguiu aos acontecimentos de maio de 1977, ao lembrar o comentário do agente da DISA (“*Perigoooso!... É perguntador demais, incorrigível...*”). Não percamos de vista que a última notícia positiva obtida sobre Kadisu é de 1976.

No desenho da areia, nas malhas do pelo da onça, os dois guerrilheiros ainda marcham juntos, embora um deles já esteja morto.

[...] na retaguarda, flanqueando, se na esquerda, de sacador nas costas, é o camarada Ferrujado, o do vale do Loje, pai das laranjeiras? Não pode, morreu ontem, está na terra fria da mata onde que caiu. Mas vai aqui no grupo, para Kalangololo, não posso duvidar: raio de sol ainda agora explodiu o vidro do relógio que recuperou no branco Emiliano e esses relâmpagos cegaram meus olhos até lhe ver melhor, connosco ali: riso sisudo, sério em tudo, o camarada que sempre calava. Porque, lado direito da coluna, o Kadisu, o quer-respostas, vai agora calado para dentro, até morrer também um dia destes. (LG, 105)

A morte de Kadisu não fez apenas calar o perguntador incorrigível, como disse o agente da DISA; o “quer-respostas”, no dizer de Kene Vua. Reuniu os inseparáveis amigos, “animais da mesma ninhada”, refez, junto aos ancestrais, o guerrilheiro Zapata.

CELESTINO MBAXI, KAKINDA BASTIÃO, O HERÓI DOS CINCO COMBATES

Este guerrilheiro, Celestino Sebastião, o que inicia a galeria de retratos reunidos por Kene Vua, é um personagem exemplar, um herói positivo. Tal condição já está literalmente declarada na frase de abertura, espécie de verso inaugural de epopeia antiga. “Cantarei o *herói*, o que sempre *exemplificou* seu povo, vida e morte e luta, o dos cinco combates.” (LG, 13, *itálicos nossos*.)

O personagem é mencionado duas vezes em *O livro dos rios*, seu nome ali aparece numa variante: Celestinho. É um dos guerrilheiros participantes no julgamento de Batuloza. Kene Vua se interroga sobre quem teria aludido, naquela ocasião, à disciplina da guerrilha. Talvez tivesse sido o próprio comandante. “Ou era, foi, monitor político Celestinho Mbaxi, o que em traição nossa era o nosso querido camarada Kakinda Bastião?” (LR, 38) Condenado o réu, os guerrilheiros discutem a forma de

execução e Celestino rebate proposta feita para morte por afogamento. “E que não, nunca, não devia de se sujar nossos rios [...]. Com Celestinho Mbaxi, monitor, devolvendo esta proposta do Kizuua-Kiexabu, este calou logo [...].” (LR, 42) Nos dois momentos Celestino é representado por ações: teria falado a respeito da disciplina, refutou de fato a proposta de afogamento, mas não há qualquer outra informação sobre ele. Vejamos o que será possível apurar de sua atividade como guerrilheiro no primeiro capítulo “Celestino Sebastião (Kakinda), de Tenda Rialozo” (LG, 13-25). Até aqui o leitor sabe muito pouco, não mais que um nome e uma localidade.

A voz narrativa que descreverá essas atividades será a do próprio guerrilheiro em discurso direto, recuperada de uma entrevista feita em 1967. Nela ele vai narrar não apenas os sofrimentos, também os cinco combates em que se envolveu antes de se incorporar definitivamente à guerrilha e ao Movimento, uma espécie de pré-atuação revolucionária iniciada quando ele tinha apenas doze anos. Nessa ocasião, em 1939, garotos atacaram cipaio que levavam prisioneiros a caminho da deportação. Note-se a tática empregada, típica da guerrilha. Note-se também o caráter de líder do personagem (“*reuni todos os colegas*”) e o reconhecimento, pelos adversários, de que o garoto já era um inimigo político.

Quando vieram lhes prender reuni todos os colegas e lhe emboscamos nos cipaio que lhes levavam nas cordas, a pé, para castigo. [...] Desconsequimos de lhes libertar mas minhas pedradas fizeram um zarolho-camões para sempre, o cipaio Kindungo, do Piri. Fugimos nas matas, esse combate fez-me sair da escola. [...] Quando m'agarraram, meu castigo foi de palmatórias e me mandaram na apanha do café nos Cunhas, dois seis meses. Disseram que era uma criança saliente, isto é, um político. (LG, 18)

O segundo combate é um ataque contra a Igreja Católica, um dos pilares da ordem colonial. É dirigido a um catequista que andava intrigando e atacando o grupo de protestantes que se reunia clandestino na mata. Foi mais uma ação coletiva, mas o agente colonial sabia o provável cabeça, esse foi o único castigado. Por essa altura Celestino tinha 21 anos.

Então nós, da escola dominical, adiantamos. Queimamos os catecismos dele. Passei um ano nas cordas, voluntário de abrir a estrada que ia sair no Úkua até no Kaxitu. O chefe só prendeu-me a mim. Que metia o nariz onde não era chamado, que era intelectual.

Aos 24 anos, em 1951, depois de limpar um trecho de mata e plantar roça de café, viu a plantação tomada pelos brancos. Encontrou em sua terra tabuletas que anunciavam o

novo proprietário. Esse terceiro combate alcança um novo patamar de violência, que o obriga a tomar um novo rumo.

Uma noite, embosquei o empregado que vinha na sanzala namorar, e deixei-lhe amarrado nas tabuletas para os bichos lhe comerem. Não sucedeu nada; receberam minha lavra de café, fugi em Luanda. Andaram me procurar nos lados de Ambaca, para lá de Kamabatela, diziam que eu era requerimentista, político. (LG, 19, para as duas.)

O combate seguinte é à véspera da guerra de libertação. Trabalha como marceneiro no Banco de Angola, faz cópias de panfletos e as distribui, frequenta os nacionalistas. É despedido por ocasião da Páscoa de 1959, momento em que há a primeira grande onda de prisões políticas. Alegam para a dispensa “*que era amigo de mulatos e assimilados, músicos. Se queria ser calcinhas como eles? Insultaram-me de político da merda, com muita sorte*”. A sorte parece aludir ao fato de não o enviarem também à prisão. Assim que acontece o ataque às cadeias, ele deixa a cidade (“*Fugi de Luanda na madrugada do 6 de Fevereiro de 61 [...]*”, LG, 20, vale para a anterior) rumo ao Norte, participa dos ataques aos brancos, é o que ele chama quinto combate. Dá um vivo quadro da beligerância inicial, anterior à contraofensiva dos portugueses. Salazar ainda estava ocupado eliminando focos de oposição e golpismo em suas forças armadas.

O último combate, o quinto. Onze de Abril de 1961, meio dia e meia. [...] Atacámos; os brancos estavam nos esperar entrincheirados, sacos de areia e metralhadoras viradas às picadas; a gente viemos pela estrada que saiu em Luanda. Combate valente. Nosso comandante, o camarada Kalembua recebeu um tiro do peito, lado-a-lado. Mesmo assim berrou: “Vitória ou Morte! Venceremos.” Combatemos horas e horas. Até que acabou; esvaziámos os armazéns, carregámos mantimentos e as munições nas viaturas abandonadas. O povo nos receberam com muita alegria. Nesse combate morreram mais de vinte brancos, outros fugiram, nossos morreram doze. Muitos feridos incluindo nosso comandante, camarada Kalembua, não morreu, acabou de se salvar. (LG, 20-21)

Depois fugiram para as matas, começava a luta sem descanso. “*Atacávamos os tugas, os tugas nos atacavam. É só miséria, a guerra.*” (LG, 21) Os desertores do exército português que se juntaram a eles começaram a dar um rumo aos grupos sem organização. Não havia apenas os portugueses para combater, era preciso defender-se da UPA/FNLA que, após alguns contatos iniciais de entendimento, mudaram de atitude. “*Eles depois, massacravam, punham controles nos vaus, controlavam, roubavam. Se é para roubar as armas matavam mesmo.*” (LG, 22) Celestino Sebastião também participou da duríssima experiência de atravessar o Norte de Angola até chegar a Brazzaville, escapando de perseguidores portugueses e da FNLA.

Ao final a voz é devolvida a Kene Vua, e ele, como um rapsodo, fecha seu canto relembrando e reforçando a condição exemplar do herói.

Cantei, então, o herói dos cinco combates, aquele que antes de nenhum outro, banido pelo colonialismo, veio dessas margens de seu rio Úkua, de sua sanzala de Tenda Rialozo, conduzindo o povo para as matas do Norte e arrivando depois a Brazzaville: durante muitos anos peregrinou rios e vaus, semeando palavra e exemplo.

Recorda também que esteve lado a lado com ele no julgamento de Batuloza.

“D’acordo com a disciplina da guerrilha?!...” — oiço-lhe sempre, me interrogava calado naquele dia, naquela mata antiga, no Kialelu de mui bonitas braboletas e água. Queria ele só justiça do povo? Eu, fanfurras de quem mora no mar, justiça para o povo? Ainda hoje não sei se sei.

Kene Vua fecha sua celebração do herói, mas deixa ainda uma questão em aberto.

Mas canto a Celestino Mbaxi, aquele que, em tradução limpa do nosso quimbundo, era o nosso quieto camarada Kakinda Bastião, o mais-velho, monitor, herói dos cinco combates. Os combates que voaram já no mujimbo pelas matas, correm ainda em muitas cantigas, sempre esperam coragem de grupo de carnaval. / Mas só quando secarem os rios, vamos saber a verdade. (LG, 25, vale para as anteriores.)

Ele já havia mencionado antes, ao fim da transcrição da entrevista (“A verdade? Aqui me calo.”, LG, 24), seu posicionamento sobre a aludida verdade, a ser descoberta “quando secarem os rios”.

A intervenção de uma terceira voz narrativa será necessária para desvelar alguma coisa do destino do camarada Kakinda Bastião, diante da recusa do narrador em tocar no assunto. Numa nota de pé de página o A., essa figura que diz ter ouvido os relatos de Kene Vua, dá ao leitor a informação, também inconclusiva, abaixo transcrita.

Em 27 de Maio de 1977, pelas seis horas e quarenta e cinco minutos da manhã, ao sair da sua casa sita na Rua das Flores, aos Coqueiros, Sebastião Kalinda [*sic*], ex-guerrilheiro e monitor político do MPLA na 1.ª região, desapareceu antes de chegar ao “Baleizão” onde ia regularmente, pela porta do cavalo, buscar pão. Nunca mais foi visto, vivo ou morto. Se vivo for, algures, terá cerca de oitenta anos e muito que contar; se for morto, seu espírito morará seguramente naquele pau de mutete grande, à esquerda da mata do Zaquela, onde fez tonga para roça própria, junto às lavras de sua família, na sanzala de Tenda Rialozo. Não lhe conheci pessoalmente; e a única vez que lhe vi foi em Luanda, em Agosto de 1975, ao pôr do Sol. Estava a rir às gargalhadas para umas palavras d’ordem escritas na parede da igreja da Praia do Bispo. Uma dizia assim: “Holden, o Cristo de Angola!”; e, por baixo, a vermelho: “Se Deus existe, é do MPLA.” (N. do A.) (LG, 24)

É mais um personagem-guerrilheiro que, como Kadisu, vê-se colhido pelos conflitos de maio de 1977. A imagem final que o leitor tem dele é demonstração inequívoca que

tantos combates e tantos anos de guerra não foram capazes de acabar com seu senso de humor, uma demonstração de seu gosto pela vida.

NDIKI DIA, ANDIKI, HENRIQUE DIAS, IDOLATRADO COMANDANTE

Comecemos pelas qualificações dadas por Kene Vua ao “seu sempre idolatrado comandante Ndiki Ndia” (LG, 59) e que formam um retrato fragmentário, espécie de mosaico incompleto da figura. Ele será “nosso comandante na vida e no sonho” (LR, 29); “aquele calado cafuso, o que tinha tabucado rios, vaus e massanganos” (LR, 38); “meu sempre comandante Henriques Dia, o da boa-memória” (LR, 40); “Henrique Dias, nosso camarada, era para conclusões — era comandante” (LR, 48); “nosso ex-seminarista comandante” (LR, 44); “paciente ex-seminarista” (LG, 62); “sua voz de seminário” (LG, 104); “camarada assimilado” (LR, 51); “aquele homem velhecido tão menino que a gente chamava no clandestino era ‘o engenheiro’ [...] calado na paz, [...] nas emboscadas [...] sempre era berrador e cantava o hino de quebrar as algemas” (LR, 54); “usava um bigodito de sorrir” (LR, 55); “com sua sisudez e bigode e silêncios construía um camarada. De qualquer material ele fazia: criminoso criminal, até” (LR, 57); usava “velhas calças do camuflado, [...] tocareva no cinto” (LR, 59); “o camarada comandante Andiki-Ndia, esse que foi o espírito dum tetravô dele, libertador de Pernambuco nos mafulos anteontem, contra os tugas amanhã” (LR, 119); “nome dele de candomblé brasileiro mas espírito angular (era muito disciplinador, abaixo o liberalismo!)” (LR, 122). Outra sua característica referida mais de uma vez era a tosse: “Ndiki-Ndia já vem subindo do acampamento; tosse, de contra-senha” (LR, 20); “gaguejava o pigarro da tosse crônica das matas” (LR, 38); “[o]uviu, tossiu, criticou” (LR, 55). Mostra agilidade quando, no julgamento, após aceitar a mão estendida de Makongo, “o Batuloza [...] voou para a cabeçada, [...] nosso comandante, o de pé e sereno, só mexeu seu magro corpo, esquivou sem levantar voz ou ordem” (LR, 42-43).

Quando Kene Vua entra para a guerrilha, conhece logo este seu companheiro, é recebido por ele, mas ainda em outra posição hierárquica: “ali, naquela base de acolhimento, não era o camarada comandante Andiki-Ndia, [...] [n]ão era ainda o nosso comandante descido por rios e vaus para abrir nova zona anos depois, era só monitor político Jobe” (LR, 118-119), mas será ele quem dará ao recém-chegado, depois de ouvir a história da fuga aos fuzileiros na barra do Kwanza, meio zombeteiramente, o nome de guerra *Sem Azar*.

Uma cena que mostra com nitidez a inteireza do caráter do comandante, de como ele é suficiente seguro de sua posição para admitir aprender com um subordinado, transcorre entre ele e Kene Vua. Convencido pelos argumentos e ponderações do guerrilheiro, volta atrás no que havia decidido para a execução do já condenado Batuloza.

Muito antes que os pássaros acordassem o dia, [...] fui lhe procurar no comandante Andiki [...]; falei, lhe adiantei logo os mujimbos, murmurares e boatos. Propus: por isso que só nós, a gente os três do julgamento, devíamos de estar lá em baixo, na hora, na honga perto do ribeiro, depois do muito, à entrada da mata do Kialelu, para cumprimento da justiça. “*Longe do povo, camarada comandante. A palavra guerrilheiro não vai sair embora no Batuloza, só com prova de roubo e inquérito, justiça...*” Ele riscou no chão, sem a bota, o não. Voltei-lhe: “*Precisa de dar o tempo de esquecer...*” E que, para esquecer, precisa mais é não assistir. Ele me olhou, sonojento ainda, hirsuto sem lavar boca nem raspar a língua: “*Enforcar longe do povo?! E a lição de exemplo?!*” E deu dois passos descalços para dentro do meu silêncio. Calou; pensou; matutou até sentar. Eu, de pé, calado, comia. “*Vai então!...*” — como quem, de dentro de si, estava parir outra voz. (LR, 52)

Mas outras vezes as opiniões se chocam e o entendimento não acontece. O contexto é o do pedido de mudança de nome de guerra feito ao comandante, após a execução.

E minha raiva de não querer mais falar, passava no comandante, eu provocava sombra dele se afastando [...]. Gritei, berrei: “*Porra!...*” Parou, meia volta volver. “*Porra!... Minha vida tem de mudar!...*” E ele, Henrique Dias, sempre comandante, sungou as velhas calças do camuflado, ajeitou a tocareva no cinto sem deixar de andar para mim: “*Não tem de mudar, Kene Vua! Tem de melhorar...*” — a gente falava sempre a mesma coisa das coisas diferentes, não adiantava. (LR, 58-59)

Assimilado, ex-seminarista, com as facilidades de ter um pai branco, o comandante vai mostrar mais de uma vez como é educado, mais que isso, mostra ser um intelectual. E é de notar a capacidade formadora (“com sua sisudez e bigode e silêncios construía um camarada. De qualquer material ele fazia: criminoso criminal, até”) e de comunicação com seus subordinados. A história do revolucionário mexicano Zapata, que ele conta ao jovem e curioso e perguntador Kadisu, tem as marcas da tradução de uma cultura na outra, propiciando o entendimento do interlocutor. Ao falar de “seus bonitos bigodes negros” compara-os com as “asas abertas do quilombelombe [corvo]”, introduzindo elemento da cultura local. O “belo sombrero” é traduzido como “quijinga de chefe”, seu grau de “comandante” e transformado na condição de “soba” (LG, 55, também as anteriores), o traidor que entregou Zapata aos inimigos é referido como um “flexa dos antigos” (LG, 57).

Kene Vua igualmente sofre ação pedagógica por parte do seu superior. Quando ele, escrivão da coluna, usa a palavra *cambular* para descrever o que Moisés Mezala fizera quando prisioneiro, ao se aproximar de jovem combatente da UPA, o miúdo Kadisu. “*Mentalizar, consciencializar, esclarecer... Kene Vua, vê lá o que escreves?*” — isto é aviso de dicionário de nosso saudoso camarada Andiki [...].” (LG, 64) Além dos avisos de dicionário, o comandante dá outras lições, cria, expõe máximas. “Ndiki Ndia: ‘— *Matar seu único amigo não é difícil; encontrar um segundo é mais...*’” (LG, 72) “— *Nunca deixes que teu coração vire joelho, para não teres de o dobrar...*’ — mais uma lição ensinada [...] nosso comandante Ndiki Ndia [...]. (LG, 73) Também é capaz de realçar aspectos não percebidos de uma questão. “*Deus tapa beleza da espiga de milho debaixo de suas próprias quifuacassas...*’ — digo eu. ‘*Só que esqueceu-lhe os cabelos de fora...*’ — ele, Ndiki Ndia [...].” (LG, 68) Quando Ferrujado volta à base acompanhado de Kadisu (“o muzangala”) armado com uma metralhadora Thompson, aparece a ironia ambígua no discurso dele. “*Troféus de guerra...*’ — classificou, na votação de todos, nosso comandante, camarada Ndiki Ndia. Se era a *Thompson* se era o muzangala não chegou de explicar [...].” (LG, 64)

Um momento de harmonia entre Henrique Dias e Kene Vua, os dois exilados saudosos de Luanda, será relembrado por duas vezes, e evoca, como já vimos, o salmo dos exilados na Babilônia saudosos de Sião que penduraram seus instrumentos nos salgueiros à beira dos rios. “[...] um dia, na hora de espreitar [...] nos olhos do [...] meu camarada comandante [...] [e]starei sentado nos meus calcanhares, escorregam as águas que têm de descer sobre as águas que vêm por Massangano, pendurarei minha calaxe, calada.” (LR, 31) A retomada da situação, quase ao final do livro, é mais explícita, esclarecedora.

[...] longe dos rios que vão por Massangano, nos acorámos, eu e o comandante Ndiki Ndia; e, fumando, nos lembrámos de Luanda; e numa quibaba-roxa que tem no meio dela, pendurámos as nossas calaxes, caladas — mesmo que aqueles que nos têm cativos nos peçam uma canção de berros e rajadas, hoje não, só vamos cantar na hora da guerra prometida. (LR, 125)

Não nos esqueçamos da menção aos “sôbolos sonhados rios” (LR, 9) da dedicatória do romance, que evoca também Camões, glosador do mesmo salmo intertextualmente citado. Esse não é o único salmo ou hino religioso presente no texto e relacionado à figura do ex-seminarista. As escrituras, estudadas durante sua formação, ainda se fazem presentes em sua vida interior. Exemplo disso é o momento em que ele concorda com Kene Vua a respeito da execução de Batuloza não ser pública. Depois da anuência, o

guerrilheiro ouve o comandante falar consigo mesmo “como quem, de dentro de si, estava parir outra voz. ‘*Quando escorregar meu pé, eles s’engrandecerão contra mim...*’ — ainda hoje não sei se ele se versiculou assim, nunca lhe conheci de protestante” (LR, 52). Ao estranhar a citação de tom bíblico, possivelmente versículo de um salmo, Kene Vua parece esquecer que um seminarista católico, do mesmo modo que os protestantes, também precisava conhecer as escrituras. Ao final do segundo livro, quando Kene Vua recorda a marcha que ficou representada no desenho das malhas da onça feito na areia, evoca a voz do comandante cantando em quimbundo um hino religioso: “[...] para ouvir [...] chegar até mim [...] a voz do camarada Andiki, nosso comandante Ndiki Ndia. É ele quem se sussurra na saudade da manhã de seus domingos, canta desafinado mas os espíritos da mata ouvem-lhe”. A tradução do hino, posta ao pé da página, traz versos e expressões que ficarão gravados na memória do narrador:

Em ti, Senhor, fazemos confiança! // A nossa vida já a demos à liberdade / Da nossa luta ainda não desistimos! // Mas tu, Senhor, é que és o nosso guia! // Os malvados já se curvaram, já caíram / Nós porém erguemo-nos, estamos de pé! // Mas tu, Senhor, é que és o nosso pastor! // Ainda não somos só ossos dispersos / Nossos ossos semeados como sementes! // Mas tu, Senhor, é que és o nosso juiz! // Vais tornar sagrados os ossos dispersos!
(LG, 102, vale para a anterior.)

No desenho da areia, o comandante tem uma posição destacada. “Por isso lhe ponho em meus riscos tal como ia, malha central, a maior, [...] iluminando toda a pele de nossa onça.” (LG, 103) Do seu destino após a independência há uma notícia extremamente sumária. Aparece no primeiro volume, quando Kene Vua lembra “longe do tempo [...] o caminho da morte desse meu camarada comandante perdido nas confusões de setenta-e-sete” (LR, 56). Numa passagem anterior já havia dito: “ele usava um bigodito de sorrir, só, já está morto, ninguém lembra mais” (LR, 55).

JOB JOÃO GASPAR, KIZUUA KIEZABU, KIMBALANGANZA GENERAL DO IATE

Job João era o filho mais novo de Marcos Gaspar, “homem tímido mas muito trabalhador, temeroso de Deus e das autoridades portuguesas, [...] [p]rotestante e agricultor, pouco assimilado” (LG, 81). Tinha dois irmãos, Isaac, o primogênito e Jacob, casado, e duas irmãs, mais novas, Judite e Kikulu. Job João soube que o cunhado de seu pai havia sido preso na Páscoa de 1959 e “inocente, morrera de porrada e sede nas pescarias do Sul, voluntário-de-castigo nas salinas dos brancos. Seus pulmões de ar verde arderam no salgado ar do mar” (LG, 82-83). Depois do 4 de fevereiro viu o chefe-

de-posto levar seu irmão “Isaac, nas cordas, ruscado e porradado” (LG, 83). Após fevereiro, veio março. O narrador dá um pictórico painel do que foi aquele mês de início da luta armada.

Ora naquele ano de sessenta-e-um, março, fez a morte grande messe de vidas. Era uma colheita prometida muito tempo já, de uma sementeira de séculos. Por isso que só as flores dos cafezeiros permaneceram brancas, todo o verde das matas do Norte s’anoiteceu de sangue. Tinha mortos pelos caminhos, picadas e estradas. E sem itinerário. Pendurados das árvores ou semeados pelos capins, pasto dos pássaros; em casas-grandes, terreiros e varandas; nos currais do gado, nos celeiros dos grãos, nas lavras de mandioca; metidos nas águas das cacimbas, nas hortas e jindombes; como troncos, nas tongas. Brancos; mulatos; negros — colonos e assimilados e gentios; altos, baixos, esartejados e inteiros. Todos, porém, mortos matados. Cabeças espetadas em paus, rota de formigas. Queimados. Crianças, nascidas e nascituras; velhos, cabobos já; e raparigas virgens, mulheres de risos soltos antes, agora de tranças e carapinhas zumbidas de moscas. (LG, 83-84)

Job João fugiu com a mãe, o irmão, as irmãs para a mata quando foram todos os da sanzala que sabiam ler e escrever convocados a uma reunião na igreja católica. Só o pai, que se declarava inocente perante Deus, compareceu para morrer com todos os outros, trancados na igreja incendiada e debaixo de tiros de carabinas e espingardas. Job João viu a mãe morrer de fome na mata, a cunhada “lhe encontraram nuns upistas, levaram-lhe de cartar imbambas usar e abusar”, a irmã Judite, fugindo deles, morreu afogada. Da morte do irmão teve orgulho. “Jacob Gaspar (Kimamuenhu) tinha morrido lutando em combate, numa recuperação de armamento, lá Zona-A, travessia do Mbridje, ia o rio cheio e perigoso.” (LG, 87, vale para a anterior.) Ficaram apenas a irmã Kikulu e ele, vivendo no quimbo dos seus antepassados. Em 1966, vieram homens, queimaram tudo, roubaram a criação, levaram “Kikulu [...] de galinha carregada na carroçaria” (LG, 88). Secou as lágrimas, pendurou a machadinha na cintura, agarrou a catana e entrou na mata dizendo as palavras das quais tiraria seu nome de guerra: “— Kizuua, kieza-bu; kivituilu, kieza-bu! [O dia chegou; a desforra (vingança), chega(rá).]” (LG, 88, também a anterior). O último capítulo do segundo livro, “Kizuua Kiezabu, nosso general Kimbalanganza” (LG, 81-94), é dividido em duas partes. A história de Job João, na primeira delas, é mais uma *narração de sofrimentos*.

Mas a segunda parte do capítulo não tem como assunto a atuação do guerrilheiro Kizuua-Kiezabu incorporado na luta de libertação. Trata de um episódio acontecido em 1991 — ano em que a República Popular de Angola tornou-se apenas República de Angola, abandonando qualquer pretensão ao socialismo ou ao comunismo e abandonando-se às práticas do capitalismo selvagem —, o encontro entre dois antigos

combatentes que sobreviveram à guerra de libertação e às confusões de 1977, Kene Vua e Kizuua Kiezabu, este agora transformado no general Kimbalanganza. Para saber algo sobre seu tempo como guerrilheiro, é preciso recorrer a *O livro dos rios*. Ele é mencionado duas vezes, ambas no contexto do julgamento de Batuloza. Na primeira, o condenado procura os olhos de seus até então companheiros e dá, entre eles, com “a luz de brasa debaixo da cinza, a caradura do Kizuua-Kiezabu” (LR, 39). Também saberemos indiretamente que foi ele o autor da ideia de afogar num rio o traidor, rebatida por Celestino Mbaxi “devolvendo esta proposta do Kizuua-Kiezabu, este calou logo” (LR, 42), deve ter lhe dado razão, nem tentou insistir. Também saberemos, no capítulo a respeito de Makongo, de uma missão em que ele tomou parte ao lado de Kene Vua. “E eu [...] antes de sair embora (com Kibiaka e Kizua-Kiezabu [sic]) na minha missão no Kwanza, recebida na Zona-A [...]” (LG, 37). Depois disso a ação muda para 1991, e a vida de Kizuua Kiazebu como guerrilheiro será apenas recordada, como passado muito distante da sua atual situação.

Já tinha sido comandante, muito antes de lhe enviarem no estrangeiro. Voltou nosso general, o nome era Kimbalanganza. Era rico e vivia em muitas casas: na cidade, nos subúrbios; nas ilhas; só não aceitava de formar quimbo, com família. / Nesta, quando lhe dei encontro agora, era na ilha do Mussulo. Era uma casa tão branca e tão grande que tinha quintal de mar. Guardado em quatro bóias, proibido navegar chata, dongo, canoa, tudo que flutuava com gente. Criança de pneu-de-bóia, até. / Seu iate, era o maior. (LG, 89)

O encontro se deu quando Kene Vua, agora o Kapapa, movendo com um pau um pequeno barco, entrou nos limites demarcados do mar privatizado pelo general. “Era então esta vez, vinte anos mais tarde da missão que fomos no Kwanza. O ex-guerrilheiro Kizuua Kiezabu, na cara do ex-guerrilheiro Kene Vua. / Frente a frente.” (LG, 90) Quando uma das garotas a bordo do iate “saliente da universidade, olhou meu calção caído, de jine-cortado, minha camisola partoscornos e me faltou com respeito”, zombando dele, Kene Vua nota que o antigo companheiro não toma a atitude que tomaria quando ainda estavam na mata. O contraste entre os dois tempos, as duas figuras encarnadas no general, é evidente. O iate é magnífico, mas ele mostra na boca sem dentes a marca dos sofrimentos na mata.

E não saiu ponto-de-ordem, nem voz de crítica do guerrilheiro Kizuua Kiezabu. Ouvi só uma diarreia de riso na boca podre de nosso general, mostrava aquelas misérias da nossa vida nas matas que lhe fizeram cabobo. / — *Eie ó!*... — gritou, me atirou com uma lata de cerveja na canoa, chamou meu nome antigo de guerrilheiro — Tu és meu amigo, Kene Vua... Na amizade não é preciso jindungo para chorar... / Mas eu não aceitei. (LG, 91, vale para a anterior.)

Com os motores do iate já em funcionamento, pronto para sair acompanhado das moças de seios ao sol, o general faz uma última provocação ao Kapapa. E recebe a resposta tão rápida como a do guerrilheiro que se defende da emboscada. “— Não tens vergonha de andar numa chata?!... / — Tenho! — disse eu. — Mas é pró camarada general andar de iate. Senão, não dava!... O mar não cabia para os dois...” A resposta desencadeia um sentimento de tristeza, uma pontada de saudade da camaradagem que houvera na mata e estava para sempre perdida.

E então o general Kimbalanganza, quando ouviu estas palavras, pôs uma sua má caradura mas entristeceu. Falou, quase calado, e eu senti que também ele não gostava de ser nosso general, naquela hora: / — Kene Vua, meu kamba! Podes me tratar por tu... *tuala kumoxi!*... [Estamos juntos!...] / “*Mas não misturados...*” — pensei eu de atrever-lhe umas respostas dum camarada, um mulato sangazulo, escritor e meu amigo. Não deixei falar meu coração, calei. Recebi, no ar, a lata de cerveja que ele atirou-me borda fora. Agradei, mas abri-lhe como quem descavilha uma granada. Bebi a espuma gelada, queria muito varrer nas palavras emboscadas na minha garganta. (LG, 92, as duas.)

Na reflexão final de Kene Vua, sua prudência em não continuar provocando o antigo companheiro é marca da consciência da distância social que afasta os dois agora.

A resposta pensada mas não vocalizada é do escritor Manuel Rui, autor do conto “Mulato de sangue azul” (Rui, 1978, p. 23-44), identificado pouco depois por Kene Vua — “o tal escritor meu amigo, o Manel Rui” (LG, 93). Em outra obra desse autor, o romance *Rioseco*, ambientado no mesmo Mussulo onde se dá o encontro entre os dois veteranos, há uma personagem, a mais-velha Noíto, responsável por um comentário que guarda semelhança em espírito com a resposta ferina de Kene Vua sobre as limitações do mar. Pensando em Kanavale, antigo comandante guerrilheiro também transformado em general de posses (outros, como Vítor *Mundial*, tornaram-se ministros), Noíto, a quem ele ajudava, tentará encontrar explicações para as diferenças sociais. E era isto o que ela, que lutava duramente pela vida, andava

[...] a magicar “como é que eu tenho tanta coisa agora? Posso beber um bocado de aguardente todos os dias. É verdade. E não é cachipemba. É mesmo bagaceira do antigamente. Ainda o Kanavale vai-me continuar a mandar na despesa. Deve estar muito rico. Afinal, lutámos para ele ficar rico. Se calhar não podiam ficar todos. É por isso. Uns ficaram ricos, outros ficaram pobres e sem pernas. Aka! Não vou pensar mais nisso. Deus que fez assim. [...]” (Rui, 1997, 335)

Nem todos podiam ficar ricos, assim como o mar não ia dar para todos. Voltando a Kene Vua, note-se como a passada vida guerrilheira é revivida, talvez ele dissesse recuperada, no gesto com que manipula a lata de cerveja: “abri-lhe como quem

descavilha uma granada”, na imagem que usa para o que calou: “queria muito varrer nas palavras emboscadas na minha garganta”.

Por razão que não pudemos vislumbrar, já que ele também foi, em algum momento, um dos guerrilheiros do grupo do comandante Andiki Ndia, votou no julgamento do Batuloza, seguiu em missão ao Kwanza com Kene Vua e Kibiaka, Kizuuu Kiezabu não aparece como uma das malhas do pelo e dos caminhos da onça desenhados na areia.

DIAMANTINO KINHÔKA, KAPAPA, KENE VUA, MUKILANGO, MEMÓRIA VIVA

Antes de ser Kene Vua ele era o Kapapa. Antes de ser o Kapapa era Diamantino Kinhôka, o Diamantininho, neto de Kinhôka Nzaji, filho de Kimôngua Paka, e navegava pelo Kwanza com o pai, piloto a bordo do *Ndalagando*, barco pertencente ao capitão Lopo Cravinho (ou Gavinho) de Caminha. Com o avô, com o pai, com aquele capitão português teve sua formação, o início de sua educação.

Do avô, que combateu os portugueses quando eles vieram ocupar as terras em que ele vivia, aprendeu a valorizar a tradição, os ancestrais, talvez tenha herdado a disposição de luta. Lembra-se dele em figura de guerreiro, falando na liberdade.

“*O ufolo, tubia!...*” [A liberdade é o fogo!...] — agora sim, oiço e vejo e volto e creio porque já vem Kinhoka Nzaji em seus bravos pés de jiáia de pele de pacassa e canhangulo a tiracolo, catana na mão, pouco velho ainda, seu hungo nada, salmos nada, versículos nada: só ele mesmo, o eterno guerreiro do Kazuangongo por morros e picadas. “*Mba ku disongolola, ku tala; ku dizukama, ku jokota.*” [Afastar-se [é] gelar; aproximar-se [é] arder.] (LR, 37)

Em outro momento da memória ele vê a si mesmo miúdo a ponto de mal enxergar por cima da borda da embarcação, aprendendo em meio à disputa entre o pai piloto e o capitão, entre a cultura da terra e a cultura trazida de fora.

Que a gente devia de saber olhar — ele, apontava; eu, em meus centímetros, pela amurada espiava o alvo. E meu pai, saudoso Kimôngua, tirava a mão direita da roda do leme, apontava também ele: aquela que era a árvore, a ensandeira, a que podia falar a verdade; vira, ouvira, calara, os espíritos moravam lá! Capitão Lopo se defumava todo ele, sirenava o vapor do apito [...]. “*Sicómoro...*” — o branco classificava; “*Pau de mulemba...*” — o preto, emendava; eu, só escutava. (LR, 61)

Ensinaamentos que aprendeu com o capitão português seriam úteis e usados durante a vida guerrilheira. E não se restringiam à prática do uso de arma de fogo, incluíam lições

que poderiam ser de mestre zen sobre autodomínio, capacidade de mudança e comportamento do atirador “a cada tiro da vida”.

“*Calma e pontaria baixa, rapaz!...*” — era a voz da alma naufragada, capitão Lopo Gavinho me ensinando artes e palamentas da vida. — “*Para cobra, um dia são seis meses...*” Que era preciso era mudar a pele, muita mais paciência. Sair de dentro da pele e olhar o alvo, só. Sem pressa; respirar para fora tudo o que a gente sabíamos, se esvaziar. Esquecer o que sempre não se sabe, o que nos conhece — nascer de novo, sem mistura de ontem, a cada tiro da vida. Os jindeles esvoejavam de branco as ferrugentas árvores dos mangais, ficava o eco repartido e o riso no meu tiro falhado. Meu pai, Kimôngua Paka, estremecia no leme, o *Ndalagando* tossicava o fumo negro rio acima [...]. (LR, 25-26)

Também com o pai aprendia, ouvia lições que iriam ecoar em sua vida na luta de libertação, lições de que com certeza se lembraria quando se visse às voltas com o papel de acusador e carrasco do Batuloza, culpado dos crimes de “traição e cobiça” e por “roubar no povo”. O capitão ouvia também, agia como fiscal e revisor daquele ensino.

“— *Morrê-lo só...*” — me ensinou me sempre meu pai, Kimôngua, o falso bêbado, o verdadeiro amigo de Kilamba Kanguxi Ka Mulaula, de Kaxikane, que lhe pôs num livro de honra. “*Num homem não deve de se lhe matar; só mesmo o que lhe mata a ele, a gente temos de lhe retirar...*” E que era — primeiro que tudo — traição e cobiça; e, depois, crueldade e vingança; o terceiro — roubar no povo! Capitão Gavinho, aí, no roubar o povo, duvidava. Que o terceiro nunca que existia, povo kima kianhi? [O que é isso de povo?] fantasia!, melhor era ser novo terceiro: faltar à palavra dada [...]. (LR, 31-32)

A referência ao amigo do pai, o “Kilamba Kanguxi Ka Mulaula, de Kaxikane”, estabelece uma relação das sucessivas gerações com a luta de independência de Angola. Estamos lidando com um romance político, não devemos esquecer, e que não é neutro, tem espaço para uma celebração. O avô lutou, já no século XX, contra as últimas ofensivas dos portugueses para estender o domínio sobre o território. O pai (“meu pai piloto, [...] que andou na escola com Agostinho Neto”, LR, 105) pertence à mesma geração do líder nacionalista, um dos que iniciaram a luta política contra o colonialismo e que viria a ser o primeiro presidente da nova nação. Isso também é lembrado no segundo livro: “[m]eu pai [...] quem que foi amigo-de-escola com nosso quilamba Agostinho Neto” (LG, 28); “meu pai, [...] armado de sua 3.^a classe condiscípula de Agostinho Neto” (LG, 98). É ele, Agostinho Neto, o Kanguxi, ou Manguxi. “‘*Quem sabe, cala; quem não sabe, fala...*’ — sentenciou meu pai, Kimôngua Paka, retecendo, na rede de sua memória, a sanzala de Kaxikane e infância com Agostinho Neto, o Manguxi ainda de calção sem óculos...” (LR, 75) A terceira geração é a do narrador, a dos que pegaram em armas e conseguiram a independência. Kene Vua alude a dois

momentos em que teve contato, ainda que apenas como parte do público presente, com o amigo de escola do pai. O primeiro ocorre no “dia que Agostinho Neto foi em Massangano — relâmpago dos óculos; palavra d’ordem caté o Kunene; e estrela na bandeira rubinegra...” (LR, 21). O segundo, num trágico momento, o do adeus prematuro ao líder, morto em 1979, “dia que Agostinho Neto despediu connosco: era setembro, meus pés se incharam de lágrimas nos pambos da vida — mas nunca que chorei estrela caída de nossa bandeira rubinegra” (LR, 99).

Uma sequência bastante simbólica da passagem de Kene Vua da condição de discípulo e aprendiz para a de alguém disposto a comandar a própria vida, a garantir seu avanço para a liberdade, primeiro a individual, antes do engajamento na luta coletiva, é a sequência da ruptura com o capitão português. Este personagem se distancia da figura do colonizador ou colonialista, de tal modo está integrado na terra de Angola (e nas águas, sem mencionar as mulheres ao longo do rio). É também capaz de mostrar um amoroso carinho, afeto de natureza paternal (no sentido estrito das relações familiares, sem postura de domínio paternalista) pelo filho do seu piloto.

E ele, o patrão do barco, passava sua mão calejada na minha carapinha e emendava: “*Não é lembelembe, que se diz. Vê lá se aprendes português!... É: com mil delongas, palavras de bento-petrunhas...*” Que até hoje eu não sei como era essas patrunchas, ele era natural de Portugal; só que, de sóis e sal do nosso mar das ilhas e do sujiverde das margens, cadavez o fumo do vapor fluviário, palúdico, tinha-lhe agarrado aquela cor de açúcar mascavado, se confundindo todo ele com esses brancos camurços, sulenhos da Umpata, xicoronhos das pedras, raciosos... / Aquele branco tinha sempre sal. Na roupa, na cara, colado nas sobranceiras. No suor dele. Viajara, viajava, subia e descia o nosso rio Kwanza e em muitas margens e muijes, pequenas sanzalas de beira-rio, a sirena, apito-de-vapor do *Ndalagando*, o piôpio era um saco de pão-de-duzentos saído na Luanda, que ele atirava pela borda fora para canoa na margem: sempre uma mulher-da-terra segurava em seus panos uma criança; ou na mão; ou nas costas, ou na barriga. Que era do encontro do mar com o rio, a salsuja subia nas névoas e correntes, se colava nos pêlos do capitão. Meu pai xingava: “*Fazedor de mulatos...*”, mas respeitava a desmultiplicação dos pães; Gavinho não xingava, não respeitava, não ouvia, para ele tudo no mundo era como os paus das margens, capins d’anhara, bichos das águas — irmãos. E me tratava de rapaz. (LR, 32-33)

Antes da ruptura houve o apelo. Note-se mais um elemento da integração do português com a terra, era devoto da Senhora da Muxima.

“*Fica, rapaz!...*” — pediu como ele rezava na Nossa Senhora da Muxima, eu tinha-lhe espiado uma vez, em promessa de doença. “*Fica comigo!*” Meu pai já tinha falecido, eu vadeava rio acima, cheguei de ir no Salto do Cavalo em fuga de órfão. E quando voltei lhe dei encontro no Bom-Jesus, derradeira viagem do *Ndalagando*. / “*Fica, 'paz!...*” (LR, 33)

Mas a decisão já havia sido tomada.

Não fiquei, saí do vapor, eu tinha de dar encontro em vida minha as maravilhas que meu avô falava, o caminho que esse branco sempre queria lhe pôr em boa lei, ordem e explicação. [...] / Não fiquei, muito rebelado saí do vapor: “*E minha liberdade?! — como se lhe xingasse família dele, réu revel. (LR, 34) Repeti, com dedo acusador, caracara: “E minha liberdade, como é?! (LR, 34-35) [...] saiu o sangue entrou a raiva, fuafuavam na panela do meu peito meus antepassados: “Não sou escravo, porra!” / “Todos somos, sem um amigo...” — ele nunca que falou assim mas oiço-lhe: que livre era o ar, livre a água do rio e nossa terra, livre o fogo. Livre, o pensamento. (LR, 35) [...] / Não fiquei, não sou rapaz, sou o senhor Kapapa, jurei! — e fiz-lhe um manguito, mandei-lhe na puta que o pariu na terra dele, perdi-lhe na solidão das lágrimas para sempre. (LR, 37)*

Assim ele agiu nos tempos de sua juventude. Distanciado dela, depostas as armas da guerra de libertação, alcançada a Dipanda, a independência, no tempo da maturidade, Kene Vua reavaliará aquele momento. E vai lembrar com saudade do afeto e da figura do branco, que chegava a lhe causar ciúme, e reconhecerá nele palavras e atitudes de sabedoria. A descrição das mãos do homem de mar e rio é uma espécie de metonímia de um herói do trabalho, disposto sempre a honrar sua palavra, o que o afasta da condição típica do branco explorador, aproveitador do trabalho alheio.

Ciumava mestre Gavinho, vi seus dentes amulatados na sombra do bigode branco, bigarça. E toco de novo aquela mão estendida, tosca, onde que ele picava bruta, dura, informe, com faca afiada o tabaco-de-corda que morenou seus dentes europeus. Uma mão encardida, coberta e curtida de calos e cabos de sisal e água doce e salgada e salobra, uma mão que ele estendia como um pão na combina qualquer e dizia: palavra-dada!, e a gente sabia que ele era capaz de morrer e matar por essa mão de trabalho, pulida na roda do leme onde que picava, de lento, malembe (“*com minhas delongas...*” — corrigiria, mesmo depois de morto, as quimbundeirices de meu pai) jongando já o acre calor da macanha ardendo no forninho, para lá do tempo e do rio. (LR, 33-34)

A recordação contém traços dolorosos.

“*Fica rapaz... Vem comigo!...*” — ainda oiço e me dói aquela palavra, rapaz, de ele lhe dizer assim, sem sentir o que ela falava por dentro e eu ouvia. E que era a distância da terra lá dele no norte da terra dele do rio dele até naquela beira-rio meu onde que rapaz, em meus ouvidos, sempre traduzo por filho, quem sabe tímida referência desse tuga meu amigo. A música que tinha por dentro dessa palavra era de outra canção: filho, eu ouvia, desafinado. Mas filho era coisa, palavra, eco, pensamento proibido em boca de branco, babando seu fio de triste solidão: “*Fica, rapaz!*” (LR, 34)

A liberdade era um assunto debatido entre o pai piloto e o branco capitão, e ele assistia esses debates. Muitos anos passados Kene Vua vai reconhecer a sabedoria presente naquelas palavras (“eram de escrever e rezar por mais”), que iam além da questão política, da condição colonial, falavam na condição humana.

Mas o que eu quero ouvir, e sempre oiço no batucar do fundo das canecas do marufo em mesa de pau, é aquela maca: “*A terra? A liberdade? Ó Paka!...*

Liberdade, libertação, independência, alforria... A mau entendedor nenhuma palavra basta?... Liberdade, ó Paka? Quem lhe ama é o primeiro a sofrer dela...” — e mais não disse. / Para nunca mais calar Kimôngua Paka, [...] que voltava-lhe o que sempre em mim também torna e retorna: que só a terra é liberdade. A quem que sonha calada no seu sono de séculos; quem que era guarda nossa dos espíritos dos antepassados, donos — a que espera. “*Isso é liberdade de prisioneiro! À espera do sonho!*” — aquele mestre d’águas cadavez também dizia coisas assim, muito essas, dele mesmo, o que só mais tarde eu aprendi perceber que eram de escrever e rezar por mais. (LR, 36-37)

Entre o momento em que se afasta da proposta de ficar do capitão português (“*Até seres um homem, ‘paz!’*”, LR, 36) e entra na mata para de fato se tornar um combatente pela independência, teremos o único episódio de enfrentamento, de perseguição e esquiva, espécie de duelo pessoal entre Kene Vua, a essa altura ainda o Kapapa, e dois fuzileiros portugueses. Da vida do guerrilheiro propriamente dita só há um episódio desenvolvido, o do julgamento e execução do Batuloza, já bastante visto aqui. A “missão que fomos no Kalongololo, naquele ano de 1971”, durante a qual dá-se o episódio, é apenas mencionada, não é encenada nem descrita. Assim, a perseguição na barra do Kwanza é o único momento em que é possível acompanhar o ainda não guerrilheiro em ação, lutando pela vida, fugindo de conhecer a quarta coisa, das três que o maravilham. “Três coisas maravilham na minha vida, a quarta não lhe conheço: voo da jamanta-negra no ar de chuva; rasto da jibóia no sussurro da pedra; sombra das águas em fundo do mar — o caminho do homem na morte...” (LR, 23) Esta é a primeira vez em que uma variante dos versículos bíblicos (aprendidos em quimbundo, na infância, com o avô), repetidos como um *leitmotiv*, vai aparecer na narrativa.

O que fez o narrador desde que se desligou de vez do capitão Gavinho (ou Cravinho) até esta manhã de fevereiro de 1965, não sabemos. Parece que exercia atividades ligadas ao que aprendeu a bordo do *Ndalagando*, relacionadas à navegação, a cuidar de barcos alheios, à pesca na sua própria canoa. Naquela manhã, em que já tinha decidido seguir para a mata, sua intenção era despedir-se da atividade de pescador indo atrás de um peixe-boi, peixe-mulher. O que ele pensa sobre o vento antecipa seu nome de guerra.

Vi sol amarelar no ar, minhas mãos tremiam quando levantei a vela e um vento de oessudoeste, muito húmido, ainda não soprava, se ouvia era só no nariz. “*Kene-Vua*”, eu pensei, não há azar, vai rondar para norte, para terra, posso correr com ele e a praia à vista, entrar a barra, dar encontro o que eu quero pescar em vida minha, despedida do mar; dicunji, o peixe-mulher. (LR, 102-103) [...] só o dicunji eu queria, o que tem mamás e chora lágrimas por cima de seus bigodes, olhos de cachorro batido, peixe-boi. (LR, 104)

Mas o que ele encontra depois que a manhã luminosa é encoberta por nuvens e a chuva começa, é a jamanta-negra, arraia de grande porte que saiu das águas e se ergueu no ar, virando o bote, atirando o Kapapa dentro do Kwanza.

Parado entre as colunas d'água, resplandecia; cresceu; subiu, adejou, saiu a voar, sombra negra na minha pequeníssima vida, larga máscara de terror do mar arrancada nas areias dos fundos esvoinhando o terrível uivo do longo chicote a desfazer em aparas e farpas proa de meu dongo e meu berro de terror: era a jamanta-negra e voava, eu ia morrer. (LR, 109)

Isso era o resultado daquela aparição, dizia o avô e o pai não desmentia. Mas a jamanta-negra não era a causa da morte, era apenas seu anúncio. A ameaça vinha de outra parte.

Outro vento vinha, mal ouvido ainda, em meio da chuva que enchia meus olhos já [...] um zoir de motor-de-popa eu ainda consegui de sentir, abafado, rugir o eco nas baixas nuvens sobre o canal de entrar o Kwanza. (LR, 108) [...] tudo se sacode de água no ar de chuva que está cair pesadamente, o ronco do motor dos fuzileiros faz ecos nos perigos da tarde... (LR, 110) Do fundo do meu medo os fuzileiros avançavam, eu não podia lhes ver, meu horizonte era só de muxito negro descendo e baixando na calema, o céu se derretendo de chuva quente. (LR, 111-112)

Sem conseguir recuperar a canoa, Kapapa nadava nas águas agitadas pela tempestade, consciente do inimigo que precisava evitar.

Longe, outra vez o motor do bote dos fuzileiros roncou. Eles me farejavam, agora tinha aquela certeza que só medo dá: naquela manhã de luz — quando? — uma vela tinha sido vista, avistada; a solidão de sozinho de um pescador em pescaria solitária, tinha sido binoculada; minha arte de navegar, desconfiada pela rádio; mau dia, aquele dia de fevereiro do relatório, saíram só dois de patrulha extra e urgente — era um ano perigoso, esvoaçavam, navegavam, cortavam mato, patrulhavam noite e dia e todas as madrugadas, a boca de nossa mãe Kwanza tapada com boca de Gê-Três, dois camuflados, um bote de borracha e seu motor de fumo queimado de óleo. Podiam me acaçar, hoje, então, dia de pescar peixe-mulher, cumprir o sonho ou sair na mata? (LR, 112-113)

De dentro da água ele via “parados, deixando garrar, os fuzileiros, longe, ampliando os horizontes com as lentes dos binóculos. De novo boiei, me deixei ir, via o céu como um rio em sua corrente de nuvens e ar”. (LR, 113) Consegue chegar a pequena ilha próxima à margem.

Eu tinha nadado até lá, trovoadas gungumava o céu inteiro, o bote de borracha dos fuzileiros estragava o rio e o céu de chuva, o do bigode, que ia na proa, a Gê-Três aperreada, cuspidor com ecos e assobios as palavras podres que davam-me julgamento, sentença e morte sem apelo nem agravo — o filho da puta do cabrão do negro terrorista, eles sabiam eu estava desarmado de pés e mãos. (LR, 26)

Era a caça, os perseguidores continuavam atrás dele. Sabia que eram inimigos perigosos, “gente treinada, nada de soldado de boina castanha e ração de combate...”.

(LR, 121, vale para a próxima.) Está nu dentro do rio, metáfora do renascimento que ele busca na sua mãe Kwanza (“mergulhei de lento meu corpo de prego, ajoelhei na barriga da minha mãe, me uterinei todo”), já se servindo dos disfarces do guerrilheiro, pronto a virar o jogo contra seus inimigos.

Me fiz barro de lodo cinzento, com meus pés amassei, com a mão cobri cara e carapinha dessa pamba. Eu me camuflava de caranguejo-pirata, magro, seco, escanzelado, sem carne, só caixa dura de guardar a vida, viver adiado, e os fuzileiros esses estão reservados a cadáver esbranquelado que meu rio nem mais vai querer, só inchar. Eu é quem ia lhes roer os olhos. / Me preparei só, rateiro, para ir roer a corda de amarrar a pedra da poita, soltar o bote, ali a menos de cinquenta pés dos meus pés [...]. (LR, 121-122)

Mas nem será necessário fazer isso. A arraia que deveria ser arauto da sua morte, ao reaparecer, vai afastar dele, e de vez, o perigo.

E vi de novo o voo da jamanta-negra na tarde de nuvens e chuva, por cima do bote de borracha dos fuzileiros, rasgar o céu como um negro relâmpago, descolor, um brilho negro picado de estrelas tracejantes das rajadas das Gê-Três, para sempre desviadas do meu rasto. (LR, 125)

Atravessado esse obstáculo inicial, essa tentativa malsucedida de eliminar um militante nacionalista antes de ele realizar o sonho de seguir para a mata, essa primeira vitória, Kapapa já pode cumprir sua determinação. Quando fala nos rios, lembra o Kalukala, a cujas margens sua vida muda de vez.

[...] o Kalukala. Benaventurado. Me recebeu ainda molhado de água salgada e medo naquele ano de sessenta-e-cinco, minha jamanta se esvoaçara e, em seu voo, vi rumo e estrela, cheguei na base do Sambulenu pela mão daquele branco, Zé-Viesda, angolano, português de nação, que vou contar um dia como é. (LR, 19)

O narrador vai retomar esse momento da chegada quase ao final do livro, e vai acrescentar a notícia de como veio a ganhar seu nome de guerra, uma escolha feita da mistura de uma pitada de ironia com uma lição de humildade.

Sei que vou chegar lá, nas matas do Kalukala, e é o Zéviesda, o trazedor de mim nas matas, o que vai querer dizer meu nome mas eu vou adiantar, direi teimoso: “*Ulungu! O que quero me chamar*” — e, ali, naquela base de acolhimento, não era o camarada comandante Andiki-Ndia [...] Ulungo, o que foi meu azar naquela tarde, canoa comprida demais. Ou, então: Dongo. Alguém, na reunião, xucululou que isso era mais é nome de músico do bairro-operário, muxoxo e gargalhada. [...] / Não era ainda nosso comandante [...] era só monitor e político Jobe — [...] ouve meu sonho, minha travessia de águas, minha vida sobrada na pesca e tempestade. Até me aprisionar na muzua da própria estória sublinhada de bazófia: “*Que te louve o forasteiro e não tua boca; o estrangeiro e não teu espelho...*” E acrescentou, ria: “*Na própria cova cavada cairás.*” Porque, e a sério, dizia que não dava, nada de nome de água e mafumeira, depois da estória que eu pusera, de vida e morte, eu era dos sem azar, para escapar uma daquelas; comigo e de mim, tudo era

sem maca nem dimanda; protegido de miondona, dono da sorte e chicote do azar — não era mais e melhor, mais simples e protector, me chamar me Kene-Divuua? (LR, 118-119)

Após o batismo, o nome do novo guerrilheiro chama a zombeteira atenção de um veterano. “‘*Kene-Nvua?!*’ nasalada ouvi rir uma onça, já estava lá quem arranhava o nome, adivinhava, sentado no escuro do abrigo, por perto do Kalukala, o rio, naquele dia, naquela base, aquele, o Amba-Tuloza? (LR, 119)

Assim começa o seu tempo de guerrilheiro, tempo “que passa e volta e revolta, chuvas e cacimbos: a hora de esperar o primeiro tiro; aquele minuto antes de ir pisar na mina; o doce escorrer da noite no telhado de capim por dentro da chuva que estás a pensar” (LR, 59). Em nenhum momento ele dá notícia de ter chegado a comandante, mas terá uma função específica. “Alfabetizado, eu era escrivão [...]” (LR, 48) Assim servirá sob as ordens do “nosso saudoso camarada Andiki”, com “privilégio de escrivão da coluna, o que era mais é vida refém do arquivo da secção” (LG, 64), “meu privilégio de guardador das mucandas do grupo” (LG, 65). Dessa tarefa designada, que ele chama de privilégio e da qual aponta a responsabilidade (“refém do arquivo”), talvez ele tenha tomado gosto e daí derive o papel que ele acaba por assumir, de guardião da memória, a sua e a dos companheiros. Podemos dizer que ao fim de todo esse processo o personagem acaba por se tornar um pensador, um intelectual.

No capítulo dos apelidos e nomes de guerra mais algumas notas devem ser apontadas. Um nome de guerra e um apelido terão uso efetivo, Kene Vua e Kapapa. O apelido foi-lhe dado pelo avô, na infância, quando “ele despejou a água da cabaça-múcua do fundo da canoa em minhas carapinhas salariadas, [...] disse: ‘*Kapapinha, meu neto!*’, gabava a primeira raia que eu atravessava com ela, em meu arpão” (LR, 123). Papa, kapapa significa arraia, raia em quimbundo (Nascimento, p. 11). Mas outros nomes de guerra serão aventados, almejados, rejeitados, ou ficarão em reserva. Lembremos que uma versão anterior do romance, “inédito por incineração” (Vieira, 1998, p. 7), Kapapa era, já no título: *Águas-do-Mar, o guerrilheiro*. Quando se junta ao grupo guerrilheiro, antes de ganhar o nome de guerra que usará de fato, ele quer se chamar Ulungo, ou Dongo, nomes de embarcações, ligados ao mar, rejeitados, como vimos. Depois da execução do Batuloza, quer se livrar do nome (“*este meu azarado nome vai morrer também*” LR, 47), quer ser Kalunga, palavra que significa mar (Águas-do-Mar?), mas também significa morte. O comandante não autoriza a mudança: “— Kene Vua! você, camarada, está longe, longínquo desse mar, estás fora, como queres

voltar no nome?...” (LR, 123) Há mais um nome que ele tem em reserva. “Porém e antes, que um dia o que quero mesmo ser é o Águas-do-Ar, para lápida de sepultura...” (LR, 58)

O último nome, ou possibilidade de nome, Mukilango, quem lhe dá é o próprio comandante. Kene Vua narra o episódio que o originou e que define também a sua posição no desenho das malhas da onça na areia: ele é o último da fila.

É que, no ontem dessa nossa partida em missão, ele me deu encontro coxilando no destacamento do tabo do Muxiobe. Verdade que senti-lhe vir, tinha seu passo almofadado de onça, fazia ronda de não poder dormir, em responsabilidade mais sua, de camarada e comandante. Senti-lhe na sombra da minha frente, mas não abri os olhos [...]. Desconsegui de me recuperar na minha *Mauser 37-A*, ponho lhe sempre de bandoleira enrolada nos pés. E, assim, sacudido, saltei do cochilo em salto de onça. Me riu uma crítica de amigo: / — Camarada Kene Vua. *Eie uadimuka!... O 'ngo, se iala um kilu, mukila mubekel'hanji...* [Tu és esperto... Mesmo a dormir a onça continua a mexer a cauda...] / Por isso, dele guardo sempre sua voz de seminário mesmo que é no nosso quimbundo. E me coloco, no desenho, lá onde ele me mandou, na retaguarda sempre, morada de um futuro nome: o guerrilheiro que nunca desvigia, o rabo d'onça, o Mukilango. (LG, 103-104)

Kene Vua, o escrivão, deixa lacunas nos seus registros. Por exemplo: “cheguei na base do Sambulenu pela mão daquele branco, Zé-Viesda, angolano, português de nação, que vou contar um dia como é” (LR, 18-19). Há mais duas menções (cada uma com sua própria ortografia) a essa figura: “na noite que cheguei na base pela mão apadrinhada do Zéviesda” (LR, 55); “é o Zèviesda, o trazedor de mim nas matas, o que vai querer dizer meu nome” (LR, 118), mas a promessa “vou contar um dia como é” não é cumprida. Também há personagens dos quais não sabemos praticamente nada, como Mundo-Dorme, que toma parte no julgamento.

Mundo-Dorme, amigo meu, vinha do Luinha que ele teimava era o rio-dos-rios, coçou as barbas, tocou meu braço, falou: “*Kene Vua...*”, isto era: eu — e eu não senti se era meu nome o chamado, se era mais é cuspo dele, desculpa de me falar à toa. Eu ou ele, as palavras não podiam mentir quando todos ali no maqui, guerrilheiros e partisanos, povo em geral, membros do comando da zona, responsáveis e comitês, íamos votar a justiça: enforcar o ladrão do povo. (LR, 39)

É a única menção a ele em *O livro dos rios*, mas vai ser uma das malhas no desenho da onça em *O livro do guerrilheiros*, o que o guerrilheiro Kizuua Kiezabu, cuja história é contada, não alcançou. Está à direita do comandante, no lado oposto a Kadisu: “Mundo-Dorme, o logístico, só vejo balançar o bipé da sua *DPM*, sombra da enorme quicuanga do carregador, arma que vai de morrer com ele abraçada” (LG, 105). Há ainda Vutuka, de quem sabemos apenas “que jaz em barriga de jacaré, o nosso primeiro guia de ida-e-

volta, o camarada Vutuka, um das Margens do Lukala” (LR, 20). O outro livro nada acrescenta: “lá onde lhe comeram num jacaré o camarada Vutuka, nosso guia” (LG, 29).

Novo mistério em aberto para o leitor: “e vou ver sempre voar as borboletas das palmas das mãos de meu companheiro Soto, fuzilado a tiro corrido, quilunzeado” (LR, 21). Há mais quatro menções a ele, mas nenhuma ajuda a desfazer a opacidade do personagem. Tudo o que sempre ficamos sabendo é que ele morreu de tiro de quilunza, arma de fogo.

Talvez então vou aceitar que o tiro-a-tiro foi a única música que dei encontro para não assassinar o meu amigo, o Soto, Morrê-lo só... (LR, 31) Amigo meu, comandante Soto e suas mãos de borboleta fuziladas na poeira dum campo de futebol, o silêncio do povo inocente não assinou por baixo? (LR, 61) [...] e voltar a bala, regressar o sangue, rio escorrido no quilunzear daquela tarde no man’Soto... (LR, 98) [...] quilunzeado meu amigo Soto [...] (LR, 117)

Já falamos no professor Ferós, comissário político do comandante Andiki Ndia, também muito rapidamente referenciado.

Outro capítulo das lacunas diz respeito às mulheres, mencionadas com celeridade ou referidas em meio a mistérios. É o caso de Antonika-da-Oma, contestadora da sugestão de Kene Vua, para que o traidor fosse executado numa espécie de auto-de-fé.

“Não é feiticeiro, é só um ladrão...” — atenuante mais tarde, em voz da camarada Antonika-da-Oma, na hora de escolher a morte que ia receber por seus tratos e maltratos, indulgência ainda de um coração de mulher-mãe, mesmo da luta que era, e heróica, na hora que eu vou falar meu voto: fogueira! (LR, 40)

Ainda no julgamento do Batuloza, o narrador evoca outra figura feminina, ao se perguntar quem havia feito a declaração sobre a disciplina da guerrilha. “Seguro que a voz não era da camarada Jia-da-Oma, falecida já, isso sei.” (LR, 38)

Estas mulheres são, pelo menos, nomeadas. Há outra, ou outras, de quem não se saberá nem o nome. Quando Kene Vua conta a história de Celestino Sebastião, fala de um jornalista que lhe passou alguns documentos a respeito do guerrilheiro. E surge a alusão misteriosa. “Aquele jornalista tinha atravessado connosco o rio para ir ver morrer a mulher amada de todos nós, na estrada do Balombo...” (LG, 14) Mais nada.

Depois do encontro com o general Kimbalanganza e seu iate, na praia do Mussulo onde encostou a chata, Kene Vua, entre tantas mulheres espalhadas na areia, aludirá a duas. “Os peixes, na babugem da preamar, roíam nas vermelhas unhas da professora Teka, quase adormecida, cafunavam nos belos dedos que tinha nos pés dela.”

Esta não parece ter ligação com o tempo da guerrilha. A outra mostra-se ligada a uma obsessão (indecifrada para quem lê) do narrador, acrescida de uma carga de erotismo.

E vi então quem sempre queria não ver, aquela que dia e noite ensonhava meu amor morto na estrada da Xicuma: a locutora Carlota, dos olhos grossos. Estava a se despir de seu biquíni lá atrás do sol, sombra dos coqueiros. Brilhavam de luz própria as gloriosas mamas que tinha, de negros jimbotos azulados, ameaçadores. (LG, 93, também a anterior.)

Não é a mesma mulher “amada de todos nós”, morta na estrada do Balombo. A estrada, neste segundo caso, é a da Xicuma. Nem é possível saber se há uma mulher que morreu nessa estrada, ou se foi apenas o amor que morreu. Mas é possível perceber a perturbação que a lembrança traz a Kene Vua.

Por fim, há a mulher que surge num sonho de Kene Vua, sonho que parece retomar um episódio acontecido.

Era Ela em meu sonho, sempre. Porque as duas metades da porta se abriram nos olhos da noite e do silêncio da mata entrou o verde arfo [...], porque o canzumbi do homem do sonho se dirige na casa etérea e a vê. / Ela, em meu sonho sempre — sonho dos vidros por fora da janela espreitada. Sonho de petromaxe. Lá, em Kalongololo, Ela se lavava. Nua: a entrancinhadíssima carapinha azulava, rastejava luz da sala pelas paredes, eco dos sussurros clandestinos de seu tio preso no macio arame dos sovacos fundos, foscas; aquela pintelhíssima espuma das coxas... / [...] E, mais tarde, na porta, se despedindo connosco, todos ouvimos seu lavado perfume de sabão-clarim, só meus olhos derrubados cegaram: ela vestia sandália de pneu e pele de sefo — admirados os pés, sem calos, bíblicos, éreos, se esmigalhando dentro do livro do muelo e o livro era de vidro; e no vidro o petromaxe se esmigalhava todo, pão velho parecia era, seca quicuanga... / Para Ela o dia sempre não nascia — era. Cuquiavam os passarinhos? (LR, 28-30)

É uma Ela que merece a distinção da letra maiúscula, notemos. Talvez seja, ou não seja, a mesma que será evocada numa fantasia, quando Kene Vua almeja se limpar da morte do Batuloza.

[...] na fria água de um riozinho de dentes de brugau — o Alukaze, por exemplo, que um dia eu vou inventar por aqui onde é, com sua guerrilheira do sono perdido, mulher toda maderosas... — e deixar ele nos lavar, nus, o cheiro gelado do quitoto nascer na nossa pele acatingado, o marufo açucarar nas barbas das sobrancelhas descer até nos pés, tudo se amigando nas cócegas de esfiapados fios de matebeira-musseque pelas costas abaixo, a água dividindo em dez dedos dos dois pés, escorregadora pela mabuba dos brugaus — não vou ter, não vou falar [...]. (LR, 58)

Será que todas estas lacunas serão preenchidas (ainda que parcialmente) e os mistérios algo esclarecidos no prometido terceiro volume planejado para fechar a trilogia? A Ela que figura no anunciado título (“Ela e os velhos”) será aquela do sonho,

de algum modo presente na vida guerrilheira de Kene Vua e em suas lembranças posteriores?

O narrador, escritor e memória do grupo, encerra o segundo livro aludindo àquele tempo distante em que eles foram e ao tempo presente, ao que eles são ou serão, lembrando a vida passada e os mortos que ficaram (e ainda ficarão) pelo caminho. Faz isso retomando imagem ouvida ao comandante Ndiki Ndia cantando em quimbundo (“Ainda não somos só ossos dispersos [...] // Mas tu, Senhor, é que és o nosso juiz! // Vais tornar sagrados os ossos dispersos!”, *LG*, 102) durante a marcha que ficou desenhada como as malhas e os caminhos de caça da onça (“nós, a onça”) na areia. É imagem ao mesmo tempo de afirmação e desalento, tem a qualidade e a força do verso final de uma epopeia. “Assim foi que fomos homens: guerrilheiros; assim foi que ficámos — ossos dispersos.” (*LG*, 106)

CONCLUSÃO OU DISCURSO FINAL

A primeira conclusão que podemos tirar é: ao iniciarmos o trabalho, sem fazer um levantamento numérico prévio, nem imaginávamos a multidão de personagens que iríamos reunir. Se tivéssemos feito isso, talvez cortássemos metade do *corpus*. Façamos então o que devia ter sido feito no início. A responsabilidade maior pela multidão é de Callado, com 28 personagens e de Pepetela, com 18. Luandino, como sempre, foi mais econômico, conciso, participou apenas com oito. O que dá um total, por baixo, de 54 personagens. Dizemos por baixo porque, a rigor, são ainda mais. No subcapítulo “Che Guevara e seus guerrilheiros” contamos, além do nomeado, apenas Eustáquio, mas há mais figuras ali. Também não contamos todos os guerrilheiros que cruzam o caminho de Ngunga, ou os que Kene Vua, escrivão de guerrilha, apenas apontou.

Reunidos todos os personagens, poderiam encher um pequeno salão, ou auditório. Ficamos imaginando um pôster em que eles todos aparecessem numa única ilustração. Seria preciso aquele quadro menor, com as silhuetas numeradas e legenda identificando cada um. Só um deles seria reconhecido sem legenda, por ter uma imagem mundialmente conhecida. Em meio a uma acachapante maioria de homens, apareceriam apenas seis mulheres, ou melhor, cinco mulheres e uma menina. E devemos essa presença feminina apenas a Antônio Callado. Há uma escassez de donzelas guerreiras. Parece que a guerrilha, como a guerra, até nos romances, é atividade em que predomina o macho da espécie. No pôster haveria um equilíbrio exato entre negros e brancos, 23 para cada lado. Apareceriam sete mestiços (entre mulatos, caboclos, cafusos): Manuel Tropeiro, Mansinho, Jacinto, Aniceto, Herinha, Teoria e o comandante Ndiki Ndia. Entre eles, sempre aproximadamente, podemos contar 32 sobreviventes, 19 mortos e três desaparecidos. Ficam aí algumas conclusões em números.

Podemos também tirar algumas conclusões pontuais. Um sinal de que “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” pode ser notado entre *Bar Don Juan* e *Sempreviva*, romances escritos com dez anos de intervalos. No primeiro, de 1971, caçar onças era uma atividade a que os heróis podiam se dedicar. Gil propõe ao grupo de revolucionários uma caçada de onça, se eles estavam com vontade de dar tiro. O velho Ximeno, que apresenta a zagaia a Aniceto, é um veterano caçador de onças, e é uma figura positiva no romance. Ninguém ainda parecia estar preocupado com o ponto de vista da onça. Em dez anos há uma mudança. Em *Sempreviva* a caçada de onças e outros animais selvagens já é atividade a que se dedicam unicamente os vilões, o herói é

um militante não só dos direitos humanos, mas também dos direitos dos animais. Cria-se a lenda da vingança das onças contra o caçador. É interessante reparar na personagem Jupira, que tem um aposento forrado de peles de onça. Ela é uma figura de transição entre a brutalidade perversa do Onceiro e a ideologia preservacionista de Quinho, ainda conserva algo da mentalidade do tempo em que a caça não era atividade questionada, em que figuras como a do velho Ximeno se ocupavam disso como uma coisa natural, ninguém pensava na extinção dos animais.

Há algum tempo presenciamos uma defesa de trabalho acadêmico a respeito de *Quarup* e outro romance, e um dos arguidores colocou em questão a verossimilhança da trajetória do personagem Nando, de padre a guerrilheiro. Isso provocou certo espanto na sala. Cada um, é claro, pode ser mais ou menos tolerante à verossimilhança, mas acreditamos que a trajetória de Nando, de padre a guerrilheiro, está bem justificada ao longo do romance. Se não bastasse, pelo menos um exemplo histórico poderia ser lembrado, o do padre Camilo Torres, morto como guerrilheiro na Colômbia em 1966. Neste caso não há questões de verossimilhança a serem levantadas. Faz com que nos lembremos de uma afirmação de Pirandello, que citamos sem rigor, de memória. O dramaturgo italiano afirmou uma ocasião que a vida, ao contrário da arte, não precisava ser verossimilhante porque era verdadeira. Mas trouxemos isso à baila para dizer que não há apenas o padre Nando transformado em guerrilheiro na obra de Callado, há também Geraldino, em *Bar Don Juan*. E se passarmos a incluir os seminaristas que viraram guerrilheiros, iremos encontrá-los em *Reflexos do baile*, com Filipe, em *Mayombe*, com Sem Medo e nos dois romances de Luandino, com o comandante Ndiki Ndia. Os romancistas, acreditamos, criaram tais personagens como verossímeis, e eles assim nos parecem.

Entre Pepetela e Luandino Vieira será possível notar um contraste no tratamento dado aos personagens mestiços. Não significa que haja discordância ou que um tenha mais razão que o outro, cada personagem é, como diria Forster e Zérafra, uma *pessoa* particular, única, não são obrigados a ter o mesmo comportamento por coincidirem em alguma característica. Falamos de Teoria, que se aflige com sua condição de mestiço, sente-se alvo de controle por parte dos companheiros. O comandante Ndiki Ndia, que também é mestiço, não parece ter problemas por isso. O único que vai censurar-lhe a condição de filho do colono é Batuloza, quando já está denunciado e condenado. A condição de mestiço não impediu sua ascensão. De monitor político passou a comandante, e é celebrado, pelo que nos diz Kene Vua, por seus comandados.

Outra coisa que foi possível notar: há mais forte presença da intertextualidade nas narrativas de Callado e de Luandino, menor presença em Pepetela. Não vai aqui nenhum juízo de valor, é constatação a respeito de procedimentos diversos, escolhas de cada autor. Uma possível explicação para isso, apenas uma hipótese para reflexão, é a da experiência pessoal de Pepetela com a guerrilha. Ele é, com certeza, quem melhor reconstrói e encena aquela realidade. Quem descreve os guerrilheiros em ações mínimas, quem melhor oferece algo que poderia ser chamado usos e costumes guerrilheiros. É também o que mais se concentra nas discussões políticas, seus personagens falam muito, discutem a conjuntura, discutem as perspectivas. Pepetela dialoga com a História e com a Sociologia. Os dois outros autores parecem mais interessados em dialogar com a própria Literatura, com seus predecessores, aproveitando as possibilidades lúdicas e a perspectiva de amplificação de sentidos que a intertextualidade abre.

Que outras conclusões podemos oferecer? O estudo de um pequeno grupo de obras literárias não permite nenhuma espécie de generalização. As observações feitas só tem validade para estes textos, não podem ser estendidas a mais nada. Outros textos demandarão seus próprios pesquisadores. O que é que esta tese quis provar? Talvez que houve uma transformação na abordagem destes personagens-guerrilheiros ocorrida dentro da obra de cada autor. Os personagens de Callado transitam do entusiasmo e da expectativa para a derrota e a desilusão, e depois para a vingança. Apesar de todas as derrotas e rancores, a esperança sobrevive. Se não era possível vencer a ditadura pelas armas, haveria outras formas possíveis. A tensão entre a expectativa e a desilusão, entre o naufrágio do sonho coletivo e a busca do sucesso individual são marcas dos personagens de Pepetela. A existência de um Sem Medo e de um Sábio, mesmo a de um Muatiânvua e de um Mukindo dão a nota de que, apesar do desânimo geral, nem tudo está perdido. Em Luandino a tensão se concentra entre o tempo pretérito, da irmandade na luta, e o tempo presente, do cada um por si, outra vez a desilusão. Entre o tempo em que foram homens — guerrilheiros, e o tempo em que já são, ou ainda serão, ossos dispersos. E a luta resultou na grande vitória que todos eles tiveram, a independência. Isso será sempre celebrado nos autores angolanos.

Outra constatação é a da fertilidade da imaginação criativa dos autores: mais de cinquenta personagens e todos eles diferenciados, independentes, inconfundíveis. Alguns deles, por certo, muito mais elaborados que os outros, mas todos eles uma criação única de linguagem. Para poder dar atenção a cada um deles, examinar suas

ações e seus diálogos e pensamentos, remontar suas trajetórias, houve necessidade de um minucioso trabalho analítico. Não haveria como, com esta proposta, fazer um trabalho sintético. Não foi nosso objetivo oferecer nova e original interpretação para estas obras, mas observar, numa leitura detalhada, como elas foram construídas ao examinar como foram construídos seus habitantes. Obras sintéticas e interpretativas geralmente se ocupam do personagem principal e de mais uma meia dúzia dos mais importantes comparsas. Este nosso estudo tem ao menos a abrangência de falar de todos os personagens eleitos, até daqueles que dificilmente costumam ser notados e que nunca são mencionados. Eles também são criações dos autores, merecem um mínimo de atenção.

Outras possíveis conclusões foram sendo anotadas no corpo do trabalho e ficaram espalhadas ao longo dos mais de cinquenta perfis. E isto tudo é apenas uma possível leitura destes romances. Deu muito trabalho, mas também foi altamente prazerosa. Outro pesquisador, trabalhando com o mesmo *corpus*, muito provavelmente encontraria modos diferentes de vê-lo. Esta é a graça da literatura, não pode ser reduzida a uma visão única. Sejam os textos *legíveis* ou *escrevíveis*, cada leitor tem de fazer a sua parte para que eles possam acontecer.

É o relatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA JR., Benjamin. *De vôos e ilhas: literatura e comunitarismo*. Cotia: Ateliê, 2003.
- AGAZZI, Giselle Larizzatti. *A crise das utopias: a esquerda nos romances de Antônio Callado*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999 (dissertação de mestrado).
- AGAZZI, Giselle Larizzatti. *Um país emaranhado: o projeto ficcional de Antonio Callado*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004 (tese de doutorado).
- ALCÁZAR, Jose Luis. *Ñacahuasu, la guerrilla del Che en Bolivia*. México: Ediciones Era, 1969.
- ALUNOS do Programa. “Entrevista com Pepetela” in *Revista Crioula* nº 13. São Paulo: FFLCH/USP, 2013. Disponível em: www.revistas.usp.br/crioula/issue/view/5081
Acesso em: 18 de julho de 2014.
- ALEGRE, Manuel. *Che*. Lisboa: Caminho, 1997.
- ALMADA, João de. *Salazar (1889-1970)*. São Paulo: Editora Três, 1974. (Biblioteca de História Grandes Personagens de Todos os Tempos 33)
- AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Trad. Eduardo de Almeida. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Coleção Documentos da História Contemporânea 17)
- ANDRADE, Costa. *Poesia com armas*. Luanda: Maianga, 2004. (Biblioteca de Literatura Angolana)
- ANDRADE, Oswald de. *Obras completas VII Poesias reunidas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. (Col. Vera Cruz literatura brasileira v. 166)
- ANGELO, Vitor Amorim de. *Luta armada no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2009.
- ARISTÓTELES. *Tópicos. / Dos argumentos sofisticos*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão ingl. De W. A. Pickard — Cambridge. / *Metafísica*. (Livro I e Livro II) Trad. do grego Vincenzo Cocco, not. Joaquim de Carvalho. / *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão ingl. de W. D. Rosá.

- / *Poética*. Trad. coment. e ind. analít. e onomást. por Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os pensadores IV)
- ARRIGUCI JR., Davi. “O baile das trevas e das águas” in *Achados e perdidos*. São Paulo: Polis, 1979, p. 59-75.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 4ª ed., 2ª reimpr. Trad. Equipe Perspectiva. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini, José Pereira Júnior, Augusto Góes Júnior, Helena Spryndis Nazário, Homero Freitas de Andrade. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais série 1ª volume 6 Política)
- BARTHES, Roland. *S / Z*. Trad. Maria de Santa Cruz e Ana Mafalda Leite. Lisboa: Edições 70, 1980. (Coleção Signos 26)
- “BENIGNO”, Dariel Alarcón Ramírez. *Memorias de un soldado cubano: vida y muerte de la Revolución*. Ed. intr. Elizabeth Burgos. Trad. [n/c]. Barcelona: Tusquets, 1997. (Colección Andanzas)
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999.
- BITTENCOURT, Marcelo. “*Estamos juntos!*” *O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Vol. I. Luanda: Kilombelombe, 2008a. (Coleção Ciências Humanas e Sociais Série História de Angola 3)
- BITTENCOURT, Marcelo. “*Estamos juntos!*” *O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Vol. II. Luanda: Kilombelombe, 2008b. (Coleção Ciências Humanas e Sociais Série História de Angola 3)
- BOAVIDA, Américo. *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. Trad. Joel J. da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1993. (Khronos 6)

- CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CABAÇO, José Luís e CHAVES, Rita. “Frantz Fanon: colonialismo, violência e identidade cultural.” In ABDALA JR., Benjamin (org.). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 67-86.
- CABRAL, Amílcar. *Alguns princípios do partido*. Lisboa : Seara Nova, 1974.
- CABRAL, Amílcar. *Análise de alguns tipos de resistência*. Lisboa : Seara Nova, 1975.
- CADORNEGA, António de Oliveira de. *História geral das guerras angolanas 1680*. Tomo I. Anot. e corr. José Matias Delgado. Lisboa: Agência-geral do ultramar, 1972.
- CALDEVILLA, Vinícius. *Vitral do tempo*. São Paulo: Xamã, 1994.
- CALLADO, Antônio. *A Expedição Montaigne*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CALLADO, Antônio. *Antônio Callado: seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico por Lúcia Chiappini Moraes Leite*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Literatura Comentada)
- CALLADO, Antônio. *A madona de cedro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- CALLADO, Antônio. *Assunção de Salviano*. 2ª ed. Pref. Tristão de Athayde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- CALLADO, Antônio. *Bar Don Juan*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- CALLADO, Antônio. *Forró no engenho Cananéia: peça em dois atos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. (Coleção Universitária de Teatro Série 1 — Livros de Texto v. 4)
- CALLADO, Antônio. *Frankel in Teatro completo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 143-216.
- CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- CALLADO, Antônio. *Passaporte sem carimbo*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. (Coleção Depoimentos 8º volume)
- CALLADO, Antônio. *Pedro Mico, Zumbi do Catacumba*. Rio de Janeiro: Dramas e Comédias, 1957.
- CALLADO, Antônio. *Quarup*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CALLADO, Antônio. *Reflexos do baile*. São Paulo: Círculo do Livro, s. d.

- CALLADO, Antônio. *Retrato de Portinari*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Literatura e teoria literária; v. 30)
- CALLADO, Antônio. *Sempreviva*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- CALLADO, Antônio. *Tempo de arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1965.
- CALLADO, Antônio. “Uma figura lendária” in KOUTZII, Flávio e LEITE, José Corrêa (org.). *Che 20 anos depois: ensaios e testemunhos*. São Paulo: Busca Vida, 1987. (Coleção Sempre Viva)
- CALLADO, Antônio. *Vietnã do norte: advertência aos agressores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- CAMÕES, Luís de. *Obra completa*. Org. intr. coment. anot. Antônio Salgado Júnior. Rio de Janeiro: Aguilar, 1963.
- CAMPOS, Maria do Carmo Sepúlveda. “As aventuras de Ngunga: nas trilhas da libertação” in CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.). *Portanto... Pepetela*. Cotia: Ateliê Editorial, 2009, p. 229-236.
- CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles. *A personagem de ficção*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CANTOR, Jay. *A morte de Che Guevara*. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Record, s. d.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Vol. VII. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.
- CARVALHO, Ruy Duarte de. *Desmedida: Luanda, São Paulo, São Francisco e volta*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010. (Coleção Ponta de Lança)
- CASIMIRO, Siona (org.). *‘Maquis’ e arredores: memórias do jornalismo que acompanhou a luta de libertação nacional*. Luanda: Mayamba, 2011. (Coleção Biblioteca da História)
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Che Guevara: a vida em vermelho*. 2ª ed. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CASTRO, Frei João José Pedreira de (rev. trad.). *Bíblia sagrada*. 150ª ed. São Paulo: Ave-Maria, 2002.
- CENTRO de Estudos Angolanos. *História de Angola*. Porto: Afrontamento, s. d. (Libertação dos Povos das Colónias 8)
- CHAVES, Rita. “Das águas antigas e dos mapas reinventados em *O livro dos rios*, de José Luandino Vieira” in *Via Atlântica*: publicação da Área de Estudos

- Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, nº 9, São Paulo: DLCV/FFLCH/USP, Junho 2006, p. 249-252.
- CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.
- CHAVES, Rita. “Mayombe: um romance contra correntes” in CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.). *Portanto... Pepetela*. Cotia: Ateliê Editorial, 2009, p. 125-139.
- CHAVES, Rita. *Narrativa e espaço: Angola, Moçambique e alguns ecos do império*. São Paulo: FFLCH/USP, 2012 (tese de livre-docência). Cópia digital formecida pela autora.
- CHAVES, Rita. “Pepetela: romance e utopia na História de Angola” in CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005, p. 85-107.
- CHKLOVSKI, V. “A construção da Novela e do Romance” in VVAA. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Trad. Ana Mariza Ribeiro, Maria Aparecida Pereira, Regina L. Ziberman, Antonio Carlos Hohlfeldt. Rev. Rebeca Peixoto da Silva. Org. apr. apênd. Dionísio de Oliveira Toledo. Pref. Boris Schnaiderman. Porto Alegre: Globo, 1971, p. 205-226.
- COELHO, Alexandra Lucas. “Os anos de cadeia foram muito bons para mim” [entrevista com José Luandino Vieira] in *O Público*, Lisboa, 01.05.2009. Disponível em: www.publico.pt/temas/jornal/os-anos-de-cadeia-foram-muito-bons-para-mim-304924 Acesso em: 03.08.2013
- COELHO, Jacinto do Prado. “Raízes e sentidos da obra camiliana” in BRANCO, Camilo Castelo. *Obra seleta*. Vol. I. Org. sel. intr. notas Jacinto do Prado Coelho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960, p. 9-62.
- COELHO, João Paulo Borges. *O olho de Hertzog*. Alfadrige: Leya, 2010.
- COHEN, Stephen. *Bukharin: uma biografia política 1888-1938*. Trad. Maria Inês Rolim. Rev. téc. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- CONY, Carlos Heitor. *Pessach: a travessia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CORTÁZAR, Julio. “Reunião” in *Todos os fogos o fogo*. Trad. Glória Rodrigues. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 49-66.
- COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel : escritores jornalistas no Brasil: 1904-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- COUTINHO, Carlos Nelson. “Problemas da Literatura Soviética” in *Revista Civilização Brasileira A revolução russa cinquenta anos de história*. Rio de Janeiro, ano III, Caderno Especial nº 1, Novembro 1967, p. 199-222.
- DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Trad. n/c. Havana: Casa de las Américas, 1967.
- DOSAL, Paul J. *Comandante Che: guerrilheiro, líder e estrategista, 1956-1967*. Trad. Marcos Maffei. São Paulo: Globo, 2005.
- ECO, Umberto. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. 2ª ed. Trad. Giovanni Cutolo. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. 2ª ed., revista e actualizada pelo A. Lisboa: Edições 70, 1979. (Colecção Estudos)
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Pref. Jean-Paul Sartre. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do Homem Volume 42 Série Política.)
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Pref. Lewis R. Gordon. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. Rev. Ruth Junqueira de Faria. 6ª ed. Rio de Janeiro: Fundação de Assistência do Estudante, 1985.
- FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Org. Aspásia Camargo, Walder de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. (Coleção Brasil século 20)
- FAULKNER, William. *Palmeiras selvagens*. Trad. Newton Goldman e Rodrigo Lacerda. 2ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- FERRONI, Marcelo. *Método prático de guerrilha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FIGUEIREDO, Guilherme. *A rapôsa e as uvas. / Um deus dormiu lá em casa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. (Col. Vera Cruz literatura brasileira v. 142)
- FORSTER, E. M. *Aspectos do romance*. Trad. Maria Helena Martins. Superv. e apr. Dionísio de Oliveira Toledo. Porto Alegre: Globo, 1969.
- FREDERICO, Celso. *Sociologia da cultura: Lucien Goldmann e os debates do século XX*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de Granville (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

- FREIRE, Rita Silva. “‘Não se festeja a morte de ninguém’, entrevista a Pepetela” in *Buala*. Disponível em: www.buala.org/pt/cara-a-cara/nao-se-festeja-a-morte-de-ninguem-entrevista-a-pepetela. Acesso em 3 de agosto de 2013.
- FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. Trad. Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, s. d.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codrecri, 1979.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- GASS, William H. *A ficção e as imagens da vida*. Trad. Edilson Alkmim Cunha. São Paulo: Cultrix, 1974.
- GATTO, Nelson. *Dias de ira*. São Paulo: Exposição do Livro, 1964.
- GERTEL, Vera. *Um gosto amargo de bala*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister*. Trad. Nicolino Simone Neto. São Paulo: Ensaio, 1994.
- GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GOMES, Carlos de Matos e FARINHA, Fernando. *Guerra colonial: um repórter em Angola*. 2ª ed. Lisboa: Notícias, 2001.
- GIAP, Vo Nguyen. *O Vietnam segundo Giap*. 2ª ed. Trad. Carlos Ferreira da edição francesa. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
- GORENDER, Jacob. “Pseudo-história da esquerda brasileira” in *Caderno Mais!, Folha de S. Paulo*, 25/09/1994. Acesso: 26 de agosto de 2014.
- Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/25/mais!/27.html>
- GREENE, Graham. *O americano tranqüilo*. Trad. Brenno Silveira. Apres. Olympio Monat. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1964. (Ficção estrangeira 42)
- GREENE, Graham. *Os comediantes*. Trad. Brenno Silveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Biblioteca do leitor moderno v. 78)
- GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Cantadas Literárias 18)
- GUEVARA, Ernesto. *Diário da guerrilha boliviana*. Trad. Juan Martínez. Pref. Fidel Castro. São Paulo: Edições Populares, 1980.

- GULLAR, Ferreira. “Dentro da noite veloz” in *Toda a poesia 1950-1980*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 259-266.
- GULLAR, Ferreira. “Quarup ou ensaio de deseducação para brasileiro virar gente” in *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano III, nº 15, Setembro 1967, p. 251-258.
- HADDAD, Jamil Almansur. *Aviso aos navegantes ou a bala adormecida no bosque*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- HADDAD, Jamil Almansur. “Onde Guevara?” in *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano III, nº 16, Novembro-Dezembro 1967, p. 95-118.
- HEMINGWAY, Ernest. *Islands in the stream*. New York: Charles Scribner’s Sons, 1970.
- HEMINGWAY, Ernest. “Notas sobre a próxima guerra: uma carta séria sobre um tópico atual.” In *Ernest Hemingway, repórter I: tempo de viver*. Org. William White. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 243-251.
- HEMINGWAY, Ernest. *Selected letters 1917-1961*. Ed. Carlos Baker. London: Granada Publishing, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. 2ª ed. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. Rev. técn. Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Trad. Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Trad. João Carlos Vitor Garcia e Adelângela Saggioro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOMERO. *A Ilíada (em forma de narrativa)*. Trad. adapt. Fernando C. de Araújo Gomes. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- HOMERO. *Odisseia*. Trad. Manuel Odorico Mendes. Ed. Antonio Medina Rodrigues. 3ª ed. São Paulo: Ars Poetica/EDUSP, 2000. (Texto & Arte: 5)

- HOWE, Irving. *A política e o romance*. Trad. Margarida Goldsztajn. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- HUGHES, Langston. *The collected poems of Langston*. New York: Vintage Classics, 1995.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Trad. João Paulo Monteiro, 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Trad. Valter Lellis Siqueira. Rev. trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1992. (Série Temas v. 31 Estudos Literários)
- JOLLES, André. *Formas simples: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976.
- JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca o capitão da guerrilha*. 5ª ed. São Paulo: Global, 1981. (Passado & Presente 20)
- KALACHNIKOV, Mikhail com JOLY, Elena. *Rajadas da história: o fuzil AK-47 da Rússia de Stálin até hoje*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- KALFON, Pierre. *Che: Ernesto Guevara, una leyenda de nuestro siglo*. Pról. Manuel Vázquez Montalbán. Barcelona: Plaza & Janés Editores, 1997.
- KNAPP, Carlos H. *Minha vida de terrorista*. São Paulo: Prumo, 2013.
- KAPUSCINSKI, Ryszard. *Mais um dia de vida: Angola 1975*. Trad. Ana Saldanha. Pref. Pedro Rosa Mendes. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.
- LABAN, Michel. “Encontros com Luandino Vieira, em Luanda.” In *Luandino: José Luandino Vieira e a sua obra (estudos, testemunhos, entrevistas)*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 9-82. (Coleção Signos 32)
- LABAN, Michel. *Angola encontro com escritores*. II vol. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991.
- LANDUCCI, Italo. *Cenas e episódios da revolução de 1924 e da Coluna Prestes*. 2ª ed. melhorada e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1952.
- LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Ava, s. d. [2011].
- LAVRETSKI, I. *Ernesto Che Guevara*. Trad. Clara Rozen. Moscú: Progreso, 1975.
- LEITE, Lígia Chiappini Moraes. “Quando a Pátria viaja: uma leitura dos romances de Antonio Callado.” in *O nacional e o popular na cultura brasileira — Artes plásticas e literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 129-267.

- LEONI, G. D. (est. intr. e trad.). *A canção de Rolando*. São Paulo: Atena, 1958.
(Biblioteca Clássica vol. XLVI)
- LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes (marchas e combates)*. 2ª ed. Pref. Caio Prado Jr., Jorge Amado e cel. Felipe Moreira Lima. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- LIMA, Priscila Henriques. “Literatura de guerrilha: a ideologia do MPLA na obra *As aventuras de Ngunga* e a proposta de construção de uma nação angolana” in *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, RN: ANPUH Brasil, 22 a 26 de junho de 2013. Disponível em: www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371247558_ARQUIVO_Literaturade_guerrilha-AsAventurasdeNgunga-PriscilaHenriquesLima.pdf Acesso em: 25 de outubro de 2014.
- LORCA, Federico Garcia. *Antología comentada*. Sel. intr. y notas Eutimio Martín. Madrid: Ediciones de la Torre, 1988.
- MACÊDO, Tania. “A literatura de guerra: duas perspectivas de um mesmo conflito (Angola e Portugal).” In LOPONDO, Lílian (org.) *Dialogia na literatura portuguesa*, v. 1. São Paulo, Scortecci, 2006, p. 423-424.
- MACÊDO, Tania. *Luanda, cidade e literatura*. São Paulo: Editora UNESP; Luanda: Nzila, 2008.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. *Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola*. Niterói: DH/UFF, 2012 (dissertação de mestrado).
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cien años de soledad*. Madrid: Real Academia Española / Asociación de Academias de la Lengua Española, 2007.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Vivir para contarla*. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.
- MARTELO, David. *1974: cessar fogo em África*. Mem Martins: Europa-América, 2001.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Alvaro Pina. Notas de Vasco Magalhães-Vilhena. Estudo de Edgard Carone. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- MATA, Inocência. *Ficção e História na literatura angolana: o caso de Pepetela*. Pref. Pepetela. Pósf. Laura Cavalcante Padilha. Lisboa: Colibri, s. d. [2010].

- MATA, Inocência. “Pepetela: a releitura da História entre gestos de reconstrução” in CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org.). *Portanto... Pepetela*. Cotia: Ateliê Editorial, 2009, p. 191-207.
- MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 1999.
- MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro. *Angola 61 guerra colonial: causas e consequências*. Alfragide: Texto, 2011.
- MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola: o 27 de maio de 1977*. 4ª ed. rev., actual. Alfragide: Texto, 2010.
- MATROSSE”, Julião Mateus Paulo “Dino. *A PIDE na rota de José Mendes de Carvalho “Hoji Ya Henda”: a igreja metodista unida e o seu relevante papel na Luta de Libertação de Angola*. Alfragide: Caminho, 2013.
- MATTOS, Marcelo Brandão. *Um banho de rio nos escritos e sobrescritos de Luandino Vieira*. Niterói: Editora da UFF, 2012.
- MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MELO, João de (org.). *Os anos da guerra 1961-1975: os portugueses em África, crónica, ficção e história*. I vol. Lisboa: Círculo de leitores, 1988.
- MELO, João de (org.). *Os anos da guerra 1961-1975: os portugueses em África, crónica, ficção e história*. II vol. Lisboa: Círculo de leitores, 1988.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 2ª ed. Pref. Roland Corbisier. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MEMMI, Albert. *Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: biografia definitiva*. Trad. Teresa Casal. São Paulo: Leya, 2011.
- MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena (org.). *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Pref. Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Almedina/CES, 2014.
- “MICHEL”, Miguel Francisco. *Nuvem negra: o drama do 27 de maio de 1977*. Lisboa: Clássica, 2007.
- MINH, Ho Chi. *A resistência do Vietnam: textos políticos 1922-1967*. Trad. Edio Vieira. Apres. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

- MIR, Luís. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1994.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 2ª ed; rev. São Paulo: Cultrix, 1978.
- MONTY. *Luta de libertação, exército nacional e revolução*. Pref. Manuel Rui Monteiro. Luanda: UEA, 1978. (2K ensaio)
- MORAIS, Fernando. *Olga*. 11ª ed. rev. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- MUIR, Edwin. *A estrutura do romance*. Trad. Maria da Glória Bordini. Apr. Dionísio de Oliveira Toledo. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1975.
- NAÍM, Moisés. “Quando os fracos vencem” in *Caderno Mundo, Folha de S. Paulo*, 19/08/2011. Acesso: 26 de setembro de 2011.
- Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1908201106.htm>
- NASCIMENTO, J. Pereira do (coord.). *Diccionario portuguez-kimbundu*. Huilla: Typographia da Missão, 1907.
- NETTO, José Paulo. *Portugal: do fascismo à revolução*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. (Revisão, 20)
- NIZAN, Paul. *Aden, Arábia*. Pref. Jean-Paul Sartre. Trad. Bernadette Lyra. São Paulo: Marco Zero, 1987.
- NOA, Francisco. *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho, 2002. (Coleção Estudos Africanos)
- OKUCHI, Nobuo. *O seqüestro do diplomata: memórias*. Trad. Masato Ninomiya. São Paulo: Estação Liberdade/Primus, 1991.
- OSTROVSKY, Nikolai. *Assim foi temperado o aço*. Trad. Maria Delamare, rev. por Ouvar Davet. Rio de Janeiro: Vitória, 1954. (Coleção Romances do Povo v. II)
- PADILHA, Laura Cavalcante. “De rios velhos e guerrilheiros — O livro dos rios” (resenha). In: *Metamorfoses*. Rio de Janeiro/Lisboa: Cátedra Jorge de Sena Faculdade de Letras UFRJ/Caminho, 2007, nº 8, p. 319-323.
- PADILHA, Laura Cavalcante. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. 2ª ed. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- PALLOTINI, Renata. “1964” in *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano III nº 18, Março-Abril 1968, p. 169-175.
- PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. Trad. sob dir. J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1999.

- PAWSON, Lara. *Em nome do povo: o massacre que Angola silenciou*. Trad. Susana Sousa e Silva. Lisboa: Tinta-da-China, 2014.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PÉCORA, Alcir. “Marcelo Ferroni corrói imagem romântica de Che” in *Ilustrada, Folha de S. Paulo*, 22/01/11. Acesso em 06.08.2011
- Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2201201119.htm>
- PEPETELA. *As aventuras de Ngunga*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1987. (Coleção Autores Africanos, 3)
- PEPETELA. *A geração da utopia*. 3ª ed. Lisboa: Planeta, 2000.
- PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Autores Africanos, 14)
- PEPETELA. *O planalto e a estepe*. São Paulo: Leya, 2009.
- PEPETELA. *Yaka*. Pref. Antonio Callado. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Autores Africanos, 23)
- POLEVÓI, Boris. *Um homem de verdade*. Trad. Nair Batista rev. por Antônio Bulhões. Rio de Janeiro: Vitória, 1953. (Coleção Romances do Povo v. I)
- PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Brasiliense, 1990.
- QUEIROZ, Eça de. *A ilustre casa de Ramires*. Porto: Lello & Irmão, 1951.
- RABELAIS, François. *Gargântua e Pantagruel*. Segundo volume. Trad. David Jardim Júnior. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991. (Grandes Obras da Cultura Universal 14)
- RAMOS, Vítor. “Breve análise da repressão à vida intelectual em Portugal” In *Paz e Terra 10: 43 anos de fascismo em Portugal*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ano IV, nº. 10, Dezembro, 1969, p. 43-58.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. *Conversa com José Luandino Vieira por ocasião dos 40 anos da publicação de Luanda*. [Cópia do texto em português disponibilizado pela professora Rita Chaves. Há uma versão em inglês publicada: RIBEIRO, Margarida Calafate. “E agora José, Luandino Vieira? An interview with José Luandino Vieira”, transl. Phillip Rothwell, in *Portuguese literary & cultural studies* 15/16

- Remembering Angola*. North Dartmouth: Tagus Press/Univ. Massachusetts Dartmouth, 2010, p. 27-35.]
- RIDENTI, Marcelo. “A guerrilha de Antonio Callado” in KUSHNIR, Beatriz (org.). *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002, p. 23-53.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- RIDING, Alan. *Paris, a festa continuou: a vida cultural durante a ocupação nazista, 1940-4*. Trad. Celso Nogueira, Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ROJO, Ricardo. *Meu amigo Che*. 2ª ed. Trad. Ivan Lessa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- ROSA, João Guimarães. “A terceira margem do rio” in *Primeiras estórias*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 32-37.
- RUFFATO, Luiz. “A ingratidão cultivada” in *Rascunho: o jornal de literatura do Brasil* nº 106. Curitiba: fevereiro de 2009. Acesso em 26.09.2014.
- Disponível em: <http://rascunho.gazetadopovo.com.br/a-ingratidao-cultivada/>
- RUI, Manuel. *Regresso adiado*. 2ª ed. Pref. Manuel Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1978.
- RUI, Manuel. *Rioseco*. Lisboa: Cotovia, 1997.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAID, Edward W. *Fora do lugar: memórias*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- SANT’ANNA, Affonso Romano de. “Poema del mio Che” in *Poesia viva I*. Intr. Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 46-49.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SARTRE, Jean-Paul. *Colonialismo e neocolonialismo (Situações, V)*. Trad. Diva Vasconcelos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. (Biblioteca Tempo Universitário 8)
- SECCO, Lincoln. *A revolução dos cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SERGE, Victor. *O ano I da Revolução Russa*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ensaio, 1993.
- SERRANO, Carlos e MUNANGA, Kabengele. *A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia*. 2ª ed. São Paulo: Atual, 1995. (História geral em documentos)
- SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Trad. Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça e Barbara Heliodora. In *Tragédias e comédias sombrias*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006, p. 369-544.
- SHOLOKHOV, Mikhail. *O Don silencioso*. 4 volumes. Trad. Lígia Junqueira, Agnaldo Junqueira Filho. São Paulo: Dois amigos, s. d.
- SILVA, Fernando de Barros e. “Na prisão com Glauber e Callado” (entrevista com Carlos Heitor Cony) in *Caderno Mais, Folha de S. Paulo*, 28/07/1996.
Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/28/mais!/5.html
Acesso: 24.08.2014
- SILVA, Hélio. *1935 A revolta vermelha: o ciclo de Vargas — v. VIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. (Coleção Documentos da História Contemporânea volume 11-G.)
- SILVA, Norma Maria Jacinto da. *Os fios da memória e da história em De rios velhos e guerrilheiros: o livro dos rios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009 (dissertação de mestrado).
- SILVA, Osvaldo Sebastião da. *As marcas da violência: uma leitura de Estação das Chuvas, de José Eduardo Agualusa, e Maio mês de Maria, de Boaventura Cardoso*. São Paulo: FFLCH/USP, 2012 (dissertação de mestrado).
- SILVA, Rejane Vecchia da Rocha e. *Romance e utopia: Quarup, Terra sonâmbula, Todos os nomes*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000 (tese de doutorado).
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. *A estrutura do romance*. Coimbra: Almedina, 1974.

- SILVA, Zoraide Portela. *José Luandino Vieira: memórias e guerras entrelaçadas com a escrita*. São Paulo: FFLCH/USP, 2013 (tese de doutorado).
- SILVEIRA, Francisco Maciel. *Palimpsestos: uma história intertextual da Literatura Portuguesa*. Santiago de Compostela: Laiovento, 1997.
- SILVERMAN, Malcolm. *Moderna ficção brasileira: ensaios*. Trad. João Guilherme Linke. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1978.
- SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Trad. Carlos Araújo. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SIOMÚCHKIN, Tikhón. *O grande norte*. Trad. James Amado, rev. por Carrera Guerra. Rio de Janeiro: Vitória, 1954. (Coleção Romances do Povo v. IV)
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo: Global, 1980.
- SOARES, Pe. Matos (trad.). *Bíblia sagrada*. 18ª ed. São Paulo: Paulinas, 1964.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (Coleção Retratos do Brasil volume 40)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Coleção Retratos do Brasil volume 60)
- SOLJENÍTSIN, Alexandre. *O carvalho e o bezerro: esboços da vida literária*. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- SOLJENITZYN, Alexandre. *Um dia na vida de Ivan Deníssovitch*. Trad. H. Silva Letra. São Paulo: Círculo do Livro, 1973.
- SOROMENHO, Castro. *A chaga*. Pref. Ruy Coelho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SOROMENHO, Castro. *Terra morta*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1949.
- SOROMENHO, Castro. *Viragem*. 4ª ed. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985.
- SOUSA, Rocha de. *Angola 61: uma crónica de guerra ou a visibilidade da última deriva*. Lisboa: Contexto, 1999.
- SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.
- SPÍNOLA, António de. *Portugal e o futuro: análise da conjuntura nacional*. Pref. Carlos Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.
- STEINBECK, John. *Ratos e homens*. Trad. Érico Veríssimo. São Paulo: Edibolso, 1976.

- STEINBECK, John. *As vinhas da ira*. Trad. Herberto Caro e Ernesto Vinhaes. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- STORNIOLO, Ivo e BALANCIN, Euclides Martins (trad.). *Bíblia sagrada: edição pastoral*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- SUZUKI, Matinas e STYCER, Mauricio. “Antonio Callado chega aos 80 e revê obra” in *Caderno Brasil, Folha de S. Paulo*, 26/01/1997. Acesso: 22 de outubro de 2014. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/1/26/brasil/14.html
- TAIBO II, Paco Ignacio. *Ernesto Guevara, também conhecido como Che*. Trad. Claudia Schilling, Magda Lopes, Maria Carbajal. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- TÁVORA, Araken. *Onde está Guevara?* Intr. Carlos Heitor Cony. Rio de Janeiro: Editora do Repórter, 1966.
- TEIXEIRA, Rui de Azevedo. *A guerra e a literatura*. Lisboa: Vega, 2001.
- TEIXEIRA, Rui de Azevedo. *Guerra de África: Angola 1961-1974*. Matosinhos/Lisboa: Quidnovi, 2006. (Coleção Batalhas da História de Portugal 22)
- TINDÓ, Carmen; RIBEIRO, Vanessa (org.) “A ação da vida: biografia resumida de Pepetela” in “Os trabalhos e os dias de Pepetela” (dossiê). In: *Metamorfoses*. Rio de Janeiro/Lisboa: Cátedra Jorge de Sena Faculdade de Letras UFRJ/Caminho, 2006, nº 7, p. 87-90.
- TORRES, Alexandre Pinheiro. *Romance: o mundo em equação*. Lisboa: Portugalia, 1967.
- TRIGO, Salvato. *Luandino Vieira — o logoteta*. Porto: Brasília Editora, 1981.
- VEIGA, Luiz Maria. *A Coluna Prestes*. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 1997. (Coleção História em Aberto)
- VEIGA, Luiz Maria. “Aquela geração por outras terras: um romance geográfico” [resenha de *O planalto e a estepe*] in *Revista Crioula* nº 7, maio de 2010a. Disponível em: www.revistas.usp.br/crioula/article/view/55261/58890
- VEIGA, Luiz Maria. “O livro dos guerrilheiros, de Luandino Vieira: as vidas valerosas e mortes exemplares de seus guerrilheiros-andantes” in *Via Atlântica*: publicação da Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, nº 16, São Paulo: DLCV/FFLCH /USP, Dezembro 2009a, p. 281-285.
- VEIGA, Luiz Maria. “Os rios, as torrentes de imagens, os jogos de adivinha de Luandino” [resenha de *O livro dos rios*] in *Revista Crioula* nº 6, novembro de 2009b. Disponível em: www.revistas.usp.br/crioula/article/view/55229/58858

- VEIGA, Luiz Maria. *Retratos do colono, do colonizador, do cidadão: a representação literária da minoria branca em Nós, os do Makulusu e em outras narrativas angolanas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2010b (dissertação de mestrado).
- VERGÍLIO. *Eneida*. Trad., notas, arg. an., exc. bio., Tassilo Orpheu Spalding. São Paulo: Cultrix, 1981.
- VIEIRA, José Luandino. *De rios velhos e guerrilheiros*. Maputo: Ndjira, 2010. (Coleção À Volta da Fogueira)
- VIEIRA, José Luandino. *João Vêncio: os seus amores*. Lisboa: Caminho, 2004a. (Outras Margens autores estrangeiros de língua portuguesa 29)
- VIEIRA, José Luandino. *Kapapa: pássaros e peixes*. Lisboa: Expo '98, 1998.
- VIEIRA, José Luandino. *Nós, os do Makulusu*. Lisboa: Caminho, 2004b. (Outras Margens autores estrangeiros de língua portuguesa 26)
- VIEIRA, José Luandino. *Nosso musseque*. Lisboa: Caminho, 2003. (Outras Margens autores estrangeiros de língua portuguesa 13)
- VIEIRA, José Luandino. *O livro dos guerrilheiros*. Lisboa: Caminho, 2009. (Outras Margens autores estrangeiros de língua portuguesa 85)
- VIEIRA, José Luandino. *O livro dos rios*. Lisboa: Caminho, 2006. (Outras Margens autores estrangeiros de língua portuguesa 58)
- VIRGÍLIO, Paulo. “Painel de Portinari, A Primeira Missa no Brasil, vai integrar acervo do Museu Nacional de Belas Artes” in *EBC*, 15.01.2013. Acesso em 09.01.2015. Disponível em: <http://ebc.com.br/cultura/2013/01/painel-de-portinari-a-primeira-missa-no-brasil-vai-integrar-acervo-do-museu-nacional-de-belas-artes>
- VVAA. *Memórias do exílio brasil 1964 — 19??* São Paulo: Livramento, 1978.
- VVAA. *Tarrafal testemunhos*. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1978.
- WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história*. Trad. Paulo Henriques Britto. 7ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- XITU, Uanhenga. *Manana*. 3ª ed. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985.
- XITU, Uanhenga. “*Mestre*” *Tamoda & Kahitu: contos*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Autores Africanos 22)
- XITU, Uanhenga. *Os sobreviventes da máquina colonial depõem...* Lisboa: Edições 70, 1980.
- ZÉRAFFA, Michel. *Pessoa e personagem: o romanesco dos anos de 1920 aos anos de 1950*. Trad. Luiz João Gaia e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2010. (Coleção Perspectivas)